



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

5

12

ÍNDICE

VOLUME

5

CAPÍTULO XXI

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

– 5 –

CAPÍTULO XXII

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 121 –

CAPÍTULO XXIII

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 287 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 416 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 418 –



CAPÍTULO XXI

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

É bom fixar regras gerais para as deslocações ao estrangeiro dos autarcas e de funcionários, porque, como já referi algumas vezes, os Portugueses pelam-se por viajar. Não tenho nada contra isso, até porque me insiro, pessoalmente, nas características do Português-padrão, a esse respeito. O que se não pode fazê-lo é à custa de dinheiros públicos. Tive uma queixa, naturalmente apresentada por um membro da Oposição, de dois vereadores de certa Câmara Municipal, em que um tinha ido para Chipre e outro para um país semelhante para fortalecer a cooperação autárquica...

*

De tempos a tempos o Primeiro-Ministro recebia a Associação Nacional de Municípios Portugueses. O pedido de audiência vinha, habitualmente, antes de estar fechada a proposta de Orçamento Geral do Estado, de modo a sensibilizá-lo para os problemas autárquicos e, especialmente, para o montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) que era sempre objecto de expressões de insatisfação pelo valor julgado como insuficiente face aos muitos encargos que as Autarquias tinham. Em 1989, a audiência teve lugar no dia 22 de Setembro.

O presidente da ANMP começou por abordar as relações com os PALOP que eles estimavam e para cujo estabelecimento e reforço eram muito solicitados. Já me referi à minha ida a S. Tomé, coincidente com a de sete autarcas que tinham ido assinar protocolos de cooperação. As relações com a EDP e com o Secretário de Estado da Energia foi o primeiro tema que levou a conversa para os “magros recursos”. A questão da tutela era um assunto delicado; não gostavam nada da acção do Inspector-Geral da Administração Autárquica que, em meu entender, era eficiente

e rápida, podendo-se avaliar as situações e tomar decisões em pouco tempo; mas eles queriam que tudo fosse remetido para os tribunais. Falou-se ainda das derramas, do IRS dos funcionários municipais para o qual queriam uma compensação, do estabelecimento de uma linha de crédito para poder contratar empréstimos em caso de ser necessário formar as contrapartidas do FEDER, da cobrança de uma taxa pela primeira venda do pescado que queriam ver abolida e dos horários de trabalho na Administração que queriam ver uniformizados. Finalmente, veio a “ve-xata questio” do cumprimento da Lei das Finanças Locais e do valor do FEF.

É evidente que eu tinha falado ao Primeiro-Ministro em todos os temas potenciais de abordagem nesta audiência. O Primeiro-Ministro, com muito boa disposição, começou por se referir à limitação dos recursos do Governo e à impossibilidade, para este, de fazer alguma coisa que ferisse a orientação geral de recuperação que estávamos a conseguir levar a cabo. Percorreu todos os pontos que tinham sido enunciados. Em relação a alguns deles prometeu reanalisá-los. Mas, quanto ao aumento do FEF, chamou a atenção para o que, em termos acumulados, ele já tinha subido (cerca de 20%), para tirar como conclusão que não seria fácil aumentá-lo mais do que o que impunha a Lei das Finanças Locais, cujo valor era, sistematicamente, contestado. Não houve desapontamentos, porque os visitantes já adivinhavam o teor das respostas e o visitado tinha desenvolvido uma argumentação serena e havia elogiado a acção dos Autarcas, o que era muito merecido. Eu acho que o País mudou de face em duas décadas devido, nomeadamente, ao trabalho dos Autarcas dedicados que transformaram, radicalmente, as condições de vida na maior parte dos Concelhos. Há, todavia, alguns onde o afluxo de imigrantes tem tornado as coisas muito difíceis.

*

Eu fazia algumas visitas fora de Lisboa acompanhado do Secretário de Estado mais directamente envolvido nos temas que eu ia tratar. Nessa ocasião ainda existiam os Governos Cívicos e era, habitualmente, no salão nobre respectivo que a visita se iniciava. O Governador Cívico, por via de regra, acompanhava toda a deslocação. Assim aconteceu em Vila Real, no dia 28 de Setembro de 1989.

Havia, para o distrito e nesse ano, trinta e seis novos equipamentos colectivos incluídos no PIDDAC. Nunca tinha havido tantos! Alguns deles apareceram com problemas na realização das contrapartidas, o que era mais vulgar do que deveria acontecer; quem se candidatava aos concursos sabia as regras e estas nunca incluíam o custo total do equipamento.

Constatámos que havia pouca sensibilização aos problemas do ordenamento do território. Por isso, eu fui endurecendo, progressivamente, a concessão de subsídios, acabando por não conceder nenhum a quem não dispusesse de Plano Director Municipal. A “cenoura” é uma grande coisa, mas, algumas vezes, tem de se recorrer ao “bastão”. Especialmente, os grandes equipamentos tinham de exhibir uma lógica de forma patente, a começar dentro do território do seu Concelho. Mas, quando se tratasse dos maiores, essa lógica tinha de se tornar patente, na região, na sub-região (ou agrupamento de Concelhos), além de o fazer, dentro do próprio Município. Por outro lado, tinha de ser praticado um grande esforço de selecção, para reter para decisão somente projectos incontestados que viessem responder a necessidades manifestas e de forma técnica sem reparos. Tínhamos de repetir muitas vezes, eu e o Secretário de Estado, os critérios gerais que havíamos adoptado e que todos deveriam saber; mas não sabiam; por isso era preciso insistir.

Não me coibi de fazer críticas à qualidade estética de alguns projectos. Especialmente no que toca a igrejas, suponho que o século XX não vai deixar muitas realizações incontestadas. Por isso, eu recomendava que só recorressem a bons profissionais.

Referi, com clareza, que havia má qualidade de muitos projectos candidatos e via-se que tinham sido feitos à pressa por profissionais mal preparados. A única maneira de disciplinar a concessão de subsídios era fazer descer a comparticipação, premiando os bons e penalizando os maus; a comparticipação do FEDER poderia ir até 70% para os primeiros. Se eles não exibissem uma grande qualidade aquele valor descia para os 35%, o que, na maior parte dos casos, inviabilizava a realização do empreendimento.

Em seguida, fomos à Câmara Municipal para nos inteirmos dos seus problemas.

*

Eu acompanhava de perto as condições em que avançava a elaboração dos Planos Directores Municipais para tomar o pulso à evolução.

Em fins de Setembro de 1989, visitei uma Câmara na qual me fizeram uma descrição que resume a posição de muitas: O processo é muito complicado. Já tinham mandado fazer os estudos preparatórios, mas eles iriam tomar, pelo menos, quatro anos a ser completados. O processo é muito exigente. Dever-se-ia curar da preparação dos próprios Autarcas para o poderem fazer. Tudo isso era muito complexo... Tratava-se, como se sabe, de dar um passo no sentido de pôr no papel a ideia dos responsáveis acerca da evolução dos seus próprios Concelhos. Os estudos preparatórios não deveriam levar mais do que algumas semanas para serem concluídos. O resto era conceber e executar um processo de tomada de decisões com a avaliação de alternativas diversas que, naturalmente, deveriam traduzir uma perspectiva compartilhada pela maioria dos responsáveis.

Havia, de facto, uma resistência enorme para clarificar o que se pretendia para a terra de cada um ou, pelo menos, uma grande relutância em pôr no papel qualquer coisa que amarrasse os decisores a um determinado caminho. O pior é que as decisões tomadas ao sabor das influências do momento conduzem sempre a resultados maus, ou, para ser eufemístico, a resultados sub-óptimos...

*

No dia 12 de Outubro de 1989 foi apreciada em Conselho de Ministros uma primeira versão da legislação sobre os Planos Municipais de Ordenamento de Território. Alguns dos meus colegas queriam um maior envolvimento dos seus próprios ministérios, portanto uma maior intervenção da Administração Central. Houve, também, algumas correcções semânticas. Mas o diploma avançou.

*

A Serra de Carnaxide, no Concelho de Oeiras, é uma zona de rara beleza. Dela se vê toda a zona da foz do Tejo e a Costa da Caparica. O Presidente da Câmara de Oeiras, Dr. Isaltino de Morais, tinha-se apercebido do seu interesse como espaço de lazer. Falámos nela como quadro de localização potencial para um monumen-

to militar a que faço referência noutra destas memórias. Mas eu queria ver com os meus olhos o que me tinham dito. No dia 27 de Outubro de 1989 fui ao lugar, tendo o Autarca como cicerone. Já tinha adquirido 50 ha de espaço verde que estava a plantar. O acesso era bom e dispunha de um plano de ordenamento aprovado para a Serra. Estava em construção uma “via dorsal” que garantiria a fruição de todo o espaço. Mas... o esforço tinha sido demasiado e ele queria um apoio do ministro. Fui informado acerca dos preços a que tinham sido compradas todas as parcelas e dos protocolos assinados com numerosos proprietários e que aguardavam a celebração de escrituras. Havia o caso de um sucateiro que ocupava cerca de dois hectares e que ele tinha conseguido levar para outro lado.

O Presidente da Câmara da Amadora também veio dizer do seu interesse em manter a “mancha verde”. Mas logo apresentou outras “facturas”, por ter percebido que o ministro tinha ideias mais ambiciosas para o local. Enalteceu o papel da Serra de Carnaxide como local de lazer para meio milhão de habitantes da zona! Havia expectativas grandes à sua volta até porque uma vasta zona do seu Concelho só tinha dois ou três proprietários, o que tornava algumas operações muito apetecíveis. Mas ele era responsável somente pela vertente norte da Serra; insistia, contudo, na sua preservação como espaço verde, tornado muito acessível pelo novo nó de Queluz das auto-estradas. Mas a Amadora não tinha recursos... logo acrescentou haver interessados em ali localizar grandes equipamentos turísticos a que ele teria dificuldade em resistir. Havia, naturalmente, muita coisa a preservar: antigos aquedutos e obras semelhantes. Um representante do Instituto Português do Património Cultural também presente referiu a situação aflitiva em que estava para assegurar a zona de protecção do Palácio de Queluz que ele entendia que deveria ser feita pela constituição de um grande espaço arborizado. A Direcção-Geral do Património ainda era a proprietária de grandes extensões na área, oriundas da Casa do Infantado. Queria que toda essa zona fosse declarada como zona verde o que eu apoiei. Ficou estabelecido que se mandaria elaborar um plano para toda a zona na qual já estava decidida a construção de um grande hospital. A sua zona de protecção ficaria incluída na tal mancha verde. De qualquer forma, ela situava-se na vertente norte da Serra, que era a parte que punha menos problemas em matéria de preservação tendo em vista a constituição do

parque. Estando fora de causa a expropriação de toda a área como alternativa à negociação com os proprietários, impunha-se fazer um Plano Geral de Urbanização para explicitar o compromisso entre todos os agentes responsáveis. Deveria haver medidas preventivas enquanto ele não estivesse aprovado.

É evidente que não são só vantagens! A zona de cima da Serra chama-se “Venteira”. Pelo nome pode-se ajuizar do arejamento... Como se sabe, os promotores da construção do monumento militar entenderam que esta não era uma zona nobre e, por isso, eu deixei aos Autarcas o cuidado de constituírem uma zona de lazer para os seus municípios. Mas tenho pena de que uma zona de onde se viu os Portugueses largarem, durante 500 anos, para as sete partidas do Mundo, não tenha um marco para os evocar.

*

As eleições autárquicas iriam ter lugar no dia 17 de Dezembro de 1989. Convinha saber o que pensavam os Governadores Cívicos acerca do ambiente eleitoral nos diversos Distritos. Para isso houve uma reunião, com todos eles, no dia 27 de Outubro. Como seria de esperar, muitos deles fizeram-se eco de algumas necessidades sentidas e ainda não resolvidas em matéria de estradas e de equipamentos sociais. O que me surpreendeu mais foi, contudo, a referência repetida a lutas internas dentro do PSD, o partido do Governo, pela inclusão ou não nas listas eleitorais e pela posição que nelas ocupariam os representantes das facções que, entretanto, se haviam formado. Eu tinha a experiência das reuniões do Conselho Nacional do Partido, onde eram referidas carências e “faltas de atenção” muito empoladas por algum zelo exacerbado; e, nas minhas deslocações pelo país, ambas eram referidas, mas eu costumava reconduzir a conversa para temas muito concretos, não dando azo à exteriorização de estados de alma. Eu não abria espaço para grandes “desabafos” e, por isso, devem ter desistido de me envolver na resolução desse tipo de situações. Foi, assim, com surpresa que tomei conhecimento da questão. Em alguns casos era a falta de uma oposição forte que determinava a divisão interna, mas noutros, aquela oposição existia e sabia-se perfeitamente que aquela divisão conduziria inevitavelmente ao desastre; mesmo assim, persistiam. Como se estivessemos na segunda metade do século XIX ou na Primeira República!...

Uma outra queixa que me preocupou foi a falta de capacidade dos partidos para atraírem os melhores. Lá estávamos outra vez a cair na velha pecha do “indiferentismo” nacional. Particularmente a juventude parecia alheada do processo político. Davam prioridade à sua vidinha...

Tudo tem vindo a piorar.

*

Já me referi à génese de duas instituições de formação de funcionários públicos: o Instituto Nacional de Administração (Oeiras) para os níveis central e regional e o CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) para o escalão local. O primeiro tinha tido um arranque bastante promissor, mas estava a revelar-se difícil arranjar levadas sucessivas de formandos. Pela minha parte, eu incumbia-o da realização de seminários e de numerosas acções de formação ligadas com os fundos estruturais e outros temas comunitários. Contudo, os seus responsáveis viam-se a braços com a relutância dos directores-gerais em dispensar funcionários para beneficiarem de acções formativas e com os custos das mesmas que ninguém queria suportar. Se fossem de graça, talvez se tornasse possível arranjar uma dispensa. A ninguém ocorria fazer um contrato com o formando, assegurando que ele ficasse no seu posto um, dois ou três anos para recompensar o tempo e o dinheiro nele investido. As coisas estavam a revelar-se piores com o CEFA. Os Presidentes de Câmara não investiam na formação do seu pessoal; este, só em troca de promoção automática, é que estava na disposição de fazer esforços para melhorar o seu nível de conhecimentos e capacidade. Tudo era difícil: a deslocação para Coimbra; arranjar uma pensão na cidade; afastarem-se da família; pagarem as viagens ao fim-de-semana; serem dispensados do serviço; o rol era imenso. De modo que os cursos ficavam sem formandos.

No dia 30 de Outubro de 1989 tive uma reunião com o Prof. António Barbosa de Melo para ver como havíamos de dar a volta a tantas dificuldades. Foi decidido fazer protocolos com as universidades ou institutos politécnicos, localizados um pouco por todo o País, para neles se realizarem as acções de formação em matérias gerais, para as quais tivessem docentes: finanças, gestão, arquivos, etc. Em Coimbra só teriam lugar as lições sobre os temas específicos: administração

autárquica, ordenamento do território, questões laborais da função pública, etc. Nem assim se conseguiu arranjar “clientes”. Culpavam os Serviços da Administração Autárquica das Comissões de Coordenação Regional que davam apoio às Câmaras de, simultaneamente, com o mesmo, irem tirando dúvidas e fazendo formação pontual... o que é, a meu ver, insuficiente para explicar tão profunda relutância em aprender.

A verdade é que, em Portugal, se valoriza pouco a aquisição de novos conhecimentos e a formação. Se tudo for dado e em horário conveniente, sem grande alteração dos hábitos das pessoas, então, talvez elas façam o favor de se formar. De outro modo, só com “guia de marcha”...

Havia outras explicações ligadas ao peso considerado como excessivo da presença da ANMP na direcção do CEFA. Mas não me parece que a explicação fosse essa. A verdade é que não se podia usar nenhum “stick” e, por outro lado, a “carrot” não era suficientemente apelativa...

*

O PROT do Algarve ia avançando. Em 31 de Outubro, tive a notícia de que a parte técnica do mesmo estava concluída. As peças desenhadas estavam, todavia, um tanto atrasadas. A carta dos loteamentos já construídos e dos pendentos tinha demorado um ano para ser elaborada! De qualquer modo, a nova carta já se encontrava concluída. A proposta de regulamento estava a ser revista pelo Prof. Gomes Canotilho para nos assegurarmos da correcção jurídica de todos os preceitos nele contidos; pode-se dizer que, tínhamos um “revisor de luxo”!... Mas não podíamos pisar ramo verde. Do lado dos potenciais promotores estava muita gente boa, mas também lá constavam alguns figurões... E nós não queríamos que ninguém ganhasse na secretaria; preferíamos que eles o fizessem através de actividades lícitas e escorregadas...

Tratava-se, agora, de passar da chamada “macro-zonagem” para normas provisórias. A partir destas poderiam ser elaborados os Planos Directores Municipais, Planos Gerais de Urbanização e Planos de Pormenor. Mas para estes a iniciativa já não era nossa. Acrescia, ainda, transformar as medidas cautelares que tinham sido definidas em normas provisórias a juntar às novas que era agora possível estabelecer.

*

Em 9 de Novembro de 1989, fiz uma reunião com os meus colegas das Obras Públicas e do Comércio e Turismo para avaliar o estado de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território Algarve. Ele estaria concluído em Fevereiro seguinte, mas impunha-se fazer uma audição pública nos 15 concelhos. Sucedia que se estava em plena campanha eleitoral para as Autarquias Locais; a audição deveria ser feita numa época em que as pessoas estivessem “à tête reposée”. De outro modo, as discussões seriam mais comícios do que audições... Mas nós queríamos avançar... Decidimos transformar as medidas preventivas em regulamento provisório para não deixar agravar a situação ainda mais do que já estava. Tinha-se verificado, entretanto e por força daquelas medidas, um abrandamento da construção.

A Comissão Consultiva tinha trabalhado bem; num ano reunira 8 vezes, nomeadamente para apreciar um documento no qual se haviam desenhado alguns cenários alternativos de evolução, com as consequências potenciais respectivas. Só o levantamento dos processos apresentados tinha levado um ano. Se tudo o que constituía intenções fosse concretizado, teríamos no Algarve uma nova Costa do Sol espanhola! Um desastre! Nessa, altura, a Comissão de Coordenação Regional estava na fase de compatibilização com os sectores tutelados pelos meus dois colegas presentes. Havia ainda a negociação com o sector da Agricultura, mas os problemas estavam limitados a acertos no perímetro de rega de Silves e à protecção dos aquíferos; tinha de se ultimar, para aprovação, uma carta agrícola da Região. Em relação às Obras Públicas, os problemas giravam em torno das rodovias e dos portos, particularmente no que tocava à pesca e às embarcações de recreio. No primeiro domínio, a grande questão era o traçado da Via do Infante. Subsistia, ainda, o problema da habitação cuja escassez era apreciável. Eu queria que tudo fosse aprovado por decreto-lei para dar força ao Plano e, especialmente, ao seu regulamento. Mas, sob essa forma, ele corria o risco de ser avocado pela Assembleia da República para ratificação. Nesse caso, haveria um diferimento difícil de prever, prolongando-se a aplicação das medidas preventivas. Todavia, a “força” do diploma era importante por causa do seu valor emblemático. Pusemos a hipótese de fazer inspecções aos Municípios para ver como estava a processar-se a

implementação das medidas preventivas. Por outro lado, tinha de se avançar com a elaboração de Planos Directores Municipais e de Planos Gerais de Urbanização, devidamente compatibilizados entre si, uma vez que a escala adoptada para o PROT não era adequada para a acção próxima que se exigia.

Nessa ocasião, estava a verificar-se uma grande especulação à volta do preço dos terrenos. Combinou-se recomendar uma grande atenção à aplicação das mais-valias para ajudar a refrear o frenesim...

*

Tive uma outra reunião com o Ministro da Educação, porque estava a ocorrer, no Algarve, o maior surto de construções escolares que alguma vez tinha havido: 14 escolas preparatórias e secundárias! O investimento em curso era de 4 milhões de contos, 2,8 da responsabilidade Central e 1,2 das Autarquias. Estava a correr bem a colaboração com estas últimas. A Educação constituía, realmente, uma grande prioridade regional, cuja população residente era, então, de 330.000 habitantes. Dentro de 2 a 3 anos a grande carência regional estaria resolvida. Por outro lado, a instalação da Universidade do Algarve e do Instituto Politécnico tinham apaziguado muitas reclamações regionais. As obras em curso nestas duas instituições montavam a 3 milhões de contos. Só o sector da Educação tinha, assim, 7 milhões de obras em curso. Algumas das escolas seriam subsidiadas pelo FEDER. O Algarve não dispunha de nenhuma escola profissional; nessa altura, no país já havia 53.

Nessa reunião abordou-se, ainda, o sector da educação pré-escolar que tinha apresentado candidaturas dos mais diversos agentes (autarquias, cooperativas, etc.) e a instalação dos chamados “centros de recursos regionais” (mediatecas, bibliotecas, etc.). O Ministro da Educação referiu, também, a sua intenção de promover a reciclagem do corpo docente através de um programa de 3 semanas de formação por ano. O Programa Minerva (informatização das escolas) também se aplicava ao Algarve. Isto era o que o Ministro da Educação previa fazer no Algarve. Mas havia queixas! As distâncias casa-trabalho e casa-escola no Algarve eram enormes (a população está dispersa). A Direcção Regional da Educação estava um pouco acomodada de mais. Felizmente a colaboração com as Autarquias es-

tava a correr bem. Mas havia muita pressão, porque, como havia emprego, iam para o Algarve muitas famílias jovens. Por isso, havia falta de instalações pré-escolares. Não havia escolas internacionais em número suficiente; só dispunham de 3. A procura de instalações desportivas era grande e não estava suficientemente satisfeita. O problema da droga nas escolas era muito preocupante.

Como se vê, nada que fugisse ao esperado numa região cheia de recursos, com muitos especuladores, com oferta de emprego, com excelentes condições de vida, com um dinamismo inusitado no sector da construção civil e, felizmente, com um inconformismo criador!

*

Como se referiu já, o Algarve estava a ser objecto de uma pressão de construção inconveniente, a muitos títulos. Tinham sido aprovados numerosos licenciamentos que estavam de reserva por razões diversas, ou porque os promotores não dispunham dos meios necessários ou porque queriam fazer negócio, mais ou menos especulativo, com as licenças que possuíam. Para estancar uma torrente que sabíamos de dimensão muito apreciável e cujas consequências seriam muito nefastas, propusemos a caducidade dos licenciamentos que não tinham tido expressão em obras. Queríamos que o prazo fosse de 12 a 18 meses; a associação dos empresários da construção, devidamente consultada, concordando com o propósito, propunha 24 meses. A AMNP tinha sido também consultada, mas entendeu não se comprometer com nenhuma resposta. Houve quem pusesse dúvidas em relação à constitucionalidade do preceito, mas consultámos um conhecido jurista que foi de parecer que o que pretendíamos fazer não afectava o estatuto das Autarquias Locais. E a opinião pública estava do nosso lado. Por isso avançámos!

*

Há alguns padres que têm uma manifesta vocação para a construção civil. Já contei a história da Sé de Bragança. Em fins de 1989 tínhamos outro caso: o do Padre Delmar, de Rio de Mouro, activíssimo e cheio de prestígio na sua paróquia e arredores. De acordo com as regras estabelecidas, a comparticipação calculada era de 99.000 contos para uma obra que já tinha sido adjudicada por 470.000! Como

solução, queria que nós revíssemos o nosso valor... Não sei como foi, mas a obra avançou, sem eu alterar nada do que estava fixado.

*

O traçado da Via do Infante teve numerosas críticas. Ainda não se falava em portagens!... Era só mesmo o seu traçado. Uns queriam-no localizado mesmo no fundo dos seus quintais, outros pretendiam vê-lo o mais afastado possível. Ninguém falava em custos, nem na sua optimização. No dia 21 de Novembro de 1989, soube que a Comissão dos Agricultores do Sotavento Algarvio (CASA) tinha apresentado uma queixa directamente na DG XI.^o (Ambiente); que o Deputado Barros Moura tinha feito um requerimento à Comissão Europeia; que dois cidadãos estrangeiros a residir no Algarve tinham também enviado uma queixa à DG XI... Ninguém se tinha dignado fazer as mesmas queixas ou perguntas à Junta Autónoma das Estradas. Esta acabou por lhes responder através da DG XI, em Bruxelas, mas as explicações não satisfizeram. A primeira queixa tinha sido elaborada por uma jurista espanhola (seguramente mais familiarizada com este género de protestos) e respeitava ao lanço entre o nó da Pinheira (Vila Real de Santo António) e Tavira. Tomo este tipo de acção directa, junto das instâncias em Bruxelas, sem se fazer uma tentativa de resolução ou, pelo menos, de obtenção de uma explicação nas instâncias nacionais, como uma manifestação de provincianismo que deploro. Também sei que as Direcções-gerais em Bruxelas gostam imenso deste género de acções que, julgam, lhes dá protagonismo e importância. Também aqui defendo o princípio da subsidiariedade. Cada problema deve ser resolvido ao nível mais baixo e onde puder ter resposta...

*

Em Dezembro de 1989 ainda havia a ideia de se fazer um grande hotel (Hilton), um centro de congressos e uma catedral no topo do Parque Eduardo VII. Felizmente as coisas evoluíram noutra direcção. A concretização de tão importantes geradores de tráfego numa zona já saturada, mesmo que fosse, somente, por tráfego de atravessamento, não me agradava nada.

*

No Conselho de Ministros de 30 de Novembro de 1989 foi muito comentada a situação degradada do espaço, em Beirolas, cheio de cemitérios de automóveis que lhe conferiam um aspecto caótico em consonância com um tráfego absolutamente infernal. Foi mais uma achega para produzir legislação sobre os parques de sucata a que já me tenho referido.

*

Em fins de Dezembro de 1989, soube que o PCP tinha feito agendar para discussão, no Parlamento, um projecto de lei sobre a criação de empresas públicas municipais. As outras forças políticas não dispunham de projectos prontos sobre o assunto. Era importante tratar do tema e resolvê-lo. Mas era também conveniente que cada grupo tivesse reflectido bem sobre o assunto e as suas muitas implicações. Pedi ao Ministro dos Assuntos Parlamentares para os alertar nesse sentido.

*

Em Janeiro de 1990, o Secretário de Estado Nunes Liberato e eu fomos avisados de que, se insistíssemos na nossa proposta de lei sobre o regime jurídico da criação de Freguesias, o Governo iria pagar um grande ónus. A existência de critérios claros era muito positiva, mas a malha ficaria demasiadamente apertada e isso não satisfaria os “progenitores de Freguesias”. Ainda por cima, nós prevíamos que fossem os proponentes a ter de demonstrar a obediência aos critérios fixados. A minha opinião foi de que se deveria avançar. Mal eu adivinhava que, em 2014, se adoptaria uma posição radical em relação à fusão de Freguesias, numa iniciativa tomada por alguns que, 25 anos antes, andavam na órbita dos tais “progenitores”...

*

Em 17 de Janeiro, trabalhei com o Secretário de Estado Nunes Liberato, acerca do conteúdo e forma dos estudos de impacto ambiental que era preciso definir, sob forma legal. Estávamos a fazê-lo sobre uma proposta que os serviços nos tinham apresentado. A nossa preocupação maior era simplificá-la para os tornar estudos praticáveis. Quando se pede a alguém muito sabedor para fazer uma proposta

deste género, a tentação para elaborar uma coisa muito exaustiva, que cubra todas as situações e defina todos os requisitos é sempre grande. Fomos direitos às dificuldades: i) A lista dos elementos anexos pedida era demasiado grande; havia que contê-la nos que fossem realmente indispensáveis. ii) Dever-se-ia privilegiar a apreciação dos aspectos sectoriais pelos próprios; de outra forma, ter-se-ia de desenvolver, no órgão coordenador, uma pletera de capacidades que encareceriam todo o processo. iii) A interface entre o Ordenamento e o Ambiente teria de ser muito oleada para evitar atritos que inviabilizassem uma ideia que nos parecia boa e que, aliás, iria ser cada vez mais obrigatória. O nosso propósito era cumprir com os objectivos fixados, mas ser pragmático, definindo procedimentos praticáveis, embora sempre no limite superior, para forçar a evolução.

*

No dia 17 de Janeiro, fui com o Secretário de Estado da Administração Local ao Parlamento para nos encontrarmos com os Deputados do PSD, da Comissão Parlamentar da Administração Interna, Poder Local e Ambiente, para analisarmos os assuntos pendentes em matéria de iniciativas legislativas que eles poderiam vir a tomar ou a influenciar, relativamente a projectos de outras bancadas. O nosso interlocutor principal era o Deputado Manuel Moreira que, tal como eu já disse, ficará na história parlamentar portuguesa como o maior criador de freguesias, vilas e cidades de Portugal... sempre muito diligente! Ao vê-lo actuar, muitas vezes, me lembrei do conselho de Talleyrand: “Surtout, pas trop de zèle!”...

Começámos pelo tema da Regionalização. Queriam ter conhecimento da experiência europeia nesta matéria; já tinham definido um calendário para uma missão se deslocar a alguns países europeus. Queriam, também, visitar as Comissões de Coordenação Regional e o Comité para a Política Regional das instâncias europeias, em Bruxelas. Pretendiam começar a discutir o assunto em Outubro seguinte; admitiam que essa discussão demorasse até Março de 1991. A delegação que iria a Itália, França, Holanda, Suécia e Espanha seria constituída por um Deputado de cada partido. Gostariam de ouvir a opinião da ANMP e de, em Maio, voltar a conversar connosco. Se eu quisesse designar um técnico do MPAT, para os acompanhar, teriam gosto que ele fosse.

A Lei-quadro da criação das áreas metropolitanas foi o tema seguinte. O PS iria avançar com um projecto de lei. Queriam tratar do assunto nas Jornadas Parlamentares do PSD que se realizariam daí a três semanas. Pretendiam ter um projecto de lei alternativo.

Estavam preocupados, porque tinha havido um rumor acerca de um projecto de lei do Partido Socialista sobre a descentralização de competências. Sabiam que ele já tinha elaborado um projecto de lei sobre a desconcentração, mas não haviam conseguido confirmar se se mantinha ou não um bloqueamento interno acerca da apresentação de um projecto de lei sobre a descentralização. Achavam que os princípios a seguir eram fáceis de definir. Entendiam que a Lei-quadro deveria ter duas partes: uma de princípios e outra executória. Mas avançavam logo que a parte mais polémica respeitaria aos recursos financeiros. Relembrei-lhes que, no quadro da regionalização, se teria de discutir tudo isso – a descentralização e a desconcentração – porque ela era, na essência, a conjugação dos dois processos.

O quarto tema foi o projecto de lei sobre a desconcentração que o PS tinha elaborado. Aconselhavam o Governo a avançar, rapidamente, com uma proposta de lei. O importante seria a coordenação da desconcentração. Eram adeptos da aplicação do método dos “pequenos passos”. Privilegiavam a desconcentração dos serviços novos e as ramificações de “serviços velhos”, onde verificassem solicitações. E chamaram a atenção para a influência crescente da introdução da informática sobre a amplitude da operação de desconcentração.

Era inevitável que viesse à baila a alteração da Lei-quadro da criação de freguesias, vilas e cidades. Chamou logo à atenção para o facto de, na proposta do Governo, não se fazer menção à criação de vilas e cidades. Queriam que a instrução de cada processo competisse ao Governo; vindo a ser a decisão da Assembleia da República. Como alternativas para iniciar o processo viam três: um grupo de Cidadãos, os Deputados e o Governo. Sendo certo que seria improvável que o terceiro o viesse a fazer, estaríamos reduzidos aos dois primeiros. O que teria sido, se esta proposta tivesse avançado!? ... Afirmou que a questão mais melindrosa era a de saber quem diria “Não!” porque isso representava um ónus político “terrível”. Disse que a iniciativa dos Deputados implicava um grande esforço interno e que o resultado seria sistematicamente afirmativo. Mas previa uma “carrera”!... Reco-

mendava que, antes da intervenção do Governo, deveria haver uma entidade-filtro e que se fixasse um número elevado para os peticionários e uma convergência de votos, pelo menos de metade, quer das Câmaras Municipais quer das Assembleias Municipais envolvidas (Este é que seria o verdadeiro travão, porque nesses enquadramentos seria difícil haver consenso). Alguns pensavam que o travão poderia ser o reconhecimento das assinaturas dos Cidadãos, mas não era, porque se a Administração não o conseguisse fazer depressa, isso conduziria a protestos insuportáveis. Alguém recomendou que se a iniciativa fosse de um grupo de Cidadãos deveriam ser eles a instruir o processo. Queriam, ao mesmo tempo, deixar que houvesse essa iniciativa e que nós inventássemos o que chamaram de “travões”, para que não houvesse facilitismos que todos sabíamos aonde conduziriam. O Secretário de Estado sublinhou a importância política da questão. Para a parte processual seria sempre encontrada uma solução. O essencial respeitava a quem tomava a decisão final e com que bases. Até ao momento, os Deputados queriam garantir a maior liberalidade, mas contrariada por mecanismos cuja sede estaria longe deles... Alvitrou-se manter a Lei tal como estava, por se temer ver o partido do Governo a votar sozinho, o que seria mau em matéria de tal importância.

O sexto tema foi a Lei dos baldios. Havia que a adaptar às circunstâncias do nosso tempo. Em muitos lados já não existiam comissões de compartes e as Juntas de Freguesia ambicionavam tomar posse deles, sabe-se lá para fazer o quê... Mas havia um parecer do Tribunal Constitucional muito avesso a alterar a situação. Teria de se avançar com grandes cautelas jurídicas.

O sétimo tema respeitava ao regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia. Não eram os funcionários; tratava-se, mesmo, dos eleitos. A oposição pressionava muito, particularmente o Partido Comunista; em certas zonas do Alentejo não havia empregos alternativos e eles queriam remunerações para o pessoal político, mesmo de Freguesias muito pequenas. Nós contrapúnhamos a ideia de voluntariado para esses lugares. Mas eles tinham as suas clientelas. O Governo ainda admitiu uma compensação material em Freguesias de mais de 20.000 eleitores e sem funcionários a assegurar as tarefas burocráticas. Mas era evidente que aquele número deixava de fora a maior parte das unidades que eles tinham em vista. O projecto de lei havia sido aprovado na generalidade, mas a

discussão na especialidade tardava; nós não fazíamos esforços para que ela avançasse e a oposição desesperava... Havia um projecto de lei para a heráldica municipal. Ele estava apoiado em pareceres de quem sabia da matéria. Não víamos qualquer inconveniente em que avançasse.

Finalmente, havia que abordar uma questão assaz delicada: a limitação de mandatos dos Autarcas! Muitos não queriam ouvir falar disso, mas estava-se a chegar a situações à francesa, com Presidentes de Câmara em funções há vinte anos ou mais... Sugeri que fosse feito um estudo acerca da situação na Europa, mesmo sabendo que havia exemplos que não nos convinha seguir. A questão só veio a ser resolvida mais de vinte anos depois, com efeitos somente nas eleições autárquicas de 2013, ocasião em que se retiraram os chamados “dinossauros” do Poder Local... que foram algumas dezenas!...

*

No dia 19 de Janeiro fui à Assembleia da República para dar explicações acerca dos programas transfronteiriços que estavam em curso. Quem questionava era o PS, pela voz do Deputado Armando Vara. Queixava-se de que não havia informação suficiente para julgar o que se estava a fazer. Perguntou-me o que propunha eu como actividades económicas para a zona. Respondi: as que os empreendedores considerarem como viáveis. Lamentou que o programa fosse um simples enunciado de infra-estruturas; queria que fossem apontadas as indústrias e os serviços que seriam apoiados para se localizarem na zona. Não se podia ser mais dirigista!...

*

Como já referi, a questão das dívidas das Autarquias à EDP estava a ser difícil de resolver. E a empresa estava em apuros financeiros para se lançar em novos investimentos. Eu acho que o processo deveria constituir um “caso de estudo”, porque os ensinamentos extravasavam o domínio circunscrito da constituição de uma nova empresa. Desde a integração de trabalhadores com níveis de preparação muito diferentes à fusão de culturas de empresa muito diversas, teve de se atender a aspectos com dificuldades insuspeitadas. Em 24 de Janeiro de 1990 soube que já tinham sido cativados 1,336 milhões de contos que haviam sido transfe-

ridos imediatamente para a EDP; isso correspondia a um valor médio mensal de 183 mil contos. Os montantes não eram impressionantes; mas o facto de se tratar da cobrança de uma dívida era!

*

Eu atribuí sempre uma grande importância à preservação do nosso património construído. Por ter visto alguma coisa, por esse mundo, observei que se não se tratar dele, assistiremos ao seu afundamento e perda. Os Autarcas sabiam disso e vinham, com frequência, pôr-me os seus casos. No dia 29 de Janeiro de 1990 foi a vez do Presidente da Câmara de Valença vir apresentar-me o rol dos seus problemas. A muralha precisava de ser recuperada; as ervas tinham invadido tudo; havia uma grande infiltração mesmo por baixo da pousada; era necessário reconstruir o sistema de distribuição de água e de saneamento dentro da praça-forte porque os tubos de fibrocimento lá colocados em 1960 estavam “como folhas de papel”; era preciso declarar como de utilidade pública toda a área do campo da feira, e, assim, sucessivamente. Cada tópico reclamava uma solução específica, financeira e operacional. Mas foi-se resolvendo um após outro, sempre com o executivo local a comandar a solução e a responsabilizar-se por levá-la adiante. Aprendi muito com essas conversas!...

*

Em sessão de despacho com o Primeiro-Ministro, em 30 de Janeiro de 1990, entre outras coisas, tratámos da questão da limitação de mandatos dos eleitos locais. Já nessa altura começava a dar-se conta da inconveniência da repetição sem fim à vista. Não foi, então, que se resolveu o assunto. Havia casos em que não se vislumbrava uma rotação nem a possibilidade de ela ocorrer. E já havia sinais de que a indefinição de um termo estava a ser nefasta. Quando se verificou a substituição definitiva dos “dinossauros” (em 2013) havia quem tivesse mais de 30 anos de exercício de funções ininterruptas. Não é por este facto ser comum em França que isso o torna virtuoso. Tive ocasião de ver, em Portugal, que mesmo em instituições privadas, a limitação de mandatos consecutivos é muito salutar. A permanência, mesmo renovada pelo voto, cria numerosos in-

convenientes, todos ligados ao estabelecimento de rotinas que não favorecem a inovação. E esta tem de ser permanente.

*

Em despacho de 7 de Fevereiro de 1990, o Secretário de Estado da Administração Local alertou-me para o facto de não haver, no mercado, técnicos em número suficiente para levar por diante a elaboração dos Planos Directores Municipais em que eu estava a insistir. Eu teimeei: o mercado ir-se-ia adaptando, uns fariam melhor, outros pior, mas não se poderia tolerar a indisciplina vigente. Houve quem baixasse logo os braços, não tentando sequer envolver-se na operação e encomendando o trabalho a gabinetes da capital. Um destes teve o atrevimento de usar o mesmo estudo introdutório para três ou quatro, só modificando a parte final das propostas... Mas todos acabaram por fazer o exercício e interiorizar a importância de adoptar regras para o ordenamento do espaço por que eram responsáveis. A segunda geração de PDM já seria melhor do que a primeira. E se nós conseguíssemos vencer a apatia vigente das populações, haveria mesmo um impulso de baixo para cima a reclamá-los.

Não deixo de considerar sintomático que um dos últimos PDM apresentado tenha sido o do próprio presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Neste caso tratava-se de uma afirmação de personalidade... O que eu disse nesse despacho foi: agora é a vez dos PDM e temos de levá-los até ao fim; a seguir virá a vez dos PGU. Mas agora eram os PDM e não poderíamos abrandar a pressão!

*

Com a abertura a Leste, o Conselho da Europa pediu-nos para destacar técnicos para irem explicar às novas autoridades, como funcionavam as Autarquias Locais no Ocidente. Em 7 de Fevereiro, decidimos, o Secretário de Estado e eu, quem mandaríamos para fazer uma acção na Hungria. Tinha de ser um quadro competente, para não vacinar nem ferir ninguém. Assim foi feito, com bons resultados.

*

O Secretário de Estado Nunes Liberato tinha ido a Coimbra e tido na Comissão de Coordenação da Região do Centro uma longa reunião na qual havia passado em revista a situação de setenta e oito Municípios! Um dia inteiro! Deu-me nota do que ouviu em despacho no dia 12 de Fevereiro.

*

Em 13 de Fevereiro reuni-me com o Ministro do Comércio e Turismo e com os Secretários de Estado da Administração Local e do Turismo. O objectivo era encontrar formas de maximizar as potencialidades do turismo e evitar os seus defeitos (desordenamento, alta densidade, etc.). O Secretário de Estado do Turismo achava que a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional tinham sido traçadas com demasiada largueza, não dando muito espaço para as actividades ligadas ao turismo. Eram as zonas já saturadas que ficavam atribuídas ao turismo. Antevia que em Albufeira, onde já tínhamos “um mar de cimento” com dois andares, poderíamos vir a ter, em breve, um outro mar de dez pisos!... Deveríamos definir “tectos” para a densidade e libertar muitas parcelas da RAN e da REN que tinham uma outra vocação mais rentável. O ministro insistia em que o turismo não poderia representar um sector residual. O que estava em causa era, especialmente, o Algarve. No PROT que já estava em vigor havia zonas indicadas para actividades turísticas.

Pedimos aos nossos visitantes que nos ajudassem a definir uma Reserva Turística Regional que pudesse ser articulada com as decisões das Câmaras; tratava-se de apontar os espaços com potencial turístico marcante. Desde que o sector as definisse e lhes fosse dada força de lei, nós estaríamos em posição de dar instruções para que as pretensões do turismo fossem consideradas nos planos municipais de ordenamento.

*

No dia 16 de Fevereiro, tive uma das minhas habituais reuniões para acompanhamento da elaboração do PROT da Costa Alentejana (Plano Regional de Ordenamento do Território). Impunha-se concertar a acção dos decisores locais, até

porque se estava a assistir a uma pressão sobre o litoral cujo exagero seria, seguramente, nefasto. A área englobava os concelhos de Alcácer-do-Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Estavam solicitadas licenças para construir hotéis, num total de 150.000 camas! Era a população do distrito de Portalegre! E, como sempre, as propostas eram para os pôr em cima da praia para poder molhar os pés sentado na cama!... As construções clandestinas estavam razoavelmente controladas. Eu tinha ido com o Secretário de Estado, disfarçados de banhistas, ver um parque de campismo perto da Comporta. Era inacreditável o que se via. As pessoas tinham barracas de lona e as “caravans” ao lado umas das outras, com televisões ligadas e jarras com flores de plástico como se fosse um apartamento urbano. Estava tudo aberto e falava-se cordialmente de uma barraca para outra. Alguns terminavam um grande almoço de sardinhas assadas cujo cheiro pré-anunciava o que se haveria de ver. E tudo isto em cima de uma duna magnífica. Tratava-se de 130 quilómetros de costa muito variada e uma das áreas mais preservadas do país e da Europa. As zonas de construção clandestina menos controladas situavam-se no interior: Lagoa de Santo André e Odemira. Tinha de ser encontrado um conjunto de soluções variadas porque a natureza das agressões não era a mesma para todo o espaço e, por isso, reclamava-se uma diferenciação dos tratamentos e das precauções. Havia já exemplos bem-sucedidos de colaboração com os promotores privados como acontecia nos Aivados. E outras em que era ainda possível orientar a ocupação para soluções com qualidade, como na Comporta. Estava fora de causa autorizar a ocupação directa em cima das dunas que era o que todos os promotores queriam. Problemática era a questão dos parques de campismo cujos animadores e utentes entendiam mal ter de ficar a 1 ou 2 km das ondas. Escusado será dizer que os problemas de saneamento básico desses parques eram seriíssimos.

E, todavia, os valores naturais que queríamos preservar eram raros. Eu invocava continuamente o exemplo da costa mediterrânica espanhola, toda ela negligentemente tratada para benefício especulativo de uns poucos e malefício de muitos milhões, potencialmente para sempre. As pressões já vinham de trás. Poderíamos datá-las desde 1979, quando se descobriu a convergência da grande acessibilidade, com um clima doce e praias de areia fina infindáveis. Mas, no interior da

zona, havia potencialidades agrícolas muito interessantes, particularmente para a horticultura; era nessa área que se cultivavam os primores mais precoces do país, como descobriram alguns produtores estrangeiros que os mandavam directamente para Londres como tive ocasião de visitar uma vez.

A densidade de ocupação era, nesse tempo, muito baixa. Mas havia solicitações para todos os tipos de empreendimentos: de luxo, parques de campismo, “maisonnettes” de veraneio com uma percentagem de isolados muito elevada. Estava-se a verificar um movimento especulativo muito intenso; as transacções faziam-se sobre projectos que eram vendidos várias vezes de seguida, sempre com aumento dos seus preços. Raras vezes se transaccionava uma casa já construída. Como se dizia, “era tudo no papel”... Era certo que não se podia tratar todo o litoral de forma homogénea. Mas havia um ou outro exemplo que poderia ser generalizado; por exemplo, Odemira dispunha de um bom regulamento para os restaurantes de praia. Era mais fácil replicá-lo noutros Concelhos do que estar a desenvolver outros quatro novos.

Havia já duas áreas protegidas: o Estuário do Sado (1980) e a Costa Vicentina, definidas comigo, em 1988. O PROT, que tinha sido adjudicado em Dezembro de 1989, deveria estar concluído em Dezembro de 1990. Nós queríamos que ele fosse objecto de uma subvenção global para facilitar a sua concretização. Tínhamos pressa em disciplinar a ocupação dos terrenos.

Havia o problema comum a todas as áreas deste tipo: a grande sazonalidade da sua ocupação. Só nos meses de verão e, mais concretamente, em Agosto é que se justificariam tantas camas como as que eram solicitadas. Era preciso articular com outras formas de ocupação (por exemplo, a horticultura nos terrenos arenosos do interior) e outras formas de atracção turística para os meses em que não se poderia ir à praia (por exemplo, o golf). Decidimos privilegiar os investimentos turísticos de qualidade que criavam emprego, em vez dos loteamentos correntemente de construção medíocres e que iriam ficar abandonadas ao longo de uma boa parte do ano. De qualquer forma, a ocupação teria de ficar, por sistema, atrás das dunas. Pretendíamos encontrar soluções que preservassem a paisagem, mas que, ao mesmo tempo, contribuíssem para o desenvolvimento da zona.

Os Presidentes das Câmaras falaram todos para dizer das suas dificuldades e perspectivas. Referiram-se às pressões que sobre eles eram exercidas e a que tinham dificuldade em resistir. Por isso, o PROT era bem-vindo. Disseram que os promotores achavam sempre as áreas protegidas como um empecilho à sua acção; eu respondia que, ainda bem que elas existiam; de outra forma seria a selva generalizada! Alguns irritavam-se contra a preservação das zonas de regadio; eu comentava dizendo que o País, para se desenvolver, precisava de mobilizar todos os seus recursos, e, naquela parte do país, as zonas irrigáveis eram “ouro”! Criavam riqueza e emprego! Até os ingleses ali vinham cultivar alfices, durante todo o ano e de diversas qualidades... Como sempre, queriam mais estradas e redes eléctricas. O Presidente da Câmara Municipal de Sines, eleito pelo PCP mas, fundamentalmente, interessado no desenvolvimento da sua terra aproveitou para anunciar, com solenidade, que o seu PDR seria aprovado nessa noite na Assembleia Municipal. Estava ufano (como diriam os brasileiros) por esse facto. Eu sempre me entendi bem com ele porque ele punha o progresso do seu Concelho à frente da ideologia; e, por isso, foi reeleito. Queria mais dinheiro!... Não era novidade. Mas disse que tínhamos de fazer as coisas de modo a que as pessoas não sentissem a preservação como um fardo. Eu estava de acordo, naturalmente.

O Presidente da Câmara de Santiago-do-Cacém resumiu a postura a adoptar dizendo: “Desenvolver, preservando”. Era isso mesmo! Também estava preocupado com a situação de Santo André. Tinha conseguido conter a ocupação clandestina na primeira duna mas os doze quilómetros de costa, nessa área, eram demasiadamente apetecidos...Querida apoio financeiro para proporcionar alternativas à construção clandestina especialmente na zona da lagoa.

O Presidente da Câmara de Grândola não deixou de referir que só o seu Concelho tinha 45 km de costa! Dava prioridade à agricultura para a qual dispunha de condições excelentes.

O de Alcácer-do-Sal começou por dizer quanto lhe custava olhar para a Península de Tróia e para a decadência do empreendimento da Soltróia. Hoje (2015) está tudo reabilitado.

O Secretário de Estado Nunes Liberato esclareceu que nem a preparação do PROT nem, depois, a sua entrada em vigor significavam a paragem fosse do que fosse;

era importante concertarmos pontos de vista e adoptar uma filosofia comum mas agir, desde logo, com os instrumentos de planeamento a que tínhamos acesso. O encontro terminou em clima de entusiasmo, como eu gostava.

*

Mesmo quando se tem todo o cuidado para desenhar fórmulas institucionais que atendam às sensibilidades das diversas partes envolvidas, nada prescinde o acompanhamento do arranque do seu funcionamento para ver se é necessário proceder a qualquer eventual ajustamento.

Já me referi ao modo como nasceu o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) cujo primeiro presidente foi o Prof. António Barbosa de Melo. Ele ficou localizado em Coimbra, onde seria fácil o recrutamento de docentes e, também, onde se situava a sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Recebi-o no dia 19 de Fevereiro de 1990. Começou por me dizer que havia: i) um problema institucional; ii) um problema de actividade e iii) um problema de meios. Percorremo-los um a seguir ao outro. A estrutura concebida não era operativa. Tinha sido, compreensivelmente, dada uma posição predominante à ANMP no Conselho Geral. Afinal, eram as Autarquias as primeiras interessadas e os principais clientes da actividade da instituição. No Conselho Directivo havia três Presidentes de Câmaras, todos muito ocupados, não dando a colaboração desejada. Havia uma manifesta falta de empenhamento; levavam para ali uma reivindicação que se deveria passar noutro lado? A verdade é que, para o CEFA funcionar tinham de ser alterados os seus órgãos de gestão. Mas o assunto tinha delicadezas políticas. Decidimos que a participação dos Autarcas devia ficar contida no Conselho Geral. A gestão de todos os dias deveria ser confiada a uma “directoria” muito operacional. O segundo problema respeitava à actividade. O curso de formação autárquica, tronco de toda a actividade do CEFA, tinha sido estruturado para dar uma formação geral, conferindo aos participantes, simultaneamente, uma cultura administrativa e uma preparação técnico-administrativa. Dirigia-se, especialmente, aos funcionários autárquicos. Os eleitos deveriam ser formados no seio dos partidos que os designaram para concorrer às eleições autárquicas. Era evidente que, naqueles anos (90's) tudo estava em mudança acelerada. Mas é bom

considerar que a evolução é contínua e que a adaptação deve representar uma preocupação permanente. O corpo dos funcionários autárquicos deveria ter uma formação aberta, que seria objecto de ajustamentos curriculares periódicos, algumas vezes transmitidos através de acções específicas curtas para actualização de conhecimentos. Havia, também, cursos de aperfeiçoamento centrados no pessoal administrativo. Era este, aliás, aquele sobre quem a acção se deveria focar. A estrutura administrativa das Câmaras era vital que funcionasse de forma muito lubrificada. Para o pessoal não-administrativo, dever-se-ia contemplar o recurso a protocolos com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) que desenvolvia acções de formação para numerosas profissões úteis a toda a economia e que tinha uma longa experiência de as montar e oferecer.

Havia, também, uma outra dimensão da actividade do CEFA que tinha uma importância estratégica do maior relevo: a cooperação com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Essa cooperação era muito solicitada, especialmente por Cabo-Verde e pela Guiné, entendendo eu que lhe deveríamos responder com prontidão e aplicação. A fórmula habitual era virem funcionários escolhidos por eles que faziam uma aprendizagem para monitores, estando umas semanas em Coimbra e passando, depois, por algumas Autarquias de norte a sul do país. Era a fórmula do “training of trainers”, a única à qual nós tínhamos capacidade para responder. Havia um pedido de Moçambique para realizar uma acção semelhante, mas tendo como “trainers” antigos funcionários moçambicanos do quadro administrativo do Ultramar. Havia, ainda, uma solicitação da UCCLA. De todas estas acções de cooperação, a que corria melhor era a de Cabo-Verde, o que não me surpreendia.

Havia, numa outra esfera, uma acção que nos tinha sido solicitada pelo Governo de Macau, para preparação de intérpretes e guias, tendo como objecto estudantes ou recém-formados em História de Arte. O CEFA era o organizador desses pequenos cursos em colaboração intensa com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A terceira ordem de problemas respeitava a meios. Toda a gente esperava que as acções de formação levadas a cabo fossem de graça!... Só alguns cursos específicos realizados a solicitação das Autarquias eram pagos por elas. Tudo o resto,

incluindo as ajudas de custo para os funcionários se aboletarem em Coimbra durante os cursos, deveriam, no entender geral, serem custeados pelo Estado. Ora isso não era possível! O Centro de Estudos ainda poderia ter encomendas do próprio governo, mas era difícil assumir compromissos estendidos no tempo para assegurar fundos em permanência para manter um corpo de investigadores que não fizesse outra coisa. A verdade é que havia poucos recursos e nenhuma folga financeira para levar a cabo a investigação aplicada em novas áreas.

Foi nessa altura que se começou à procura de instalações novas e folgadas que foram conseguidas por grande empenhamento do Doutor Manuel Porto, ao tempo Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro e do próprio Ministério. Agora (2015), que se está a acabar com um grande número de instituições e em que o CEFA já passou a fundação, há interesse expressivo da ANMP pela CEFA, a que não deve ser alheio o palacete e seus jardins (1,6 ha)..

Dadas as dificuldades em encontrar formandos, sugeri ao Presidente que desenvolvesse uma fórmula desconcentrada para realizar o curso de formação geral ou parte dele e que elaborasse uma proposta de estatuto dos diplomados, aos quais fossem conferidas algumas regalias, por terem frequentado com aproveitamento o dito curso. E pedi, também, para reduzir o que se pudesse ao período de permanência dos formandos em Coimbra que surgia como o obstáculo maior à capacidade de atracção do curso.

*

A emulação é uma grande alavanca para o progresso. Mas seria bom que para este contribuíssem expressivamente aqueles que querem ver a sua situação melhorada. Ora, em Portugal, é costume querer muito ver essa melhoria realizada, mas à custa do Estado. Vem isto a propósito dos pequenos clubes que tinham campos de futebol de terra batida. Os grandes dispunham de campos relvados que custavam bom dinheiro a preparar, a plantar e a manter. Mas, se não fosse relvado, o campo não prestava!... Até porque alguns jogos não poderiam lá ter lugar. De modo que havia grandes pressões para se financiar o arrelvamento desses campos. Quem tinha a tutela do Desporto era o Ministro da Educação que era quem mais pressionava para que se arranjassem meios para o fazer. Eram equipamentos locais, pelo que acabei por ser eu o foco de todas as pressões.

Decidimos que só estávamos em posição de contribuir com 2.500 contos por cada um e que só financiaríamos 10 por ano. A hierarquização das propostas seria incumbência da tutela do Desporto. Era evidente que cada operação custava muito mais do que aquela contribuição. Mas os clubes arranjam o complemento (algumas vezes o valor da comparticipação...). E assim se conseguiu cobrir o País de verdes relvados à inglesa, assegurando as melhores condições à prática do “desporto-rei”. Com resultados excelentes, aliás.

Um dia pedi que me fossem explicadas, num excelente campo, as exigências de toda a operação. Fiquei muito impressionado com a complexidade do assunto.

*

Em Portugal, como em alguns outros países, há o fascínio da burocratização. A explicação é complexa. Em alguns casos, o que está em causa é a afirmação dos pequenos poderes; nas situações mais graves tratava-se mesmo de impor dificuldades para cobrar facilidades. Mas, sendo as coisas o que são e havendo uma propensão manifesta para complicar o que deveria ser simples, impõe-se uma atenção permanente em relação à desburocratização.

Em 20 de Fevereiro de 1990 tive uma reunião com os presidentes das Comissões de Coordenação Regional para avaliar como estavam a prosseguir os esforços para tornar mais simples as relações dos Municípios com o seu “público”. Estava em causa a instalação dos “centros de formalidades” que muito têm vindo a fazer para aliviar a carga imposta aos peticionários que se aproximam da Administração. O problema não é só nosso! Em Espanha estou sempre a ouvir queixas contra o “mucho papeleo” com que se tem de lidar. Eu havia pedido aos presidentes para me enviarem sugestões praticáveis. A primeira preocupação era evitar duplicações desnecessárias. Como sempre acontece, para simplificar processos, foram-me pedidos mais meios para assegurar maior fluidez na tramitação dos processos. Isso estava fora de causa. Eu defendia que, nos casos em que a Administração não se pronunciasse a tempo, a solução seria o deferimento tácito da petição; isso causava muita perturbação a alguns. Queriam que fosse excluído das medidas mais radicais o sector imobiliário; exactamente aquele que mais queixas levantava!... Precisavam de dar formação especial aos funcionários e, por

isso, tempo suficientemente largo para o fazerem; tratava-se de diferir a entrada em operação das novas medidas; se houvesse alguma coisa de errado, deveria ser eu a arcar com as responsabilidades, porque tinha sido alertado para as dificuldades. Para desempenhar tudo a contento deveria proceder-se a uma actualização da informação relevante, porque, sem ela estar disponível, só os velhos processos continuariam a merecer confiança. A informação actualizada não era importante somente para responder às solicitações do público. Também o era para o chamado “centro de desembaraço” que deveria articular elementos vindos de vários lados. Tudo o que eu pretendia significava um acréscimo de trabalho enorme e os meios escasseavam. Concordava-se, naturalmente, com o propósito; tinham até informação de que em Espanha se estava a tentar fazer uma coisa semelhante, mas a operação reclamava tempo e meios de que não dispunham. Eu tinha que actuar pela persuasão. Sem a adesão dos responsáveis eu não conseguiria fazer nada. Mas eles, concordando com os objectivos, estavam a sublinhar especialmente as dificuldades. Não gostariam de vir a ser responsabilizados por nenhum fracasso. Era um exercício de “elasticidade”, aquele em que eu tinha embarcado; até que ponto poderia esticar? Houve um que chamou a atenção para os níveis não-habituais de dedicação e de trabalho que a mudança reclamaria. Nunca o diferimento tácito! Sugeri a realização de uma experiência-piloto, limitando um sector que fosse considerado como crítico e onde se pudessem testar as alterações sugeridas. Pareceu-me que aceitavam a sugestão para confinamento dos riscos. Era o processo dos “pequenos passos” a operar... Hoje, há centros de formalidades em vigor em várias instituições e com aprazimento generalizado. Mas a sua criação enfrentou resistências insuspeitadas. Estando todos de acordo com os objectivos a alcançar!... O que seria se não estivessem!...

Os aspectos que mais receavam eram todos os que mexessem com o ambiente. Sabiam que havia um julgamento público muito severo e que os prevaricadores ou potenciais autores de “atentados” eram muitos e muito imaginativos. Por isso se punham em guarda. Mais uma manifestação da falta de confiança que reina na Sociedade Portuguesa e na certeza generalizada de que todos abusarão, se lhes for dado ensejo para o fazer. Por isso, o controlo é o melhor! Mas o seu excesso faz parar a “máquina”!

O domínio que eu tinha em mente era o das Autarquias Locais, onde há sempre tantos “papéis” para tirar: certidões, atestados, declarações, vistos, etc. Combinámos que, para começar, teríamos três núcleos coordenadores, em Lisboa, Porto e Coimbra, onde os problemas eram mais agudos mas, também, onde havia meios humanos para afectar à operação. Preocupava-me o Algarve, mas, nesta região, estávamos de facto desguarnecidos de meios humanos para afectar à operação. Combinámos produzir manuais e fazer encontros ou seminários, antes de passar à produção de normativos. Deveriam ser privilegiadas as acções com impacto directo sobre o público. Chamaram, repetidamente, a atenção para o facto de bulir a desburocratização com comportamentos e isso ser, em todos os casos, difícil e demorado. Ficámos, então, combinados que iríamos para a frente com operações-piloto, limitadas no seu âmbito e observadas de perto.

Quando faço o balanço das iniciativas que tomei nesta matéria, fico sempre com a suspeita de que, afinal, aos Portugueses aborrece a mudança. Não gostam de alterar os hábitos mesmo quando isso lhes facilita a vida!

*

O PROT do Algarve (Plano Regional de Ordenamento do Território) deu que fazer! Em 2 de Março tive uma reunião em que o Secretário de Estado da Administração Local me disse que o Secretário de Estado do Turismo anunciava que queria controlar tudo o que se passasse a sul da EN 125. Propunha-se definir quatro zonas com densidades de ocupação diferentes: (1^a) 200 hab/ha; (2^a) 100 hab/ha; (3^a) 70 hab/ha e (4^a) 30 hab/ha. Concedia que a Ria Formosa ficasse fora dessa zona. Face ao comportamento pouco disciplinador das Autarquias Locais, até aí, seriam avocadas as suas competências nesta matéria! Ora, isso era para mim completamente inaceitável. Bulia com toda a filosofia de reforço do Poder Local, não seria eficaz e lançaria mão de um único instrumento (densidade de ocupação) que, por si só, não se revelaria suficiente para assegurar a disciplina do uso do solo. Tive que me opor, frontalmente, ficando com a responsabilidade total pelo sucesso da metodologia de elaboração do PROTAL que, até aí, tinha sido conduzida por via da persuasão dos agentes naturais que eram os Autarcas. Uma tal proposta não tinha, seguramente, o res-

paldo do Ministério do Comércio e Turismo, o que complicava as coisas. Mas não são as atitudes autoritárias que resolvem estes assuntos. De modo que disse, sem equívocos, que não seria daquela forma que iríamos avançar. Não insistiram.

*

Apesar de terem sido definidos critérios gerais para a pontuação das propostas de equipamento a subsidiar, com uma apreciação feita por três entidades distintas cujas classificações havia que conjugar, apareciam sempre insistências para alterar o ordenamento assim obtido. Pensava-se que, depois de ter sido um sistema que parecia lógico e que não havia merecido reparos aquando da sua adopção, uma pressão de natureza política sobre o ministro pudesse fazer alterar as regras. Quem assim procedia não me conhecia. Depois iam-se queixar dizendo que eu era inflexível e não entendia as necessidades daquela zona ou daquela instituição. É, por isso, que alguns políticos detestam a definição de critérios gerais, preferindo ficar com as mãos livres, para poderem tomar decisões discricionárias. Eu não aprovo essa forma de proceder que permite muitas faltas de transparência e suscita, justificadamente, reparos de vários tipos.

*

No dia 2 de Março, os Presidentes das Câmaras Municipais de Sintra, Oeiras, Cascais e Mafra solicitaram ao Primeiro-Ministro uma audiência na qual eu estive presente. Eles queriam sensibilizá-lo para grandes obras e eu tinha-lhes aconselhado a abordarem-nas através de associações formais que se responsabilizassem pela sua condução. Estava em causa a extensão da área de captação de esgotos que usava o emissário da Guia, a construção de uma grande estação de tratamento de resíduos sólidos, para o que se propunham fazer uma associação (a AMURCE) e a constituição de uma associação para o desenvolvimento do turismo. Mafra queria um apoio especial para a construção de um grande colector de esgotos que os levasse para a Guia.

Havia um apoio especial do “Fonds de Re-établissement” do Conselho da Europa; queriam ver alargado o período de reembolso que era de cinco anos e que eles tinham aceite quando assinaram o respectivo contrato. Não iria ser fácil

alterar as condições do empréstimo!... Mas, tendo falhado a diligência feita comigo, queriam tentar uma através do Primeiro-Ministro. Como se compreende, não tiveram mais sorte... Ocorria uma circunstância que não era fácil. Eles quatro eram da área política do Governo, mas nos dezoito Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, a maioria era do PCP. Isso não lhes facilitava nada a vida. Daí o pedido da audiência que estava a ter lugar. Estes encontros em que se pedem tratamentos de excepção são sempre frustrantes para os visitantes e para os visitados. Estes, habitualmente, não têm as mãos livres para fazerem o que lhes é solicitado, porque há muita gente a olhar e pronta a denunciar qualquer falta de equidade. Os primeiros porque se convencem de que tudo é possível e isso não é verdade. Por isso, eu privilegio tanto a discussão para afinar critérios gerais que todos conheçam e que sejam aplicados sistematicamente. Quando houver boas razões para não os aplicar a um caso de espécie, isso tem de ser feito de forma pública, explicitando as razões que levam a não o fazer.

*

No dia 5 de Março recebi o Presidente da Câmara de Lisboa, acompanhado de três vereadores. A visita tinha a ver com os fundos estruturais de que a Câmara dependia para levar por diante o seu programa. O primeiro dos temas era o chamado eixo Norte/Sul. Em relação ao primeiro lança estava o financiamento estruturado; era a ligação entre o chamado nó da Avenida Gulbenkian e a Segunda Circular. Custava 10,5 milhões de contos; entre obras e alojamentos o FEDER suportaria 27% dos custos; mas era preciso assegurar que a parte da Câmara fosse objecto de um empréstimo do BEI. Eu apoiava, obviamente, esta combinação de fontes de financiamento. Mas o Presidente queria que o FEDER passasse para 50%, para ter de se endividar menos. O segundo lança seria feito totalmente à custa da Câmara e o terceiro ainda estava em discussão quanto ao seu traçado. A verdade era que todo o eixo era importante para o desembaraço do trânsito em Lisboa; fazia evitar o atravessamento de numerosos trechos já muito congestionados.

A obra tinha de ser conciliada com os interceptores de esgotos também em construção. Nas obras municipais há sarilhos menores ou maiores sempre que surge um investimento que “atravessa” vários departamentos. A coordenação tem de

ser feita sempre pelo topo porque os sectores, espontaneamente, não costumam procurar-se para se articularem; muita culpa da centralização que testemunhamos todos os dias, tem a ver com esta dificuldade em procurar os agentes situados ao nível de cada um para encontrar uma solução. Assim, os assuntos sobem sempre ao topo, gerando acumulação inconveniente de solicitações que escusavam de subir tanto.

Anunciaram-me a criação de um grupo especial para acompanhamento do PROT de Lisboa. E queixaram-se das suas relações com a Administração do Porto de Lisboa (APL). É um problema em todo o mundo. As zonas ribeirinhas são geridas pelas administrações portuárias; ora elas constituem sempre espaços muito pretendidos pelas próprias câmaras. Na Câmara de Lisboa referenciam-se à APL como a Câmara Municipal da Margem Centro... Anos mais tarde, quando estive ligado aos transportes marítimos europeus (2007/2014), vi que o problema era geral!... Havia mesmo um prémio dado pela ESPO (European Sea-Ports Organisation) para distinguir as administrações portuárias que conseguissem manter boas relações com as administrações locais. Leixões recebeu esse prémio uma vez.

*

Em 12 de Março, fui alertado para a urgência de se dispor de um estudo sobre as falésias do Algarve, desde Portimão até Vale do Lobo. Ele deveria envolver o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Direcção-Geral de Portos. Assim foi feito.

*

Depois de reuniões sectoriais, em Lisboa, em 12 de Março, fui a Faro para ter uma reunião com todos os Presidentes de Câmaras do Algarve a respeito do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região. Acompanharam-me o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e o Director-geral do Ordenamento do Território. O local escolhido foi o Governo Civil de Faro, tendo participado também o Governador; este ponto era matéria da maior sensibilidade política em relação à qual o seu parecer importava; por outro lado, ficava informado, logo na fonte, acerca do modo como as coisas estavam a avançar.

Eu comecei por enunciar os propósitos do encontro e pedi ao presidente da CCRA Algarve para fazer um breve historial do processo. Em Dezembro de 1987, tinha havido a primeira reunião para lançamento do mesmo. Em Agosto de 1988, havia sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros com as medidas cautelares, com o mapeamento dos compromissos e expectativas e com os banimentos impostos pelas Reservas Agrícolas e Ecológica (RAN e REN). Em 18 meses tinha havido onze reuniões plenárias. O processo ainda não estava concluído mas aproximava-se do fim. Íamos na quarta versão da proposta de zonamento. A RAN do Algarve dispunha de uma carta actualizada. O sector do turismo tinha sido estreitamente associado aos trabalhos desenvolvidos. Do zonamento acordado tinham sido retiradas as normas contidas no regulamento que estava, então, em plena fase de afinação. Haviam sido produzidos cenários diversos de evolução que tinham dado origem a grandes polémicas, mas tido o mérito de fomentar a discussão em torno da evolução possível da Região. A equipa de elaboração do plano tinha cumprido o que lhe tinha sido fixado. O grau de consenso a que se havia chegado estava à vista! Aquela seria a última ocasião em que se poderia comentar a proposta antes de lhe ser dada força de lei.

O Director-geral do Ordenamento do Território transmitiu o parecer da Comissão Consultiva. Chamou a atenção para o facto de o próprio PROT instituir os mecanismos para a sua actualização, revisão e ajustamento. Referiu-se à calendarização do debate público previsto. Naquela reunião colher-se-iam as últimas achegas e propostas de ajustamento antes daquele debate.

Depois desta uniformização da informação abri a discussão a todos os Presidentes das Câmaras do Algarve. Como se sabe, a Região era predominantemente socialista. Havia um Concelho comunista e dois ou três social-democratas. O resto era homogeneamente da oposição. Isso não impediu que eu mantivesse com eles relações de trabalho fluídas e mesmo cordiais. Mas, o que eu não poderia esperar eram aplausos! Tudo seria escalpelizado sem grandes contemplações. Eu aprecio a frontalidade; o que me impacienta são os jogos-duplos que, infelizmente, ocorrem tantas vezes na nossa amada Pátria... Não vou reproduzir os comentários de cada um dos Autarcas. Referirei a linha geral das suas intervenções, sem mencionar a origem.

Nem tudo tinha corrido bem, nem tudo tinha corrido mal; mas o acordo foi alcançado, porque todos os Presidentes estavam interessados nele. Tinha havido artigos sensacionalistas na imprensa, fomentando divisões entre eles, mas o que estava em causa era mais importante do que a querela politiquêira. Foi elogiado o desempenho do representante da DGOT que tinha conduzido o processo a bom termo. Em nenhum caso tinha havido a tentativa de “esvaziamento” das responsabilidades locais. Para o investimento previsto havia auxílios que não poderiam ser desaproveitados; mas as contrapartidas autárquicas eram expressivas e por isso tinha que haver “compreensão” (leia-se mais auxílios). Eles tinham aderido ao “discurso da qualidade”, porque estavam convencidos de que se tratava de um plano para o desenvolvimento e não para a sua frenagem. Os Concelhos periféricos disseram que “também tinham direito à vida”, com o que eu, naturalmente, estava de acordo. Queriam mais aprofundamento acerca das formas como se iria fomentar o seu desenvolvimento, particularmente os da “Serra”, quer dizer, os do interior; temiam ver reduzida a sua população para metade, o que consideravam (e bem) como um desastre. Houve um que confessou ter estado contra o zonamento até àquela manhã mas que a reunião que tinha tido o havia convertido!... Enalteceu o papel desempenhado pela Comissão Consultiva. Outro saudou a entrada numa época de consensos, na qual se sentia bem. Novamente, foram reclamadas mais estradas e reclassificação de alguns trechos que haviam sido “despromovidos”. A protecção da costa e, especialmente, das falésias era urgente; ela estava a ser erodida. Queriam mais acção e mais compromissos em relação à agricultura e às pescas; em relação ao turismo, estavam satisfeitos com a evolução verificada; mas temiam a falta de diversificação da economia (também eu!...). Um queria mais desenvolvimento florestal na sua área que tinha aptidão para isso. Outro chamou a atenção para a reabilitação urbana dos centros antigos. O traçado da Via do Infante foi naturalmente invocado; mas já tinham visto que a melhoria da EN 125 não constituía solução satisfatória; e Loulé estava satisfeita por ver o lanço que atravessava o seu território dispor de três nós.

Depois falaram os representantes sectoriais: da Agricultura, do Serviço de Parques, das Obras Públicas, da Habitação, da Indústria e, ainda, o representante da AECOPS (Associação dos Empresários da Construção e Obras Públicas do Sul).

Pronunciaram-se a favor do PROT com algumas recomendações pontuais. Era preciso apurar melhor as cartas da RAN; a Reserva Natural da Ria Formosa já tinha plano de ordenamento mas a de Castro Marim não e era preciso acelerar a sua elaboração; tinha que se dar maior atenção aos biótopos; a habitação social merecia um desenvolvimento maior; devia olhar-se mais para as zonas de localização industrial concelhias e tratar da realocização de unidades antigas fixadas no centro das povoações; as rochas ornamentais e as pedreiras reclamavam mais atenção, nomeadamente porque poderia conflitar com as actividades turísticas; a lei do arrendamento, então vigente, era bloqueadora do desenvolvimento urbano e da reabilitação. Como se vê, pontos de importância menor face ao grande acordo de ordenamento a que se tinha chegado.

Os responsáveis pela elaboração do PROT estavam, naturalmente, satisfeitos. E eu também. Estava demonstrada a capacidade para o elaborar numa zona cheia de interesses divergentes e potenciais conflitos.

O Secretário de Estado da Administração Local chamou, muito justamente, a atenção para o facto de o verdadeiro trabalho de implementação começar no dia seguinte. O exercício não tinha terminado. Tratava-se do primeiro PROT do país que representava o quadro propício para se celebrarem numerosos contratos-programa que materializariam as sugestões contidas no plano. Havia, agora, que desenvolver estudos sectoriais, planos directores municipais, planos de pormenor e outros instrumentos que traduzissem as orientações do PROT. Prometeu a realização de encontros para analisar as dificuldades que as Câmaras Municipais eventualmente tivessem para elaborar os seus próprios instrumentos de ordenamento.

O Secretário de Estado do Turismo também exprimiu a sua satisfação. Mas foi fazendo alguns avisos. As construções haviam crescido mais depressa do que as infra-estruturas; era preciso, agora, dar atenção a estas. A nossa concorrência tinha passado a ter dimensão mundial; por isso se impunha identificar muito bem o tipo de turismo que queríamos ter, que não era, seguramente, o da Costa do Sol, em Espanha... Portugal tinha que ganhar realmente com o turismo, em vez de subsidiar turistas estrangeiros. E havia que preservar o ambiente; o turismo era a melhor forma de o fazer.

Regressei a Lisboa satisfeito! Tínhamos levado a bom termo um exercício realmente difícil que muitas cassandras haviam previsto que correria mal. Foi importante que tivesse sido no Algarve o primeiro PROT aprovado. Só os das duas áreas metropolitanas seriam mais complexos. Mas haveriam de ser feitos!

*

No dia 19 de Março, fui a Lamego para uma reunião com os Autarcas do Agrupamento do Douro-Sul que se sentiam muito pouco acarinhados nos seus esforços para o desenvolvimento. Designavam o seu território como uma “zona cinzenta” e esquecida... A raiz do problema estava na definição das actividades que pudessem ser introduzidas para criar emprego, fixando os jovens que optavam por emigrar. Algumas das iniciativas que tinham sido tomadas (como o PDRITM) fomentavam a produção, mas não criavam novos postos de trabalho. E, embora eles sentissem que a sua qualidade de vida ia melhorando, a verdade é que viam os seus filhos partir e isso preocupava-os, naturalmente.

O porta-voz que começou a sessão era o Dr. Brito de Matos, Presidente da Câmara de Resende e dedicadíssimo autarca. Eu conhecia-o de há muito e havia entre nós uma relação de confiança sólida. Começou por dizer que queriam que eu os ouvisse para melhor os ajudar. Como seria de esperar, o primeiro ponto eram as estradas. Sentiam-se “encravados” entre montes e, apesar de estarem perto do Porto, não tiravam disso nenhuma vantagem. As coisas foram-se fazendo. Um dos estrangulamentos era uma nova travessia do Douro que acabou por ser na Ermida. O mérito de congregar todas as vontades pertence inteiramente ao Dr. Brito de Matos, mas ele era generoso e gostava de invocar o meu contributo; para marcar o seu reconhecimento, enquanto foi vivo e na primavera, vinha trazer-me um cestinho de cerejas do seu pomar; como é sabido as cerejas de Resende são das melhores do Douro. Dizia-me sempre que tinha vindo pela ponte da Ermida... A orografia da zona era, de facto, complicada e eles queriam que isso se reflectisse nos factores de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Queriam corresponder ao meu apelo para pensar em projectos de âmbito regional; concordavam que dispersar os meios em pequeníssimos projectos levava perto e, por isso, pretendiam apoio para os ajudar a definir iniciativas com impacto. A ponte

da Ermida foi uma delas. Como os centros urbanos eram pequenos decidimos instalar um GTL (Gabinete Técnico Local) de âmbito intermunicipal; viria a produzir bons resultados.

Lamego queria que o IP3 tivesse dois nós, um a sul e outro a norte da Cidade, o que veio a acontecer. Pretendiam criar um mercado de origem para os seus produtos; na zona e, especialmente em Armamar, estava 40% da produção da maçã nacional; a zona alta, mais fresca, é ideal para a sua produção. Já havia um mercado de origem em Trás-os-Montes, mas eles sentiam que não tinham nada a ver com ele que era muito orientado para os produtos da Terra Quente. O que queriam abarcaria Armamar, Lamego e Tarouca. Tinham uma comissão dinamizadora, mas o despacho pretendido não havia meio de aparecer. Ora isso era instrumental para o fortalecimento da base económica da área que era uma recomendação que eu fazia em toda a parte.

Sabendo-me sensível à recuperação do património, falaram num longo rol de pequenas igrejas e de dois mosteiros que poderiam integrar roteiros turísticos. A igreja de Ferreirim foi restaurada bem como a sua magnífica colecção de pinturas exactamente dos Mestres de Ferreirim.

Quando percorro as minhas notas, vejo que o que sobressaí são as estradas. Os actuais críticos do “betão”, na sua maior parte urbanos e de Lisboa, não imaginam a expectativa que todos depositavam nas ligações que faltavam ou eram más. A primeira ambição era o contacto, o resto viria depois. Até os equipamentos de saúde!... Agora que já têm as estradas, as prioridades são outras, obviamente.

*

O que tínhamos feito em matéria de fortalecimento do Poder Local atravessou fronteiras e chegou aos ouvidos do um jovem vice-ministro húngaro que queria muito conhecer de perto a nossa experiência. Essa vontade foi-me transmitida pelo Secretário de Estado, em 26 de Março. Não tomámos nenhuma iniciativa sem ser por intermédio do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o meu colega que formulou o convite. Ele esteve em Lisboa, onde o recebi à entrada e à saída. Foi visitar Municípios, GAT, GTL e Comissões de Coordenação Regional. Ao fim de uma semana estava exausto, mas, segundo me disse, muito satisfeito com o que

tinha visto e com a forma franca com que foi recebido em todo o lado. Disse-me que a visita tinha sido muito “inspiradora”.

Uns anos mais tarde (1997), sob o chapéu da OCDE, fui encontrá-lo em Budapeste, dessa vez ocupado na elaboração de planos de desenvolvimento integrado. Fez-me uma grande manifestação de simpatia, o que surpreendeu os meus parceiros de missão. Insistiu em explicitar, durante a reunião, quão útil tinha sido a sua visita a Portugal e as recomendações que eu lhe havia feito. Por isso, quando viu o meu nome na lista dos componentes daquela missão, tinha sublinhado, junto do seu “staff”, a importância que atribuía ao nosso encontro; todos me trataram como se eu fosse um velho amigo...

*

Já em 1990 se falava na concentração dos hospitais militares em Lisboa. Nessa altura falava-se na sua localização na Encarnação. A solução acabou por ser outra.

*

Havia alguns casos delicados em apreciação na Alta-Autoridade contra a Corrupção, no âmbito das Autarquias Locais. Tanto o Alto-comissário como eu estávamos convencidos de que seria bom para o País que fossem punidas, exemplarmente, as situações devidamente comprovadas, mas ambos sabíamos que se houvesse qualquer fuga de informação, mesmo durante as averiguações, os visados passariam a ser logo condenados na praça pública, com grande entusiasmo da imprensa que invocaria o seu sacrossanto dever de informar, mesmo sem confirmar a justeza ou a veracidade das denúncias que haviam conduzido à averiguação.

Um domínio em que havia grandes queixas respeitava às obras clandestinas e ilegais em que conviria acertarmo-nos para produzir legislação clara e de aplicação incontroversa. Por isso nos reunimos em 27 de Março para, em conjunto com o Secretário de Estado da Administração Local, definirmos os termos dessa legislação tendo em linha de conta os numerosos casos que haviam chegado à Alta Autoridade e que, em conjunto, traçavam o perfil das matérias que reclamavam regulamentação.

Eu sou sempre a favor da cooperação com quem tem acesso directo à melhor informação disponível. Neste caso, ela seria estabelecida com uma organização

presidida pelo Coronel Manuel da Costa Brás, personalidade com a mais alta craveira ética e rigor de procedimentos. Isso ficou uma vez mais demonstrado.

Havia um outro tema que interessava particularmente aos funcionários. As acções inspectivas, além dos inquéritos e das sindicâncias, contavam as inspecções ordinárias e as extraordinárias. Mas todas elas obedeciam a parâmetros muito rigorosos e tipificados que reclamavam tempo. Ora sucedia que, muitas vezes, um procedimento expedito seria suficiente para distinguir se se deveria manter em espera um determinado caso ou decidir, com base em indicadores fidedignos, que não valia a pena pôr uma determinada denúncia nesse grupo. Era o que se chamava os “casos expeditos” para os quais a Inspeção Geral da Administração do Território não tinha resposta, mas que tanto a Alta-Autoridade como o ministro da tutela gostariam de ver prontamente despachados para não ficarem pendentes, causando ansiedades e eventuais danos de imagem. Assim se estabeleceram as bases de uma colaboração entre a Alta-Autoridade e o Ministério com vista a definir novas formas de procedimento.

*

Já me referi ao fascínio dos portugueses pela burocracia. Um dos sectores em que se foi acumulando maior número de licenças exigidas era o do turismo. Havia alguma razão para isso, porque os hotéis e outros equipamentos do sector escolhiam, para se localizar, zonas sensíveis. Ou era na costa ou em planícies férteis que se procurava construir complexos com largas extensões dedicadas à prática do “golf”, ou junto a matas nacionais. Como se costuma dizer: sempre na “carne da perna”... E esta estava, obviamente, resguardada por legislação apropriada. Talvez houvesse excesso de zelo na sua aplicação, mas bastava ela ser muita para representar uma corrida de obstáculos muito irritante de ultrapassar. E os funcionários não gostavam de “pôr pé em ramo verde”. Como resultado, os casos mais complicados subiam sempre ao Ministro ou ao Secretário de Estado para que eles promovessem os necessários consensos e se “atrasassem” no despacho de aprovação.

No Algarve, nessa ocasião, havia muitas solicitações daquele tipo e na Costa do Estoril também. Mas o comum das pessoas não tem ideia de quão frágil é o sis-

tema da costa algarvia. Entre falésias pouco consistentes e lençóis freáticos que deveriam representar uma reserva estratégica de água, mas que estão constantemente ameaçados de intrusão salina se forem sobre-explorados, a estreita faixa do litoral algarvio tem de ser gerida com muito bom-senso, porque o risco de matar a galinha dos ovos-de-ouro é grande. Insisto em comparar a situação com a vizinha Costa del Sol, insusceptível de recuperação. Mas as pressões dos promotores eram enormes e exerciam-se sobre o Ministro do Turismo. Por isso, em 3 de Abril, me reuni com ele, com o Ministro do Ambiente, com o Secretário de Estado da Administração Local e com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve para decidirmos sobre os casos pendentes. A maior parte dos casos caía em cima da Reserva Agrícola Nacional, tendo-se feito poucos esforços para a proteger, localizando as zonas de construção e de impermeabilização do solo em franjas menos sensíveis. Em nenhum caso se tinha atendido aos leitos de cheia; nós sabemos como na região ocorrem as “flash floods”, sem prevenir e levando tudo por diante. Mas havia a convicção de que nós nos opúnhamos, porque não gostávamos nem do golf, nem do turismo, o que não tinha qualquer fundamento. Mas os promotores turísticos conseguiam transmitir a sua irritação ao Ministro que também protestava... Os casos que estavam, então, encravados eram: o da Herdade dos Salgados, o da Herdade do Reguengo, o de Monte Gordo, o do Pisão (perto do aeródromo de Cascais), o do Abano (perto do Guincho), o da Penha Longa e o de Pedras d’El-Rei (na restinga). Tudo zonas sensíveis. Não tomámos, ali, nenhuma decisão. No que eu me empenhei foi em definir uma orientação para que a Administração a aplicasse, fazendo sugestões aos promotores que, em alguns casos, compreenderam a razão de ser das exigências postas e deram instruções aos seus projectistas para optimizarem a ocupação do solo, reduzindo o mais que pudessem os impactos negativos. Assim foi feito. Não sei se hoje estão construídos todos aqueles empreendimentos. Fico satisfeito quando oiço falar que um grande torneio internacional teve lugar num deles que eu não conheço senão de nome. Afinal alguns foram construídos e estão a desempenhar o seu papel de apoio ao turismo de alto nível.

*

O assunto dos baldios ocupou-me várias vezes. Em Abril de 1990 havia uma versão de proposta de lei, originária do Ministério da Agricultura e que propunha o envolvimento dos Governadores Civis, na resolução de conflitos entre compartes. Eu não gostava dessa intrusão de um órgão não eleito na vida de organismos com tradições seculares. Parecia-me que isso seria inconstitucional e eu não queria ver-me a ter de defender uma proposta nessas condições. Era evidente que achava que deveria haver uma actualização das regras pelas quais eles se regiam. Mas recomendei ao Deputado que mais se interessava pelo assunto que fosse criado um mecanismo de controlo democrático. Não me agradava a ideia de o serem as Juntas de Freguesia, porque estavam demasiado próximas. O afastamento garantiria independência, mas estávamos hesitantes em relação à entidade que deveria desempenhar essas funções. Isso era urgente, porque havia abandono ou muito má orientação dos proventos dos baldios.

*

Em relação aos Planos Directores Municipais (PDM) e aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a iniciativa de os mandar elaborar e a definição do seu conteúdo pertenciam às Câmaras Municipais. Mas havia que assegurar que todos os trâmites tinham sido devidamente cumpridos e que o processo estava em condições de ser homologado pelo Governo. Essa era uma tarefa que incumbia à Administração Central, através da Direcção-geral do Ordenamento do Território. Sucedia que esta se encontrava desguarnecida. Tinha havido uma vaga de aposentações grande e o quadro estava desfalcado. Mas não havia permissão para abrir novos concursos. Sabendo disto, os Deputados da Oposição protestavam contra os atrasos verificados. As admissões em causa eram poucas, mas a inflexibilidade era total. Ultrapassou-se o impasse graças à dedicação dos poucos que ficaram e que se desdobraram em esforços suplementares para não deixar que o País ficasse sem instrumentos de ordenamento, como todos entendiam que devia ser. Foi em princípios de Abril de 1990 que definimos como se havia de proceder.

*

Eu gostava de acompanhar a elaboração dos instrumentos que havíamos definido. As zonas suburbanas são, seguramente, das que maiores dificuldades causam aos seus gestores. Alojiam população residente em maior número do que a activa; têm de prover a equipamentos para franjas da população que só os utilizam no fim-de-semana; recebem, proporcionalmente mais impostos locais do que as zonas centrais; mas algumas delas (como Oeiras) souberam atrair a sede de empresas inovadoras e criadoras de um emprego especializado, portanto, bem pago; mas também veem alojados no seu território muitos imigrantes de fracos recursos, cheios de necessidades e sem meios para as satisfazer... enfim, o rol de dificuldades encheria um livro!... Por isso, convidei para uma reunião comigo e com o Secretário de Estado, os Presidentes das Câmaras de Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra, onde estes tipos de problemas são mais visíveis. O encontro teve lugar no dia 17 de Abril de 1990.

Comecei por afirmar-lhes que o objectivo primordial era disporem todos de Planos Directores Municipais para se ter um enquadramento da acção conveniente. Todos concordaram. O Secretário de Estado disponibilizou-se para ajudar a desbloquear quaisquer dificuldades que estivessem a sentir, nomeadamente em outros departamentos do Estado cujas acções eles deveriam conciliar com as decisões que estavam a tomar. As dificuldades mais comuns tinham a ver com a Reserva Agrícola Nacional e com a Reserva Ecológica Nacional. Mas havia outros sectores cujas condicionantes havia que integrar nos PDM.

O discurso dos quatro Autarcas era de confiança! O Plano Geral de Urbanização da Ericeira iria estar pronto em Agosto, o da Malveira um pouco mais tarde. Mas as dificuldades haveriam de ser ultrapassadas! Todavia, as queixas contra alguns serviços da Administração Central foram numerosas. Um deles disse mesmo: “até 1985 eles não exerciam as suas competências, depois dessa data, parece que aceleraram...”. Quando passámos para a referência aos equipamentos co-participados é que foi um rol de queixas. As participações não eram suficientes, Cascais tinha algumas a 60% mas queria que fossem a 80%! Os quartéis de bombeiros preocupavam-nos a todos, porque os respectivos serviços eram numerosos e muito solicitados. Lamentaram que o voluntariado estivesse a acabar; queriam encontrar modos novos de financiar as corporações que deveriam manter

bombeiros profissionalizados. Houve um que sugeriu que o financiamento fosse feito através do pagamento dos serviços de ambulâncias, o que não me pareceu ter grande futuro; eu ouvia as frequentes queixas dos Ministros da Saúde que não tinham meios para atender a todas as solicitações. Depois vieram os pavilhões gimnodesportivos; havia obras interrompidas por falta de meios; em Sintra o hóquei em patins fazia 50 anos de prática nesse ano e não havia dinheiro para construir uma obra marcante!

As ligações à Auto-estrada preocupavam-nos a todos. Sabiam que dela viria a localização de novas actividades económicas e também de novos residentes com algumas posses. Um queixou-se da desorganização que encontrou nos serviços da Câmara. Tinha de atender a isso com prioridade, porque se não o fizesse, não conseguiria realizar mais nada; mas experimentava dificuldades para arranjar bons quadros; iam todos para o sector privado!... Em Cascais todas as zonas ditas de “construção clandestina” tinham sido englobadas na zona urbana e receberiam, por isso, tratamento adequado.

Havia quem se queixasse de ter herdado os efeitos de muitas decisões mal tomadas. Elas reclamavam re-análises, mas, também, muitas negociações face às expectativas criadas, se não mesmo a vinculações estabelecidas. Em muitos casos havia dúvidas. Queixaram-se de que os serviços centrais não dispunham de juristas e outros técnicos, em número suficiente, para lhes dar respostas atempadas. Mas eu não podia admitir ninguém para o quadro do Ministério... As instâncias em relação às quais havia mais queixas eram a Comissão de Coordenação e a Direcção-geral do Ordenamento do Território que, segundo diziam, demoravam muito tempo a dar resposta. Mas ambas não tinham mãos a medir...

Reclamaram contra a velha técnica de pedir elementos adicionais na véspera de caducarem os períodos para resposta anteriores e para deferimento tácito. A mim também me impacientava essa prática oportunista. Queria que eu definisse, por despacho, que só poderia haver um único pedido de elementos adicionais; mas um despacho não poderia derrogar vários decretos-lei!... Queixavam-se de que muitos dos pedidos de informação adicional não tinham qualquer fundamentação. Eram meros expedientes dilatatórios. E tinham razão.

Mas havia também quem dissesse que o trabalho de elaboração dos PDM estava a decorrer a bom ritmo e que tinham boas relações com muitos serviços. Com a DGOT é que experimentavam um diálogo difícil! Mas era ele o principal interlocutor, o mais solicitado e aquele que tinha de ser mais disciplinador. Eu nunca recomendei ao Director-geral para ser facilitório! Tratei de ver se lhe poderia facultar mais meios humanos. Nunca para abrandar o seu rigor.

Tinha havido muita construção feita sem qualquer licença. Era preciso disciplinar os abusos, mesmo demolindo construções que haviam sido embargadas a meio ou acabadas sem licença. Os primeiros dez anos a seguir à Revolução tinham sido de uma permissividade inacreditável. Tinha havido muitos promotores ousados e muito irresponsáveis; e tinham também encontrado compradores inocentes ou muito aflitos. Por isso, eu mandei elaborar um guia para o comprador de habitação, a que faço referência noutro lado e que teve várias edições!

Era fatal que as relações com a EDP tinham de vir à baila! Insistiram para que eu conseguisse melhores condições de pagamento das suas dívidas. Mas o assunto já estava encerrado.

Devo dizer que estas reuniões eram sempre densas mas, para mim, muito informativas. Nunca saímos zangados de nenhuma delas. Os meus interlocutores faziam-me a justiça de entender os meus propósitos. Separávamo-nos sempre em bons termos. Os Portugueses são gente civilizada!

As Áreas Metropolitanas experimentam problemas especiais devidos à grande aglomeração populacional que se forma em torno de um núcleo denso que concentra actividades e construções. O mais evidente desses problemas tem a ver com a acessibilidade que conduz, habitualmente, à necessidade de construir um sistema de transporte de passageiros pesado, na maior parte dos casos subterrâneo e que foi buscar o seu nome exactamente ao adjectivo que designa a área: metropolitano ou, abreviadamente, metro. Mas há muitos outros problemas. O meu amigo Nuno Portas costuma designá-los como problemas “de tubos”... A água, o esgoto, a energia, as telecomunicações e os próprios transportes que circulam em “canais” a eles reservados. Há linhas do metropolitano em Londres que foram perfuradas em argila dura e que justificaram o nome do próprio transporte: “tube”. Todavia, os problemas não se limitam a essa classe. Os equipamentos de toda a

ordem que são necessários, a afectação de construções a actividades que só podem ter lugar num grande centro urbano, a “imagem” que se deve projectar para fora e para dentro, a gestão de um calendário rico de acontecimentos públicos (em S. Paulo há mais de seiscentos, por dia, que são anunciados!...), as condições de segurança de toda a ordem que é imperioso assegurar, os conflitos que é preciso gerir... Enfim, a escala modifica a índole dos problemas, sendo indispensável pensar e actuar em termos diferentes do que se faz em centros urbanos de dimensões moderadas. Por isso, entendemos como conveniente proporcionar um quadro institucional adequado às nossas duas áreas metropolitanas – a de Lisboa e a do Porto – que são, naturalmente, de tamanho modesto quando comparadas com a Cidade do México, com Paris ou com Londres, mas que sofrem de problemas de natureza semelhante naquelas duas grandes categorias que referi.

Em conversa com o Secretário de Estado resolvemos solicitar a dois especialistas que fizessem propostas praticáveis para a instalação de um órgão em que se debatessem os problemas detectados e se analisassem soluções possíveis para os resolver. Logo dissemos que estava fora de causa a criação de uma nova instância eleita por causa da natureza das questões a resolver, muito semelhante aos temas urbanos correntes, diferindo somente na escala. Foi em 27 de Abril de 1990 que os dois definimos a arquitectura institucional do que queríamos: um órgão inter-municipal de coordenação da acção, presidido por um dos Presidentes das Câmaras associadas. Estávamos conscientes das limitações de um tal esquema que repousa muito na “necessidade” de resolver problemas que a todos afectam, sem encontrar resposta num só deles. A solução é diferente da de Paris, obviamente, mas também esta evoluiu muito ao longo do tempo. E eu entendo que a construção institucional deve ser evolutiva, com o carácter de um “learning system”. É esse arranjo, então proposto, que tem permitido coordenar a acção naqueles espaços ao longo dos últimos vinte anos. Os resultados são seguramente modestos. Mas há, pelos menos, uma mesa onde todos se habituaram a reunir e um secretário-geral que prepara as agendas e faz as actas. A ambição do que fizerem depende da vontade de todos. Algumas vezes pronunciam-se com vigor acerca de equipamentos ou de realizações que a todos aproveitam. Será bom que vão avançando.

*

Em fins de Abril de 1990 recebi o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde que, entre outros assuntos, me veio dizer das suas dificuldades em encontrar engenheiros no mercado. Não os havia, pura e simplesmente. Eram todos absorvidos pelo sector privado. Por outro lado, a informatização dos Municípios encontrava resistências internas. Combinámos fazer uma sessão restrita com a Direcção-geral da Administração Autárquica, as Comissões de Coordenação e alguns Municípios mais abertos ao processo. As relações com a EDP continuavam péssimas por causa das dívidas das Autarquias e da avaliação do património destas que seria transferido para aquela empresa.

*

As Autarquias Locais, através da ANMP, insistiam todos os anos em ver aumentado o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), protestando sempre que o seu valor era insuficiente para fazer face às muitas atribuições que tinham. A situação ideal é que o Cidadão que paga os impostos saiba não só quanto paga, mas também que serviços é que eles sustentam. Dessa forma poderá ter uma ideia do que eles custam e também do modo como as suas contribuições estão a ser usadas. E, na hora da decisão que é o voto, poderá escolher com fundamento quem acha que o poderá governar melhor. É para não multiplicar as máquinas de recolha de receitas que os impostos são todos recolhidos pela administração tributária nacional. Mas nunca sucedeu, no meu tempo, que os Autarcas solicitassem qualquer aumento dos impostos cujo fruto fosse directamente para as Autarquias. O poder decisório para os fixar cabia à Assembleia de República. O Governo só tinha capacidade de propositura. Mas sem um qualificativo expresso, tudo se misturava num bolo e o Cidadão não ficava com uma ideia clara sobre para onde ia o seu dinheiro. E, por isso, embarcava facilmente na contestação em relação ao FEF. Seria muito conveniente distinguir o destino dos dinheiros. Foi, assim, que no Conselho de Ministros de 3 de Maio ficou decidido “crismar” os impostos: passaram a ser o imposto autárquico de sisa e o imposto autárquico sobre os veículos. As isenções respectivas passariam a caber aos Municípios. A transparência é importante em todos os campos. Em matéria de impostos é fundamental!

*

Nos dias 4 e 5 de Maio fiz uma visita com reuniões trabalho em alguns Concelhos do Distrito da Guarda. Tudo começou no Governo Civil, onde me encontrei com todos os Presidentes das Câmaras. Era importante ter uma visão de conjunto antes de visitar alguns em particular.

As queixas em relação à exiguidade das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro eram gerais. Preferíamos ter uma soma garantida do que fazer exercícios de engenharia financeira. Mas eu não me deixava impressionar com estas lamentações recorrentes a que os jornais gostavam sempre de dar relevo, insinuando que o ministro tinha um coração de pedra... Havia observações que me preocupavam mais. A taxa de emigração continuava a ser alta. Havia muita dificuldade em reter as pessoas. Os técnicos dos GAT saíam em quantidade para os empreiteiros, deixando-os com problemas para dar resposta às encomendas dos Municípios. A pressão sobre o espaço e as instalações na fronteira de Vilar Formoso estavam a ser insuportáveis e o gabinete que tínhamos constituído para resolver o assunto tardava em lançar as obras. O saneamento básico representava uma carência geral; depois de resolvida, em grande parte, a questão da acessibilidade era a água e os esgotos que mais falta faziam. Mesmo assim, solicitavam variantes aos centros das povoações. Os pavilhões gimnodesportivos eram solicitados; algumas vezes construíam-se edifícios enormes, para utilizar uma pequena parte do espaço e do tempo e com custos de manutenção insuportáveis. Os edifícios das Câmaras Municipais eram antigos; muitos queriam substituí-los; encorajei-os a restaurá-los; o Autarca da Guarda mandou fazer uma construção imensa, projecto de um arquitecto conterrâneo a trabalhar em Lisboa. Eu viria a participar na inauguração presidida pelo Dr. Mário Soares.

Celorico da Beira queria construir um mercado do queijo; recomendei que fosse polivalente para ser usado ao longo do ano e escoar todos os produtos da terra e não um só. Atribuía virtudes mágicas aos loteamentos industriais, pensando que a criação de empregos seria automática; eu aconselhava-os a começar por estimular o empreendedorismo. Havia Concelhos sem levantamento fotogramétrico geral! Havia um Município com muitos motoristas de camião TIR que iam passar os fins-de-semana a casa e não tinham parques de estacionamento para as grandes

viaturas; queria construir um e avantajado! Muitas escolas não tinham aquecimento e alguns não sabiam aonde podiam ir buscar o dinheiro para o fazer. Alguns cobravam taxas que consideravam “desadequadas”, mas não tinham coragem para as aumentar. Os outros queriam que, por terem o solo coberto de rochas graníticas, isso contasse para o FEF, porque as obras de estradas e caminhos eram mais caras! Em Vilar Formoso queriam construir um parque de estacionamento para 850 viaturas para apoiar a grande feira transfronteiriça que se realizava todos os meses; mas ele ficaria vazio nos restantes dias do mês! O Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa afirmou que já não se faziam nem casamentos nem baptizados na área; era um indicador terrível! Eu procurava inteirar-me dos problemas que eles viviam. Algumas vezes era angustiante testemunhar os efeitos do despovoamento. No dia seguinte passei toda a manhã em Trancoso. Os problemas eram idênticos aos referidos na reunião da véspera. A diferença era que o Concelho tinha, então, o mais jovem Presidente de Câmara do país que era inconformista e tinha pensado em soluções para todos eles. Ocupei mais tempo com ele, porque merecia que o ajudassem. Ele não se deixava abater diante das dificuldades e estudava para saber como haveria de ultrapassar os problemas. Dava prioridade à fixação das actividades económicas possíveis. Suponho que ficou mais de vinte anos no cargo!

*

A desclassificação das estradas era um anseio insistente do Ministério das Obras Públicas. O regime anterior tinha absorvido para a administração central toda a sorte de vias e, por isso, o sistema estava insuflado. Por outro lado, dispunha-se, então, de uma organização estruturada por distritos que estava guarnecida por engenheiros competentes desde as chefias até à fiscalização; a manutenção chegava ao nível dos cantoneiros, encaixados numa hierarquia quase militarizada. Não era à toa que o Presidente da Junta Autónoma das Estradas costumava ser um brigadeiro oriundo da Arma de Engenharia...

As estradas confinadas a um só Concelho estavam, naturalmente, indicadas para serem absorvidas pelos Municípios respectivos. O problema era sempre relativo às estradas de interesse intermunicipal ou mesmo regional, sem terem importância nacional.

Em 9 de Maio de 1990 tive uma reunião com o Ministro das Obras Públicas em que se pôs como alternativa válida, para as chamadas estradas regionais, a constituição de entes regionais que passariam para as administrações regionais quando fossem criadas as regiões administrativas. Até lá ficariam autonomizadas, dentro da própria Junta Autónoma de Estradas. Eu estive de acordo.

*

O processo de integração dos serviços municipalizados de electricidade na EDP foi demorado e complexo. As Câmaras queriam avaliar o património a transferir por valores que a EDP não se dispunha a pagar. A EDP fazia sentir o peso da sua posição quase majestática... e não tinha realmente meios para pagar com muita folga o património em causa. Para não falar do pessoal que passaria para a empresa e que ela se queixava, seguramente com razão, que era de nível de formação muito insuficiente. Em 21 de Maio, em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local fizemos o ponto de situação: dos 111 Municípios em dívida, 83 tinham a situação encaminhada; 28 reclamavam uma atenção especial, porque não tinham por onde pagar. Teve de se encontrar soluções engenhosas, através de “novos produtos financeiros” para ultrapassar a questão. Eles foram combinados com os Secretários de Estado de Tesouro e da Energia.

*

Já me referi aos baldios e à legislação que deveria regê-los. Em 23 de Maio tive uma reunião com o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e com um Deputado que defendia um dos projectos de legislação que o partido do Governo queria apresentar. Ele propunha uma grande intervenção das Autarquias (Freguesias ou Municípios). Mas a intervenção das Autarquias na gestão dos baldios era inconstitucional, tal como me dizia um constitucionalista que me assessorava, para o efeito. Ele era muito claro: os baldios não poderiam ser entregues à administração nem pelas autarquias nem pelo Estado (leia-se governadores civis), como era também sugerido em alternativa.

*

Em complemento à profunda reestruturação do INE tinha de ser feita a do Instituto Geográfico e Cadastral. Foi, para isso, nomeada uma comissão de re-estruturação. Fizeram logo sentir que gostariam de ter o mesmo estatuto, incluindo, naturalmente, o remuneratório. A isto chama-se um “problema de contágio”!...

*

Encadeado com a reunião em Viseu, estava um grande encontro em Seia, para falar com os Presidentes das Câmaras da Serra que tinham iniciativas múltiplas a levar a cabo e queriam o meu apoio ou, pelo menos, o meu parecer acerca da melhor forma de as levar a efeito: i) O de Manteigas queria um grande centro cívico com auditório e sala de exposições; onde deveria ir buscar apoio financeiro? A ETAR local estava a andar, mas a comparticipação central não chegava. Já tinham iniciado a elaboração do Plano Director Municipal (PDM), porém, o dinheiro não era suficiente. Tinham sofrido temporais durante o inverno, mas o apoio tardava em vir. E, como sempre, queriam uma ligação rodoviária franca ao IP2 com rectificação profunda da EN232. ii) O de Pinhel atacou logo à cabeça com as questões rodoviárias: o nó de Pinhel e o lanço entre esse nó e Celorico da Beira. Havia mais trechos rodoviários. Refiro isto porque se tornou moda criticar muito o investimento “em betão” (leia-se asfalto...), quando era isso que todos queriam... Quem critica vive, obviamente, em Lisboa... e não faz a menor ideia do que é sentir-se isolado ou, pelo menos, pagar em dinheiro, em tempo e em perigos a sua ligação aos centros principais, onde há serviços. Os estudos preliminares do PDM eram “caríssimos”; queriam apoio financeiro. Reclamaram mais desburocratização. iii) O da Meda reclamou a ligação entre Marialva e Pinhel na continuação da Meda/Marialva que estava em construção. Eu apoiava e só quem nunca foi a Marialva é que não o fazia. Marialva é uma das mais encantadoras povoações portuguesas! Hoje dispõe de uma estalagem muito agradável. iv) O Sabugal queixou-se da exiguidade de recursos transferidos do FEF. Queriam construir uma residência para estudantes que lhes tinha sido prometida pelo Secretário de Estado da Educação; já dispunham do terreno; havia muitos filhos de emigrantes a viver com os avós nas aldeias, o que lhes impunha viagens algumas vezes longas e sob condições

de tempo adversas. Queria recuperar os Paços do Concelho e dispor de um GTL para reabilitar o centro da Vila, Sortelha, Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior; recomendei que voltasse a candidatar-se. Defendeu a construção da barragem do Sabugal como determinante do sucesso do regadio da Cova da Beira. E queixou-se muito acerca das demoras dos processos de expropriação; não é somente a parte burocrática; o pendor “garantista” da legislação portuguesa emperra os processos mais simples. Novamente as estradas! Desta vez foram as ligações a Vilar Formoso e ao IP5. Considerava que não possuía informação suficiente sobre o FEDER; assim se confirmava a minha tese de que a informação tem de ser sempre redundante; se o não for, haverá sempre quem se queixe de que não sabia... v) O de Gouveia queixou-se de que se tinha partido a “unidade” da Serra da Estrela ao dividi-la em programas operacionais. Mas se tal não fosse feito não se tinha conseguido actuar. vi) O de Seia queixou-se de que estava num extremo e, por isso, era esquecido. Mas era o ponto de entrada da Serra da Estrela. Por isso queria mais estradas: a melhoria da EN17, o IC6 e o IC12 (do IP5 à Covilhã). Havia que desviar o trânsito das povoações, apesar de os comerciantes torcerem o nariz à operação. Criticava a transferência dos transportes escolares para os Municípios, mas achava que a construção de lares junto das escolas era uma má solução (eu estava de acordo com ele). Preocupava-o a limpeza dos ribeiros e a despoluição dos rios; havia muitas unidades têxteis que vertiam as suas águas sujas sem qualquer tratamento; por isso queria construir duas ETAR, mas não tinha dinheiro... Nessa altura ainda se pretendia fazer aeródromos; hoje há estradas para todo o lado... vii) O de Almeida queria novas instalações para a GNR em Vilar Formoso. viii) E o de Vila Nova de Foz Côa insistia no aproveitamento de toda a cascata do Coa... Estas reuniões eram obviamente muito úteis para mim. Mas eu, quando chegava ao fim, tinha de constatar que os assuntos tratados eram todos típicos de regiões pobres... De país pobre!... Ninguém falava numa estratégia de desenvolvimento. Eram sempre pequenas peças que faltavam num “puzzle” que era composto na ausência de um “grande desenho”. Por isso eu insistia tanto na constituição de associações intermunicipais e na necessidade de eles reflectirem sobre a base económica dos espaços onde estavam inseridos.

Uns anos depois, e no quadro de um trabalho na OCDE, um alto funcionário da RFA que tinha sido destacado para organizar o funcionamento das novas autarquias locais da ex-RDA dizia-me que o difícil era pô-los a fazer escolhas. Estavam à espera de que lhes dissessem o que deveriam fazer. Em menos de cinquenta anos tinham perdido a capacidade de iniciativa... eu acrescentaria, também, a capacidade de sonhar e de definir o seu próprio quadro de vida com a autonomia que o escalão local permite.

*

Há competências que a Lei consagra às Autarquias Locais, mas que elas não têm pressa em exercer ou não dispõem de meios para o fazer. Tal é o caso da fiscalização das pedreiras. Admito que haja uma acumulação das duas razões, embora o grau de sofisticação técnica dessa operação não seja muito elaborado.

Em Maio de 1990 havia em Portugal cerca de 1800 pedreiras abertas, das quais 70% eram clandestinas! Ora eu era particularmente sensível às questões de Higiene e Segurança no Trabalho e sabia, por experiência, como se adoptavam processos facilitórios numa actividade onde se faz recurso a explosivos e onde se usam máquinas pesadas de manobra relativamente exigente. Por outro lado, o Ministério da Indústria e Energia achava que já não tinha nada a fiscalizar através dos seus próprios serviços. Estava criado um vazio onde todos os abusos costumam campear. Mas como é que se obriga alguém a fazer uma coisa que não quer? Nomeadamente, fiscalizar exploradores de pedreiras que trabalhavam maioritariamente para as próprias Autarquias?

Felizmente não tive nenhum caso de acidente no sector que viesse a “fazer caixa” de jornal, porque se tivesse ocorrido, a falta recairia sobre a Autarquia e isso seria muito negativo para a afirmação do Poder Local, em que eu estava tão apostado.

*

A criação de novas Freguesias era um assunto que, em finais de Maio de 1990, constituía uma grande preocupação dos Deputados na Assembleia da República. Todos os partidos queriam “talhar” novas Freguesias que passassem a ser suas “clientes”! Um dia há-de fazer-se um estudo acerca da propensão para o “clientelismo” nas

práticas públicas do sul da Europa, em contraposição com posturas mais “higiénicas” nos países do norte... Havia pressões para legislar naquela matéria. E eu queria furtar-me a ser eu a ter de apresentar uma proposta naquele sentido. Se eu era a favor de alguma coisa era da fusão de muitas delas (nomeadamente das velhas freguesias desertificadas dos centros de Lisboa e do Porto) e não da criação de novas unidades. Mas discutiu-se o assunto no Conselho de Ministros de 31 de Maio. Houve quem fosse de opinião de que a iniciativa deveria pertencer a um grupo de Deputados (era o meu caso), mas, por outro lado, temia-se que o projecto de lei respectivo viesse a ser demagógico. Toda a gente estava consciente acerca da enorme sensibilidade política da questão e da probabilidade elevada de se destapar uma caixa que libertaria a pressão de muitos “grupos de Cidadãos”... Havia um outro que falava na “aspiração democrática legítima das populações”... mas não fazia as contas ao que isso custaria nem explicitava quem a pagaria. Havia quem recomendasse que o Governo deveria fixar uma grelha com critérios técnicos muito apertados, deixando aos Deputados o encargo de legislar; mas era exactamente o estabelecimento dessa grelha que tinha o maior ónus político!...

Havia quem, seraficamente, dissesse que o Governo não deveria “usurpar” a Assembleia do poder de legislar nesta matéria. Mas, como já disse, era aí que estava o perigo!... A probabilidade de serem feitos exercícios de “engenharia eleitoral” era enorme.

Fiquei de apresentar um guião que seria objecto de uma auscultação junto do grupo parlamentar do partido do Governo. Para descomprimir, todos éramos a favor da criação de novas vilas e cidades! Não custavam nada e havia sempre numerosos candidatos. Ponte de Lima, a mais antiga vila de Portugal é que nunca quis deixar de ser vila!...

*

Em fins de Maio de 1990 abordei com o Secretário de Estado da Administração Local alguns temas da cooperação internacional. Ele tinha regressado de uma visita a Espanha feita a convite do seu homólogo. Fez-me eco das grandes preocupações que lhe foram transmitidas em relação à “cordialidade” das relações estabelecidas entre a Região do Norte e a Galiza. Do nosso lado estava sempre pre-

sente um embaixador designado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para acompanhar os trabalhos. Do lado espanhol, o Governo Central não se atrevia a propor isso ao Governo Autonómico da Galiza e, por não saber nada do que se estava a passar, queria que fossemos nós a quebrar a cooperação... Isso não veio a suceder, com proveito para os dois países; atrevo-me mesmo a dizer com mais proveito para Espanha do que para Portugal...

O Secretário de Estado referiu-me, também, que um representante da Bulgária com quem tinha conversado lhe disse, em relação à organização do Poder Local, que eles estavam em vias de lançar: “o modelo português é que nos convém!”...

*

As reuniões com a ANMP a propósito das relações com a EDP repetiam-se. Em 4 de Junho de 1990 teve lugar uma especialmente devotada às questões da avaliação do património, das dívidas das Autarquias e do dispositivo estabelecido para as ir descontando no Fundo de Equilíbrio Financeiro e da iluminação pública. Tinha havido em tempos a prática de ser o distribuidor a pagar a factura da iluminação pública; mas a EDP considerava que não estava em condições financeiras para pagar um serviço sobre o qual não tinha controlo e, por isso, cobrava-o, acima de certos limites. Para estas reuniões eu convidava o meu Colega da Indústria e Energia e os seus Secretários de Estado. Pela minha parte, eu estava acompanhado dos meus. Depois de ouvirmos os motivos de queixa da ANMP, o Ministro da Energia referiu-se ao caso de algumas Câmaras que recebiam e não pagavam. Desvaneceu a ideia de que ele era o tutor da EDP e esclareceu que não deixaria passar qualquer atitude de menor atenção para com as Autarquias. Esclareceu que as regras de avaliação do património estavam, há muito, estabelecidas: eram as do POC (Plano Oficial de Contabilidade), mas mostrou-se aberto a analisar outro sistema que fosse apresentado e que fosse considerado como melhor. Chamou a atenção para o número muito grande de Câmaras que já tinham chegado a acordo com a EDP.

O Secretário de Estado da Energia referiu-se aos “contingentes” de energia que eram entregues às Autarquias e que elas geririam conforme entendessem; a eles pertencia a quota da iluminação pública. Às Autarquias caberia, naturalmente, o desenvolvimento da rede de iluminação pública. Ficou combinado que se iria

estabelecer um protocolo entre a ANMP e a EDP para fixar os contingentes e distribuí-los de modo a que, em nenhum caso, as Câmaras pagassem mais do que o que a legislação fixava. Havia um bolo global de 5% das vendas em baixa tensão que era atribuído aos Municípios e que estes deveriam distribuir de acordo com o seu número de habitantes por Km². Mas se as Câmaras quisessem adoptar um outro critério de distribuição nós aceitá-lo-íamos sem qualquer reparo. Dos 304 Municípios de então, mais de 200 já tinham acertado as contas com a EDP; havia somente 22 que estavam a ver cativada uma parcela das suas verbas do FEF. A ideia do protocolo parecia-lhes boa, tanto mais que nós tínhamos conseguido uma linha de apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos, com mais de oito anos de vida, para dar maior desafogo às autarquias no esforço de amortização das suas dívidas. De qualquer forma, estava aberto ao recurso à arbitragem pelos tribunais; o que não veio a verificar-se em nenhum caso.

Tratámos ainda de outros temas que tinham a ver com a transferência de competências da Administração Central para a Local. O problema era sempre relativo à “mochila” financeira que haveria de a acompanhar. Eu insistia em tornar patente que o Governo estava a fazer tudo quanto pudesse para fortalecer o Poder Local. Para isso era importante que ficasse claro que mesmo um assunto que afinal respeitava somente a 7% das Autarquias (22/304) merecia a atenção de dois Ministros e quatro Secretários de Estado, durante uma tarde inteira!...

*

No Conselho de Ministros de 7 de Junho esteve em apreciação o projecto de diploma relativo à criação das duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Como já referi, ele tinha sido objecto de grandes operações de compatibilização de pontos de vista. Havia quem temesse o acréscimo das despesas e não quisesse autorizar a sua capacidade de endividamento; por isso, não queriam que o projecto avançasse. Sabia-se que, nessa altura, a Área Metropolitana de Lisboa teria uma maioria comunista e a do Porto, socialista, o que não era indiferente à conveniência de termos novos órgãos de coordenação da acção; mas eles eram importantes em matéria de transportes e de numerosos equipamentos que deveriam ser articulados quer dentro de um dado sector quer entre sectores. Eu explanei longamente

sobre as funções do Greater London Council que tinha sido uma grande inovação, na área de Londres, mas que viria a ser extinto, sem grandes explicações pela Senhora Thatcher por suspeitas (aliás fundadas...) de ele fazer o jogo da oposição... Havia quem achasse a proposta tecnicamente correcta, mas tivesse dúvidas em relação à sua oportunidade política. Dizia-se que o PS só fazia uma pressão eficaz quando se sentia em maioria no Porto e que, em Lisboa, o que a coligação de esquerda estimaria era a criação de um alibi político para ganhar tempo, uma vez que não estava a fazer nada que se visse. Devo dizer, que tenho grandes dúvidas em relação a estas rebuscadas interpretações políticas como argumento para não se avançar com instrumentos de acção considerados válidos per se.

*

Em Portugal, formam-se facilmente grupos de interesses corporativos dentro da Administração Pública. Do que observei ao longo dos tempos, talvez seja no sector da Saúde que isso acontece mais expressivamente, mas nenhum domínio escapa totalmente a tentativas para afirmar a sua exclusividade de competências ou preferências. Vem isto a propósito da magna questão do cadastro da propriedade rural em que me davam sempre custos exorbitantes para acabar a operação que tinha prosseguido do sul para norte, mas que havia deixado de fora pouco mais de metade do território. Falando com um especialista consciencioso, vindo de dentro, dizia-me, em 21 de Junho, que a proposta que me tinham apresentado era megalómana, que havia muitas ligações de técnicos públicos a empresas de cartografia ou de aero-cartografia e que os meios técnicos de que dispúnhamos eram inadequados, por antiquados. Segundo dizia, os Serviços Cartográficos do Exército estavam, então, bem equipados e, tão importante como isso, com gente muito motivada. Havia, manifestamente, grandes dificuldades internas. Por isso, a gestão e até as instalações físicas foram totalmente mudadas. Mas a questão é difícil!

Ainda hoje (2015) me ocupo com uma iniciativa que visa dispormos de um cadastro de propriedade rústica que permita ensaiar novas formas de gestão do espaço rural que, por estar largamente abandonado, é objecto, todos os anos, de incêndios florestais de origem criminosa ou, pelo menos, resultante de negligências que não ocorreriam se o espaço fosse devidamente ocupado, vigiado e zelado.

*

Em 22 de Junho tive uma reunião com as Comissões de Coordenação Regional para fazermos uma avaliação do trabalho em curso. Era preciso passar em revista todas as Operações Integradas de Desenvolvimento e os Programas Operacionais. Ainda havia alguns Municípios a não dispor de Planos Directores Municipais; tinham de ser definidas medidas para levar os responsáveis a fazê-los; como se sabe, teve de se ir longe nas sanções a aplicar a quem os não fizesse. Preocupava-me, então, a pouca atenção que as Câmaras davam à preservação do Ambiente e à pouca aplicação com que um grande número olhava para a gestão da própria Autarquia; a este respeito vinham mal habituados de trás e era preciso formar técnicos adequados para evitar derrapagens; nisso insistia eu, pelo menos uma vez por ano, nos congressos sempre muito bem organizados da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. O problema era que tinham sido admitidos alguns técnicos incompetentes, habitualmente pelo canal partidário e os efeitos nefastos dessas contratações prolongavam-se no tempo.

Nessa ocasião, e por falta de outras soluções, os técnicos dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) estavam a ser mais orientados para o acompanhamento e fiscalização dos projectos comunitários do que para o ordenamento do território. Isso acontecia porque havia prazos fixados para os primeiros e contas a apresentar e o segundo poder correr com mais detença. Se eu queria que os PDM fossem feitos tinha que adoptar um processo similar: fixar um prazo e impor sanções a quem não cumprisse. Foi o que fiz!

Nós devemos estar preparados para a evolução institucional, observando em permanência o que se passa com as organizações que um dia criámos para responder a desafios que foram identificados. Em casos extremos há mesmo que chegar à situação extrema de extinção desses organismos. Já me referi à extinção do Gabinete da Área de Sines que me coube levar a efeito. O propósito estratégico de dispor de um grande polo na nossa fachada marítima assente num porto de águas profundas tinha sido desvanecido. Não se justificava continuá-lo nos termos em que havia sido concebido. Mas aí houve uma alteração radical de quase todas as componentes do projecto. A solução institucional “de espécie” e fora das regras habituais da administração pública não tinha condições para se aguentar. Por

isso foi extinta. Mas, na maior parte dos casos, a situação não é tão radical, nem na constituição, nem nas condições para a extinção.

A vida vai mudando e as solicitações à administração vão-se alterando de forma lenta, dando tempo a que se processem adaptações das organizações um dia concebidas. E fazer isso sem o dramatismo das grandes operações cirúrgicas!... Foi o que aconteceu com os GAT. Representaram uma excelente resposta em 1976, mas as condições de enquadramento foram-se alterando. Começou a modificação pela saída dos melhores técnicos disputados por um sector privado muito reactivo que pagava em condições incomparáveis. Fui confrontado com a existência de um GAT em que o director permaneceu, mas era obrigado a fazer de técnico de todas as especialidades para responder às solicitações. Muitas Câmaras adquiriram, entretanto, capacidades económicas para sustentar os seus próprios gabinetes. Entretanto, tinham surgido projectos comunitários, habitualmente de natureza intermunicipal, que justificavam a intervenção dos serviços de apoio também intermunicipal, prolongando desse modo a vida útil dos gabinetes. Mas as dificuldades de guarnecimento dos quadros técnicos e a dinamização de estruturas concorrentes, públicas e privadas, reclamavam uma reflexão acerca da evolução dos GAT. Estas avaliações devem ser feitas sempre de forma objectiva, particularmente quando quem a tem de fazer é, simultaneamente, o criador das instituições a avaliar e o que tem de tomar decisões acerca da sua adaptação ou mesmo, eventualmente, da sua extinção. Por outro lado, punha-se a questão de dotar os gabinetes de apoios modernos – especialmente computadores – que implicavam despesas de capital importantes, mas que eram essenciais para reter os técnicos, se é que se justificava que o fizéssemos. Tem sempre de se afrontar as questões que há para resolver sem atender a preferências ou memórias pessoais. Não se deve deitar fora o património pessoal ou institucional que adquirimos sem boas razões para o fazer. Mas temos sempre de estar de espírito aberto às modificações que a evolução reclamar.

Nessa reunião chegou a fazer-se o elenco de cinco vias de evolução possível: 1.) forçar a integração dos GAT nas Associações de Municípios, cortando o cordão umbilical com o Ministério; 2.) transformar os gabinetes radicalmente, conferindo-lhes um estatuto de empresa pública, 3.) passar para a estrutura da Adminis-

tração Central, sob a forma de serviços desconcentrados prestados aos Municípios que deles necessitassem, 4.) manter a situação existente, com um ou outro retoque superficial; ou 5.) extinguir os gabinetes, pura e simplesmente. Todas as sugestões tinham vantagens e inconvenientes. Era preciso sopesá-los. Mas havia urgência em fazê-lo, porque já tínhamos GAT que custavam mais do que o que produziam!... E isso pesava!...

Tudo isto era simultâneo a um aumento de solicitações em funções muito diversas das originais. As Câmaras queriam apoio de economistas, juristas, engenheiros do ambiente... tudo especialidades profissionais com que eles não estavam dotados. Seria melhor que elas as fossem contratar ao sector privado? Era inconveniente estar a insuflar o sector público só para satisfazer este tipo de solicitações. Mas, por outro lado, as Comissões de Coordenação Regional precisavam de antenas para acompanhamento de projectos que beneficiavam de fundos comunitários por cujo acompanhamento e fiscalização elas eram responsáveis. Dever-se-ia manter essa estrutura ou conceber uma outra muito mais ligeira com sede nas próprias comissões e muito apoiada numa espécie de “serviço ambulatório”? De qualquer modo tínhamos de proceder a uma redefinição orgânica que tinha os seus custos, especialmente humanos, de técnicos que estavam fixados em todo o território e que seriam obrigados a alterar a sua vida familiar para se encaixarem numa nova estrutura. Tudo deveria ser feito sem sobressaltos; mas tinha de ser feito. Uma coisa era certa: o modelo dos GAT, que tão bons serviços tinha prestado, estava esgotado. Era preciso mudá-lo com rapidez. E seria melhor que fôssemos nós a propô-lo do que ter, posteriormente, de aceitar uma situação de “guilhotina”, habitualmente imposta pelo Ministério das Finanças. Para complicar as coisas, o País não era homogéneo: havia partes dele em que a solução GAT ainda era justificada e outras em que eles poderiam ser dispensados. Impusemo-nos voltar ao assunto em Setembro, para tomar decisões.

*

Em Junho de 1990 tive a notícia de que, no Algarve, começava a haver uma preocupação acrescida com os estudos paisagísticos. As Câmaras queriam, especialmente, tratar dos seus jardins. Algumas vezes contratavam profissionais sofríveis,

mas a verdade é que o cuidado veio para ficar e estendeu-se a todo o País. Será bom que as escolas que ensinam arquitectura paisagística e a feitura de jardins participem de modo mais dinâmico em todo o movimento que se observa.

*

O ordenamento do território constituía um campo de preocupações permanente. Sabíamos que o País estava “desordenado”, mas que a resposta não poderia ser de natureza centralizada. No anterior regime isso tinha sido tentado com resultados fraquíssimos. Apesar das energias aplicadas nesse sentido só se tinha sido capaz de produzir e aprovar um plano de urbanização que já estava desactualizado quando atingiu esse estágio. Por isso tomámos a decisão de atribuir a responsabilidade de os elaborar às Autarquias Locais, ficando o Governo somente com uma capacidade normativa geral. Mas tínhamos de convencer os Autarcas a fazê-los. O tema era e é objecto de queixas frequentes e de notícias que, como de costume, só sublinham os aspectos negativos. Por isso, decidimos, o Secretário de Estado e eu, fazer uma conferência de imprensa para fazer o ponto da situação. Não queríamos que ela fosse muito formal com textos distribuídos de antemão. Pretendíamos que ela tivesse um ar de conversa, mas sabíamos que, se não fosse preparada, seria um fiasco. Por isso, na véspera sentámo-nos para definir aquilo que, na minha introdução ao tema, eu deveria frisar especialmente. Ela teve lugar no dia 26 de Junho.

Seria conveniente que eu começasse por sublinhar o carácter discreto da nossa acção, eficaz, mas sem parangonas. Os Planos Directores Municipais deveriam articular uma ideia do desenvolvimento proposto com uma relação dos empreendimentos que as autoridades se propunham levar a cabo. Os planos deveriam ser considerados como instrumentos de decisão. Da nossa parte, teríamos de curar da simplificação e da concentração da legislação. O nosso fito era vir a dispor de um verdadeiro código erguido pouco a pouco com base nos resultados entretanto alcançados. Insistíamos na transparência da legislação e dos processos. Com tão grande número de agentes nós insistíamos em fazer tudo segundo uma visão participativa e não autoritária, envolvendo os Autarcas. Nós vínhamos de uma situação de ausência de planos; tínhamos de ultrapassar essa carência que não considerávamos normal. Noutros países era corrente a conflitualidade entre pla-

nos relativos a níveis espaciais distintos; entre nós não havia conflitos, porque não existiam planos, e era necessário que houvesse! Era preciso chamar a atenção para os malefícios da sobreocupação da faixa litoral. Entendíamos o ordenamento do território como uma componente da política de desenvolvimento que propúnhamos e, por isso, as respectivas medidas deveriam ser encaixadas numa lógica global. O planeamento da ocupação do solo não era antagónico de uma liberalização económica que deveria ser estimulada dentro de regras de todos conhecidas. Eram nossa preocupação a simplificação, a clarificação e a transparência dos processos administrativos adoptados; estavam em causa direitos dos particulares. Queríamos fomentar a participação dos Cidadãos que não era corrente; quando muito iam à Câmara para ver o que iria acontecer aos seus terrenos; mas não existiam, de facto, hábitos de discussão pública na procura das melhores soluções para o desenvolvimento dos Concelhos; era preciso estimulá-los. Eu deveria, também, abordar a questão das grandes redes europeias e da política comunitária como enquadramento da nossa e, por conseguinte, também, da das regiões e dos municípios. Para não ser negativista, seria bom sugerir como, no caso do ordenamento do Algarve, o inquérito público tinha conduzido a resultados operacionais.

As críticas da oposição tinham-se limitado quase somente à questão dos prazos; insistiam em que eles eram curtos. Mas nós queríamos fazer e ela queria que nós não fizéssemos... Por outro lado, havia algumas manifestações positivas por parte da opinião pública. Foi esta a linha geral que segui na minha introdução ao tema. O Secretário de Estado prolongou a apresentação referindo que não existiam planos, porque a legislação até então vigente era extremamente complexa. Seguramente “muito perfeita”, mas de difícil aplicação... por isso tínhamos actuado sobre ela. Nessa ocasião estavam já 195 Planos Directores Municipais em preparação. Como sempre, os últimos seriam os mais difíceis de “esfolar”... Referiu-se ao PROT do Algarve que estava pronto, na sequência do maior debate público que algum dia tinha havido, em Portugal, nesta matéria. Referiu-se a outros planos em curso: o do Vale do Douro, o do Litoral Alentejano, o da zona envolvente da barragem da Agueira...Tocou na questão dos loteamentos e no código de expropriações que vinha de 1976 e, por isso, estava muito datado e com os interesses privados expres-

sivamente violentados. Antecipou-se a potenciais perguntas, elaborando sobre a caducidade das licenças passadas anteriormente à existência dos novos planos. As perguntas focaram-se muito na localização da segunda ponte de Lisboa e nas grandes infra-estruturas que estavam em projecto. O ordenamento do território era, manifestamente, um assunto demasiado vago e sem grandes possibilidades de fazer “caixas” nos jornais.

*

A legislação sobre loteamentos deu que fazer. O artigo que suscitava controvérsia respeitava à intervenção da Administração Central nos loteamentos fora dos perímetros urbanos. Nós estávamos a trabalhar ao abrigo de uma autorização legislativa e tínhamos que andar depressa, senão ela caducaria. Não havia dúvidas em relação aos princípios gerais. Mas tudo estava encravado por aquele pormenor em que nós não queríamos ceder porque sabíamos a que indisciplinas poderíamos ser conduzidos. Mas havia pressões políticas que se faziam sentir, em sentido contrário...

*

De um modo geral, os Autarcas gostavam de definir perímetros urbanos largos. Ficariam à vontade para decidir acerca dos loteamentos que lhes fossem propostos. Mas o caso de Braga era um exagero. Tinha sido definido em 1974 e havia muitas pressões para que ele fosse reajustado. Mas nós não podíamos fazer uma “operação cirúrgica” só para esse caso. Em 27 de Junho, decidimos que o caso deveria ser resolvido em âmbito geral.

*

A experiência acumulada pelo Coronel Manuel da Costa Brás nas muitas tarefas de responsabilidade que desempenhou na vida tornaram-no, para mim, um conselheiro precioso. Depois de ele ter sido Provedor da Justiça era o presidente da Alta Autoridade Contra a Corrupção. Falávamos, frequentemente, sobre assuntos ligados à actividade de inspecção.

Tivemos uma reunião em 6 de Julho na qual me recomendou que, em relação às Câmaras Municipais, não se insistisse nas inspecções globais que demoravam muito e encontravam pouco. O melhor seria sectorializar as inspecções: serviços técnicos ou serviços administrativos; desse modo tornar-se-iam mais flexíveis as acções inspectivas. Queria ver se a Inspecção Geral da Administração do Território poderia constituir equipas de acção rápida que complementassem o que a Alta Autoridade tinha a obrigação de fazer. Já referi que tive a sorte de encontrar para preencher o cargo de Inspector-geral da Administração do Território, um magistrado probó: o Conselheiro Nuno Salgado. A colaboração com outros responsáveis por inspecções sempre foi levada a cabo com rigor, mas também com abertura.

Uma das áreas em que havia mais atropelos era a da urbanização. A “flexibilidade” vinha de trás. Dava ideia de que os loteamentos tinham “fermento” e cresciam à medida que iam sendo executados. A zona mais crítica eram as “quintas” à volta de Lisboa. Houve uma que tinha um alvará de 1981 que autorizava 678 fogos; já ia com mais 71! Tinha que se reforçar a fiscalização em relação aos planos de urbanização aprovados. Mas a ganância era muita e os “esquemas” funcionavam algumas vezes. Não se poderia hesitar. Tinha de se responder com embargos e demolições. Mas os mecanismos legais, então existentes, eram intrincados e demorados. Havia que facilitar o processo. Por este resumo, pode-se ver por que é que eu estimava tanto as conversas com o Coronel Costa Brás.

*

Em 1990 houve uma Câmara Municipal que decidiu subsidiar o clube de futebol local com 500.000 contos, em espécie, ao longo de dez anos! Esse subsídio tinha que ter a aprovação da Assembleia Municipal. Mas nós estamos a ver o reboiço que se criaria na respectiva reunião se o sentido do voto fosse negativo. Ainda por cima a decisão pretendia vincular as administrações seguintes, o que era intolerável. Não se tratava de construir um estádio. Era mesmo dinheiro para gastos!... Por muito respeitadores da autonomia local que devamos ser, há limites de bom-senso que têm de ser assegurados. Tem de haver travões à emoção!...

*

Em 21 de Julho fui visitar alguns Concelhos da zona do Pinhal. Numa das Câmaras visitadas e depois dos discursos, um deputado do PS com quem eu tinha relações cordiais veio cumprimentar-me, felicitando-me pelo discurso e acrescentando: “até aqui tudo correu bem; o pior é logo à tarde!” Eu não entendi a advertência senão quando cheguei à nova piscina municipal que deveria ser inaugurada. Mesa de torcidos e tremidos, cadeiras de couro pregueado, tudo em cima de uma alcatifa vermelha... Mas a piscina estava meia cheia. Não tinham conseguido assegurar o abastecimento de água, mas insistiram na inauguração e puseram as cisternas dos bombeiros a enchê-la; mas não havia sido suficiente. De qualquer forma, tudo tinha um ar falso e ridículo... Teria sido muito melhor cancelar aquela parte do programa transformando-a em visita à obra. Tentei minimizar os estragos aligeirando o meu improviso e fazendo votos para que o poço entrasse em funcionamento em breve. A “folhinha” local entendeu a ironia da minha intervenção. O Presidente da Câmara é que não recuperou da posição falsa em que se tinha metido...

*

Alguns Autarcas estavam muito atentos à formação da base económica dos seus Concelhos e às condições em que ela poderia ser reforçada. Era o caso do Eng. Engrácia Carrilho, Presidente da Câmara de Viseu, pessoa por quem eu tinha enorme admiração e estima. Veio ver-me acompanhado do presidente da Associação Industrial de Viseu, tendo pedido ao Secretário de Estado da Indústria para estar presente. Isso aconteceu no dia 24 de Julho. Tinha conseguido que a Universidade Católica abrisse um polo em Viseu e que desse cursos de gestão, alguns deles muito específicos, dirigidos a empresários. Curava, assim, de melhorar a qualidade da gestão das unidades produtivas já existentes. Mas queria alargar o seu número. Para isso, fez diligências junto do Instituto Politécnico para que ele oferecesse cursos de engenharia nas especialidades que mais interessassem ao tecido produtivo. Garantia desse modo, a oferta de mão-de-obra preparada, em estratos fundamentais. Mas queria apoio para construir um polo tecnológico. Como ele esclarecia, era um “up grading” de um parque industrial, onde se desenvolvessem actividades de apoio às indústrias, em sectores que tivessem vocação para se localizar na zona. Para ele era muito importante a interligação entre a Universidade e os Institutos

Politécnicos por um lado e as empresas por outro; seria essa a vocação atribuída ao polo tecnológico. Já estava em alargamento o parque industrial de Coimbrões. Mas ele queria dar um salto qualitativo. O novo polo inserir-se-ia na rede de infra-estruturas tecnológicas apoiadas pelo PEDIP (daí a presença do Secretário de Estado da Indústria). Queria que houvesse um “ninho de empresas” e que fossem desenvolvidas novas tecnologias. Já estava assegurado o apoio do Fundo EFTA para o desenvolvimento industrial. Pretendia ajudas para as infra-estruturas. É muito estimulante trabalhar com autarcas que têm ambição e apostam nas realizações certas, sabendo mover-se entre os instrumentos que importa accionar. Por isso eu tenho uma tão boa memória do Eng. Engrácia Carrilho.

*

Os temas a que se daria mais atenção, durante a presidência portuguesa, eram discutidos uma vez e outra antes de serem objecto de sugestão ao Primeiro-Ministro. Em despacho de 1 de Agosto, o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território sugeriu: o ordenamento do território; os hidrocarbonetos e sua poluição; o mar; as redes transeuropeias; os fogos florestais. Tinham de ser temas que interessassem a todos os países-membros.

*

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Algarve reclamou numerosas reuniões entre os Ministros e os Secretários de Estado envolvidos, porque ele era um instrumento fundamental para assegurar que não se matasse a galinha dos ovos de ouro do turismo. Chegou mesmo a haver a proposta de se elaborar uma Reserva Turística Nacional à semelhança da RAN e da REN. Mas a complexidade (e subjectividade...) da operação fez com que a ideia nunca avançasse. Em 8 de Agosto de 1990 tive uma reunião com o Ministro e com o Secretário de Estado do Turismo para tratar do assunto. Estávamos em fase de afinação final do PROT; o sector do turismo havia evoluído muito favoravelmente; conviria começar a pensar na celebração de contratos-programa entre as entidades públicas e os promotores; havia zonas que necessitavam de parecer vinculativo da Direcção-geral do Turismo; era preciso ultimar tudo com urgência. Não se poderia actuar a contra-senso, licenciando no sector do Turismo ao arrepio do que já

tinha sido consolidado no PROTAL. Deveria fazer-se uma campanha de informação dos promotores turísticos que evitasse perdas de tempo. Eu insistia sempre na aplicação de regras de todos conhecidas, evitando a tomada de decisão casuística, que comportava uma subida de nível da mesma, correntemente com a abertura de excepções, em nome do “grande” interesse do empreendimento em causa. Pretendíamos que fosse caracterizado o que se entendia como investimento de qualidade para arredar tudo o que não o era. Dever-se-ia ter o maior cuidado para não invadir a esfera de responsabilidade das Autarquias; isso impunha o diálogo, caso a caso. Havia, por outro lado, uma preocupação: evitar que o turismo fosse uma espécie de “mono-cultura” do Algarve; impunha-se diversificar a base económica da Região e não aceitar, em caso nenhum, empreendimentos de baixa qualidade. Havia uma opção já claramente assumida: favorecer o “golf”. Nós olhávamos isso com simpatia desde que não afectasse a Reserva Agrícola Nacional... mas era quase certo que os melhores terrenos para o golf eram os da RAN; e, aí, havia conflito entre obrigações que estavam definidas na Lei!...

*

Em 9 de Agosto de 1990 fiz o ponto de situação dos PDM. Nessa altura estavam já 224 homologados. Faltavam, ainda, 51! Era preciso teimar. Na mesma data fomos avisados por um professor de Direito que tinha sido encarregado de pôr uma acção contra o PROTAL, por uma entidade que se considerava prejudicada pelos condicionamentos impostos. Mandeí agradecer o aviso. O processo nunca foi materializado.

*

Em 22 de Agosto de 1990 havia já homologados 242 PDM. Faltavam 33. A persistência tinha valido a pena. Por outro lado, a reabilitação urbana, de que hoje (2015) vemos os resultados positivos em muitos Concelhos, estava a determinar uma grande apetência pela constituição de novos Gabinetes Técnicos Locais (GTL). Não tínhamos meios para satisfazer toda a procura, mas era um bom indício que ela existisse de forma tão expressiva. Pela primeira vez, nessa data, tivemos notícias da intenção de serem feitos grandes empreendimentos turísticos no interior do Alentejo. Foram avançando devagar.

*

Aproximava-se (1 de Outubro) o congresso anual da ATAM (Associação dos Técnicos Administrativos Municipais). Eu teria de ir à sessão de abertura, como de costume, não devendo fazer um discurso de circunstância. Eles eram uma peça importante para o bom funcionamento do Poder Local e tinham-me habituado a ser tratado com uma deferência muito desvanecedora. O mínimo que eu poderia fazer para corresponder era dirigir-lhes um discurso em que ficasse claro que tinha pensado neles e no papel que desempenhavam.

No dia 18 de Setembro convoquei o Director-geral da Administração Autárquica para vermos, em conjunto, quais os temas que eu deveria abordar. Ficou estabelecido que seriam os seguintes: o projecto das carreiras que estava em afinação; a produtividade como condição prévia para uma mexida nessas carreiras e como instrumento de libertação dos que não cumprissem com um mínimo aceitável; a evolução de alguns indicadores de despesa corrente, nomeadamente as despesas com pessoal; a evolução das despesas de investimento; a formação dos técnicos e o papel do CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica); a desburocratização; o papel dos funcionários e a necessidade do seu empenhamento; a receptividade em relação às sugestões que aparecessem da parte deles para melhorar o desempenho e, por via disso, a sua própria situação; a presença da ATAM no Conselho-Geral do CEFA.

Com esta estrutura preparei o discurso. Ele está publicado noutro lado.

*

Havia alguma insatisfação relativamente à lei eleitoral para as Autarquias. O Secretário-geral do PSD, Eng.º Falcão e Cunha, organizou um encontro com os presidentes das comissões distritais do partido e com o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dr. Manuel Dias Loureiro. O objectivo era ouvir achegas para a elaboração de uma nova proposta de lei que fosse mais consonante com os problemas que se viviam no Poder Local. A lei vigente tinha sido elaborada num quadro político muito diverso do de então (1984). A reunião teve lugar no dia 18 de Setembro. Seria eu, naturalmente, o responsável pela preparação da nova versão. Mas o Ministro dos Assuntos Parlamentares aproveitou para falar do enquadramento político geral.

Sobressaía a questão da crise no Golfo, de consequências imprevisíveis. Mas, internamente, competia ao Governo e ao Partido que o apoiava marcarem a agenda política. Deveríamos defender a estabilidade política. Brevemente estaríamos outra vez debaixo dos holofotes e isso seria bem-vindo, porque tínhamos desenvolvido muita e boa actividade que nos cumpria mostrar. O discurso sobre a economia iria voltar para o primeiro plano. Deveríamos apresentar até 15 de Outubro seguinte a proposta de Orçamento para 1991, a qual não era eleitoralista, mas defendia o interesse nacional. A grande aposta iria para a Educação.

Em toda a acção política as estruturas distritais e locais do Partido teriam um papel de relevo a desempenhar. Precisávamos do seu apoio, mas também da sua criatividade para conseguir convencer o eleitorado a dar-nos a sua confiança.

O tema para o início da actividade política no período que agora se iniciava seria a Lei das Autarquias Locais. A sua preparação e discussão representaria uma espécie de aquecimento dos motores para a campanha eleitoral que iria ter lugar no verão seguinte. Havia quatro pontos que ele gostaria de ver debatidos: 1.) A possibilidade de apresentação de candidaturas de independentes que fossem gente muito próxima das populações; não se punha em causa o papel dos partidos, mas estimulava-se as suas estruturas a renovar o pessoal político. 2.) A limitação do número de mandatos a três mandatos consecutivos; tratava-se, novamente, da renovação dos intérpretes e deveria já estar em vigor nas eleições autárquicas seguintes. 3.) A consagração da formação de maiorias nos executivos autárquicos; isso não era permitido em termos constitucionais, mas prevendo uma futura alteração da Constituição, seria bom termos ideias acerca do assunto. 4.) Reforço das competências dos Presidentes das Câmaras. Esta proposta deveria ser discutida localmente em debates e colóquios organizados pelas comissões distritais, com interlocutores de dentro e de fora do Partido, e até, desejavelmente, com membros da Oposição. Uma vez elaborada a proposta (era eu que tinha de a coordenar) dar-se-ia um período de três semanas para o debate local, posto o que haveria a apresentação formal da proposta no Parlamento, passando-se ao debate parlamentar.

Eu referi-me, em traços gerais, ao que já estava preparado. Impunha-se, agora, ouvi-los. Não vou referir quem disse o quê, mas dizer de seguida os pontos que foram levantados:

Não havia ambiente favorável à designação de independentes; isso chocaria as estruturas do partido. Também não eram favoráveis à limitação do número de mandatos. O reforço dos poderes dos Presidentes das Câmaras seria bem aceite. A possibilidade de se formarem maiorias era importante. Os que se pronunciaram a favor da limitação do número de mandatos achavam que três estava bem. A questão dos independentes colhia na opinião pública, mas seria muito difícil de “vender” às estruturas do Partido. Estava-se a tornar a elaboração das listas de candidatos muito complicada. Para facilitar a vida dos presidentes das comissões distritais deveria-se preparar um “argumentário” com as razões das propostas feitas. Havia quem propusesse executivos municipais homogêneos; mas não sendo isso possível, já seria bom serem maioritários. Em relação à candidatura de independentes, deveria haver regras claras definidas; deu-se o exemplo de alguns membros dos partidos que exerceram funções nas Juntas de Freguesia, cortarem relações com os partidos que os tinham proposto e depois se apresentaram como independentes e, tendo ganho, passaram a actuar contra o partido de onde vieram (mas isto é muito português e daria curiosas novelas de sabor local...). Em relação à regionalização havia promessas feitas que se impunha cumprir; não se deveria fugir ao problema. Em relação aos independentes havia quem receasse os representantes de “lobbies” locais assentes nos construtores civis. Deveria privilegiar-se uma abertura aos melhores dentro dos partidos. A revisão não se deveria limitar aos quatro pontos referidos, mas abarcar toda a Lei n.º 100/84, reequacionando, nomeadamente, o poder das Assembleias Municipais, das Juntas de Freguesia e das Assembleias de Freguesia; dever-se-ia ser mais ambicioso ao mexer na Lei. Contrariando o receio dos candidatos independentes apresentados pelos “lobbies”, houve quem referisse que era mais cómodo e barato eles sustentarem um membro partidário para o fazer... portanto, não deveria haver receios em relação à apresentação de candidaturas independentes. O número de candidatos independentes, em qualquer caso, deveria ser sempre menor do que o dos originários dos partidos. Ciente das críticas, eu parti para a elaboração de uma proposta reformulada.

*

No dia 24 de Setembro recebi o presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Estava-se em vésperas de fechar o Orçamento e ele vinha dizer-me das dificuldades das Câmaras. Tratámos dos seguintes assuntos:

Era necessário fazer um protocolo entre o Governo e a Associação de modo a permitir fazer adiantamentos das verbas do FEDER. Queria saber como se processava, em termos financeiros, a transferência de competências relativamente às estradas desclassificadas, no que era possível recorrer a dinheiros comunitários, desde que houvesse melhoria das mesmas. Aceitavam a incumbência da protecção de menores que, manifestamente, teria possibilidades de ser mais bem-feita de perto do que de longe. Pretendia (como todos os anos era proposto) uma revisão dos critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro. As relações com a EDP continuavam emperradas; as relações com o Secretário de Estado da Energia eram óptimas, mas com a EDP estavam longe disso. O Secretário de Estado da Cultura não os recebia e havia muita matéria a tratar com ele. Por isso, estava comprometido o projecto de rede de bibliotecas públicas; as Câmaras tinham retido a sua participação para as mesmas, mas não queriam avançar sem ver a do Estado chegar; invocavam situações de atraso que os tinham posto em situações desconfortáveis.

Nesse encontro foi-nos dito que só faltavam seis PDM. Todos os outros ou já tinham sido homologados ou estavam a caminho de o ser.

*

A Sé de Bragança era um assunto recorrente, com o Bispo a pressionar todas as semanas. Em 25 de Setembro ficou definido com o Secretário de Estado que a construção seria financiada com 166.000 contos que entrariam no PIDDAC, 100.000 contos para 1991, sendo o restante em 1992 e 1993. Como era para nós evidente, ele não conseguiria levar a construção até ao fim com aquelas verbas. Teria de conseguir dádivas de fora. E era certo que voltaria para pedir reforços. Todavia, a minha tese de que catedral que se preze não demora a construir menos de um século, não se aplicou neste caso. Ela foi inaugurada em 1996 ou 1997...

*

No dia 8 de Outubro fiz uma visita à Herdade da Espirra, na Marateca, onde havia um centro de investigação muito orientado para a produção do eucalipto e para a sua transformação em pasta. Interessava-me saber como tinham feito a cobertura aerofotogramétrica, porque eu estava ocupado em estabelecer o modo como haveria de ser produzido o cadastro que tinha ficado por menos de metade do país. Eles haviam executado o que lhes interessava somente durante o último verão. Dispunham de uma base de dados gráfica e alfa-numérica. A escala da fotografia era de 1:15.000, suficiente para a quase totalidade das operações que nos interessavam. Parece um tema fácil mas não é! Não só reclama alguns meios financeiros que não são abundantes como exige meios humanos preparados de que a Administração Pública não dispõe. Ainda hoje (2015) e sob outros chapéus, me ocupo para encontrar uma solução para o problema com a ambição legítima de encontrar um novo futuro para o meio rural!...

*

Em 18 de Outubro recebi o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tal como era hábito periódico. Começámos por abordar a questão das negociações entre os Municípios e a EDP que se vinham arrastando, sempre com dificuldades. Eu havia sido uma espécie de “charneira”, durante cinco anos, mas entendia que já era tempo de que as partes se habituassem a negociar uma com a outra directamente. Até porque as situações que reclamavam a produção de legislação, pareciam já estar acabadas. Tratava-se agora de afinar valores específicos de compensações, de bónus, de pagamento de energia consumida publicamente ou de infra-estruturas que haviam transitado... tudo coisas que interessavam às duas partes e em que uma terceira seria, seguramente, supérflua. Mas achavam que seria conveniente eu permanecer, porque até havia a questão do limite de endividamento das Câmaras que deveria ser alargado em função das dívidas à EDP. E, também, o problema da retenção das receitas municipais para pagamento de dívidas à EDP, que os Municípios não apreciavam nada; a cultura do diferimento sistemático desse pagamento tinha ganho raízes... Ainda havia, nessa ocasião, 25 Câmaras Municipais que não tinham chegado a acordo

com a EDP; estava especialmente em causa a avaliação do património a transferir, em relação ao qual havia posições extremadas. A insistência para eu continuar a fazer parte da “trempe” tinha muito a ver com isso. Contrapunham, continuamente, a intransigência (prepotência) da EDP com a cordura da EPAL, com quem o acordo havia sido facilmente alcançado...

Outro problema respeitava às dívidas dos Municípios ao Fundo de Fomento da Habitação. Afinal era o IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) que devia 3 milhões de contos às Autarquias e isso tinha de entrar em contas; o pior é que os que deviam ao primeiro não eram, na sua maior parte, os credores do segundo...

A questão das isenções concedidas a empresas que investissem no interior ou à concretização de equipamentos merecia reparos. A medida era geral e adoptada como instrumento incentivador da localização quer de emprego quer de serviços em partes remotas do território. Mas as Câmaras reclamavam, pelo menos, serem consultadas antes de se efectivar a isenção. Todavia, o carácter da medida era geral (e, portanto, abstracto), não se sabendo de antemão onde iria ocorrer a isenção. O Código de Avaliações também mereceu reparos. A estrutura do código estava pronta. Queriam que fossem realizadas simulações de aplicação antes de o generalizar. Temiam surpresas desagradáveis.

As derramas também não eram do seu agrado, especialmente porque, na maior parte dos casos, as sedes das empresas beneficiárias estavam localizadas em Lisboa e elas só aproveitavam indirectamente (por exemplo, através do emprego) dos valores cobrados.

As relações com o Tribunal de Contas raras vezes são pacíficas. Para demonstrar a disparidade das situações em causa foi afirmado que, na esfera da Administração Local, não havia nenhum caso mais gravoso do que na Administração Central... Isso, se calhar, era verdade, mas a minha posição não respeitava à graduação da gravidade, mas antes à ausência total de procedimentos incorrectos. Esse é que deveria ser o objectivo.

*

No dia 22 de Outubro de 1990 reuni no Porto com os responsáveis do PROZED (Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro) para avaliar como iam os trabalhos. Os PDM estavam todos em elaboração e, segundo informaram, não havia dificuldades. Deram como grande vantagem adquirida com o processo a dinâmica que tinha sido criada em torno da elaboração de planos. Achavam que ainda havia largos trechos de espaço intocado na área e que importava protegê-lo. Sentiam que as medidas já tomadas tinham criado um dinamismo novo, mas também despertado um espírito de protecção e de preservação. Estavam sensibilizados para usar os recursos sem gerar desequilíbrios; e aceitavam a disciplina na construção. O que estavam a discutir no âmbito do PROZED ir-lhes-ia servir de enquadramento para a elaboração dos seus PDM, como era naturalmente, o objectivo. Nessa ocasião, já havia quase dois anos de trabalho conjunto que tinham conduzido a quinze “dossiers” temáticos. Estavam, então, ocupados na elaboração do regulamento.

As estradas representavam a primeira das prioridades dos Autarcas, particularmente a conclusão do IP4 e do IP3, bem como os atravessamentos novos no Douro que seriam pelo menos dois (na Régua e na Ermida). Queriam consolidar a estrutura urbana por revigoração do papel das sedes de Concelho. Tinham começado a usar, nos trabalhos, imagens do espaço tomadas de satélite. Estavam a fazer um macrozonamento de toda a área e a elaborar um instrumento de gestão do Programa que ainda não estava concluído. Como havia um programa europeu das regiões transfronteiriças, dotado com alguns meios financeiros, pretendiam encaixar os Concelhos da fronteira nesse programa.

Satisfez-me, particularmente, que tivessem destacado como positivo o hábito de trabalharem em conjunto.

*

A desburocratização tem de representar uma batalha permanente. Em 5 de Novembro tive a informação de que havia dez contratos para a desburocratização municipal que funcionariam como ensaios-piloto. Era importante, depois de concluídos, difundir os resultados.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, em 12 de Novembro, estabelecemos o programa de acção até ao final do ano. Deveríamos fazer uma conferência de imprensa para balanço do que havíamos realizado nos últimos quatro anos e comunicar o que estava prestes a acontecer. A última versão do Código de Expropriações estava pronta; era uma lei substantiva que deveria ser discutida na Assembleia da República. A nova lei dos loteamentos, elaborada ao abrigo de uma autorização legislativa, estava pronta. Pendentes ficavam: i) o decreto-lei, muito inovador sobre licenciamento municipal que ficaria pronto nessa semana; ii) a proposta de lei de solos, sob a forma de lei-quadro do ordenamento do território e que constituiria uma espécie de “chapéu” de tudo quanto havíamos produzido; iii) a lei das finanças locais e iv) a lei-quadro das competências das regiões.

Havia, ainda, um grande número de contratos-programa para assinar. Eles eram sectoriais e regionais. Sabíamos que disporíamos de 1,3 milhões de contos para 1991; combinámos dar instruções para que tudo estivesse pronto durante o primeiro trimestre.

É indispensável fazer estas avaliações do que foi feito e do que, tendo sido prometido, ainda falta fazer.

*

Em finais de 1990 começaram a aparecer no Algarve numerosos pedidos de autorização para a construção de marinas e de campos de golfe. Iríamos ficar submersos com tanta solicitação.

Porque grande parte das delongas em relação aos campos de golf tinham a ver com o facto de os promotores escolherem sistematicamente os melhores terrenos agrícolas sobre os quais pendiam as limitações de integrarem a Reserva Agrícola Nacional, o melhor seria fazer um despacho interpretativo, em conjunto com o Ministro da Agricultura e após obtenção de um parecer da Comissão Regional da Reserva Agrícola para definir como haviam de proceder, não perdendo tempo e dinheiro a preparar projectos que seriam sempre inviabilizados por irem contra a lei vigente. O processo de viabilização não poderia ser a desafecção sistemática. Nós gostaríamos muito

de ter os campos de golfe, mas também queríamos conservar a Reserva Agrícola Nacional como, aliás, era imperativo legal. Assim, a solução passaria mais naturalmente por uma mudança do uso desses solos com condicionamentos de uso. Preocupava-me particularmente a situação dos aquíferos que, para mim, deveriam ser sempre considerados como reservas estratégicas de água (como em Israel).

Os processos relativos aos campos de golfe deveriam vir acompanhados de estudos relativos à envolvimento dos mesmos, aos seus limites e às implicações do que se fizesse de modo a ficar patente que, embora com outro uso, o País não perderia a sua Reserva Agrícola. Nunca se sabe o que é que vai ser necessário mobilizar no futuro para a produção de alimentos. Temos de salvaguardar todas as situações. Durante a II Grande Guerra, alguns londrinos plantaram batatas em Hyde Park!... Nunca ninguém pensou que ele integrasse a reserva agrícola britânica!...

*

Em 10 de Dezembro fui informado de que todos os PDM estavam ou já homologados ou em curso. O último Concelho a iniciar os trabalhos conducentes à sua elaboração foi Ourique. Era um Município muito pouco estruturado tecnicamente; teve de encomendar o plano a um gabinete privado. Mas eu entendia que era melhor dispor de um PDM sofrível do que não ter nenhum...

*

A Associação dos Arquitectos Portugueses, antecessora da Ordem dos Arquitectos, não dispunha de uma sede com a devida dignidade. A Câmara Municipal de Lisboa havia-lhe cedido o edifício dos Banhos de S. Paulo que estava num estado de ruína muito avançado. Tinha sido nele que ocorrera uma reunião preparatória da revolução do 5 de Outubro. O custo de recuperação estava estimado em 180.000 contos. Em despacho com o Secretário de Estado, em 19 de Dezembro fixámos a nossa contribuição máxima em 100.000 contos. Quem sempre tratou de tudo connosco foi o Arq.^o Silva Dias, de quem guardo uma excelente recordação. A obra fez-se e eu ainda tive ocasião de participar na cerimónia de inauguração. Era uma época em que se “intervinha” muito no edifício. Estou certo de que hoje este seria mais sóbrio. Mas estava-se em plena euforia do pós-modernismo.

*

Em 29 de Dezembro, em conversa com o Eng.^o Luís Braga da Cruz, ele sugeriu que fossem desenvolvidos planos de ordenamento das margens dos nossos grandes rios. Ele chamou-lhe as “bacias visuais” e insistiu particularmente na do Douro, no Porto, em Gaia, porque se veem uma à outra, as duas margens. Nos Estados-
-Unidos faz-se arquitectura paisagística ao longo das estradas especialmente as chamadas “clássicas”, plantando para tornar bela a paisagem. Um dia falei com Autarcas de Trás-os-Montes para fazermos uma coisa similar. Há trechos que não precisam de nada!... Por exemplo, a EN311 entre Boticas e Salto parece ter tido a paisagem composta por um grande profissional. Mas isso não acontece em muitos lados ... Sou muito a favor de se começar a olhar para as coisas e procurar que o que vemos ajude a descansar os olhos!...

*

Há elementos que se constroem ou montam sem qualquer critério, invadindo a paisagem de forma abusadora. Por isso solicitei ao Secretário de Estado, em 4 de Janeiro, que incumbisse os serviços de preparar legislação sobre intrusão visual. Nos nossos dias, com o auxílio dos computadores podem, facilmente, ser antecipados os efeitos das construções a erguer sobre o seu enquadramento, vistos de longe e de perto. Não há razão para não nos rodearmos de cautelas.

*

Hoje, o Santuário de Fátima está preparado para receber os peregrinos. Dispõe de um sistema de vias hierarquizado e de parques de estacionamento que funcionam mesmo em situações extremas de solicitação. Mas não era esse o caso nos anos 90. Por isso me reuni, no local, com o Presidente da Câmara de Ourém e com outras entidades ligadas ao Santuário para ver como se poderia proceder a melhorias. Tudo começava por ter de se dispor de um plano de urbanização do aglomerado, o que não existia naquela data. Havia um representante do Santuário que tinha aprovação do Presidente da Câmara. Todos estavam de acordo com a elaboração do PGU. Como a Câmara não dispunha de meios técnicos para o fazer ficou combinado fazer-se um concurso público a que as firmas privadas con-

correriam. Era urgente definir medidas preventivas, o que a Câmara fez. No dia 9 de Janeiro, na reunião a que fui, já havia uma versão do plano considerada como exequível e flexível, susceptível de adaptação a novas ampliações. Mas tinham de ser feitos vários planos de pormenor. Nessa data era urgente um deles relativo a uma área de estacionamento que em conjunto tinha 10 hectares; a sua construção seria objecto de um contrato-programa com a Câmara e com o Santuário.

O Presidente elogiou o trabalho do coordenador designado, o Coronel Eng. Teixeira Coelho, dizendo que o Gabinete de Fátima tinha vindo na altura certa. Havia uma proposta, aprovada na Assembleia Municipal, para prolongar a sua acção por mais três anos. A firma que tinha elaborado o PGU também manifestou apreço pelo trabalho do Gabinete. Tudo parecia estar a correr bem. A passagem da auto-estrada nas imediações mudava, por completo, as condições de acessibilidade ao local; ficava a 2 km. A essência da questão a que o PGU tinha de responder era a transformação de um território rural a caminho da formação de uma cidade. Ainda por cima uma cidade dominada por um Santuário! Por isso tinha integrado na equipa dos urbanistas um conselheiro teológico. Optaram por construir uma via de cintura. A característica peculiar do aglomerado era “funcionar por picos”; a carga de pessoas e de veículos não era constante mas muito variável. Nessas circunstâncias tudo tinha de estar dimensionado para as “pontas”, mas não podia dar a sensação de deserto no resto do tempo. O estacionamento previsto para os dias de maior solicitação absorvia 100 (!) hectares. Embora houvesse uma estruturação urbana em torno do eixo do Santuário, tinha que haver diversos núcleos, sempre com habitação que é a melhor maneira de assegurar a manutenção e a segurança; a preservação do ambiente era fundamental. Tinham que se entrosar dois fluxos: o das pessoas e o dos automóveis; tudo em termos fluídos mas com o máximo de segurança. Era aconselhável uma certa homogeneidade de atributos nas diversas áreas; não deveria haver zonas de primeira e zonas de terceira. As indústrias a permitir teriam de ser ligeiras, com grande predomínio das actividades artesanais. O equipamento hospitalar era importante, mas deveria, nos níveis superiores, estar articulado com o de Leiria.

Estabelecemos, nessa reunião, como se deveria processar o acompanhamento da execução do plano que, obviamente, teria de repousar muito nos serviços da Câ-

mara Municipal. Já nessa ocasião, o reitor do Santuário estimava em 4 milhões o número de peregrinos que ia à Capela das Aparições nos tais “picos” de afluência e em 2 milhões os que iam aos Valinhos.

*

Em 11 de Janeiro, o Ministro do Ambiente quis ver comigo a possibilidade de financiamento de centrais mini-hídricas. Nessa ocasião, informou-me que tinha havido 852 pedidos, dos quais 298 não tinham ultrapassado a primeira fase da análise ambiental. Mesmo assim sobravam 554 que eram consideradas como candidaturas válidas, 80 já estavam licenciadas e 130 tinham ultrapassado com aprovação a chamada fase do despacho liminar. De qualquer forma estavam em processo de apreciação 257 candidaturas. Era evidente que todas tinham de ultrapassar a difícil prova de análise de não conflito com a RAN e com a REN. Tínhamos de esclarecer rapidamente, por despacho-conjunto “interpretativo”, como olhávamos para a ocupação da RAN e da REN pelas pequenas albufeiras que se iriam formar. No domínio da REN haveria, seguramente, de proceder a estudos de incidência ambiental, em relação a cada empreendimento. Estimávamos que passassem todas as provas um conjunto de 200 a 220 empreendimentos. Mas ainda haveria uma quebra grande entre os licenciados e os que finalmente seriam construídos. Nessa ocasião, de 80 aproveitamentos que haviam sido licenciados, somente 23 tinham passado à fase de projecto. Sugerí que os projectos não respeitassem simplesmente as obras que se deviam fazer, mas que incluíssem também um estudo económico que antecipasse as suas condições de exploração.

Estava a haver um interesse muito expressivo pelas mini-hídricas porque os preços da energia injectada na rede eram muito atraentes. Mas se as condições variassem um pouco talvez o entusiasmo arrefecesse. Por isso é que eu insistia nos estudos de sensibilidade. O “movimento” havia sido desencadeado pelo aproveitamento de Ribeira de Pena, a que eu faço referência noutro lado destas memórias.

*

Em 18 de Janeiro tive que me opor à desafecção da Reserva Agrícola Nacional de uma zona onde se situavam os aquíferos explorados para abastecimento de água e

onde queriam construir um cemitério. Disse, sem lugar para dúvidas: ou fonte ou cemitério; as duas coisas, no mesmo local é que não. Lá mudaram o cemitério... Na mesma data critiquei o enorme perímetro urbano proposto para Braga. Era decisão da Autarquia. Alvitrei que seria mais acertado apostar na concentração dentro de um perímetro mais contido. Hoje vemos por que é que tinha de ser tão amplo...

*

Nós gostaríamos de ver avançar o Código de Expropriações, muito desactualizado e ideologicamente marcado. O diploma vigente tinha data de 1976, mas havia sido, em grande parte, elaborada pelo Eng.^o Veiga de Oliveira, em 1975. Para os que não se lembrarem, este competente técnico era o Ministro das Obras Públicas destacado pelo PCP; ele tinha sido encarregado de o fazer por ter a tutela do ordenamento do território. Mas o código denunciava a sua marca de origem.

A elaboração do novo código estava a ser coordenada pela Procuradoria-Geral da República; vá-se lá saber porquê. O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações estava lá representado. Mas o trabalho durava há anos!

A iniciativa da sua revisão constava do programa do Governo. Éramos nós, na Administração do Território, que mais padecíamos pelo facto de não se dispor de um código actualizado. E 1991 seria uma boa ocasião para o fazer. Já não teria implicações nas obras públicas incluídas no PIDDAC e todo o “nervosismo eleitoral” ficava por isso arredado. Por outro lado, o impacto seria positivo junto dos administrados. Existiam projectos de lei já apresentados na Assembleia da República, um deles da responsabilidade de um Deputado da maioria, mas com soluções mais radicais do que as que o meu ministério havia sugerido! Em causa estavam sobretudo os preceitos relativos ao direito de reversão. Já tinha havido conversas com o Deputado proponente. As expropriações iriam ficar mais caras, por decisão dos tribunais e isso iria reflectir-se nos custos das obras públicas; mas o projecto de código era muitíssimo mais justo do que a versão em vigor, naturalmente debaixo do ponto de vista dos proprietários. Havia dois artigos que tinham merecido críticas do Tribunal Constitucional, importando por isso alterá-los.

Compreende-se que o novo código suscitasse alguma apreensão no Ministério das Obras Públicas pelos reflexos que teria no seu orçamento. Mas isso só se veria

nos orçamentos de 1992 e seguintes. Por isso, a alterar como era minha opinião, dever-se-ia fazê-lo nesse final de mandato.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, em 1 de Fevereiro de 1991 fixámos o modo como deviam ser fixadas as medidas preventivas relativas ao espaço da EXPO'98. Vimos também o caso da Soltróia que vinha de antes de 1974; o que havia sido autorizado então, nunca o seria depois de ter sido definida a Reserva Ecológica Nacional. Nós compreendíamos a importância da construção do novo polo turístico e sabíamos dos vínculos criados pela autorização anterior; uma proibição de construção acarretaria as mais complicadas discussões jurídicas, prolongando-se os respectivos processos, em tribunal, por largos anos. Mas não poderíamos favorecer soluções que contagiassem outros casos que não viessem de tão longe. Hoje, vemos que tudo foi conciliado com a construção do complexo, no respeito pelos preceitos da protecção do Ambiente. Na mesma reunião definimos como deveria ser estabelecida a zona non aedificandi da Via do Infante. Montámos a estrutura que deveria preparar a proposta da autorização legislativa para a lei das expropriações e o respectivo decreto-lei. E definimos, ainda, como se deveriam transformar os Planos Integrados de Habitação, vindos do anterior, em Planos de Urbanização, de acordo com a nova legislação.

*

No dia 4 de Fevereiro, reuni-me com o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e com os Directores-gerais do Departamento Central de Planeamento, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério e do Ordenamento do Território, para definir as linhas gerais de dois documentos que estavam em preparação: 1.) um que se destinaria a estabelecer as grandes linhas de um “Livro Branco” sobre o ordenamento do território e 2.) outro, destinado ao Conselho de Ministros e relativo aos problemas das áreas metropolitanas e ao reforço das “cidades intermédias” que ajudassem a desafogar as pressões sentidas nas primeiras.

Eram reuniões sempre estimulantes, porque representavam realmente o momento mais criativo da governação. Era quando se percorria a lista dos problemas a resolver e se alvitavam soluções ou, pelo menos, princípios que haveriam de orientar o seu desenho. Preocupava-nos o figurino institucional da estrutura de coordenação das áreas metropolitanas. Estava fora de causa criar um novo patamar institucional eleito. Isso obrigava-nos a reduzir muito o número de sectores a coordenar. Somente aqueles que, realmente, precisassem da escala é que deveriam ser coordenados àquele nível; o mais importante era, seguramente, o dos transportes. O objectivo geral era a promoção da qualidade de vida nas áreas metropolitanas, aferida por intermédio de indicadores que pudessem ser objecto de um acompanhamento permanente.

A concertação do investimento público feito quer pelos ministérios quer pelos municípios impunha-se. O seu resultado principal seria a definição de prioridades na acção, aos dois níveis. Buscávamos, particularmente, as complementaridades virtuosas de investimento de modo a retirar-se do conjunto o maior proveito possível. Queríamos “treinar” em tamanho natural. Alvitramos algumas cidades intermédias. Acabámos por nos fixar em Viseu, onde o Presidente Engrácia Carrilho era de uma eficácia conhecida, além de compreender a justeza das nossas intenções. Já me referi à sua cordura noutro lugar.

Para começar, era importante explicitar a estratégia de ordenamento para o território em causa e depois fazer intervenções coordenadas no espaço. Tinha de se mobilizar toda a experiência adquirida com os PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território). Os sectores a que se deveria dar prioridade eram: (a) o da habitação; (b) o da acessibilidade e transportes e (c) o dos grandes equipamentos sociais. Se fôssemos capazes de articular os níveis central e local, em torno destes sectores, muito caminho estaria percorrido. O mais difícil seria conseguir a contenção da expansão das áreas metropolitanas. Havia muita gente a ganhar muito dinheiro com isso e a ter acesso a poderosos “lobbies”, nomeadamente a imprensa.

No sector terciário, estávamos a assistir ao início da instalação dos grandes hipermercados. O licenciamento era das Câmaras. Tínhamos que definir um conjunto de orientações gerais para que a sua localização não acarretasse problemas. Era evidente que os respectivos promotores queriam fazê-los no local com a maior

acessibilidade possível e transferindo o custo das necessárias complementaridades, (não somente viárias) para os poderes públicos.

*

Era evidente que o tratamento dos resíduos sólidos havia adquirido importância, em 1991. Eu lembrava-me de, quinze anos antes, ter participado numa reunião técnica para definir como se deveria fazer a exploração de um aterro sanitário num Concelho do Interior do país. Agora as coisas estavam muito diferentes. Em 4 de Fevereiro reuni-me com onze Presidentes de Câmara e com um técnico do Centro para a Conservação de Energia para vermos como se poderia tirar vantagem da multiplicidade de programas comunitários que poderiam ser mobilizados para o efeito: o Valorem, o Thermic, o Envireg e o Medspa.

Tratava-se de definir as partes relevantes a serem discutidas aquando da apresentação da primeira candidatura. Os Municípios que vieram à reunião eram todos candidatos a constituírem-se como projectos-piloto. Tudo tinha de começar pela separação do lixo em diversos tipos (vidro, plásticos, papel, resíduos orgânicos, etc.). Hoje tudo isto se tornou rotina. Mas, naquela ocasião, não era! Formou-se um pequeno grupo para irem a Inglaterra observar como funcionava uma instalação do que era, então, designado como “landfill”. Combinámos a maneira de lançar um curso de pós-graduação para engenheiros especializados no tratamento de resíduos sólidos. E foi encomendado um manual para orientação dos Autarcas em matéria desse tratamento (aterro sanitário controlado; compostagem; incineração). E foi nessa altura que se começou a contemplar a recolha e o tratamento de lixos por empresas privadas, por sugestão de alguns dos Autarcas presentes. A recolha de lixos só tinha a dificuldade da gestão de uma frota de veículos especializados; mas estes eram muito caros e o controlo das operações não era assim tão simples como se dizia. Por isso alguns preferiram contratar, por concurso, os serviços de empresas privadas. Hoje (2015), a prática está generalizada.

*

A maior “assobiadela” da história foi aquela que eu recebi e a que já me referi, no capítulo XII, em frente ao Estádio do Boavista, no Porto. Ela aconteceu na tarde

do dia 8 de Fevereiro de 1991 e estava um vento de Noroeste que nem o sobretudo protegia. Os assobios só agravaram o desconforto...

*

O Guia do Cerimonial Autárquico que eu tinha mandado elaborar e ao qual já me referi no Capítulo XII, foi apresentado ao público no dia 13 de Fevereiro de 1991, com casa cheia...As reedições sucederam-se, porque todos queriam fazer as coisas de forma impecável.

Algumas vezes penso na importância real de certas coisas que custam tão pouco dinheiro. Esta fica-se a dever à dedicação de um Autarca e de dois funcionários que gostavam de fazer as coisas bem-feitas.

*

Em 15 de Fevereiro tratei, com o Secretário de Estado da Administração Local, da ratificação do decreto-lei sobre ocupação de solos ardisos. O diploma tinha como objectivo que ninguém ganhasse com os fogos florestais. Havia alguns a fazê-lo: mandavam pôr fogo ao pinhal e, depois, urbanizavam-no... Há gente para tudo!... Nesse dia soube que havia três Municípios que apenas tinham tomado a decisão formal de mandar elaborar o seu PDM, mas não haviam feito nada para a materializar. Eram os três do partido do Governo!... E todos muito em evidência, nos seus quadros...

*

No dia 22 de Fevereiro fui a Faro para ter uma reunião com os Presidentes das Câmaras algarvias e ver como iam as coisas em matéria de preparação dos Planos Directores Municipais. Eu estava preparado para ouvir muitas queixas. Era o hábito! Raros são os que não aproveitam a presença do ministro para apresentar um caderno reivindicativo ou para enaltecer as enormes dificuldades que tiveram de ultrapassar. Em relação ao Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), houve um que lamentou que dos 300.000 habitantes do Algarve somente cerca de 2.000 tivessem sido ouvidos formalmente. Foi necessário lembrar-lhe que tinha sido o maior inquérito público algum dia feito em

Portugal; nós desejávamos sempre que houvesse maior participação, mas, para uma operação daquele tipo, os dois milhares que se dispuseram a dar a sua opinião eram uma amostra muito significativa.

O Presidente de Tavira disse que a sua cidade estava a ser martirizada, porque se não construía uma série de barragens que retivessem a montante a água do Gilão, quando ocorriam as célebres “flash floods” do Algarve; dizia que havia inundações nas casas da baixa que chegavam aos oitenta centímetros! Em articulação com isso reclamava um programa para florestação da Serra. Tinha escolhido como eixos de desenvolvimento as pescas, o turismo e a indústria transformadora. Mas não dispunha de cartografia adequada, apesar de haver mecanismos financeiros de apoio nesse domínio, tendo em vista, especificamente, a elaboração dos PDM.

O de S. Brás de Alportel também queria uma barragem e a florestação da Serra, que ocupava dois terços do seu território. Pretendia estabelecer uma hierarquização dos lugares centrais do Concelho, concentrando grande parte do equipamento a construir na sede do Município. Tinham resolvido entregar a elaboração do PDM a uma empresa especializada. Deveria estar pronto daí a um ano.

O de Silves também queria reflorestar a Serra. Queixava-se de que a construção da barragem do Funcho tinha deixado as estradas em mau estado. Pretendia apoio financeiro para recuperar pontes, pontões e estradões rurais que estavam muito degradados. Entendia como urgente o regadio tendo em vista a produção de citrinos. E queria – e muito bem – proteger os seus recursos aquíferos. O parque de feiras e exposições que era uma estrutura de importância regional, já tinha absorvido mais de meio milhão de contos; queria apoio para acabar a segunda parte. A zona industrial de Tunes não tinha beneficiado do surto do turismo (e deveria ter?...). O PDM estava em concurso público que acabava daí a um mês; o plano estaria pronto até ao fim do ano.

Em Alcoutim as estradas estavam todas degradadas, pelo que queria apoio. Por outro lado, o seu Concelho não havia sido beneficiado pelas barragens do Beliche e de Odeleite; por isso queria barragens várias, das quais a mais importante era a dos Cadavais; a Direcção-geral dos Recursos Naturais já estava a fazer o levantamento da respectiva ribeira. As propostas para a elaboração do PDM seriam abertas na semana seguinte.

O Presidente da Câmara de Monchique era um homem optimista e extrovertido; por isso o elegiam para muitas funções de representação. Tinha sido encarregado de animar a constituição de uma Associação dos Municípios do Algarve; estaria operacional no fim do mês; estavam a elaborar os estatutos; mas logo me foi dizendo que queriam ser ouvidos em tudo o que dissesse respeito ao Algarve, sem ser um contrapoder... Felicitei-o pelo trabalho desenvolvido e disse-lhe que uma das minhas dificuldades era não ter interlocutores para muitas acções; nunca foi por tê-los que eu me queixei; mesmo quando são contra-poder, é sempre melhor ter alguém com quem falar do que enfrentar um conjunto não estruturado e sem meios para formar uma vontade colectiva. Como prioridades enunciou as estradas, como de costume, e o tratamento da poluição causada pelas unidades de suinicultura que era uma dor-de-cabeça para todos; o levantamento da situação estava feito; havia três estações de biogás que estavam em fase de localização; queriam constituir uma sociedade de capital misto para tratar deste assunto. Entusiasmei-o a prosseguir. Quanto à elaboração do PDM iriam adjudicar o trabalho a uma empresa, daí a quatro dias; tinha ficado surpreendido, porque só haviam concorrido quatro empresas, das quais só duas é que passaram à “short list”; teriam onze meses para o preparar; queria que eu desbloqueasse os resultados do Censo, o mais rapidamente possível. Pretendia fazer um contrato-programa para a construção da estrada de S. Marcos da Serra.

O de Portimão achava indispensável que eu prorrogasse os prazos para apresentação do PDM, ao que eu lhe respondi não tencionar fazê-lo. Era evidente que a culpa era dos outros, neste caso estava a ser o PROT que não tinha definido as “macro-linhas” para o desenvolvimento do Concelho... Estavam a discutir os objectivos há mês e meio, sem chegar a acordo. Recomendei que acertassem em objectivos provisórios, em torno dos quais houvesse um mínimo de consenso e que continuassem com a discussão, alimentando a equipa de trabalho com novas orientações, à medida que as fossem tendo. Alertou-me para a dificuldade de haver equipas de projecto para elaborar quase trezentos PDM! Eu agradei o aviso, mas manifestei confiança na determinação dos Autarcas e no brio profissional e competência dos gabinetes de projecto... Todos tínhamos percebido que ele não queria era estar cerceado nas suas decisões pela existência de um documento disciplinador...

O de Vila Real de Santo António criticou-me por ter insistido na elaboração do PROT; ele só tinha vindo atrasar a elaboração dos PDM. Mas, apesar disso, já tinha o programa-base aprovado, estando agora ocupado a testar o regulamento que havia sido preparado. Faltava-lhe lançar o inquérito público; a culpa era do PROT... que não lhe permitia localizar os parques de campismo na mata nem definir os perímetros urbanos das diferentes povoações.

O de Olhão, pelo contrário, achava que o PROTAL era um documento de uma importância fulcral. Estava interessado na definição de novas vias de acesso para o interior e, especialmente, na preservação das barreiras do litoral que não tinha sido incluída no PROT. Eu estava de acordo com ele; deveriam sê-lo, como a história posterior veio a demonstrar. Chamou a atenção para a importância da preservação da Ilha de Faro. Queria manter uma variante à EN125 a norte “porque a Via do Infante não vai resolver tudo”. Quanto ao PDM tinham definido objectivos, o que era a parte mais importante para um órgão de decisão; a sua preparação já decorria há três meses. Tinham definido, como alternativas o turismo, a pesca, a agricultura e a indústria transformadora. Preocupava-o o número de saídas da Via do Infante para dar acesso às cidades mais importantes.

O de Aljezur queixava-se de que o seu Concelho estava a ser um campo de experimentação cirúrgica do planeamento: ele era o PROT, o PDM, Planos de Pormenor e mais não sei quantas coisas! Era muito planeamento! Todos se riram, naturalmente... Aceitava todas as formas de acompanhamento desde que elas viessem com as participações financeiras adequadas... Estava com espaço de manobra muito condicionado entre o PROT e a Área de Paisagem Protegida; era um espartilho muito forte... Apostavam no turismo e na agricultura; dispunham de uma grande faixa agrícola mas queria ter acesso à água de perímetro de rega do Mira. Manifestou o seu empenhamento no aproveitamento dos recursos naturais do seu Concelho que eram muitos. Havia infra-estruturas que poderiam condicionar o desenvolvimento; tal era o caso do IC4 e da ETAR. O problema das unidades de suinicultura também afectava o seu Município. O PDM estava em andamento e estaria pronto antes do fim do ano.

O de Vila do Bispo disse que o PROTAL, naquele momento, era mais para digerir e agir do que para discutir, uma vez que já estava definido. Gostaria que ele fosse

menos “regulamentista”, o que teria forçosamente de acontecer numa sua revisão... Preocupava-o a sua “área de paisagem protegida”. Lamentava que algumas outras entidades não tivessem estratégias claras para a sua actuação; isso afectava o desempenho das suas responsabilidades. O seu PDM, que estava em andamento, iria propor algumas derrogações ao PROT; não queria ser centro agrícola mas pretendia ver o sector da pesca enunciado como um factor de equilíbrio da zona. Queria, como alguns outros, ver explicitadas alternativas ao sector do turismo. No que eu o apoiava inteiramente. No PDM já estavam a trabalhar desde Outubro de 1990; em Março seguinte teriam pronta a primeira proposta de trabalho, para discussão.

O de Lagôa começou por se referir à enorme proliferação da construção dispersa, no seu Concelho, o que tornava a construção e exploração de infra-estruturas muito dispendiosas. A propriedade estava muito repartida. Suspeitava que houvesse alguma especulação fundiária. O abastecimento de água era um problema grande. O Concelho iria ser abastecido pela barragem do Funcho, mas até lá, era uma dor de cabeça. Não tinham conseguido arranjar um local adequado para a localização de um aterro sanitário (não tinham espaço!) O PDM estava a andar; em Agosto poderia lançar a discussão sobre o mesmo.

O de Lagos começou por se referir à localização do aterro sanitário. Tinha proposto uma, mas a população havia-se oposto. Deveria recomençar todo o processo. Iria lançar o inquérito público sobre o PDM muito em breve. Antes do final do ano o plano estaria pronto.

O de Faro começou por se referir à variante à cidade. Queria que houvesse uma “vacatio legis” apreciável em relação ao PROT (eu não queria nenhuma...). Em relação ao PDM, até ao fim do mês haveria a entrega do programa-base. Em Junho de 1991 estaria concluída a versão final. Chamou a atenção para o “encravamento” da cidade entre o parque e o pré-parque da Ria Formosa; estava sem espaço para expansão! Disse da desactualização da base cartográfica e das dificuldades de articulação com a Junta Autónoma de Estradas e com a CP. Estavam com dificuldades na escolha da melhor solução para o acesso ao aeroporto. Também tinha problemas para a localização do aterro sanitário (Diante da repetição do enunciado desta dificuldade sugeri que se juntassem para fazer

um aterro intermunicipal; eu tinha uma longa experiência das dificuldades dos empreendimentos intermunicipais na Região do Norte; aqui elas não deveriam ser menores; mas o território é o que é e os Concelhos, em certas partes do país, são realmente pequenos... e estão muito densamente ocupados). Na Ilha de Faro, a areia tinha desaparecido!... Estava-se a proceder à recarga do areal, mas as construções viam-se ameaçadas de destruição; ora, uma coisa era a ocupação privada do espaço e outra a alimentação da restinga com areia paga com dinheiros públicos. A ilha é, realmente, um território instável no qual a ocupação deve ser desaconselhada ou mesmo proibida. Mas é um local muito atraente!... Lá isso é. Todavia, tem numerosas limitações.

O de Albufeira começou com uma afirmação que nos surpreendeu. Depois de ter posto toda a sorte de entraves ao PROTAL, durante a sua elaboração, disse que ele seria mais positivo do que negativo. O PDM, disse, apresentaria soluções construtivas. Queria construir uma marina no seu Concelho. Achava que o PROT estava “muito verde”!... Queria mais ocupação, mas ela não seria tanta como ele pretendia. Tinha problemas de abastecimento de água apesar de o Município ser susceptível de abastecimento a partir da barragem do Funcho. Os resíduos sólidos também eram um problema. O PDM já tinha sido adjudicado.

O de Castro Marim começou por referir-se ao Castelo e aos problemas que estava a ter com o Instituto Português do Património Construído (IPPC). O problema maior era dos acessos. A ponte sobre o Guadiana estaria pronta no Verão, mas tinha deixado as estradas do Concelho numa lástima. A sua recuperação estava no contrato, mas, entretanto, as populações tinham que suportar os incómodos. Isto comprovava a minha tese: “As obras só são estimadas no dia em que são anunciadas e no dia em que são inauguradas; entre uma e outra só há lama ou pó e muitos transtornos; depois da abertura é como se lá tivesse estado desde sempre”. O PDM já estava adjudicado; necessitava de cartografia actualizada. E queria ter acesso a mais água...

A questão da cartografia é muito sensível. Quando é preciso arranjar dinheiro para a fazer, encontram-se sempre desculpas para a diferir; quando se descobre que a evolução fez desactualizar as cartas existentes, têm que ser encontradas formas de a produzir de forma expedita. Em Portugal temos aversão ao trabalho

metódico e permanente que vá produzindo os elementos de base para tomar decisões adequadas. Depois, tudo tem de ser feito aos atropelos...

O de Loulé queria discutir o PROT e ter em atenção as conclusões dos debates públicos. A Ilha de Faro também lhe interessava. Vale do Lobo estava a ser ameaçado. Se os esporões não existissem Quarteira já não existia; mas os esporões nunca são neutros; fazem migrar os problemas para jusante das correntes dominantes. Por isso queria que fossem feitas obras de protecção adequadas. Loulé é o maior concelho do Algarve. O seu PDM estava a avançar, não lhe pondo problemas os prazos fixados. O PDM estava a ser feito pelos serviços da própria Câmara com a orientação permanente do Presidente. Felicitei-o por isso. Era evidente que os Concelhos pequenos, com poucos meios técnicos não podiam fazer as coisas desta forma. Preocupava-o muito a ligação da Via do Infante ao litoral.

Ouvimos tudo com atenção. O Secretário de Estado referiu-se ao PROTAL como um processo que não se encerra mas que abria outro, com carácter permanente. De qualquer forma a solução tinha sido muito consensual. E felicitou-se por ver como estavam a progredir os PDM. A sua primeira vantagem era existirem.

Uma das coisas interessantes para quem, como eu, tinha que fazer reuniões como esta no Algarve, em Trás-os-Montes e nas Beiras era poder comparar os comportamentos dos Autarcas durante o trabalho e fora dele. Não há dúvida de que o clima, a terra e a herança cultural determinam diferenças na maneira de reagir dentro e fora da sala de reuniões. Um dia escreverei sobre isso...

*

Em 26 de Fevereiro fui alertado para o facto de o grupo parlamentar do PSD ter um projecto de Código de Expropriações que queria fazer agendar. Nós já tínhamos elaborado, no Governo, sobre o tema e estávamos na convicção de que a nossa proposta era mais moderada e de contornos mais acolhedores... Era preciso articularmo-nos. Trabalho próprio do Ministro dos Assuntos Parlamentares e seu Secretário de Estado Adjunto.

*

Tinha-se formado uma Associação de Municípios com Centro Histórico. Esse facto determinava-lhes problemas especiais e gastos suplementares. Recebi-os no dia 1 de Março de 1991. Vinham dizer-me da exiguidade das verbas previstas no PIDDAC para esse fim e solicitar a minha intervenção junto do Secretário de Estado do Turismo, porque o facto de eles conservarem os centros de forma impecável importava, de modo especial, às actividades turísticas. Queriam soluções especiais para o financiamento da recuperação do património. E pretendiam, também, que a estação pública de televisão fizesse programas sobre o património existente, imóvel e móvel e o divulgasse com regularidade.

*

No dia 5 de Março tive uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e com os Directores-gerais do Gabinete de Estudos e Planeamento e do Ordenamento do Território para definirmos o conteúdo de um trabalho que eu gostaria de ver produzido e divulgado junto de Autarcas e da população em geral. O seu título seria: “Os novos desafios do ordenamento do território com vista ao desenvolvimento”, ou uma coisa parecida. Percorremos os temas que dele deveriam constar:

Começámos pelos instrumentos: coordenação intersectorial dos investimentos públicos através da análise das proposituras dos outros sectores. Definição da nossa própria estrutura. Revisão do plano rodoviário nacional. Equilíbrio entre as políticas de equipamento e de acessibilidade. Quadro de referência da rede urbana. Compatibilização e coerência da rede urbana. Compatibilização e coerência das redes de equipamento e dos eixos viários. Prioridade na definição dos polos. Acções necessárias para reforçar a convergência de equipamentos nos nós mais importantes, com vista ao reforço e equilíbrio da rede urbana.

Num segundo capítulo deveria ser tratada a habitação e as políticas do uso do solo; a oferta de solo para os diversos tipos de uso; a fixação das pessoas

Uma outra parte deveria ser devotada à burocracia no ordenamento do território. A desburocratização era o nosso propósito, mas a existência de garantias para os proprietários e para o cidadão em geral era importante. Por outro lado, havendo

uma hierarquização de planos com diversos tipos de planos mas, na globalidade, com mais planos, poderia haver menos burocracia na gestão dos planos.

Os contratos-programa tinham a nossa preferência como instrumento de actualção; juntavam-se duas ou mais vontades com duas ou mais fontes de financiamento; e, simultaneamente, aumentava-se a garantia do acerto das escolhas feitas.

O PIDDAC era o instrumento por excelência da concretização das grandes infra-estruturas e equipamentos. Deveria haver, por isso, um capítulo sobre o ordenamento do território e as suas relações com o PIDDAC.

Havia uma nova geração dos programas operacionais que se estendiam por largas partes do território nos quais a componente ligada ao ordenamento do território deveria ser mais evidente do que estava a ser.

Não era costume dar grande relevo às telecomunicações. E nós achávamos que deveria ser um vector a sublinhar, tendo em vista o desenvolvimento do território. A influência das grandes redes transeuropeias não deveria ser ignorada (tanto eixos como infra-estruturas pontuais: portos e aeroportos).

O Ambiente e sua protecção vinham a adquirir peso crescente nas considerações a que se deveria atender.

O Plano Nacional de Turismo tinha óbvias repercussões sobre o ordenamento do território. Era preciso torná-las visíveis.

O litoral é, seguramente, das partes mais vulneráveis do território e, simultaneamente, das mais solicitadas, pelo menos sazonalmente. Tinha que merecer uma referência especial quanto às suas potencialidades e, também, quanto às suas exigências e vulnerabilidades.

A ideia de “prazo” deveria ser abordada. Há muitas coisas que só se completam em várias legislaturas: a rede rodoviária ou a rede ferroviária nacionais; um grande porto ou a rede de portos; o tratamento de um grande estuário ou a navegabilidade de um rio... Ora, quanto mais longo for o prazo, mais solene tem de ser o compromisso das diversas forças que podem ser Governo, para manter a orientação uma vez tomada. Não se pode andar com vacilações ou mesmo com alterações de prioridades em coisas de grande monta.

Por outro lado, a ideia de dispor de observatórios urbanos que colhessem e publicassem informação e indicadores sintéticos sobre a qualidade de vida nos espaços

urbanos era-me muito cara. Deveria definir-se uma linha geral para os constituir e, especialmente, para produzir resultados que pudessem ser comparados entre si. Foi esta a estrutura que definimos para o documento que iria ser produzido.

*

Os despachos com os Secretários de Estado tratavam, simultaneamente, das grandes coisas, mas também de questões administrativas relativamente pormenorizadas que, em Portugal, reclamavam a decisão do ministro. Eu, como fervoroso adepto do princípio de subsidiariedade, bem queria reduzir esta parcela e delegava o máximo que podia nos próprios Secretários de Estado. Mas, nomeadamente quando se tratava de transferências de verbas, a decisão tinha que ser minha e, por isso, tomava parte do meu tempo. Todavia, eram as decisões sobre o futuro que ocupavam a fatia mais importante do tempo de despacho. Em 5 de Março tive uma dessas reuniões com o Secretário de Estado da Administração Local. Definimos os tópicos que iriam ser tratados numa reunião próxima com os Autarcas do distrito de Viseu e num seminário organizado pelo GEPAT, a ter lugar em Coimbra. Ele relatou-me como tinha corrido a sua viagem à Bulgária, durante a qual lhe tinha sido solicitado muito apoio. Estava a elaborar um relatório para ser entregue ao Primeiro- Ministro e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Depois, tratámos de coisas administrativas: era preciso antecipar duodécimos para as obras no Vale do Ave; tinha que ser decidida a afectação de 0,25% do FEF para sustentar os Gabinetes de Apoio Técnico; o contrato-programa a celebrar com a Câmara de Palmela por causa do projecto FORD-VOLKSWAGEN envolvia 5 milhões de contos; era preciso definir onde se iriam buscar.

Havia conveniência de que o Primeiro-Ministro visitasse o distrito de Beja, escolhendo alguns Municípios com problemas especiais que seria bom ver; gizámos o respectivo projecto de programa.

A Câmara Municipal de Lisboa queria que lhe fosse concebido o direito de preferência na venda de imóveis no Bairro Alto. Quais eram as implicações legais e de outra natureza dessa concessão?

O requerimento da Comissão Nacional da REN precisava de ser aprovado por despacho-conjunto com o Ministro das Finanças. Era preciso falar-lhe.

O “romance” da construção da Sé de Bragança continuava. O projecto que nos tinha sido entregue para aprovação montava a quase 700.000 contos; só tínhamos 100.000 contos, aprovados pelo PIDDAC e havíamos decidido assumir compromissos somente para a parte do culto; sabíamos que o prelado tinha feito incluir outras valências no programa. Pelas nossas contas só nos caberiam cerca de 280.000 contos. Mas tínhamos a certeza de que o Bispo não havia conseguido mobilizar as contrapartidas que eram de regra. O projecto estava em condições de ser aprovado, mas ainda não se dispunha de plano de pormenor e eu não tinha a certeza de que as relações entre o Bispo e o Presidente da Câmara fossem as mais fluídas. Mas ficou assente que o meu despacho anterior sobre a matéria teria de ser cumprido.

Havia inquéritos vários cujos resultados estavam para decisão. Analisámos cada um deles, definindo a justificação dos despachos a proferir. O pessoal das Autarquias suscitava numerosas petições, de todo o tipo. Algumas, mais fáceis, só precisavam do parecer da Secretária de Estado da Modernização Administrativa. Mas, a maior parte delas mexia com dinheiros e reclamava o parecer da Secretária de Estado do Orçamento e isso tornava logo as coisas mais demoradas. Era preciso definir a composição da nossa delegação à Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa que constituía um acontecimento de grande importância, correntemente realizado em Estrasburgo. A Associação Nacional de Municípios Portugueses tinha sido ouvida. Era preciso juntar-lhes mais alguns delegados regionais e centrais. Tudo tinha que ser feito com enormes cuidados para preservar o equilíbrio partidário.

Havia sempre propostas de inquérito a este ou àquele órgão. Não convinha inundar a Inspeção-geral com tantas solicitações. Tudo quanto mexia com suspeitas de má utilização de fundos públicos seguia para ela. Mas as queixas disciplinares poderiam esperar ou ter outra instância para delas se ocuparem. Porque um inquérito custa sempre caro!

Estava pronto o relatório do PROZED. Era preciso pronunciarmo-nos sobre ele. O Instituto Geográfico e Cadastral estava em reformulação. Tínhamos chegado à modalidade adequada para lhe conferir autonomia financeira. O pior era a parte respeitante ao pessoal; não se sabia quem trabalhava e quem não trabalhava e

isso complicava-nos a solução Mas estávamos a inclinar-nos para a adopção de um estatuto de empresa pública. Tínhamos pressa em resolver o problema, porque – como dizia o Secretário de Estado – nós estávamos a querer fazer em 5 ou 6 anos aquilo que não se havia feito em 60!

Relatei com alguma extensão este despacho para se ter uma ideia como eles eram. Os outros não se afastavam muito deste modelo: variados, com numerosos tópicos, diferentes uns dos outros e todos eles reclamando uma informação fundamentada por parte dos serviços. Como se compreende, só poderíamos ser interrompidos por qualquer chamada do Primeiro-Ministro. Coisas semelhantes se passavam com os despachos com os outros Secretários de Estado.

*

A situação do tratamento de lixos na Área Metropolitana do Porto era muito complexa. Havia um aterro na Maia, outro em Gaia e mais outros pequenos e dispersos. A recolha dos resíduos era incumbência das Câmaras Municipais. Em 13 de Março tive uma reunião com a respectiva empresa – a LIPOR – através dos Presidentes das Câmaras da Área Metropolitana. Eu estava acompanhado pelo Ministro do Ambiente e pelo Secretário de Estado da Administração Local. A LIPOR, então existente, estava em ruptura profunda. Era preciso reabilitá-la. Os estudos respectivos estavam elaborados e encontrado o local para a sua localização. O problema residia nos custos incomportáveis para as Câmaras. A solução era tecnologicamente muito moderna, assegurando o tratamento das quantidades projectadas de resíduos sólidos. Pretendiam uma comparticipação do Governo entre 60% e 80%! Mas, em termos ambientais, a maquinaria utilizada era impecável!... Em matéria de fumos, de poeiras e de cheiros, não haveria problemas. Ainda estavam em processo de selecção entre três localizações para o aterro de cinzas e de lamas. Mas isso far-se-ia rapidamente. Já tinham visitado soluções parecidas, funcionando em Dusseldorf e, outra, algures na Inglaterra. Continuariam a ser as Câmaras Municipais a fazer as recolhas e o transporte. A nova unidade ficaria incumbida somente do tratamento. O pior é que queriam entre 10 e 12 milhões de contos!... O Ministro do Ambiente havia definido como prioridade o tratamento das águas residuais e não dispunha de meios para abrir mais uma frente. Dez



FIG. Lipor (1990).

anos antes, estaria ali para resolver, prioritariamente, os problemas de abastecimento de água!... Os resíduos orgânicos ainda poderiam gerar algum retorno. Mas os resíduos tóxicos e perigosos tinham de ser eliminados e não davam nada de volta... Lá se foi construindo uma solução.

Há muitos anos que a nova LIPOR funciona de modo impecável. Deixou de se ouvir o clamor de queixas habitual e de sentir o cheiro nauseabundo do aterro da Maia!

*

Em Março de 1991 ainda corriam as obras do Saneamento Básico da Costa do Estoril. O montante previsto em 1985 tinha sido de 5,5 milhões de contos entre Orçamento de Estado e Fundo de Turismo. Foi-se alargando a área de recolha e incluindo novas extensões. Em 1988, o serviço foi entregue à Associação dos Utentes. Já haviam sido gastos, em 1991, 13,6 milhões de contos! E, em Março de 1991, veio a proposta para estender o serviço a Oeiras, o que implicava mais 6 milhões de contos. Era conveniente incumbir a EPAL de se assumir como empresa proprietária e gestonária. Mas os Presidentes das Câmaras queriam ter uma palavra a dizer nas decisões, mas tardavam a definir o valor da taxa de saneamento que asseguraria a amortização da dívida contraída. Um estudo que eu tinha mandado elaborar no GEPAT havia chegado ao valor de 43 escudos por metro cúbico de água residual tratada e escoada. A solução correcta era constituir uma associação de Municípios para o efeito. Mas seria demorado até ela adquirir competência técnica. Quem sabia da matéria era a EPAL que eu gostaria de ver constituída em gestora do projecto até ele ser passado para a tal associação de Municípios que levaria tempo a formar-se e a tornar-se ágil na exploração do empreendimento. Mas, até lá, a obra não poderia parar.

Hoje tudo parece excelente! Mas as “obras enterradas” não costumam ter o favor nem dos decisores nem dos beneficiários. Os primeiros porque não podem exibí-las; os segundos porque só sentem os transtornos que elas causam; uma vez feitas, esquecem-nas!

*

O ordenamento do território não me preocupava só a mim. Havia coisas que era muito difícil impedir, como era a má arquitectura que invadiu todo o País nos anos 70 e 80. Os projectos eram apresentados nas Câmaras, não havia instrumentos para impedir construções que não obedeciam aos parâmetros legais e estava fora de questão impor – como aliás se faz na Suíça – obediência a um estilo que se fixasse como o conveniente, para não perturbar a harmonia do conjunto. O bom gosto não se decreta! Vai-se adquirindo pela educação e através da formação de profissionais competentes. Já contei o que se passou com um série de projectos que, se tencionava, fossem modelos para as casas de emigrantes; nem um só foi executado!

Foquei-me, por isso, na exigência de elaboração de planos de ordenamento que pudessem ser preparados, aprovados e acompanhados. O resto haveria de vir com o tempo e, especialmente, com as exigências que os Autarcas entendessem dever impor, de forma descentralizada.

Hoje nós apreciamos ver os centros de algumas cidades e vilas bem tratados. Em grande parte isso deve-se à acção dos chamados GTL que foram apoiados com verbas escassas, mas que levaram a acção de técnicos competentes para junto dos problemas.

Mas eu tinha numerosas queixas dos meus colegas! A descaracterização do país estava generalizada. Na Moita construíram-se edifícios como os de Pequim! Havia miniaturas de “châteaux” por todo o lado! Houve, mesmo, quem propusesse a limitação dos poderes das Autarquias neste domínio, o que, manifestamente, não era a via adequada.

Recomendavam-me alguns que eu impusesse regras para evitar o povoamento disperso no Norte, forçando a concentração da ocupação do espaço. Para isso serviam os planos, dizia eu... Alguns queriam actuação imediata e radical! Mas havia outros mais realistas e que entendiam que muitas coisas viriam através do exemplo e de um esforço pedagógico permanente, como eu insistia que se fizesse: exposições, discussões, artigos nos jornais, programas de televisão referindo os bons casos, etc. Por outro lado, a resposta das Autarquias à obrigatoriedade de elaboração dos PDM até estava a ser positiva. O tempo é uma variável com a qual todos devemos contar.

*

A Câmara Municipal de Vila Real tinha-se oferecido como voluntária para nela se fazer um ensaio-piloto de desburocratização. No dia 22 de Março fui participar numa sessão de avaliação do processo.

Tinha corrido bem a delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Estava encarregado de todo o processo o vereador Dr.º Manuel Martins que, posteriormente, veio a ser Presidente da Câmara; faleceu há um mês (2015). Iria realizar uma sessão de avaliação dentro de semanas; tudo se passou tendo como intérpretes os próprios titulares dos órgãos (Presidente da Câmara e Presidentes das Juntas), com responsabilização directa das duas partes; por isso, estava a correr bem. Começou-se pela cobrança de taxas e licenças e acompanhou-se a transferência com acções de formação. Algumas das taxas eram receita das próprias Freguesias. Tudo tinha sido objecto de protocolos assinados formalmente. Não vou enumerar as funções desconcentradas; foram dezanove! Mas também foram objecto de análise os circuitos, os processos e as formalidades; com a mesma aplicação directa dos protagonistas. Surgiu como indispensável a informatização dos serviços (hoje, isto soa, seguramente, muito estranho...), incluindo a respectiva formação dos funcionários e dos eleitos que, em certos casos, eram eles que tudo faziam. A racionalização dos circuitos de expediente e de licenciamento municipal foi objecto da maior atenção. A Comissão de Coordenação providenciava um apoio genérico. A presença do ministro era de mero encorajamento. Mas este é preciso!

*

No dia 25 de Março tive uma reunião com a EPAL e com os Autarcas do Vale do Tejo cujos Concelhos eram ou seriam abastecidos de água pela Companhia. A obra era, naturalmente, importante pela sua dimensão e pelos serviços que prestava. Mas nós queríamos que a regra geral da adicionalidade se aplicasse; as Câmaras logo chamaram a atenção para a exiguidade das suas finanças e para a necessidade de se reforçar o respectivo FEF; especialmente Constância e Barquinha estavam em posição muito débil a esse respeito. Tinham todos assinado um famoso “protocolo de Asseiceira”, mas depois verificaram que lhes seria difícil cumprir o que haviam prometido...

A EPAL foi muito clara: sem a contribuição do FEDER não teria sido possível contemplar a construção de uma tão ampla rede de distribuição de água. A obra orçava em seis milhões de contos. Fizeram-se e refizeram-se os arranjos institucionais. A EPAL dispôs-se a fazer as obras das redes secundárias e a tê-las prontas até ao final de 1993. Os contactos preliminares da EPAL com as Câmaras haviam tido lugar em 1988 e os estudos preliminares custaram bom dinheiro. A chave do problema estava no financiamento da operação. Mas, para que o projecto respectivo se apresentasse com viabilidade económica, era preciso que as Câmaras assegurassem (e pagassem) um consumo mínimo definido em função da sua população. Lá se ultrapassou o entrave...

*

A obra do saneamento da Costa do Estoril não parava de dar sobressaltos. O Ministro do Ambiente queria passar tudo para a EPAL que, em conjunto com as Câmaras Municipais, havia de encontrar uma solução. Eu achava que não o faria, porque o problema era de dinheiro e nem uma nem as outras o tinham e quem estava em posição de ser árbitro era o Ministro que podia comandar o fluxo financeiro.

Em Abril de 1991, faltavam 28,5 milhões de contos para a obra, mais os encargos financeiros dessa verba e os que vinham de trás; tudo montava a cerca de 35 milhões. Para a gestão posterior, uma vez acabadas as obras, poderia ensaiar-se um consórcio da EPAL com as Câmaras; mas, para levar a obra a bom-termo isso seria voltar ao princípio, perdendo-se a utilidade do que já estava construído. Conseguiu-se desdobrar a obra em duas partes. Importava, antes do mais, concluir as obras do interceptor geral. As Câmaras teriam de assegurar a construção das redes secundárias, ao que elas punham muitas reservas, porque não tinham dinheiro para as pagar, nem os juros do empréstimo já contratado com o Banco Europeu de Investimento. Pôs-se como hipótese de solução o recurso a um empréstimo do Fundo de Turismo, mas ele era muito caro!... O Ministro do Ambiente precisava de cerca de 10 milhões de contos a curtíssimo prazo. A solução foi ir buscar verbas não mobilizadas por outros projectos, aproveitando o tempo para definir uma modalidade que não pusesse a tesouraria da EPAL do avesso e que permitisse ir negociando com as Câmaras, sem ser sob pressão.

*

No dia 3 de Abril de 1991 fui à Assembleia da República para analisar com a Secretária de Estado da Administração Pública, com o Secretário de Estado da Administração Local e com os Deputados do PSD, os projectos de legislação em curso relativamente às Áreas Metropolitanas e às Regiões Administrativas. O chefe dos parlamentares presentes era o Dr. Silva Marques, sempre construtivo e bem-humorado. Em relação ao projecto relativo às Áreas Metropolitanas já havia duas versões aprovadas (uma do PSD e outra do PS). Impunha-se avançar rapidamente. Aproveitou-se para tratar de dois projectos manifestamente menos importantes, mas aos quais alguns Deputados atribuíam a maior urgência: a Lei-quadro das Freguesias e a Lei-quadro das Vilas e Cidades: a primeira iria avançar, só estando a aguardar o relatório do parecer da própria Comissão do Poder Local. A segunda, ficou decidido, deixá-la para a legislatura seguinte. O Código de Expropriações, peça importante para a nossa acção, já estava pronto e esperava agendamento, na Presidência do Conselho de Ministros.

Em relação à Regionalização os Deputados foram de parecer que a proposta de lei não deveria ser agendada em fim de legislatura. Tratava-se de uma reforma maior que não merecia um tratamento apressado. Estava no programa do Governo e era bom que fosse feita depois da Revisão Constitucional. Mas não à pressa, só para aproveitar o calendário. Além disso, todos estávamos convictos de que a maioria absoluta nos seria dada de novo nas eleições de 6 de Outubro seguinte, algo que veio, de facto, a acontecer.

Começava a haver algumas dúvidas em relação às competências a atribuir às Regiões Administrativas. Havia os que queriam dar relevo à função parlamentar como função regional, entendendo-a como mais vasta do que o desenvolvimento regional. Insistiram em dizer que não estavam a travar o processo, mas a procurar novas competências que fizessem sentido e robustecessem as instâncias regionais. Disseram que a natureza das coisas era contra um calendário apressado, mesmo entendendo o processo como gradual. A questão não era ideológica, mas de Estado, atravessando todos os partidos.

O que estava agendado para discussão no Parlamento era a proposta do Governo e respeitava à lei-quadro das Regiões Administrativas, tendo já sido fixada a

grelha C, o que me dava trinta minutos para o discurso de abertura. Este está publicado no VI volume dos meus Discursos. Por isso não o referirei aqui. A discussão teria lugar no dia 11 de Abril seguinte. Entretanto, estava agendada para o dia 9 de Abril uma outra intervenção resultante de uma interpelação do Partido Comunista Português sobre Política Geral centrada nas questões do crescimento económico e social do país, tema que se sobrepunha ao primeiro. Eu também interviria; o discurso também está publicado.

*

Em 17 de Abril tratei, com o Secretário de Estado, da preparação da nossa proposta de lei sobre o licenciamento municipal. Estava no programa do Governo e tinha sido objecto de um pedido de autorização legislativa que felizmente estava formulado em termos de grande generalidade, permitindo-nos ajustar as coisas às necessidades. Mas estava a enfrentar dificuldades inesperadas por parte do Ministério das Obras Públicas por causa de um famoso Decreto-Lei n.º 73/73 que “dividia as águas” quanto à responsabilidade dos engenheiros, dos arquitectos e dos engenheiros-técnicos. Eles não queriam ver-se envolvidos numa nova discussão que sabiam ser difícilima e inconsequente. Havia outros aspectos que criavam clivagens entre os Autarcas e os Empreiteiros, nomeadamente a apresentação de um certificado de qualidade, como havia recomendado uma comissão “Empresas/Administração” que se havia debruçado sobre o tema. Por outro lado, a nossa proposta estava já muito articulada com a ANMP. Mas havia, efectivamente, quem não estivesse nada interessado em discutir o assunto. Era preciso teimar e forçar a subida a Conselho de Ministros, uma vez que o texto já circulava há três meses no Conselho de Secretários de Estado.

*

Tínhamos resolvido criar um prémio para os Municípios que se tivessem aplicado em trabalhos de reabilitação do seu património. Decidimos que ele não seria dado em dinheiro, mas através de uma qualquer expressão com visibilidade manifesta. Nesse ano, quem ganhou foi Mértola. Decidi que o prémio seria uma escultura da autoria de João Cutileiro, artista de muito mérito, na ocasião a viver em Évora.

Ele usava exclusivamente calcário do Alentejo que ia escolher directamente às pedreiras. Concebeu uma escultura com elementos invocando as três fases de Mértola: a romana, a árabe e a cristã. Escolheu uma rotunda para a colocar. Foi inaugurá-la no dia 4 de Maio, com direito a uma visita guiada pelo museu e pelo centro da vila, tendo como cicerones o arqueólogo Cláudio Torres e o Presidente da Câmara. Um luxo!... Nunca mais esqueci o que vi.

*

No dia 7 de Maio tive um longo despacho com o Secretário de Estado da Administração Local que começou pela análise dos retoques a fazer na nossa proposta de Lei-Quadro das Regiões Administrativas, na sequência da sua discussão no Parlamento (Abril de 1991). Dever-se-ia incluir um artigo sobre a administração aberta e a participação dos Cidadãos. Um dos pontos sensíveis respeitava ao representante do Governo na Região e ao seu título: o PS queria que fosse delegado do Governo; o PCP pretendia que fosse comissário; o Secretário de Estado preferia chamar-lhe governador civil regional. Depois era preciso ver como decorreria o processo da instituição em concreto de cada região. Eu preferia que fosse simultaneamente para todas as regiões administrativas. Nas atribuições das regiões, a Oposição queria retirar o ensino; deixavam ficar a educação e a formação profissional. Nos transportes preferiam que ficasse a referência a vias de comunicação. Queriam que se explicitasse que o planeamento era o instrumento do ordenamento e do desenvolvimento. Em relação aos planos de desenvolvimento regional entendiam que a sua ratificação pelo Governo lhes daria importância e manifestaria o sentido de co-responsabilização. Queriam que ficasse consignado que, além da responsabilidade de elaboração do plano de desenvolvimento regional, estivesse também a colaboração com o Governo na parte do Planeamento do Desenvolvimento Nacional com incidência regional e numa base contratual. Havia dúvidas em relação à presença das regiões no Comité Económico e Social; para mim fazia todo o sentido. O PS queria uma menção especial às regiões de fronteira (mas não tinha grande nexos...). Ainda tratámos da situação do Instituto Geográfico Cadastral, de grandes empreendimentos turísticos no Algarve e no Alentejo

com implicações no ordenamento do território e, também, de alguns inquiridos a Autarquias que precisavam de ver as suas conclusões homologadas.

*

Em 20 de Maio, em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local abordámos numerosos temas começando por ver o que estava em curso em matéria de regionalização. A proposta de Lei-quadro das Regiões Administrativas já havia sido apresentada na Assembleia da República em 11 de Abril. Era preciso agora apressar a finalização da lei de criação das Regiões e da lei de instituição das regiões em concreto (uma lei por cada região), além de montar toda a operação de consulta às Assembleias Municipais. Depois de todas estas leis elaboradas e aprovadas deveríamos contar com mais 120 dias para realizar eleições. Tudo isso cairia já na legislatura seguinte.

O licenciamento municipal estava em discussão. Deveria mandar-me as notas para a apresentação muito em breve.

A Sé de Bragança voltou à baila! Era preciso tratar das medidas preventivas e elaborar um despacho revendo tudo e aprovando o projecto. Decidimos que a contribuição do Governo seria composta, nesse ano, com a soma das “ineficiências” dos outros projectos, quer dizer, com os dinheiros não gastos por aqueles que prometeram fazer e não fizeram.

Soube-se, nesses dias, que os Espanhóis tinham oferecido para a instalação da Agência Europeia do Ambiente, umas instalações magníficas ao lado do Parque do Retiro. Como se sabe, ela acabou por se instalar em Copenhagen.

O PCP queria prorrogar o prazo para apresentação dos PDM. Deveriam ser os seus Autarcas que os não tinham elaborado a pressioná-los. Mas eu não queria nada fazê-lo. Eles admitiam que após a fixação do novo prazo as penalidades fossem as mesmas. Resisti a fazê-lo.

O chamado Fecho da Golada na foz do Tejo é um projecto que periodicamente volta e torna a ir!... Nessa altura queriam verbas para fazer estudos de arqueologia submarina; mas nem a Secretaria de Estado da Cultura, nem o Ministério das Obras Públicas, nem a Administração do Porto de Lisboa queriam avançar com os fundos necessários. Queriam ver se eu podia ir em auxílio. Mas teriam de ser os dois últimos a fazê-lo.

Havia um estudo de recuperação da Lagoa de Óbidos e da sua zona envolvente que era preciso apoiar. Tratava-se de uma zona belíssima, muito sensível e, nessa ocasião, sujeita a uma grande pressão de ocupação.

Havia, também, um projecto de localização de uma marina da Concha de S. Martinho do Porto, que era necessário apreciar, tendo em vista um eventual apoio. E mais não sei quantos casos pontuais...

*

No dia 22 de Maio tive uma reunião com o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Havia sempre numerosos assuntos para tratar. O primeiro foi a transferência das estradas nacionais para os Municípios. Como se sabe, o sistema rodoviário nacional era constituído por uma hierarquia de vias que ia das estradas nacionais até às vias com mero interesse local. Sintomaticamente havia uma estrutura “quase” militarizada que ia do Presidente da Junta Autónoma das Estradas – muito frequentemente um brigadeiro ou, mesmo, um general – até aos cantoneiros que saudavam com continência. Pelo meio, havia os directores distritais de estradas que eram engenheiros competentes e com responsabilidades grandes. Esta organização fazia sentido numa administração super-centralizada como era a do Estado Novo. Com a revitalização do Poder Local tudo isto se esboroava pela base; e com a introdução de concessionários para certos trechos das auto-estradas, também o fazia no topo. A Junta Autónoma das Estradas que havia prestado notáveis serviços ao país tinha, por isso, de ser totalmente revista na sua organização interna e no objecto das suas competências. Já me referi a isto anteriormente. Mas o assunto arrastava-se, no que respeitava à transferência de competências das vias de interesse local e daquelas que o teriam inter-municipal. Os Autarcas exigiam que as estradas lhes fossem entregues totalmente reabilitadas e acompanhadas de uma compensação anual para a sua conservação, estimada em 200 contos por quilómetro e por ano. A Junta deve ter feito as suas contas e decidido que não podia suportar os custos de conservação que passavam, assim, na íntegra para os Municípios. Mas a ANMP protestava. Todavia, numa acção de “pesca à linha” feita pela JAE, algumas Autarquias tinham aceite a transferência

mesmo sem a compensação anual. Mas havia o PRODAC com 12,8 milhões de contos em três anos e que daria para o que desse; o resto teria de ficar mesmo à conta de cada Município... Mas isto tinha repercussões na distribuição do FEF. Haveria que alertar o INE para fazer a actualização da informação.

Os fundos comunitários foram o tópico seguinte. Já se sabia que havia dificuldades em relação à formação das contrapartidas municipais. Mas com acesso a uma linha de crédito da Caixa Geral de Depósitos, em condições muito interessantes, eu já não podia facilitar mais nada.

A Lei das Finanças Locais era um ponto obrigatório. Queixaram-se em relação aos impostos directos e à devolução de uma retenção feita pelo Ministério das Finanças (Assuntos Fiscais). Também o fizeram relativamente às retenções feitas pela EDP.

Queriam compensações por algumas isenções concedidas aos investidores. Acharam que a resposta dada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais era incompreensível e, por isso, tinham posto o caso ao Ministro das Finanças. Queriam a minha intervenção. Admitiam que as isenções houvessem provocado um aumento das transacções e do investimento mas não queriam suportar a totalidade das isenções. Por isso, eu tinha sugerido a constituição de um Grupo de Trabalho das Finanças Locais que analisasse a viabilidade da existência de compensações pelas isenções e de avaliação dos montantes dessas mesmas isenções. Falaram-me da importância da reactivação do CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) que eu sempre pensei que tivesse uma função relevante a desempenhar, mas que a falta de candidatos à formação havia conduzido à apatia. Queriam substituir o Conselho Directivo e os membros do Conselho Geral. Incitaram-me a que abrisse o CEFA à formação de funcionários autárquicos dos PALOP. A celebração de contratos-programa era por eles estimada, mas achavam que o Governo, até então, tinha imposto termos muito exigentes.

Finalmente, referiram que a delimitação das Freguesias estava a constituir um problema que poderia ter consequências indesejadas. Recomendei serenidade, porque seriam eles os primeiros a sofrê-las.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, em 3 de Junho, tive a notícia de que Grupo Parlamentar do PSD, em trabalhos preparatórios para apresentação das atribuições e competências das Regiões Administrativas, pretendia acrescentar ao que já havia sido decidido, as seguintes: (a) vias de comunicação; (b) ambiente, conservação da Natureza e recursos hídricos; (c) saneamento básico e tratamento de resíduos; (d) cultura e património cultural e (e) turismo. Não se pode dizer que quisessem regiões fracas ou meramente decorativas... Nem queriam a ratificação pelo governo dos planos regionais!... Como é que, em poucos meses, vieram a aceitar uma guinada para trás, no sentido da centralização? Isto é mais profundo do que uma simples alteração do humor de um grupo; em meu entender tem muito a ver com a aceitação fácil de uma autoridade não discutida...

*

No dia 6 de Junho fui à Assembleia da República para apresentar o pedido de autorização legislativa para proceder à revisão do regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares. O meu discurso de apresentação está publicado (Discursos VI); por isso não o reproduzo. Não foi uma longa sessão.

Como era costume, começou a Deputada Ilda Figueiredo, queixando-se de que a proposta era vaga e imprecisa, eivada de princípios centralistas e comprometedoros da autonomia municipal. Ela impunha penalizações aos municípios que não haviam elaborado os seus planos! Como era possível? Por outro lado, os “castigos” aos autarcas que houvessem cometido “deslizes” iam até à perda de mandato! Que exagero! Como era possível que uma proposta tão importante só tivesse aparecido naquela altura do mandato? Depois entrou em críticas a alguns artigos.

Quando se faz oposição desta forma sistemática e sem graduar nem o conteúdo, nem o tom, perde-se sistematicamente razão. A maior parte das vezes a oposição era frouxa, porque não estudava nem preparava as suas intervenções. No caso desta Senhora Deputada a situação era a oposta, mas havia uma espécie de fixação quase doentia no propósito da sua crítica: o proponente estava ali para ludibriar a Câmara e o Povo! Havia que travá-lo nas suas malélicas intenções e contrariar os seus propósitos.

Para fazer oposição, de forma eficaz, é preciso usar de alguma inteligência.

O Deputado Gameiro dos Santos (PS) fez algumas observações de pormenor perguntando se, na ausência de planos municipais, seria o Ministério do Planeamento a licenciar todas as "casinhas" que se quisessem fazer no país. Aqui o defeito estava na forma.

Insisto: para fazer oposição é preciso estudar e cuidar do conteúdo e da forma.

*

Estava a aproximar-se o período eleitoral. Era preciso que ficasse patente que tínhamos realizado muito e, especialmente, que havíamos sabido estabelecer pontes com outras entidades que se juntaram a nós para levar a cabo numerosas iniciativas. Pedi ao Secretário de Estado da Administração Local (11/6/1991) para preparar uma lista com o enunciado dos contratos-programa que havíamos assinado. Nos mais importantes eu havia participado. Mas a lista mostrou que eles eram centenas! Decidimos agrupá-los por sectores, por ministérios, por valores, e por regiões. Depois fazer resumos com indicadores sintéticos, por Km, por Km2, "per capita"... Eles seriam importantes, mas nós sabíamos que respeitavam ao passado. E nas eleições o que estaria em causa seria o futuro e as ideias que tivéssemos a seu respeito. Aquelas listas só serviam para atestar que tínhamos capacidade para fazer. Faltava saber o quê. Era isso que mais interessaria na campanha.

*

No dia 12 de Junho fui a Vila Real para inaugurar a feira industrial na qual se mostravam as potencialidades do distrito. Aproveitei para ter uma reunião com os Autarcas, passando em revista a situação em cada Concelho. O de Alijó estava contentíssimo por ir ser inaugurada em breve a barragem de Vila Chã; queria que eu lá fosse.

Em Vila Pouca de Aguiar, entre outras coisas, havia uma que tirava o sono ao Autarca: o Lar dos Idosos e Centro de Dia havia custado mais do que o previsto, porque o terreno tinha sido mau para as fundações que custaram muito mais. Já tinha batido a duas portas que não haviam dado resposta. Uma grande nave industrial (24.000m²) que nunca havia sido ocupada corria o risco de ser objecto

de “ocupação selvagem”; queria transformá-la num loteamento industrial, mas não havia nem compradores dos lotes nem arrendatários; o que havia de fazer? Em Ribeira de Pena tinha-se construído o Centro de Saúde, mas não havia médicos e enfermeiros para o pôr a funcionar cabalmente.

Uma coisa semelhante acontecia em Boticas. Mas acrescentava-lhe as instalações do Grupo Desportivo Local que estavam a ser construídas a conta-gotas. Mais problemas com estradas desclassificadas que tinham sido entregues em más condições e que, por isso, corriam o risco de ser outra vez “classificadas” ... (a maneira mais fácil de resolver a situação...). Anteriormente, cobrava-se a taxa de radiodifusão juntamente com a factura da electricidade; algumas pessoas não a haviam pago; a EDP mandava brigadas para proceder à cobrança (custavam mais as brigadas do que a taxa...); muitas tinham entrado na fase de cobrança coerciva pela Repartição de Finanças; as aldeias estavam num alvo-roço!... O que é que eu poderia fazer?

Em Alijó estava-se, manifestamente, a viver uma boa fase. Além da barragem estavam prontas as obras de uma ETAR, da biblioteca municipal, do centro de formação profissional, do centro cultural de Vila Verde e da escola (C+S) do Pinhão. Mas não eram só rosas! Havia problemas no centro de saúde (iguais aos dos outros), nas estradas e, especialmente, na ligação da sede do concelho ao IP4 e nas instalações desportivas. Por outro lado, o IFADAP e os bancos tardavam a dar resposta às candidaturas ao PDRITM II (vinhas) e os promotores desesperavam!... Em Murça, a freguesia de Candedo tinha dificuldades em escoar a sua produção (vinho e azeite), porque as estradas estavam em péssimo estado; havia uma estrada que desclassificaram mas que não existia! Quem a faria? Tinham problemas em relação à construção do tribunal judicial, do edifício da Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública e do Centro de Saúde; em relação a este o Presidente da Câmara informou que, durante o fim-de-semana era melhor não adoecer em Murça, porque não havia médicos...

Na Régua os problemas maiores eram os das estradas e da água; não a tinham na sede do Concelho! E havia a questão da lixeira que “fumejava” dia e noite, entre a estrada e o Rio Douro. Era, de facto, escandaloso... Como é que não houve nenhum problema de saúde pública?

Foi dada a informação de que, em todo o distrito de Vila Real, faltava preencher 41 lugares de médicos que pertenciam aos quadros de hospitais e de centros de saúde. Havia candidatos; o que não havia era dinheiro! Em Vila Real, no novo hospital de Lordelo havia questões quanto ao desbloqueamento de verbas e de pessoal. As ligações às aldeias eram o pior problema. A Polícia Judiciária dispunha de instalações novas, mas fechadas, porque não havia meios para contratar quadros.

Em Chaves tinham sido comprados 3,5ha de terreno pelo IEFP, mas não havia recursos para construir o centro de formação profissional que tanta falta fazia.

Em Mesão Frio aguardavam pela construção do centro de saúde. Ainda não tinham os problemas enunciados antes pelos Colegas.

Quando acabava uma reunião como esta eu já não sabia se devia admirar a tenacidade dos Autarcas, de me juntar a eles no protesto contra a Administração Central, de verberar os meus colegas de todos os governos (do de então e dos anteriores) que haviam prometido sem limitações... ou de fazer tudo ao mesmo tempo e ir pregar a outra freguesia!...

Em Portugal, como em todo o mundo mediterrânico, somos ainda muito clientelares nas relações entre os diversos níveis de poder. Era também para nos irmos libertando disso que eu insistia tanto na elaboração de planos estratégicos e de planos directores municipais e na celebração de contratos-programa que, na medida das possibilidades das partes, deveriam ser cumpridos com rigor, sem deslizamentos temporais ou financeiros. Cada um cumprindo, pontualmente, o que prometeu fazer.

*

Havia alguns casos de Câmaras Municipais sem PDM que me preocupavam de forma especial por causa da salvaguarda do património construído que encerravam. Um deles era Tomar. Fui lá no dia 15 de Junho. O Plano havia sido adjudicado na semana anterior! Estaria pronto dentro de 8 a 9 meses. Mas a respectiva comissão técnica ainda não tinha sido publicada em Diário da República; aproveitaram a minha visita para solicitar que eu “agilizasse” o processo... Estava também em causa o plano de ordenamento da albufeira da barragem de Castelo de Bode que, nessa altura, havia sido “descoberta” como local de eleição para a localiza-

ção de casas de fim-de-semana. Grande parte da reunião foi passada a tratar das estradas: o IP6 e o IC3; o IC9 até Leiria; e alguns IC.

A expansão urbana de Tomar estava a ser ordenada de acordo com um plano de 1964! Já não dava para resolver os muitos bloqueamentos que tinham. Mas o Plano Geral de Urbanização só poderia ser elaborado depois de estar pronto o PDM. Por isso tinha lá ido eu! Havia, manifestamente, falta de terrenos urbanizáveis e isso estava a comprometer o progresso do Concelho. A Escola Superior de Tecnologia tinha, nessa altura, 600 alunos. Estimavam que viesse a ter muitos mais. Não estou certo de que a evolução haja confirmado esse optimismo. No Convento de Cristo estavam em curso alguns estudos levados a cabo pelo Instituto Português do Património Construído (IPPC). Mas a Câmara não sabia de nada. Esta é uma velha pecha das instituições centrais: não dar conhecimento nenhum acerca do que fazem às instituições locais... a não ser quando precisam delas... Estava em curso o processo de classificação do “Forum de Sellium”, há cerca de nove anos, mas, localmente, não conheciam a sua evolução. No Convento de S. Francisco, a cobertura da parte afecta à Irmandade estava a ameaçar ruína. Era preciso discutir um plano de ocupação do Convento pelo qual a Câmara manifestava interesse. O Palácio de Alvaizere tinha tido um incêndio em 1975 e estava sob a tutela do Ministério das Finanças que, manifestamente, não precisava de todo o espaço. O Presidente queria ver nele instalados o Tribunal do Círculo, as Conservatórias e a Repartição de Finanças. Mas o Ministério tardava em decidir!... O problema é que teriam de partilhar o espaço dos ministérios... E isso complica sempre tudo.

Havia um grande projecto intermunicipal com Ferreira-do-Zêzere relativo ao abastecimento de água. Queria a minha intervenção junto da EPAL. Tinha a intenção de construir uma ETAR se conseguisse uma ajuda financeira adequada. E precisava de uma decisão urgente relativamente à construção de um centro de formação profissional, porque tinha cativo um terreno para o efeito e havia outras solicitações para o mesmo. Pretendia que a ENATUR tomasse uma decisão sobre a estalagem que tão urgente era face ao aumento de turistas que se estava a verificar.

E queria o meu apoio para instalar, na cidade, um centro de estudos sobre a Ordem de Cristo. É evidente que lho confirmei. Em Portugal há uma carência de estudo sistemático sobre as nossas próprias coisas...

*

No dia 27 de Junho recebi o Presidente da Câmara de Albufeira que me veio falar dos grandes projectos que tinha para a sua terra. Desde 1969 que, em Albufeira, se queria fazer uma marina e um porto de abrigo na Baleeira. A marina seria no Vale da Orada, em terra e realizada por um promotor privado, Já dispunha de um estudo de viabilidade técnico-económica tanto em relação a uma como ao outro. Mas estava a debater-se com inúmeras dificuldades de ordem burocrática e ambiental; era por causa delas que me vinha ver. Não havia dinheiros públicos em jogo e o empreendimento já figurava no PROTAL como porto de recreio. A marina estender-se-ia por uma área de 50 hectares, tendo 700 fogos T1 e no anel interior, mais 500 numa segunda coroa circular e mais 600 numa terceira. Era, evidentemente, esta capacidade construtiva que haveria de viabilizar a marina, prescindindo de ajudas públicas. Mas isso reclamava um plano de pormenor e um estudo do respectivo impacto ambiental. Eram estes dois que ele queria “lubrificar”... Aproveitou para tecer um expressivo louvor à equipa técnica que havia elaborado o PROT. Para quem tanto o havia criticado por ele ser demasiadamente disciplinador, isto representava muito... mas ele queria colher muito mais...

Já não foi comigo no Governo que o plano conseguiu ser aprovado. Mas tudo começou naquele dia, tendo os respectivos trabalhos arrancado muito bem. Demorou foi a afinação da parte ambiental.

*

No dia 10 de Julho tive uma longa sessão de trabalho com o Secretário de Estado da Administração Local para tratarmos do diploma que deveria regular a questão dos loteamentos urbanos. Era um assunto muito sensível, porque havia muita indisciplina, sendo corrente a prática de os fazer clandestinamente, na presunção de que uma vez feitos ninguém os mandaria pôr abaixo. Esta era, correntemente, a atitude das Câmaras que deveriam zelar, em primeira mão, pela disciplina de ocupação do território. As eleições legislativas seriam a 6 de Outubro. Com um “vacatio legis” de 120 dias já não haveria qualquer efeito político, mesmo que se legislasse imediatamente; mas nós estávamos convencidos de que o diploma seria neutro, nesse particular, porque os potenciais afectados

seriam poucos. De qualquer modo, era uma medida constante do programa do Governo e já tinha sido objecto de autorização legislativa. Nós havíamos iniciado o processo direccionando-o para um decreto-lei mas a Presidência do Conselho de Ministros recomendou a elaboração de um diploma com maior peso. A nova proposta, depois de ter ido ao Parlamento, tinha sido alterada em conformidade com as sugestões feitas.

O Ministério das Obras Públicas, com propensões liberais manifestas, achava que a nossa proposta condicionava demasiadamente os “destaques”. Mas era isso mesmo que nós queríamos; parcelado a mais já estava o País; não queríamos contribuir para fazer mais “quintaizinhos”. Aliás, a situação vigente era de uma enorme permissividade; permitia fazer loteamentos camuflados que se tornava necessário contrariar.

Havia depois a questão das compensações a pagar às Câmaras pelos loteamentos. Tínhamos conhecimento de que existiam casos de chantagem que nos aborreciam pelo clima de corrupção que potenciavam. Por isso defendíamos a existência de regulamentos, com a tipificação das situações feita por nós; eles deveriam ser aprovados pelas respectivas Assembleias Municipais. Uma outra cautela respeitava às obras de urbanização feitas no quadro dos loteamentos; teria de haver cauções que seriam mobilizadas se elas ficassem incompletas, como tantas vezes sucedia quando se permitia que fossem realizadas pelos promotores desses loteamentos. Isso acontecia mesmo em loteamentos ditos de luxo; desde que os carros chegassem às garagens, tudo era aceitável... Por isso se tinha de ser exigente nas regras. Os prazos não poderiam ser mais “apertados”, porque haviam sido negociados com a ANMP. A publicitação que se deveria fazer dos loteamentos não poderia ser entendida como sendo contra os empreiteiros, mas, antes, a favor dos Cidadãos. Não poderíamos ceder às pressões que tínhamos para que ela fosse eliminada.

Pela primeira vez, era tratado à parte o caso dos aldeamentos turísticos que não eram, de facto, loteamentos, porque não tinham lotes individualizados. Era evidente que o aldeamento turístico exigia uma gestão comum que deveria ser regulamentada noutro diploma.

*

Como se sabe, eu seguia a evolução dos PDM de muito perto. Em 22 de Julho foi-me dada a estimativa de que, até ao final do ano, estariam concluídos 52%. Entre eles incluía-se o do Porto, que seria presente para ratificação em Setembro.

*

O abastecimento de água às populações é um assunto muito sério. Tive ocasião de assistir a situações dramáticas em certas zonas do Porto ou em Castelo-Branco, onde não havia água nos canos durante longas horas, somente surgindo um fiozinho pela madrugada... Por isso eu compreendia bem a preocupação dos Autarcas da Maia, de Vila do Conde, da Póvoa do Varzim e de Famalicão, em relação ao sector. Já me referi a este caso, anteriormente. Recebi-os no dia 24 de Julho para começarmos a falar de “dinheiros”.

A captação seria no Cávado, próximo dos aluviões de Vilar, entre Barcelos e Braga. A Póvoa tinha entrado na Associação do Vale do Ave, por causa do seu abastecimento de água.

O orçamento optimista era, então, de 5,8 milhões de contos. O projecto ainda não estava aprovado pela Direcção-geral dos Recursos Naturais. A obra seria fácil de executar, porque o traçado das condutas seguia sempre por estradas nacionais; evitando-se, assim, as expropriações. Estimava-se conseguir concretizá-la em dois anos. Decomposemos a conduta em quatro trechos (13km + 17km + 6km + 18,3km = 54,3Km) que custariam aproximadamente (1,2mc + 1,0mc + 0,8mc + 0,8mc = 3,8 milhões de contos). O resto seria para a captação e ligações. Estimando a taxa de comparticipação em 52%, teríamos um subsídio da ordem dos 3,12 milhões de contos que afectámos do seguinte modo. 0,52 (1/16) para o PROAVE e o resto – 2,6 milhões de contos – para o PROAMP. Tudo isto deveria ser encaixado nos programas operacionais quer do Vale do Ave, quer da Área Metropolitana do Porto.

Com esta combinação partimos para a realização. Mas a minha intervenção não se ficou por aqui. Alguns anos depois de sair do Ministério do Planeamento, fui citado como testemunha pelo Tribunal do Porto para depor num

processo posto por um gabinete de projectos a uma das Câmaras por esta não lhe ter pago os honorários combinados. Ora, eu sabia alguma coisa acerca do projecto, mas não tinha conhecimento nenhum sobre os contratos entre os donos das obras e os projectistas...

*

Devido à realização das eleições, tomei a decisão, em 19 de Agosto, de suspender as acções inspectivas aos Municípios. Desse modo, não haveria ninguém a levantar a suspeita de que nós nos estávamos a aproveitar, eleitoralmente, de um instrumento que dispunha de regras gerais para a sua actuação, mas que poderia facilmente ser entendido como sendo direccionado para quem nos apetecia. Assim, cortou-se o mal pela raiz: não haveria nenhuma nova iniciativa durante as seis semanas seguintes.

*

No dia 11 de Setembro houve, no Palácio Foz, em Lisboa, uma sessão para divulgação do Programa de Desburocratização e Modernização Administrativa nas Autarquias Locais. Tratava-se de um domínio que, para nós, era determinante do progresso. Era próximo dos Cidadãos que se deveria experimentar a mudança.

*

O STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) era uma correia de transmissão do Partido Comunista. Era irrelevante estar a recebê-lo; só repetiam o que nós já sabíamos vindo da bancada daquele partido na Assembleia da República. Havia colegas meus que não perdiam tempo a receber as suas delegações. Eu costumava designar um Director-geral para o fazer. Lia, sem surpresa, as notas que ele tomava durante as audiências.

Ainda hoje vejo, na televisão, representantes dos sectores totalmente comandados por uma central sindical. É muito previsível o seu discurso. Para serem credíveis os sindicatos têm de ser livres. A perda da independência tem custos demasiadamente elevados que não são compensados por uma hipotética eficácia de acção decorrente da escala.

*

Em Portugal são frequentes as queixas anónimas acerca de iniciativas de particulares que depois se verifica não terem fundamento. Tratando-se do interesse público, não se pode deixar de mandar proceder a um inquérito que, muitas vezes, conclui pela negativa. Porque é que há tantas denúncias injustificadas? ...Já havia durante a Inquisição e com consequências desastrosas para os visados!... Por muito que se expliquem as causas desses actos, não posso deixar de ter um profundo desprezo por quem os pratica. Soube em 7 de Outubro que não tinha justificação uma denúncia relativa a uma área industrial que alguém queria promover. Mas, ao contrário, também soube que estava em vias de se instalar numa duna primária, perto de um porto, um empreendimento cuja promotora era a mulher do comandante do mesmo e cujo técnico era um vizinho... Uma pequena “combinação” a que teve de se pôr um alto... Mas só se pôde impedir a construção!... Deviam os três ser multados!

*

A animação do sector privado havia feito com que muitos bons funcionários públicos estivessem a deixar o Estado, desguarnecendo-o seriamente. Em 16 de Outubro, recebi um Director-geral do Ministério que me veio queixar-se, dizendo que não tinha ninguém que fosse capaz de executar uma tarefa que saísse da rotina. Mesmo do exterior, sabia que, para certos concursos, apareciam firmas que indicavam nomes que eram só de fachada, porque não dispunham de tempo para fazer as tarefas para que se apresentavam como concorrentes.

Este é um problema nacional! A formação no sector público e a exigência de preparação de todos aqueles que, dentro ou fora do Estado, para ele acabam por trabalhar. O INA tinha essa função como responsabilidade. Não compreendo porque é que o extinguiram (2013) quando o que se impunha era reformulá-lo, exigindo-lhe muito dinamismo na sua acção.

Por 86 votos a favor, quatro contra e oito abstenções, o Partido Popular Monárquico escolheu na tarde ontem, em Viana do Castelo, como seu líder principal Nuno Cardoso da Silva, o que constituiu a principal novidade e surpresa dos dois dias de trabalhos.

Como número dois do PPM figura agora Marco António Monteiro de Oliveira, que, até cerca de meia-hora do encerramento dos trabalhos propriamente ditos, era embaixador candidato no lugar deixado vago por Augusto Ferreira do Amaral.

Alinda no Dispositivo, mas presidente da Comissão Executiva, ficou Bento de Moura Sarmiento, a figura que melhor movimentação demonstrou nos bastidores do congresso, designadamente no que diz respeito à composição dos órgãos sociais dos monárquicos.

Em relação à Mesa do Congresso não houve novidade, já que foi reconduzido ao cargo de presidente, com 76 votos a favor e dois contra, José Paulo Lencastre, que ficou acompanhado, como já vinha acontecendo, por António Machado.

Nos Comissões de Revisão da Contas ficou a liderança José Costa Campos Travão de Barros, enquanto o presidente da Comissão de Fecundação e Disciplina será Francisco Leite Santos.

Entrando no Conselho Nacional ficaram alguns das figuras emblemáticas do

partido, tais como Gonçalo Ribeiro Teles, Augusto Ferreira do Amaral e João Campos.

De igual modo, figuras conhecidas como Miguel Esteves Cardoso e Miguel Pignatelli integraram os órgãos dirigentes do PPM, embora não tenham lugar especial de vogado do Directorio.

Em termos de conquistas de lugares, destaca-se a «suada» reivindicada dos jovens monárquicos, agora com dois lugares no principal órgão, a Comissão Política do Directorio.

Passava um pouco de uma hora da tarde quando o até então assumido candidato a dirigente máximo do PPM, Marco António de Oliveira, sobe à tribuna e declara aos cerca de 50 congressistas que não quer ser escolhido para a chefia do partido, pois não tem tempo e que seria lamentável di-

gum ser eleito a 50%.

A partir daí gera-se um burburinho que é interrompido por um interlúdio para as habituais reuniões do corredor. Particularmente actives Maris Sacramento, o presidente, e o vice-presidente da Mesa do Congresso, Augusto Ferreira do Amaral, e um «artífice» de longa data, António Ferreira Pereira.

Após meia hora de negociações, chega-se à conclusão, que não é possível desenvolver da sua posição Marco António Oliveira, pelo que se gets uma movimentação em volta de um nome «desconhecido», que, no entanto, baveria de gerar, pouco ou muito certo consenso.

Trata-se de Nuno Cardoso da Silva, de 47 anos, natural de Lisboa e actualmente director-coordenador da Companhia de seguros privada «Occidental».

Desde 1864 casado com

uma holandesa, o novo líder não há praticamente dois anos se encontra radicado no nosso país, onde, em 1988, foi candidato pelo PPM ao Parlamento Europeu.

Antes, de 1978 a 1986, esteve na Bélgica e na Holanda a trabalhar em seguros, depois de ter abandonado o Brasil, para onde foi em 1975 de Angola, onde foi secretário particular do último governador da Guiné.

Apesar de ser militante do partido apenas desde 1987, Nuno Cardoso da Silva, que estudou no Instituto de Ciências Físicas e na Suíça no ramo da economia, afirmou-se como monárquico desde os tempos dos bancos de lícuu, altura em que participava no jornal «O Debate», com artigos sobre a juventude.

Nos 86 votos a sua participação no movimento monárquico juvenil, onde

conheceu Augusto Ferreira do Amaral e Silva Coimbra, não a bottura de Francisco Sousa Tavares.

Em relação ao futuro, o novo dirigente, que se diz inicialmente autrunciado com a sua escola, advoga a necessidade de um interlúdio entre o PPM, pelo que já que se observou uma grande falta de entusiasmo nas reuniões.

Nuno Cardoso da Silva acrescenta, no entanto, que não há nenhuma crise ideológica no PPM, pelo que foram rejeitadas todas as propostas que sugeriam a alteração do tipo de designação do partido.

Em termos de estratégia, o PPM vai abandonar a tentação de precepção de eleger este ou aquele candidato para esta ou aquela autarquia, mas um voltar a brincar-se sobre questões de fundo da vida portuguesa, de 6.º segundo o novo líder,

Protocolo assinado por Bruce Millan e Valente de Oliveira



«SEMANA»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

«TRISMI»

CAPÍTULO XXII

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

Em despacho com a Secretária de Estado do Planeamento, em 16 de Outubro de 1989, solicitei a maior urgência para os estudos em curso sobre a construção do gasoduto e do aproveitamento do Alqueva.

Estávamos a ser muito pressionados para encontrar uma forma de apoiar os retalhistas na modernização dos seus estabelecimentos. Decidimos propor ao Ministério do Comércio um programa de apoio, no qual nós fixávamos em conjunto a linha geral, mas cuja execução na prática competiria às estruturas daquele ministério. Era quem deveria ter o “saber-fazer”. Assim foi feito.

O Programa CIENCIA estava em preparação avançada. Sempre muito em articulação com as instâncias que haveriam de o aprovar, porque não tínhamos tempo a perder com envios-retornos-reformulações-novos envios... O que eu queria era andar depressa. Tive a notícia que não tinham nada a opor às “obras” sugeridas, mas que gostariam de ver mais sistemas de ligação às empresas... Também eu! É que isso não se revelava nada fácil... como eu costumava brincar: comprar “quinquilharia” só custa dinheiro; o resto implica mudanças de atitudes e de comportamentos; e isso é muito lento e difícil! Por isso tem de lhe ser dada prioridade!

*

Em despacho com a Secretária de Estado, no dia 19 de Outubro, fizemos o balanço das negociações técnicas com a Comissão Europeia dos diversos programas que tínhamos apresentado: o PRODAC estava praticamente concluído; no PRO-DEP ainda havia problemas a ultrapassar; o CIENCIA parecia estar a correr muito bem. Era necessário esclarecer algumas sobreposições, em matéria de investigação, entre o CIENCIA de um lado e o PEDIDP e o PRODEP do outro. Mas tudo foi

ultrapassado. Todavia, tive uma proposta a que reagi com o maior vigor. Havia um director de serviços da Direcção-geral da Política Regional, italiano, que se propunha vir a Portugal para reunir directamente com os Conselhos Regionais. Este tipo de tentativas dos funcionários comunitários surgem, uma vez por outra. Especialmente quando são tratados com urbanidade e confundem isso com mo-leza. Não pode haver outra resposta se não pô-los no seu lugar e em termos que não lhes levantem dúvidas.

Analisei também com ela as implicações de uma linha de crédito aprovada no Parlamento Europeu para recuperação das zonas históricas. Ela tinha surgido na sequência do incêndio do Chiado. Pusemos a hipótese de a ela recorrer para fi-nanciar um estudo sobre “A Imagem de Lisboa” que ajudaria na elaboração dos projectos de reabilitação dos prédios e dos espaços públicos.

Vimos também um estudo do MIT (Massachusetts Institute of Technology) sobre a adaptação da economia portuguesa à realização do Mercado Interno. É sempre bom ter o parecer de instituições competentes e independentes.

*

Era preciso apoio financeiro para levar por diante o projecto do abastecimento do gás natural. Já não se punha em dúvida o bem-fundado da concepção geral do projecto. Era, agora, sobretudo, uma questão de financiamento. A resposta, a ní-vel técnico, era enviarmos para a quota que já estava definida, ou para os progra-mas transfronteiriços ou, talvez, para algum esquema de apoio à ultraperiferia... Sempre concordando que o projecto era interessante...

Quando isto surge, só há uma solução: saltar para o nível superior para obter uma definição que acabará por ser acatada. Foi o que eu fiz, depois de analisada a ques-tão com a Secretária de Estado em 25 de Outubro de 1989. E aí está o programa implementado a tempo e hoje (2015) com um historial de bons resultados atrás de si.

*

No dia 30 de Outubro de 1989 tive uma reunião para avaliação do modo como a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal estava a de-correr. As forças económicas e sociais da área estavam a reagir bem. A verdade

era que já não se ouviam tantas queixas nos jornais. O gestor da OID estava a conseguir manter relações de auscultação e de cooperação com as diversas instituições. Começava a haver pressão para o investimento, o que nos levava a ter de rever os critérios fixados para o Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR). Queríamos agilizá-lo mais, porque a chave de tudo era o emprego e a deste era o investimento; por isso, ele era prioritário. Os critérios no SIBR não estavam ajustados a uma região em declínio; por exemplo, a exportação devia pesar mais nos incentivos concedidos. Era também preciso atender mais aos pequenos projectos que entreteciam uma malha de proximidade quer de serviços, quer de emprego. O IAPMEI, devidamente consultado, já tinha mostrado abertura para se avançar nesse sentido.

Os industriais com grandes intenções de investimento consideravam os incentivos do SIBR pouco estimulantes. E, todavia, interessava-nos que eles se instalassem, porque iriam dinamizar o aparecimento de muitos novos empregos em outros sectores complementares (do emprego básico e não-básico). Os empresários estrangeiros estavam a ser mais facilmente atraídos. É evidente que, nessa altura (1989), ainda não se falava na Ford-Volkswagen ... Estávamos a realizar sessões de explicação do SIBR em cada Concelho, com o apoio das respectivas Câmaras Municipais. Como já referi, noutro lado destas memórias, o Prof. Jorge Gaspar tinha produzido um excelente livro de caracterização da zona e das suas potencialidades que era divulgado nessas sessões. Estava prevista uma série de seminários sobre indústria, turismo, pesca, agricultura e ambiente. Era preciso levantar ideias e o moral das pessoas. Impunha-se pô-las de novo a sonhar... mas com coisas exequíveis e respeitadoras do ambiente que é frágil em muitas partes da Península de Setúbal.

Nessa reunião alguém disse que havia quem quisesse transformar a Costa da Caparica numa Torremolinos do Atlântico!... Estava fora de causa o investimento especulativo.

Impunha-se conjugar todos os programas comunitários a que tínhamos acesso – RESIDER, RENAVAL e outros – e ver de que modo é que eles se poderiam conjugar com os instrumentos financeiros do nosso próprio PDR.

As relações com as Câmaras Municipais eram bastante boas, o mesmo não se podendo dizer das que eram estabelecidas com alguns órgãos da Administração Central. Fiz o rol das dificuldades para poder visitar os ministros de tutela dos “difíceis”... Quando hoje vemos o porto de Setúbal a funcionar com uma área de terraplenos magnífica, a ponte alargada e a auto-estrada sem nenhuma solução de continuidade até ao Algarve, é difícil imaginar os agentes económicos da península de Setúbal a discutirem a data provável para o arranque do lanço entre Setúbal e a Marateca!...

Devo confessar que saía destas longas reuniões exausto, mas contente por ver que as coisas iam avançando e havia vontade para lutar contra a adversidade.

*

A execução de um plano tem de ser sempre acompanhada, mormente quando há muitos agentes com alguma autonomia a executá-lo. Era o caso dos projectos confiados às Autarquias Locais, mas submetidos a financiamento comunitário sob a umbrela de um programa nacional.

Em 2 de Novembro de 1989 fiz, com a Secretária de Estado, o balanço da situação. Decidimos proceder a uma “limpeza” daqueles que não tinham sequer arrancado. Os que não os tinham feito e não iriam fazer deveriam libertar meios para outros, a começar pela própria autarquia que, por qualquer razão que ignorávamos, não tinha cumprido o que prometeu, mas deveria dizer, dentro de um certo prazo, se iria fazer outro do mesmo sector e com verba igual ou inferior; se não fosse o caso, nós iríamos afectar o montante a outro projecto. Para isso tínhamos feito algum “over-booking”, que todos os envolvidos conheciam, mas que nos permitia avançar em caso de acidente imprevisto com algum projecto. Este mecanismo permitiu-nos assegurar a absorção plena dos meios que nos haviam sido destinados, fazendo obra válida e previamente aprovada.

Na mesma sessão de despacho, analisámos as modalidades em que poderia haver conjugação de uma linha de crédito do Banco Europeu do Investimento, com os subsídios do FEDER e, eventualmente, com uma outra linha de crédito da Caixa Geral de Depósitos que tinha sido negociada para fazer face a qualquer dificuldade conjuntural das Autarquias, para assegurar a sua necessária contrapartida.

*

No dia 4 de Novembro de 1989, o Primeiro-Ministro fez uma visita ao Alto-Minho. Ela começou por uma reunião no Governo Civil de Viana do Castelo para exposição dos principais problemas da área. Eu tinha incumbido o Eng. Luís Braga da Cruz de fazer uma apresentação das potencialidades e das soluções propostas para as aproveitar. Era melhor esta forma de aproximação do que deixar correr “as queixas” ao sabor do humor dos Autarcas. Ele começou por afirmar que os Planos de Desenvolvimento Agrícola Regional dos Vales do Minho e do Lima estavam avançados e a correr bem; não admirava porquanto eles têm do melhor terreno agrícola que existe em Portugal. Viana do Castelo era uma cidade média com capacidade de polarização e com um peso potencial expressivo, apesar da diminuição constante da população do Alto-Minho. Preocupava-o o estabelecimento de redes regionais de circulação de informação, particularmente no sector agrícola. Os objectivos que a Comissão de Coordenação Regional tinha em mente eram: a dinamização da actividade produtiva; a melhoria da acessibilidade; a formação de uma malha urbana estável; a recuperação do muito património arquitectónico existente; a valorização dos recursos naturais e o seu aproveitamento para o turismo; a designação da área como prioritária para o desenvolvimento turístico; a luta contra o insucesso escolar; havia uma alta taxa de educação, mas só no ensino primário, acima desse nível caindo a frequência... Depois referiu-se à existência de uma subvenção global que os Autarcas tinham orientado marcadamente para as infra-estruturas; ele queria acentuar mais o peso da actividade produtiva e da protecção ambiental mas era forçado a constatar que isso teria de ficar para o QCA seguinte.

Quando hoje se ataca o Governo de então pela prioridade que conferiu às obras, eu devo recordar que essa era a voz do país inteiro, tal como ela era expressa pelos Autarcas. Ele depois fez algumas observações mais dirigidas aos Presidentes de Câmaras presentes: a programação pluri-anual tinha de ser rigorosa; os projectos deveriam ser preparados com tempo; os proponentes deveriam curar da sua qualidade técnica, etc. Seguiu-se uma longa série de intervenções dos Autarcas: Sentia-se um diferencial entre a nossa taxa de desenvolvimento e a da Galiza; era urgente acabar a auto-estrada Porto-Braga-Valença; a estrada Viana-Orense

também era importante; as fronteiras deveriam ser abertas; as pontes sobre os Rios Lima e Minho deveriam ser construídas; deveria haver mais centros de saúde; a área deveria ser mais apoiada pelo SIFIT; era preciso acautelar o eventual impacto negativo das barragens do Lindoso e de Touvedo, em construção; o peso no sector agrícola ainda era exagerado (em Monção havia mais de 50% de trabalhadores no sector primário); os agricultores precisavam de formação; a viticultura era promissora; a criação de bovinos também; a floresta deveria ser nacionalmente explorada; as telecomunicações tinham de ser melhoradas; deveria ser instalada uma Escola de Artes e Ofícios; havia novas barragens agrícolas que deveriam ser construídas (Mouro, Melgaço, Monção, ...); as praias tinham de ser limpas (saneamento básico); seria bom que houvesse GTL em todas as sedes de Município; as barras do Minho e do Lima deveriam ser limpas (as lampreias precisam de fundos de 7 metros!...); os rios tinham de ser repovoados, etc. Estas reuniões eram um bom introito para as visitas que tinham lugar durante a tarde. O Primeiro-Ministro ficava com uma ideia muito concreta acerca das prioridades regionais, tal como elas eram interpretadas pelos Autarcas.

*

Como já disse noutro lado, destas memórias, a navegabilidade do Tejo é falada desde o tempo de Filipe II. Nessa época, a ideia era ir comodamente de navio até Toledo. O projecto nunca passou de uma ideia... Mas, de vez em quando, volta uma ou outra proposta para assegurar um canal navegável até Santarém ou até Constância, onde circulassem barcaças para transporte de graneis ou de “paletes” com material cerâmico. A verdade é que nenhuma dessas propostas se apoiava num estudo credível. Todavia, como se sabia que eu tinha tratado do financiamento de algumas obras para tornar o Douro navegável e ainda se estavam a construir alguns cais, depois de se ter procedido ao quebramento de rocha, eu era abordado no sentido de replicar uma coisa semelhante no Tejo. Voltei a sê-lo, em 9 de Novembro de 1989, numa reunião com o meu colega das Obras Públicas e com o Secretário de Estado das Vias de Comunicação, Eng.^o Falcão e Cunha. Foi este último que deu as informações que deixo registadas.

Tinha sido feito um levantamento hidrográfico completo entre Lisboa e Belver. Dele se tinha encarregado o meu amigo Almirante Sousa Leitão, nos seus tempos de engenheiro hidrográfico, domínio em que era considerado um profissional muito distinto. Já estava realizado um estudo de navegação na chamada “cala norte” até Alhandra. Nesta localidade tinha sido previsto um porto rodo-ferro-fluvial que teria interesse para a Cimpor e outras empresas das imediações. A cala norte ia ser dragada. Estas obras orçariam pelos 5 milhões de contos. Havia a convicção de que até Muge se poderia navegar sem grandes dificuldades com fundos até 2,5 metros. Muge é o limite da maré. Tudo isto sem pensar em barragens cujo custo assustava. O maior problema é a falta de caudais. De modo que tudo se reconduzia à questão de serem as barragens um bom negócio ou não; se o não fossem, a navegabilidade estava fora de questão. Em qualquer caso e em relação ao transporte fluvial, a posição era de não haver exclusividade de carga, nem empresa única, nem reservas de carga. A fazer-se qualquer obra ela teria de servir o público em geral.

Há poucos anos, por volta de 2010, voltaram a convidar-me para um debate sobre o tema, mas, por dificuldades de agenda, eu não pude participar. O assunto é, assim, recorrente. Valeria a pena aprofundar o tema para poder tirar dele o sentido ou para o explorar a sério, se tal se justificar. Seria um prolongamento dos estudos sobre o estuário do Tejo e as orientações estratégicas para a sua exploração.

*

Antes da agenda, no Conselho de Ministros do dia 16 de Novembro, houve uma análise da situação da formação profissional, na sequência do que tinha sido incluído no Plano de Desenvolvimento Regional. O Ministério do Emprego tinha desenvolvido catorze programas operacionais cujo objectivo maior era fazer entrar a formação profissional dentro das empresas, aumentando desse modo o nível de capacitação dos trabalhadores, tendo em vista a melhoria da produtividade. Dar-se-ia privilégio a acções de mais longa duração, ao contrário da habitual formação de curta duração. Cada programa definia o modelo das acções, as regras a seguir e um conjunto de requisitos a que estas deveriam obedecer. Como fazia sentido, face a tudo quanto disse anteriormente acerca da ambição das Opera-

ções Integradas de Desenvolvimento, as áreas onde elas já estivessem a operar seriam consideradas prioritárias para este conjunto de programas. Previa-se a participação dos parceiros sociais. A fonte de recursos principal era, como se pode adivinhar, o Fundo Social Europeu. Até à reforma recente dos fundos ele era considerado uma espécie de “pronto a vestir” a que as empresas se candidavam; agora, passava a ser possível considerar o que poderíamos designar como a especificidade portuguesa. Por exemplo, nós valorizávamos muito a formação de quadros intermédios e a dos próprios activos. Não tinha dado grande resultado o envolvimento de consultores externos; ele foi reduzido ao mínimo. Apostávamos na formação de formadores e no recurso às novas tecnologias de informação. Privilegiaram-se as soluções institucionais para os jovens. Quanto aos adultos, a solução teria de ser através das próprias empresas. Havia bolsas dadas aos jovens que eram, em muitos casos ligeiramente superiores aos salários de ingresso no mercado de trabalho para os incentivar a irem mais bem-preparados quando chegasse a sua vez de o integrar. A coordenação geral competiria ao Instituto de Emprego e Formação Profissional; mas a gestão corrente cabia aos centros de emprego. Não se atendia somente aos sectores que estavam na moda. Olhava-se também para aqueles que, sendo muito necessários, não suscitavam grande apatência para os jovens. Um dos objectivos maiores era aumentar a empregabilidade dos formandos. Como se pode imaginar, o tema mereceu muitas intervenções. Era, de facto, uma acção da maior relevância.

*

No dia 12 de Dezembro de 1989 fui, com a Secretária de Estado, à Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, para analisar o nosso Quadro Comunitário de Apoio. Comecei por fazer uma apresentação geral do documento que os Deputados tinham, também, em seu poder. O Deputado Raúl de Brito (MDP-CDE) queria saber por que não figuravam no quadro uma série de investimentos que ele considerava como prioritários: a linha de comboios de alta velocidade, a recuperação das linhas da CP, os metropolitanos de superfície, a via de cintura interna do Porto e a ponte do Freixo, a rede viária da Área Metropolitana do Porto, o cen-

tro de formação profissional da indústria do mobiliário, o novo eixo que deveria substituir o IP5 (Aveiro-Vilar Formoso) porque o actual, recém-construído, não satisfazia as necessidades, etc. Tive que percorrer as obras apontadas, uma a uma, para explicar que elas ou não tinham projecto ou este não estava ainda aprovado, ou não havia enquadramento para o mesmo... Ele sabia muito bem tudo quanto eu lhe disse mas queria que ficasse patente que o Governo não estava a atacar as grandes carências em matéria de infra-estruturas do país.

A Deputada Torres Marques (PS) queria que o documento reflectisse uma perspectiva de desenvolvimento das regiões a longo-prazo. Estávamos a perder a oportunidade para virar o Alentejo do avesso. É interessante ver como isto veio a acontecer vinte anos depois. Mas foi preciso fazer muitas coisas, como, por exemplo, a barragem do Alqueva... Achava que os instrumentos regionais eram indefinidos. Queria que nele se reflectisse acerca da procura interna e das suas repercussões sobre a inflação e sobre a balança comercial.

O Deputado Rogério de Brito (PCP) tinha capacidade de análise e formulava as suas intervenções sempre com muito cuidado. Não "atirava" perguntas para o ar. Começou por enunciar os princípios que entendia deverem enformar o QCA: i) preparar todas as regiões; ii) promover o equilíbrio entre regiões e iii) privilegiar o investimento produtivo. Eu não podia estar mais de acordo. Referiu-se a planos que não foram bem-sucedidos, citando o exemplo do Mezzogiorno; não se tinha atraído outro investimento que não fosse o baseado em mão-de-obra barata; havia, por isso, que se proceder a uma alteração qualitativa do investimento. Relativamente ao investimento na agricultura, não se podia marginalizar a zona de minifúndio; tinha que se recorrer a outros instrumentos de manejo mais difícil, mas havia que fazê-lo. Para o Interior não poderiam ser remetidas somente actividades extractivas; tinha de se fomentar a instalação de unidades transformadoras viáveis e que não repousassem somente nos baixos salários. Também não se poderia deixar atrasar a realização de componentes mais demoradas na obtenção dos resultados, como eram muitos empreendimentos do sector da agricultura. Não posso senão exprimir a minha identificação com tudo o que ele disse e a minha admiração pela forma como o fez. Onde está ele hoje?

O Deputado Sérgio Ribeiro (PCP) manifestou a sua insatisfação acerca do modo como decorreu a negociação no interior, admitindo, pelo silêncio, que a negociação exterior tinha conduzido a resultados satisfatórios. Tinha várias recriminações a fazer: nós havíamos baseado a nossa proposta de PDR em cinco regiões; era essa uma forma sorrateira de “cristalizar” a regionalização em cinco sub-espacos, quando isso ainda não estava decidido? Estaria o Programa do Vale do Tejo incluído nos programas operacionais? A elaboração do PDR devia ter sido muito mais participada. Como se faria a articulação entre os IP e os IC? As contrapartidas autárquicas eram muito elevadas.

O Deputado Carlos Lilaia (PRD) queria saber: Como estavam os outros países que negociavam, ainda, os seus QCA? Quando estariam concluídos os programas técnicos? Passou, depois, a analisar o documento em certas linhas e quadros que o tinham intrigado.

O Deputado António Barreto mostrou preocupação em relação ao PRODEP, em primeiro lugar, porque as metas eram ambiciosíssimas e estava a instalar-se no Ministério da Educação uma “euforia das taxas”! Mas sabia que algumas dessas metas já estavam a ser modificadas. O que se estava a passar era o outro lado do “ar fresco” da reforma Veiga Simão; desta vez sem doutores, sem mestres, sem professores... Assistir-se-ia, seguramente, à degradação do ensino e da investigação. Disse que estava a fazer um alerta honesto e não “oposicionista”. Recomendava cuidado com a euforia: mais devagar seria melhor. Considerava que o crescimento da Universidade deveria ser travado. Lembrou que o Parlamento tinha concedido autonomia à Universidade, mas que isso não podia significar estagnação. Referiu-se ao INIC como uma “estrutura-tampão”, um corpo estranho a extinguir (Foi-o, de facto, uns tempos depois, concentrando-se funções na JNICT); houve, nessa ocasião, a oposição de alguns académicos que protestaram contra a extinção de uma instituição que consideravam indispensável e insubstituível). O Deputado foi duro contra o INIC: ele não assegurava nenhum controlo qualitativo; só garantia, no seu entender, controlo político e pessoal... Lamentou o decréscimo das bolsas para o estrangeiro (o que não era verdade), porque “há coisas essenciais que ainda têm de ser feitas lá fora”... Também lamentou que houvesse pouca

investigação privada (imagino que promovida pelas empresas). Isso acontecia, explicava, porque não havia laboratórios no sector privado.

Depois passou a uma fase de perguntas directas: Não receava eu que se estivesse a aumentar o intervencionismo, o protecționismo e a burocracia na economia e na sociedade civil? Não estaria a haver uma substituição do intervencionismo interno por outro externo, burocrático, ainda por cima não democrático? Haveria alguém a fazer a “avaliação final” de alguns fenómenos como, por exemplo, quem estava a aceder a benefícios no sector agrícola? Sabia-se quem chegava à Universidade? De que origem social? Tínhamos dito que se apoiaria as actividades produtivas. Seriam as directamente produtivas ou incluir-se-iam também as indirectamente produtivas? Não estávamos a ter uma visão “fontista” do progresso? Tínhamos feito algum estudo de comparação entre a produtividade e o desemprego? O que é que no PDR se dirigia expressamente à promoção da produtividade? Concluía que à parte as estradas, o investimento que se estava a fazer era de pura manutenção.

Tive de arranjar respostas para tudo. Mas com a convicção de que estava a corresponder a um exercício vazio de sentido.

A tarde terminou com o Deputado Almeida Mendes (PSD) a felicitar pelos resultados obtidos com o QCA, a perguntar se haveria ajudas à modernização do comércio e a lamentar o diferimento, no tempo, do apoio à construção do Centro Cultural de Belém, do Mercado Abastecedor de Lisboa e da Nave do Jamor; todos localizados em Lisboa! Seria por isso?

*

Nós queríamos apercebermo-nos de quais seriam as consequências potenciais, para nós, da mudança de regime nos países da Europa de Leste e de uma possível forma de associação que poderia ir até à integração na Comunidade Europeia. Tínhamos a percepção de que a atenção se viraria para o outro lado e que Portugal teria de passar a lutar de forma mais aguerrida, ainda, para se afirmar no conjunto europeu e para assegurar os apoios de que, até então, havia beneficiado. Para avaliarmos esta situação, em 11 de Janeiro, a Secretária de Estado e eu designámos o chamado “Grupo do Leste”, composto por: Doutor Fernando Pacheco,

Dra. Alda Carvalho, Dr. José Félix Ribeiro, Dr. Barata Preto, Dr. Amaral Gomes e Prof. João Ferreira de Amaral. Algumas vezes lamentei não poder designar-me a mim próprio para integrar estes grupos de “brainstorming”, formados por profissionais inteligentes e sabedores...

No mesmo dia, resolvemos instituir um Grupo de Prospectiva. Ele deveria estabelecer relações de trabalho próximas com a “Cellule de Prospective” da Comissão, animada pelo Senhor Morrell, o qual nós conhecíamos pela qualidade do seu trabalho. Sabíamos que o Presidente Delors o acompanhava e apreciava. A sua composição seria decidida mais tarde mas muitos dos seus elementos seriam comuns ao grupo anterior.

*

A avalanche de projectos candidatos ao SINPEDIP era tão grande que, entre insuflar os quadros da Administração Pública para lhe dar resposta atempada ou fazer acordos com instituições de crédito que tinham experiência em avaliação de projectos e estavam interessadas em concedê-lo, o Ministro da Indústria e eu decidimos pela segunda via. As instituições foram a Caixa Geral de Depósitos, o Banco de Fomento e o Banco Português de Investimento. O “trombo” era de 1.500 projectos pequenos e isolados. Passada essa fase tudo voltaria ao normal.

Nós seguíamos o processo de perto. Verificámos nessa altura (12/1/90) que: o IAPMEI tinha de acelerar os pagamentos; que deveria haver uma correcção da pontuação para ter em conta o definido no PCEDED; que era preciso fazer um despacho conjunto para estabelecer critérios progressivamente mais selectivos em matéria de relevância industrial; que, em relação, ao Vale do Ave deveria haver um factor de prémio em relação à diversificação industrial; que era preciso fazer um programa que olhasse para os aspectos ambientais suportados com dinheiro do PEDIDP e do FEDER; e que seria muito conveniente arranjar meios para um programa, que logo baptizámos de RESAVE, que tivesse como foco a modernização das empresas localizadas naquele Vale.

Verificámos, então, que 22% do PEDIP estava absorvido por projectos de modernização do sector têxtil. Este acompanhamento próximo era um dos segredos do sucesso.

*

Vinham-me com muitas sugestões de negócios fantásticos que iriam resolver o problema do emprego em zonas críticas. Era preciso ter muito cuidado, porque alguns tinham muito poucas bases em que assentar. Outros eram simplesmente oportunistas. Destes, um exemplo foi uma fábrica de “T-shirts” para a Disneylândia de Paris, localizável na Península de Setúbal com o apoio de fundos comunitários!... Já havia demasiadas malhas e confecções em Portugal!... Outro, para o mesmo local, era uma unidade para transformar lixo industrial não-tóxico num material de construção para aplicação em habitações; o processo demoraria 10 a 12 anos e reclamava muito dinheiro para estudos, antes de passar à prática... Agradei, mas achei que o risco era grande. Ambos os casos eram de investimento estrangeiro que não queria arriscar muito. Pensavam que os fundos comunitários financiariam todas as fantasias...

*

Houve agentes beneficiários de fundos do Quadro Comunitário de Apoio que queriam pedir adiantamentos para pôr o dinheiro a prazo e, desse modo, obterem alguns meios para financiar o contrato de pessoal, o que estava rigorosamente fora das regras estabelecidas. Sempre me intrigou esta habilidade ou imaginação criativa para descobrir uma “pólvora proibida”...

*

Em 16 de Janeiro, numa reunião sobre a forma como estava a decorrer a implementação do Quadro Comunitário de Apoio, ouvi críticas ao SIBR. Ele era suposto contribuir para a constituição de um novo tecido produtivo. Mas isso não estava a acontecer. Ele era usado para fazer mais do mesmo; 67% das candidaturas não tinham nada a ver com a modernização daquele tecido. Mais uma razão para se dever acompanhar sempre a execução. As coisas tinham sido bem pensadas. Mas as “aflições” eram outras. Teria de se introduzir uma malha adicional para selecção dos projectos... A menos que distinguíssemos os objectivos da política industrial (que reclamaria modernização) da promoção de actividades económicas em zonas deprimidas, recorrendo aos meios de produção tradicionais e assumís-

semos, claramente, que era somente a criação de empregos que nos interessava, independentemente da sua sustentabilidade no tempo. Eu não gosto de empurrar os problemas para a frente. Eles tornam-se sempre mais difíceis de resolver. Ouvi, nessa reunião, uma observação que nos deve fazer pensar: “Não há introduções exógenas que durem, se não se alimentar em permanência o apoio concedido!” Eu sentia que isso deveria ser assim (lembrava-me dos maus exemplos do Mezzogiorno) e, por isso, insisti na criação de um sistema de incentivos ao aproveitamento dos recursos endógenos. Mas havia o testemunho de alguns que confiavam na indução de laços locais aos que ousavam ir investir em zonas deprimidas. Os casos do encerramento das fábricas de montagem de automóveis, ou de calçado, ou de material electrónico tornadas inviáveis pela concorrência vinda de fora (da China...) ainda não tinham ocorrido. Não há caminhos fáceis! Para sobreviver é preciso sempre seguir o mais difícil, quer dizer o que reclama mais trabalho, quer dizer o que implica a mudança de atitudes e de comportamentos das pessoas e que exige alterações da sua capacitação pessoal. Mesmo em relação ao potencial endógeno, havia que distinguir o que seria permanente do que se revelava meramente conjuntural. Era o caso da extracção de areias e outros inertes e a exploração de pedreiras de mármore no Algarve. Estas actividades só respondiam às necessidades de uma época em que a construção estava demasiadamente “aquecida”. Não significava a criação de nenhuma riqueza sustentada. Tudo isto tinha de ser analisado para não haver, mais tarde, frustrações e perda de credibilidade.

*

Em seguida à reunião de que extraí as conclusões anteriores e que foi com os presidentes das Comissões de Coordenação Regional, juntou-se-nos o Ministro da Indústria e Energia e o Presidente do IAPMEI. O tema era o mesmo: como reconduzir os sistemas de incentivos aos seus propósitos originais? O próprio Ministro da Indústria e Energia começou por dizer que o SIBR tinha “necessidades de equilíbrio” maiores do que o SINPEDIP ou, de outra forma, corria riscos mais elevados de ser usado sem alcançar os seus verdadeiros objectivos. Tratá-

mos, em especial, do investimento na Península de Setúbal e, em particular, o investimento estrangeiro que tanto queríamos atrair. Neste domínio, o desafio maior era distinguir, para afastar, os chamados projectos de “tenda do beduíno” que são os que se instalam, para beneficiar dos subsídios e enquanto podem encaixar lucros fáceis, para “levantar a tenda” logo que deixem de os receber. Os que mais nos interessavam eram os feitos em parceria com empresários portugueses, que seriam receptores de novas tecnologias, de novas formas de organização e, desejavelmente, também, de novos mercados. Como se compreende, para conseguir este objectivo, o exercício era mais complexo mas correspondia aos que, verdadeiramente, contribuía para um crescimento estável com alterações estruturais virtuosas.

Discutimos muito como haveríamos de fazer para criar e fortalecer um “ambiente empresarial” na Península de Setúbal que já o tinha tido, com características muito especiais que estava fora de causa recriar nos termos antigos. Sabe-se que os pedidos eram sempre de mais estradas e, depois, de algumas escolas técnicas. Mas tinha de se ser mais ambicioso porque estas sozinhas não criariam o tal ambiente que se pretendia. Era preciso, por outro lado, introduzir critérios de relevância industrial na análise dos projectos candidatos, articulando-os com os do PCEDED, porque já sabíamos que não seriam toleradas acções ou procedimentos que contribuíssem para qualquer forma de desequilíbrio macro-económico. Já se tinha dado mais peso ao aproveitamento dos recursos endógenos e às formas de promover, de modo sustentado, o desenvolvimento regional. A preocupação era tornar claras as vocações dos dois sistemas de incentivos, procurando assegurar a ambos que eles fossem aplicados em projectos rentáveis e sustentados no tempo. Para isso era indispensável uma articulação, sem atritos, entre as Comissões de Coordenação Regional (SIBR) e o IAPMEI (SINPEDIP).

*

Como já disse e face à evolução na Europa de Leste, eu tinha decidido criar um grupo de trabalho que me apoiasse na análise deste assunto. Era evidente que o que me preocupava mais directamente tinha a ver com uma eventual re-orienta-

ção dos fundos de que estávamos a beneficiar para ir em apoio de quem, obviamente, precisava bem mais do que nós. Mas importava-me muito perceber como se iria passar a evolução daqueles países na sequência de um acontecimento inesperado, para a maior parte de nós, pelo menos com o fragor que teve. Por isso, ouvi o grupo com atenção. O que, então, retive vem a seguir:

Tinha deixado de haver um modelo linear para a evolução da Comunidade Europeia. Nós não havíamos dado por ela, mas o “ajustamento” aos novos tempos da União Soviética vinha a decorrer desde há muito e foi desencadeado deliberadamente; não se tratou de uma “débacle” intempestiva. Para o Império Soviético, a Europa, o Golfo e o Pacífico eram periferias que contavam; não poderíamos desenhar cenários, tendo em conta somente a Europa; as duas outras regiões mundiais também contavam no xadrez que estava a ser jogado. A Europa de Leste havia deixado de ser importante para a União Soviética. Os continentes tinham perdido valor face aos oceanos e ao “espaço” que adquiriram maior importância; particularmente os oceanos saíram valorizados. A Comunidade Europeia passou a desempenhar a função de tutor dos países de Leste. Por um lado, havia uma nova geração, em todos esses países, que repudiava a “velha ordem”, quando comparada com as perspectivas que o Ocidente lhe oferecia. Por outro lado, a nova tecnologia militar também alterava tudo. Gorbatchev tinha aberto a “caixa”, sendo muito difícil controlar um processo como o que ele permitiu que tivesse começado. Todavia, os países em causa eram de composição muito heterogénea e de potencialidades diversas. Uma coisa era certa: o referencial socialista tinha caído e não seria por aí que a evolução haveria de passar; em contraposição o papel das igrejas iria revigorar-se; tanto o da ortodoxa como o da católica, especialmente, na Polónia. Os referenciais religiosos iriam emergir para suprir as carências espirituais do Estado laico. À desagregação política seguir-se-ia a desagregação económica com uma fragmentação provável das periferias. As disfunções do sistema capitalista iriam tornar-se mais evidentes nos países de Leste, à medida que estes fossem adoptando um novo sistema.

A periferia árabe deveria ser acompanhada de perto, porque experimentaria grandes tensões, resultantes da queda do referencial socialista. O cenário do após-

-guerra a que nos havíamos habituado estava completamente posto em causa; no meio de tudo isso surgiria o “problema alemão”, incluída a reunificação da qual, em Janeiro de 1990, ainda mal se falava. Ela viria em força, com todas as consequências esperadas e outras inesperadas. A Alemanha tornar-se-ia a potência hegemónica na Europa Ocidental, não pela via militar como já tinha tentado mas pela via económica. A União Económica e Monetária representava a federalização da política monetária. Mas, naquele momento, os alemães ainda estavam muito hesitantes em relação à “confusão” que grassava nos países de Leste. Temiam-se as consequências potenciais de pôr 400.000 polacos no desemprego; mas era o valor mínimo provável. Especialmente na Polónia, era certa a luta pela liderança a travar entre os comunistas (perdedores) e os católicos (ganhadores). Para cumprir o processo iria haver eleições na República Democrática da Alemanha, em 6 de Maio e na República Federal da Alemanha em Dezembro. Já se estava a esboçar uma unificação económica entre as duas Alemanhas; um facto curioso era serem em Deutsch Marks as poupanças feitas na RDA! As empresas alemãs da RFA queriam comprar todas as empresas da RDA e dos países vizinhos (Isto para nós era muito mau!). Admitia-se que a harmonização das duas Alemanhas viesse a ser muito exigente para o contribuinte da RFA. Estava a vir ao de cima uma desagregação das periferias da União Soviética. Para o grupo, a política externa de um país pequeno, como o nosso, era a primeira prioridade, mormente numa ocasião, como a que estávamos a atravessar, em que tudo mudava e a ritmo acelerado. Por isso, deveríamos ter “sensores” (diplomatas e outros agentes) muito competentes, nomeadamente nos lugares onde se decidiam matérias que nos diziam respeito. No plano interno, deveríamos preparar-nos para uma aceleração da abertura ao exterior. As condições de integração na Comunidade Europeia tinham-se modificado muito ao longo dos últimos cinco anos. Houve um dos membros que usou uma imagem que reproduzo: “ nós devemos deixar de ser os aldeãos que vão lá para fora para passar a ser os mosenhores na Cúria Romana” ... A adesão ao Sistema Monetário Europeu deveria ocorrer o mais cedo que se pudesse, mas teria de se estar atento às consequências potenciais, precavendo-nos em relação às que fossem negativas ou demasiadamente exigentes. Havia que preparar o País

para a absorção do desemprego que estava no horizonte. Impunha-se acelerar a modernização da economia a todo o custo, em vez de recorrer a “balões de oxigénio” (derrogações) que só contribuíam para atrasar a verdadeira resolução dos problemas, por conseguinte, agravando-os. A inovação tecnológica na indústria estava a decorrer em bons termos, melhores do que no sistema financeiro. Nos países de Leste o consumo era muito moderado; iria ser muito difícil impor medidas de austeridade, porque esta era já um facto; satisfazer as necessidades de consumo dessas populações seria instrumental para a transformação do sistema e isso só se poderia fazer através da iniciativa empresarial de grupos onde houvesse a semente do empreendedorismo. Entre estes estavam os judeus e os arménios. No caso da União Soviética, muito iria depender do peso que teriam as despesas militares e do que se iria passar no sector agrícola e, conseqüentemente, no domínio das importações. Dependeria, também, do modo como os russos usassem a sua “arma do petróleo”. O grupo estava convencido de que a Rússia não se desinteressaria dos novos países da Europa de Leste. Sabia-se que as federações de povos muito diferentes não costumavam durar, sem o uso da força; mas uma passagem abrupta daqueles países de uma esfera de influência para outra, sem o aparecimento de novas tensões, não era provável. O sentimento anti-alemão nos países da ex-confederação haveria de perdurar. O endividamento nos países europeus do Leste era muito grande e isso complicava a evolução. Por outro lado, dever-se-ia contar com alguma instabilidade política determinada pela tensão entre os “nostálgicos” e os liberais.

As oportunidades vinham de um alargamento do mercado de bens de consumo que reclamavam, todavia, a disponibilidade de linhas de crédito. Seria, também, necessário fazer aplicações financeiras e investimento produtivo para aproveitar todas as novas oportunidades que se abriam. A RFA precisava da Comunidade Europeia para assegurar apoio aos países da Europa de Leste e o seu próprio mercado. Mas a Comunidade deveria preparar-se para enfrentar uma série de países a bater, isoladamente, à sua porta. Deveriam ser definidos, rapidamente, critérios claros para definir como actuar.

Como se pode ver, em 18 de Janeiro de 1990, o Grupo não estava a pensar mal. Tudo quanto vaticinou veio a verificar-se. Por isso eu dou tanta importância à reflexão e à discussão com quem estuda e, por isso, sabe.

*

Em 19 de Janeiro, recebi uma representação do Banco Europeu de Investimento (BEI) que me veio comunicar que, devido à situação económica europeia, teria de haver restrições ao crédito concedido a Portugal. Em vez dos 1.600 MECU previstos teriam de ser somente 900 MECU, mas, dentro de três semanas, eles estariam em posição de me comunicar o valor exacto. Manifestaram a sua esperança de que estas dificuldades conjunturais não fossem prejudicar o excelente relacionamento que tínhamos conseguido estabelecer. Pretendiam que eu lhes dissesse quais, nessas circunstâncias, seriam as prioridades do Governo Português. Respondi-lhes imediatamente que o Quadro Comunitário de Apoio não deveria ser prejudicado; tinha havido um longo processo participativo com uma criteriosa selecção dos projectos. Qualquer alteração a um “sistema” tão complexo e tão interligado desconjuntaria um trabalho de meses!... Sistema que, aliás, o BEI conhecia, porque tinha participado nas discussões sobre o QCA. Compreenderam as razões da minha resposta. Depois analisámos questões relacionadas com a apresentação de garantias por parte de empresas “which are not in good financial situation”... Os banqueiros, sejam eles quem forem, querem sempre saber quem avançará, em caso de falha no pagamento dos empréstimos concedidos. Para eles, o melhor era ser a República ... mas tinha de se inventar outro e de aprofundar muito as análises de risco, tendo em vista reduzir ao mínimo o montante das garantias consideradas como satisfatórias.

*

No dia 26 de Janeiro de 1990 tive uma reunião de avaliação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Cova da Beira com os seus principais agentes. Começámos por ouvir o seu coordenador. Ele recordou o objectivo principal do programa: diversificar a actividade produtiva da área, muito dominada pela indústria de lanifícios que havia entrado em crise, só sobrevivendo as unidades fabris que se tinham mo-

dernizado tecnologicamente e diversificado em matéria de mercados. Era preciso estimular a produção agrícola. O regadio da Cova de Beira havia começado há 18 anos, mas tudo andava devagar, salvo a construção de obras. A causa era sempre a mesma: a dificuldade da constituição de associações de regantes e da fixação de um preço para a água. Segundo disse, “houve incapacidade de dinamização” dos agricultores. Estávamos agora a tratar do regadio no bloco da Meimôa (3.500 ha) que era grande e apto para muitas culturas, nomeadamente a fruticultura. No plano de regadio global, estavam previstos 17.500 ha de terras férteis. Tinha sido adjudicada uma estação de tratamento de lixos; levaria dois anos a construí-la.

Havia que harmonizar o PIDR com o Programa Operacional da Raia, tirando vantagem da acumulação de subvenções com objectos diversos mas complementares. As autoridades locais davam grande prioridade ao completamento do IP2; ele seria um eixo estruturante de tudo quanto se fizesse.

O Eng. António Miguel Cavaco enunciou as três fontes principais de água com que podíamos contar: o rio Zêzere, a ribeira da Meimôa e o rio Coa. Insistia em que os aproveitamentos incluíssem uma componente energética, com o que eu estava de acordo; pelo menos essa seria mobilizada imediatamente.

Dos terrenos a regar, 3.800 hectares dependiam do Zêzere (que seria sempre um regadio caro) e 3.800 da ribeira da Meimôa. O primeiro trecho do canal condutor-geral seria construído só para o bloco da Meimôa; estaria concluído até Maio seguinte. Faltava a rede de enxugo desse bloco. É curioso como, entre nós, o enxugo anda sempre associado ao regadio, porque há áreas naturais onde a água permanece, sendo necessário escoá-la. O mesmo se passa no último trecho do Vale do Tejo. Tinha havido muitos caminhos rurais dotados de obras de arte que reduziram a sua secção de vazão, o que era erradíssimo. Mas havia grandes possibilidades energéticas. A queda entre Sabugal e a Meimôa era de mais de 200m, o que aconselhava a construção de uma central de potência que era precisamente do que a nossa rede estava carecida. Por isso eu dava tanta atenção às potencialidades hidro-eléctricas que seriam mobilizadas logo a seguir, dando-nos tempo para levar a cabo as longas operações associadas ao aproveitamento hidro-agrícola. No sector agrícola havia, manifestamente, falta de coordenação das diversas componentes: tinha sido construída a barragem, porém, faltavam os canais, os

caminhos rurais, o enxugo em muitas partes; tinha sido proposta uma operação de emparcelamento, mas faltava um cadastro actualizado que também havia sido encomendado mas ainda não tinha sido executado; uma associação de regantes havia recebido uma obra do Estado, todavia, este tinha concedido um período de dois anos para se efectuar a transição; nada se poderia considerar como acabado; faltava sempre um pormenor (ou um “pormaior”...). No entanto, as oportunidades eram grandes! O projecto representava o maior do país em matéria de rega por aspersão; não precisava de bombagem; a água era, assim, relativamente barata; mas havia que a gerir... O mais difícil!...

A linha geral dos quatro projectos definidos era clara, Só faltava dar-lhes sequência!... Eles eram, respectivamente: 1.) acções de experimentação de novas culturas em regadio; 2.) o aproveitamento de recursos hídricos tornados disponíveis; 3.) a produção de material vegetativo garantido para plantações de cerejeiras, castanheiros e aveleiras e 4.) a produção agro-pecuária com a constituição de um mercado de origem “Cova da Beira”.

Disseram que os agricultores tinham reagido bem; mais de 3.500 agricultores tinham passado pelas acções formativas levadas a efeito; o centro profissional para agricultores, da Cova da Beira, tinha efectuado acções de reciclagem e de formação inicial. Mas ambos haviam ocorrido sem ser no quadro de uma programação geral; tudo havia obedecido a impulsos esporádicos. O emparcelamento tardava, por muitas razões, nomeadamente a falta de um cadastro actualizado; e as diferentes unidades estavam mal dimensionadas: eram pequenas!...

A Câmara de Penamacor estava aberta a receber a estrada de acesso ao Meimão, mas não dispunha de verbas para a reabilitar; era preciso descortinar uma forma para o fazer, sem o que a produção agrícola dificilmente seria retirada para o mercado.

O Presidente da Câmara de Belmonte, entre outras coisas, disse que os cursos para jovens empresários agrícolas tinham tido muita adesão.

De uma maneira geral, os Autarcas pronunciaram-se a favor do PIDR. Havia tonalidades diversas no seu entusiasmo, muitas de carácter político-partidário. Mas, no fundo, apoiavam o regadio. Reclamavam sempre mais estradas. A começar pelo IP2 e pelo túnel da variante ao Fundão.

Como sempre, reclamavam uma linha de crédito para as infra-estruturas municipais. Queriam que houvesse um grande hospital na Cova da Beira. Estavam dispostos a “abater” dois hospitais pequenos para dispor de uma unidade com valências múltiplas. Ambicionavam que a Universidade da Beira Interior tivesse um ramo de Ciências da Saúde.

Queixaram-se, como em muitos lados, em relação à extracção atribiliária de areias devida ao dinamismo do sector da construção e à inexistência de guarda-rios. A primeira era geral em todo o País. Quanto à segunda, eu identificava-me muito com ela: então como hoje, precisamos de guarda-rios devidamente formados e aptos a exercerem o seu trabalho no campo, de vigilância e de sugestão de acções adequadas para manter em boa-forma os nossos cursos de água. O que hoje se exige deles não tem paralelo com a actividade antiga dos profissionais com a mesma designação; é uma profissão moderna e exigente, tanto em preparação teórica como em aptidão física.

Como já disse, eu gostava deste tipo de reuniões. Para mim eram insubstituíveis como fonte de informação. Para os outros intervenientes eram uma forma de expor as suas ideias e de encontrar meios para as concretizar.

*

Uma vez decidida a construção de um museu novo em Serralves era preciso encontrar o financiamento. Convencido o Comissário Bruce Millan a aceitar a nossa candidatura e a considerá-la como instrumento relevante para o nosso desenvolvimento, tornava-se necessário explicar a que fundos nos propúnhamos concorrer. No dia 30 de Janeiro de 1990, em despacho com o Eng. Luís Braga da Cruz, ficou estabelecido que o museu seria financiado com 0,8 milhões de contos pelo PRO-DIATEC (FEDER) e o auditório com outros 0,8 milhões saídos do Programa Operacional da Área Metropolitana do Porto; a estimativa de custos era de 1,6 milhões para o primeiro e de 2,5 milhões para o segundo. A divisão do empreendimento em duas partes era a forma de poder tornar mais palatáveis as participações. O nosso programa para a “ultraperiferia” (Madeira e Açores) estava quase concluído. Ele tinha, naturalmente, sido elaborado em colaboração muito próxima com os

Governos Regionais. Como eu tinha apresentado à Comissão, em Bruxelas, o Plano de Desenvolvimento Regional, ficou combinado, em 31 de Janeiro, com a Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional que, desta vez, seria ela e o Secretário de Estado da Integração Europeia a fazê-lo. Mas era importante que houvesse algum formalismo na apresentação até porque, em Rodes, na cimeira europeia, o nosso Primeiro-Ministro tinha sido um dos mais intervenientes, a este respeito e o responsável pela adopção da designação de “ultraperiferia”.

*

No dia 2 de Fevereiro de 1990 tive uma das habituais reuniões de coordenação da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano. Nela participaram os Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Educação, Adjunto do Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, do Turismo e da Cultura, além, naturalmente, da Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. O objectivo era fazer o levantamento dos obstáculos que, eventualmente, se estivessem a levantar à concretização do programa.

Era certo que o homem da rua, em Portalegre, sabia que havia um programa em curso para o desenvolvimento da sua área e isso tinha a sua importância. Mas não se estava a conseguir dinamizar o sector privado, a não ser o sector turístico. O presidente da CCRA queria uma discriminação positiva, para o Norte Alentejano, dentro do Sistema de Incentivos de Base Regional. Mas isso não seria possível; o que estava previsto era o máximo a que tínhamos possibilidade de chegar. Falta-va, todavia, animação empresarial. Corríamos o risco de ter as infra-estruturas construídas sem qualquer efeito de arrastamento sobre a base produtiva. Mesmo no Turismo, a campanha de promoção estava a revelar-se boa, mas o SIFIT (apoio à construção de alojamentos) só tinha conseguido três candidaturas por parte dos promotores. Todos queriam as taxas máximas de apoio, naturalmente. Havia, por outro lado, um grande emperramento das decisões que tinham de subir ao escalão central; era para resolver isso que estávamos reunidos.

No sector da Educação, havia equipamentos previstos na OID e negociados, mas que se tinham visto preteridos por não haver, no Orçamento de Estado, prevista a comparticipação nacional. Nem para a construção, nem para a reabilitação, nem para o re-equipamento.

O Secretário de Estado Alarcão Troni fez o ponto de situação: uma coincidência pasmosa de factores negativos: as escolas técnico-profissionais não tinham tido respostas positivas por parte da sociedade civil, no que tocava à celebração de protocolos; a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional havia falhado; a representante do Ministério da Educação havia falecido; o PIDDAC tinha dado preferência a outros casos mais urgentes... Todavia, as escolas de Marvão estavam em fase adiantada de construção e o projecto da escola secundária de Ponte-de-Sôr iria ser incluído no programa.

*

Uma das nossas grandes debilidades tem a ver com a fragilidade da Sociedade Civil e, especialmente, do seu sub-grupo empresarial. Poderá haver uma ou outra empresa vigorosa, muito dependente de um empresário excepcional. Se ele morrer ou ficar incapacitado volta tudo ao zero. Não há um tecido empresarial robusto, especialmente nas zonas mais periféricas. Por isso, não há com quem celebrar protocolos, nem com quem firmar contratos para o chamado ensino-dual, etc. E continua a deixar-se crescer Lisboa, com o resto a ser paisagem. Estamos a caminho da situação grega, onde a área metropolitana de Atenas concentra metade da população do país, com os resultados que conhecemos. Mas, quando se fala em regionalização, logo saltam os campeões do pulso firme na condução dos destinos da pátria. Quando se viveu muito, teimando em participar mesmo quando é difícil, chega-se à minha idade com um grande desapontamento. Ainda bem que há jovens que não têm a memória da medida de como somos incorrigíveis!... O que fazer para actuar em profundidade, no comportamento da sociedade?

No domínio da Cultura as obras no convento da Flor da Rosa estavam a avançar. Ainda não havia o projecto da pousada, mas o restauro do convento já estava acordado. Também se adquiririam casas vizinhas e o espaço envolvente. As investigações arquitectónicas prosseguiam. Havia outros mosteiros e castelos



FIG. Convento da Flor da Rosa (Crato, Portalegre).

merecedores de restauro. E conseguiu-se que a ENATUR tomasse conta do projecto da Flor da Rosa, sob a direcção técnica do Instituto Público do Património Construído (IPPC), o que foi uma conquista nunca vista!... Mas havia dificuldade na ampliação da pousada de Marvão e no andamento da de Sousel, muito orientada para os caçadores que frequentavam a área. A única área em que parecia não haver entraves de maior era a das Obras Públicas, salvo o estrangulamento da ligação entre Monforte e Estremoz. Ficou combinada uma visita ao local, mas somente depois de haver compromissos firmes em relação aos bloqueamentos detectados. E, também, depois de se ter alargado a OID à zona dos mármorees que era uma reivindicação, pela positiva, dos Autarcas Locais.

*

Em 7 de Fevereiro e em despacho com a Secretária de Estado analisámos uma primeira versão do relatório das GOP 89 que estava a terminar e do PIDDAC 89. Como se sabe, eu insistia na apresentação do documento de prestação de contas. Isso passou a ser feito com regularidade. Por outro lado, gostaríamos de apresentar relatórios de conjuntura. O único organismo que tinha a prática de os fazer era o DCP. Mas era preciso precaver susceptibilidades. Por isso combinámos propor ao Ministro das Finanças que eles fossem produzidos em conjunto pelo DCP e pelo Gabinete de Estudos Económicos do Ministério das Finanças. Havia, naturalmente, o INE a fornecer dados relevantes, mas esse era da casa e poderíamos estabelecer, internamente, as formas de proceder.

*

O “partenariat” era um conceito muito invocado para a concretização do Quadro Comunitário de Apoio. As instâncias europeias queriam muito aparecer associadas às autoridades nacionais, perante a população, nos esforços de desenvolvimento que estavam a ser feitos. Não eram só as placas que junto de cada obra indicavam o montante do subsídio. O formato da placa, os seus dizeres e os montantes envolvidos foram objecto de decreto-lei que tudo definiu. Mas eram, também, os arranjos organizacionais. Havia um comité de acompanhamento com

representantes comunitários que seguiam as realizações e com quem tinha de se negociar se houvesse qualquer atraso ou aumento de gastos “imprevistos”. A negociação era permanente. Mas nós entendíamos que as decisões internas não podiam ser discutidas com funcionários comunitários. É preciso ter muita atenção em relação a estes; a tendência para chamar a si poderes que não têm é enorme. E os Portugueses com a sua boa natureza e um comportamento tendencialmente provinciano representam alvos fáceis para quem gosta de exorbitar. É preciso, naturalmente, tratá-los civilizadamente e nunca dar o flanco por via do incumprimento das regras estabelecidas. Mas dentro do quadro firmado, será bom não facilitar. É verdade que isso obriga a estudar os contratos que foram assinados e a cumprir o que neles está escrito. E isso nem sempre é feito com rigor. Mas, se tudo estiver dentro das regras, não se justifica nenhuma atitude de subserviência. Por tudo isso, eu era muito exigente em relação à retaguarda nacional, ou seja, em relação às comissões de gestão de cada programa operacional. E tinha na Secretária de Estado e nos Directores-gerais aliados convictos da justeza da nossa atitude. Tudo isso foi reafirmado num despacho que com ela tive em 7 de Fevereiro de 1990.

Havia uma tentativa de prática com a qual eu implicava sempre. Era quando um funcionário comunitário, no seu alto entender, dizia que em tal programa operacional regional deveria haver um BIC (Business Innovation Centre) ou naquele outro mais apoio às empresas ou, ainda, que a filosofia de actuação não estava suficientemente aprofundada. Não estou a dar exemplos à sorte. Estes casos aconteceram.

Uma outra situação que ocorria era estar fixada uma determinada verba para uma acção europeia e surgirem casos supervenientes que não estavam previstos, mas a que era politicamente importante acorrer. Era o caso do programa transfronteiriço. Entretanto, caiu o muro de Berlim e alguém se lembrou de que era importante actuar na fronteira grega com os países vizinhos, acabados de sair da órbita soviética. Para isso seria prático ir buscar meios aos outros. Para o fazer de forma justificada, pedia-se a quem já contava com as verbas, um aprofundamento das suas propostas com explicitação da “filosofia de acção” subjacente. Tudo isto feito sempre com o ar mais compenetrado!...

Tenho-o dito muitas vezes: a Administração Comunitária (hoje – 2015 – da União) precisa de um acompanhamento de perto e sempre crítico em relação ao comportamento dos seus intérpretes. Os comissários estão muito alto!

*

No dia 13 de Fevereiro tive uma reunião com os meus colegas da Indústria e do Ambiente e com os Secretários de Estado do Planeamento, da Energia e do Ambiente para tratar de dois temas: os empreendimentos hidroeléctricos que se poderiam lançar e a magna questão dos inertes que o dinamismo da construção civil levava a entrar numa fase de exploração, em muitos casos, selvagem.

Em relação ao primeiro ponto, todos queríamos fazer aumentar a parcela das energias renováveis, entre as quais estava a hídrica. Mas a EDP, nessa ocasião, tinha falta de fundos próprios e, por isso, estava sem estrutura financeira para se abalançar sozinha a qualquer investimento. O Ministro da Indústria manifestou preferência pelo escalão de Cela, no rio Minho que acabou por sair do programa por razões ambientais ou, pelo menos, por pressão dos ambientalistas, o que não é a mesma coisa. Havia investidores privados interessados em levar a cabo grandes aproveitamentos hidroeléctricos, mas queriam condições que não podíamos aceitar. Ficámos de procurar fontes de financiamento, envolvendo a EDP nos projectos como prestadora de serviços, por dispor de quadros técnicos do mais alto nível. Quanto aos inertes, o caso mais sério respeitava às areias, às dunas e aos leitos do rio; estavam autorizadas cinco explorações no rio Douro e oito no rio Lima. Tínhamos informação segura de que no Lima estava a ser extraída muito mais areia do que a declarada; foram dadas instruções para “apertar” com a fiscalização. No Mondego as coisas estavam sob controlo. No Tejo havia 97 (!) explorações legais e no Guadiana 4. O pior é que não se dispunha de conhecimento sólido acerca da exploração dos areeiros. Tomámos a decisão de encomendar um manual de boas práticas. Havia falta de vigilância por não se dispor de fiscais devidamente formados e em número suficiente. Impunha-se penalizar os abusos que eram numerosos; começar-se-ia por aumentar o valor das coimas, até então de montante irrisório quando comparado com o da areia extraída. Havia uma experiência desastrosa de cobrança de coimas pelas Autarquias Locais. Mas já não

se dispunha dos antigos guarda-rios que poderiam integrar um serviço descentralizado. Havia que articular a acção das instâncias centrais – direcções-gerais relevantes – e as próprias Câmaras que eram a “autoridade” mais próxima dos locais de extracção. Resolveu-se dar prioridade nas licenças aos locais onde era preciso fazer um desassoreamento de vulto.

*

As Operações Integradas de Desenvolvimento reclamam um acompanhamento próximo. A do Vale do Ave estava, em Março de 1990, a ser muito dominada pelas questões ambientais. O caudal do rio Ave é razoavelmente estável ao longo do ano, pois não seca absolutamente no verão, mas a sua concentração de poluição era muito negativa. Por outro lado, os industriais estavam preocupados com os custos de funcionamento das Estações de Tratamento das Águas Residuais.

A Universidade do Minho queria participar na operação, mas reclamava ajudas. E os Presidentes das Câmaras pretendiam ver construídas mais escolas; nesse tempo a taxa de natalidade era elevada e, por isso, havia muitas crianças a entrar para a escola primária. A preocupação com os custos das ETAR também se estendia aos Autarcas; temiam ter de pagar grandes facturas.

Não era nada conveniente deixar acumular interrogações e preocupações. As respostas tinham de ser dadas com frequência. Por isso eu promovia reuniões com os responsáveis regionais e locais com alguma frequência. Não há nada pior do que deixar a ansiedade subir!...

*

Do Vale do Ave, fui para Vila Real (23 de Março de 1990), onde foram passados em revista o PDRITM 1, o PDRITM 2 e o PROTAD. Foi um dia inteiro devotado ao tema. Tinham-se plantado novos 3.000 hectares de vinhas novas (tinham sido previstos 2.500 ha) em cerca de 590 projectos submetidos. Esta componente do programa havia merecido um grande interesse por parte dos lavradores. Em matéria de regadios tradicionais tinham sido reabilitados cerca de 6.000 ha, em 135 projectos. Mas a componente não-agrícola, da responsabilidade das Câmaras, é que tinha experimentado um impulso excepcional, especialmente

no domínio do saneamento básico. As condições sanitárias da vida em Trás-os-Montes tinham sido radicalmente alteradas. As pequenas estradas continuavam a merecer uma preferência grande nas escolhas feitas; as populações isoladas reclamavam ligações; queriam continuar a viver nas aldeias, onde tinham as suas terras, mas pretendiam chegar lá de carro! Por isso os Autarcas transmitiam os seus desejos com insistência.

Houve quem insistisse em testemunhar que o PRITM tinha sido um projecto bem concebido e bem realizado. Incitaram-me a continuá-lo, oferecendo colaboração. Davam relevo especial ao aproveitamento da água; tinham sido reabilitados 150 pequenos regadios; queriam mais 218. Pretendiam apoio para as arbustivas e as arbóreas que não haviam sido financiadas no primeiro projecto. Além dos caminhos rurais e dos caminhos agrícolas queriam apoio para as habitações; havia, também, nova maquinaria agrícola e aparelhos diversos (nomeadamente, frigoríficos) que precisavam de energia. E clamavam por mais informação; para mim, esta tem de ser sempre redundante para alcançar o maior número.

Foi sublinhada a importância da competitividade da nossa agricultura para nos mantermos no mapa; de outra forma, poucas das nossas produções sobreviveriam. As empresas viáveis deveriam ser consolidadas; as outras ... A formação profissional deveria dirigir-se aos técnicos e aos próprios agricultores. Por essa e por outras razões, as associações de agricultores deveriam ser estimuladas e apoiadas.

Foram pedidas mais barragens. Segundo verifiquei com os técnicos algumas delas não eram consideradas como prioritárias. De qualquer forma, os Presidentes das Câmaras insistiam na sua construção. Nas terras secas sabe-se o valor da água; algumas vezes não se sabe usá-la!... Insistia-se, uma vez e outra, nas estradas para o escoamento da produção.

A extensão do plantio de novas vinhas no Douro era solicitada por muita gente. Os 5.000 ha plantados já não chegavam! Também se pretendia a reconversão dos vinhedos velhos. A parte mais difícil tinha a ver com a reconstituição e transferência; era preciso convencer as pessoas a fazê-las.

Como sempre acontecia, as Câmaras reclamavam mais dinheiro para o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). O que tinham não era suficiente para formar as contrapartidas necessárias. Alguns clamavam contra o imposto sucessório;

os lavradores gostavam de transmitir o seu património melhorado e sem encargos para os descendentes.

Na época, as relações com a EDP ainda constituíam motivo de grandes queixas. Já não é o caso hoje (2015).

E os seguros agrícolas eram tópicos obrigatórios, porque não se faziam ou faziam-se com muita dificuldade. Mas os credores não emprestavam, sem seguros, particularmente para o gado que podia morrer; para as melhorias fundiárias a situação era mais fácil porque elas ficavam onde eram feitas.

Como era costume, havia comparações entre o que tinha beneficiado uma zona e outra não. Tudo era devidamente escrutinado! Quem havia ficado melhor não protestava, obviamente...

Nessa altura já havia preocupação com o insucesso escolar. Queriam combater as suas causas, entre as quais estavam algumas instalações inadequadas e o facto de as professoras “serem de fora” e não estarem motivadas...

A florestação debatia-se com os mesmos problemas de hoje (2015), a começar pela falta de um cadastro. Ainda devoto algum tempo a tentar encontrar uma forma de o realizar de modo expedito; a metade norte do país não dispõe de um mapa que permita identificar as propriedades e os seus donos. Ligada com este tema surgia frequentemente a questão dos baldios e uma insatisfação explícita pela forma como os conselhos de partes os geriam. A verdade é que este não é tema que motive os Deputados; quando se fala nisso, alguns dizem que não é urgente! Eu acho que já se devia ter feito alguma coisa, pelo menos estudar a situação!

Eu encorajava os Presidentes das Câmaras a informatizar os seus serviços. Havia um projecto para as Câmaras do Alto-Tâmega, mas só tinham um programa a funcionar. Alvitrei a celebração de um contrato de apoio com o INESC, mas havia manifestas dificuldades de concretização do projecto porque era preciso formar os funcionários ao mesmo tempo. As disputas entre serviços eram correntes. Tive de apaziguar algumas delas, para poder levar o projecto a bom-termino; isso acontece frequentemente quando se deixam prolongar no tempo questiúnculas velhas que passam de institucionais a pessoais; são as piores!..

Porque sabiam que eu atribuía muita importância à elaboração dos PDM (Planos Directores Municipais) e alguns estavam atrasados, diziam-me que não havia ga-

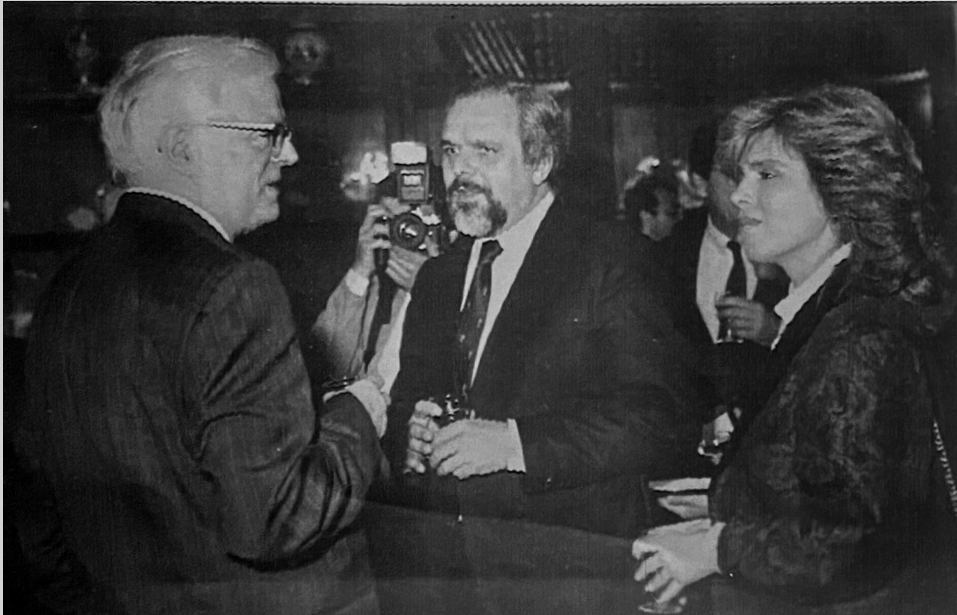


FIG. Com o Comissário da CEE Bruce Millan e a secretária de Estado Isabel Mota (Porto, 1990)

binetes para os ajudar a elaborar tantos planos! Afinal acabaram por fazê-los. A firmeza compensa sempre!

*

Como já disse, eu mantive um excelente clima de relações com o Comissário Bruce Millan e gostava de lhe mostrar no campo o que estávamos a fazer com os dinheiros de Bruxelas. Foi o que aconteceu no fim-de-semana de 31 de Março e 1 de Abril de 1990. Ele veio de Bruxelas directamente para o Porto. Recebi-o ao fim da tarde em minha casa para lhe explicar as diferenças entre um “tawny” e um “vintage”... No sábado fomos para Santo Tirso, onde estava combinado um encontro com os responsáveis pela Operação Integrada do Vale do Ave. Insisti que ele ouvisse as dificuldades por que passava, então, a indústria têxtil. Nessa ocasião, estimava-se que ela, para se modernizar, precisasse de cerca de 117 milhões de contos! Os estudos necessários absorveriam 8% do total. Falaram-lhe muito das dificuldades do tráfego que ele, aliás, tinha experimentado, apesar de ser sábado de manhã.

Eu tinha pedido à Universidade do Minho que encarregasse alguém de fazer uma exposição sobre a relação entre a investigação científica que estava a ter lugar nos seus laboratórios e as empresas. A Universidade do Minho ainda não possuía o peso que tem hoje no sistema científico nacional. Mas ficou claro que era também pelo desenvolvimento do conhecimento que passaria a remodelação do tecido produtivo da zona.

Levei-o a ver as obras da auto-estrada e lembro-me bem de andarmos a pé sobre o grande viaduto perto de Braga. A auto-estrada, nessa altura, chegava somente a Cruz. Ouvimos explicações competentes do engenheiro do empreiteiro.

Em Guimarães, eu fiz-lhe ver, diante da obra do hospital, então em curso, porque era a componente da saúde um vector importante do desenvolvimento. Até essa altura o FEDER não financiava hospitais. Passou a fazê-lo, desde que estivessem inseridos em planos de desenvolvimento integrado. Passámos a tarde, em Guimarães, a falar do sector têxtil com exportadores que sabiam o que diziam. Curiosamente, alguns insistiram muito no papel da educação, particularmente da “technical education” de que eles muita falta sentiam na sua mão-de-obra.

Isso deu-me o ensejo de insistir novamente na perspectiva integrada com que deveriam ser olhados os planos de desenvolvimento. Ele estava muito interessado na diversificação da actividade económica. Como era escocês conhecia bem as dificuldades do sector têxtil. Citou a mudança de ramo para a juta, em St. Andrews e Aberdeen. Compreendeu, perfeitamente, a dimensão dos desafios a que tínhamos de responder. Depois, fomos, para Vila Real, onde passámos o domingo em actividades semelhantes. Quando, na segunda-feira, nos sentámos no meu gabinete, para um encontro formal já não falámos de planos nem de programas integrados. O tema foram “números”! Passámos em revista as verbas com que poderíamos contar para os programas transfronteiriços, para a ultraperiferia portuguesa (leia-se Madeira e Açores) e para o projecto do gás natural. Tratámos da delicada questão da reafecção a novos projectos de verbas relativas a projectos parados ou não-realizados. Pedi-lhe a sua atenção para a manutenção das condições em que se processava a parceria entre a Comissão Europeia e o Governo Português; os funcionários comunitários gostavam (e gostam...) muito de propor novas regras, naturalmente fazendo aumentar a sua intervenção (e o seu poder...). Pelam-se por isso... Mas ele, sensato e sem desautorizar os seus representantes, concordou que era conveniente respeitar aquilo que havia sido estabelecido. A manhã acabou com uma audiência com o Primeiro-Ministro, em que foi passada em revista a nossa acção em matéria de Política Regional. À saída ele fez declarações à imprensa que não poderiam ter sido mais lisonjeiras. É sempre bom que os decisores europeus vão aos locais onde ocorrem os problemas para poder avaliar a justeza das soluções que para eles são propostas pelas autoridades nacionais. E estas têm toda a vantagem em relatar sempre a verdade sobre as dificuldades que têm de enfrentar. É que os primeiros cruzam sempre muitas informações vindas de fontes diferentes. E os segundos nunca podem ser surpreendidos por uma incongruência qualquer.

*

Já me referi ao facto de termos deixado boa impressão nos nossos contactos com o Banco Mundial. Isso aconteceu, nomeadamente, devido ao Programa de Desen-

volvimento Integrado de Trás-os-Montes e Alto-Douro (PDRITM). Mesmo depois de sermos membros da Comissão Europeia, gostariam de se associar a projectos que lhes apresentássemos e que estivessem bem desenhados. Foi com esse fito que recebi o Senhor Luca, chefe de missão, no dia 5 de Abril. Passámos em revista o conteúdo possível de um PDRITM II que tinha sido preparado pela Comissão Coordenadora da Região do Norte.

Na componente de irrigação, sempre tão pretendida pelos agricultores locais, acharam que os custos apresentados eram um pouco altos e que os técnicos destacados eram novos e com pouca experiência. Sempre me causou admiração a forma como os avaliadores do Banco Mundial preparavam as suas críticas às propostas que lhes eram apresentadas: colheram preços, obtiveram uma média e um desvio tolerável e fizeram as suas críticas de modo fundamentado; era uma ocasião em que havia muitas obras em Portugal e os empreiteiros davam preços altos; isso não lhes escapou!... Por outro lado, conversaram com a equipa que iria coordenar o projecto; viram que os engenheiros velhos se tinham aposentado e que os novos ainda não estavam traquejados. Não hesitaram em dizer o que pensavam! Admirável!...

Acharam que o investimento feito em investigação estava a revelar-se produtivo. Todo ele tinha os investigadores da UTAD como executantes. Perguntaram-me se eu não achava que essa situação de monopólio não deveria ser alterada, por via da celebração de contratos com outras instituições...

Estávamos de acordo com a importância da extensão rural; mas eles insistiam em que ela fosse toda feita através de cooperativas. Eu não estava assim tão seguro de que pudéssemos repousar somente nelas.

Achavam que a avaliação que estava a ser feita em relação ao primeiro PDRITM decorria de forma impecável, mas estava a ser um tanto académica... Mas esse era o preço de ter sido escolhido para a orientar um professor inglês de nomeada, a exercer funções na melhor universidade holandesa de ciências agrárias... e que eles tinham aceite com grande entusiasmo...

Recomendaram maior atenção à comercialização dos produtos agrícolas, com o que eu concordava inteiramente. Hoje, vê-se uma grande actividade, neste domínio, de agentes privados bastante dinâmicos.

Como era importante a diversificação da actividade económica, sugeriram que fossem envolvidos o NERVIR e o NERBA, núcleos da Associação Industrial Portuguesa, respectivamente em Vila Real e em Bragança. Isso já tinha sido tentado. A situação da Casa do Douro deixava-os muito surpreendidos. Com um “stock” tão elevado de vinho e uma situação financeira tão desastrosa, eles achavam que aquela era a ocasião para vender o mais possível, com receio de que os preços pudessem vir por aí abaixo. Esse era um caso que ultrapassava muito a minha capacidade de resolução. Alguém há-de fazer um dia a história da Casa do Douro e entrar nos meandros do exercício de um poder sem fiscalização eficaz, baseado numa enorme teia de convívios da mais diversa natureza. Não é só a história de um organismo económico! Tratar-se-á de uma rede de influências que se conseguiu perpetuar para benefício de uns poucos.

*

Em despacho com a Secretária de Estado, em 5 de Abril, soube que havia uma iniciativa, em Bruxelas, para ser definido um conjunto de grandes redes europeias de transportes, energia e telecomunicações. Estávamos em 1990. A primeira veio a ser aprovada em 2014! A formulação de uma vontade comum demora sempre muito tempo...

*

No dia 11 de Abril, entre outras coisas tratadas no despacho com a Secretária de Estado, ficou estabelecido o projecto do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio, a qual era tão necessária. Ela tinha conseguido um consenso com o Secretário de Estado do Comércio Interno e com a Confederação do Comércio Português, o que era indispensável para assegurar que o sistema viria a ser mobilizado com convicção. O Presidente da Confederação estava sempre pronto a criticar sem oferecer grandes sugestões ou colaborações. Não seria fácil obter dele uma manifestação de concordância ou de aprovação. Já não era mau que não fizesse uma diatribe contra o sistema ou contra os meios a ele atribuídos. Há pessoas azedas!...

*

No dia 18 de Abril iria reunir-se, pela primeira vez, o Conselho Coordenador da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Na véspera, o coordenador da OID, Eng. Rui Mil-Homens, veio falar comigo para preparar a reunião que se realizaria no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal. Perguntei-lhe quantas pessoas estariam. Disse 150! Não pensei que fossem tantas, mas no dia seguinte a grande sala estava praticamente cheia, demonstrando a expectativa que todos tinham em relação ao exercício. Tratava-se da apresentação e discussão do Relatório de Execução e de uma Proposta de Reprogramação. Eu estava à espera de uma grande discussão com eloquentes protestos daqueles que haviam recebido menos do que os outros. Combinámos que eu começaria por salientar a importância do trabalho desenvolvido e, especialmente, o espírito solidário que tinha animado as numerosas sessões de trabalho que se haviam realizado. O objectivo da nossa reunião era analisar o que fora realizado e propor qualquer eventual ajustamento. Além disso, tínhamos formado uma pequena comissão de acompanhamento e eu queria que todos soubessem, em primeira mão, quem eram os seus membros. A reprogramação era, para nós, um instrumento de maximização dos benefícios já alcançados e uma forma de antecipar o que, nesta área, deveria ser incluído no PIDDAC 91.

A memória que eu tenho do trabalho com o Rui Mil-Homens é excelente: dedicação absoluta e entusiasmo constante! Desânimo era coisa que ele não sabia o que era. A criatividade estava sempre presente. Tenho a impressão de que as suas simpatias políticas eram um pouco mais para a esquerda... Mas identificou-se, plenamente, com a missão que lhe foi atribuída e nunca se poupou a esforços para conseguir os resultados que nós fixávamos. Não tinha horário e gostava, genuinamente, de estabelecer contacto com os destinatários da sua acção.

Na manhã aprazada tivemos o nosso encontro. Depois de eu ter lançado os trabalhos, falou com entusiasmo o Rui Mil-Homens, o qual sublinhou a importância da participação dos agentes de desenvolvimento, tal como se via ali, de forma eloquente. Ele insistia na importância do acesso à informação e afirmou que “o desenvolvimento parte de dentro”, quer dizer só resulta se for assumido pelos

seus beneficiários. Não acreditava que os problemas da Península de Setúbal se resolvessem somente com a injeção de mais dinheiro. Era preciso muito mais! Mas as expectativas eram boas, porque a zona apresentava factores de atracção que estavam identificados e que facilitariam a fixação de novos investimentos, tal como veio a verificar-se. Em três meses tinham conseguido executar 35% do programa operacional estabelecido, o que lhe dava garantias de que seriam candidatas a fundos que não fossem mobilizados em outros programas que se atrasassem (Não estava previsto este mecanismo de concorrência; ele estava a “pôr o barro à parede”, mas eu estimei que o tivesse feito e que todos os outros soubessem que eu não me tinha manifestado contra...). Insistiu, particularmente, no alargamento da Ponte 25 de Abril e nos projectos ferroviários de ligação à margem sul. Uma das suas colaboradoras interveio para dizer que tinham estabelecido contactos de trabalho com cerca de 50 organismos e para sublinhar a importância da informação – a qual, como eu costumava dizer, tinha de ser sempre redundante para chegar a todos – e para confirmar, por várias vias, a justeza de uma medida ou de uma política. Renovou o pedido de contributos a todos os presentes.

Falaram muitos dos participantes. O alargamento e o reforço da estrutura da ponte foi sublinhado por quase todos. As ETAR constituíam uma preocupação geral. Queriam parques industriais para albergar pequenas e médias empresas, e, como sempre, a questão das comparticipações, dos adiantamentos, da prorrogação dos prazos de pagamento, das linhas de crédito bonificado...

O Reitor da Universidade Nova de Lisboa ambicionava construir no polo da Caparica um Centro de Excelência do Ambiente. O porto de Setúbal queria ampliar a zona devotada aos barcos de pesca e adquirir novas valências (nomeadamente o roll-on-roll-off), algo que veio a conseguir.

O ânimo estava a mudar na Península de Setúbal! Pensava-se, sobretudo, no futuro!

*

Em 18 de Abril tive uma reunião com a Secretária de Estado do Planeamento e com o Secretário de Estado da Integração Europeia a respeito das redes transeuropeias de transportes a que já me tenho referido. A discussão decorria em Bru-

xelas e era animada especialmente pelos Vice-presidentes Bangeman e Pandolfi e pelo Comissário Van Miert. Tratava-se de conceber o sistema nervoso da Comunidade (transportes, telecomunicações, energia e redes de formação profissional). E nós não podíamos ser deixados de fora, nomeadamente por sermos periféricos. Mas os países do centro não partilhavam todos a mesma perspectiva; a integração física dizia-lhes pouco ou nada. Tal era o caso do Reino Unido (“perspectiva Palmerston” ...), mas também da Alemanha e da Dinamarca. A Alemanha estava a braços com a reunificação e isso polarizava todos os seus pensamentos e energias. A França queria muito a integração, mas fazia basear quase tudo no TGV e seus prolongamentos. Queria vender a sua tecnologia. Para nós, o mais importante era o transporte de mercadorias, uma vez que, para os passageiros, uma distância da ordem dos 1.500/2.000 Km só tem o modo aéreo como resposta eficaz.

Já nessa ocasião se falava na importância da interconexão das redes nacionais para formar uma verdadeira rede europeia. A Comissão Europeia iria apresentar em breve um relatório sobre o tema. Os Estados-membros mais interessados eram Portugal, Espanha, França, Itália e Irlanda. O Benelux estava no centro e não sentia tanto os efeitos nefastos do afastamento. Sabíamos que, no seio da administração comunitária, se tinha formado um “lobby” de funcionários que era contra a ideia de se constituírem redes europeias. Vá-se lá saber porquê! Quando sucede uma coisa destas, é o cabo dos trabalhos! Nunca se sabe a origem do “andaço” e anular os seus efeitos demora anos e reclama uma aplicação de natureza política, por parte dos comissários, muito decidida. Foi o que acabou por suceder, estando agora quase todos de acordo. Digo quase todos porque, em 2011, tive uma reunião com altos funcionários britânicos em Whitehall que pretendiam convencer-me de que as auto-estradas britânicas dispunham de uma reserva de capacidade enorme e que não havia necessidade nenhuma de melhorar o porto que serve Edimburgo. Agora (2015), face aos resultados do “referendum” na Escócia, talvez estejam mais abertos a fazer obras em Leith, aumentando-lhe a capacidade.

De resto, devemos estar sempre preparados para as reservas britânicas em relação às ligações físicas com o Continente. Este está já demasiado próximo da Grã-Bretanha (e não o contrário ...).Vale a pena ler o argumentário que, ao longo dos

tempos, foi mobilizado para não construir nenhuma ponte, nem nenhum túnel (1). Até o perigo de um acréscimo de doenças venéreas no Reino Unido foi invocado...

*

O sector têxtil há muitos anos que é importante para nós. Foi especialmente no Vale do Ave que ele se fixou. Havia um cultivo do linho muito difundido e pequenas quedas de água para fornecer energia. A fibra foi posteriormente substituída pelo algodão e tanto naquela área como no Porto e Concelhos limítrofes se instalaram grandes unidades que integravam todas as fases do processo: fiação, tecelagem, tinturaria, acabamentos, etc. Posteriormente, juntou-se-lhes a confecção e o uso de fibras sintéticas. Há muita gente dependente do têxtil! Felizmente têm sabido adaptar-se aos desafios do tempo, mas o sector sofre pressões vindas de muitos lados, porque, nas suas diversas componentes, é um sector fácil de introduzir em países que querem industrializar-se e estão dispostos a esmagar salários e a abastardar a qualidade. Por isso, de vez em quando, há sobressaltos, porque a modernização vai ocorrendo em muitas partes do mundo e reflecte-se rapidamente em todas as zonas que vivem do sector. Essa é uma das razões da vulnerabilidade das áreas excessivamente dependentes de um só sector; estamos a assistir, nos nossos dias, aos efeitos do declínio do sector automóvel em Detroit! As imagens que de lá chegam são apavorantes! Por isso, é preciso ter o tecido produtivo sempre sob observação e antecipar os problemas, limitando-lhes os estragos.

Foi por tudo isto que criámos um grupo para o sector têxtil e um gabinete para o Vale do Ave, cuja direcção foi confiada à Doutora Elisa Ferreira, então vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte. O grupo reuniu-se no dia 8 de Maio de 1990.

O Ministro da Indústria começou por fazer uma fundamentada exposição. O sector tinha dimensões industrial, comercial e regional, sendo necessário atender a todas e integrá-las. A evolução implicava a libertação de braços e, portanto, o desemprego. Os fundos do PEDIP e do SIBR não chegavam para resolver os problemas porque a “parada” iria ser de muitos milhões de contos. Alguns ramos do sector iriam desaparecer. As confecções e as malhas apresentavam grande vulnerabilidade face à concorrência dos países do leste

européu, onde a mão-de-obra barata estava enquadrada por “design”, “management” e capital estrangeiro, muitas vezes oriundo da Europa Ocidental. Havia problemas de mentalidade e de cultura empresarial complicados; alguns empresários tinham criticado o Governo por ele não ter apoiado investimentos de expansão do existente; se o tivesse feito os problemas seriam, então, muito piores. Os investimentos convenientes teriam sido na diversificação e na promoção da qualidade e não numa mera expansão. Impunha-se fazer uma reestruturação como já estava a decorrer na fundição e nos lanifícios. Havia, nessa altura, um grande desentendimento entre as associações do sector que não se concertavam para fazer, em colaboração com o Governo, um programa adequado. Hoje (2015), há uma única associação, a ATP (Associação Têxtil e do Vestuário de Portugal) que fala por todas elas, o que facilita muito o diálogo (especialmente o não terem posições diversas umas das outras). Mas o problema deveria ser atacado em globo. Não se poderia transformar o PEDIP num programa têxtil, como muitos queriam. A NORPEDIP (capital de risco) estava a intervir e com grande solicitação por parte de algumas empresas. Deveria haver investimentos de substituição. Em relação à inovação, reinava algum cepticismo: nem o CIENCIA nem o próprio PEDIP estavam a ser mobilizados para o efeito. Sabia-se que estava a estabelecer-se uma aliança entre os produtores do Terceiro Mundo e os consumidores europeus, o que destruíra os estratos mais modestos do sector instalados na Europa.

No Vale do Ave havia uma grande concentração de indústria de vestuário, dependendo muitas empresas de contraentes estrangeiros. Havia um problema de formação mas também outro de mentalização dos empresários. Era preciso fazer acções de diagnóstico e de sensibilização. Importava apoiar a instalação de equipamento não-produtivo, incorporar novas tecnologias, controlar as cadeias comerciais, concentrar e fundir pequenas unidades, diversificar a produção e apoiar a criação de empresas noutras áreas, incluindo as do comércio e dos serviços, tal como havíamos feito na Península de Setúbal.

Dever-se-ia fomentar uma ligação com a Universidade do Minho, o que tem vindo a revelar-se muito positivo e apoiar o CITEVE (Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário), em Famalicão. Teria de ser dada uma grande atenção ao sector do

Ambiente porque as condições na área e neste domínio eram deploráveis.

A Secretária de Estado do Planeamento referiu que já havia uma majoração de 10%, para a área, em todos os sistemas de incentivos. Deveria ser dada prioridade às indústrias alternativas e atender a alguns aspectos psicológicos que estavam a bloquear essa solução.

Não se defendia que se gastasse muitos meios no sector têxtil, mas só alguns em outros sectores. Estava fora de causa financiar os postos de trabalho existentes. Isso só atrasaria a modernização que se pretendia ver generalizada.

Parecia que tudo quanto havia para fazer cabia no âmbito do PEDIP. Mas os empresários e os seus quadros não estavam muito familiarizados com o Programa. Impunha-se divulgá-lo mais. Sempre a minha posição de que a informação tem de ser redundante para se tornar eficaz.

Era necessário ajudar os responsáveis a detectar as suas próprias fragilidades. Talvez criando, no seio do CITEVE, um gabinete para extensão junto das muitas PME da área (que era quem criava o grosso do emprego). Foi sugerido majorar ainda mais os incentivos concedidos a indústrias alternativas modernas. Alvi-trou-se retirar os critérios do PCEDED para os investimentos nos sectores não-têxteis. Mas sabia-se que o Ministro das Finanças teria de ser convencido a abrir excepções.

Em relação ao Ambiente tínhamos que decidir se a unidade de gestão das várias obras a fazer (algumas ETAR) seria intermunicipal ou central; eu inclinava-me sempre para a aplicação do princípio da subsidiariedade... Mas era preciso definir o dono da obra.

Houve quem dissesse, acertadamente, que as reestruturações têm sempre consequências negativas sobre o emprego mas que nada é pior do que as reestruturações tardias.

Era preciso atender à formação profissional para as novas actividades; o importante era manter o emprego e não necessariamente aquele posto de trabalho.

Deveria atender-se mais à divulgação das oportunidades de emprego e de formação, desejavelmente através dos centros de emprego.

Havia um desconhecimento generalizado do que era a integração europeia, apesar de já sermos membros há cinco anos. Isso notava-se através da resistência à liberalização mundial do têxtil que estava a ser corrente na Europa.

Foram estabelecidas as formas de activar, no quadro do programa regional. Havia dificuldades relativamente à distribuição de tarefas mas elas foram ultrapassadas. Cada sector estará sempre submetido a ameaças vindas de outros países. Por isso o melhor é procurar, sistematicamente, informação sobre o que se passa e partilhá-la entre todos os interessados.

Pelo que se vê hoje (2015), muitas das medidas tomadas no quadro do diagnóstico que foi feito na reunião do grupo do sector têxtil deram resultado. O sector tem hoje muitas unidades modernas e vê-se apoiado pela Universidade do Minho, pelo CITEVE e por outras instituições que ajudam à diversificação das actividades produtivas. Ajudou muito o “desencravamento” físico da área e a atenção prestada ao Ambiente.

*

No dia 28 de Maio fui a Viseu reunir-me na Associação Comercial e Industrial com um conjunto de empresários e Presidentes de Câmaras dos Distritos de Viseu e da Guarda que estavam em processo de constituição de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional da Beira-Alta. Dispunham já de cerca de 800.000 contos para formarem o capital, estando o processo de recolha de participações ainda a ocorrer. O “dossier” estava no Ministério das Finanças, para apreciação. O presidente já designado era o Dr. Rui Fortes da Gama, gestor bancário no Porto e homem com mundo e experiência no sector; era oriundo de Viseu e meu conhecido há muitos anos. A expectativa era muito grande.

O objectivo era participarem em iniciativas que estimulassem o desenvolvimento da área, ou por vencerem estrangulamentos visíveis, ou por aproveitarem recursos naturais ainda não ou insuficientemente mobilizados, ou, ainda, por introduzirem actividades completamente novas criadoras de emprego e de riqueza. A reunião visava sensibilizar-me para a bondade da outorga de fundos estruturais comunitários de que eles assegurariam as contrapartidas nacionais. Estava já tudo regulado a este respeito e a minha capacidade discricionária era nula; bas-

tava que eles se encaixassem nos regulamentos já aprovados por lei e publicados. Mas, em Portugal, não se prescinde desta “sensibilização” pessoal a que seria de muito mau gosto não corresponder. Por isso lá fui ouvi-los.

Concordaram que o problema das vias de comunicação estava ultrapassado, mas que ainda havia alguns “gargalos” que era preciso remover: o acesso ao porto de Aveiro (que ainda levou alguns anos); o aeródromo de Viseu (cujo interesse económico se haveria de mostrar limitado); a estação de caminho-de-ferro de Mangualde que necessitava de grande modernização; as telecomunicações (área sensível em vias de resolução, mas reclamando ainda cerca de 3 milhões de contos); o ensino universitário em Viseu e um grande parque industrial.

O acesso aos diversos sistemas de incentivos estava a correr bem. Queriam diversificar mais os sectores: madeiras, confecções, cerâmicas, novas tecnologias e prestação de serviços.

A Universidade de Aveiro queria estabelecer em Viseu um parque tecnológico com algumas unidades de investigação, nomeadamente a de bioquímica aplicada à indústria.

Congratulei-me por já estarem em boa marcha as coisas que dependiam do meu ministério e prometi contactar com os meus Colegas que tutelavam os sectores em que tinham sido apresentadas sugestões. Depois vieram algumas fantasias: uma pista de tartan para o estádio local; a realização do campeonato europeu de atletismo e outras coisas de natureza semelhante que eu entendia sempre como necessárias para animar a juventude local.

*

Em 30 de Maio tive uma longa sessão de despacho com a Secretária de Estado para tratar de temas que ou tiveram consequência prática muito anos depois – como foi o caso das redes transeuropeias – ou se apresentavam com uma urgência imperiosa.

Nós, Portugueses, contribuímos bastante para a formulação do conceito de rede transeuropeia. Já nessa ocasião, o que estava em causa eram as auto-estradas, o caminho-de-ferro, o gás natural, as telecomunicações, os portos e os aeroportos.

E compreende-se, porque é que isso era importante para nós. Periféricos, se fôssemos deixados sem uma integração franca nos nossos principais mercados de então (e, ainda, de hoje) veríamos a nossa sorte repousar numa degradação dos custos de produção e, portanto, dos salários. Tínhamos de apostar numa grande lubrificação daquelas redes.

Em Maio de 1990 ainda não havia “sínteses” das propostas da Comissão. Elas só apareceram depois de 2010, para serem adoptadas, finalmente, em 2014! As instâncias comunitárias têm de aprender a ser mais ágeis. Isso implicará avançar mais no sentido do federalismo, no qual eu me encaixo. Mas há fortes resistências nacionalistas, como nós sabemos e de parte de países com peso. Nessa ocasião, não existia nenhuma definição de rede transeuropeia, tal como agora se observa. Falava-se muito no conjunto das redes nacionais já existentes e dos “missing links”, quer físicos quer de compatibilidade técnica (como os caminhos-de-ferro ibéricos versus os “standard” europeus). Havia acordo em que a concepção futura das redes deveria ser um antídoto à afirmação das redes nacionais já existentes ou projectadas. Andava-se à procura dos critérios de ligação, tentando evitar-se ir logo para os traçados, porque se sabia que seria aí que as divisões iriam brotar. Mas já se tinha definido uma posição muito selectiva. Na época, estimava-se que o conjunto viesse a orçar os mil milhões de contos! Vai ser muito mais!

Como éramos optimistas, admitíamos que o “dossier” pudesse vir a ser um ponto forte da presidência portuguesa. Haveriam de passar pelo menos mais duas presidências portuguesas sem nada de definitivo acontecer. Mas nessa ocasião era patente que os Estados-membros mais ricos da Comunidade preferiam uma orientação focada nos “missing links”. Nós queríamos mesmo as redes, como acabou por ficar. Fizemos um relatório com as nossas preferências que seguiu o seu caminho.

O outro tema do despacho foi uma revisão dos nossos compromissos com Bruxelas, leia-se com o comissário Bruce Millan. Os nossos programas regionais tinham sido todos entregues e estavam em negociação. Queríamos que tudo fosse aprovado em Julho, antes de férias. Nessa altura, soubemos que os Espanhóis ainda não tinham

fechado nenhum programa e as coisas estavam a correr francamente mal com a Itália e com a Grécia. Mas o que nos importava era que estivessem a correr bem connosco. Punha-se a questão de haver um avaliador independente da execução dos nossos programas. Não tínhamos nada a opor desde que a sua escolha fosse feita de comum acordo e que o seu pagamento fosse feito com verbas que não saíssem dos montantes que nos tinham sido atribuídos. Punha-se o problema dos chamados serviços avançados às empresas, no quadro dos programas regionais, o que ainda não estava definido. E aguardávamos os resultados das negociações do nosso Ministério do Comércio com Direcções-gerais da Comunidade (nomeadamente, a da Concorrência e Preços) para apresentar a versão definitiva do Sistema de Incentivos ao Comércio. Temíamos muito que tudo acabasse numa distribuição de pequenas verbas para apoio de iniciativas inconsequentes; isso poderia ser muito “político”, mas não conduziria a nada de estrutural.

Passámos em revista a execução do PIDDAC 90. Havia alguns congelamentos a fazer de coisas que não estavam a avançar e que correspondiam a situações que o Primeiro-Ministro costumava designar de “mais olhos que barriga” ... A nossa propensão era para concentrar o investimento em coisas que fizessem, de facto, “mover a máquina”. Revimos, ainda, alguns programas comunitários como o RENAVAL e o PRODIATEC (Cultura) que insistíamos fossem inteiramente aproveitados. E assentámos quem devíamos consultar antes de dar por finda a nossa proposta de lei-quadro do planeamento.

*

No dia 1 de Junho fui à Assembleia da República para dar esclarecimentos acerca do Sistema de Incentivos de Base Regional. Tinha sido o Partido Socialista a solicitar a reunião. Quem se encarregou de formular as perguntas foi o Deputado Armando Vara, que representava o Distrito de Bragança. Queixava-se de que o Sistema tinha sido desenhado para o litoral. O interior era completamente esquecido!... Protestou contra o facto de ser dado privilégio às empresas exportadoras. Dizia: “Uma empresa que não exporte, não tem pontuação nenhuma!”... Isso não era verdade, mas constituía o exagero que lhe permitiria dizer em Bragança que tinha defendido as cores do seu distrito...

O Deputado Carlos Luís, do Distrito da Guarda, insistiu na construção do IP2 e dos itinerários complementares do IP5; queria também a reabilitação da estrada Vilar Formoso- Penamacor. Depois, para dar mais colorido à intervenção, pediu um subsídio para biscoitos para os ratos do hospital do Sabugal... finalizando com a afirmação de ser a Beira Interior, toda ela, uma casa para a terceira idade! Se dei relevo às estradas é porque agora há muita gente a dizer que nunca defendeu a sua construção.

*

Em 5 de Junho, comecei a tratar, com a Secretária de Estado, das linhas gerais das GOP para 1991. Decidimos que as deveríamos produzir num enquadramento para o ano 2000. Era a nossa velha tese de que os grandes objectivos têm de ser definidos para o médio-prazo. Era evidente que muitas das orientações teriam de decorrer da nossa decisão de integrar a União Económica e Monetária (UEM) e, por isso, haveria de ser dada ênfase à coesão, à inovação, à nossa capacidade para atrair novas actividades criadoras de riqueza e de emprego... Ficou combinado que estabeleceríamos as Grandes Opções, delas decorrendo vectores estratégicos e destes, os vectores tácticos. Foi nesta base que se começou a trabalhar.

No dia 11 de Junho de 1990 teve lugar, em Dublin, um grande encontro sobre “Políticas Regionais no Mercado Único Europeu”. Além dos ministros responsáveis pelo sector e dos Comissários Bruce Millan e Cardoso e Cunha, participaram alguns académicos e representantes de grandes empresas como a ICI, a Unilever, a IBM, a Volvo, a Timberland, a Cooper & Lybrand, a Corticeira Amorim, a Panasonic, etc.

O Ministro Desmond O'Malley, o anfitrião, insistiu particularmente, na necessidade de terem as actuações um carácter integrado, por serem muitas as dimensões do desenvolvimento regional. Todos estavam de acordo, naturalmente.

Focaram-se muitos aspectos: O que faz tornar uma região atractiva? Quais são as implicações regionais de uma dada actividade? Viram-se as consequências de combinações diversas do sentido de risco e de comportamentos adaptativos ou criativos, complacentes ou competitivos.

A Grécia queria mais presença comunitária! (É irónico eu estar a escrever isto em 6 de Julho de 2015, no ano seguinte ao referendun em que ganhou o “Não” às negociações com a troika...).

Era importante concentrar a acção com os empresários, procurando fazer uma coordenação das políticas entre os diversos sectores e os diferentes níveis de governo, nacional e regionais. A exploração dos recursos endógenos não era suficiente; é preciso actuar a partir de fora, evitando a todo o custo o isolamento. O investimento era fundamental, mas deveria atender-se ao facto de as empresas continuarem a pensar a mais longo-prazo do que os governos. Dever-se-ia atender às diferenças culturais intra-europeias que determinavam potencialidades distintas para o desenvolvimento. Houve quem insistisse explicitamente num conjunto de acções compreendendo a mão-de-obra qualificada, a educação, as infra-estruturas, uma mão-de-obra estável, formação superior e telecomunicações. Deveria dar-se atenção às diferenças existentes na política regional dos diversos países: assim, o Reino Unido dava subsídios à fixação da indústria automóvel; a França não! Seria isto adequado? Sublinhou a importância do acompanhamento da utilização dos fundos comunitários.

A descapitalização das pequenas e médias empresas que criavam a maior parte do emprego era uma preocupação para uma das instituições bancárias presentes. Elas precisavam de “equity capital”, quase em toda a parte!

A capacidade para influenciar a localização de empresas era determinante para o desenvolvimento regional. Mas ela deveria atender mais às necessidades dos clientes do que a considerações políticas.

As atitudes dos governos eram determinantes do sucesso. Eles deveriam ser não-burocráticos e “business like”. Nem toda a gente pensava que os subsídios fossem bons. Muitos preferiam que eles se orientassem para a resolução de problemas “de contexto”, em vez de serem dados directamente às empresas.

Foi afirmado que as empresas não investem na periferia, mas sim onde os lucros forem maiores; para isso acontecer, terá de se assegurar bons níveis de formação da mão-de-obra e celebrar contratos com os trabalhadores que garantam estabilidade, profissionalismo e muita aplicação.

Houve quem se pronunciasse claramente contra a política dos “polos de crescimento”. Eles custam muito dinheiro e demoram muito tempo a constituir-se. É melhor apostar nas empresas locais que já existem e que podem celebrar contratos com firmas grandes que estejam abertas a ser incentivadas a fazê-lo. A formação da mão-de-obra é fundamental.

As virtualidades do investimento estrangeiro foram enaltecidas, mas também sublinhadas as condições em que ele se fixa e prospera.

O Comissário Millan estabeleceu distinções entre a política regional da Comunidade e a dos países membros. Reafirmou a sua determinação na aplicação do princípio da subsidiariedade. A acção comunitária tem de ser feita no quadro dos tratados e está limitada por regulamentos aprovados pelos Estados-membros. Falou dos diferentes tipos de infra-estruturas que a Comissão estava a apoiar. E, relativamente à Educação, disse que ela não era da responsabilidade das instâncias europeias, mas dos Estados-membros. Afirmou que o conceito de “perifericidade” era algumas vezes mais psicológico do que físico. Chamou a atenção para os conflitos frequentes entre políticas regionais e políticas sectoriais. Lembrou que os “centros de excelência” tendiam a localizar-se nas zonas mais desenvolvidas da Comunidade, onde convergiam os muitos factores de que eles dependem, nomeadamente o recrutamento de pessoal altamente qualificado.

Houve quem afirmasse que o mais sustentável no tempo era o “success from within” e que o mais importante era a compreensão entre culturas para o que se tornava determinante o domínio de uma língua veicular comum que era, sem dúvida, o inglês. Atribuía muita importância à integração dos estudantes e a programas como o ERASMUS e o COMET; hoje é fácil dizer isto porque os resultados de quase trinta anos de prática assim o demonstram; mas, nessa ocasião, ainda era arriscado fazer uma profissão de fé quanto aos mesmos.

Houve um agricultor irlandês, membro do Parlamento Europeu que começou por afirmar: “the tide lifts all boats”! Por isso nós tínhamos que motivar as pessoas, começando por lhes dizer o que era a Comunidade Económica Europeia, os fundos estruturais e o que se passava à volta delas. “The unknowledgement is immense!”. Ainda hoje penso isso.

O representante da DATAR (França) disse que não era aceitável a política regional a duas velocidades. É certo que, como projecto político, convém afirmá-lo. Mas, na prática, o desenvolvimento anda a muitas velocidades... nomeadamente por se ter agudizado a concorrência e não se haver avançado paralelamente em termos de competitividade.

Defendeu-se a concentração de dinheiros comunitários em pontos que pudessem adquirir dinâmica própria. O dinheiro dos fundos comunitários não pode ser distribuído como uma camada fina que cubra tudo. Recomendou-se o lançamento de projectos em associação com instâncias públicas. Todo o investimento deve ser comercial e gerador de impostos que possam accionar novas acções. O papel da Comunidade deveria ser mais estrutural do que conjuntural como, aliás, nós pensávamos e praticávamos em Portugal.

Não nos deveríamos deixar atacar por um exagerado fervor analítico. “No analysis/paralysis”, era o que se recomendava.

O Ministro-Presidente do Baden-Württemberg, Lothar Spaath que também participava, insistiu na importância da educação. Ele tinha a experiência bem-sucedida do ensino dual na Alemanha, à qual atribuía a maior importância. Era a qualidade da mão-de-obra o factor mais importante. A seguir vinham as infra-estruturas de transportes e as telecomunicações. A sub-contratação, para ele, era a chave do envolvimento de pequenas e médias empresas localizadas em meios urbanos modestos e espalhados pelo território. Insistiu, particularmente, na harmonização fiscal e na protecção ambiental. Chamou a atenção para as consequências da globalização que era imparável e muito pesada sobre as empresas europeias pequenas e médias.

Participou nos trabalhos o Comissário Cardoso e Cunha, com quem há muitos anos eu trocava impressões sobre esta matéria e sobre o que eu tinha feito na Região do Norte. Sublinhou a importância da política da empresa para a política regional e para o potencial do empreendedor individual. A simplificação administrativa era urgente. A modernização tecnológica e a geopolítica estavam a mudar tudo; nunca se tinha assistido a tantas fusões e aquisições como aquelas que estávamos a testemunhar. Era preciso dar atenção às pequenas e médias empresas,

porque eram as que tinham menos força para se afirmar; deveriam especializar-se para poder vingar. Tinham de se multiplicar as alianças estratégicas entre empresas e regiões, particularmente entre as dos espaços periféricos e as dos espaços centrais. Depositava grande esperança na rede que estava em formação dos BIC (Business Innovation Centres).

O Comissário Millan encerrou os trabalhos, dizendo que o diálogo entre responsáveis políticos e chefes de empresas deveria continuar, porque a dimensão da tarefa que tínhamos diante de nós assim o exigia.

*

Todas as realizações têm de ser acompanhadas de perto para se ser capaz de atender aos desvios que sempre acontecem.

Em 9 de Julho tivemos, a Secretária de Estado e eu, uma sessão para avaliar a progressão da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano. Ela tinha começado em 1989, ano de eleições autárquicas nas quais houve mudança de alguns titulares; isso reclamou ter de se explicar tudo de novo e assegurar a adesão dos recém-eleitos; mas implicou atrasos. Havia problemas burocráticos de transferência de saldos que são muito arreliaidores; nunca deveriam ocupar o tempo dos membros do Governo, porque as orientações estavam dadas; mas as administrações acham que é pôr pé em ramo verde, avançar sem uma autorização superior; isso significou outros atrasos! A meio do percurso, o Ministério da Educação definiu novas prioridades; já não eram importantes as escolas profissionais nem o apetrechamento das escolas técnico-profissionais.

Queriam que os meios fossem transferidos para a Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Portalegre que estava em carência severa de meios; mas foi preciso reprogramar tudo de novo. O Hospital Distrital de Elvas estava a experimentar dificuldades na conclusão do projecto; por isso a verba respectiva (700.000 contos) deveria ser reafectada total ou parcialmente... A ENATUR e o Instituto Português do Património Cultural haviam-se desentendido em relação à forma de conduzir a reabilitação do Mosteiro da Flor da Rosa e a construção da respectiva pousada; teve de se promover uma reunião para o efeito. Havia um aeródromo considerado

como muito importante em Castelo de Vide; mas os estudos não estavam feitos e as entidades envolvidas que se tinham entendido quanto à propositura do projecto não o estavam a conseguir a respeito da realização. Havia um projecto de última hora para apoio aos industriais de mármore que concitava grande entusiasmo das associações empresariais locais, mas não havia sido pensado antes... Depois de muitas hesitações tinha-se chegado à conclusão de que o trecho rodoviário mais importante era, afinal, o de 25 km entre Monforte e Estremoz... mas os outros já estavam em andamento.

Estes são alguns exemplos das “alegrias” do acompanhamento da execução de planos multi-sectoriais. Tomei a decisão de fixar o final do ano como data para a reprogramação das iniciativas a reter. Dar-se-ia quase meio ano para os sectores pensarem melhor o que queriam e resolver os problemas pendentes. Reunir-nos-íamos de novo dentro de três meses para fixar o que seria, afinal, o conteúdo da Operação Integrada.

Além destas dificuldades, as Câmaras Municipais estavam a constatar que precisavam de auxílios de 70% em vez de 50% como tinha sido combinado no início...

*

Tendo em vista a preparação das GOP 91, fui visitar o Ministro dos Negócios Estrangeiros em 20 de Julho. Era particularmente importante, porque tínhamos que incluir a preparação da presidência portuguesa da Comunidade Europeia que iria decorrer ao longo do primeiro semestre de 1992. Havia que atender a questões de carácter logístico (como era, por exemplo, o Centro Cultural de Belém em construção) e à preparação de recursos humanos para apoiar as muitas iniciativas que tínhamos de tomar. Isso era importante para o PIDDAC. Mas para as GOP, propriamente ditas, eram os aspectos estratégicos que mais importavam. Chegámos à formulação sintética “Queremos mais Europa para mais Portugal”, de onde decorreriam as declinações sectoriais que teríamos de fazer. Mas falámos de outras coisas que interessavam ao desenvolvimento. Não se deveria fazer gerar muitas expectativas em torno do Uruguay Round, então em curso; iríamos conseguir alguma coisa, mas depois deveríamos continuar o alcançado com algumas ne-

gociações com Bruxelas. Mas tínhamos de fazer acelerar a remoção de entraves internos à actividade económica, entre os quais estavam numerosos “atritos” nas comunicações rodoviárias. Também dali vinham recomendações nesse sentido.

*

No âmbito da preparação das Grandes Opções do Plano (GOP 91) recebi, em 23 de Julho, os presidentes das Confederações da Agricultura, da Indústria e do Comércio. Pedi-lhes para me dizerem como viam o País e o que desejariam ver acolhido como instrumentos para o seu desenvolvimento.

Ao presidente da CAP preocupava-o o papel de Portugal no Mundo. Ele iria depender do nosso trabalho cá dentro e isso reclamava musculação e treino. O papel dos diplomatas seria determinante. Na sua acção seriam fulcrais as necessidades da indústria e do comércio mas deveria, também, atender-se às da agricultura. As nossas exportações deveriam ser estimuladas e, para isso, o papel do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal) seria determinante. O sucesso da agricultura iria depender muito do comércio. Por isso, deveria estimular-se a cooperação entre o ICEP e as instituições da produção.

O aparelho “para-judicial” – leia-se conservatórias do registo comercial, predial, da propriedade automóvel e notários – tinha de ser modernizado, começando pela formação dos funcionários. Chamou a muitas delas “máquinas de chateação” (Eu não estou a transcrever o “colorido” da intervenção do Prof. Rosado Fernandes; tudo isto era ilustrado com exemplos clássicos, da Grécia Antiga e com a inclusão de alguns termos vernáculos portugueses...). Incitava-me a prosseguir com a irrigação de terras e com o fomento da intervenção das associações de regantes; a maior parte dos agricultores não estava preparada para o regadio e, por isso, oferecia resistências. A prioridade neste domínio era a realização de estudos económicos e financeiros que, entre outras coisas, fixassem o preço da água em cada perímetro a realizar. A informação na agricultura era fundamental, nomeadamente no que respeitava a novas culturas. Animou-me a prosseguir com a construção da barragem do Alqueva que já lhe constava estar a ser objecto de diligências minhas. Era preciso formação para ensinar a regar. Chamou a atenção

para o facto de o projecto da cultura da beterraba sacarina que se estava a pensar instalar no Ribatejo vir a ocupar uma área que coincidia com a destinada à produção de milho, tomate, melão, ... e, por isso, recomendava que fossem estudadas a fundo as diversas alternativas. Achava que já havia programas em número suficiente; o importante era pô-los a funcionar. A formação profissional mereceu-lhe reparos, quanto aos resultados e quanto ao facto de o IEFP já ter “engordado”, tendo na ocasião 4.000 funcionários! Recomendou que as cooperativas fossem sujeitas a revisão oficial de contas; havia numerosas firmas de auditoria; importava acabar com o “numerus clausus” dos revisores oficiais de contas; era indispensável, em matéria de contas, equiparar as cooperativas a empresas. Era de opinião que se deveriam fundir muitas cooperativas e fixar regras restrictas para a sua gestão. Estimava que a recuperação financeira das cooperativas reclamasse mais de vinte milhões de contos que teriam, seguramente, melhor aplicação noutro lado. Chamou a atenção para o facto de os produtores mais bem organizados estarem a sair das cooperativas. O sector agrícola tinha, nessa ocasião, mais de mil cooperativas, sendo salutar que houvesse uma “poda”. Importava responsabilizar as cooperativas, tratando-as como agentes económicos semelhantes a quaisquer outros. Recomendou que se desse atenção à criação de associações de agricultores que funcionassem além das cooperativas. Terminou dizendo que, nessa ocasião, havia 700.000 agricultores, o que era demais...

O presidente da CIP era o Dr. Ferraz da Costa. Começou por recomendar que se visse quem eram os 30.000 agricultores do futuro e que se apostasse neles, em prioridade... Disse que havia 40.000 agricultores com tractor e que se verificava um sobre-investimento em tractores (Disso lembrava-me eu, em Trás-os-Montes, onde os jovens filhos dos donos dos mesmos gostavam de ir ao café da terra montados em tractores, fazendo piruetas ao chegar e ao partir...). Recomendou concentração do investimento. Esta “colherada”, na agricultura do presidente da CIP justificava-se porque ele era proprietário agrícola no Alentejo e não estava a falar de cor.

Em relação à Indústria, disse que não era preciso o Governo descobrir a vocação das nossas indústrias porque os empresários o fariam. Recomendava que se procurasse apoiar as empresas industriais médias ou grandes, com alguma especia-

lização. Importavam a qualidade do produto e a capacidade para implantação de uma imagem de marca. Deveríamos voltarmo-nos mais para o mercado externo; tínhamos passado anos demais voltados para o interno. Seria bom contemplarmos isenções de impostos a longo-prazo em certas áreas (os Ministros das Finanças nem querem ouvir falar deste género de incentivos...). Faltava capital de risco. As empresas têm grande dificuldade em acumular capital. Manifestou-se favoravelmente em relação à concessão de subsídios (se o Baden-Württemberg os dá, por que não nós?...). Propunha que se fizesse um “check up” às empresas, antes de as apoiar; para dar apoio somente às “salváveis” e que têm algumas potencialidades de sucesso. Aceitava que fossem gizados esquemas especiais para apoiar as grandes empresas que se quisessem especializar. Não deixou de recomendar que fossem envolvidas as confederações, nesses processos... Recomendava a publicação de uma nova lei das “holdings” para fazer crescer as empresas e criar mais-valias que não fossem excessivamente tributadas. O “salto de escala” de que nós precisávamos era enorme! Por isso, se tornava importante para as empresas poderem acumular capital. Sublinhou a importância da Educação e da Formação Profissional; referiu que tinha de haver mecanismos motivadores da educação e deu como exemplo negativo o facto de se poder tirar carta de condução sem a quarta classe! Teriam de ser feitos todos os esforços para valorizar, socialmente, a Educação nem que fosse necessário punir os pais que não deixassem os filhos ir à escola. Lamentou que não tivéssemos “vendedores” e que houvesse tão poucos economistas a optar pelo “marketing”. Alertou para o papel crítico da energia no nosso desenvolvimento e citou como exemplo do que não deveria acontecer o facto de demorar um ano a montagem de um simples posto de transformação. As telecomunicações tinham de merecer mais atenção.

O representante da Confederação do Comércio começou por lamentar que não se estivesse a aproveitar os grossistas para encaminhar a nossa produção para a exportação; havia trinta associações sectoriais de grossistas que importava aproveitar; devíamos fomentar nos grossistas o espírito de exportação, porque eles conhecem todas as fábricas e estão em boa posição para escoar a produção; mas, correntemente, não sabem exportar; havia que os ensinar, concentrando a oferta. Solicitou a intervenção dos embaixadores na interligação entre o nosso comércio

e a exportação. Achava que se deveria dar ao sector terciário um relevo que ele ainda não tinha. Havia grandes debilidades na distribuição em Portugal; se o comércio não funciona, a agricultura não marcha! (O meu amigo Edgar Faure tinha dito, um dia, em França, grande país agrícola, qualquer coisa como: “quando a agricultura está constipada, a economia fica com uma pneumonia”...). Queixou-se da exiguidade dos apoios ao comércio, tanto para os retalhistas como para os grossistas e queria acesso facilitado ao crédito, em conjugação com os incentivos. Também queria apoio para as estruturas associativas, para informatização e telecomunicações. Disse que as associações dos grossistas eram completamente diferentes das dos retalhistas e que, naquelas, 80% a 90% dos comerciantes estavam inscritos. Pronunciou-se a favor de uma reforma do movimento associativo dos retalhistas, mas disse que ele tinha de vir de dentro; qualquer actuação exógena seria muito mal recebida; Mas têm a vantagem de estar no terreno. Deveríamos apostar na informação e sua difusão; gostaria de ver as confederações, federações, uniões e associações todas ligadas entre si pelo mesmo sistema informático. A formação era, naturalmente, muito importante; deveria contar-se com a colaboração de assistentes técnicos ao Comércio, licenciados que estavam a prestar um bom serviço. Havia o CECO (Centro de Formação Profissional do Comércio e Afins) com quem se deveria contar, havendo já um protocolo celebrado entre ele, o IEFP e a própria Confederação do Comércio; a formação era feita em colaboração com as associações. Queixou-se da produção estatística sobre o sector (ficou logo ali combinada uma reunião com o presidente do INE, a que eu próprio insisti em estar presente, para ver de que modo se poderia ultrapassar a deficiência – que, afinal, não era tão grande como havia sido dito). O circuito das Alfândegas era complicadíssimo; tinha de ser simplificado. A contabilidade deveria ser ensinada e a adaptação à informática muito apoiada. A normalização dos produtos deveria ser introduzida através do recurso a códigos que teriam de ser os mesmos desde a produção até à distribuição; sugeriu que se começasse pelo sector dos materiais de construção. A normalização dos códigos dos produtos alimentares era urgente. Recomendava a criação de loteamentos comerciais à semelhança dos loteamentos industriais; seriam áreas convenientemente loca-

lizadas nos espaços urbanos em que houvesse módulos de armazéns de retém que pudessem ser comprados ou arrendados pelos grossistas. A nossa rede de frio revelava-se insuficiente; era preciso expandi-la; achava que isso representava uma boa área para aplicar incentivos (apesar de ser uma componente fundamental da distribuição com facilidade de repercussão nos preços dos produtos os respectivos encargos...).

Eu devo dizer que aprendia sempre muito com estas conversas. Mas devo confessar que esta insistência na outorga de incentivos para fazer coisas cujos custos se poderiam incorporar no valor dos produtos me deixava impaciente. Ouvia tudo com a maior atenção, mas não apreciava, particularmente, aqueles que, sem grande imaginação, se limitavam a solicitar incentivos para fazer aquilo que era sua obrigação. Não me parece que a “subsídio-dependência” seja uma grande coisa...

Em 24 de Julho convidei para uma conversa sobre as GOP, dois banqueiros que ocupavam posições importantes na sociedade e não se limitavam ao círculo bancário onde exerciam actividade. Estavam sempre disponíveis para assumir responsabilidades em numerosos sectores e iniciativas; além disso, eram pessoas de bom-senso, o que é raro e deve ser apreciado. Generosos como sempre foram, aceitaram conversar sobre prioridades para a Sociedade. Isso era mais importante do que estar a reagir a uma exposição sobre o PIDDAC ou sobre o modelo económico subjacente ao Orçamento.

Tratava-se de uma troca de impressões acerca de estrangulamentos que, uma vez removidos, teriam repercussões apreciáveis no nosso desenvolvimento. Farei um resumo, não distinguindo as recomendações de cada um.

As conservatórias e os notários deveriam ser objecto de atenção; havia regras próprias gerais, mas os comportamentos não eram uniformes; deveria articular-se a sua acção com o funcionamento dos tribunais. Em relação ao funcionamento das alfândegas, consideravam que os despachantes eram intermediários complicativos que não acrescentavam valor; além disso, as nossas normas sobre a sua actividade eram anti-comunitárias. Quanto ao funcionamento dos tribunais e ao Direito Processual não estavam adaptados ao mundo económico; os processos falimentares arrastavam-se de forma insuportável. A formação profissional dos

protagonistas do mundo económico merecia cuidados; aos níveis intermédios, o pessoal deveria estar muito mais habilitado do que estava. A maior fragilidade da Sociedade Portuguesa era a impunidade em relação ao cumprimento da lei; os delitos económicos estavam mal caracterizados; havia fraudes na utilização de créditos e de dinheiros públicos; os processos levantados, quando os havia, eram lentíssimos; deveria haver uma simplificação dos processos, mas um re-vigoramento dos sistemas de responsabilização; desregulamentação, contudo, aumento da responsabilização; seria bom dispormos de mecanismos auto-regulatórios mais eficazes para lutar contra as fraudes. Deveria haver uma reforma dos sistemas judicial e judiciário; quase todas as falências eram fraudulentas. Deveriam ser eliminadas as unidades marginais ineficazes; o seu comportamento começava a ser perverso. O Direito processual e o Direito substantivo deveriam favorecer a punibilidade. As situações de impunidade não poderiam continuar a verificar-se sem uma actuação. O registo comercial estava a funcionar muito mal. A Educação deveria merecer a maior prioridade. No campo económico era o “middle-management” que importava ser reforçado com urgência. Defenderam a realização generalizada de testes psicotécnicos que favorecessem que as pessoas fossem fazer aquilo para que estavam aptos; a escolha de caminhos profissionais deveria ser conciliada com o aproveitamento das vocações; o conjunto de oportunidades que o sistema educativo oferecia deveria ser muito divulgado; teria de se reforçar o apoio aos pais e aos jovens nas suas escolhas profissionais. A qualidade das universidades deveria merecer a maior atenção; elas tinham de ser muito boas para poder competir com as dos outros países. Sublinhada a importância dos “mass media”, defendiam a sua privatização; a televisão representa um instrumento multi-dimensional nas suas valências; deveriam ser todas aproveitadas com aplicação; a privatização da televisão deveria decorrer em moldes exemplares. A educação cívica tinha de ser incentivada. O Ambiente estava a assumir grande importância e a representar uma preocupação generalizada por parte da população; impunha-se a reciclagem de todo o lixo e não somente das suas parcelas economicamente mais interessantes; deveria olhar-se para a reciclagem das coisas; nas áreas urbanas isso ajudaria à limpeza de espaços. Os programas de intercâmbio dos jovens deveriam ser mais divulgados, porque representavam um

instrumento eficaz para a sua inserção no mundo actual. O sentido de responsabilidade pública deveria ser premiado. A vida cultural na Província, em Portugal, era inexistente; em Lisboa era, seguramente melhor do que em Bruxelas; mas, no resto do território, precisava-se de dar um grande impulso à oferta cultural; ela acabaria por gerar procura. Havia poucos instrumentos de divulgação; talvez se devesse começar por aí. As ONG (organizações não governamentais) deveriam ser estimuladas e apoiadas.

Como se pode ver, certas conversas eram utilíssimas. Algumas das recomendações coincidiam ou ampliavam as que outros – nomeadamente as Confederações – tinham feito. Mas mostravam como os meus interlocutores estavam bem inseridos na vida de todos os dias.

*

Em 30 de Julho veio visitar-me o reitor da Universidade do Minho, para me dar conta das suas preocupações. Curiosamente, começou pelas estradas! A ligação IC 9, Braga-Guimarães precisava de ser urgentemente melhorada. A viagem entre as duas cidades demorava, correntemente, cerca de 45 minutos o que era intolerável para a conexão entre os dois polos da universidade. Mas não era só essa; também a ligação a Montalegre; as ligações privilegiadas eram com Braga e não com Vila Real. Outra conexão era com o Alto-Minho; Viana precisava de ter uma ligação franca com Braga! Em 1990, a prioridade dada pela maior parte dos agentes responsáveis ainda ia para as estradas.

Insistiu no implemento do programa STAR. As boas comunicações digitais eram vitais para a Universidade. Mas eu aproveitei para saber mais. Preocupava-o a migração de licenciados para o litoral. Por isso queria muito aumentar o “numerus causus” em cursos que viam os seus diplomados sair da área.

Interessava-se muito pela formação de professores, mas abominava o que ele designava como “cursos artificiais”, correntes em algumas universidades. Era a favor de um reforço dos institutos politécnicos sem escolas de educação, mas com escolas de gestão e tecnologia e das universidades situadas em zonas onde a cobertura da faixa etária 17/25 anos estivesse abaixo da média. Eu não o acompanhava nesta última recomendação; seria preferível dar bolsas aos

alunos que as merecessem para frequentar universidades robustas nos locais onde estivessem localizadas.

Queria fortalecer o papel da orientação profissional, com o que eu estava inteiramente de acordo. E defendia que apoiássemos muito o ensino de Português nos PALOP, o que me parece ser uma prioridade incontroversa. Recomendava que fossem instituídas bolsas para apoiar a vinda para Portugal de estudantes de Português e de Medicina oriundos dos PALOP.

Como sabia da minha preocupação com as ligações universidades-empresas, disse-me o que estavam a fazer: ninhos de empresas para incubação de novas unidades com maior conteúdo tecnológico; estruturas de comunicação eficientes; contactos com a malha empresarial circundante para os quais queria apoios especiais. Nessa altura (1990), a Universidade do Minho possuía 130 doutores, estando em preparação novos 105, em mestrados e doutoramentos. Tinham feito uma associação com a Universidade do Porto e de Aveiro, no domínio dos novos materiais e da biotecnologia; mantinham-se três núcleos autónomos, mas havia um instituto comum. Queria que o Secretário de Estado da Ciência fosse ao Conselho de Reitores para auscultar as necessidades de todas elas; a experiência aconselhava a evitar esse tipo de contactos. Cada um sentia-se na obrigação de debitar uma longa “lista de compras”; ao fim do dia, trazia-se para o gabinete um somatório dessas listas não hierarquizadas pelas capacidades e interesses de cada uma das universidades; ninguém confessando que não era bom em tudo, a hierarquização das vocações de cada uma deveria ser feita em conversas bilaterais nas quais fossem convergindo as opiniões para a focagem daquilo que era praticável e, portanto, susceptível de apoio. Naturalmente articulando as capacidades futuras que fizessem sentido em conjugação com as actuais.

Preocupava-o, muito justamente, uma formação humana e cultural mais robusta da juventude universitária, despertando o seu espírito crítico e a sua apetência para a inovação. Queria estimular o associativismo juvenil, o espírito de iniciativa e a criação de estruturas administradas pelos próprios discentes.

Ele tinha sido meu aluno e muito distinto; por isso as nossas relações eram cordiais. Além disso estava a revelar-se um reitor clarividente, cheio de energia e

levando a cabo as iniciativas em que se metia. O resultado vê-se hoje (2015): a Universidade do Minho, em certos ramos, soube impor-se, sendo neles uma referência nacional e internacional.

*

Em 1990 havia grandes ilusões em relação aos mercados de Leste. Mas a verdade é que a Rússia não comprava nada nem tinha capacidade financeira para o vir a fazer a breve trecho. E os seus antigos satélites ainda tinham menos meios para o concretizar. Por outro lado, era certo que o investimento da Europa naqueles países não iria processar-se a ritmo rápido. Eles não eram, ainda, economias de mercado; por isso não reagiam com rapidez. As vantagens comparativas de Portugal, nesse domínio, eram evidentes. Tudo isto foi o princípio da conversa com dois especialistas em estratégia, que eu quis ouvir, no âmbito de preparação das GOP. Deveríamos aproveitar todas as pequenas oportunidades que se oferecessem no Leste para fazer entrar os empresários portugueses; de preferência com pequenos investimentos e, portanto, com pequeno risco. Portugal tinha, nessa ocasião, uma imagem internacional de quem estava demasiadamente à defesa; o que era típico de um “país de periferia”; mas que conviria alterar. Seria bom que, especialmente nessa parte do mundo, nos mostrássemos afoitos, tal como já estava a acontecer no Brasil, onde Portugal, nessa altura, pertencia à “primeira divisão”. Depois as coisas não correram tão bem como prometiam, mas pode-se dizer que a culpa não foi nossa... O que não podíamos era aparecer com uma imagem de “seguidismo”, especialmente em relação a Mrs. Thatcher, até porque tínhamos acabado de fazer uma excelente presidência do Conselho da Europa, onde reveláramos uma grande autonomia e capacidade de liderança. Para varrer essa imagem de estarmos em posição defensiva, deveríamos tomar algumas iniciativas cuja imagem fosse visível em sectores que nos projectassem. Portugal não estava a tirar grande proveito das relações com os Estados- Unidos da América e importava que o fizesse, especialmente através dos empresários e das universidades. Em relação às segundas, avançou-se muito até hoje (2015); quanto aos primeiros nem tanto... Convinha, por isso, estimular a cooperação

económica e a científica. Era importante projectar a imagem de uma cultura portuguesa moderna e isso poderia acontecer nas artes plásticas, na música, na arquitectura e mesmo, na literatura.

Importante era que ficassem claras as potencialidades de Portugal como parceiro importante nas ligações com a África Lusófona.

Para mudar a imagem, tornava-se determinante uma resposta rápida da Administração ao investimento estrangeiro; havia queixas repetidas em relação às delongas da burocracia. Coisa que, infelizmente, não se verificava somente em relação a esse investimento mas a todas as relações com a Administração.

Dever-se-ia aprender a fazer “lobbying” para projectar Portugal nos mercados que nos interessavam.

Uma forma de assegurar essa projecção seria manter um Liceu Português em cada uma das capitais dos PALOP. E não descurar a cooperação militar que era tão estimada e solicitada por eles, nomeadamente no que respeitava à formação de oficiais.

Teria de ser dada a maior atenção à informação, especialmente no domínio da televisão.

*

O Eng. José Fernando Pinto dos Santos já nessa ocasião (03/07/1990) tinha adquirido um grande nome como gestor. Depois disso subiu rapidamente na carreira académica, tendo estado no INSEAD (em Fontainebleau) e em Harvard, além dos cursos em numerosas universidades europeias e norte-americanas, usufruindo de um prestígio muito merecido. À sua inteligência alia uma capacidade de trabalho inesgotável e um sentido de observação que fazem dele um interlocutor criativo e inestimável. Pedi para ter uma conversa com ele acerca das prioridades que entendia deveriam ser as do país. Tudo isto para ser vertido nas GOP. Mostrou-se contra a atribuição de subsídios. Achava que eles distorciam tudo. A prioridade deveria ir para a produtividade que considerava o indicador fundamental; em todas as instituições ou empresas. Insistia na qualidade das “coisas” e do ambiente. A promoção do “gosto” era fundamental. A competição era a base do progresso das empresas, das regiões, ... de tudo. Manifestou-se a favor dos incentivos fiscais;

esses é que teriam um efeito positivo sobre a modernização. Recomendou-me a elaboração de um “rating” das Autarquias em termos de qualidade de vida, sendo esta definida pela conjugação de numerosos factores quantificáveis e outros subjectivos; quanto pior o valor desse indicador menos elas deveriam merecer apoio... Achava que teríamos vantagem em explorar o poder de imitação e a emulação entre elas. O contacto internacional era importante para todos: pessoas, empresas, instituições. Entendia que havia uma falta generalizada de quadros médios competentes; deveria insistir-se na sua formação. Ao mesmo tempo, teria de se apostar na pós-graduação e na formação contínua. O ensino de línguas estrangeiras era determinante do nosso sucesso. E a formação e a reciclagem dos professores teria de fazer parte das nossas preocupações. Achava que as universidades deveriam ser avaliadas, bem como tudo o que fosse susceptível de o ser; sem avaliação não há progressão!... Preocupava-o muito o “brotar descontrolado” de universidades privadas; hoje (2015), temos provas abundantes de como tinha razão. Atribuía muita importância à relação entre o número de professores por aluno ou ao seu inverso; teria de haver um acompanhamento próximo pelos professores dos alunos, que deveriam ser seguidos de perto; estava fora de causa que um docente pudesse sê-lo em mais do que uma universidade. As empresas deveriam aumentar muito o número dos seus quadros; chegou ao ponto de propor que elas fossem classificadas de acordo com o número de licenciados e bacharéis de que dispunham e que isso contasse para a aferição do IRC, para o acesso ao PEDIP e para coisas semelhantes; era muito importante injectar inteligência nas empresas! Horrorizava-o a sucessão de cursos curtos frequentados por um mesmo individuo e apoiados pelo Fundo Social Europeu; dizia que eles deveriam ser incentivados a frequentar cursos médios. A função pós-laboral era recomendada. Conviria atender à formação dos profissionais que já eram profissionais, de forma a actualizá-los em permanência. Incentivar a cultura, o desporto, o “keep-fit”... era importante. Não se mostrava nada favorável aos despedimentos; aconselhava, mesmo, a concessão de incentivos a quem mantivesse o número dos seus trabalhadores ao longo do ano. E aconselhou que fosse dada uma grande atenção às auto-estradas e às estradas... sem elas não haveria progresso.

Esta audição de responsáveis fora dos cânones tradicionais era, para mim, muito importante.

*

Em 31 de Julho veio ver-me o reitor da Universidade do Porto que eu queria ouvir a propósito das GOP. Nessa ocasião e na Região do Norte, a escolaridade de nove anos estava abaixo da média do país, sendo cumprida somente a 47%. Por isso ele dizia que em matéria de formação, havia muitas coisas que não eram resolvidas mexendo somente no ensino superior. Aquela era uma delas. Verberava a destruição do ensino profissional que tinha ocorrido uns anos antes. Mas aconselhava a que fossem duplicados os valores dos “*numerus clausus*” no ensino superior, propondo que o crescimento fosse maior no ensino politécnico do que na universidade. Recomendava que se retirassem as Escolas Superiores de Educação dos Institutos Politécnicos. A ligação das universidades às empresas era fundamental. Deveria ser incentivado o ensino das engenharias e da gestão. Dado o número excessivo dos licenciados em Direito, recomendava a sua reconversão em gestão, através de cursos de pós-graduação. Considerava que deveriam ser feitos protocolos com as universidades para a outorga de bolsas, dividindo os candidatos em dois contingentes: um nacional e outro regional. Atribuía importância ao papel das fundações ou de associações sem fins lucrativos para promover a ligação entre as universidades e as empresas; queria que se ajuizasse da possibilidade de impor bolseiros nas empresas ou trabalhando para as empresas em projectos de investigação comparticipados por elas. Apoiava a criação de parques de ciência. E mostrou preocupação em relação à criação de universidades privadas; citou mesmo o exemplo de uma pequena vila do Norte que já dispunha de um politécnico privado... Achava que o financiamento das universidades deveria ter em linha de conta os custos por aluno nas diversas especialidades. Elaborou, longamente, sobre o programa CIENCIA e sobre a atribuição dos seus subsídios.

*

Ouvi, também, no dia 1 de Agosto, o Deputado Torres Couto, na altura Secretário-geral da UGT. Preocupava-o qualquer disparo da inflação, pelos resultados

que teria sobre o poder de compra. Em relação à União Económica e Monetária disse que, de forma nenhuma, se poderia “perder o comboio”; tínhamos que ir nas primeiras carruagens e não tolerar o avanço da Europa a duas velocidades. Estava de acordo com a definição de um quadro de médio-prazo para a nossa evolução que fosse conhecido dos parceiros sociais. Temia o efeito das pressões da CIP sobre o Governo. Insistiu nas infra-estruturas e nas telecomunicações. Criticou a gestão das escolas que era “catastrófica”; mas atribuía a maior importância à educação e à formação. Criticava a excessiva autonomia das universidades. Preocupava-o a desmotivação dos agentes de ensino; queria que os professores se sentissem bem “encaixados”. E achava que o sistema de ensino deveria estar bem articulado com o sistema de formação profissional. Apoiava a formação pós-laboral. Defendia com convicção o que chamava o “tripartismo”: os empregadores sentarem-se à mesma mesa com os empregados e com a moderação do Governo. Preocupava-o o Quadro Comunitário de Apoio após 1993; por isso incentivava o Governo a procurar, em Bruxelas, a definição de perspectivas financeiras que nos fossem favoráveis e conhecidas o mais pronto possível. Atribuía muita importância aos transportes. E apoiava o nosso esforço para fortalecer a formação de novos polos urbanos de média dimensão. Lamentava a falta de mobilidade dos Portugueses e atribuía isso à rigidez do mercado da habitação; achava bem que se estimulasse o mercado de arrendamento. Achava que tinham sido criadas expectativas “consumistas” que eram negativas e que causavam distorções várias; pensava que os Portugueses estavam comparativamente mais agressivos e que a população andava crispada; isso não era bom! Defendia a obrigatoriedade da formação profissional para os desempregados. Sublinhava a importância da criação de pequenas empresas e da informação sobre novas oportunidades que não chegava a todos quantos devia. Achava que a crispação diminuiria com mais informação. Por isso a defendia.

*

No dia 22 de Agosto tive uma reunião com a Secretária de Estado do Planeamento para fazer uma audição de como estava a decorrer a preparação das GOP e do PIDDAC 91 que deveríamos apresentar daí a um mês e para ver como estava a decor-

rer a concretização do PIDDAC 90. Em relação ao primeiro, era preciso fazer uma grande insistência com os diferentes Ministros, porque poucos haviam apresentado as suas propostas. E, a seguir a essa apresentação, havia muito trabalho a fazer!... Em primeiro lugar não se costumava confinar dentro do tecto que lhes foi indicado, impondo-se um trabalho conjunto de definição de prioridades; em segundo lugar, é nessa altura que a interligação entre sectores ocorre. Esta operação é delicada, porque é aí que se garante que algumas operações integradas o irão ser de facto e que se vê a distribuição das diversas iniciativas sectoriais ao longo do território, procurando alcançar o equilíbrio possível dos volumes de investimento.

A execução do PIDDAC 90 estava a decorrer muito bem, mas havia alguns casos em que corria bem demais e apresentavam-se problemas de financiamento que era preciso ir buscar a outro lado. Tal era o caso do nó ferroviário do Porto, das estradas, dos desalojamentos, do Centro Cultural de Belém e do Saneamento da Costa do Estoril. As transferências de verbas nacionais não punham grandes dificuldades; mas a de verbas do FEDER reclamava a obediência aos mecanismos de transferência acertados que levavam algum tempo.

Queríamos introduzir uma operação integrada no Vale do Ave cuja situação nos inspirava cuidados; para isso teríamos de fazer reuniões com os principais promotores, apoiando a Comissão de Coordenação Regional do Norte na sua preparação. Tinha sido aprovado o alargamento da OID do Norte Alentejano à zona dos mármoreiros, o que era bom para a zona, mas introduzia uma nova componente no programa. O Vale do Dão começava a movimentar-se. Tinham deixado envelhecer os seus vinhedos, mas já havia algumas empresas que estavam a reagir, renovando alguns e plantando novos. Tratava-se de operações de médio-longo prazo que convinha enquadrar com carácter integrado.

Havia que concertar posições com Espanha. Combinámos convidar o Secretário de Estado José Borrell para vir a Lisboa, o que veio a acontecer mais tarde.

Nessa ocasião, ocorriam alguns diferenciais de vencimentos entre Direcções-gerais. Isso suscitava sempre grande instabilidade quando vagava um lugar apetecível; todos o queriam; convém manter a regra “para trabalho igual, salário igual”.

*

São, frequentemente, apresentadas muitas propostas “geniais” que podem resolver “definitivamente” um problema. Não convém acreditar nelas!

Tinham vindo apresentar-me uma proposta para abastecimento de água à parte norte da Área Metropolitana do Porto, a partir das albufeiras da Caniçada e do Ermal, com o fundamento de que não valeria a pena pensar no Cávado e no Ave como fontes, porque eles estavam irremediavelmente poluídos! E nós deveríamos conformar-nos com isso ou, antes, tratar de os despoluir? Ir tão a montante buscar água pura seria, obviamente, uma confissão de impotência para resolver um problema que era sério, mas não insolúvel. Um rio é mais do que uma fonte de água para beber. Além do mais, o que se estava a retirar do Cávado para abastecimento doméstico equivalia a dois dias do seu caudal por ano! E os restantes usos? Seria melhor começar-se a pensar num sistema de despoluição com um interceptor de esgotos e algumas ETAR. Não se podia “desistir dos rios” apesar dos muitos atentados que se faziam todos os dias, a maior parte das vezes por ignorância, algumas vezes tingidos pela ganância.

No Cávado a cunha salina tinha avançado para montante porque se tinha exagerado na extracção de areia junto à foz. Mas Esposende era abastecida a partir de um poço clássico localizado no Marachão e com um caudal apreciável. Tinha a sorte de não ser possível extrair-se ali areia do rio, porque este estava muito “encaixado” nas margens. Era preciso procurar no Cávado locais com espessura de aluvião apreciável e parar, naturalmente, com a exploração de areias. A jusante do Marachão há um meandro com muita areia, mas ele tinha de deixar de ser um areeiro. Numa acção totalmente irresponsável, no buraco deixado pela areia que deixaram tirar puseram lixo, que importava remover o mais rapidamente possível. O aluvião precisava de ser estudado o que reclamava meios. Talvez fosse eficaz a construção de uma “cortina” numa garganta mais apertada para evitar a penetração de água salgada. O abastecimento a Barcelos estava resolvido com largueza; a captação poderia ir até 450 litros/segundo e o consumo era, nessa ocasião (1990), de 75litros/seg./dia. Era evidente que se deveria aproveitar o aluvião, porque ele era um filtro físico natural inestimável e tinha a vantagem de não custar nada. Em relação ao Ave, deveria pensar-se de modo semelhante. Primeiro

despoluir, depois proteger e, então, usar. Póvoa do Varzim e Vila do Conde eram abastecidas por dois poços e em matéria de quantidade não havia problemas. Santo Tirso também não os tinha. A verdadeira dificuldade respeitava à qualidade da água. Eu já havia tratado da questão em relação ao Ave, tendo visitado as obras de uma grande ETAR (6 milhões de contos) que atenuou muito o problema. A ideia inicial acabou por ter concretização, mas, neste domínio, é preciso estar sempre atento às interligações entre os elementos de um sistema complexo. Não há respostas simples e muito menos simplórias. Tudo tem de ser articulado desde a cunha salina até à conservação e à protecção dos areais. Contudo, no dia-a-dia, há muita irresponsabilidade social! Cada um trata do seu negócio...

Uns dias depois (2 de Outubro) de me ter preparado com esta conversa tive um encontro com o Ministro do Ambiente e com os presidentes das Câmaras da Póvoa do Varzim, de Esposende, de Barcelos e de Vila do Conde. Entusiasmei-os a adoptarem uma solução comum para os quatro municípios, mas ainda fiquei mais assustado com o que me disseram acerca das análises que tinham mandado fazer às águas!...

*

No Conselho de Ministros de 27 de Setembro foi finalmente aprovada a Resolução do Conselho de Ministros que aprovava a estrutura da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave. Ainda houve observações de natureza política, mas foram ultrapassados os obstáculos. Raras vezes estas coisas passam sem retoques e nunca com aplausos.

*

A escolha do equipamento urbano a incluir no PIDDAC estava sempre baseada em critérios que interligavam as prioridades dadas por três entidades diferentes: a sectorial, a regional e a nacional. Elas era graduadas em A, B e C. Era certo que um equipamento com 3C nunca seria apoiado e com 3A seria muito difícil que não o fosse. O dinheiro é que não chegava para tudo e mesmo dentro do lote dos bem - classificados havia que aplicar critérios que pudessem ser sempre invocados publicamente, para proceder à sua escolha.

Tínhamos a certeza de que o famoso Mapa VII do PIDDAC (onde estavam referidos esses equipamentos) iria ser escalpelizado minuciosamente e objecto de muitas comparações para ver quem é que tinha sido beneficiado. Os excluídos protestariam. Em 27 de Setembro e em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local percorremos várias vezes as listas propostas para nos assegurarmos da coerência da nossa lista. Havia alguns que reclamavam uma certa “engenharia financeira” em matéria de participações. Para ilustrar refiro a ponte de Távira sobre o rio Gilão que havia sido completamente destruída por uma cheia. Os custos da reconstrução foram assim distribuídos: 10.000 contos do MPAT; 10.000 do Ministério do Ambiente; 5.000 da Câmara Municipal e 25.000 do Instituto Português do Património Construído. Mas, como não tínhamos a certeza de que esta última fracção viesse, estabelecemos como fonte alternativa o PIDR da Ria Formosa. O importante é que a ponte foi reconstruída e lá está melhor do que na Idade Média... E preparámo-nos para as queixas.

*

Em relação aos projectos mais complexos apoiados por Bruxelas, eu acompanhava-os através de um alto quadro da nossa REPER. Em 28 de Setembro soube que o processo da via do Infante já estava a circular pelas diversas direcções-gerais que tinham de se pronunciar. Mas tinha havido um problema com o da CRIL que poderia ter emperrado tudo; a questão foi levantada com grande insistência por um funcionário português da DGIII que tratava de mercados públicos. A dúvida teria sido esclarecida com um telefonema. Ele preferiu tentar parar todo o processo! Para mostrar independência? Por razões político-partidárias? Vá-se lá saber o que move as pessoas!...

*

A Direcção-geral do Desenvolvimento Regional era um peça-chave na acção que estávamos a levar a cabo. Tive a sorte de ter tido dois Directores-gerais de excepção: o Dr. Nuno Vitorino e o Dr. Madureira Pires. Estilos diferentes, mas ambos muito competentes. Quando eu queria mostrar provas de deferência para com os funcionários visitava-os no seu local de trabalho. Foi o que fiz com a DGDR no dia

16 de Outubro de 1990. Depois de passar por todos os gabinetes e na companhia da Secretária de Estado fomos conversar sem tempo limitado de antemão para o gabinete do Director-geral.

As competências tinham aumentado muito, nos últimos tempos. Era necessário proceder a uma re-estruturação; a lei orgânica respectiva estava em adaptação e bem-encaminhada. Em relação ao pessoal técnico superior, dos 26, somente 16 eram do quadro; os 10 restantes estavam fora do quadro. Mas a sua rotatividade era grande; como adquiriam competência aprofundada em matéria de fundos estruturais eram solicitados para irem para outras repartições ou mesmo para o sector privado. Tinha de se proceder à informatização com celeridade; mas todos os técnicos já dispunham de um computador e de formação adequada. Só o SIBR tinha mais de 3.000 processos. O arquivo era muito importante, porque poderia surgir, a cada passo, necessidade de consultar processos que, por qualquer razão, fossem objecto de qualquer re-análise. Mas sabia-se que eu atribuía muita importância aos arquivos e que tinha incumbido o Secretário-geral de apresentar uma política comum a todo o Ministério, a esse respeito. Havia, como seria de esperar, carência de pessoal; mas não podia ser admitido novo; sugeri uma consulta às listas do Quadro de Excedentes Interdepartamentais (QEI); foi-me respondido que lá só se encontravam “velhos, desaptados e perturbados mentais”... Insistiram para eu propusesse novos parâmetros de admissão de funcionários, porque os vigentes eram “anacrónicos”... Os existentes eram jovens; a média de idades da Direcção-geral era de 31 anos! Recomendiei que constituíssem uma auditoria interna; mexiam com muito dinheiro... Estávamos de acordo: precisavam de auditorias interna e externa. A DGDR deveria formar os membros das comissões que criava para seguirem os diversos programas, cada um com as suas especificidades. Mas queixaram-se: ninguém tem tempo para estudar, os dias passam-se a correr, preparando as decisões que são sempre urgentes. Queriam mais gente, naturalmente!

*

Hoje é muito fácil arranjar funcionários que vão trabalhar para Bruxelas, devido ao diferencial de condições que existem e à facilidade e preço do transporte aé-

reio. Mas não era assim em 1990. Em 19 de Outubro de 1990, em despacho com a Secretária de Estado debatemos o assunto. Seria bom tentar arranjar um casal de economistas em que aos dois fosse conseguido emprego. As condições eram o ordenado local mais 80.000 francos belgas por cabeça e por mês. O lugar era da DGXVI. Pois não era fácil encontrá-los...

*

Havia sempre propostas para pagamento de salários através do PIDDAC. Como os orçamentos dos ministérios estavam congelados e eles precisavam de contratar pessoal vinham sempre com essa proposta que, obviamente, prejudicava o investimento e não estimulava a modernização (reformulação, redução, dispensa...) da Administração. O sector em que isso mais acontecia era o da Educação, para pagamento dos professores. Eu respondia sistematicamente que não, mas tinha de o fazer com jeitinho e explicando sempre as minhas razões directamente aos ministros. Era, obviamente, a forma mais expedita de se “desenrascarem”. Mas subvertia o espírito do orçamento...

*

Em 19 de Outubro de 1990 foram homologados os regulamentos dos programas operacionais do Centro, do Pinhal e da Raia Central.

Havia necessidade de proceder a pequenas adaptações do SIBR. Para isso foi combinado um encontro com o Ministro da Indústria, o IAPMEI e a DGDR. Por muitos estudos que se façam, há sempre casos que não se encaixam nas regras gerais. O acompanhamento de um projecto, de um programa ou de um sistema de incentivos (que, afinal, é um programa ...) tem de ser constante. Na gíria da profissão chama-se a isso avaliação “in itinere”; tem as suas regras.

Nesse mesmo despacho soube que a Comissão aceitava financiar o estudo do Alqueva a 100%. Mas, compreensivelmente, nesse caso, o consultor que o realizasse deveria ser escolhido pelas instâncias comunitárias. Foi-me dada a certeza de que estaria reservada para isso uma verba de 1 milhão de dólares e que a decisão ainda poderia ser tomada durante 1990.

*

Há sempre muitos projectos que geram resultados e que, por isso, permitem contrair empréstimos, tendo em vista a sua concretização. Também se pode articular empréstimos com subsídios fazendo com que aqueles sejam mais abordáveis, não se perdendo a vantagem de associar um custo ao dinheiro e de fazer sentir aos beneficiários que as infra-estruturas de que passam a beneficiar não são de graça. Por isso, sempre que possível, se procurava associar empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) com as ajudas dos fundos estruturais ou mesmo recorrer somente aos primeiros quando se dava o caso dos projectos em causa gerarem receitas capazes de amortizar os empréstimos. Este era o caso dos portos ou das barragens, por exemplo. Muitos outros beneficiavam, contudo, da convergência das duas fontes.

No dia 23 de Outubro recebi uma representação do BEI, chefiada por um Vice-presidente, para percorrermos os “negócios correntes”. Davam-nos “full support” à realização do nosso Plano de Desenvolvimento Regional. Havia projectos que não lhes mereciam reparos: o do saneamento da Costa do Estoril, o da ligação ferroviária na ponte sobre o Tejo, o metro de Lisboa, o aeroporto da Madeira e o gasoduto. Tinham sido analisados e seria possível chegar a acordo, brevemente, em relação às formas de financiamento.

Causava-lhes muita apreensão o caso da CP. “It is a problem!”... O BEI emprestaria à República que repassaria para a CP ou o financiamento seria feito directamente à empresa com um aval do Estado? Eu preferia a segunda, mas eles inclinavam-se mais para a primeira. Era preciso proceder a uma profunda reestruturação da empresa; eles dar-nos-iam apoio nessa operação. Tínhamos de confirmar a opção que escolheríamos; ele tinha percebido que eu preferia o empréstimo à CP com “sub-rogation to the Government”.

Havia um clima de confiança grande entre o Governo e o Banco. Não lhes escondíamos as nossas dificuldades e sempre cumpríamos com o que havíamos prometido. Mas a discussão ia até aos pormenores.

*

Na preparação para a reunião com os ministros espanhóis que vieram ao Algarve (2 e 3 de Novembro de 1990) eu vi com a Secretária de Estado do Planeamento como estavam as coisas em matéria de cooperação transfronteiriça. Ambos tínhamos solicitado à Comissão Europeia 850 MECU para o INTERREG. No rateio efectuado por todos os países coube-nos um montante de 345 MECU dividido em 200 (58%) para Espanha e 145 para Portugal (42%). O que estava mais ou menos acordado eram 2/3 para Espanha e 1/3 para Portugal; mas como tinha havido uma redução do montante global a chave de repartição alterou-se. A entrega das versões finais das nossas propostas seria feita no dia 28 de Novembro seguinte; mas não se deveria fazer uma entrega formal, como tinha acontecido com o PDR; afinal tratava-se de um programa dentro dos PDR dos dois países. Como acontecia frequentemente, Bruxelas tinha achado que estávamos a apresentar muitos projectos de infra-estruturas; mas era o que as populações queriam. Eles insistiam para que apresentássemos mais estudos sobre o potencial endógeno... mas, sem as estradas, este e outras coisas mais ficariam por aproveitar. Aliás, com tantas necessidades já identificadas, eu hesitava, sempre que tinha de preterir a resposta às mais evidentes para abordar uma nova frente que, por sua vez, iria suscitar a construção de outras infra-estruturas.

*

Em 12 de Novembro combinei com a Secretária de Estado que, em meados de 1991, haveríamos de fazer um seminário sobre as consequências para Portugal da constituição do Mercado Interno. Deveria fazer-se a ligação à formação da União Económica e Monetária. O organizador seria o Prof. João Ferreira do Amaral, antigo Director-geral do DCP com quem nós mantínhamos uma colaboração muito estimada. Seriam convidados o Prof. Eckaus, do MIT (Massachusetts Institute of Technology), o Director-geral da Política Regional, Eneko Landaburu, o Prof. Michel Quévit (Universidade Católica de Louvain) e alguns outros especialistas de reconhecida competência. Seria a maneira de estabelecermos uma ponte com a nossa presidência, no primeiro semestre de 1992. Nem nos passava pela cabeça que não ganhássemos as eleições do verão de 1991!...

Agora tratava-se de pôr em pé o resto do Quadro Comunitário de Apoio: o gás natural; o programa transfronteiriço; o STRIDE; o aeroporto de Santa Catarina; o PRODIATEC (Cultura) e o projecto Ford-Volkswagen. Deveríamos fazer o máximo durante o primeiro trimestre de 1991.

Tínhamos a convicção de que o PS já havia percebido que esta área estava a correr bem. Sentia-se perfeitamente, em Bruxelas, que a máquina da Internacional Socialista estava nitidamente a pôr areia na engrenagem e a fazer emperrar os processos. Se as pessoas pensam que este tipo de coisas não tem lugar, são muito ingénuas...

Eu, aliás, suponho que é urgente discutir abertamente o funcionamento da máquina administrativa das instâncias comunitárias. Ela é hoje um enorme corpo com braços que se cruzam e entrecruzam numa enorme complexidade de relações. Já há quase um século de funcionamento de administrações internacionais que deveriam ser avaliadas nos seus atributos e comportamentos. A raiz dos corpos actuais deve procurar-se nos comités Inter-Aliados que funcionaram durante a Primeira-Guerra e que forneceram os quadros que integraram o Secretariado-geral da Sociedade das Nações. De particular relevo foi o Comité Inter-Aliado dos Transportes Marítimos, onde trabalhou muita gente ilustre entre os quais Jean Monnet! Todas as administrações internacionais posteriores foram aí beber inspiração... (2).

*

O desenvolvimento reclama o envolvimento de todos, particularmente dos agentes que criam emprego e produzem riqueza. Por isso cultivava as relações com as associações empresariais locais, regionais e nacionais. Elas eram meus interlocutores especiais. Visitava as associações e falava longamente com os seus dirigentes, não só para lhes comunicar o que pretendia impulsionar como, particularmente, para saber o que estavam eles a promover e que dificuldades sentiam na sua acção. Muitas vezes eram só queixas... Mas valia sempre a pena escutá-los, porque isso permitia colher informações qualitativas que não vinham nas estatísticas do INE... Em 16 de Novembro de 1990, fui visitar o NERVIR, em Vila Real. Era uma associação empresarial pertencente à rede constituída pela Associação Industrial Portuguesa para alargar a sua esfera de influência. Nessa ocasião ainda estavam numas instalações modestas, mas, posteriormente, construíram uma sede folgada, onde

vieram a ter lugar numerosas realizações desde conferências a seminários, representando o pavilhão um equipamento importante para toda a zona.

O presidente começou por solicitar que eu promovesse uma “Vila-Realização” do distrito, nos mesmos termos em que havia impulsionado a “Setubalização” da Península de Setúbal” Sempre a pontinha de inveja que tão facilmente assoma na cabeça dos nossos compatriotas... E desfiou o rol dos “esquecimentos” ou dos “atrasos”, à frente dos quais estavam as estradas: o IP4 e o IP3.

Queriam mais financiamento para a agricultura. Um empresário queixou-se de que tinha ficado sem trinta trabalhadores de uma só feita; haviam emigrado para os Estados- Unidos e para a Suíça. As telecomunicações precisavam de um enorme impulso. Houve quem voltasse a propor um aeródromo em Chaves... Referiram que o cimento, a cal e o peixe importados de Espanha eram mais baratos do que os portugueses! (Tinham, manifestamente, alguma nostalgia dos preços tabelados pelo Estado e pelas soluções que os favorecessem...). Queixaram-se de que pagavam a electricidade ao mesmo preço do litoral, quando se impunha um subsídio expressivo... As “mini-hídricas” não vinham resolver problema nenhum... O turismo era um sector promissor, mas tinha de ter uma grande intervenção do Governo... Os serviços sociais tinham a obrigação de apoiar o termalismo para que as unidades hoteleiras existentes pudessem ser viabilizadas... O PDRITM tinha deixado de fora muitos Concelhos; só beneficiara o Douro... (isso não era verdade porque o Projecto estendera-se a todo Trás-os-Montes...). Queriam um novo posto de fronteira para o distrito porque o de Chaves não chegava!... Clamavam por mais infra-estruturas... em todos os sectores... era preciso animar o sector da construção...

Eu mantinha a atenção inalterada e no final comentei cada um dos pontos levantados. Afinal as coisas não eram assim tão graves. O que queriam era desabafar... Ainda bem que eu era mais novo e tinha paciência para os ouvir. Hoje não a teria! O desenvolvimento implica uma mudança de atitudes. Não me acredito que nos Apalaches – a região mais atrasada dos Estados- Unidos – pudesse haver uma reunião em que cada um entrasse à compita com os outros para ver quem dizia a coisa mais negativa acerca da sua própria região. Mas isto era o que se passava também nos Conselhos Nacionais do Partido!...

*

No dia 16 de Novembro fui a Mirandela para fazer uma avaliação do avanço do PROTAD (Programa Operacional de Trás-os-Montes e Alto Douro). Era um programa aberto, dotado com dezassete milhões de contos ao longo do período 1990-93; os apoios seriam dados através da candidatura de projectos que eram devidamente avaliados. Já tinham sido apresentadas 300 candidaturas das quais estavam aprovadas 93 (65 eram mesmo obras). As três centenas de candidaturas somavam muito mais do que a dotação prevista, o que era bom porque permitiria escolher entre os melhores projectos. A preferência, como de costume, ia para as estradas, para os sistemas de adução de água e para os esgotos. Também queriam reabilitar o património e “alindar” os centros urbanos. A estrutura de acompanhamento estava a funcionar e era muito participada. Nessa ocasião haveria, ainda, 55% a 60% dos meios disponíveis o que permitiria fazer a selecção dos melhores projectos.

*

No dia 27 de Novembro comecei o dia com uma sessão para apresentação do segundo relatório semestral relativo à OID (Operação Integrada de Desenvolvimento) da Península de Setúbal. Havia cerca de 300 entidades no “mailing” da documentação produzida que se esperava lessem e comentassem. Mas importava abrimo-nos mais às forças vivas. Solicitei que fosse produzido um boletim informativo bi-mensal a enviar a 700 destinatários. A informação correcta é importantíssima.

Por outro lado, a Dr.^a Manuela Morgado, da Associação Portuguesa de Economistas, com quem eu sempre mantive relações cordiais e que é aquilo a que os italianos costumam chamar “una brava donna”, entregou-me um estudo intitulado “Recuperação de áreas em declínio – o caso de sucesso de Setúbal” que eu muito estimei que tivesse sido realizado por uma entidade independente do Governo. Impunha-se preparar um Manual do Investidor na Península de Setúbal que, manifestamente, para ter utilidade, deveria ser produzido em inglês. Preocupava-nos o baixo grau de execução das obras que competiam às Autarquias Locais. Havia problemas financeiros mas os mais complicados eram de organização. O pior era ser a própria Câmara de Setúbal que revelava total incapacidade de or-

ganização. Tornava-se urgente levá-la a solicitar apoio nesse domínio, o que seria imediatamente concedido.

Estava-se ainda na primeira fase de elaboração de estudos de impacte ambiental. Nesse caso era o do trecho Palmela-Marateca que nos interessava. Se não ficasse pronto dentro de um mês isso acarretaria atrasos inconvenientes. Era preciso obter um compromisso, por parte da BRISA.

O contrato-programa com a Câmara de Sesimbra respeitante à ETAR da Quinta do Conde estava em negociações.

Ouvi numerosas queixas em relação à burocracia excessiva de certos departamentos. Reagi dizendo que em vez de dizer “está proibido porque...” se passasse a perguntar “o que é que é preciso fazer para ...?”. De vez em quando, convém aos ministros mostrar rispidez. Sem arrogância, mas levando os visados a sentir que pisaram o risco...

Havia o projecto para fazer uma grande estação de resíduos sólidos que servisse Palmela e Setúbal. Ela deveria custar mais de 1,3 milhões de contos. Recomendiei que fossem procurar um parceiro privado a quem se atribuisse uma concessão ou que estivesse na disposição de constituir uma empresa mista. De qualquer modo, a obra só começaria em 1992. Por isso eu insisti em que era urgente!

Havia dificuldades com a CP relativamente ao lanço de caminho-de-ferro Poçeirão/Pinhal Novo/Almada. Eram sempre difíceis os contactos e as cooperações com o sector.

Tinham proposto a criação de um terminal de cimento no porto de Setúbal. Era preciso analisar o assunto e ajuizar da sua relevância.

O PRODEP não estava a correr de forma muito fluída.

Não se pode deixar nada sem acompanhamento.

*

A crise no Vale do Ave não era fácil de resolver. Havia, como sempre, muitas obras de estradas, de saneamento básico e de aprovisionamento de energia a fazer mas o esforço principal estava na formação das pessoas e no enorme movimento de inovação que tinha de atravessar todo o sector. Para concorrer pelos baixos custos de mão-de-obra e pela qualidade dos gestores, havia a Ásia toda e, antes dela,



FIG. CITEVE. Famalicão.

Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal.

os países do Leste da Europa que estavam a despertar para o sector têxtil e do vestuário. Por isso nós tínhamos de apostar na gama superior e para tal, era preciso insistir na qualidade, no “design”, no aperfeiçoamento técnico da produção e na difusão permanente de ideias. Como já disse noutro lado, o movimento associativo estava muito disperso mas conseguiu reunir-se numa frente comum: a ATP, Associação Têxtil de Portugal. Era preciso apoiá-la com uma unidade que curasse da formação, dos laboratórios de apoio e de algumas outras valências que lucravam em ser comuns. Foi assim que nasceu o CITEVE (Centro das Indústrias Têxtil e Vestuário) que se localizou em Famalicão, num terreno excelente à beira-rio. Hoje a parte que não foi usada e alguns terrenos adjacentes formam um parque urbano. A instalação beneficiou largamente de fundos estruturais. Por isso eu acompanhei o processo e, em finais de Novembro de 1990, recebi uma informação oral acerca do seu andamento.

Tinha sido feito um plano de pormenor novo, porque a proposta de instalação, muito ampla contrariava o existente. Fora desafectada da RAN uma parte dos terrenos. Já se aprovara o novo plano de pormenor. Foi declarada a utilidade pública do terreno. Mas alguns proprietários haviam impugnado junto do Supremo Tribunal Administrativo essa declaração. Teria de ser declarada a posse administrativa do terreno por autorização do Secretário de Estado da Administração Local. Estava-se a analisar a fundamentação daquele recurso junto do STA antes de autorizar a posse administrativa (é que a partir dessa declaração quem pagaria o diferencial, se os expropriantes se recusassem a fazê-lo, seria da conta do Secretário de Estado... Por isso ele foi muito cauteloso e reclamou uma declaração escrita por parte da Câmara Municipal de Famalicão que se responsabilizaria pelo pagamento de um eventual diferencial, entre o valor proposto para a expropriação e o da decisão do Tribunal. Nesse tempo havia a convicção de que os Tribunais eram sempre muito generosos, nestas circunstâncias, inclinando-se mais para os valores sugeridos pelos seus próprios peritos do que para as avaliações feitas pelos técnicos do Estado... Como se vê, além das dificuldades materiais, havia muitas outras.

Não era minha função comentar o projecto do edifício. Mas, como mostrei interesse em vê-lo, uns meses antes da sua conclusão dei uma volta pela obra. Ele é enorme e muito extenso. Quando acabei a visita perguntei ao meu anfitrião: “E já

compraram os “skates?” Ele olhou para mim intrigado... “É que, com este comprimento, só de bicicleta ou de skate!”...

*

Em 11 de Dezembro combinei com a Secretária de Estado realizar lá para meados do ano seguinte um seminário subordinado ao título: “Fundos estruturais: que futuro?”. Era preciso começarmos a preparar as coisas com tempo porque eu queria assegurar a presença do Director-geral da Política Regional, Eneko Landaburu e de alguns académicos de peso. O Prof. João Ferreira do Amaral estava a conduzir um estudo sobre o Mercado Interno do qual já era possível apresentar os primeiros resultados; combinámos ouvi-lo em breve.

O SIMC (Sistema de Incentivos de Modernização do Comércio) precisava de um mecanismo de apoio muito descentralizado e através de uma instância que os pequenos comerciantes conhecessem bem e que, também, os conhecesse de perto. Seria obviamente, a Caixa Geral de Depósitos, com quem deveríamos celebrar um protocolo consagrando um procedimento idêntico ao que tinha sido adoptado em relação ao IAPMEI, para as pequenas e médias empresas industriais.

Passámos em revista todas as OIAs em curso. Havia um problema difícil de ultrapassar em relação às escolas da OIA da Península de Setúbal. As coisas complicaram-se porque tinha sido publicado um relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre os gastos em escolas e, especialmente, na Direcção Regional de Educação de Lisboa. Teríamos de estar, por isso, muito atentos.

*

A aprovação do projecto da Ford-Volkswagen em Palmela teve que ultrapassar muitas barreiras. Ele foi beneficiado com incentivos financeiros oriundos dos fundos estruturais. Mas as perguntas de Bruxelas vieram até quase à véspera da concessão do subsídio.

Em 18 de Dezembro recebi uma lista com nove questões: i) Qual era o volume de incentivos a conceder? ii) Qual era o volume de incentivos e intensidade da ajuda em comparação com um outro projecto FORD I e por posto de trabalho? iii) Porque tínhamos escolhido a Península de Setúbal? iv) Existiam recursos huma-

nos e havia capacidade de resposta ou teriam de ser formados? v) Quais seriam as infra-estruturas de acompanhamento necessárias? vi) Qual seria o impacto económico e financeiro na própria Comunidade (questões de concorrência no mercado automóvel)? vii) E como se devia apreciar o projecto no quadro das relações da Comunidade Económica Europeia com os Estados Unidos? viii) Como propúnhamos nós fazer o ajustamento do nosso Quadro Comunitário de Apoio? ix) Qual seria o calendário de execução do projecto?

É obviamente que todos estes elementos estavam referidos no dossier de candidatura. Mas, na “via sacra” que esta tinha de percorrer em Bruxelas passou por um burocrata (que nós sabíamos quem era...) que não estava para o ler e extrair os fundamentos da nota que deveria preparar para o seu director-geral ou para o seu comissário. Gizou o teor dessa nota; mas havia que pôr carne no esqueleto que traçou... Daí, o pedir-nos com urgência um memorandum que afluísse todos estes pontos.

É evidente que se trabalhou sem descanso para responder e não impor nenhum atraso. Este género de “manobras espertas” é corrente. Os louros da resposta e da sua rapidez ficariam, obviamente, para o diligente funcionário.

*

Os programas transversais reclamavam numerosas reuniões entre os Ministros e com os principais responsáveis executivos dos mesmos. No dia 19 de Dezembro o encontro foi com o Ministro da Indústria e Energia, o gestor do PEDIP e o Director-geral do Desenvolvimento Regional. Começámos por passar em revista, os projectos do programa VALOREN (energia). Havia atrasos no domínio do licenciamento hidráulico que era preciso recuperar; os “pagamentos do SIURE deveriam ser feitos “à cabeça”, o que punha problemas de tesouraria; tínhamos de reafectar verbas que não haviam sido mobilizadas.

As infra-estruturas do PEDIP estavam com atraso estimado em 12 meses. Isso acarretava problemas da mais diversa ordem. Apesar dos esforços do diligentíssimo gestor do PEDIP, tinham de ser lubrificados os canais de percolação dos fundos; a culpa dos atrasos, como sempre, não era de ninguém. Estabelecemos calendários novos e redefinimos quem eram os responsáveis pelas informações e pelos gastos.

Demos um prazo máximo de 3 meses para o recomeço dos projectos. Havia problemas com o reapetrechamento do porto de Leixões, com o ramal da CP para a SO-MINCOR e com o incinerador de Sines. Era preciso fixar datas finais aos executores. Os adiantamentos exigidos aos beneficiários representavam um verdadeiro problema. Eles não tinham dinheiro para avançar mas, em certos projectos, a Comissão só pagava contra facturas. Era preciso arranjar garantias bancárias ou “bridge-loans”; mas elas custavam caro... Uma verdadeira “pescadinha-de-rabona-boca”... Os bancos funcionavam pelo seguro!...

Tinha sido proposto um projecto pela UMM, mas as informações não eram suficientes; criámos um pequeno grupo de apoio para os ajudar a apresentar um dossier que fosse aceite em Bruxelas.

Em relação ao projecto das pirites alentejanas, havia a intenção de fazer uma unidade de produção de ácido sulfúrico para rentabilizar o conjunto, mas ela só seria viável se fosse largamente subsidiada...

Raras vezes os dossiers de candidatura vinham completos. Perdia-se muito tempo a analisá-los e a completá-los. Isto tinha a ver com a preparação técnica dos que os haviam elaborado.

*

No dia 3 de Janeiro tive uma reunião para tratar dos problemas da Bacia Carbonífera do Douro, em especial da situação das minas do Pejão. Como se sabe, tratava-se de uma indústria em crise. Não havia procura para o produto e elas teriam de reduzir a actividade. Todavia, estavam em causa 822 trabalhadores que exerciam a sua actividade em Pedorido, mas viviam em Castelo de Paiva, Penafiel e Gondomar. Não havia muitas alternativas à volta. Além disso, é difícil converter mineiros a outras profissões... O concelho vizinho, onde havia algumas possibilidades de emprego, era a Feira, mas as ligações rodoviárias estavam péssimas. Falando com os responsáveis pelas minas e com os Autarcas vimos que seria bom melhorar a acessibilidade, especialmente a EN 106, construir o cais da Sardoura, fazer uma ponte nova em Entre-os-Rios (veio a ser construída, mas em circunstâncias dramáticas...) e um loteamento industrial em Castelo de Paiva. Havia numerosas rectificações de estradas a fazer na

zona, porque ela é toda de colinas e os caminhos haviam sido construídos numa época em que isso se fazia com picaretas e fogo. (Lembrei-me dos conselhos do meu professor de Estradas: “Agarra-te ao terreno!...” O tempo das máquinas de terraplanagem estava a esboçar os primeiros passos quando aquelas estradas tinham sido construídas...). As obras que faríamos seriam apoiadas pelo programa RECHAR que estava dotado com 640.000 contos, uma pequena parcela do que seria necessário. Tínhamos que articular com outros fundos. Mas, entretanto, havia 800 famílias em apuros!

*

Em 3 de Janeiro, em despacho com a Secretária de Estado, combinámos que o anúncio do PRODIATEC seria feito no salão nobre do Teatro D. Maria II, juntamente com o Secretário de Estado da Cultura. Seria a primeira aplicação de fundos estruturais na área da cultura, em toda a Europa. No mesmo dia, soube que a apresentação técnica, em Bruxelas, do projecto do Alqueva seria a catorze do mesmo mês. É evidente que, ao nível do Comissário, já estava tudo tratado. Começava a recta final a ser percorrida.

*

Como já referi algumas vezes, nunca se pode deixar desacompanhada a execução de um programa ou, por maioria de razão, de uma operação integrada que envolva mais do que um sector.

Em 4 de Janeiro tive uma grande reunião a respeito da OID do Vale do Ave. Vimos a questão das compensações a dar aos trabalhadores que quisessem antecipar a sua reforma. Era preciso constituir um fundo especial para o fazer. A reconversão da indústria têxtil era um imperativo; por isso, deveria ser formada mão-de-obra nova; mas, para o fazer, era preciso que os trabalhadores insusceptíveis de reciclagem dessem o seu lugar a outros com melhor formação. Contudo, o programa para a reconversão da indústria têxtil estava dependente das condições que fossem conseguidas no Uruguay Round. Por isso estávamos tão empenhados no sucesso das negociações. Alvitrou-se fazer um programa de emergência, através de um fundo inspirado no fundo CECA. O programa do têxtil continha quatro

vectores: i) apoios directos ao investimento; ii) modernização das empresas (com um intuito pedagógico); iii) apoios à comercialização e iv) apoios à reconversão dos trabalhadores do sector têxtil. Mas o dinheiro do programa de emergência não poderia sair dos fundos estruturais; era preciso negociá-lo com a banca.

Havia bastantes empresas a falir. Mas o processo falimentar, em Portugal, era lentíssimo. E, durante o tempo de espera, estava tudo parado: os empregos, as instalações, a maquinaria, o dinheiro, os gestores, os credores... Ninguém ganhava com isso. Entretanto, os problemas avolumaram-se; de Agosto a Novembro, em quatro concelhos, o contingente de desempregados tinha crescido em 1.200 pessoas. A acção tinha que ser célere. Mas estes aspectos eram todos muito mais difíceis de resolver do que a construção de estradas, da ETAR ou de linhas eléctricas!...

*

Em 8 de Janeiro, em despacho com a Secretária de Estado, tratámos de problemas de agricultura nas zonas apoiadas pelo FEDER. Ela reproduziu-me o conteúdo de uma reunião que tinha tido com responsáveis pela agricultura do Alentejo. Um deles teria dito que “o Alentejo poderia ser para a horticultura o mesmo que a Holanda era para as flores!”... O Alqueva ia avançando, mas já havia muitos outros perímetros de rega que estavam prontos e onde não se via nem brócolos nem alfaces... além da água é preciso tratar de preparar quem saiba regar...

Para ultrapassar as dificuldades no Vale do Ave convinha declarar o sector têxtil em reestruturação. Deveríamos fazê-lo naquela altura ou esperar pelo fim do Uruguay Round? Se fosse antes, poderíamos estar a propor coisas que corriam o risco de ser invalidadas. Se fosse depois estávamos a perder tempo. E não havia informações seguras...

*

No dia 10 de Janeiro houve uma reunião para tratar do Vale do Ave. Havíamos decidido que só as empresas que fizessem o esforço para se modernizar é que poderiam ter acesso a ajudas públicas. Não deveria passar a ideia de que os empregos seriam mantidos artificialmente. Daí o querermos envolver a banca na avaliação dos programas de modernização de cada empresa; o Estado, quando muito,

avaliaria os novos investimentos, através da criação de um fundo de garantia. Se houvesse despedimentos isso seria parte do plano de reestruturação de cada empresa, devidamente justificado. Também deveria haver uma bolsa de formação, porque seria necessário, seguramente, reciclar muita gente. Mas as empresas em estado de maior necessidade não tinham crédito junto da banca; esta nem queria ouvir falar nelas!... O fundo de garantia só poderia ser accionado nos casos em que a banca acreditasse nos empresários e nos planos que eles propusessem.

Para facilitar a definição dos instrumentos de acção convenientes dividimos o universo das empresas em três grupos: 1.) as empresas totalmente inviáveis, que teriam de se deixar cair; 2.) as empresas em situação difícil, mas com alguma capacidade de reconversão e 3.) as empresas só com dificuldades financeiras. O terceiro grupo estava na mão dos credores, havendo uns que estavam em posição de os auxiliar e outros não.

Começámos a gizar uma resposta que combinasse a acção de um fundo de garantia com a da bolsa de formação. Mas nós no que estávamos interessados, verdadeiramente, era numa solução estrutural para a qual nos conservávamos abertos para recorrer a apoios excepcionais.

O problema do sector têxtil é que não era só uma questão de desemprego. Era mesmo um problema de todo o sector que reclamava uma reestruturação profunda. Chegámos a alvitrar a preparação de um PEDIP II, especialmente orientado para o têxtil. Mas sabíamos que a solução não respeitava a um instrumento só. Por isso, entendemos que tudo deveria ser feito no quadro da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) do Vale do Ave, que já estava no terreno e ocupada na resolução de problemas transversais diversos, desde as estradas e as ETAR, até à educação e à formação profissional.

Tinha de se dar um apoio especial a empresas industriais que não fossem do sector têxtil, para diversificar o risco. Chegou-se a desenhar um sistema de incentivos para outros sectores que não o têxtil (outros além das CAE 2 e 3).

Novamente, insistiu-se na necessidade de fazer acelerar o processo falimentar; o que estava já “morto”, tinha de ser rapidamente enterrado.

A saída da crise foi lenta. Alguns dirão que o sector ainda hoje está em crise. A verdade é que muitos aprenderam a lição e nós hoje vemos instaladas na área,

unidades modernas, geridas de forma competente, em sectores diversificados e com grande experiência dos mercados internacionais. A situação não é fácil em parte nenhuma. Mas já não se está, no Vale do Ave, no desespero generalizado que nele se vivia em 1990!

*

Para fazermos avançar o projecto Ford-Volkswagen foi preciso ter numerosas conversas em Bruxelas. O meu interlocutor habitual era o Comissário Bruce Millan. O projecto não tinha sido incluído no nosso PDR, porque havia surgido já depois da aprovação do QCA. Mas era, em nosso entender, muito relevante para o desenvolvimento do país. A sua localização contribuiria, aliás, para a reabilitação de uma zona que tinha experimentado grandes reveses. E, como se compreende, não era susceptível de ser cortado em fatias que fossem absorvendo fundos sobrantes, embora nós para ele pudéssemos orientar o que nós apelidávamos de “ineficiências”. Mas, os fundos, tanto do FEDER como do Fundo Social, tinham de estar assegurados na sua globalidade desde o arranque do projecto. Era evidente que tudo tinha de ser feito dentro das regras gerais do QCA que havia sido negociado. Este era o sentido da minha arenga de abertura quando o fui ver no dia 15 de Janeiro.

Ele já tinha feito contactos com alguns directores da área da indústria (DGIII e DGIV) que haviam avaliado o projecto e que o achavam “fairly good”, embora considerassem o custo por emprego um pouco mais elevado do que o habitual. Esclareci que se tratava de uma instalação capital-intensiva apesar de criar numerosos postos de trabalho. Tratava-se da mais moderna unidade de produção de automóveis da Europa; mas esse também era um problema porque a indústria automóvel naquela altura não estava em muito boa posição na classificação para fruir de ajudas do Estado (e, portanto, da Comissão). Vimos a possibilidade de absorver as “ineficiências” dos outros países beneficiários de fundos. Era evidente que eu tinha de ser o primeiro a comprometer-me com a orientação das nossas “ineficiências” para o efeito.

Eu compreendia que ele não quisesse ficar numa posição falsa diante dos outros países. Mas a experiência permitia-me acreditar que isso não sucederia, porque

havia alguns países que não se empenhavam a fundo na concretização dos seus próprios QCA.

Nestas circunstâncias quem tem de ser imaginativo na procura de soluções é o interessado. Não foi por falta delas nem de insistência que se pecou. O projecto finalmente foi aprovado, para nosso grande benefício. Mas bem suado...

*

Em determinada ocasião, por volta do fim de Janeiro de 1991, nos corredores em Bruxelas “enchia-se a boca” com a coesão e com um grande programa que a assegurasse. Eu tinha imenso receio de que passasse pela cabeça de alguém propor uma actuação horizontal tão abrangente que pusesse no mesmo saco países ricos e países mais atrasados. A concorrência entre uns e outros, nós imaginávamos como iria acabar! Por isso comecei com um discurso de insistência na coesão, naturalmente, mas através de um programa especialmente dirigido aos países periféricos. Foi isso que acabou por suceder.

Mas será bom estarmos muito atentos aos ventos que sopram, porque nem sempre eles nos são favoráveis. Isso é, em primeira linha, obrigação da REPER, mas, também, devem contribuir para a sua detecção todos os que no Parlamento e na Administração comunitária tenham conhecimento acerca das boas oportunidades que se nos abrem e, também, das ameaças que podem pender sobre nós.

Nessa ocasião, a Secretária de Estado fez-me a proposta de se lançar um estudo sobre o desenvolvimento do país e a União Económica e Monetária. Decidimos encarregar de o conduzir o Prof. Fernando Pacheco, Director-geral do Departamento Central de Planeamento e um distinto académico. Assim foi feito.

*

Já referi que nós havíamos sugerido que a reforma dos fundos estruturais fosse um tema escolhido pelo Governo Português para ser tratado durante a sua presidência da Comunidade Europeia. Para isso tínhamos de ter ideias concretas sobre a matéria. Nessa ocasião, havia cinco objectivos distintos, definidos ao longo do tempo, muito a partir dos fundos já existentes. Estes tinham sido estabelecidos para tratar de debilidades estruturais da Comunidade; a definição dos

objectivos, podia dizer-se, tinha sido feita ao invés, mas havia-se conseguido dar algum nexo ao conjunto. Era muito importante conferir atenção aos mecanismos de controlo da aplicação dos fundos, porque a facilidade para “escorregar” vinha especialmente daí.

Nós tínhamos a sorte de haver estabelecido somente um objectivo – o desenvolvimento regional – e de ter apresentado somente uma proposta conducente a um único Quadro Comunitário de Apoio. Era evidente que isso nos obrigava a um esforço de coordenação interna. A escolha de confiar essa coordenação a um único ministro tinha sido, obviamente, do Primeiro-Ministro e eu, tendo visto o que vi noutros lados, não hesito em afirmar que foi a fórmula correcta. A Espanha, por exemplo, não tinha tomado uma decisão semelhante e, por isso, apresentara cinco propostas que haviam conduzido a cinco QCA, cada um com o seu objectivo distinto. Isso pôs muitos problemas, porque coordenar cinco gestões diferentes implica dificuldades de comparação interna e, também, dificuldades de comparação entre países.

Mas, no ponto em que nós estávamos, para fazer sugestões, tínhamos de pensar quais seriam os domínios prioritários da Europa 2000 e, portanto os seis ou sete objectivos que seriam definidos para a acção. Por outro lado, nessa definição de objectivos, deveríamos ter em atenção a especificidade de cada um dos fundos existentes, porque seria através deles que se estabeleceriam os diversos instrumentos de acção.

Sabíamos que a reforma que viéssemos a sugerir teria de ser gradual. E éramos muito a favor de haver poucos fundos. Dever-se-ia fazer o esforço de definir poucos programas, poucos instrumentos de acção e, também, poucos fundos. Já disse, muitas vezes, que a parte mais difícil é sempre a coordenação. Por isso, quanto menos vectores houver que coordenar, mais nitidamente se formará a resultante. Já nessa ocasião era nossa opinião que as redes transeuropeias deveriam ter um fundo específico. Isso veio, finalmente, a acontecer com a aprovação, em 2014, da Connecting Europe Facility. Mas aí, impunha-se a clareza do objectivo proposto e a necessidade de dirigir a atenção para os diferentes modos de transporte, todos eles sob o chapéu comum da “mobilidade”.

Já nessa ocasião havia, de muitos lados, uma pressão grande para criar um fundo separado para o Ambiente. Nós, até então, havíamos conseguido realizar muitos

empreendimentos nesse domínio com auxílio do FEDER. Mas há sempre pressão por parte dos sectores para possuírem o seu próprio fundo. Esquecem-se de que a realidade é um sistema complexo e de que este reclama coordenação.

Havia, por outro lado, as chamadas iniciativas comunitárias. Nós entendíamos que elas deveriam ser pagas a 100% pela Comunidade por causa dos reflexos orçamentais das contrapartidas que tínhamos de criar, se isso fosse de outro modo. Se houvesse uma contribuição obrigatória do país-membro, a iniciativa teria de ser apresentada num ano para se prever a contrapartida nacional no ano seguinte. Assim se perderia o impacto esperado de iniciativas tão importantes, correndo-se, por outro lado, o risco de não se dispor de meios no orçamento de cada Estado-membro para beneficiar de apoio comunitário. Em resumo, as iniciativas comunitárias para serem bem-sucedidas e não causarem perturbações nos diferentes países, deveriam ser poucas, mas totalmente suportadas pela Comunidade. Isto sem falar na aprovação que deveriam merecer nas instâncias apropriadas (Parlamento e Conselho além, naturalmente, da própria Comissão).

*

A 29 de Janeiro de 1991 dei posse aos membros do Observatório do Quadro Comunitário de Apoio. Já falei, várias vezes, nestas memórias, da importância que atribuo às funções de acompanhamento do implemento de qualquer acção. Isso traduzia a minha visão acerca da execução de um programa de desenvolvimento. A justificação está desenvolvida no discurso que, então, pronunciei e que está publicado.

*

Em 30 de Janeiro reuni-me com os Ministros da Indústria e do Emprego, com os Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e da Indústria, com o Director-geral do Desenvolvimento Regional e com a Coordenadora do Programa Operacional do Vale do Ave, Doutora Elisa Ferreira, para fazer a avaliação das obras e outras acções em curso.

As iniciativas que estavam inscritas no PIDDAC estavam a andar bem. Todavia, os projectos autárquicos estavam com baixa taxa de realização. Tornava-se urgente reunir com as Câmaras. Tínhamos problemas na estação de tratamento de lixos

de Vila das Aves e a chamada Via Intermunicipal (VIM) que era urgente ultrapassar. Esta última tem hoje (2015) um tráfego intensíssimo; é o melhor indicador de que ela era efectivamente necessária e que tinha o traçado certo. Havia problemas com o sistema de incentivos SINDAVE. Esperava-se que, na reunião do dia seguinte, do Conselho de Concertação Social, se chegasse a acordo em relação à declaração dos sectores em reestruturação que poderiam, por isso, receber um valor maior de incentivos. Decidimos, nessa reunião, majorar as bolsas de estudo em 25%; sem gente mais preparada, não se iria longe. Criámos um NACE (Núcleo de Apoio à Criação de Empresas), porque se impunha diversificar os sectores de actividade e introduzir inovação nos existentes; havia, para isso, um bom espaço numa fábrica em Sto. Tirso; ainda hoje lá está.

Tudo deveria ser feito no âmbito da OID, porque era importante que tudo estivesse integrado para se poder tirar o máximo de benefícios. Combinámos criar uma “task force” formada pelos directores dos Centros de Emprego, das instituições de Segurança Social e das que tratam das relações colectivas de trabalho. Era preciso actuar com rapidez. Majorámos em 5% os apoios a conceder a indústrias alternativas à dos têxteis e confecções. E criámos um fundo de garantia para apoiar as unidades que precisavam de ser ajudadas; havia, obviamente, as que não se salvariam, em nenhuma circunstância e aquelas que não precisavam de nenhum apoio; só as da faixa intermédia justificavam ser apoiadas.

Refiro o que foi tratado nesta reunião para deixar bem ilustrado que operações deste tipo só são bem-sucedidas com acompanhamento constante.

*

A vinda da Ford-Volkswagen não foi fácil. Como a experiência veio a demonstrar, para nós, era importante ter uma unidade daquelas no nosso território, nomeadamente na Península de Setúbal, onde a diversificação de actividades se impunha, especialmente se viesse acompanhada da criação de empregos. Em 4 de Fevereiro tive uma reunião com os colegas da Indústria e do Comércio e com os Secretários de Estado ligados ao processo. A Espanha desenvolvia contactos numerosos para ser fixada a fábrica no seu território; chegava ao ponto de dizer aos promotores que nós não tínhamos capacidade para desenvolver o processo. Valia tudo! Seria

difícil conseguir mais de 50% de Valor Acrescentado Nacional (bruto); isso acontecia porque grande parte das componentes nacionais já tinham uma componente importada. Para se poder orientar incentivos comunitários para os equipamentos que viriam, eles tinham de ser novos e não em segunda-mão, como havia quem dissesse. Certificámo-nos de que, efectivamente, eram novos. Haveria partes importantes dos automóveis totalmente fabricados em Portugal, como era o caso das caixas de velocidade. Tínhamos um relatório da FORD sobre as nossas debilidades, o qual foi exaustivamente analisado pelos serviços dos três ministérios. Nós procurávamos que a nova unidade não fosse o único cliente de empresas portuguesas de componentes; estas ficariam nas mãos dela, o que seria naturalmente inconveniente. Mas, pessoalmente, eu acalentava a esperança de que elas acabariam por se saber mexer. Lembro-me de uma pequena unidade localizada no Alto-Minho para fazer volantes que começou por ter a unidade de Palmela como único cliente, mas que, ao fim de um ano, já tinha meia-dúzia de outros. O investimento previsto em áreas complementares de componentes era estimado em 125 milhões de contos a que corresponderia um montante de incentivos da ordem dos 30 milhões de contos. Estávamos a falar de verbas muito expressivas!

Ficámos com a impressão de que a CIP gostava do projecto, mas que dificilmente o diria para não contrariar a posição daqueles que defendiam que o montante em causa deveria ser todo orientado para empresas portuguesas. Nós atribuíamos muita importância à transferência de tecnologia e novas formas de organização e gestão para Portugal. E sabíamos que o impacto na Balança de Transacções Correntes seria muito positivo. Eu estimei, particularmente, que os promotores quisessem dispor de um centro tecnológico e de um centro de formação profissional, dentro da própria fábrica e englobados no volume de incentivos que tinham solicitado.

*

As regras da administração dos fundos estruturais são, naturalmente, muito exigentes. Suponho que isso foi evoluindo ao longo do tempo e que foram adoptando progressivamente a máxima de um conhecido meu, alemão que, em relação a um seu caseiro italiano, de uma vinha que ele possuía na Toscana, dizia: “a confiança é uma grande coisa; mas o controlo é melhor!”. Assim, tudo estava montado no

sentido de evitar surpresas desagradáveis ou imprudências.

Em 7 de Fevereiro, fiz uma revisão da nossa situação, com a Secretária de Estado. Os três passos em que se poderia distinguir o fluxo de meios relativo a qualquer projecto são os seguintes: 1.º) o compromisso; 2.º) o pagamento e 3.º) a execução interna. Os compromissos são anuais e, desejavelmente, deverão ocorrer no princípio do ano para se articularem com os orçamentos do Estado-membro. Nós pretendíamos que os compromissos ocorressem para todos os programas vigentes nessa altura. Já havia assinados, em fins de Janeiro, os compromissos relativamente ao PRODEP, ao PRODAC, ao PNICIAP, ao CIENCIA e a alguns outros mais pequenos. Nós queríamos assegurar que os pagamentos viessem o mais rapidamente possível. Algumas vezes conseguíamos, mesmo, que houvesse adiantamentos; mas, para isso, teríamos de exhibir uma execução dos projectos muito avançada. Aliás, só se poderia comprometer qualquer coisa de adicional se já houvesse uma execução de mais de 40% e só se poderia pedir novo adiantamento quando se tivesse gasto mais de 60%. Com muitos projectos, como era o nosso caso, e com agentes com poucos meios para fazerem os seus próprios adiantamentos, o acompanhamento de toda esta “mecânica” era de importância crucial. Mesmo com todo o cuidado, tivemos de “inventar” linhas de crédito na Caixa Geral de Depósitos, “ outros instrumentos de natureza semelhante.

Nessa data, fizemos o balanço dos compromissos de 1990 que englobava, também, o ano de 1989. Tinha sido muito positivo. Cumprimos a 100% o que estava prometido no Quadro Comunitário de Apoio. Em matéria de pagamentos já íamos com mais de 60%, o que conduzia a um valor de taxa de absorção de 80%, o que era excelente.

Os gestores dos diversos projectos e programas tinham já, todos eles, firmado o seu comprometimento para o ano de 1991.

O segredo do sucesso está sempre no acompanhamento muito próximo da execução. De outro modo, não se consegue assegurar o cumprimento do que foi combinado com Bruxelas. Razão tinha o alemão!...

*

As autoridades galegas e os autarcas do Alto-Minho queriam muito que fosse construída uma ponte sobre o Minho em Vila Nova de Cerveira–Goyan. Nós sugerimos que ela fosse incluída no programa transfronteiriço como parecia adequado. Mas as autoridades de Madrid (PSOE) não estavam nada dispostas a facilitar a vida às autoridades regionais (PP). De modo que punham sucessivos obstáculos dilatatórios, sugerindo a aplicação do dinheiro noutros lados. Mas eu tinha-me comprometido com o Presidente da Xunta. Como sair deste impasse sem revelar a verdadeira origem das dificuldades?

A ponte acabou por ser feita alguns anos depois...

*

A barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo) era-me referida uma vez e outra como muito importante. Mas não estava construída!... No dia 19 de Fevereiro, a Secretária de Estado trouxe a resposta às minhas insistências. O projecto estava aprovado (tinha-o sido há oito anos) e pronto para ir a concurso. A estimativa de custo era de cerca de 3 milhões de contos. Poderia ser aberto o concurso, ainda em 1991 com um escalonamento de dispêndios de 70.000 contos no ano seguinte e um milhão de contos em cada um dos três anos posteriores. Mesmo assim, precisávamos de que o Ministro das Finanças “descongelasse” o montante da primeira prestação.

As pessoas não podem imaginar o alívio que se sente quando se consegue uma coisa pela qual se vem lutando há anos!

*

Em 25 de Fevereiro de 1991, reuni-me de novo com os Ministros da Indústria e do Comércio, com a Secretária de Estado do Planeamento, com o Secretário de Estado do Comércio Externo e com o Presidente do IAPMEI por causa do projecto Ford-Volkswagen.

As negociações estavam a chegar ao fim. Havia três pontos principais em aberto: i) O valor acrescentado nacional; nós queríamos 55%, mas os proponentes achavam que seria difícil ultrapassar os 45%; sugerimos que os 10% do diferencial fossem conseguidos através de compras directas a incorporar nos veículos dos dois grupos.

ii) O montante total dos incentivos que não poderia ultrapassar 30% do valor das aplicações relevantes; os incentivos financeiros montavam a cerca de 80 milhões de contos e os incentivos fiscais a 4,5% das aplicações relevantes; teria de ser nos valores atribuídos à formação profissional que haveria de se encontrar a compensação que satisfaria o candidato, por um lado e as instâncias comunitárias por outro. iii) A forma de pagamento dos incentivos, especialmente a primeira fatia; era o Ministro das Finanças que teria de dizer como é que seria melhor para o Tesouro. A redacção do contrato de acordo não era fácil. Os pontos fundamentais eram o i) e ii). O consórcio tinha-se comprometido com 40% do VAB, no início e 45% três anos depois. Propusemos que os 10% que faltavam fossem formados por compras de materiais portugueses destinados a outras fábricas (no estrangeiro) da FORD e da VOLKSWAGEN; era esta considerada como uma contra-proposta fraca mesmo acompanhada de assistência técnica para controlar a qualidade da nossa produção. A chave dos incentivos era, nessa ocasião, de 80 milhões de contos para os incentivos financeiros e de 20 milhões para os incentivos fiscais. Os proponentes querem sempre mais até tudo estar fechado, com todas as cláusulas negociadas e apreciadas em conjunto. Nunca se deve negociar por parcelas; o remate final tem de dizer sempre respeito ao conjunto dos compromissos das duas partes.

Fizemos cenários vários para os diferentes incentivos. Imaginação não nos faltava! O pior era negociá-los. A última reunião de negociação seria na semana seguinte. Havia coisas que poderiam ficar no contrato; outras deveriam ser objecto de “side letters”. Por outro lado, as instâncias comunitárias acompanhavam de perto as negociações; pretendiam que o nosso contrato fosse o modelo que eles passariam a adoptar para apoiar a indústria automóvel na Comunidade Europeia. Nós estávamos a desbravar o terreno. Porém, havia quem pusesse dúvidas em relação à dimensão do projecto. Não seria ele demasiadamente grande, para se inserir no nosso tecido produtivo, contando com este para o abastecer?

Foi sugerida a montagem de um gabinete de apoio à indústria nacional para poder responder às encomendas do consórcio Ford-Volkswagen. Nós entendíamos que o empreendimento era fulcral para dinamizar a indústria portuguesa em muitos sectores. Tratava-se da produção de automóveis e não somente da sua montagem. Por isso passámos tanto tempo a analisar o modo como seria formado o capital e

como seriam canalizados os dinheiros dos incentivos. Por outro lado, não queríamos assumir dívida pública porque isso nos impunha ir à Assembleia da República. Lá acertámos os termos finais de negociação que o Ministro do Comércio teria de conduzir, especialmente através do Secretário de Estado do Comércio Externo.

*

Estava a haver atrasos em alguns projectos hidráulicos que constavam do Quadro Comunitário de Apoio. Faltavam os licenciamentos respectivos que competiam ao Ministério do Ambiente. Por isso, reuni-me com o Ministro no dia 25 de Fevereiro. Fixámos prazos para que tudo estivesse pronto. Em causa estavam os programas PROAMB e PROTAP, especialmente. Havia muitos empreendimentos das Autarquias e, por isso, era eu que deveria fixar as datas às Comissões de Coordenação. Mas havia alguns outros que eram da responsabilidade da Direcção-Geral dos Recursos Naturais. Este era o caso das obras do Trancão e do Alviela, da ETAR de Coimbra, da barragem da Apartadura (Marvão), da barragem de Odeleite (Sotavento Algarvio) que eu tanto queria ver avançar, do Almonda e a 2ª fase do Saneamento da Costa do Estoril, que era um empreendimento complexo. Em relação aos projectos das Autarquias estavam em causa três ETAR, para tratamento de lamas, no Vale do Ave, os exutores submarinos da Área Metropolitana do Porto e um numeroso conjunto de pequenos projectos que eram mais difíceis de coordenar do que um único.

Volto a dizer. Para que os Quadros Comunitários de Apoio se cumpram é preciso acompanhar de muito perto, a execução de todos os empreendimentos. A imagem do “tableau de bord” é exacta. Tem de se olhar para todos os projectos ao mesmo tempo e ver que sinais é que eles dão.

*

Em 28 de Fevereiro fui à Assembleia da República para discutir a proposta da Lei-quadro do Planeamento. Tinha sido atribuída à sessão a grelha C, o que me dava, como representante do Governo, 30 minutos para a intervenção inicial e para as respostas. Deveria usar desse tempo com muito equilíbrio; causava má impressão não responder às perguntas por já não ter tempo disponível; mas também não era bom desaproveitar o tempo inicial sem justificar devidamente a proposta. A

intervenção de apresentação consta do VI volume dos meus Discursos, logo, não a reproduzo aqui.

O Deputado Octávio Teixeira foi o primeiro a intervir, depois da minha apresentação. Queixou-se em relação ao lapso de tempo decorrido entre a revisão constitucional que justificava a alteração da lei existente e a apresentação desta proposta. Estavam à espera de uma proposta que tivesse tomado em atenção as vulnerabilidades existentes. Mas, afinal, as principais insuficiências persistiam... O Deputado Manuel dos Santos achava que ela deveria ter sido mais completa; havíamos-nos limitado a copiar a Constituição; havia desarticulação entre a exposição de motivos e o articulado!... O Deputado Armando Vara verberou a falta de menção aos órgãos regionais de planeamento e a intervenção de órgãos não democraticamente eleitos. A Deputada Torres Marques falou das imprecisões da Lei; disse que a proposta era mínima como Lei-quadro e semelhante à Lei de Enquadramento do Orçamento de Estado quando deveria ser mais ampla; estávamos num processo pantanoso em que se fingia que tínhamos planos mas não tínhamos... Tudo era fingimento!... Mas disse que o PS iria deixar passar a proposta, abstendo-se. Prometeu que em sede de Comissão Parlamentar me iria fazê-la adaptar, transformando-a naquilo que uma Lei-quadro deveria ser. Houve um Deputado dos Açores (Dâmaso) que fez a defesa da proposta. O Deputado Octávio Teixeira voltou à carga verberando a falta de planeamento estratégico. Enfim, levei a “sova” esperada da Oposição e a proposta seguiu o seu caminho.

*

Havia grandes insistências para fazer um PDRITM II, dados os bons resultados obtidos com o primeiro (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes). Para isso recebi, em 5 de Março, o Eng.^o Carlos Góis que trabalhava para o Banco Mundial. A preparação já tinha começado, mas estava atrasada, face ao calendário que havíamos estabelecido. Era preciso impulsionar os trabalhos, particularmente no que respeitava à concessão de crédito agrícola e à montagem de estruturas que canalizassem os empréstimos. As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo tinham algumas limitações. Novamente, neste campo, também havia dificuldades em formar as contrapartidas; os lavradores estavam descapitalizados.

Muitos queriam especialmente plantar novas vinhas; mas não tinham dinheiro líquido para entrar com a sua parte. Já se haviam realizado contactos entre o Ministério da Agricultura e o Tesouro que se limitaram a constatar a existência de dificuldades; contavam com o Ministério do Planeamento para “inventar” uma fórmula semelhante a uma “bridge-loan” que funcionasse de modo a colmatar o período até à produção de resultados. O IFADAP não podia (ou não queria) ir mais longe do que o que estava a fazer. O representante do Banco Mundial queria que eu fizesse publicar um despacho com as regras e as datas. Sem ele o dinheiro não seria transferido. O pior era que este já estava disponível há meses e não se processava qualquer desembolso. Mas pagavam-se taxas!...

A principal aplicação seria a plantação ou reconversão de 1.000 hectares de vinha no Douro. Passados vinte e cinco anos, eu não posso deixar de exprimir a minha satisfação pelo projecto se ter realizado. Tenho pena de não ter sido o triplo ou o quádruplo!...

*

Havia em curso uma Campanha de Divulgação para a Utilização Racional da Energia. Em 6 de Março tive uma reunião com o Ministro da Indústria e Energia e com os Secretários de Estado do Planeamento e da Energia para definir os cuidados a ter na 3ª fase, que então começava, e para definir os termos em que o Programa VALOREN poderia apoiá-la. Era preciso definir o público-alvo da campanha. Ficou decidido que, desta vez, seria o grande público, mas também os professores de Física, do Ensino Secundário, com quem se contava como líderes de opinião e como veículo para chegar aos pais através dos filhos.

Em anteriores campanhas, o recurso a prospectos tinha sido prejudicado pela irregularidade da sua distribuição. Gostaríamos de promover um concurso com prémios como instrumento de animação. Era importante a colaboração do IAP-MEI que tinha experiência de utilização de fundos comunitários. Havíamos tido reparos, porque os anúncios na televisão não tinham mencionado o VALOREN, como fonte de ajuda da campanha. Se as pessoas pensam que os “olhos de Bruxelas” não chegam aos “écrans” da televisão em Portugal estão muito enganados!... Alguém viu que os preceitos não tinham sido cumpridos. Logo os reparos chega-

ram ao ministro responsável pela aplicação de fundos... Obviamente, tinham sido olhos portugueses, cheios de zelo!...

Havia ainda que definir quem pagaria as contrapartidas nacionais da campanha. Por outro lado, tinha que ser feita uma auditoria pela Inspeção-Geral das Finanças à forma como o programa havia sido realizado. Combinámos que seria eu a solicitá-la.

*

As autoridades do Norte solicitavam, frequentemente, a minha intervenção para desbloquear assuntos em apreciação ou em processo de decisão noutros ministérios. O Governo Civil do Porto, o Presidente da Comissão de Coordenação e o Vice-governador tinham-me solicitado um encontro com o Ministro das Obras Públicas para o sensibilizar para várias questões. A reunião teve lugar no dia 7 de Março. Os assuntos passados em revista foram os seguintes:

Tardava a ligação da auto-estrada à Via de Cintura Interna; a informação foi de que já estava concursada e que a construção demoraria 900 dias! O alargamento da ponte de Arrábida impunha-se. Havia necessidade de proceder à revisão do Plano Rodoviário Nacional na Área Metropolitana do Porto, fixando calendários. O Porto de Leixões precisava de uma expansão urgente, mas ainda nada estava definido; o Ministro remeteu a questão para a APDL (Administração dos Portos do Douro e Leixões). Os molhes da saída da Barra do Douro eram urgentes; o seu estudo estava encomendado. O concurso para a Ponte do Freixo para a V2/V8 e para o “fecho do anel” no Norte seria lançado ainda em 1991. A gare de mercadorias de S. Mamede de Infesta seria também lançada em 1991 se houvesse “abertura” local. Falou-se muito na coordenação dos transportes e na introdução do “eléctrico rápido”. Ainda não se tratava do lançamento do metro de superfície. Propunham o lançamento de duas “navettes” de autocarro especial; Pedras- -Rubras/Porto e General Torres/Boavista. A questão acabou por ser resolvida de outro modo. Abordou-se também o assunto de utilização do edifício da Alfândega para fins culturais. O tema teria um longo percurso e o interlocutor, para o efeito, tinha de ser outro: o Ministro das Finanças. De qualquer forma, as autoridades regionais ficaram com informação directa e o

Ministro das Obras Públicas pôde tomar nota das suas prioridades. Há muito que as questões então levantadas tiveram solução.

*

No dia 11 de Março fiz uma visita ao Vale do Tejo, começando por uma reunião com todos os Autarcas do Ribatejo, em Santarém. Nela participaram, também, o Governo Civil, o Presidente e o Vice-presidente da Comissão de Coordenação. Eu ia acompanhado da Secretária de Estado. Vou referir os temas tratados sem mencionar quem disse o quê:

Havia atrasos no Programa Operacional do Vale do Tejo. Eu queria saber porque se estava somente a 10% do que tinha sido previsto. O atraso tinha-se verificado no último trimestre de 1990. As dificuldades, disseram, eram de ordem financeira (a velha questão das contrapartidas) e “administrativo-funcional” que é um eufemismo para dizer que estavam a “arrastar os pés” porque não tinham dinheiro para pagar as obras... Por isso eu estava a visitá-los. As dificuldades vinham de trás; no FEDER 1989, não tinham conseguido ver aprovados projectos; só a partir de Março de 1990 é que as despesas eram elegíveis de modo que só a partir de então é que trataram da instalação da unidade de gestão e do secretariado. Só tinham recebido as primeiras verbas em Janeiro-Fevereiro de 1991 e, daí, só terem gasto 10% do que deviam. Disseram que sem adiantamentos não queriam lançar as obras e, por isso, esperaram para ver... e, desse modo, crer. Mas já estava lançada a estrutura de gestão. Queixaram-se porque havia necessidade de demasiadas aprovações prévias (eram as regras...) e elas bloqueavam os serviços centrais; por isso é que eu estava a fazer a reunião para ver onde tinham enalhado os processos. Mas logo ressalvaram que o Vice-presidente da CCRLVT tinha sido incansável. Estavam com dificuldades com alguns projectos grandes, nomeadamente, o da despoluição do Tejo e o grande projecto da EPAL; um dos entraves respeitava à programação que não estavam em posição de fazer. Referiram que, em relação à participação dos Municípios, tinha sido uma grande coisa que nós tivéssemos conseguido transformá-lo em programa aberto em vez de projecto fechado e que auferíssemos de 65% de comparticipação comunitária, em vez de 50%. As duas coisas asseguravam maior flexibilidade ao Programa e, por isso, a possibilidade

de alcançar taxas de execução mais elevadas. Apesar das dificuldades, todos afirmaram estar “de corpo inteiro” no Programa.

Havia dificuldades na circulação da informação. Esta era muita e sofria algumas variações ao longo do tempo. Isso era verdade mas não éramos nós que variávamos; era Bruxelas!... A unidade de gestão só tinha ficado constituída nos fins de Outubro, tendo aprovado os primeiros projectos em Novembro.

Particularmente complexos eram os projectos dos loteamentos industriais que reclamavam muitos trâmites processuais. Veio à baila a questão das despesas correntes que não podiam (queriam...) suportar. Ficou combinado fazer-se um “roteiro das dificuldades” para eu “olear” as engrenagens perras. A desactualização do cadastro acarretava dificuldades suplementares. Por outro lado, coexistiam o FEDER antigo com o FEDER novo, com regras diferentes que eles tinham dificuldade em distinguir. Alguns haviam insistido em fazer obras por administração directa, o que complicava sempre as coisas, nomeadamente em termos contabilísticos e de fiscalização.

Tudo ia desembocar na insuficiência de verbas das Autarquias para realizar os 35% dos montantes que lhes cabiam. Oportunamente, conseguimos uma linha de crédito mas sem a possibilidade de este ser concedido para a totalidade dos montantes necessários.

Queixaram-se dos investidores privados que começavam a conversa perguntando quanto era o subsídio dado pela Autarquia. Como se sabe, não era nenhum. Mas eles invocavam o caso de Espanha, onde havia cumulação de incentivos nacionais, regionais e locais!... Nós não podíamos dar-nos a tão grandes luxos.

Houve quem se referisse à “ditadura dos técnicos”... Mas eu defendi-os, porque se não houvesse fiscalização, a indisciplina seria imensa... Também se queixaram da EPAL que não ligava aos “pequenos”... Em causa estava o abastecimento de água a vários Municípios; o projecto era realmente grande; mas a escala tinha importância, porque resolvia muitos problemas de uma só vez.

A Secretária de Estado esclareceu as observações postas em relação à transição das regras do anterior FEDER para o novo. Apesar das dificuldades estava-se a recuperar bem. Em relação às obras por administração directa, ela referiu que a nossa proposta tinha demorado um ano e meio a tentar ultrapassar as dificulda-

des. Estava a haver uma recuperação do tempo perdido; mas também o Estado Português não tinha sido “alimentado” por Bruxelas nos últimos três meses. Houve um pequeno remoque de inveja. Sabiam que o Programa do Oeste estava mais avançado, o que era verdade. Aproveitei logo para dizer que isso acontecia porque as respectivas Autarquias estavam mais empenhadas no processo... Sorriam-se “de amarelo”...

*

No dia 22 de Março tive no Porto uma reunião com a comissão de gestão da OID do Vale do Ave. Como tinham sido abertas numerosas frentes de ataque aos problemas havia que lubrificar as ligações com diversos ministérios, começando por ver designados os membros da comissão de acompanhamento responsáveis pelos sectores. Se o ministro que assegura a coordenação não insistir, as nomeações costumam arrastar-se; era o que se estava a passar. Foram passados em revista os projectos considerados como mais urgentes. Para não fugir à regra, eram estradas! O IC5, a auto-estrada, o IP9 (Famalicão-Guimarães), a ligação à circular de Guimarães, a ligação entre o IP9 e a VIM (via inter-municipal), as variantes de Guimarães e de Fafe, a variante urbana de Santo Tirso e a equivalente da Trofa, uma passagem desnivelada em Vila das Aves e a variante urbana de Vizela. Se enumerei aqui as que então anotei foi para ilustrar que a prioridade era, no momento, conferida por todos às ligações rodoviárias. Ouve-se muito dizer, hoje (2015), que era o Governo que conferia urgência a essas obras; mas não era! Todos os agentes locais insistiam na importância da acessibilidade (entre centros urbanos, ao porto de Leixões, ao aeroporto de Pedras Rubras, aos grandes eixos para Espanha...). Isso vinha ocorrendo desde 1974. Ainda clamavam por mais em 1991! Passámos em revista, as escolas (C+S) e as profissionais. Aí a insistência era minha... Estavam em causa as de Joane e de Briteiros. Mas as Câmaras tinham dificuldade na realização das contrapartidas definidas no programa. Fafe confessou-se totalmente incapaz de arranjar dinheiro para a escola de Silvaes. O argumento que usavam era: “se elas foram consideradas como prioritárias pela Resolução do Conselho de Ministros, então o Governo que as pague...”. Tratava-se obviamente de um habilidade para fugir à regra geral e obter mais fundos...

Eu tinha pedido ao GEPAT para analisar a situação de cinco escolas profissionais que ajudavam a cobrir razoavelmente todo o território do Vale do Ave. Por isso, percorri os cinco casos, um a um, com os respectivos Presidentes das Câmaras. Foi definida a forma de proceder em relação a cada uma delas. Tomámos a decisão de abrir um novo concurso a título excepcional.

A construção de três ETAR fazia parte do programa. As propostas já haviam sido abertas; verificando-se a existência de um elevado número de concorrentes, o que augurava que as poderíamos ter feito em pouco tempo e por bons empreiteiros. Na parte electro-mecânica, todavia, tinha-se constatado uma alta de preço no valor de 37%... Mas as Câmaras não dispunham de assessoria técnica para proceder à escolha das soluções. Foi preciso afectar técnicos dos GAT à operação e com prioridade.

Percorremos depois as medidas tomadas no âmbito da Indústria. Tínhamos encontrado como colaboradora, uma técnica do ICEP que se estava a revelar excelente. Os empresários presentes fizeram bons depoimentos, tendo-a eu encorajado a prosseguir. O NORPEDIP estava empenhado, especialmente nas reestruturações financeiras que eram os casos mais frequentes. A principal questão era distinguir as empresas viáveis das inviáveis; estas últimas tinham de ser deixadas cair e quanto mais rapidamente melhor; as outras deveriam ser objecto da maior atenção. Mas era evidente que o Governo não iria intervir directamente nas empresas; elas teriam de recorrer aos instrumentos financeiros de apoio disponíveis e que eram de acesso generalizado.

Estavam a estreitar-se os laços das empresas com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o próprio Ministério do Emprego e Solidariedade Social. E isso era um passo importante para o sucesso da OID. Já havia muita gente envolvida na formação profissional. No gabinete de Guimarães que nos apoiava foi particularmente reforçada a componente do domínio da gestão dos recursos humanos.

As coisas iam avançando. Mas, para isso acontecer, o acompanhamento da Operação Integrada tinha de ser constante.

*

No dia 26 de Março reuni-me com os técnicos que asseguravam a gestão do FEDER para analisar a situação de dois grandes programas: o REGEN e o CIENCIA. Em relação ao primeiro, o que estava em causa era o financiamento do terminal para o gás liquefeito em Sines e o gasoducto. O problema residia no facto de a melhor proposta para o primeiro não coincidir com a melhor relativa ao segundo. Foi decidido solicitar um parecer à Universidade de Aveiro. Pedi para incluírem uma avaliação do risco para as populações e, também, do risco de sabotagem. Era a análise económico-financeira que estava a ser feita. Mas as propostas não se afiguravam como satisfatórias. Tornava-se indispensável solicitar mais elementos justificativos. Mas, se o gasoducto e o terminal seriam financiados pelo REGEN, as redes de distribuição sê-lo-iam pelo PROTED. Havia que articular por isso, duas fontes de recursos, o que complicava o exercício. No CIENCIA tinha havido adiantamentos às universidades em 1990, mas elas estavam a tardar na entrega dos comprovativos da despesa. Em relação às bolsas, subsidiadas pelo Fundo Social Europeu havia problemas, porque a sua gestão era interna a cada universidade, mas tinha implicações comunitárias que incluíam a apresentação daqueles documentos. O atraso estava a determinar a impossibilidade de ter acesso a novas fatias do financiamento. Ora, os administradores das universidades não se comoviam facilmente com os apelos dos directores-gerais; era preciso o ministro “dar uma palavrinha” aos reitores... Doutro modo emperrava o processo. Era para isso que eu me reunia com os que tinham as responsabilidades pelo fluxo de fundos.

*

No dia 26 de Março fui de manhã à Câmara Municipal de Setúbal para ter uma reunião com todas as Autarquias da Península para fazer uma avaliação de cinco dos projectos e, à tarde, reuni em Lisboa com os responsáveis pela gestão da Operação Integrada. As coisas estavam a decorrer em bons termos mas tinham surgido problemas novos: Em relação à escarpa de Santos Nicolau, o viaduto tinha sido posto em concurso mas havia que decidir acerca da reafecção dos terrenos expropriados e não usados. A passagem desnivelada da Cachofarra havia arrastado o tratamento da fachada do terraplano que talvez fosse subsidiada pelo

RENAVAL. Em relação à via-rápida Alto-da-Guerra/Mitrena, tinha que se promover uma conciliação com o Serviço de Parques para assegurar a travessia do sapal. Havia uma estação de tratamento de lixos que seria adjudicada daí a dois meses estando em execução daí a quatro e pronta em 1992; custava cerca de dois milhões de contos. Dos mais de quarenta projectos apresentados, no âmbito da OID, dez já estavam aprovados. Em breve estariam em obras sete novas ETAR, o que mudaria muito o estado sanitário da Península. Era preciso solicitar à Ford-Volkswagen a classificação dos seus lixos; não sabíamos se eles poderiam ir para a estação prestes a construir.

As coisas estavam a andar razoavelmente, mas havia continuamente mudanças a incluir num ou noutro projecto. Em Portugal, não se pode deixar nada sem acompanhamento próximo; há encravamentos ou esquecimentos a que é preciso atender.

*

Em 27 de Março tive a notícia de que um alto funcionário do Banco de Portugal havia dito em Bruxelas, numa reunião, que Portugal não precisava de mais fundos!... Era o Dr. Victor Gaspar que, anos mais tarde, nos deu outras mostras da sua graça.

*

Em 5 de Abril tive uma reunião em Castelo-de-Vide, com Autarcas e representantes dos diversos sectores envolvidos, para fazer uma avaliação do modo como estava a decorrer a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano (OID-NA). Tratava-se de uma operação complexa envolvendo numerosos agentes. Era a primeira operação integrada no Alentejo. Não mexia com grandes montantes (eram somente 3,5 milhões de contos) mas eles tinham de ser bem gastos e justificados. Por outro lado, tinha que se articular com outros programas como, por exemplo, o PEDAP no sector agrícola.

Havia dificuldades nos caminhos rurais e electrificações. Nos outros sub-projectos do PEDAP a execução apresentava taxas superiores a 100, o que significava que queriam mais dinheiro. Interessei-me, particularmente, por um subprograma chamado de experimentação que visava a instalação e ob-

servação de pomares de árvores de frutos secos e forragens; a programação tinha sido integralmente cumprida. Os empreendimentos hidráulicos estavam a correr bem. Já me referi à excelência da Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas; havia tarefas que lhe tinham sido incumbidas respeitantes ao triticale e ao grão-de-bico de inverno; havia bolsas da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) que estavam a ser devidamente usadas. Tive a notícia de que havia muitos jovens a quererem voltar a trabalhar na agricultura. Em relação ao Fundo Social, a responsável pelas verbas manifestou-se satisfeita, porque as metas haviam sido ultrapassadas, embora com melhores resultados nas Autarquias do que nas empresas, o que não me surpreendeu; estas eram poucas naquela área. Mas, no ano anterior (1990) a execução financeira tinha-se ficado pelos 75%. O maior problema que enfrentava era o corrente: falta de dinheiro para formar a componente interna. O Centro de Formação Profissional iria arrancar em Junho seguinte, com uma série de novas especialidades. O sector do Turismo estava a experimentar algumas dificuldades; havia que o incentivar directamente junto dos próprios empresários que estavam hesitantes em mover-se.

Havia em formação o Núcleo de Apoio à Constituição de Empresas (NACE) que poderia tratar de umas 14 a 15 empresas; a proposta de regulamento já estava feita. A construção demoraria cerca de um ano. Teria de ser o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) a tomar a iniciativa. Este projecto articulava-se com a OID mas não fazia parte dela.

O PAF (Plano de Apoio Florestal) é que não ia muito bem. Tinham em carteira cerca de 1500 projectos. As pequenas barragens e os caminhos não punham problemas; a componente de instalação de montados de sobre e azinho sofria do habitual: falta de fundos para compor a parcela nacional.

O representante do IAPMEI referiu a sua insatisfação pelo modo como estava a decorrer a componente industrial da OID: apresentava uma taxa de execução entre 25% e 30% do que deveria ser. Não se estavam a criar unidades industriais, nem pequenas nem médias. E as empresas existentes não solicitavam apoio para se modernizarem. Achava que os critérios definidos, no SIBR, para aferir a relevância industrial eram muito elevados para o tecido produtivo local. Só estavam

a ser aprovados os projectos respeitantes à exploração de rochas ornamentais. Os outros sectores não apareciam sequer.

No Turismo, o representante lamentou que não houvesse solicitações na área da formação manifestamente necessária. Estavam, todavia, a aparecer alguns pequenos empreendimentos turísticos privados, nomeadamente no campo do turismo de habitação.

No sector da Educação, as escolas (P+C+S) de Santo António das Areias e da Portagem estavam em fase de conclusão. As dificuldades concentravam-se nas escolas profissionais cujo arranque tinha sido complicado.

No domínio das estradas, as coisas estavam a correr de forma satisfatória: duas obras já estavam concluídas, outra ficá-lo-ia até ao fim do ano. O lanço Monforte-Estremoz veria o seu concurso lançado ainda durante aquele mês. Havia problemas em relação ao IC13, que não estava incluído na OID, mas era objecto de muita insistência para ser construído. O pior do sector respeitava à conservação da rede existente: havia muitos trechos em mau estado e não tinham dinheiro para os recompor.

No sector da Saúde havia um centro de saúde com quatro extensões e o centro de saúde de Avis; a entrega provisória de um deles havia decorrido nessa manhã. A reprogramação do hospital de Elvas tinha sido feita sem o sector regional se ter pronunciado; isso augurava sarilhos próximos... Ouvi sem comentar. Falaria ao Ministro da Saúde em Lisboa. Estimava-se que a execução dos equipamentos neste sector fosse baixa... porque era o costume. Ainda mais preocupado fiquei!

Tinha sido criado recentemente o Parque Nacional da Serra de S. Mamede. Deveriam ser construídas algumas casas-abrigo e um centro de interpretação em Castelo-de-Vide; estava em curso o processo de aquisição de um edifício para o efeito; previa-se a instalação de um posto de informação em Arronches. O que mais me preocupava era a reflorestação da Serra de Castelo-de-Vide, em relação à qual não consegui obter nem resposta nem compromissos. Havia falta de pessoal no Parque e muita dificuldade em encontrar arquitectos; não se queriam fixar na zona.

O IPPC, foi-me dito, tinha visto as suas verbas cortadas, de modo que pouco havia feito. Além disso, restavam algumas obras postas a concurso em que este tinha ficado deserto; era uma época em que os empreiteiros não chegavam para as encomendas...

Todos os Presidentes das Câmaras presentes se pronunciaram. O de Nisa estava preocupado com dois projectos: i) a demarcação da área do queijo de Nisa e ii) a formação profissional para a indústria de salsicharia. A primeira, estava pendente de uma autorização da Direcção-geral da Qualidade Alimentar; a segunda, precisava de uma injeção generalizada de capital. O do Crato falou muito das estradas e a zona industrial; sabia que eu tinha visitado o mosteiro da Flor da Rosa; incentivou-me a não largar o projecto (tive ocasião de o informar que a ENATUR já o tinha “adoptado”). O de Avis queria mais estradas e ETAR para tratar de “águas russas” em duas freguesias; queria fazer uma piscina junto da barragem do Maranhão que, referiu, estava cheia de peixe que se impunha pescar... O de Alter-do-Chão manifestou-se satisfeito com o andamento da OID mas queria ver o IC13 rapidamente construído. O dono da casa, o Presidente de Castelo-de-Vide, disse do seu interesse pela construção da variante da sua terra.

Alonguei-me na descrição para ilustrar o ambiente em que decorriam estas reuniões que suscitavam tanto entusiasmo aos Autarcas. O dia terminou com uma visita guiada pelo Presidente da Câmara à zona da judiaria e em especial à sinagoga que estava a ser objecto de reabilitação. Um dia bem passado!...

*

No dia 8 de Abril a Secretária de Estado entregou-me o Relatório do Quadro Comunitário de Apoio que decidi fazer circular pelos Secretários de Estado, antes de ir a Conselho de Ministros para, posteriormente, ser enviado ao Parlamento. No mesmo dia analisámos um relatório sobre a metodologia de acompanhamento e avaliação do QCA e montagem do sistema respectivo; decidimos enviá-lo a todos os ministros, pedindo que se pronunciassem no prazo de uma semana. Como eu iria encontrar-me com o Comissário Millan em breve, elaborámos, em conjunto, a “cábula” da minha conversa. Ela deveria fluir com muita naturalidade mas, para que isso acontecesse com utilidade, deveria ser muito bem preparada.

No mesmo dia, fizemos uma reunião de coordenação das aplicações dos fundos estruturais. Havia casos que mereciam atenção: o PRODAC estava com uma taxa de execução relativamente baixa; era preciso fazer a revisão do programa até ao fim do mês; no sector do saneamento básico estavam a andar bem as obras da

Costa do Estoril, do Almonda e do Alviela, o que iria acarretar melhorias enormes nas respectivas zonas; havia problemas burocráticos no âmbito das OID e no sector da Saúde; impunha-se uma diligência junto do Ministro; havia atrasos arreliadores no que respeitava aos licenciamentos de obras pelas Autarquias; no RESIDER as coisas estavam a avançar lentamente, porque se estava à espera da constituição de uma associação para a exploração do parque industrial do Seixal; na OID da Setúbal quem atrasava as coisas eram as grandes obras da Administração Central, nomeadamente o lanço de Setúbal/ Marateca e a travessia ferroviária que nos disseram só ir estar concluída em 1994; no programa transfronteiriço as verbas previstas não chegavam porque tinha havido alta de preços, devido à quantidade de obras postas em concurso. Destes casos que não estavam a fluir como queríamos, alguns teriam resolução interna ao MPAT, mas a maior parte reclamaria visitas aos meus colegas.

*

No dia 12 de Abril tive, na sede da Comissão de Coordenação da Região do Norte, uma longa reunião para apreciação dos programas operacionais da Região. Começou-se pela Área Metropolitana do Porto. Tinha havido dificuldades em relação à aprovação dos projectos, mas assistia-se a uma recuperação muito estimável; em relação ao fim de 1990 o crescimento havia sido de 20%; os pedidos de desembolso do PRORAMP montavam a mais de 2,5 milhões de contos (mas deveriam ser 8!...). De qualquer modo, os responsáveis estimavam que se tinha adquirido impulso. As dificuldades estavam a passar-se, sobretudo, na área dos recursos hídricos. Recomendei que se fizesse “overbooking”; quem não cumprisse o que havia prometido ficaria para trás; não se poderia prejudicar o conjunto porque um dos agentes estava a arrastar os pés; mas tudo se deveria passar com o conhecimento de todos. Havia projectos de vias de comunicação no Município do Porto; o Presidente da Câmara insistia em dizer que tinha assegurada a contrapartida nacional e que, por isso, não poderia ficar prejudicado. O hospital de Matosinhos estava com atraso. Iria haver problemas de falta de dinheiro com a LIPOR (15 milhões de contos); quando se “pusesse fogo à peça”, a estação de tratamento de resíduos sólidos absorveria as disponibilidades existentes; mas isso só viria a ocorrer em 1992 ou 1993... Queriam fraccionar as empreitadas para

poder ter o concurso de muitas médias empresas; mas essa orientação punha problemas de outra índole... Eu preferia que atacássemos os projectos de grande dimensão... Para os pequenos haveria sempre formas de encontrar financiamentos.

Como as coisas tinham adquirido um novo andamento sugeri que, no relatório anual do QCA 90, houvesse um anexo respeitante ao primeiro trimestre de 1991 cujos dados inculcavam haver uma nova dinâmica.

Em relação ao projecto da LIPOR, ainda se discutiam questões de associativismo municipal. Referiu-se que a solução anterior tinha aguentado 12 anos de trabalho ininterrupto. Mas havia-se chegado ao limite! Havia 300 toneladas de lixo por dia que eram simplesmente dispersas pelo terreno! O cheiro era insuportável! E a técnica do “land-fill” estava esgotada. Suspeitei que houvesse algum défice de conhecimentos. Recomendei que fossem ver o que se fazia em centros urbanos de tamanho semelhante, na Europa tecnologicamente mais desenvolvida, o que fizeram com evidente bom-resultado. Os próprios órgãos de fiscalização precisavam de assessoria técnica, o que foi devidamente assegurado. Nessa ocasião, tomei a decisão de propor ao meu Colega do Ambiente a realização de um curso de Engenharia Sanitária para técnicos autárquicos; ele realizou-se com intervenção de um professor do Instituto Superior Técnico e de outro da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

O PROZED (Zona Envolvente do Douro) estava a andar. O respectivo decreto-regulamentar iria ser-me entregue dentro de duas semanas. Era preciso fazer incluir Castelo de Paiva, o que foi feito.

O PROTAD estava com “falta de oxigénio”... Era preciso proceder a uma transferência urgente de cerca de 1,8 milhões de contos; havia já facturas por pagar e isso comprometia o andamento do programa. Mas havia que melhorar a programação e as relações entre esta e a execução; isso reclamava apoio técnico, o que foi encontrado na Direcção-geral.

O director de um GAT ufanava-se da capacidade de realização física das Câmaras que apoiava; reclamava capacidade financeira, desse modo “chutando a bola” para mim... Queriam “adiantamentos”... O dinheiro deveria ir à frente! Iluminava melhor... Mas eu tinha de apresentar contas a Bruxelas e não gostava nada de pôr o pé em ramo verde...

Nessa altura, as obras relativas à “acessibilidade” e ao “saneamento-básico” eram responsáveis por 70% do programa do Alto-Douro. No fundo e como acontecia sistematicamente, o problema ia bater nas disponibilidades financeiras. Era por isso que eu ali estava!...

As coisas não foram muito diferentes em relação ao PROAM (Alto-Minho). Os pedidos de pagamento ainda não satisfeitos montavam a cerca de 800 mil contos. Tinha que haver agilidade nos fluxos financeiros. Comparavam o FEDER antigo que havia gerado muito entusiasmo com este que estava a gerar muita ansiedade (em grande parte porque as expectativas também tinham subido enormemente). Finalmente, foi analisado o PRORN (respeitante aos Concelhos da Região do Norte, não englobados nos programas anteriores). A área era mais heterogénea mas todos os agrupamentos de Municípios estavam presentes na respectiva unidade de gestão e entendiam-se quanto ao estabelecimento de prioridades. O pior era o dinheiro que não chegava para as ambições. De qualquer forma, houve o depoimento de um técnico que acompanhava todos os processos: os projectos técnicos tinham tido um salto qualitativo muito significativo, bem como as medições e os orçamentos. Para quem tinha pugnado pela injeção da capacidade técnica na periferia, isso causava natural satisfação.

*

No dia 15 de Abril de 1991 fui a Évora para fazer uma avaliação do Programa Operacional do Alentejo, em termos semelhantes aos que tinham orientado a reunião no Porto três dias antes. Quando eu fazia reuniões destas na Comissão de Coordenação insistia sempre em que quase não interrompéssemos o trabalho para almoçar. Isto, no Alentejo, é mais do que pecado venial! Eu compreendo, porque se come sistematicamente bem, mesmo que sejam só migas, mas fica-se pesado para arrancar da parte da tarde. Por isso, eu pedia que mandássemos vir empadas de Arraiolos e com isso se fazia a festa. Mas o presidente da Comissão era, simultaneamente, o presidente da Adega Cooperativa do Redondo e insistia em que fizéssemos sempre a prova da sua última criação... Lá se estragava a frugalidade!... Os presentes olhavam sempre de lado para o costume estranho do ministro em não sair da sala de reuniões para almoçar; as empadas eram postas numa mesa

ao lado, mas o presidente perguntava-se sempre, alto e bom som, se era assim que eu queria... Não fosse os seus colaboradores pensarem que tanta “modernice” tinha saído da sua cabeça...

Começámos pelo programa de Entre-Mira-e-Guadiana. A taxa de execução havia sido baixa: 18,25%! Era preciso fustigar o passo, tanto mais que as Câmaras tinham condições financeiras para cumprir com o que estava aprovado. O programa mostrava, todavia, alguns desequilíbrios: as medidas relativas ao saneamento básico estavam completas, bem como as do sector do turismo e da saúde. O resto precisava de um novo impulso. O apoio ao fomento empresarial apresentava saldos por gastar. Durante 1990 e o primeiro trimestre de 1991 tinham sido apresentadas 85 candidaturas; somente 40 haviam sido aprovadas. Criticaram a “via-sacra” que tinham de percorrer para obter as autorizações de todos os sectores envolvidos; isso chegava a demorar 6 meses com um desgaste enorme da paciência... Eram os pareceres obrigatórios das outras entidades que atrasavam o processo. Queixaram-se, particularmente, do IPPC; as aprovações eram sistematicamente tácitas; parecia que havia falta de técnicos e que os que estavam ao serviço tinham coisas mais interessantes em que se ocupar.

As obras no Alentejo eram pequenas; a média orçava pelos 50 mil contos; insisti para que se procurasse uma outra escala para resolver problemas maiores; respondiam-me que não havia gente e que as obras pequenas chegavam... Não havia candidaturas nem para o FSE nem para o FEOGA. O IIEFP usava os apoios para fazer acções de formação profissional de sua iniciativa; em relação ao FEOGA, o PEDAP oferecia condições mais interessantes (pagava 90% dos empreendimentos!...); por isso, enquanto eu não arranjasse o mesmo para o FEDER, este permaneceria sem solicitações, apesar de terem sido esgotadas as do PEDAP... Mas eu não podia alterar as condições negociadas com Bruxelas...

O Presidente da Câmara de Ourique queixou-se de que os seus técnicos não sabiam percorrer a “via-sacra”... Por isso não apresentava candidaturas; era preciso ajudá-lo. A administração directa (pelas Câmaras) era a regra para as tais obras pequenas e médias; os empreiteiros não apareciam nos concursos porque não compensava deslocarem-se por tão pouco; mas não se faziam contas muito apuradas em relação ao que se construía, o que me inquietava bastante. Havia, ma-

nifestamente, necessidade de formação de condutores de obras para garantir um mínimo de qualidade naquilo que se construía; seria o embrião de um novo grupo empresarial que seria útil na zona.

Veio depois o Litoral Alentejano. A taxa de execução era ligeiramente melhor do que a do anterior. Houve queixas em relação aos recursos financeiros; ainda estavam a pagar as obras do FEDER antigo que se tinham arrastado. Era praticamente irrelevante o apoio à actividade económica por falta de solicitações. Como noutras partes, os sectores que estavam esgotados eram os da acessibilidade e do saneamento básico. A Comissão Regional de Turismo para a Costa Alentejana queria fazer uma proposta mas descrevia um largo rol de dificuldades que tinha encontrado; fiquei com a impressão de que não haviam teimado o suficiente. (Alguém soprou no meu ouvido, nessa ocasião, um ditado alentejano: “o trabalho não azeda...”). Havia que encontrar novos intérpretes. O papel do porto de Sines foi, naturalmente, sublinhado; mas o que lá se fazia não estava dentro do programa operacional que era só para os Municípios. O Presidente da Câmara de Sines não se deixava tolher por quaisquer orientações ideológico-partidárias; queria, genuinamente, o progresso da sua terra e sabia defendê-lo bem; além do mais tinha sentido de humor, o que é comum nos Alentejanos mas pouco vulgar nos comunistas de então.

De seguida, tratámos do Programa Operacional do Centro e Baixo Alentejo. A taxa de execução era ainda mais baixa do que as anteriores mas afiançaram-me que no meio do ano seria de 45% Achei muita fartura mas não os desencorajei; ainda não tinham solicitado o segundo pagamento relativo ao ano anterior; por isso a marcha era lenta!

O panorama dos sectores mostrava-se semelhante: as estradas estavam a avançar melhor do que tudo o resto. Mas teria de haver uma reformulação do programa, procurando investimentos alternativos porque os que tinham sido sugeridos inicialmente não haviam avançado. Por isso, observavam-se folgas financeiras. Mas elas não me satisfaziam. Eu preferia que me viessem pedir mais dinheiro por terem gasto bem tudo o que houvesse sido previsto. Impunha-se uma grande dinamização do processo e dos agentes respectivos. Era evidente que as desculpas tinham de vir ao de cima: haviam tido um conhecimento tardio das regras; a

unidade de gestão só tinha começado a aprovar projectos em Setembro anterior; os primeiros adiantamentos só chegaram em Novembro; em suma, atrasos sucessivos acumulados...

Fiz uma intervenção adequada à gravidade da situação. Não estabeleci comparações porque estas só têm o condão de irritar. Mas apelei para o sentido de compromisso que havia sido firmado. A desculpa foi logo a exiguidade do Fundo de Equilíbrio Financeiro que não havia permitido assumir responsabilidades a tempo... E os atrasos processuais que a burocracia impunha. Em resumo, iria ser difícil gastar a verba toda naquele ano. Por isso eu praticava sempre o “overbooking”... Haveria outros a beneficiar.

Concordaram em que, no primeiro ano, não se tinham projectado obras de grande envergadura; só coisas pequenas; aconselhei-os a pensarem em conjunto e em grande. Ficou patente um défice de organização nas Câmaras Municipais. Como eu também tinha o pelouro da Administração Local, essa preocupação foi comigo para Lisboa para ver com o Secretário de Estado como haveríamos de lançar um programa geral que ajudasse a garantir os quadros com profissionais razoavelmente competentes.

*

Em 16 de Abril reuni com os cinco presidentes das Comissões de Coordenação Regional para fazer avaliações várias. Dados os resultados recentes das reuniões com os responsáveis pelos programas operacionais, decidi reunir-me com todos eles, deixando os já visitados para imediatamente antes do verão. Por outro lado, seria oportuna uma reunião pública para fazer a avaliação do modo como estava a decorrer a preparação dos Planos Directores Municipais. Como se sabe, havia alguns Presidentes de Câmara que não se queriam comprometer com nenhum documento escrito; era preciso confrontá-los com o peso da sua posição singular. Eu sabia que, em relação a ambas as situações, tinha havido “mais olhos que barriga”, que se haviam detectado deficiências de carácter técnico nos projectos e no acompanhamento da obra e que a tramitação dos processos mostrava numerosos emperramentos em certas repartições que ainda não estavam na onda da modernização que pretendíamos. Havia, como factor positivo, um bom

relacionamento com as unidades de gestão dos programas operacionais que tinham entendido bem a minha preocupação com a flexibilidade dos processos, com vista à sua execução.

Confrontávamo-nos com a escassez de projectos novos. Tínhamos varrido tudo o que estava acumulado, ao longo de anos e, agora, a fonte tinha secado. Havia que recrutar técnicos para analisar as ideias que eram propostas e preparar os projectos respectivos. Por outro lado, suspeitávamos da existência de preferências por certos gabinetes que se viam inundados de solicitações; poderia ser por se revelarem muito competentes; mas também poderia haver outras razões... Como dizia um amigo meu, convém estar sempre “alerta e desconfiado”...

Os atrasos impacientavam-nos, até porque a reforma dos fundos iria ser feita com base no “retrato” tirado em Junho de 1991, o que era praticamente no dia seguinte. Impunha-se um novo esforço para apressar o processo, alcançando pelo menos 40% dos compromissos do ano. Na ausência de projectos oriundos das Câmaras, dei instruções para ver quais seriam os da responsabilidade da Administração Central que pudessem vir a ser subscritos pelos Autarcas; com essa condição, talvez fosse a via mais rápida para alcançarmos o patamar que nos convinha.

Havia algumas direcções-gerais sem visão estratégica. As ideias de projecto emergiam um tanto ao acaso. Por isso eu insistia, constantemente, na justificação de cada empreendimento: “por quê fazê-lo; por quê fazê-lo agora; por quê fazê-lo desta maneira?” Eram as três grandes questões mínimas a que tinha de se saber responder. Havia, também, algumas direcções-gerais “à antiga”, muito estáticas e longe do terreno, dando seguramente pareceres sábios aos ministros que apoiavam mas sem a menor capacidade de iniciativa para mudar as coisas (“nem bom cavalo, nem bom cavaleiro”...). Eu insistia que cada caso entre mãos fosse “o mais importante do mundo”, exigindo respostas imediatas. Queixavam-se, muitas vezes, de falta de pessoal ou de só disporem de técnicos idosos e sem entusiasmo. Alguns sectores eram completamente “hopeless”. Isso reclamava uma actuação directa junto do ministro respectivo. Era o que eu fazia.

*

No dia 29 de Abril fui fazer uma reunião na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, com o Ministro da Agricultura e com os responsáveis pela execução do PDRITM I para ajuizar da possibilidade de o estendermos através de um PDRITM II. A reunião começou pela assinatura de protocolos entre o IFADAP e a Caixa Geral de Depósitos, entre o IFADAP e o Banco Espírito Santo e entre o IFADAP e a FENACAM. O IFADAP era o veículo dos dinheiros para o PDRITM, nomeadamente para a sua componente de reabilitação e plantação de vinhas novas que tanto sucesso estava a ter. Eu havia visitado alguns locais onde se estava a fazer a “despedrega”. Hoje são todos eles vinhas a produzir em pleno. Começámos por ouvir o presidente da CCRN e gestor do Projecto.

Constatou que as coisas estavam a mudar. A área era heterogénea e, por isso, havia velocidades de mudança diversas. Começava a ver-se o efeito da injeção de dinheiros do FEOGA. Estava a assistir-se a uma transferência da população das zonas rurais para os centros urbanos mais dinâmicos, a começar pelas sedes dos Concelhos. Os produtos agrícolas estavam a valorizar-se e começava a despontar o turismo rural. O PDRITM I estava a terminar, era a ocasião de apostar no PDRITM II e no PROTAD. Quanto ao II o objectivo deveria ser consolidar o trabalho anterior com maiores níveis de exigência. O PDRITM I tinha tido uma taxa de execução superior a 90%; a reabilitação dos regadios tradicionais havia sido um sucesso, os novos regadios da Curalha e de Gostei estavam construídos; tinha-se conseguido revalorizar a água como factor de produção; havia 110 novas salas de ordenha colectiva; o sistema de crédito agrícola tinha sido reforçado; havia novos 3000 hectares de vinhas A e B; referiu, ainda, outros indicadores.

O PDRITM II deveria ter objectivos semelhantes, mas na componente agrícola teria de contar agora com os auxílios do PEDAP que não existiam no início dos anos 80. A componente de crédito além das vinhas deveria atender também aos soutos e aos amendoais. Mas tinha de se olhar, também, para a comercialização e para a transformação dos produtos agrícolas. Aconselhou a que a dimensão média dos projectos passasse a ser de 90.000 contos, o que equivaleria a multiplicar por três os primeiros projectos do PDRITM I e por dois os últimos. Já seriam estruturantes, numa região tão dominada pelo mini ou mesmo micro-fúndio. E deveria dar-se

ainda mais ênfase à investigação agrícola aplicada que tinha sido determinante no primeiro projecto. (Por alguma razão a reunião estava a decorrer na UTAD). Houve alguns intervenientes a apoiar a extensão do projecto às culturas arbóreas e à promoção da qualidade das produções. A componente dos estudos e desenvolvimento experimental foi muito recomendada. Também o foi a realização de acções de formação junto das agências de crédito das instituições aderentes; como informação, lembrou-se que 30% do crédito tinha sido concedido por bancos e 70% por Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, o que demonstrava a passividade dos primeiros. O juro praticado era de 16,5% (!) e mesmo assim consideravam-no como muito aliciente.

Estavam na sala muitos agentes interessados. Há sempre uns tantos oportunistas: houve um que propôs que fosse automática a concessão de benefício às vinhas apoiadas pelo PDRITM; lá tive que lhe dizer que os critérios do benefício eram outros; recomendei-lhe a leitura de livros onde eles estavam definidos. Mas estava-se a ver a lógica: conseguir um terreno qualquer muito barato por não pertencer à zona classificada; aplicar nele empréstimos baratos; ver a produção majorada no seu valor por via administrativa; depois vender!... Naturalmente, com uma mais-valia inexpectável...

Os representantes da Casa que nos acolhia não fizeram nenhuma consideração. Alguns anos mais tarde, quando eu já não tinha poder de decisão na matéria, sentiram que seria de bom-tom dizer mal do projecto... Feitios!...

*

Nos despachos com a Secretária de Estado do Planeamento tratava-se de tudo: grandes estudos e pequenos projectos. Em 3 de Maio começámos por analisar um projecto muito específico mas que reclamava atenção: era na Estação Zootécnica Nacional e apoiado pelo VALOREN (energia), mas tinha “encalhado” por razões administrativas; era preciso pô-lo de novo a flutuar. Tinha havido um telefonema do Sr. Schmidhuber sobre os adiantamentos e, especialmente, dos das universidades; havia também problemas com os pagamentos; as situações eram tão diversas que nós entendemos que o melhor era ele vir cá e ser confrontado com os casos práticos.

O CIENCIA estava com baixas taxas de execução. Tinha de se estimular os beneficiários a serem mais lestos.

Era conveniente acertar procedimentos com Espanha, a respeito do programa transfronteiriço. Dever-se-ia aproveitar o facto do Secretário de Estado Zabalza estar muito dentro dos problemas para combinar com ele a forma de proceder.

Havia estudos relativos ao médio-prazo a decorrer em França e em Espanha. Deveríamos juntar-nos ao grupo.

Estavam a ocorrer muitas situações de inscrição no PIDDAC por valores moderados que, depois, se viam insuflados no decurso das obras. Isso tinha que ter um alto. Combinámos elaborar legislação que penalizasse esses erros (“espertices”?); ela deveria estar em vigor antes do Orçamento e PIDDAC seguintes.

O aeroporto de Santa Catarina lá seguia no seu projecto. O de Porto Santo via as suas obras irem avançando aos poucos.

Tínhamos encomendado um estudo sobre a adaptação da economia portuguesa à realização do mercado interno. O seu coordenador seria o Prof. João Ferreira do Amaral.

Tomámos a decisão de passar a ser a EPAL a gerir a grande obra do saneamento básico da Costa do Estoril. Era quem tinha capacidade técnica para o fazer.

*

Em 6 de Maio fui a Coimbra para me reunir com os responsáveis pelos Programas Operacionais da Região do Centro, a exemplo do que já tinha feito no Norte e no Alentejo. Comecei pelo Programa Operacional da Raia que abrangia 16 Municípios. Até final de Abril tinha sido aprovada uma despesa de 2,3 milhões de contos de um total de 3,4 previstos para os dois anos (1990 e 1991). O ritmo de execução física era superior ao da execução financeira (eu preferia este problema ao inverso); a razão era sempre a mesma: falta de verbas das Câmaras Municipais... Mas só três delas tinham recorrido à linha de crédito que havia sido estabelecida na Caixa Geral de Depósitos... Queixaram-se da burocracia desta; mais de quatro meses para resolver casos simples e com garantias... O Presidente de Pinhel tinha pago alguns autos mas “lá estavam muitos mais para pagar”...; as Câmaras estavam a financiar directamente as obras, durante 5 ou 6 meses (eu suspeitava de que

eram os próprios empreiteiros a fazê-lo...). O Tribunal de Contas costumava ser um motivo frequente de queixas; não faltou à regra, desta vez. O problema residia no lapso de tempo entre a recepção do auto de medição e a passagem do recibo... O Presidente de Vila Velha de Ródão comentou, negativamente, muitos aspectos de natureza processual; o País era um monumento à burocracia! Havia uma componente de valorização dos produtos rurais apoiada pelo FEOGA; só teria a respectiva comissão de acompanhamento daí a duas semanas. Em relação ao Fundo Social Europeu prometeram que tudo rolaria sobre esferas, a partir de Setembro; as regras para os gastos estavam feitas mas, ainda, em apreciação. Nessa ocasião havia um “overbooking” de pouco mais de 20%. Não achei mal.

No Programa Operacional do Pinhal Interior as coisas estavam a correr razoavelmente. O gestor começou por dar uma imagem: o Pinhal era uma ilha de pedra no meio do território, cercada por IPs e ICs, mas sem ser atravessada por nenhum deles! Para não variar, a prioridade eram as estradas. Impunha-se uma integração das iniciativas locais com as centrais (mas esse era o propósito do exercício integrado). As Câmaras queriam dotar-se de serviços que pudessem aconselhar no apoio que estaria ao seu alcance dar à actividade produtiva; Para isso tinham feito uma candidatura à ACIBEIRA. Tinha havido uma adesão franca dos Municípios à operação integrada. Pretendiam maior celeridade nos pagamentos. Queriam que houvesse no Programa Operacional um capítulo especialmente orientado para a prevenção contra os fogos florestais. E queriam, também, um estudo sobre o aproveitamento económico da floresta; apoiei-os, particularmente, em relação a este último.

O Programa Operacional do Centro abarcava 43 Municípios. O hospital de Leiria absorvia praticamente 80% das verbas disponíveis. Não podia ser! Consideraram que o apoio ao betão era mais fácil de decidir e de realizar do que o incentivo a quaisquer outras coisas. A maior parte das Autarquias tinha problemas de tesouraria; do FEF vinham 90% das receitas; o resto quase não contava... Por isso insistiam na revisão da Lei das Finanças Locais que havia sido revista há pouco tempo... Estava a haver dificuldades no âmbito do ENVIREG porque não chegavam a acordo quanto à localização das ETAR; é um problema corrente. A adjudicação do novo hospital de Leiria tinha ocorrido em Novembro de 1990; haviam optado

pela modalidade de concepção-construção por não terem acesso a um gabinete técnico especializado em equipamentos de saúde; as obras começariam no dia 1 de Setembro seguinte. Em relação ao sector agrícola já dispunham de algumas ideias mas nada ainda pronto para análise.

Eu não desanimava diante das dificuldades que eram semelhantes no Norte, no Centro e no Sul. É preciso teimar sempre!

*

Tinha sido decidido que o Conselho Permanente de Concertação Social acompanhasse a execução do Quadro Comunitário de Apoio. Nesse sentido, fui fazer uma exposição e responder às questões que me quisessem pôr. Isso aconteceu na tarde do dia 7 de Maio. Furneci elementos escritos que permitissem seguir o que eu dizia. O presidente da UGT protestou logo contra os atrasos nos pagamentos que não eram tão grandes como ele dizia. Queria saber se havia a possibilidade de reafecção de fundos já consignados. Interessou-se muito pelo projecto da Ford-Volkswagen; perguntou o que se estava a fazer para o ligar aos empresários portugueses; de qualquer modo, ele era um empreendimento extremamente importante e, por isso, havia que o apoiar. Achava que a ideia de ter constituído um observatório com peritos era boa, mas queria ter acesso aos seus relatórios. Quis saber qual era o grau de avanço de implementação das infra-estruturas inseridas na Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave. Concluiu dizendo que, se havia apoio para as associações empresariais levarem a efeito algumas acções, também deveria haver para as estruturas sindicais (E haveria, desde que elas apresentassem propostas susceptíveis de enquadramento nas regras estabelecidas. O que não havia era dinheiro para gastos...).

O representante da Confederação da Agricultura Portuguesa começou por lamentar que o montante dos fundos destinados ao sector não tivessem sido duplicados, tal como havia sido prometido. Na agricultura – disse – os fundos não podiam ser supletivos; tinham de ser expressivos para determinarem os resultados. O organismo intermediário – o IFADAP – impunha dificuldades adicionais de natureza burocrática, até no preenchimento dos formulários. Queria mais dinheiro para as florestas e para os regadios individuais ou colectivos. No

sector da vinha não estava a haver o desejado paralelismo entre o arranque das vinhas velhas e a reestruturação dos vinhedos. Queria maior precisão no enunciado dos programas visando o desenvolvimento rural. Os fundos estavam a ser absorvidos pelas zonas com maior capacidade empresarial; queria que eu reservasse uma parcela para as menos dinâmicas, de modo a contrariar o agravamento do fosso que existia entre ambas.

O presidente da Confederação do Comércio queixou-se dizendo que tinha pouca informação acerca da aplicação no terreno do SIMC (Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio), mas, de qualquer forma, achava que um reforço das verbas era necessário. Queria flexibilidade no sistema de modo a poder reorientar os fundos, em caso de necessidade. Havia tributação fiscal das comparticipações que decorriam da aplicação dos fundos; para quando o alívio fiscal? Que benefícios reais é que eram transportados para as empresas através dos incentivos? Não estavam satisfeitos com o apoio concedido às estruturas empresariais do comércio (leia-se associações).

O presidente da Confederação da Indústria Portuguesa manifestou interesse no acompanhamento do QCA. Queriam participar mais na elaboração do seguinte (tinham sido solicitados para participar no primeiro, mas não acreditaram que viessem fundos para as empresas...). Achavam que o montante de subsídios orientados para o projecto FORD-VOLKSWAGEN era exagerado (o "colchão" da FVW estava demasiado cheio!...) Queriam mais informação acerca do "colchão" que sabiam estar a ser preparado para a indústria têxtil.

A UGT voltou à carga para solicitar mais informação acerca dos calendários associados ao QCA e para solicitar a introdução de medidas destinadas a compensar alguns efeitos sociais negativos resultantes das transformações que estavam a ser operadas. O QCA não estava concebido para esse género de despesas: pré-reformas, reestruturação de empresas, etc.; inquiria se teriam as verbas respectivas de vir do orçamento da Segurança Social ou se haveria meios adicionais dentro dos próprios programas de desenvolvimento para atender a esses aspectos.

Como se vê, a discussão não era estimulante. Tirando o caso da CIP, dos outros só vieram queixas! Nem uma sugestão para a melhoria dos projectos ou de futu-

ros Planos de Desenvolvimento Regional. Achavam sempre que o dinheiro não chegava! E que a informação não era suficiente. Mas não faziam esforços para a procurar. Em meu entender, os diversos representantes deveriam ir mais bem preparados e apoiados em estudos que tivessem mandado fazer e que houvessem analisado e criticado. Chegar a uma reunião e só dizer que é preciso mais dinheiro denuncia pouca aplicação e estudo. Ora é destes que nós mais precisamos.

*

No dia seguinte (8 de Maio), fui fazer uma exposição semelhante à Comissão do Poder Local que acompanhava a execução do QCA. A seguir à minha intervenção falou a Deputada Ilda Figueiredo (PCP); disse saber que o processo de aprovação de cada programa estava a decorrer; queria conhecer os projectos que já estavam aprovados e quais os que não estavam. Disse ter conhecimento de que as Câmaras Municipais se viam aflitas com o problema dos pagamentos; queria que eu clarificasse a forma de resolução que propunha. Aconselhou-me a que começasse a pensar na reprogramação, porque tinha notícia de haver atrasos na aprovação dos projectos que a isso conduziriam fatalmente! As palavras com que resumo a sua intervenção não traduzem o agastamento com que falava! Quando terminava, ficava subitamente calma, não ligando ou fingindo não ligar às intervenções dos restantes colegas. Dava ideia que trazia a missão de “bater no ministro”... Cumprido o seu papel, voltava ao seu estado normal...

As restantes intervenções foram as seguintes:

Do Deputado Domingos Azevedo, o qual se interessou especialmente pelo PROAVE e pelo grau de execução dos respectivos projectos. Do Deputado Octávio Teixeira, que sublinhou as dificuldades que encontravam alguns programas. Dos Deputados Júlio Henriques e Gameiro dos Santos, que referiram estarem muitas autarquias a debater-se com grandes problemas de tesouraria e endividamento; o último queria ver aumentada a linha de crédito da Caixa Geral de Depósitos e saber como se comporia o subsídio a dar à FORD-VOLKSWAGEN. A Deputada Helena Roseta levantou a questão da regionalização: quando seria feita, qual o papel das regiões administrativas na gestão dos fundos e quem faria a inte-

gração de todos os programas? O Deputado Mendes Costa queria uma linha de crédito para os PPI (Pequenos Projectos Industriais) que, aliás, já estava a ser regulamentada no âmbito do PEDIP; queria saber como seriam financiadas as incubadoras de empresas. O Deputado Casimiro Pereira interessou-se pelo abastecimento de água no Vale do Tejo. A Deputada Helena Torres Marques disse que o que se estava a passar na esfera das regiões autónomas deveria ser inspirador para o tema das regiões administrativas; as Autarquias Locais tinham inúmeros projectos em carteira, mas não dispunham de meios; como pretendia o Governo resolver a situação? Em matéria de atrasos nos pagamentos não haveria possibilidade de renegociação e de inclusão nos montantes a apoiar dos custos dos projectos? Seria a localização da fábrica da Ford a melhor? Não deveria ir para o Alentejo? E o Alqueva? Haveria reestruturação do Fundo Social Europeu até ao fim do período? Achava que a educação era mais importante do que a formação profissional. E o SIFIT seria reforçado ou não? O Deputado Raúl Rego perguntou para quando previa eu pôr de novo em vigor as Províncias? O Deputado Manuel Filipe queria saber do projecto do Alqueva: para quando a construção da barragem? A Deputada Ilda Figueiredo voltou à carga com uma referência ao Vale do Ave; os projectos já iniciados iriam ter um custo maior do que o previsto; como iria eu resolver o problema? Ficariam de fora das obras em curso algumas das zonas mais poluídas? Iriam ser feitos novos emissários? Havia problemas de desemprego de mulheres adultas e de outros desempregados de longa duração? O que estava previsto para resolver a situação? E para promover a igualdade? O Deputado Gameiro dos Santos também falou segunda vez para perguntar acerca do andamento do ENVIREG e das escolas profissionais; haveria lugar para acções de formação complementar? O Deputado Corregedor da Fonseca lembrou, em relação ao PRODIATEC, que a respectiva decisão tinha sido tomada em 1991; já havia resultados?

Relatei estas perguntas e comentários feitos todos de enfiada para ilustrar como os partidos tomavam muito pouco a sério a sua preparação para as discussões. Não havia uma concertação dentro de cada grupo parlamentar, nem se tinham dado ao trabalho de responsabilizar um Deputado para seguir o assunto, preparando-se para tal e fazendo depois um memorandum que circulasse entre todos

para uniformizar informação dentro de cada grupo. Foram destacados para a Comissão Parlamentar e cada um disse o que lhe veio à cabeça ou “ Descarregou ” as suas angústias... Cumpriu-se o calendário, mas sem benefício para ninguém.

Quando hoje se fala em “ qualidade da democracia ”, ela passa muito pelo profissionalismo dos parlamentares. Se não é possível que todos sigam tudo o que se passa, deveria haver um trabalho de distribuição de pelouros. Nos partidos do “ arco da governação ” seria útil criar sub-grupos, no seio dos quais deveriam ser designados os membros do “ governo sombra ”. Mas o que não se deveria tolerar era o diletantismo militante e sistemático que estas audições permitiam verificar. As coisas hoje estão piores. No tempo dos governos do Eng.^o António Guterres autorizou-se a entrada dos jornalistas nas comissões. Estas passaram a ser uns “ micro-plenários ” em que só tem importância o que pode apresentar ressonância mediática. Fui uma vez a uma comissão de inquérito em que um Deputado fez a sua declaração com perguntas, tendo sido devidamente filmado para a televisão; mas, como tinha mais que fazer noutro lado, não esperou pelas respostas... Talvez confiasse em que elas lhe chegassem pelo jornal...

A melhoria da democracia é um assunto muito sério. A Monarquia Constitucional e a 1^a República descreditaram-se, em larga extensão, pela prática parlamentar. Nem tudo o que é importante se passa só no plenário e nas sessões de perguntas ao Chefe do Governo. Também tem lugar nas comissões parlamentares, onde se reclama um “ trabalho de formiguinha ” que contribua para fazer as perguntas certas e para, através delas, contribuir para a formulação de melhores práticas.

*

Passei a tarde do dia 8 de Maio em duas reuniões sucessivas, a primeira para tratar do Programa Operacional do Oeste e a segunda do Programa Operacional da Grande Lisboa. Em relação ao primeiro, o gestor já havia solicitado o primeiro adiantamento de fundos para 1991, antevendo uma aceleração da execução das obras exactamente nesse mês. A barragem de S. Domingos, em Peniche, iria entrar no programa. Estava a haver problemas em relação ao FSE e ao FEOGA que não tinham apresentado nenhuma execução financeira; impunha-se averiguar por que razão. As Câmaras Municipais tinham feito saber que dariam

prioridade aos seus próprios projectos (de cada uma) preterindo os relativos ao conjunto. Este era um velho problema que tem muito a ver com a base eleitoral; os Autarcas são eleitos numa base municipal; é essa que lhes importa contentar em primeiro lugar. Mesmo quando os projectos supra-municipais os beneficiam, a relação de causa-efeito é menos nítida e, por isso, eles cedem a prioridade aos estritamente municipais. A tipologia dos projectos era baixíssima: 15.000 contos! Por isso eu lhes pedia para pensarem em grande e associarem-se aos vizinhos, concebendo infra-estruturas e equipamentos intermunicipais com escala e com verdadeiro impacto na vida dos seus habitantes.

O Presidente da Câmara da Nazaré desvalorizou as contribuições do FSE e do FEOGA para o Programa Operacional; elas montavam, em conjunto, a 2% dos fundos. O importante era o FEDER, com 98%! Mas queixou-se da burocracia que atacava a aprovação das candidaturas; sugeriu que eu designasse um grupo que tomasse decisões simultaneamente, evitando a circulação dos processos em cadeia, com demoras injustificadas em cada estação. Um dos factores das demoras tinha a ver com os processos de expropriações que padeciam da propensão garantista da nossa legislação. Ora, as expropriações constituíam o elemento comum a todas as obras: estradas, escolas, centros de saúde, etc. Isso acontecia porque se tinha generalizado a informação de que os proprietários conseguiam melhores preços quando eram expropriados do que se chegassem a acordo com a Autarquia para uma venda directa dos terrenos.

As zonas industriais representavam uma das razões dos atrasos, porque os terrenos eram, sistematicamente, grandes. E a medida pesava 5% no conjunto das despesas. Ficou estabelecido que se começaria com os 8 Municípios (dos 12) que oferecessem condições mais expeditas. No sector das águas e do saneamento básico parecia não haver dificuldades de maior. Um sector que apresentava atritos era o das construções escolares; culpavam o Ministério da Educação por algumas hesitações relativamente aos edifícios a construir. A medida estava garantida com 300.000 contos o que, em princípio, daria para 20 escolas ou mesmo mais, se houvesse concursos para mais de um edifício de cada vez.

O levantamento fotogramétrico da zona custaria 150.000 contos e estava a ser feito em articulação com o CNIG, porque o objectivo era pôr nele toda a informa-

ção georeferenciável possível, tendo em vista a gestão municipal do espaço de cada Concelho.

Solicitei-lhes que articulassem o planeamento do médio prazo com o anual. Desse modo conseguir-se-ia aumentar o montante relativo a cada empreendimento e, assim, ter maior impacto das obras que se faziam.

Os pareceres ambientais constituíam um factor de atraso não negligenciável. Aconselhei-os a olhar para o sector como de um “learning system” se tratasse; o segundo projecto seria mais fácil do que o primeiro e o terceiro melhor do que o segundo... As dificuldades tinham muito a ver com a inércia na aprendizagem; era mais um obstáculo a ter de se ultrapassar; mas reagiam à obrigatoriedade de atender às consequências ambientais de tudo o que faziam. Esta resistência ao progresso é geral, sobretudo se a inovação implicar mais estudo e mais trabalho. O presidente da CCRLVT comparou os 15.000 contos médios de cada projecto com os 50.000 contos dos projectos da vizinha zona do Vale do Tejo. Daí decorriam dificuldades de gestão do programa.

A fiscalização dos autos de medição era muito demorada devido ao número daqueles projectos. Por isso autorizei a fazer-se um concurso para atribuir essas operações mecânicas a empresas externas, eliminando desse modo um dos entraves à entrada de dinheiros que pressupunha sempre a aprovação daqueles autos relativamente às fases já vencidas. Acertámos em fazer um modelo de auto de mediações que se generalizasse a todo o programa operacional e que fosse muito adaptado à pequena dimensão das obras que constituíam o padrão dos empreendimentos do Oeste.

De seguida tratei do Programa Operacional da Grande Lisboa que estava a evoluir bem. Não se observavam atrasos nos fluxos financeiros; em Dezembro último haviam solicitado a segunda fatia dos apoios. A relação entre a despesa pública aprovada e a total era, nessa altura, de cerca de 60%, mas com grandes diferenças internas: um sub-programa estava com 110% de execução, enquanto as obras de despoluição do Rio Trancão só apresentavam 15% de realização! O colector Algés-Alcântara que custaria 2 milhões de contos e teria um prazo de execução de 18 meses, para um total de meio milhão de “habitantes-equivalentes” permitiria eliminar 15 saídas de esgoto para o Tejo. Ele estava incluído nas grandes obras de sanea-



FIG. Construção da Autoeuropa. Palmela, Setúbal. 1993.

mento do Tejo. Preocupava-me que o orçamento global deste empreendimento não parasse de crescer! Havia sempre um novo acrescento (utilíssimo e imprescindível, obviamente...) a considerar. É por isso que eu gosto muito dos programas-quadro para os quais remetem todas as obras, pensando-as a todas desde o princípio. Tenho uma embirração enorme contra o processo do “já agora...”.

Havia-se constituído a Associação de Municípios de Cascais, Amadora, Oeiras e Sintra. Também o orçamento do Saneamento Básico da Costa do Estoril tinha “fermento”!... Não parava de crescer! A desculpa é que não tinham sido previstas inicialmente grandes obras que se revelavam fundamentais. Só a estação de tratamentos de resíduos sólidos de Trajouce estimava-se que custasse 960.000 contos mais os acessos; isso queria dizer bem mais do que 1 milhão! Tinha que se escolher a parte de subsídios: ou o FEDER nacional ou o ENVIREG; este último oferecia melhores condições e, por isso, foi o seleccionado. Não se havia pensado no aterro para os inertes da estação de tratamento de resíduos sólidos... Mais um exemplo da necessidade de se dispor de um plano estratégico com todas as componentes articuladas.

A Câmara de Sintra tinha um grande projecto de saneamento para a bacia de Colares. Mas debatia-se com dificuldades em relação aos terrenos de que necessitava. Por outro lado, a Câmara de Lisboa queria fazer uma estação de tratamento de resíduos hospitalares, mas a sua localização ainda não estava escolhida nem o projecto feito. Foi decidido remeter tudo para o ENVIREG que não tinha datas fixas tão definidas como o QCA.

O saneamento da Costa do Estoril era um grande projecto que deveria sustentar-se a si próprio, quanto à manutenção. Mas para ele ser viável, a componente a fundo perdido teria de ser de 18 milhões de contos. Este era o montante que me estava a ser indicado pelo GEPAT, a quem eu havia solicitado que fizesse contas. Houve, ainda, a informação de que estava a entrar uma média de 26 projectos VALOREN por mês! Desde que se descobriu que havia apoios, todos queriam melhorar as suas condições energéticas!... Por estas referências pode-se ajuizar do dinamismo da Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de absorção de fundos. Por isso os seus responsáveis vivem no pânico de perderem as ajudas comunitárias que são condicionadas pelo nível do rendimento em relação à média comuni-

tária. A raiz de todos os males está na urbanização descontrolada que teve lugar na periferia de Lisboa, onde se construíram muitas habitações, mas muito poucos equipamentos colectivos e infra-estruturas, nomeadamente de saneamento básico. Mas isso são histórias velhas, cuja origem se pode situar há meio século! Houve gente que ganhou muito dinheiro porque só tratou “da carne da perna”... os ossos e os nervos tiveram de ser suportados por outros, entre os quais estão os poderes públicos.

*

No dia 9 de Maio tive um encontro com os responsáveis pela Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal.

Os projectos estavam a demorar mais tempo a concretizar-se do que o que tinha sido previsto. Todavia, a procura por parte dos investidores apresentava-se dinâmica. Era a passagem à prática que não estava a ser satisfatória. Por outro lado, as iniciativas da Administração Central estavam a atrapalhar-se umas às outras (CP, estradas e travessia ferroviária). Era preciso um maior rigor na programação, especialmente quanto a datas. As coisas “deslizavam” no tempo, sistematicamente e havia indefinição em muitas delas. A linha Pinhal Novo/Almada ia ser construída, mas não se sabia se quem a faria seria a CP ou o Gabinete do Nó Ferroviário. Em relação ao lanço da auto-estrada Setúbal/Marateca e no âmbito do imprescindível estudo de impacto ambiental, estava-se a adiar a consulta pública. Pelo contrário, com a FORD-VOLKSWAGEN tudo estava a correr bem.

Todas estas coisas reclamavam uma actuação junto dos meus Colegas que tutelavam os diversos agentes promotores.

*

Em despacho com a Secretária de Estado, em 14 de Maio, passámos em revista numerosos temas pendentes: Tinha que ser fixada a data da assinatura do programa REGIS. Na reunião com o Secretário de Estado Sabalza, em Madrid, havia sido fixado o conteúdo do INTEREG e a data da sua assinatura (18 de Junho). No domínio da Coesão Económica e Social tinha sido avançado que o respectivo fundo só abarcasse quatro estados: Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda; isso convinha-nos.

Mas a construção da União Económica e Monetária iria trazer-nos dificuldades que deveriam ser compensadas e não somente através dos fundos estruturais; tínhamos de estar abertos à teia burocrática internacional que iria administrar o Fundo de Coesão (o seu funcionamento emperrado ajuda a fazer economias ou, pelo menos, a diferir despesas...). Nós preferíamos que a compensação viesse através de meios a afectar a sectores à escolha dos beneficiários e sem grandes interferências da administração comunitária; naturalmente, com transparência e prestação de contas, mas não com autorizações a conta-gotas. Parecia-nos que tudo se iria jogar aquando da revisão dos tratados... O GARAM (aerportos da Madeira) tinha de ter uma adaptação de estruturas para poder fazer face ao desafio da construção do grande aeroporto; mas a solução tinha que ser, obviamente, constitucional e atender à divisão de atribuições já consagrada entre a República e a Região. A execução financeira do PIDDAC estava a correr conforme o hábito (o primeiro semestre sempre pior do que o segundo), mas era importante informar o Conselho de Ministros acerca do seu andamento. Tinha havido numerosas homologações de projectos SIBR. As obras do Europarque e do Parque de Exposições de Silves estavam bloqueadas e isso era mau, porque ambas mobilizavam fatias importantes dos fundos estruturais que nos estavam atribuídos. O PRODIATEC estava a ser objecto de muitas solicitações. A preparação da presidência portuguesa da Comunidade Europeia continuava a ocupar-nos; a Holanda iria fazer no semestre seguinte 12 conselhos informais; nós pretendíamos ter dois nas nossas áreas: um para a Ciência e Tecnologia e outro para os fundos estruturais; o pior era que todos os ministros queriam ter o seu... Em relação à Ciência, tínhamos a vantagem de ter visto todas as nossas sugestões devidamente encaixadas e de eu ter relações cordiais com todos os meus pares europeus. Em assuntos comunitários a nossa recomendação (minha e da Secretária de Estado) era que os programas-quadro poderiam exigir a unanimidade do Conselho, mas que, para os programas de aplicação, deveria ser suficiente a maioria qualificada de votos; seria isso que eu deveria transmitir ao Primeiro-Ministro; isso significava que, na prática, os programas de aplicação passassem para a esfera da Comissão, não tendo de subir ao Conselho; mas a nossa opinião era de carácter “operacional”; haveria, seguramente, outros factores a ter em linha de conta, apreciando tudo no quadro de uma estratégia global. Em Bruxelas, no Con-

selho Económico e Social, estávamos a encontrar alguma resistência contra a nossa posição que ia no sentido de dispormos de mais fundos e maior flexibilidade; nós sabíamos que isto não era muito “popular” entre os países grandes; mas, mesmo assim, tentávamos e praticávamos de modo a que eles sentissem que não estavam a correr riscos e que contribuía para a convergência dentro da Comunidade.

*

A proposta da Lei-quadro do Planeamento que estava em afinação tinha como propósito regular a orgânica e o funcionamento do sistema de planeamento nacional. Por isso, havia que ter uma atenção especial em relação ao que ela continha e que pudesse ter repercussões nas Regiões Autónomas. Habitualmente, a auscultação dos Governos Regionais a respeito das iniciativas legislativas do Governo era feita através dos Ministros da República. Mas, desta vez, o Ministro para os Açores solicitou-me que recebesse o Secretário Regional do sector que tinha algumas pequenas sugestões a apresentar, “para que não houvesse dúvidas constitucionais”. Foi o que eu fiz em 16 de Maio, tudo tendo terminado a contento.

*

No domingo 19 de Maio, aproveitando o fim-de-semana passado no Porto, trabalhei com a Doutora Elisa Ferreira, ao tempo Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte. Os assuntos eram variados: Havia dificuldades em relação à construção de escolas. Existia um programa vasto de realizações, mas o Gabinete de Planeamento do Ministério tinha proposto a celebração de um protocolo que reclamava uma contribuição exagerada das Câmaras Municipais; deveria contentar-se com fazer menos escolas, não as impondo a quem sabia não querer muito tê-las; o Director-geral queria fazer um “brilharete”.

A indefinição do perfil do IC5 causava problemas. A questão prendia-se com ser ou não auto-estrada a seguir a Guimarães/Fafe e Vila Pouca de Aguiar. Como se sabe, veio a sê-lo com grande benefício para as ligações com o Interior. A protecção aos lobos que ninguém viu, junto a Vila Pouca, ainda não fazia parte das preocupações...

Não estava a haver crédito para a reestruturação das empresas. E isso era fundamental e mais rápido do que constituir empresas novas. Ficou combinada uma reunião em que estaríamos os dois com o Ministro da Indústria. O problema estendia-se à disponibilidade de capital de risco ou de uma linha de crédito bonificada junto do BEI com subsídios do FEDER e com envolvimento da banca nacional que estava próxima dos clientes potenciais. No fundo estava em causa a formação de um consórcio de bancos; a conversa com o Ministro da Indústria também seria útil a este respeito, porque ele tinha uma larga experiência da banca de investimentos. Havia a ideia de fazer um gabinete para elaborar estudos aplicados em relação ao sector têxtil com técnicos da Associação Industrial Portuense e das numerosas associações têxteis [hoje (2015) há só uma!]. E existia uma proposta de candidatura ao “Periphera” (FEDER) que ela queria animar; encorajei-a a fazê-lo.

*

No dia 22 de Maio tive uma reunião sobre a situação no Vale do Ave com os meus colegas do Comércio e do Emprego e com os Secretários de Estado das Finanças, do Planeamento e da Indústria. O caso estava a adquirir contornos políticos muito marcados, o que não facilitava a concretização das medidas que eram as adequadas. Todos queriam empunhar a bandeira da vitória, sinal de que a situação estava a dar a volta; mas eu dispensava bem que tantos quisessem ficar na fotografia. Agradecia, naturalmente, a colaboração que quisessem dar; mas não os aproveitamentos político-partidários.

Era preciso escolher uma unidade industrial em crise e experimentar nela um conjunto de instrumentos, dando um período relativamente curto para se ajuizar da sua adequação. Tinha que se contar com a receptividade dos bancos credores às medidas alvitradas. Era preciso assegurar que o primeiro caso a tratar fosse um caso de sucesso. O problema principal advinha do facto de a reestruturação ter de ser precedida por um saneamento financeiro e isso implicar uma reunião com os bancos e instituições de capital de risco; era por isso que participava na reunião o Secretário de Estado das Finanças. Havia algumas grandes empresas com viabilidade económica mas com situação financeira desastrosa; a crescer a

isso avultavam dívidas à EDP em montantes elevados. Era difícil escolher a empresa ideal para experimentar a receita com alta probabilidade de sucesso.

Já se havia recorrido à modalidade de interessar, num caso ou noutra, um parceiro estrangeiro; mas sem sucesso. Ainda menos resposta tinha tido a hipótese de envolvimento de outra empresa nacional financeiramente robusta e com conhecimentos no ramo. Em relação a alguns casos que precisavam de auxílio havia mesmo hostilidade baseada em conflitos antigos que nos chegavam ao conhecimento, mas que não adiantavam nada para a resolução de uma ou de outra situação. Olhavam mesmo de lado algumas das empresas que poderiam servir de ensaio, desaconselhando a sua recuperação.

Fulcral, para a ultrapassagem dos problemas, era o papel da banca. Em alguns casos pretendia-se transformar crédito em capital e isso punha problemas. Entretanto, a viabilidade económica, que ainda existia, ia-se perdendo por via do atraso na actuação. Havia quem recomendasse a solução drástica de deixar falir; o pior é que estavam alguns milhares de postos de trabalho em causa, além de capacidades várias que se perderiam para sempre. Nós entendíamos que o saneamento financeiro era o primeiro passo; o problema da reestruturação não era de capitais alheios; o saneamento financeiro era de reestruturação dos capitais próprios; daí a dificuldade da situação.

Tinha de se proceder à reestruturação da dívida da empresa seleccionada, ao reforço do capital próprio e garantir que continuaria a haver financiamento para o fundo de maneo. E tudo isto deveria ser conseguido num mês ou mês e meio, para não se deixar deteriorar a situação irreversivelmente. Havia um programa pequeno para o têxtil – o RESITEX –, mas dispunha somente de 72 MECU para toda a Comunidade. Não chegava para nada. Nós tínhamos a consciência de que esta actuação pontual para salvar uma empresa emblemática iria ser contra o funcionamento do mercado. Havia, entre nós, quem dissesse que a má gestão não poderia ser premiada e que a solução era mesmo a falência. A criação de precedentes inquietava-nos. Por outro lado, estávamos a atravessar uma situação de quase pleno-emprego; por isso, as centenas de desempregados que iriam surgir no mercado de trabalho teriam oportunidades razoáveis para resolver a sua si-

tuação a breve prazo. A banca ainda poderia suportar a resolução de um caso ou outro, mas não aguentaria o somatório de meia dúzia deles. A conversa ia-se afunilando em direcção à aplicação do mecanismo pré-falimentar, accionado pela própria empresa. Nós deveríamos criar mecanismos de excepção.

Descrevi esta reunião para ilustrar como, por muito que um Governo queira poupar uma zona a um desastre que não foi natural nem causado por si, se pode encontrar de mãos atadas para ajudar a resolver uma situação intrincada. Haviam sido tomadas más decisões por algumas empresas. Por muito que quiséssemos, se actuássemos em regime de excepção para resolver uns poucos casos, o resultado final seria, além de pouco consistente, um sinal errado para todos os outros. E estes não nos entenderiam nem perdoariam.

*

Como já referi, o Ministro Stoleru, encarregado do plano em França, era um ferreiro adepto das reflexões a médio-prazo para tentar antecipar o que nos aguardaria. Decidimos os três ministros responsáveis pela área em França, Espanha e Portugal, elaborar em conjunto, um documento intitulado “A dimensão do médio-prazo, na construção comunitária”. Encarreguei de coordenar a nossa participação, na realidade, de elaborar uma boa parte dela, o Doutor Fernando Pacheco, Director-geral do Departamento Central do Planeamento e, posteriormente, noutros governos, Secretário de Estado da Indústria e Energia e do Orçamento. No dia 22 de Maio discutimos a nossa contribuição elaborada sobre uma nota de enquadramento vinda do próprio ministro francês. Achámos que esta pecava por ser muito centrada nos aspectos públicos. Entendíamos que valeria a pena acrescentar referências: i) à parte económica e ao espaço progressivamente integrado sob esse ângulo; ii) aos recursos humanos; iii) às grandes linhas estratégicas de evolução; iv) à natureza dos grandes problemas internacionais, nomeadamente o endividamento dos países do Terceiro Mundo e v) à dimensão cultural da evolução europeia. Entendemos mesmo que deveria haver um capítulo sobre as implicações no pensamento de médio-prazo do aprofundamento da construção europeia. Insistimos, particularmente, em explicitar o que poderiam ser as

acções de médio-prazo, no tocante às pessoas e ao ambiente; em relação às primeiras, no que à educação e à formação respeitava; em relação ao segundo, no que aos comportamentos e à protecção dizia respeito. A nossa contribuição foi particularmente saudada.

*

Passei o dia 24 de Maio na zona dos mármore, no Alentejo; comecei por ter uma reunião em Vila Viçosa, com Presidentes das Câmaras da região e com outras entidades. Havia uma concorrência de interesses: três das cinco regiões demarcadas do vinho alentejano situavam-se na zona dos mármore; logo, ou se plantava vinhas ou se extraíam blocos... Punha-se a hipótese de se antecipar todos os eixos viários de ligação a Espanha; mas a prioridade ambiental de todos ia para o IP7. Todos os presidentes se queixavam das escombrelas dos mármore e do mau estado em que os camiões deixavam as vias municipais. Já me referi à forma como quis “sepultar” todas as escombrelas debaixo das auto-estradas e à relutância dos construtores e dos engenheiros em fazê-lo. Além dos calhaus, havia o impacto das lamas sobre as oliveiras e sua exploração; era um problema clássico de escolha económica, mas ninguém queria abdicar de nada. A rede viária de serviço às pedreiras era da responsabilidade das Câmaras, mas elas não queriam fazer os empresários (que ganham bom dinheiro com os mármore) pagar a conta; preferiam apresentar a factura ao ministro; mas este é que não tinha justificação nenhuma para a saldar. A execução dos programas comunitários não estava a correr bem (Por isso eu ali estava...). Era sempre a questão das contrapartidas; queriam a reprogramação dos projectos e extensão do prazo para 1994.

O desemprego masculino na zona dos mármore quase não existia; mas o feminino andava pelos 75%! A dinâmica da formação profissional era baixa; o que havia era necessidade de empresários. Nessa ocasião, existiam as chamadas ILE (Iniciativas Locais de Emprego), mas não aparecia quase ninguém para as tomar, apesar da grande divulgação que tinha sido feita. Um empresário dos mármore referiu que, no seu meio, havia receio de fazer formação, porque disputavam-se os bons profissionais; disse que o trabalho era muito para se preocuparem com a formação. Era o curtíssimo-prazo a ganhar ao médio-prazo!

O CEVALOR estava já em andamento com diversas valências: i) a tecnológica respeitante à transferência de conhecimentos para as empresas e de auscultação das necessidades dos industriais; ii) a certificação dos produtos através da criação de uma marca de qualidade (alguns mármore eram, nessa ocasião, exportados como se fossem de Carrara!...); iii) a modernização das empresas através da formação e do aumento de produtividade (eram as empresas mais pequenas as que menos ligavam à formação); iv) a valorização das rochas, através da criação de uma “pool” de vendas que ficasse incumbida de uma boa parte das relações com os compradores; v) a procura de soluções para os problemas postos pelas escombreyras e pelas natas e vi) a constituição de um “atelier” para escultores que usassem o mármore como matéria-prima. As coisas estavam a andar, tendo sido determinante o apoio dos industriais e da Câmara Municipal de Borba. O CEVALOR representou, realmente, um salto qualitativo para toda a cadeia de actividade dos mármore. Nessa ocasião, o representante do IAPMEI informou que, na sua esfera de competências, 95% das medidas estavam já executadas.

O representante da Direcção-geral de Geologia e Minas queria estudos tanto relativos à estrutura do mármore como às suas ocorrências; dizia que a maior parte das explorações eram superficiais. Tinha de se conhecer muito melhor os jazigos; admitia que se podia explorar até aos 150 metros de profundidade, mas era contrário à dispersão; disse: “ É preciso acabar com o aventureirismo!”... As explorações deviam ser redimensionadas. As escombreyras representavam 70% a 80% do mármore extraído! Era o desperdício instalado!

O representante da Junta Autónoma de Estradas era sempre a vedeta destas reuniões, porque todos queriam saber mais acerca das estradas em construção. O IP7 aguardava pelo parecer do Ambiente. A taxa de crescimento do tráfego surpreendia-o pelo seu dinamismo; a EN 255 já não suportava o tráfego pesado das pedreiras. O lanço do IP2 entre Estremoz e Monforte veria o respectivo concurso ser aberto em Julho seguinte, com 700 dias para a sua execução. Sempre as estradas!

Havia mais problemas: os níveis freáticos estavam a baixar; o Presidente da Câmara de Estremoz atribuía isso à profundidade crescente das pedreiras. Queria a

construção de uma rede de pequenas barragens mistas (agricultura e aprovisionamento de água); os locais de duas delas já estavam definidos: Frei Joaquim e Oeiros. A reunião terminou com o representante da CEVALOR a dar boas notícias: tinha em curso um estudo de tratamento das natas e das escombreyras; e estava a negociar com a CIMPOR e outras firmas a instalação de um britadeira móvel, mas de dimensões adequadas.

*

O futuro dos fundos estruturais preocupava-nos muito. Dávamo-nos conta de que não havia posições concertadas entre os ministros responsáveis pelo sector nos cinco países mais interessados. Por isso fiz uma viagem de quatro dias que me levou a estar um dia em Madrid, outro em Roma, outro em Atenas e o último em Dublin. Tinha as reuniões de manhã e, a meio da tarde, passava para a capital seguinte. Mas, antes de partir, pus no papel a linha geral da conversa que queria ter com eles:

O nosso quadro orçamental estava limitado pelas experiências da construção da União Económica e Monetária a adicionar aos condicionamentos do orçamento corrente. Necessitávamos muito de um aumento de taxas de participação. Considerávamos que a dependência em que estávamos dos fundos estruturais era negativa para o País. As transferências de recursos de Bruxelas para os países beneficiários reclamavam negociações pacientes (e lentas) com a Comissão e com a Administração Comunitária. O aumento previsto para os fundos estruturais não chegaria para assegurar a coesão. Assim, à burocracia comunitária somavam-se as exigências da UEM que obrigavam a reduzir o défice. O aumento dos fundos estruturais em 50%, que saudávamos, obrigava-nos, todavia, a um crescimento das contrapartidas nacionais em 50%, o que era antagónico das tais exigências em relação ao défice. Por outro lado, não apreciávamos nada as tentativas de negociação directa com as regiões que a Administração em Bruxelas gostava de ensaiar; era mais difícil lidar com 12 países do que com 150 regiões, com as quais a prática do “dividir para reinar” compensava. A coesão, para nós, deveria ser apreciada entre Estados e não de outra forma qualquer. Os objectivos da nossa política regional eram a atenuação das assimetrias internas e a aproximação aos níveis

médios da Comunidade. Portugal sempre tinha defendido um fundo específico para a coesão que, aliás, era tratada nas duas conferências intergovernamentais, a da União Económica e Monetária e a da União Política (Quem seguia os assuntos da UEM era o Dr. Victor Gaspar e os da UP era o Dr. José António Moya Ribera, um diplomata competente que morreu cedo). Tínhamos receio de que o poder se instalasse na máquina administrativa da Comissão.

Os Espanhóis associavam os fundos às receitas e nós sabíamos que estavam dispostos a fazer depender a sua assinatura de tudo o que pudessem usar. A nossa proposta era a da criação de um Fundo de Coesão com cobertura muito mais generosa das iniciativas a tomar, de maneira a não contribuir para grandes aumentos do défice. Eu iria defender que as despesas de desenvolvimento não eram somente investimentos; pôr um laboratório a funcionar, por exemplo, também deveria contar. Gostaríamos de que o fundo de coesão ficasse aparte dos fundos estruturais e, naturalmente, que estes se mantivessem. A nossa preocupação era a convergência real. E queríamos assegurá-la com a prática do princípio da subsidiariedade, quer dizer, com grande descentralização das decisões. Depois da prática adquirida com as ajudas de pré-adesão e com mais de cinco anos de uso de fundos estruturais não podíamos senão recomendar a simplificação das regras vigentes. Os Espanhóis queriam apoios ao desenvolvimento para regiões que tivessem um PIB/capita menor do que 90% da média comunitária; nós estávamos, nessa ocasião, como país, a 56%; por isso chegava-nos fixar aquele limite em 80%. Era evidente que o Fundo de Coesão deveria estar associado a uma política de desenvolvimento. Eu tinha de sublinhar a contradição que existia entre obrigar-nos a andar mais depressa e gastar menos. Durante a presidência portuguesa (1.º semestre de 1992) ir-se-ia realizar a grande avaliação dos fundos prometida; gostaríamos de a fazer preceder de um seminário a ter lugar logo no dia 2 de Julho seguinte, em Lisboa.

Com estas ideias na cabeça parti para a minha missão! Em Madrid comecei por visitar o Ministro das Relações Exteriores, ao tempo Francisco Ordóñez, uma personalidade interessante que alguns políticos espanhóis não apreciavam excessivamente, mas que mantinha com o meu colega João de Deus Pinheiro as mais amistosas relações. Recebeu-me com muita distinção. Disse-lhe longamente sobre o tema:

Não se tratava de fazer “la rebelion de los pobres”! Tinha sido a rebelião dos ricos que permanecera durante toda a vida da Comunidade. O importante não era dispormos de um Fundo de Coesão, mas existir uma política institucional de coesão. Deveria apreciar-se o lado das receitas e das despesas simultaneamente. Não seria com 1,3% do PIB da Comunidade Europeia que se faria a coesão (levantava, assim, a grave questão dos recursos comunitários). Admitia que, dentro de 6 anos, viéssemos a ter mais 6 países dentro da Comunidade (ele não sonhava que pudessem ser 28, em 2013). O fundo de coesão era tático; se não houvesse coesão não existiria voto por maioria e tudo seria imposto por unanimidade!... As outras políticas também deveriam ser consideradas. O esforço teria de ir além dos fundos estruturais. Referiu-se ao caso da Itália cuja economia subterrânea a fazia viver muito bem; estava entre os sete países mais ricos, mas queria que a Comunidade lhe pagasse o Mezzogiorno... A Espanha não podia tolerar ser um contribuinte líquido da Comunidade; isso originaria um enorme problema político interno. Ilustrou o seu ponto de vista dizendo que a raposa (“zorro”) começaria por comer as galinhas pequenas, mas depois também comeria as grandes; por isso tínhamos de estar todos atentos. Afirmou que mais importante do que a política exterior comum era “esta cozinha interna” da coesão que se não fosse bem conduzida, poderia comprometer o sentido da união que deveria existir. Insistiu numa frente ibérica para atacar o problema (que, obviamente eu não comentei...); achava que os problemas da Grécia e da Irlanda eram distintos dos nossos. Não estava de acordo com a política do “I want my money back”, de Mrs. Thatcher. A convergência deveria ser um dos objectivos da EUM. Não se poderia exagerar nas políticas ambientais, porque elas estavam já a comprometer as políticas industriais. Achava que tanto a economia espanhola como a portuguesa não iriam ganhar nada com a UEM; corríamos o risco de ter de seguir políticas económica e monetária iguais às da Alemanha, sem ter o desenvolvimento económico equivalente. Achou que seria útil abordarmos estes assuntos numa reunião entre Ministros das Relações Exteriores e das pastas económicas dos dois países. Viria a Lisboa de propósito, porque o fazia sempre com gosto.

Percebi que teríamos apoio de Espanha, mas, também, que ele gostaria de fazer o chamado “bloco ibérico”, excluindo os outros, coisa a que nós não poderíamos, de modo nenhum, aceder.

Para tratar deste tema em Madrid era preciso ver mais gente que eu, aliás, já conhecia. Fui conversar com Josep Borrell que, nessa ocasião, tinha a pasta de Obras Públicas, Transportes y Meio Ambiente, mas já havia sido Secretário de Estado da Fazenda e do Orçamento e Gasto Público. Estava acompanhado pelo Secretário de Estado José Zaragoza. Ouviu-me com atenção e partiu para uma longa digressão na qual se entusiasmou como era seu timbre.

A Espanha tinha vetado as grandes redes transeuropeias só porque não havia sido dito de onde vinha o dinheiro; sem o definir, a construção dessas redes constituía uma forma de tirar aos países-membros os fundos que lhes diziam respeito. Era preciso multiplicar por dois os fundos destinados às infra-estruturas (“fondo solo para cemento...”). Todas as ligações a Portugal haviam passado para segunda prioridade, porque Espanha não dispunha de meios para as fazer... Disse-o com o ar mais solene que podia... Não sei se se dava conta de que eu não acreditava!... Portugal e Espanha eram o “sun-belt” da Europa; por isso éramos o lugar natural apropriado para a expansão do quaternário europeu. A Irlanda e a Grécia seriam sempre economias subsidiárias. A distribuição do fundo deveria ser feita com base no PIB/Capita e recorrer a mecanismos aligeirados e semelhantes ao fundo de compensação inter-regional espanhol. Estávamos a perder tempo discutindo a moeda comum; era o Deutsche Mark que mandava e não havia mais que ver!... Deveríamos tratar era das outras formas de convergência. O Fundo de Coesão seria determinante para isso; mas se o mantivéssemos só para as redes isso significaria dispor de fundos estruturais alargados.

Visitei de seguida o Ministro da Economia e Fazenda, Carlos Solchaga, que estava acompanhado do António Zabalza, a quem já me referi. Começou logo por dizer que só assinariam os tratados se houvesse um compromisso em torno da revisão dos critérios orçamentais que permitissem um acréscimo dos fundos destinados à Coesão Económica e Social. O importante era que ficasse consagrado nos tratados o princípio dessa contribuição para a coesão. A carga fiscal a recair sobre os Estados deveria ser proporcional à sua prosperidade. Fez comentários críticos

em relação à forma caótica da definição das receitas então vigentes; isso resultava de circunstâncias históricas acumuladas. Não seria preciso que aparecessem referências quantificadas nos tratados, mas os princípios tinham de lá estar claramente definidos. Não se poderia passar bruscamente do estatuto de contribuinte para o de beneficiário líquido e vice-versa. A Espanha não poderia ser contribuinte líquido! Dever-se-ia incluir, além das despesas de investimento, as de exploração em sectores como a educação e a investigação. A Primeira-Ministra Édith Cresson, favorecia o apoio a grandes projectos como o “carro limpo” e outras realizações no campo da electrónica. Em resumo, era a favor do aumento dos fundos, da sua flexibilização e do aumento de capacidade de recepção por parte dos países membros (queria dizer aumento das percentagens de comparticipação); veria com bons olhos o alargamento do conceito de elegibilidade e uma menor intervenção da Comissão. Finalizou dizendo da importância que a Espanha atribuía à presidência portuguesa da Comunidade.

Era muito interessante ver como havia um elemento cultural comum aos três ministros: a Espanha era a maior! Precisamos de fundos, mas tem de ser como nós queremos, porque somos nós que sabemos onde e como gastá-los. A comissão andará tanto melhor quanto menos se meter na nossa vida... Esta segurança é admirável! Depois, na prática, não é tanto assim. Mas é como eles se veem (ou querem ver) a si próprios.

No dia seguinte (29/5/91) fui ver, em Roma, o Ministro Paolo Pomicino (Al Bilancio), o qual não era a favor de um novo fundo. Preferia os três existentes reforçados e em relação aos quais já havia experiência. Eles deveriam, contudo, dispor de mais flexibilidade, vendo aumentada as percentagens das participações comunitárias. Queria uma nota minha com a proposta que lhe havia feito; dispunha de excelentes relações com o Ministro francês Bérégovoy e trocava impressões com ele antes de definir a sua posição. Achava que era mais fácil aproveitar os fundos existentes do que criar um fundo novo. Entendia que, muito dificilmente, poderiam ser contempladas despesas correntes, mesmo na Educação e Investigação Científica. Não queria que a Comissão mantivesse contactos directos com as regiões; teria de o fazer com os Governos dos Estados-membros. Admitia que se recorresse à Banca Internacional (por exem-

plo, o BERD) para financiar o défice; dizia “quem apoia para fora, também pode apoiar para dentro”...

Fui depois conversar com o Ministro Calogero Maninno (Ministro per gli interventi straordinari nel Mezzogiorno) que sorriu quando lhe falei num fundo de coesão para Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda. Confessou que não conseguia pôr nem as regiões nem as autarquias locais a pagar as contrapartidas dos fundos comunitários. Queria menos intervenção de Bruxelas. Manifestou-se interessado em participar num seminário que iríamos organizar em Julho seguinte. Via como difícil o aumento do orçamento da própria Comunidade. Só se fosse para atender ao facto de se ter de contar com mais um lugar à mesa (a República Democrática da Alemanha...). Queria que nos aplicássemos a definir o atraso das regiões e de Estados-membros. No final da conversa e depois do que tinha ouvido, disse que havia ficado com a impressão de que nos preparávamos para fazer uma presidência ambiciosa. Era melhor que ele pensasse assim, em vez do contrário...

De seguida fui falar com o meu velho conhecido Ministro Pier Luigi Romita (Ministro per il coordinamento delle politiche comunitarie). Este aceitava de bom grado o aumento de fundos, embora não elaborasse sobre a forma de o conseguir. Fez um esquema num papel para traduzir o seu entendimento: seria, então, o FEDER, mais o Fundo Social, mais o FEOGA-Orientação e mais um complemento ainda não definido que pagariam as redes, os incentivos económicos e o resto, os quais assegurariam todos a coesão. Para ele, os fundos estruturais já constituíam um instrumento permanente no quadro da Coesão Económica e Social. A Comunidade Económica Europeia não poderia deixar tudo nas mãos do mercado; tinha de ter uma política de intervenção na economia. Como prioridade máxima referiu-se ao orçamento comunitário, de modo a permitir apoiar intervenções nacionais de interesse comunitário e maior capacidade financeira e monetária para construir a União Económica e Monetária. Iria reclamar nesse sentido e com vista ao apoio de políticas novas nos domínios social, do ambiente, das grandes redes e do ordenamento do território. Os objectivos relativos aos fundos deveriam ser subordinados ao propósito de fazer elevar o nível dos países com dificuldades e de minorar os efeitos negativos sobre aqueles os que pudessem fazer cair certas políticas comunitárias. Sublinhou, no entanto, a importância das políticas

nacionais. Ao contrário dos colegas, não via inconveniente no contacto directo das regiões com a Direcção-geral da Política Regional, em Bruxelas, como aliás já vinha acontecendo com muitas regiões italianas que tiravam benefício de o próprio director do FEDER, Signor Solima, ser italiano e do Mezzogiorno. Todavia as decisões, a esse nível, nunca poderiam pôr em causa as capacidades de decisão nacionais. Eu deveria procurar interessar todos os países na minha proposta, porque todos teriam alguma coisa a buscar. Não se deveria deixar aprofundar um fosso entre os “pobres” e os “ricos”. Os “ricos” também deveriam ir buscar alguma coisa para apoiar, por exemplo, as grandes redes transeuropeias. O próprio mercado comum também perderia eficácia se permanecessem bolsas de pobreza ou zonas com fraca capacidade de acesso a bens e serviços. Não estava de acordo em que as despesas correntes fossem suportadas pelos fundos, a não ser durante um pequeno período, numa lógica de despesas de desenvolvimento. Os regulamentos dos fundos deveriam ser menos rígidos, menos burocráticos e menos interventivos. Agradeceu a minha visita, manifestando-se disponível para vir a Lisboa, continuar com a discussão.

No dia seguinte (30 de Maio), fui a Atenas conversar com o Ministro Efthymios Christodoulou. Ouviu-me com manifesto interesse. Na sua resposta referiu o seguinte:

Não é possível fazer a União Económica e Monetária a duas velocidades; não apenas no sentido de que uns estão fora e outros dentro, mas também no de que, à partida, os países não estão todos no mesmo grau de desenvolvimento. Por outro lado, não seria possível haver União Política sem União Económica e Monetária. A política de coesão era parte integrante de qualquer arranjo que viesse a ser feito e deveria ser incluída não só na União Monetária como também nos próprios tratados. Achava que a proposta do Presidente Delors sobre o aumento dos fundos estruturais não tinha sentido sem lhe ser atribuído um calendário: Os 50% seriam alcançados logo no ano seguinte ou somente em 1996? Para ele havia três instrumentos: i) Os fundos estruturais, tal como já existiam, mas tornando o seu acesso mais fácil e mais rápido; sendo que deveria ser dada atenção especial aos países periféricos, não só por causa desse carácter periférico, mas também pelos custos dos diversos factores que eram mais elevados e, ainda, pelas dificuldades em com-

petir com os países do centro (deu, como exemplo, o caso da Bélgica que tinha as “spare parts, next door”, enquanto que nós tínhamos de as importar, pagando por isso. ii) Os auxílios financeiros para o médio e longo prazos; dever-se-ia procurar conseguir a anulação progressiva dos custos da União Económica e Monetária; pois era preferível financiar estes custos do que proporcionar derrogações; como exemplo citou os investimentos no sector da energia – não importava somente financiar o gasoducto que estava em curso, mas também financiar outras formas de produção e distribuição de energia; a energia hidro-eléctrica na Grécia estava quase esgotada; queriam prosseguir as pesquisas de petróleo que estavam fazendo; e pretendiam ver construir uma travessia rodoviária de ligação à Comunidade atravessando a Jugoslávia. iii) O auxílio financeiro de apoio às consequências das diversas políticas a curto-prazo seria semelhante a um fundo de compensação contra as dificuldades conjunturais do Sistema Monetário Europeu; tratava-se de um sistema financeiro rápido para acesso a meios internacionais de financiamento; se não houvesse compensação para a Grécia não haveria, seguramente, União Política; a política dos “good boys” não colhia; a Comunidade Europeia só entendia a linguagem dos “bad boys” e não compreendia porque é que Portugal não era mais ríspido e afirmativo.

A Grécia era contra o alargamento antes de se haver procedido ao aprofundamento da Comunidade existente e à sua coesão. Dever-se-ia procurar reduzir o montante das contra-partidas nacionais; não via necessidade de apoio a despesas correntes, porque se poderia obter o mesmo efeito por outros modos como, por exemplo, passar as comparticipações dos 50% para 90% ou mesmo 100%! (...). Estava de acordo em que as receitas comunitárias eram insuficientes. O 5.º recurso teria de ser accionado mais vezes; não era com 1,19% do PIB comunitário que se faria a coesão e a União Económica e Monetária. Estava-se a querer fazer omeletes sem ovos. Para isso, deveria cobrar-se mais impostos; achava aceitável um novo imposto sobre a energia, mas inaceitável se ele fosse sobre o capital. Não acreditava nas virtualidades da constituição de um fundo inter-estatal, tal como os Espanhóis o haviam proposto. Isso era só tática e do que nós precisávamos era de estratégia. Para concluir a sua longa intervenção disse que mais ninguém

deveria entrar para a Comunidade Económica Europeia sem estar concluído, com os seus membros de então, o aprofundamento que levaria à constituição da União Económica e Monetária e da União Política.

Reconhecemos em muitas destas afirmações algumas das posturas que durante os vinte e cinco anos seguintes foram adoptadas por governos da direita e da esquerda e, finalmente, da extrema-esquerda (2015). Na ausência do Ministro das Relações Exteriores, o contacto no respectivo ministério foi tido com o Director-geral dos Negócios Políticos. Fez-me uma longa e fundamentada descrição da situação dos Balcãs; o interesse da Grécia era ver mantida a federação jugoslava; como se sabe, isso não aconteceu. Defendeu a entrada na Comunidade Europeia de Chipre e de Malta e a necessidade da Grécia dispor de corredores para o norte; os existentes estavam bloqueados. Queriam auto-estradas, porque não confiavam nos caminhos de ferro e as cargas ficavam muitas vezes abandonadas no meio do trajecto. Os ferry boats para Itália tinham o inconveniente dos pontos de “quebra de carga”. Quanto ao alargamento à Noruega, à Suécia e à Áustria, não punha problemas. Por outro lado, o estatuto de neutralidade da Suíça havia perdido todo o sentido, pois só o tinha quando a Itália, a Alemanha e a França se guerreavam entre si e esse tempo havia passado.

Como se pode ver, os ministros gregos não trocavam muitas impressões entre si, ou pelo menos, estes dois que eu visitei... É muito importante que falem todos a mesma linguagem.

De Atenas voei para Dublin, para falar com o meu velho amigo Pdraig Flynn, nessa altura responsável pelo Ambiente e pelos fundos estruturais. A Irlanda, nessa altura, tinha doze programas geridos pela Administração Central que assegurava as respectivas contrapartidas nacionais. Havia consultas às autoridades locais e aos empresários, mas as decisões eram do governo central; os outros só poderiam fazer recomendações. Tinham, até então, absorvido bem todos os fundos; os sectores mais importantes haviam sido as estradas e o saneamento básico (este sob a sua responsabilidade directa). Era fundamental garantir que a programação se fizesse antes da entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de Apoio. Os atrasos de quase dois anos que se haviam verificado anteriormente tinham sido muito inconvenientes. Por isso, estimava que se estivesse a começar

cedo o trabalho que se impunha. Mas achava que 50% de aumento nos fundos estruturais não seriam suficientes; era necessária nova duplicação, em quatro anos! Mas estava fora de causa dar mais poder aos “funcionários sem rosto” da burocracia de Bruxelas. A economia irlandesa estava, nessa ocasião (1991), a arrefecer, prevendo ele que viessem a ter dificuldades em matéria de adicionalidade (co-financing). Estava, desse modo, a propor um aumento das taxas de participação. Estimava que eu estivesse a tratar deste tema com ele, porque achava que os chamados “países do objectivo 1” precisavam de um reforço adicional e, por isso, conviria que se mantivessem unidos e com uma estratégia conjunta. Mas não se poderia deixar de apoiar, também, os “países do objectivo 2”. Achava que as redes transeuropeias eram uma boa ideia e, para ele, fazia sentido uma linha de caminho- de-ferro que, depois de um ferry boat para atravessar o Mar da Irlanda, fosse directa ao Channel Tunnel para ligar a Irlanda ao Continente. (Vinte anos depois – 2012/13 – tive eu ocasião de impulsionar a ideia de estabelecer ligações marítimas directas ao continente e à própria Inglaterra, a partir de portos do sul da Irlanda). Não queriam ser o único país da Europa sem ligações ao Continente. Em relação ao necessário aumento de recursos da Comunidade, considerava que ele deveria provir de uma elevação e não de qualquer taxa imposta sobre a energia, mas não se escandalizaria se esse aumento viesse de taxas sobre o capital; a Irlanda, disse, eram somente 3,5 milhões de pessoas e todas não muito ricas... As suas preferências iam para o aprofundamento antes do alargamento. Apoiava-me na inclusão da referência à coesão nos tratados. Isso ajudaria a contrariar, dentro de portas, o argumento da perda e da transferência de soberania. Chamou a atenção sobre o facto de, nessa altura, já existirem quatro “papers” sobre a coesão, respectivamente da Irlanda, de Espanha, de Portugal e da Grécia, sendo que o de Portugal era de princípios de 1991 e que o da Irlanda havia sido o primeiro, logo em Janeiro desse ano. Haveria que vê-los a todos.

Fui de seguida, recebido por Gerard Collins, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Estava de acordo com a coesão e com a sua inclusão nos tratados. O Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Santer, iria visitá-los na semana seguinte e falar-lhe-iam nesse tema. Também concordava com a duplicação dos fundos no próximo período de vigência dos Quadros Comunitários de Apoio. Entendia as limitações

das posições geográficas periféricas e, por isso, apoiava a ligação e integração no Continente. Também preferia que o aprofundamento precedesse o alargamento. O Director-geral, Ted Barrington, que estava presente, esclareceu que as prioridades irlandesas, já definidas, incluíam a duplicação dos fundos, a flexibilização dos regulamentos, o alargamento dos sectores a apoiar e o aumento do montante da comparticipação. Para o ministro irlandês, o seu país era um aliado natural de Portugal; ambos fazíamos parte da periferia europeia. Esperava muito da presidência portuguesa, nomeadamente no que respeitava à reforma dos fundos, matéria em que sabia da nossa capacidade.

E assim regressei a Lisboa para ir imediatamente para Bragança, onde o Primeiro-Ministro fazia uma visita no domingo. Foi aí que o informei de todos os meus contactos e do resultado das visitas.

*

Em 3 de Junho de 1991, o projecto Ford-Volkswagen continuava em afinações de pormenor. Estava decidido, mas não se podia anunciar, em Portugal, a conclusão das negociações, porque isso deveria ser feito por Bruxelas; eu teria de dar uma palavra ao Comissário Millan para combinarmos até onde é que eu poderia ir nas minhas declarações. A Comissão era muito zelosa das suas prerrogativas; uma boa parte do dinheiro vinha de lá, pelo que era lá que se deveria fazer o anúncio. Qualquer precipitação do nosso lado teria repercussões, pelo menos em termos de um atraso do anúncio. Na própria Comissão ainda se discutia se a decisão deveria ser da Comissão e subscrita por ela ou se não tinha um peso assim tão grande e poderia ser atribuída ao Comissário e anunciada por ele... As “procedures” eram delicadas e havia que a elas atender. O facto é que a decisão já tinha sido tomada.

À última hora vieram com uma nova exigência: queriam um compromisso relativamente a uma estrutura de coordenação inter-fundos que pudesse assegurar que as regras impostas pelo PNICIAP não eram feridas. Para isso era melhor que houvesse um reforço do SIBR e que os apoios saíssem dele, do que manter o projecto no quadro da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Criava-se uma linha autónoma dentro do QCA. Se fosse dentro da OID

teríamos que estar, frequentemente, a ouvir a sua comissão de acompanhamento, onde estavam todos os Autarcas da área mais os parceiros sociais, nunca se sabendo quais são os efeitos da concentração do investimento num só Concelho; por alguma coisa a última palavra dos “Lusíadas” é inveja... Assim, por ser burocraticamente mais simples e politicamente mais aconselhável, ficou decidido que se faria um reforço do SIBR que só envolveria a Direcção-geral do Desenvolvimento Regional e o IAPMEI.

*

No dia 13 de Junho fui a Faro para fazer uma avaliação, com os Autarcas, do modo como estavam a decorrer os programas operacionais do Algarve. Comecei por ouvir os técnicos que achavam que se tinha sobrevalorizado as capacidades das Câmaras Municipais em Novembro de 1989, quando tudo havia começado. Entretanto, tinha-se assistido a um abrandamento da construção e do turismo com reflexos no montante do imposto da sisa, cobrado pelos Municípios e que se havia retraído expressivamente. A previsão inicial de comparticipação das Câmaras tinha sido de 50%; nem com 30% ou 20% conseguiríamos realizar a obra. Tudo tinha de ser reprogramado, obviamente com menos projectos. As coisas, entretanto, haviam melhorado; no primeiro semestre de 1991 tinha-se conseguido investir tanto como ao longo de todo o ano de 1990. Já haviam feito reuniões para encontrar formas alternativas de aplicação dos meios disponíveis, com privilégio para as obras intermunicipais que, para mim, eram as melhores, porque tinham escala, porque beneficiariam de melhores taxas de comparticipação e porque seriam mais bem-acompanhadas, pelo menos por dois Municípios. Queriam um sistema de PPI (incentivos aos pequenos projectos de investimento) semelhante ao que existia no Norte Alentejano. Mas eu torcia o nariz, porque as situações eram muito diversas; o Algarve precisava de algumas obras de vulto; não eram ajustados os micro-investimentos que sempre se faziam sem quaisquer incentivos. Eu era muito a favor de se olhar a sério para a escolha e tratamento dos resíduos sólidos; ainda não estava em voga o recurso a parcerias público-privadas; a recolha era obrigação dos Municípios; eu estimava que estes se associassem numa grande empresa de tratamento que contribuísse para acabar com os aterros sanitários de tão difícil exploração.

As Câmaras recorriam pouco a uma linha de crédito aberta na Caixa Geral de Depósitos. Havia uma que tinha tido sucesso e, por isso, eu aproveitei para sublinhar a importância do caso. Muitos projectos estavam desactualizados nos seus orçamentos. Era preciso corrigi-los para não vir a ter surpresas durante a execução. Ainda não se sabia onde seria a localização da ETAR de Tavira e isso dificultava a execução de alguns ramais de águas sujas. Era preciso tomar uma decisão rapidamente. Em Lagoa, a ETAR de Ferragudo seria construída junto ao porto, mas a Direcção-geral dos Portos opunha-se; era preciso encontrar uma alternativa aceite por todos: a DGP preferia um emissário submarino, mas a mim repugnava-me soltar no mar um caudal apreciável de efluente não tratado; além disso, era caro!

Em Vila do Bispo havia atrasos em relação ao que então se designava como Via longitudinal do Algarve.

Em matéria de incentivos à actividade produtiva, nessa altura, o sector do turismo era responsável por cerca de 60% das candidaturas, o que não me surpreendia. Havia pouco dinamismo no sector da agricultura, o que me desagradava, especialmente em relação à horticultura e à floricultura que beneficiavam de boas condições, mas que custaram muito a arrancar.

Estavam todos optimistas em relação a 1992!

*

No dia 18 de Junho o Comissário Millan veio a Lisboa para assinar o Programa Interreg o qual apoiava, especialmente, as zonas fronteiriças que a história europeia havia contribuído para serem áreas com pouca população, com poucas actividades e, por isso, generalizadamente pouco desenvolvidas. A Europa do nosso tempo queria apagar o que, então, se chamava “as cicatrizes da História”. O acto formal foi ao fim da manhã, mas às nove horas começámos a trabalhar nas matérias em curso. Marcámos a assinatura do contrato relativo ao projecto da Ford-Volkswagen antecedida de uma conferência de imprensa. Interessava apurar, além dos empregos directos, quais seriam os indirectos que o projecto criaria e quais os novos investimentos que ele induziria. Passámos em revista o Quadro Comunitário de Apoio. Ele não queria que nós fizéssemos “overbooking”,



FIG. Barragem do Alqueva em construção.

mas, eu sabia com quem lidava e tinha experiência de alguns parceiros falharem à última da hora com desculpas “de partir o coração”... Por isso insistia em fazê-lo, com a promessa de que seria moderadamente. Foi essa uma das razões porque sempre os utilizámos na totalidade, algumas vezes tendo conseguido absorver verbas não mobilizadas por outros países. Mas ele queria ficar com mais recursos para levar a cabo as chamadas “iniciativas comunitárias”, quer dizer empreendimentos concebidos no quadro de políticas europeias respeitantes a toda a Comunidade e impulsionadas especialmente pelas instâncias europeias, se bem que com uma participação que tinha de ser muito empenhada, por parte dos próprios países-membros.

Pus-lhe a questão de aumentarmos as participações comunitárias, especialmente as relativas a projectos municipais levados a cabo no quadro dos programas operacionais. Compreendeu as razões e não pôs grandes obstáculos. De qualquer modo, insistiu em que “more projects is better than higher intervention rates”. O que eu compreendia na perspectiva da Comissão Europeia; estenderia por mais realizações o seu apoio. O ponto era, para mim, garantir que a contrapartida local, que era de regra, se efectivasse realmente. Quis que eu formalizasse, por escrito, a minha proposta, porque queria cotejá-la com o que se passava com a Grécia e com a Irlanda, em relação às quais não queria dissintonias.

Falámos das modificações a introduzir nos regulamentos para o período pós 1993. Ele queria que elas fossem profundas, no sentido de tornar mais eficaz o recurso às ajudas comunitárias. Pediu que eu lhe fizesse chegar as alterações que a nossa experiência aconselhava. Referiu o que a experiência já me tinha demonstrado: as modificações ou as trocas dentro de um determinado fundo são mais fáceis do que entre fundos diferentes. Lá como cá, quando se tem de lidar com dois ou mais Comissários, as dificuldades são maiores do que se tratar de um só...

Em todos estes temas, a intervenção da Secretária de Estado era sempre muito estimada, porque competente e baseada numa larga experiência.

*

No dia 19 de Junho, tive uma longa reunião sobre o projecto Ford-Volkswagen. Estava-se numa fase de retoques finais já com um projecto de decreto-lei diante

de nós. Como havia que “juntar muitas pontas” nela participaram o Ministro do Comércio, a Secretária de Estado do Planeamento, os Secretários de Estado da Administração Local, do Orçamento, das Obras Públicas e dos Recursos Naturais e o Eng.^o Rui Mil-homens, responsável pela operação integrada da Península de Setúbal.

Por razões de operacionalidade o grande subsídio a conceder à empresa passou do SINPEDIP para o SIBR; isso é que reclamava um decreto-lei.

Havia muitas iniciativas que tinham de ser levadas a cabo pela Câmara de Palmela, em cujo território se localizava a fábrica. Mas ela tinha de ser auxiliada a fazê-las, sendo que a maior preocupação estava ligada às datas de concretização do prometido ao consórcio e tudo começava pela elaboração de um orçamento extraordinário que devia ser aprovado pela respectiva Assembleia Municipal. Nós sabíamos que a Câmara não contribuiria em nada, porque se tratava de empreendimentos fora do comum. Mas nós insistíamos em fazer as coisas com o maior rigor formal. Por isso, a figura do contrato-programa deveria ser usada muitas vezes. Ao mesmo tempo tínhamos que mobilizar todos os programas comunitários possíveis (RENAVAL, RESIDER e todos os que tivessem cabimento), além, naturalmente, do FEDER que nos estava atribuído. Ficou estabelecido que convidássemos a Câmara de Palmela para uma reunião comigo, com o Ministro do Comércio e com o Secretário de Estado da Administração Local, algo que veio a acontecer logo no dia 21, nessa mesma semana. O sector do Ambiente punha-nos problemas vários; seria difícil contar com os meios da própria OID; por isso a solução preconizada foi fazer um concurso entre gabinetes de gestão de projectos para celebrar um contrato de 5 anos para levar as obras a bom-termo. Os estudos de impacto ambiental não eram parte despicienda.

Havia, ainda, a ligação ferroviária, começando pela expropriação dos terrenos necessários; eles custavam 200.000 contos e a CP não dispunha de meios. Mas teria de ser o gabinete do nó ferroviário de Lisboa a fazê-la. Quem a pagaria seria a OID e o PIDDAC; os custos previstos montavam a 3 milhões de contos. Era preciso desdobrar estas verbas pelos anos ao longo dos quais as obras seriam realizadas. Seria bom que se melhorassem as instalações do porto de Setúbal, porque havia

a intenção de reforçar a sua valência “roll-on-roll-off”. Ficou combinado que seria a Administração do Porto a apresentar à OID uma candidatura para estudos e projectos, incluindo a parte ambiental; a sua realização seria contemplada em PIDDAC’s futuros. Para já, era necessário definir o que se havia de fazer e como. Havia, por fim, o Centro de Emprego e Formação Profissional que ficaria sob a responsabilidade do IEFP, mas que tinha de ser assessorado por um técnico do consórcio que definisse as formações requeridas e os graus de exigência respectivos. Quando passados quase 25 anos se vê o resultado desta complexa operação e se ouve os depoimentos dos responsáveis que não regateiam elogios à qualidade das sucessivas levas de mão-de-obra entretanto formadas, não se pode deixar de considerar bem-empregue o tempo ocupado e a ansiedade que se viveu.

*

No dia 25 de Junho a Secretária de Estado comunicou-me que já dispunha de uma versão do estudo de viabilidade do Alqueva que respondia às exigências que tínhamos posto nos respectivos termos de referência. Decidimos, então, avançar para os passos finais do relançamento da obra. No mesmo despacho analisámos o relatório de execução do PIDDAC’91. Estávamos com uma boa taxa, mesmo tratando-se do primeiro semestre. Decidimos informar todos os ministros acerca do seu conteúdo.

*

Já me referi, algumas vezes, à preocupação que tínhamos com o sector têxtil, tão expressiva era a sua importância, em termos de emprego e de exportação, para o Norte do país e, especialmente, para o Vale do Ave.

No dia 28 de Junho houve, no Ministério da Indústria, uma importante reunião com a CIP e empresários têxteis para fazer o ponto da situação. Também participaram os Ministros do Comércio e do Emprego, a Secretária de Estado do Planeamento e a Dra. Elisa Ferreira que, nessa ocasião, tinha responsabilidades especiais na coordenação do programa operacional respectivo. Todos concordávamos quanto à importância do sector para o País e era nosso objectivo criar condições para os empresários trabalharem:

O Presidente da CIP, Dr. Ferraz da Costa, a quem já me referi como homem inteligente, costumava ser abrasivo nas suas intervenções. A Imprensa gostava muito de o ouvir, porque ele nunca deixava de dramatizar as situações. Assim o fez de novo, mesmo em privado. Tinha a consciência de que grande parte das responsabilidades iriam recair sobre os empresários que não dispunham dos instrumentos necessários para assegurar a transição para uma nova fase, de modo suave. Deveria haver uma visão mais integrada sobre o sector têxtil (era o que a respectiva OID do Vale do Ave procurava materializar). Queria saber em que pé estava o programa de modernização da indústria têxtil e em que é que consistia o apoio intercalar de 70 MECU anunciado, havia alguns dias, pelo comissário Bruce Millan. Seria através do PEDIP? Teria de ultrapassar negociações com outros governos de países com problemas semelhantes ao nosso?

O Ministro da Indústria referiu-se ao Programa de Modernização da Indústria Têxtil cujo “draft” havia sido entregue em Novembro de 1990 – o qual tinha sido o primeiro; dado que só depois de a nossa proposta estar já em análise é que surgiu a de Espanha e, a seguir, a da Grécia – mencionou as dificuldades que a Comunidade tinha para apoiar financeiramente um programa de modernização tão focado num dado sector. Eu esclareci que, nessa altura, os apoios teriam de vir todos do PEDIP já negociado e aprovado; era esse o quadro legal para se efectivar o apoio. Mas as negociações para termos o SINDAVE estavam a decorrer e os meios respectivos viriam em adição aos que já haviam sido assegurados. No SINDAVE havia um eixo de modernização e outro de apoio à comercialização que poderiam arrancar logo, mas, para os apoiar, teríamos de ir cortar a outros projectos enquanto não houvesse decisões específicas para ele. E, no tocante à formação profissional teríamos de mobilizar verbas da própria OID.

O Presidente da CIP voltou a um dos seus temas favoritos, sublinhando a importância da integração; referia-se especialmente ao Ministro da Justiça e às maiores facilidades na criação de empresas e em matéria falimentar que constituíam um travão às mudanças estruturais que teriam de ser feitas. Recomendou uma maior articulação entre o Ministério da Justiça e o do Emprego. Propôs que as “sobras” do projecto Ford-Volkswagen a existirem, fossem canalizadas para o SINDAVE (Como se sabe ele não era a favor da concentração de subsídios na fábrica de Pal-

mela; queria ver os meios distribuídos por muitas empresas; talvez isso tivesse sido muito popular, mas teria representado uma má decisão...). Queria um compromisso de apoio por parte do Governo.

O Ministro do Comércio sublinhou a importância da perspectiva integrada e pluridisciplinar do sector têxtil que estávamos a ter e os esforços desenvolvidos por nós para ver o Uruguay Round, terminado até ao final do ano. Insistiu na importância da comercialização, da informação sobre os mercados, da melhoria da qualidade, da promoção da internacionalização das empresas e do marketing que estavam todas previstas no Programa em curso. Era nesse quadro que deveria situar-se o apoio à comercialização

Um grande industrial têxtil (que havia sido meu colega no liceu) disse que estava de acordo com tudo quanto havíamos referido, mas que o problema era de “curtíssimo” prazo e que os bancos não se “comoviam”... As suas aflições não se compadeciam com reformas estruturais... (Era um desencontro de prazos e orientar meios escassos para unidades fabris caducas seria suicidário, por serem em pura perda). O Ministro da Indústria esclareceu que o SINDAVE se iria concentrar apenas nas medidas que haviam tido muito sucesso no âmbito do PEDIP. Haviam passado com sucesso por uma prova importante.

O Presidente da CIP temia os apoios dados à comercialização por eles poderem assumir a forma de uma alteração das regras da concorrência. Queria crédito às empresas para investirem no estrangeiro no âmbito da comercialização (mas isso era muito difícil de explicar, não apenas em Bruxelas, mas ao público em Portugal). Queria incentivos fiscais por ser a margem de intermediação do sector financeiro demasiadamente elevada. Afirmava que não poderíamos ser campeões na coesão social esquecendo a coesão económica (mas nós queríamos as duas e sabíamos que elas eram indissociáveis; tínhamo-lo demonstrado ao longo das negociações). Queria baixar a idade da passagem à reforma, dizendo que, a partir dos 55 anos, não haveria muito a contar sobre as possibilidades de reconversão (eu não penso assim; se alguma coisa, em termos pessoais, se deve fazer é prolongar a vida activa mesmo que se tenha de pedir um esforço de actualização especial a cada um). Achava que se deveriam afectar verbas do Fundo Social Eu-

ropeu para financiar situações de pré-reforma (eu não estava nada de acordo com isso!). Entendia que deveríamos procurar o financiamento externo das empresas portuguesas (eu achava bem, desde que as condições fossem melhores do que as da banca portuguesa... mas não à custa de dinheiros públicos). Chamou a atenção para a importância dos riscos cambiais e da sua cobertura. Terminou, propondo o abaixamento dos custos da energia (que todos, naturalmente, queríamos... e em relação aos quais estávamos a actuar, nomeadamente no domínio do gás natural). O Ministro da Indústria manifestou-se a favor de uma intensificação da formação de gestores financeiros e da agilização dos instrumentos falimentares. Não tinha detectado divergências na análise das dificuldades do sector e, por isso, propunha a criação de um grupo de acompanhamento do Programa de Modernização do qual a CIP fizesse parte. E, resumindo muitas das dificuldades que sentíamos, disse que felizmente “não havia salários em atraso; o que havia era falências em atraso”... As mudanças estruturais são sempre difíceis e demoradas! Ficou combinado, ainda, que depois da aceitação do SINDAVE, em Bruxelas, procederíamos a uma auscultação acerca da forma operacional de o pôr em marcha.

*

Como já foi dito, um dos problemas maiores do Vale do Ave respeitava à sua situação ambiental, especialmente no que respeitava aos efluentes industriais e domésticos. Havia muita obra em curso. Só do PEDIP o investimento era de 3,1 milhões de contos para o saneamento básico. Neste sentido, para fazer a avaliação da situação reuni-me em 28 de Junho com o Secretário de Estado do Ambiente. Nessa altura, o bloqueio ainda não era financeiro; era das licenças!... Eu preocupava-me com os atrasos, nomeadamente por temer que as obras viessem a custar mais e que o dinheiro reservado para o efeito não chegasse. Havia já onze empreitadas em curso das quais três de interceptores, 3 de equipamentos electro-mecânicos para outras tantas ETAR, cujas obras de engenharia civil tinham sido concluídas e mais duas para estações de tratamento de lamas. Os concursos haviam-se mostrado muito concorridos, o que me sossegava em matéria de preços. E as empresas concorrentes eram tidas como boas. Grande parte das obras tinham um prazo de

700 dias, o que fazia levar a inauguração dos empreendimentos para meados de 1993, algo que para mim era uma eternidade! O dono das obras era a Associação de Municípios, o que facilitava as necessárias compatibilizações entre eles.

Havia ainda em curso a elaboração de uma portaria relativa aos efluentes das empresas têxteis que era assunto da maior sensibilidade. Eu procurava um equilíbrio entre as “exigências” do Ambiente e as “facilidades” da Indústria.

Estava em curso uma negociação com a EDP para a exploração da barragem do Ermal, no rio Ave, cujo regime de caudal deveria ser cuidadosamente observado. Mas, como sempre, havia uma pressa enorme em relação às estradas. Neste caso, era a variante Famalicão – Vermoim do IC5 (em direcção a Guimarães) que escoava o tráfego de muitas empresas exportadoras. O estudo do impacto ambiental havia sido feito por uma empresa de prestígio; faltava a consulta pública. Nestas alturas a impaciência surge; mas tem de se ser escrupuloso nos procedimentos formais; de outra forma pode-se deitar tudo a perder.

*

No dia 1 de Junho reuni-me com o Ministro da Educação para vermos como iam as obras financiadas pelos fundos estruturais. Começámos por ver a situação das escolas secundárias do Vale do Ave. As regras do PRODEP impunham 70% para o FEDER e 30% para as Câmaras Municipais mas estas queixavam-se de que não dispunham dessa verba. Tinha de se encontrar um meio para fazer acelerar as obras, porque numa zona em que as mudanças estruturais são urgentes, o sector da educação vem sempre atrasado, dado os seus efeitos serem sempre de longo-prazo.

Na Universidade de Trás-os-Montes havia que fazer acelerar as obras.

O PIDDAC’91, do Ministério da Educação, havia sido congelado e a 14ª Repartição da Contabilidade Pública (a do Ministério da Educação) não visava nada. O Ministro queria o meu apoio dizendo-me que, se não fosse de outro modo, não conseguiria executar os projectos apoiados pelo PRODEP, pelos quais eu respondia em primeira mão. Resolvemos pôr o caso directamente ao Primeiro-Ministro, porque sabíamos que não conseguiríamos “comover” o Ministro das Finanças...

Estava prevista para breve a inauguração das instalações da Escola Superior Agrária no Convento de Refoios do Lima. As obras de recuperação tinham sido

conduzidas pelo Arquitecto Fernando Távora, cuja qualidade de trabalho eu conhecia bem. Quando fui vê-las devo dizer que a realidade superou em muito as expectativas. Não sei como elas estão hoje (2015), mas, naquela altura, a recuperação do velho Convento era, realmente, modelar, como se pôde ver pelas numerosas referências que as revistas de arquitectura lhe fizeram.

O Jamor iria acolher alguns novos equipamentos (nave desportiva com piscina, etc., etc.). Já se dispunha do projecto e da “maquette”. Mas a estimativa era de 7 milhões de contos que não estavam previstos em parte nenhuma. Sem ironia, aconselhei o meu Colega a tentar um financiamento pelo totoloto!... E, entretanto, para manter a esperança, fazer uma exposição da dita “maquette” e pô-la à discussão pública (a técnica do “encanar a perna à rã...).

Queriam construir uma residência para estudantes do Instituto Superior Técnico com 100 camas! Fiz um discurso sobre as vantagens da gestão das pequenas unidades (“small is beautiful”...) de modo a irmos fazendo alguma coisa no PRODEP II. É sempre difícil dar um banho de água fria a alguém...e, especialmente a quem se admira e estima... Mas a “manta” não chegava para tudo!

*

No dia 2 de Julho de 1991 realizou-se um seminário internacional sobre os fundos estruturais, para tentar chegar a um conjunto de recomendações que fossem adoptadas pela Comissão Europeia. A minha intervenção está publicada (“Discursos VI”); por isso não a reproduzo. É sempre bom tentar pensar no futuro para ver que passos devem ser dados hoje com vista a que ele venha a tomar uma forma que nos seja agradável.

*

Em 16 de Julho tive uma conversa com um viticultor do Douro que queria o meu apoio para avaliar a possibilidade de se começar a regar as vinhas do Douro, especialmente as localizadas no Douro Superior. A rega da vinha era, então, rigorosamente proibida, excepto nos casos em que os Estados-membros a justificassem. Ora, havia um pluviómetro em Almendra que indicava que a pluviosidade média na zona era de 210mm, algo que o meu interlocutor achava que justificaria a rega,

pois a maturação das uvas nunca se pode fazer, em boas condições, sem um mínimo de água. Por isso, muitas vinhas do Douro Superior justificavam a rega pretendida. Passei a pretensão para quem de direito.

*

Em 15 de Julho foi assinado em Palmela o contrato com o consórcio Ford-Volkswagen, para a construção da fábrica da Auto-Europa.

Há dias (2015), em conversa com o Embaixador da Alemanha contei-lhe, em traços largos, como tinha sido o processo e por que razão ela só se havia feito; isto é, por ter beneficiado dos auxílios do FEDER. A observação admirativa que ele fez diz tudo: “Ah! Por isso a fábrica se chama Auto-Europa!”...

*

Em 16 de Julho trabalhei com a Secretária de Estado do Planeamento sobre um tema que, há muito, me preocupava. A formação profissional dos funcionários públicos não poderia ser feita com fundos comunitários oriundos do Fundo Social Europeu. Só em casos muito especiais, ligados ao desenvolvimento é que isso poderia ser realizado através de um programa pluri-fundos, combinando o FSE com o FEDER. Foi por aí que avançámos. Nesse dia soube que haveria a possibilidade de apoiar a construção de escolas profissionais, realizadas no âmbito do PRODEP, com fundos vindos do FSE. Tratava-se de uma grande ajuda. Analisámos o relatório que a Price-Waterhouse tinha feito sobre a monitorização do Quadro Comunitário de Apoio. Para mim era indispensável poder acompanhar de perto a sua execução, através do recurso a indicadores previamente fixados. As dificuldades maiores, naquela ocasião, respeitavam ao sistema informático; os sistemas dos diversos serviços eram mutuamente incompatíveis, tanto em hardware como em software. Teria de se começar por compatibilizar tudo. Fez-se um concurso para propor soluções que havia sido ganho por aquela empresa. Era o seu relatório que se impunha agora estudar para tomar decisões acerca da melhor forma de concretizar as recomendações feitas.

Nessa mesma ocasião soube que o estudo de viabilidade do Alqueva prosseguia em bom ritmo. Ainda não era conveniente anunciá-lo, apesar de as eleições estarem próximas...

*

A formação profissional sempre representou para mim uma preocupação maior. Em 23 de Julho reuni-me com representantes da Direcção da Associação Comercial do Porto, com o Ministro do Emprego e Formação Profissional, com a Secretária de Estado do Planeamento e com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação. Em causa estava a constituição de uma Escola do Comércio no Porto, para alunos após o nono ano de escolaridade. Ela teria 500 alunos e ficaria situada na Rua D. João V, num velho palacete de granito do princípio do Século XX. O apoio financeiro não era para comprar o imóvel, mas somente para obras. A escola era entendida como embrião de uma rede de estabelecimentos semelhantes a distribuir pelas principais cidades. O projecto já existia (tanto o pedagógico como o físico). Para isso dispúnhamos de uma linha de crédito semelhante à do ensino particular, com bonificação dos juros. O PRODEP poderia participar no equipamento. Já havia uma associação feita entre a ACP, a Câmara Municipal do Porto e o Banco Português do Atlântico que poderia constituir-se como nossa interlocutora. A estimativa das obras necessárias era de 90.000 contos. O modelo correspondia muito a uma estrutura que nos agradava: uma parceria entre a Autarquia, uma importante associação do sector e um banco. De acordo com o Ministério da Educação o projecto era consistente. Por outro lado, correspondia a uma necessidade muito sentida pelo sector, o que assegurava, em princípio, emprego para os seus diplomados. Prometemos o nosso apoio.

*

No mesmo dia, reuni com os Secretários de Estado mais envolvidos no programa do Vale do Ave. Começámos pelas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). O processo de apreciação dos projectos das sete primeiras empreitadas estaria concluído dentro de duas semanas. Para o IC5 (ligação Famalicão-Guimarães-Fafe) havia sido criada uma comissão de acompanhamento presidida pela CCRN, a qual organizaria a consulta pública nos 20 dias seguintes. Só se poderia pôr a concurso o trecho Famalicão-Vermoim; os outros viriam a seguir. Para adiantar serviço, comprometemo-nos a acatar as recomendações do Ministro do

Ambiente, quando elas viessem... A variante a Santo Tirso só poderia ser posta a concurso depois de Outubro, por razões orçamentais, mas o projecto estava pronto; era melhor começar o processo, para não atrasar. O projecto da variante urbana a Vizela estava a ser elaborado. E as obras de beneficiação da EN 310 começariam em 1 de Agosto, daí a pouco mais de uma semana.

No âmbito do financiamento do NORPEDIP e do SULPEDID havia 34 projectos de intervenção, já aprovados ou em apreciação. Eram todos da indústria têxtil!... Em relação ao programa PERIPHERA estava contemplado um Centro de Estudos e Serviços às Empresas Têxteis, incluindo uma base de dados; era preciso decidir sobre a sua localização; achámos que fazia sentido que ele ficasse ao lado do CITEVE.

A Portaria que estabeleceria as regras de protecção social aos trabalhadores estava em condições de ser assinada naquele dia.

Havia, ainda, um novo programa, o NACEAVE, que estava a ser negociado, mas que estimávamos poder vir a ser accionado em breve.

*

Logo a seguir fez-se uma reunião acerca dos sistemas de incentivos vigentes. Foi decidido enviar o SINDAVE para notificação no dia seguinte, com cópia à Confederação da Indústria Portuguesa e às Associações Industrial Portuguesa e Industrial Portuense.

As conclusões tiradas foram as seguintes: i) necessidade de articulação entre os incentivos financeiros à constituição de empresas e os apoios do Fundo Social Europeu; ii) necessidade de o IAPMEI e a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional acertarem numa redacção única para fazer a comunicação dos resultados; iii) necessidade de encontrar um procedimento personalizado sempre que houvesse respostas negativas ou menos interessantes; iv) em Outubro seguinte dever-se ia fazer uma jornada de reflexão sobre os sistemas de incentivos, no sentido de facilitar a sua concessão, mantendo o rigor do processo de decisão; v) necessidade de definir procedimentos uniformizados em relação ao investimento estrangeiro; vi) ver como se haveria de reforçar, financeiramente, o SINPEDID e o SIBR, uma vez que as verbas relativas ao primeiro se estavam a esgotar.

Queríamos que todas estas coisas ficassem resolvidas antes da campanha eleitoral. Estávamos convencidos de que ganharíamos as eleições, mas que a campanha iria atrasar muita coisa. Por isso a azáfama desse fim de Julho.

*

O Presidente Jacques Delors viria a Lisboa no dia 25 de Julho. Era preciso municiar o Primeiro-Ministro com ideias sobre aquilo que nós julgávamos mais nos convir. Por isso me reuni com a Secretária de Estado no dia 24. Era preciso pôr a maior ênfase possível na questão da Coesão. Deveríamos insistir na realização de uma reunião dos Ministros da Política Regional com a Comissão. Havia alguns pontos a acertar, para dar realce ao papel do desenvolvimento regional. Era-nos indiferente que ela tivesse lugar antes ou depois da próxima cimeira; o que queríamos era um envolvimento forte da Comissão.

Tudo isto foi passado a escrito em menos do que uma folha A4. É que nós queríamos que a nossa nota fosse lida e retida!...

*

No dia 20 de Agosto, em despacho com a Secretária de Estado, tratámos do projecto do Aeroporto de Santa Catarina, na Madeira. A pista teria de ser rodada 3,37°. Com essa rotação o Comandante Turcat considerava que o seu “factor de usabilidade” seria de 96% dos dias. Havia uma outra empresa que era ligeiramente mais optimista: 97%. De qualquer forma era muito bom!

Falámos, obviamente, de custos e valores de comparticipação europeia. A comparticipação comunitária iria ser de 75%. No mesmo despacho ficou decidido autorizar a adjudicação da aerogare do aeroporto de Porto Santo. Estava no seu caminho a resolução de um grave problema do arquipélago: a sua acessibilidade aérea.

*

Em 21 de Agosto, em trabalho com a Secretária de Estado, fizemos o balanço do PIDDAC’91. Tinha tido uma óptima execução, a melhor de sempre; mas subsistia uma insuficiência de dotações para a Saúde e para a Habitação; era preciso mais

dinheiro ou, então, um maior escalonamento na execução. Apesar das eleições, nós tínhamos avançado com a preparação do PIDDAC'92. Disporíamos de uma proposta para a semana seguinte; todos os ministérios estavam a trabalhar nas suas partes e já havia reclamações em relação à orientação geral que tinha sido dada, sinal de que se estava, de facto, a olhar para as diferentes propostas. Se não houvesse protestos é que eu ficaria pouco tranquilo...

*

Em 3 de Setembro, decidimos, a Secretária de Estado e eu, avançar com o concurso de pré-qualificação dos construtores da nova pista do aeroporto de Santa Catarina, na Madeira. Nesse mesmo dia foi anunciada a adjudicação da aerogare de Porto Santo. Faltava decidir o concurso da torre do radar respectiva, por não dispormos ainda dos elementos técnicos necessários. Este era um projecto sensível, porque deveria, também, alojar os radares da NATO que cobririam aquela parte do Atlântico.

*

Em Portugal não chega tomar as grandes decisões. É preciso que o ministro acompanhe de perto a execução, para se certificar que um dado projecto não encalhou em qualquer obstáculo burocrático, que é onde os processos costumam tropeçar. Eu sabia que em terra onde chove pouco a agricultura não prospera. Por isso, me aplicava no acompanhamento da execução das pequenas barragens colinares de Trás-os-Montes, onde a água não abunda e, também, na reabilitação dos regadios tradicionais, onde já havia sido adquirido o hábito de regar e, portanto, já se sabia como usá-la e como poupá-la. Por isso, em 12 de Setembro, tive uma reunião sobre o Projecto de Trás-os-Montes, onde havia uma componente hidráulica importante: O de Prada dependia da aprovação da Direcção-geral dos Recursos Naturais, mas poderia arrancar em breve; o de Fírvidas estava em apreciação na DGRN; ao de Solveira (450 hectares – Montalegre) faltava terminar o projecto de execução; o de Canavezes (Valpaços) tinha o projecto pronto, mas a execução afigurava-se complexa devido ao minifúndio imperante; em Vila Pouca de Aguiar havia três regadios: (a) o de Tinhela de Cima, que poderia ser posto a concurso imediata-

mente; (b) o de Sabroso, que também já dispunha de projecto e (c) o do Alvão, que já tinha visto aprovado o seu anteprojecto, mas era preciso elaborar o projecto. Decidi ir sensibilizar o meu colega do Ambiente que, ainda por cima, era da zona e conhecia as situações. Mas era preciso, também, pedir mais diligência aos projectistas e um acompanhamento próximo aos Presidentes de Câmara que, afinal, eram os mais visíveis representantes do poder público juntos dos potenciais beneficiários.

*

A nossa preocupação por atrair investimento estrangeiro de qualidade para qualquer parte do país era constante. Se além de criar empregos, esse investimento trouxesse tecnologia, envolvendo quadros portugueses e fazendo apelo à colaboração dos nossos centros de investigação científica e tecnológica, o efeito de “arrastamento” seria mais expressivo e, por isso, contribuiria de forma mais determinante para o desenvolvimento.

O Ministro do Comércio foi contactado pela Samsung que queria expandir-se, contemplando a hipótese de vir para Portugal. Por isso se reuniu com o Ministro da Indústria e comigo para analisarmos até onde poderíamos ir no apoio a conceder-lhes, além, naturalmente, de lhes facilitar todas as tramitações burocráticas que uma operação dessas sempre envolve. Reunimo-nos os três com a Secretária de Estado do Planeamento no dia 19 de Setembro. O IAPMEI já tinha analisado os méritos tecnológicos do projecto que eram apreciáveis. Como sempre sucede, nestas ocasiões e em toda a parte, os promitentes investidores “abrem sempre muito a boca”. Estava claro que não poderíamos satisfazê-los sem uma análise muito rigorosa do projecto, dos seus custos, dos benefícios estimados, das relações inter-industriais com empresas portuguesas, da distribuição dos réditos e das exigências postas em termos de formação profissional e de infra-estruturas que tivessem de ser realizadas para assegurar acessibilidade às instalações, energia, água, tratamento de efluentes, etc. Tudo tinha de ser escalpelizado com a maior minúcia possível. Eles deveriam esclarecer todas as nossas perguntas. Analisadas as coisas nos termos que julgámos adequados resultou uma contra-proposta nossa de incentivos financeiros no valor de 6,5 milhões de contos e

mais de 20% do investimento relevante de incentivos fiscais, o que significaria 71 milhões de contos. Adicionar-se-iam os apoios à formação profissional (FSE). Eles fizeram-nos saber que havia três propostas alternativas que diziam ser mais favoráveis do que a portuguesa. Eram da Bélgica, da Irlanda e da Escócia. Fazem sempre isto! Está no seu papel.

A Samsung contava com um incentivo da ordem dos 50% das aplicações relevantes do investimento, o que não era de todo possível dar-lhes, pois não tínhamos meios. Comunicaram-nos que a Irlanda já tinha notificado a Comissão em Bruxelas, o que não nos impressionou. É preciso conservar a cabeça fria e analisar as propostas nos seus méritos. Se não for possível aproveitar uma proposta, passa-se à seguinte! Atrás de uma serra grande, está outra ainda maior! Nunca se deve ceder nem às ameaças nem ao “charme”. A objectividade é que conta.

Nessa ocasião oscilava a localização do investimento entre Fafe e Sintra. Em causa estava a produção de semi-condutores de última geração. No mundo só havia quatro unidades similares. O Secretário de Estado do Comércio Externo tinha-lhes dito que se fossem para o Vale do Ave teriam incentivos muito mais interessantes do que se fossem para Sintra. A diversificação do sector têxtil era, para nós, um imperativo. O Ministro da Indústria manifestou a sua simpatia pelo projecto, sob todas as perspectivas. Era, agora, preciso aferir até onde poderíamos ir em matéria de apoios. Sabíamos, por outras fontes, que a alternativa da Bélgica estava afastada. Por outro lado, teríamos de ter uma conversa com o Comissário Bruce Millan, porque não sabíamos como reagiria a Comissão a este novo caso. Estávamos seguros de que o SINDAVE seria aprovado, mas não o queríamos hipotecar todo num só projecto ou, maioritariamente, num projecto grande. Havia sócios portugueses, no investimento da Samsung, mas não gostaríamos de concentrar muito os apoios concedidos. Tomámos a decisão de não anunciar nada antes das eleições, até porque não haveria decisões definitivas de Bruxelas. Mas fizemos exercícios de combinação das fontes de fundos que tornassem o projecto viável. Era importante assegurar a vinda de uma unidade tecnologicamente muito avançada.

*

Quem, no gabinete da Secretária de Estado, estava a seguir o projecto do Alqueva era o Dr. Adérito Serrão, um seu adjunto que demonstrava iniciativa e diligência. Foi por isso que começou a ser orientado, quase que em exclusividade, para o projecto, tendo acabado por vir a ser o primeiro presidente da instituição que veio a coordenar todo o projecto (EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.).

Em 24 de Setembro já estávamos em fase de escolha da empresa que levaria a coordenação do projecto por diante. Havia uma empresa que tinha ficado em primeiro lugar, porque há décadas o vinha acompanhando, tendo-se isso reflectido nas propostas. Mas, talvez valesse a pena associar-lhe outra com maior experiência na área do Ambiente que, tínhamos a certeza, viria a ser muito importante no desenrolar do processo. Ambas aceitaram a formação de um consórcio, ficando uma mais vocacionada para os trabalhos hidráulicos clássicos e outra para o Ambiente. De qualquer forma, a decisão não poderia ser tomada antes dos finais de Outubro, com o contrato a ser firmado em Novembro. Não havia possibilidade de encurtar os prazos. Nessa reunião eu certifiquei-me de que a formação do consórcio havia corrido bem, sendo quase desejada pelas duas empresas, as quais tinham percepção das valias diferentes que cada uma podia trazer ao projecto.



CAPÍTULO XXIII

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

Quando se está em período de sofrer os ataques de uma oposição vigorosa, o Governo tem de estar naturalmente unido. Mas se a navegação é tranquila, não havendo obstáculos à vista, há sempre quem goste de dar mostras da sua personalidade, levantando obstáculos à acção dos outros.

Vem isto a propósito do processo de apreciação do diploma que criou o SNIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica) que tão inovador foi na ocasião e pelo qual tenho sido felicitado, desde então, por profissionais vindos do mais diversos sectores. Em princípios de Setembro de 1989, já o projecto de diploma tinha ido sete (!) vezes à reunião de Secretários de Estado. De cada vez que ia, o Conselho Técnico respectivo tinha de ser alargado ou alguém achava que o sistema não era necessário, porque já havia outra instituição a fazer o mesmo, o que não era verdade, nem em Portugal, nem em parte nenhuma do mundo, dado que a Informação Geográfica, tal como ela era então apresentada e como é hoje praticada, constitui uma novidade absoluta por causa da generalização do uso dos computadores. Mas eu procurava evitar levar a Conselho de Ministros projectos de diploma que não tivessem sido acertados em Conselho de Secretários de Estado. Este sistema é bom, mas algumas vezes fiquei com a suspeita de que o “veto” tinha resultado do facto de quem o punha não haver feito o trabalho de casa... À cautela, não passa... Neste caso, invocava-se que o Instituto Geográfico e Cadastral poderia, muito bem, fazer o que se estava a propor. Ora, este é um organismo produtor de cartografia e o SNIG é um sistema produtor de bases de dados georreferenciados, não produzindo cartas.

*

No dia 18 de Setembro de 1989 houve um Conselho de Ministros da Ciência em Bruxelas. O presidente era Hubert Curien, o ministro francês com quem eu tive as mais cordiais relações. O vice-presidente da Comissão Europeia com o pelouro da Ciência era Filippo Pandolfi, a quem já me referi.

Tratava-se de analisar o programa-quadro da Ciência para os próximos cinco anos. Recomendava-se uma revisão em 1992 e estava previsto um mecanismo de dupla-decisão (Comissão e Conselho). Discutiu-se a aplicação de critérios gerais como a subsidiariedade e a coesão e propósitos como a difusão e a valorização dos resultados. O Vice-presidente da Comissão reafirmou a vontade desta em trabalhar muito de perto com o Conselho. Historiou a elaboração da proposta de programa-quadro que apresentava e falou longamente acerca dos recursos financeiros disponíveis. Combinámos que o programa-quadro deveria ser aprovado por unanimidade para lhe conferir maior força do que se fosse somente por maioria. Relembro que, então, éramos, “somente” doze Estados-membros; mesmo assim, a unanimidade reclamava muitas conciliações. A reflexão sobre cada proposta tinha sido iniciada aquando da chamada “mid-term review” do anterior programa-quadro. É para isso que elas servem. Verificámos que estava a ser conseguido um crescimento sustentado, mas que, para tal, se deveria continuar a seguir de perto o que se fazia. Constatou-se a importância das tecnologias avançadas para o conseguir fazer. Havia um conjunto de cinco avaliadores independentes do programa-quadro em curso cujos relatórios estavam a ser cuidadosamente estudados. Todos eles chamavam a atenção para os inconvenientes da fragmentação excessiva dos programas de pesquisa existentes, recomendando que se passasse de 37 para 5 (!). Era uma redução radical. Chamavam também a atenção para algumas lacunas da gestão que se revelavam como inconvenientes. Reafirmava-se a importância da subsidiariedade, mas recomendava-se que as acções a nível nacional fossem complementadas por uma política comunitária correspondente. Chamava-se, ainda, a atenção para os inconvenientes determinados pela acção de sistemas informáticos diferentes nos diversos Estados-membro. Preconizavam-se acções de grande envergadura e programas mais limitados no seu escopo, de modo a serem realizados. Foi discutido o calendário das diver-

sas etapas. Diminuíam-se o número de programas, mas aumentava-se o número de vezes em que o Conselho deveria interferir.

Todas estas recomendações mantêm-se válidas hoje. A tendência é sempre para fazer o contrário. Tem de se estar, continuamente, a promover maior coordenação e concentração dos programas.

Analisaram-se os aspectos financeiros do programa-quadro.

Os diversos ministros passaram a intervir. Todos estavam de acordo com as recomendações gerais que foram feitas, especialmente em relação à simplificação e concentração das linhas básicas do programa. Mas houve quem protestasse contra a concentração em cinco linhas!... Também era de menos. Tornava-se necessário definir os critérios de selecção e recomendava-se atenção em relação à competência dos comités de análise e selecção. Insistia-se na flexibilidade e na rapidez dos processos de tomada de decisões. Preconizava-se um esforço expressivo de comunicação para pôr a opinião pública favorável aos esforços de investigação que absorviam meios expressivos. Recomendava-se a maior transparência em todas as operações. Houve quem insistisse numa reserva de meios para apoiar a investigação pura (fundamental). Houve a discussão acerca da difusão de resultados: Quem a deveria fazer, os Estados, a Comissão ou os centros de investigação? As alternativas não eram indiferentes. Deveria haver um equilíbrio entre a flexibilidade necessária e a boa gestão dos fundos disponíveis. A cooperação com países terceiros deveria ser definida (havia casos como o da Suíça que nos interessava e outros como os países tropicais em que quase tudo seria feito à nossa custa). Deveríamos estar preparados para fazer face a uma concorrência global, na qual os quatro principais actores eram a Europa, os Estados- Unidos, o Japão e a Coreia; os outros não haviam, então (1989), “emergido”. Já então merecia preocupação a emigração dos recursos humanos formados na Europa; na Irlanda, por exemplo, o ministro referiu que 50% dos licenciados em engenharia e em física emigravam para fora da Europa; para países que eram nossos concorrentes; o problema de hoje (2015) não é novo! O programa de mobilidade incluído no programa-quadro deveria salvaguardar a possibilidade de os diplomados continuarem a trabalhar na Europa. A protecção de dados estratégicos deveria ser salvaguardada. E as pequenas e médias empresas deveriam beneficiar mais dos esforços feitos na investigação e na descoberta de novos conhecimentos.

O Vice-presidente Pandolfi extraiu as suas conclusões do que chamou uma discussão muito frutuosa. Agrupou-as em cinco conjuntos: i) O carácter pré-competitivo das actividades deveria ser bem precisado, a coesão não poderia ser alcançada em detrimento da qualidade, as pequenas e médias empresas deveriam ser envolvidas e a difusão dos resultados assegurada. ii) O mecanismo da dupla decisão não deveria induzir instabilidades, a revisão do programa-quadro deveria ser bem definida e os programas complementares bem articulados com as linhas fundamentais. iii) A concentração das linhas de acção deveria representar uma preocupação, com o Conselho de Ministros a decidir acerca da repartição interna dos programas específicos; as tecnologias marinhas, os novos materiais e outras áreas estratégicas deveriam ser valorizadas. Os centros de excelência teriam prioridade. iv) A gestão deveria articular-se com a flexibilidade, mas também com a transparência. A avaliação tinha de permanecer como uma preocupação constante. v) Nas relações com os países terceiros, dever-se-ia dar uma atenção especial aos países da EFTA.

O Presidente do Conselho, Hubert Curien sublinhou a vontade unânime de avançar. Mas, salvo pormenores que a evolução determinou, podemos dizer que muitas destas recomendações ainda hoje são válidas. Um Conselho actual (2015) poderia voltar a muitas delas sem surpresas. Demora-se muito tempo a alterar procedimentos.

*

A apresentação de projectos reclama tê-los prontos a tempo. Por isso eu insistia, continuamente, para que fossem desenvolvidos projectos devidamente estruturados. Um projecto demora muito tempo a passar da ideia original à fase operacional. E muita gente, em Portugal, pensa que não. Admite que se pode decidir o financiamento só com base numa brilhante sugestão e, depois, “logo se vê”. Não é assim! Em 25 de Setembro de 1989 fui informado, pelo Secretário de Estado de que havia projectos para candidaturas ao Programa Ciência no montante de 200 milhões de contos, só do FEDER. Nessa verba não estava incluída a formação; era só infraestruturas. Pedi para verificar se havia mesmo verdadeiros projectos, porque tenho sempre receio dos que têm “mais olhos do que barriga”, o que acontece com

frequência. O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, fazendo-se eco das propostas dos potenciais beneficiários propunha que houvesse isenções fiscais para o material comprado para os laboratórios, na maior parte importado. Era o IVA que estava particularmente em causa. Logo o avisei de que todos os Ministros das Finanças detestam a abertura de excepções neste domínio. Prometi-lhe, naturalmente, que iria diligenciar no sentido do proposto, mas logo o preveni de que não deveria acalentar grandes esperanças... Sucedeu o que eu previa.

*

No dia 9 de Outubro de 1989, o ministro francês da Ciência, Hubert Curien, veio a Lisboa para falar comigo acerca da adopção de posições convergentes na próxima reunião do Conselho de Ministros da Ciência. Propunha que, durante a vigência do próximo Programa-Quadro, houvesse uma chamada “mid-term review” em 1992 para correcção ou ajustamento das decisões que iríamos tomar em breve. Admitia, também, a conveniência de se tomarem medidas complementares para tirar o melhor resultado do que, entretanto, fizessemos. Além, naturalmente, de uma revisão financeira e dos próprios projectos, seus resultados observados e ajustamentos necessários. Eu era muito a favor de um acompanhamento e avaliação, através de indicadores fixados de antemão; ele tinha-me ouvido falar nisso e propôs-me que eu elaborasse sobre isso no próximo Conselho. Falámos de muitas outras coisas, entre as quais, sobre a valorização industrial dos resultados da investigação, a necessidade de Portugal ser apoiado com bolsas de estudo suplementares e a definição dos domínios prioritários, em que eu tive ocasião de explicitar que, para Portugal, seriam a biotecnologia, as ciências do mar e os novos materiais. Como sempre, referi as potencialidades portuguesas no campo da investigação em temas tropicais. E, em relação às ciências marinhas, ele ofereceu a colaboração do presidente do Inframer, Prof. Papon, para colaborar num curso de Verão a fazer em Lisboa, no ano seguinte.

As reuniões com Hubert Curien eram sempre agradáveis, frutíferas e muito cordiais. Foi uma época excelente das nossas relações com a França, neste domínio.

*

O INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores) é uma organização de charneira entre a Universidade e as empresas que tem prestado serviços excelentes. Começou a partir do Instituto Superior Técnico, rapidamente se estendendo ao Porto, através da Faculdade de Engenharia. O seu principal dinamizador era o Prof. José Tribolet que chefiava uma equipa de académicos competentes e dinâmicos. Eu mantive relações próximas com eles. Lembro-me de ter levado o Ministro Hubert Curien a visitar as suas instalações e a ouvir uma exposição sobre o que estavam a fazer; ficou bem impressionado e disse-mo.

Tive uma reunião com eles no dia 10 de Outubro de 1989. Começámos por ver o que era possível fazer, mas também o que não se deveria fazer. Ambos estávamos de acordo quanto à necessidade de formar recursos humanos altamente qualificados. Tinha sido por isso que eu havia conferido prioridade à formação de investigadores em instituições exigentes onde, além de investigarem, os formandos adquirissem hábitos de trabalho que pudessem ser generalizados dentro das instituições de onde partiam. Quando hoje sucede eu visitar algumas delas verifico que esse objectivo foi alcançado.

Na reunião foi muito sublinhado o estrangulamento que representava a falta de investigadores devidamente preparados. Não poderíamos sonhar com a construção de parques tecnológicos sem, previamente, curar da formação de mão-de-obra qualificada. Eu estava inteiramente de acordo. Os novos “campus” universitários deveriam ter parques tecnológicos e residências para estudantes ao lado. Estimavam que, naquela altura, deveríamos ter nessa formação avançada mais de mil jovens doutorandos ou investigadores. Recomendavam que a projecção, neste domínio, não fosse só do Estado. Deveria ser muito mais! Eu gostava desta ambição e prometi apoiá-los.

*

No dia 11 de Outubro tive uma reunião com a JNICT e o seu novo presidente para fazer uma volta geral pela sua actividade. Participou a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado da Ciência. Havia, em relação às áreas coordenadas pela primeira, necessidade de articular acções que interligassem os

domínios da prospectiva e do desenvolvimento com o sistema científico. Particularmente importantes eram as bases de informação acerca de tecnologias e de programas de I&D nos diferentes países da Comunidade Europeia e as actividades de acompanhamento tecnológico.

No domínio das estatísticas e fomento dos recursos, decidimos levar a efeito inquéritos de dois em dois anos (anos pares), seguindo as orientações da OCDE e recorrendo à base de informações tanto da OCDE como da UNESCO. Seguiríamos o Manual de Frascati (OCDE) que era um documento de orientação para a recolha de estatísticas científicas e tecnológicas (Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development). Estava em preparação um novo inquérito. Era preciso criticar os indicadores escolhidos. Os inquéritos visariam, também, a despesa orçamentada. Posteriormente, seria enviada ao sub-comité CREST de Estatística.

Foi apreciada a actividade do Serviço de Informação Científica e Técnica que estava a organizar uma base de dados sobre a política de Ciência. O uso da língua portuguesa neste campo era objecto de atenção. Tive a informação de que havia 12.000 termos a validar e 140.000 relações semânticas. Recomendei o estabelecimento de relações de cooperação com o Brasil e Cabo-Verde. Os outros países de fala portuguesa tinham, nessa altura (1989) preocupações muito diversas. O Serviço dispunha de 9 elementos, somente com 3 técnicos de formação superior. Mas o principal estrangulamento era a falta de espaço.

A Direcção de Serviços de Cooperação e de Relações Internacionais foi incentivada a prosseguir o seu trabalho, dando prioridade à internacionalização do nosso sistema científico. Recomendei que fosse dada atenção especial às relações com os países da Comunidade Europeia; tinha acabado de constatar que as relações com a Itália eram inexistentes, o que não me pareceu natural; passei, também, pessoalmente, a procurar oportunidades para as estabelecer. Havia relações com organizações internacionais localizadas em Itália, mas não com instituições italianas de investigação científica; ora, com a Itália, a língua não representa uma barreira intransponível; ao fim de um mês, a comunicação elementar está assegurada.

A compra de material para os laboratórios era regida por legislação ambígua e impunha-se actualizá-la.

A estrutura da COCEDE (Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeia e com a OCDE) que assegurava as relações com os serviços da Comissão em Bruxelas precisava de uma grande adaptação às novas condições. Queríamos que ela operasse em rede, assegurando a participação nos muitos comités dos projectos e programas que existiam, avaliando a participação portuguesa, procurando o máximo de informação em articulação com a REPER e apresentando as formas de avaliação quantitativa e qualitativa, em prática na OCDE.

A JNICT também estava incumbida de assegurar a colaboração com a NATO, através da INVOTAN, no campo da cooperação científica e tecnológica. Havia um programa “Science for Stability” que era importante. E muitos Portugueses tinham já beneficiado de bolsas de estudo. Mas, nessa ocasião, tinha havido 270 candidatos para trinta bolsas! A informação era de que, pelo menos, 100 eram muito bons. Pedi para se articularem com os programas europeus (programas-quadro e os nossos programas) e, nomeadamente, com o Fundo Social Europeu. As bolsas eram, na maioria, para engenheiros, biólogos, químicos, médicos e profissionais das ciências agrárias. Mas eram estas, também, as nossas prioridades. Por isso, deveria haver convergência de acções, o que eu solicitei. Havia, também, projectos em curso e uma segunda geração de projectos que estavam praticamente a iniciar (modelização dos rios da Região do Norte, biotecnologia, calçado, agitação marítima na costa portuguesa, cartografia por satélite, detecção remota, etc.). A NATO também ajudava na compra de equipamento e na organização de cursos de Verão para certas especialidades científicas. Solicitei que continuassem a assegurar essa colaboração e que procurassem sempre sinergias com o que se estava a fazer com o auxílio de fundos comunitários.

Este tipo de reuniões deixava-me satisfeito, porque via que as pessoas estavam genuinamente empenhadas em apoiar a acção.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Ciência, em 13 de Outubro, foi fixado que, em nenhuma circunstância, a gestão do novo parque tecnológico (que veio a ser o TAGUS-PARK) seria centralizada no Ministério.

*

No dia 17 de Outubro teve lugar no Luxemburgo o Conselho de Ministros da Ciência. Eu gostava de ir ao Luxemburgo. É uma cidade pacata e a Place d'Armes, no centro de tudo, está rodeada de restaurantes cujo pessoal, muito atencioso, é quase todo português. Viam-me como frequência na RTP-Internacional, de modo que mal eu me sentava começavam por perguntar pela minha saúde, mas depois iam sistematicamente para o assunto da entrevista ou da visita que tinham visto na televisão. Os Portugueses permanecem amarrados ao País, seguindo com atenção tudo quanto nele se passa. Como eu tinha muitas saídas para as Autarquias, alguma vez acertava na terra de um deles ou da vizinhança. Estamos muito longe dos emigrantes dos “bidonvilles” de Paris dos anos 50 e 60! Já na década de 80 eles faziam a ponte entre a sua terra de origem e o seu país de trabalho. No Luxemburgo, a probabilidade é alta de topar com Portugueses na restauração, nos táxis ou na construção civil. Eu conversava sempre com eles, porque via a satisfação que isso lhes dava.

O Conselho começou por aprovar um programa específico de investigação no domínio da competitividade na agricultura e da gestão dos recursos agrícolas. Ele respondia às nossas preocupações de actuar mais sobre a “orientação agrícola” do que sobre a “garantia dos fundos agrícolas” que, do nosso ponto de vista, já estava fora de tempo. Muito caminho se fez desde então, mas, mesmo assim, ainda há um peso alto dessa secção. É evidente que, na intenção da Comissão, o dinheiro viria dos fundos estruturais... Além dos problemas financeiros havia questões institucionais a resolver. Propunha-se que a decisão respeitasse somente a um período até 1992. Nessa ocasião seria feita uma avaliação para poder ajuizar acerca da relevância da acção.

É evidente que estas coisas preocupavam muito a Holanda, a França, a Bélgica e a Alemanha. O ministro holandês foi o primeiro a recomendar “equilíbrio”; gostaria também de uma boa coordenação entre o ambiente e os novos métodos; já me referi ao péssimo estado de muitos lençóis freáticos da Holanda, eutrofizados por via do uso excessivo de fertilizantes. Foram solicitados mais elementos sobre os aspectos institucionais e financeiros do novo programa. Tratava-se de um sector extremamente sensível para aqueles países. Mas todos interviemos com suges-

tões. Como o Leitor já deu por ela, a Agricultura diz-me muito; por isso, tomei uma parte muito activa na discussão. O importante era não deixar morrer a ideia que, para Portugal, era boa. O Vice-presidente da Comissão, Pandolfi, tirou uma conclusão equilibrada: havia um largo consenso em relação programa; deveriam ser aprofundadas as questões “horizontais”, de natureza financeira e institucional.

De seguida, abordou-se o novo Programa-quadro da Ciência que estava em preparação. A exposição inicial foi feita por um membro da Direcção-geral da Investigação Científica, o Prof. Fasella, um italiano bem-conhecido por todos pela sua aplicação e pelo profundo conhecimento que tinha do sector. Não escondia suficientemente as suas simpatias socialistas, mas gostava de conversar comigo e eu com ele; um dia foi ao ponto de me dizer que, ao não renovar o mandato do Mariano Gago, eu tinha perdido um grande colaborador. Estas coisas não costumam ser ditas em Bruxelas... Mas eu levei o comentário como um cumprimento à inteligência do visado, sobre a qual nem ele nem eu tínhamos dúvidas.

Os problemas das Pequenas e Médias Empresas mereceram uma longa troca de impressões, pelo que eu aproveitei para dizer que elas seriam indispensáveis à Coesão e que muitos insistiram dever ser assegurada a continuidade das acções de apoio já em vigor. Foram enunciadas seis linhas de actuação: i) As tecnologias de informação e comunicação; houve quem propusesse o alargamento à engenharia industrial de produção e aos serviços; a preocupação era a base tecnológica daquelas empresas. ii) As tecnologias industriais e os materiais; havia quem quisesse alargar o apoio à investigação sobre veículos não-poluentes e aos transportes em geral e quem propusesse que a investigação marinha deveria ser devidamente explicitada. iii) O ambiente, incluindo os riscos naturais e os tecnológicos, os aspectos legais e éticos da protecção da saúde em geral e da reabilitação da natureza. iv) As ciências e tecnologias da vida, nomeadamente a investigação sobre o genoma humano e sobre o genoma das outras espécies; a investigação bio-médica e a saúde deveriam ter uma posição de relevo. v) A energia, especialmente as suas formas renováveis, a fusão nuclear controlada e os aspectos de segurança da cisão. E vi) o capital humano do sector e a sua formação e mobilidade; esta linha não deveria ser residual, como era costume, mas adquirir um peso evidente; defendeu-se a aplicação do princípio da subsidiariedade, a conveniência

de acolher e estimular o aparecimento de “centros de emulação” e a recomendação para evitar a adopção de “caminhos de sentido único”.

Todos os ministros participaram muito dinamicamente na discussão. A Comissão levou boas sugestões para trabalhar sobre elas e para formatar a versão seguinte do Programa-quadro, de modo a ficar muito próximo da final. Foi uma boa reunião.

*

Eu pretendia que a inovação e a investigação científica passassem a ser consideradas como um vector corrente da actuação das Comissões de Coordenação Regional. Por isso reunia frequentemente com elas para saber se havia projectos susceptíveis de serem apoiados e para definir um quadro institucional que permitisse conhecer a situação, naquele sector, com vista a uma actuação eficaz. O que mais me preocupava era, evidentemente, as relações entre as instituições geradoras de novos conhecimentos e as empresas. Reuni com as cinco Comissões, no Porto, no dia 24 de Outubro.

Tratava-se de ver como poderíamos montar uma estrutura de acompanhamento do CIENCIA. Mas também queria generalizar o recurso ao SNIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica) que já tinha sido aprovado em Conselho de Ministros e que havia nascido dentro da Secretaria de Estado da Ciência; as Autarquias Locais representavam o seu cliente mais óbvio, tal como veio a acontecer. Eu pretendia que houvesse núcleos regionais do SNIG nas Comissões. Foram discutidas as verbas disponíveis para o fazer. Havia, também, o problema da formação dos técnicos que pudessem usar os recursos já disponíveis. Hoje, tudo isso está generalizado, tanto no sector público como no privado.

Na Região do Norte havia um consenso entre os reitores das Universidades para cooperarem entre si. Mas ainda não estavam formalizados os respectivos mecanismos. Aquilo que propúnhamos era a criação de Conselhos Consultivos Regionais para a Ciência e Tecnologia, no quadro do programa CIENCIA. Em relação ao SNIG, faltava à Região do Norte a cartografia geométrica sobre cujos mapas fosse lançada a informação; era preciso envolver o Instituto Geográfico Cadastral, o que foi feito. Mas os dois técnicos que já tinham sido formados no âmbito do SNIG tinham arranjado melhor emprego e ido embora. Isto sucede algumas vezes!...

No Alentejo eu insistia muito para que fosse envolvida a Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas que tão boa impressão me havia deixado. Em relação ao SNIG o equipamento distribuído apresentava já limitações de capacidade, o que eu tomei como um sinal positivo.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo não dispunham de pessoal para seguir o trabalho do Conselho Consultivo (!) e os quatro técnicos que se ocupavam do SNIG não tinham mãos a medir; precisavam de admitir mais pessoal, mas não dispunham de meios para fazer face aos encargos.

No Algarve havia situações de conflito entre as instituições de investigação regional e as correspondentes a nível central. Seria preciso actuar em relação a cada uma, porque o que estava verdadeiramente em causa eram os meios financeiros; se fossem assegurados alguns recursos para as segundas com a condição de colaborarem com as primeiras, o entendimento viria. Por isso era importante obter informação acerca das dificuldades que se iam encontrando.

O Secretário de Estado da Ciência esclareceu que o CIENCIA não era só para as universidades; havia outras instituições de investigação que também poderiam beneficiar do apoio concedido. O Secretário de Estado da Administração Local, face à espera da entrada em funcionamento do Conselho Nacional de Cartografia, logo propôs a celebração de um protocolo entre o Instituto Geográfico e Cadastral e o SNIG, de modo a serem ultrapassadas todas as dificuldades que o acesso a um instrumento de acção potencialmente muito útil estava a pôr. Por esta descrição se pode ver que nada dispensa o contacto frequente com os diversos níveis da Administração para se resolver qualquer entrave que, na tradição portuguesa, costuma permanecer como desculpa para não se fazer nada ou para se fazer pouco...

*

Em 25 de Outubro de 1989 fiz, com o Secretário de Estado da Ciência, o balanço de quem já tínhamos conseguido sensibilizar para o projecto então chamado da Tecnopolis de Lisboa (veio a ser o Taguspark). Eram: o Ministro da Indústria e Energia; as Universidades Clássica, Técnica e Nova de Lisboa; as Autarquias de Oeiras, Sintra e Cascais; a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

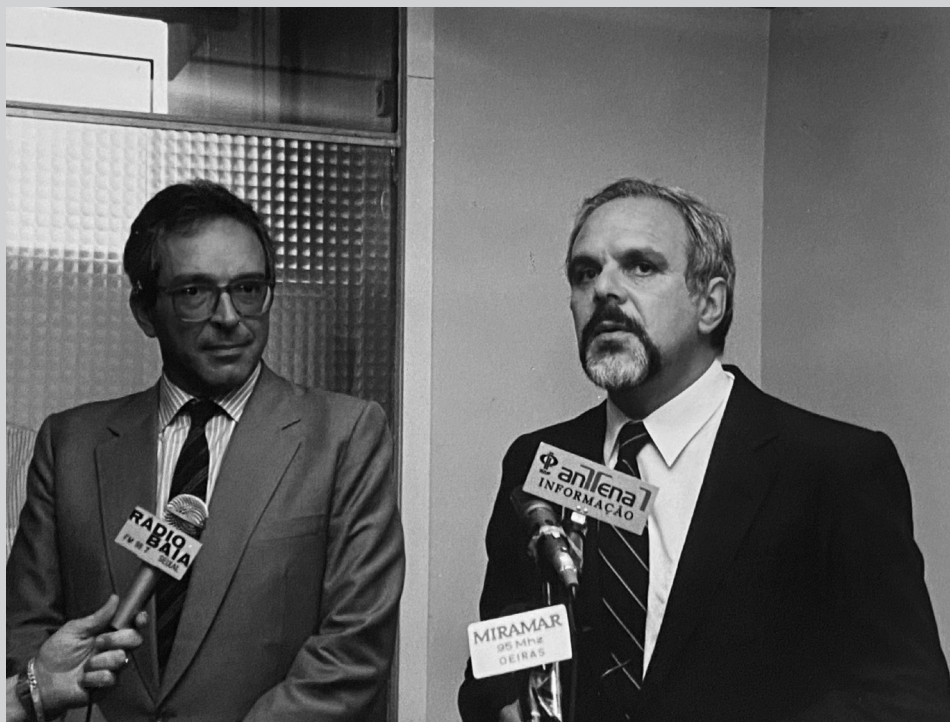


FIG. Exposição "Ciência" com José Pedro Sucena Paiva
Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

(FLAD) e o INESC. Alguns deles não nos acompanharam até ao fim. É preciso se-
mear muito para colher alguma coisa.

*

Para nos assegurarmos de que a adesão à European Space Agency corresse de modo impecável, decidi, em 31 de Outubro de 1989, em despacho com o Secretário de Estado da Ciência, criar um grupo de trabalho no âmbito da JNICT, mas no qual estivessem representados todos os sectores eventualmente interessados. Fá-lo-íamos através de um despacho conjunto com os ministros de tutela desses sectores.

*

Aproveitando uma deslocação entre Nantes e Bruxelas fui visitar, em Paris, o meu amigo Hubert Curien, Ministro da Ciência de França, na manhã de 27 de Novembro. Queria pedir o meu apoio para a aprovação do programa-quadro de Ciência cuja discussão iria ter lugar no dia 15 de Dezembro seguinte. Havia questões orçamentais a discutir. As receitas teriam três componentes variáveis no tempo e não era indiferente a sua fixação. A nossa posição tinha muito a ver com aquilo a que já me referi algumas vezes: evitar o financiamento “en accordéon”. Os holandeses e os belgas só queriam fixar os valores de duas, deixando a terceira para depois; os ingleses só queiram fixar o valor da primeira. Ele preferia que houvesse um compromisso mínimo para as três parcelas no que eu o apoiei. Aproveitámos, ainda, para falar de outros temas. Confirmou-me que a França tinha concedido mais dez bolsas para investigadores portugueses nos domínios da biotecnologia, ciência dos materiais e informática, onde tínhamos bons candidatos. Seria para começar em Outubro de 1990. Falei-lhe nas nossas tecnopolis e, especialmente, no Taguspark. Eu poderia mandar quem eu quisesse visitar as que eles já tinham em operação: Nice (Sophia Antipolis), Nantes, Montpellier (Agropolis), Nancy e Toulouse. Qualquer colaboração posterior estava, naturalmente, assegurada. Ofereceu-me um livro que tinha enviado ao autor para ele pôr uma dedicatória personalizada. Tratava-se do “Les Grandes Découvertes” (1), de Jean Favier. A isto chama-se refinamento...

*

Em 5 de Dezembro de 1989 tive notícia de que estava em organização no INA (Instituto Nacional de Administração) um curso para administradores da Ciência, tal como eu vinha solicitando. O seu coordenador seria o Prof. João Caraça.

*

No dia 15 de Dezembro de 1989 teve lugar em Bruxelas o Conselho de Ministros da Ciência. Logo no princípio da reunião foi decidido que se deixaria a discussão sobre as disposições a tomar em relação à abertura aos países da Europa de Leste, tendo em vista a cooperação no domínio da Investigação e Desenvolvimento, para o almoço, por ela ter mais carácter de “brain-storming” do que de tomada de decisões. Foi também aprovada uma directiva sobre o genoma humano que tinha levado tempos infinitos a discutir, a afinar e a compatibilizar posições.

Tratava-se de um conselho importante, porque iriam ser tomadas decisões acerca dos montantes a gastar nos diversos países. Ficou decidido que se iria dar continuidade aos programas em curso, de modo a evitar sobressaltos nocivos. Reafirmou-se a nossa recomendação de zelar pela qualidade intrínseca de todos os projectos. A nossa decisão respeitaria aos montantes globais a afectar e à sua repartição por programas. Era muito importante acabar o ano com estas decisões fechadas. Todos os membros intervieram longamente e também minuciosamente, porque foram analisadas as propostas linha a linha. O Parlamento Europeu já tinha dado o seu acordo.

Foram feitas recomendações várias: era necessário focarmo-nos na fase pré-competitiva; a inovação do tecido produtivo era imperiosa; as tecnologias relativas aos materiais industriais deveriam ser prioritárias; a subsidiariedade tinha de ser respeitada; as energias renováveis deveriam receber a maior atenção, tal como as ciências e tecnologias da “matéria-viva”; deveria haver complementaridade e integração das estratégias e dos programas com vista a maximizar o resultado dos meios investidos; o papel das PME, por um lado, e das universidades, por outro, deveria ser privilegiado; a difusão e valorização dos resultados eram essenciais. Eu tive ocasião de intervir várias vezes, nomeadamente para manifestar o nosso acordo com a proposta da presidência e para recomendar a inclusão,

no programa, das tecnologias marinhas, então nos primeiros passos, mas que a Portugal interessavam muito por razões óbvias.

O Vice-presidente Pandolfi extraiu as suas conclusões operacionais. Começou por sublinhar a importância da Coesão como política integrante do Acto Único. Era possível compatibilizar uma política de coesão com uma política de ciência e investigação. Atenderia à recomendação feita de envolver PME e universidades que tivessem funções de centro de excelência. Falou nas inter-relações entre diversos programas que havia interesse em promover. A valorização dos resultados da investigação era essencial. Internamente, a Comissão iria proceder a uma revisão profunda dos seus mecanismos administrativos neste sector de modo a tornar todo o processo mais eficaz.

A proposta da presidência tinha sido de 5,8 mil milhões de ECU. Com o Reino Unido a puxar muito para baixo e quase todos os outros a querer manter aquele valor; o acordo final situou-se em 5,7.

*

No dia 22 de Janeiro tive uma reunião com os principais responsáveis pelo Instituto de Investigação Científica Tropical: os Professores Cruz e Silva, Réfega e Mendes Ferrão. Assistiu o Secretário de Estado. Tinham apresentado 240 projectos de investigação, a maior parte em parceria com instituições dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Tinha havido muitos pedidos de colaboração, porque nada seria possível sem o nosso envolvimento, quer financeiro, quer de organização. Havia algum dinheiro comunitário disponível para este efeito; convinha aproveitá-lo e não perder as ligações com instituições africanas, mesmo que elas fossem modestas. Queríamos, especialmente, que não se perdessem as capacidades de que dispunham os nossos investigadores em terras tropicais e, também, avançar para outros novos, de que era exemplo a elaboração da História de Cabo-Verde, a que faço referência noutra local destas memórias. Tínhamos a ambição de não deixar morrer a ideia da criação de uma rede de instituições científicas sobre temas tropicais. Um deles, muito promissor, era a pedologia em que dispúnhamos de profissionais qualificados, nomeadamente em Angola. O objectivo era vir a dispor de cartas de aptidão da terra. O nosso objectivo

era fazer o trabalho de campo e alguma investigação nos próprios locais. Sabíamos que dispúnhamos de uma geração de tropicalistas que estava a acabar. Deveríamos recrutar pessoal novo, mas que fosse estagiar longamente nos trópicos, estabelecendo relações com técnicos locais que ajudassem a formar. Queríamos dispor de “testas-de-ponte” nos trópicos. Mas não havia voluntários para ir para lá. Tínhamos que ver se através de estágios de africanos conseguiríamos estabelecer as ditas pontes; mas com o cuidado de eles não se fixarem cá!... Os projectos não deveriam ser “inventados”, mas corresponder às verdadeiras necessidades dos países tropicais com quem colaborávamos. A “ferrugem” do café era um bom tema, mas não havia interessados de Angola...

A FAO havia contactado o IICT. Eu encorajei os responsáveis a aproveitar esses pedidos de colaboração, com a recomendação de que as respostas fossem muito eficazes. Era a minha preocupação para nos inserirmos em redes que nos pudessem projectar. Havia técnicos com vontade de ser cooperantes, mas sem nenhum conhecimento das matérias tropicais. Tinham, seguramente, espírito de aventura; contudo não dispunham de saber que fosse útil. Recomendei, como sempre fazia, que só a qualidade nos convinha. Um cooperante ignorante é um mau exemplo que se oferece à consideração dos destinatários da cooperação. Mais valia não o fazer. Achei que não nos deveríamos confinar ao espaço lusófono. Até porque havia pedidos de cooperação de outros países. O problema principal estava no enquadramento dos estagiários africanos que tinha de ser feito por técnicos competentes. E estes não existiam. Era preciso prepará-los.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Ciência, em 23 de Janeiro, pedi-lhe que estudasse as formas de explorar as complementaridades possíveis entre o programa CIENCIA, de investigação e um outro chamado FIEQ (Formação e Integração Empresarial de Quadros). Esses quadros deveriam representar veículos de penetração da inovação dentro das empresas.

*

No dia 5 de Fevereiro tive despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Eu deveria fazer em breve uma exposição em Conselho de Ministros dos

Assuntos Económicos, sobre o sector. Combinámos que eu insistiria nos pontos seguintes: i) necessidade absoluta de aumentar o número de investigadores; ii) necessidade de dotar as universidades com infraestruturas e equipamentos de investigação; iii) urgência na criação de redes nacionais, internacionais e, desejavelmente, com investigadores da diáspora; iv) fomento da formação de engenheiros e v) estímulo da cultura científica através de um programa televisivo em que se fizessem entrevistas aos investigadores, para mostrar que eles não eram gente estranha fechada em torres inacessíveis. Era, afinal, a repetição das linhas que vínhamos seguindo.

Tudo isto com vista a alterar aquilo que víamos: reduzidas dimensões das equipas de investigação; baixa produtividade da investigação universitária; carência de pessoal técnico e auxiliar nos laboratórios. Começávamos a pensar no revigoreamento de instituições de investigação não inseridas na hierarquia das universidades e na reforma do INIC-Instituto Nacional de Investigação Científica, organismo de apoio à investigação colocado no Ministério da Educação, muito orientado para a investigação universitária e com uma gestão considerada como demasiadamente corporativa e com dificuldades de articulação com a JNICT; por outro lado, o Ministro da Educação não tinha muito tempo para olhar para ele e para atender à sua reestruturação profunda. Tinha sido nomeado um grupo de trabalho para propor uma solução para o INIC. A seu tempo falarei na sua extinção. Começámos a falar na criação da Agência de Inovação, vocacionada para a valorização dos resultados da Investigação e Desenvolvimento nacional e comunitária. Fiquei de abordar o Ministro da Indústria; para dar os resultados pretendidos, a iniciativa teria de ser conjunta como veio, de facto, a ser.

*

No dia 6 de Fevereiro de 1990, teve lugar uma reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos devotada à Ciência e Tecnologia. A minha intervenção foi na linha do que referi no parágrafo anterior. O Ministro da Indústria deu realce às ligações entre a evolução tecnológica e a competitividade industrial. Tive ocasião de esclarecer que a ênfase dos programas comunitários no sector era dada à investigação pré-competitiva. Ele queria que déssemos ainda mais importância à

investigação aplicada. Esta discussão é tradicional entre os Ministros da Ciência e os da Indústria. Acaba-se sempre no terreno da investigação pré-competitiva para arredar suspeitas de tratamento preferencial de um ou outro empresário. Comparava a nossa situação com a da Espanha que considerava uma potência industrial com pés de barro por não estar apoiada em nenhum movimento sustentado de investigação tecnológica. Referiu-se a um projecto de “holding” dos institutos de investigação colocados sob a tutela do Ministro da Indústria. E deu todo o apoio à acção que eu estava a desenvolver para nos inserirmos o mais possível no programa-quadro de investigação da Comunidade Europeia. Referiu-se à convergência de esforços que estávamos a fazer para articular o Programa CIENCIA com o PEDIP, nomeadamente no sector do calçado (vêem-se hoje – 2015 – os bons resultados alcançados). Queria que isso se replicasse noutros sectores – cerâmica, informática, ... – no que eu estava totalmente de acordo. Dava apoio à criação de parques de ciência e tecnologia e de uma agência de inovação. Queria que os núcleos do IPQ fossem mais robustos, no que eu estava de acordo. E manifestou as suas dúvidas em relação à investigação feita por “funcionários” (leia-se nos Laboratórios do Estado), no que eu o acompanhava sem radicalismos. Aconselhava a optimização do “stock” de meios existentes, com o que, obviamente, eu concordava. Queria investigadores para a indústria; ao que eu respondia que isso dependia mais dos empresários do que das instituições de formação de cientistas que estavam a cumprir a sua missão. Referiu, ainda, que, no recente relatório da OCDE sobre a indústria, eram feitas considerações muito positivas em relação à nossa política tecnológica.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tinha sob a sua tutela dois institutos onde se fazia investigação: o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. E, através dos CTT, o Instituto de Telecomunicações, em Aveiro, com um bom historial de investigação no seu domínio de acção. Queria mais apoio para a investigação de novos materiais no LNEC e um incentivo ao INMG que, nessa ocasião, limitava a sua acção ao fornecimento de informações para a aviação e para a agricultura.

O Ministro da Educação referiu-se às intercepções entre o CIENCIA, o PRODEP e o PEDIP que estavam a ser oleadas, mas que precisavam de atenção constante. O que mais lhe interessava era, naturalmente, a intercepção com a formação.

Estavam ainda demoradas as acções que se impunham de anulação de cursos fantasistas, sem colocações previsíveis e que tinham ido para a frente para honra, glória e conforto de docentes que se preocupavam mais com a sua situação do que com a garantia de emprego dos seus discentes. Falou na necessidade de se encontrar uma solução para o INIC; o mal-estar estava a ser evidente; como se sabe ele acabaria por ser extinto. Tinha nessa ocasião 120 centros, com muito poucos deles acima da dimensão crítica; foram analisadas várias soluções, nenhuma delas tendo sido considerada como satisfatória. O sistema tinha evoluído sem se ter procedido oportunamente a uma avaliação acerca dos resultados; os meios orientados eram simplesmente uma fonte suplementar de recursos para manter a rotina sem apreciação crítica acerca do que se produzia; mas era evidente que haveria de enfrentar a oposição de quem tirava algum conforto dos pouquíssimos meios distribuídos. Mas eram centros a mais para tão poucos meios; óleo que unta muita engrenagem corre o risco de não fazer mover a máquina... E não movia, de facto. Aconselhou a que fosse feito um exame à nossa política científica pela OCDE, o que já estava pedido. O último tinha tido lugar durante o IX Governo Constitucional, com o Dr. António de Almeida Santos como Ministro de Estado com a tutela da JNICT e havia decorrido francamente mal; foi-nos referido isso quando solicitámos uma nova avaliação.

O Ministro das Finanças manifestou a sua antipatia pelo critério da despesa em I&D ser referido em percentagem do PIB, mas era assim que se fazia internacionalmente e nós não tínhamos força para alterar a prática. Alguns outros colegas manifestaram insatisfação pela moderação dos gastos privados em comparação com os públicos, mas isso levaria muito tempo a alterar.

O Primeiro-Ministro fez o resumo das questões tratadas. Manifestou-se pelo reforço do sector empresarial no domínio da C&T. Apoiou a formação de investigadores nos domínios que fossem promissores. Referiu-se à conveniência de existirem massas críticas nos centros de investigação e à necessidade de se encontrar, rapidamente, uma solução para o problema do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica). Apoiou a realização de um exame à nossa política de I&D pela OCDE e encorajou-nos a tomar decisões estratégicas, dentro do sector.

*

No dia 19 de Fevereiro recebi um velho amigo e grande especialista em sondagens e fundações que me veio comunicar a associação da sua firma com o Laboratório de Mineralogia e Geologia do Instituto Superior Técnico com vista ao “desenvolvimento e protecção dos recursos geotérmicos do cretácico inferior de Lisboa”. Para então, começariam com o levantamento do existente. O objectivo era comunicar-me que iria concorrer ao programa CIENCIA, com cujo espírito concordavam, nomeadamente no privilégio concedido à investigação pré-competitiva. As manifestações geotérmicas a relativamente pequena profundidade, em Lisboa, eram conhecidas. Com furos de 500m era provável que se conseguisse extrair água quente a cerca de 30 graus centígrados, pelo menos. Havia que as aproveitar, nomeadamente em complexos com grande consumo de água quente, como é o caso dos hospitais, dos ginásios e das piscinas. O ponto proposto para iniciar as sondagens era mesmo o Hospital de S. José. Já tinham apresentado o projecto na JNICT. Era necessário produzir legislação disciplinadora e, por isso, tinha vindo ele falar-me; porque, dizia, impunha-se disciplinar tudo de antemão. Os resultados potenciais do projecto seriam um levantamento dos recursos existentes, a programação da exploração e a elaboração de um regulamento visando a manutenção, preservação e optimização do dito-recurso. A primeira fase do projecto consistia na elaboração de um programa-piloto em termos tecnológicos: ver como se poderia fazer. Tratava-se mais de uma operação de demonstração das possibilidades existentes do que de investigação aplicada. Mas com enormes repercussões potenciais, particularmente em termos de economia de energia. Acabei por não acompanhar directamente o projecto, perdendo o contacto com os resultados.

Um dia visitei em S. Miguel um aproveitamento geotérmico com fins de produção de energia. Fui ao local onde se realizava a perfuração, sob a orientação do Prof. Victor Hugo Forjaz, da Universidade dos Açores. Ele estava cheio de entusiasmo face aos resultados obtidos. Mas, no campo da energia, tudo tem de ser sempre visto em comparação com as alternativas existentes e com os interesses já estabelecidos, nomeadamente por via dos investimentos já feitos e ainda não amortizados ou susceptíveis de prolongamento de vida, gerando, por isso, réditos ainda mais interessantes. É um campo onde não chega constatar a existência de recur-

sos. Torna-se fundamental olhar para as alternativas e para as condições em que se está a processar a sua exploração.

*

No dia 26 de Fevereiro houve uma reunião, em Bruxelas, do Conselho de Ministros da Ciência. Passámos toda a manhã envolvidos em discussões sobre o orçamento que custava a fechar. Repetiram-se, exaustivamente, os argumentos já usados em discussões anteriores, quer no Conselho, quer na REPER. Começava a surgir alguma impaciência. Foram repetidas as prioridades e a atenção que nos merecia a coesão, o ambiente, as pequenas e médias empresas, a inovação e a investigação pré-competitiva. O presidente de turno disse que o Conselho já tinha feito os esforços que estavam ao seu alcance para chegar a um consenso. A França foi particularmente incisiva: tínhamos aprovado uma forma de proceder; os atrasos estavam a pôr em causa o início de programas específicos; não havia meios para expandir mais as parcelas orientadas para o ambiente e para a coesão. Iríamos ter uma chamada “reunião de conciliação” com representantes do Parlamento Europeu, mas não era natural que pudéssemos acomodar mais projectos do que aqueles que já estavam previstos. Aquela reunião iria ter lugar no dia seguinte.

Durante o almoço a discussão girou em torno da colaboração com os países europeus de Leste. Queríamos ver identificados os sectores em que haveria colaboração, tentando identificar “quem era quem” na classe dirigente desses países e nas instituições de investigação. O presidente apresentou uma comunicação dividida em quatro partes: i) um traçado do quadro político em que acabava por constatar que a RDA era diferente de todos os outros países; ii) uma breve análise das principais necessidades de cada um desses países, tal como elas eram apreciadas pelos serviços; iii) os meios de acção possíveis entre os quais figuravam os acordos, as acções especiais, como o programa PHARE, que já envolvia a Polónia e a Hungria, o papel do Banco Europeu de Investimento e o apoio directo a actividades de investigação; e iv) o calendário e outros aspectos operacionais. Sublinhou a urgência especial que havia em torno de programas relacionados com o ambiente, porque todos tínhamos notícias alarmantes que se vieram a confirmar nas visitas que alguns de nós, em diversas funções, acabaram por fazer a esses países.

O ministro espanhol foi muito conciso. Havia, para ele, três “condições de fronteira” que não poderiam ser ultrapassadas: (a) os aspectos orçamentais que assumiam uma forma distinta daquela que regia as relações com os países da EFTA; (b) na realidade a situação não era diferente da dos países terceiros e (c) em caso nenhum, a coesão entre os actuais membros da Comunidade poderia ser prejudicada. Preconizava uma aproximação país a país e estava de acordo com a preferência dada à resolução das questões ambientais. O Vice-presidente Pandolfi esclareceu logo que teria de haver recursos adicionais. De outra forma os nossos projectos e programas ver-se-iam prejudicados. Eu tive ocasião de chamar a atenção para o problema das estatísticas que não existiam ou não correspondiam à realidade; era importante conhecer o número de cientistas e das comunidades científicas em que estavam organizados; propus que se fizesse uma aproximação fina, programa a programa, para ver da possibilidade de ir abrindo portas à cooperação.

Tanto a França como o Reino-Unido se pronunciaram a favor da possibilidade de transferência do que ambos designaram de tecnologia “pret-à-porter”. Quanto à associação com investigadores, preferiam prosseguir caso a caso. Admitiam que nem todos os cientistas desses países emigrassem para os Estados-Unidos... Haveria alguns com os quais deveríamos poder estabelecer relações de cooperação. A fusão nuclear constituía um assunto recorrente por se admitir que a energia gerada através dela não acarretaria os malefícios da cisão nuclear. Recomendámos a continuação dos trabalhos, nomeadamente quanto ao desenho conceptual das novas máquinas e instrumentos. Estávamos de acordo com a intensificação da cooperação, neste domínio, com os Estados-Unidos e com o Japão.

Depois do nosso Conselho tivemos, então, a dita “reunião de conciliação” com o Parlamento. O Presidente do Conselho começou por sublinhar a importância de chegarmos a um acordo rapidamente, dada a importância dos programas específicos que aguardavam decisão, nomeadamente no domínio da saúde.

A delegação era chefiada por um parlamentar chamado Van der Vring que passou de imediato a palavra ao Senhor La Pergola que era quem, nós sabíamos, estava a pôr mais dificuldades na obtenção de um acordo. Começou por invocar uma resolução do Conselho de Milão, em 1985, que tinha fixado um valor de orçamento para I&D igual a 6% do orçamento comunitário. Dever-se-ia prever uma subida

com gradiente constante, evitando-se os malefícios da evolução “en accordéon”. Protestou, dizendo que o Conselho não tinha tomado em linha de conta as recomendações do Parlamento para dar ênfase ao nuclear, ao ambiente, à exploração dos resultados da investigação e à formação. Era, patentemente, uma manifestação de afirmação do Parlamento.

O presidente do Conselho, conciliador, disse que as diferenças entre o Conselho e o Parlamento não eram tão grandes como poderiam parecer à primeira vista. O aumento da competitividade europeia teria sempre de ser obtido através de um incremento da tecnologia. Tinha havido um aumento expressivo das despesas em C&T; comparando 1989 com 1987, a subida tinha sido de 39%! O Conselho era, naturalmente, sensível à questão do crescimento sem solavancos. O programa-quadro novo deveria obter um acordo rápido; ele seria somado, nos seus efeitos, ao programa-quadro em vigor. Os atrasos estavam a ter efeitos muito negativos. Somando os dois programas e feitas as contas relativamente a 1992, as nossas diferenças eram marginais. A proposta do Conselho era 97% daquela que o Parlamento queria e, por isso, solicitava-se aos Deputados que facilitassem a aproximação; de outro modo, teríamos de voltar a uma negociação com os governos dos países-membros e isso geraria atrasos muito inconvenientes para todos. Chamou a atenção para que, em matéria de princípios, havia acordo entre o Conselho e o Parlamento. Era em matéria de montantes atribuídos que se verificava aquela diferença. Não era possível estar, naquela altura, a fixar as despesas para além de 1992; as condições respectivas só poderiam vir a ser estabelecidas após a avaliação do que se passaria até lá. Sublinhou a importância que estávamos a dar ao ambiente, no que convergíamos com o Parlamento. Na realidade, em cinco das nove áreas enunciadas pelo Signor La Pergola como sendo divergentes, havia convergência, também em termos quantitativos. Estávamos próximos. Não chegar a acordo traria mais malefícios do que benefícios.

O ministro francês veio explicitamente dar o seu apoio a tudo quanto o presidente tinha dito. Sublinhou o caminho da aproximação mútua que havia sido percorrido e o respeito pelo princípio da subsidiariedade em relação aos programas nacionais. O coordenador da comissão parlamentar agradeceu o esforço de aproximação que tinha sido feito e constatou a diminuição das diferenças exis-

tentes. Não tinham nenhuma intenção de inviabilizar o programa-quadro, mas antes assegurar que fosse adoptada uma perspectiva de longo-prazo que desse estabilidade ao esforço de investigação que estava a ser feito. Passou-se a analisar a forma de tornar pública a decisão; deveria ser o Conselho a anunciar as alterações ou fazer-se uma declaração conjunta Parlamento-Conselho? Folgava que houvesse entendimento em relação às prioridades definidas e propunha que, no futuro, houvesse reuniões técnicas para esclarecimento de potenciais mal-entendidos. Mostrava preferência pela declaração conjunta que traduzia um verdadeiro “gentlemen’s agreement”.

Foi dada a palavra ao Signor La Pergola, a quem, obviamente, tinha sido conferido o encargo de defender as cores (e a importância) do Parlamento. Tomava conhecimento das propostas de alteração apresentadas pelo Conselho; o interesse dele era o mesmo do Conselho: apoiar o esforço de I&D na Comunidade e conduzi-lo na direcção mais adequada, com os dinheiros a serem gastos o melhor possível. A comissão parlamentar iria analisar com rapidez as propostas do Conselho, manifestando-se de modo a não prejudicar o avanço da investigação científica na Europa.

O Presidente do Conselho de Ministros preferia conceder um mandato à Comissão para proceder à conciliação, de modo a passar-se directamente à execução do acordado. O Vice-presidente Pandolfi folgou com a obtenção de um consenso entre o Parlamento e o Conselho. Relembrou as obrigações da Comissão: executar os programas específicos aprovados e propor outros, para isso interpretando as prioridades que o Parlamento tinha enunciado; acionar os instrumentos operacionais respectivos; estimular a melhoria das relações inter-institucionais, tal como vinha a ser preconizado pelo Presidente Delors. Além disso, confirmou o empenhamento da Comissão na concertação que estava a decorrer.

O Presidente do Conselho fez o resumo do nosso encontro. Tínhamos chegado a um acordo baseado na confiança mútua. Agradeceu os esforços feitos. Sublinhou que estávamos a corresponder aos desejos do Parlamento. Lamentou não ser possível aumentar mais os recursos financeiros. Reiterou a intenção de tudo fazermos para eliminar uma situação de conflito contínuo com o Parlamento. Havíamos conseguido progressos consideráveis e, especialmente, atingido o objectivo comum: não atrasar a implementação do programa-quadro. Solicitou diligência na parte operacional que deveria seguir-se.

Se me alonguei neste relato foi para sublinhar a importância das relações inter-institucionais. Não adianta nada estar a tentar ignorar qualquer das partes, porque a solução passa sempre por um equilíbrio entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento. Este, como foi o último a entrar em cena, tinha que mostrar que não poderia ser esquecido. Como se pode ver, tudo tinha de ser feito com cortesia, mas também com firmeza. O encontro de “conciliação” com o Parlamento demorou tempo, mas este é o preço a pagar para se chegar a um acordo. E tudo foi feito com a maior correcção formal! Ninguém saiu desprestigiado ou ferido do exercício.

*

Durante a reunião do Conselho de Ministros da Ciência, tive conhecimento de que o programa CIENCIA seria assinado na semana seguinte. Decidi fazer a comunicação pública do mesmo na Universidade do Porto.

*

Nos dias 9 e 10 de Março de 1990 houve, perto de Frankfurt, o anunciado Conselho Informal dos Ministros da Ciência sobre Bioética. O anfitrião, Riesenhuber, começou por se referir ao trabalho já desenvolvido pelo Conselho da Europa. Invocou que o Parlamento Europeu também já se havia pronunciado a favor de uma regulação de muitos aspectos da investigação neste domínio, nomeadamente no que tocava aos embriões. Referiu-se aos “clones” (indivíduos iguais) e às “quimeras” (indivíduos entre homem e animal) para avançar para a necessidade de se regular a investigação em domínio tão sensível como o começo da vida humana. Haveria barreiras a pôr à investigação? Quais? Não pretendia chegar à formulação de protocolos, mas sim promover uma discussão livre. Prometeu produzir um “non-paper” com os argumentos avançados pelos diferentes intervenientes. Havia países que já se tinham manifestado a favor de uma discussão aberta, antes de se avançar para qualquer forma de regulação.

Estavam na sala, para participar na discussão, cientistas do mais alto nível e que tinham estado associados à produção de relatórios importantes. Uma investigadora britânica referiu-se ao “Report of the Committee of inquiring into human fertilisation and embryology”. Mencionou os principais “findings”. Os Britânicos

têm este bom hábito de estudar antes de regular: primeiro costumam fazer os “green papers”, com âmbito mais alargado e só depois é que avançam para a regulamentação ou para a produção legislativa.

Foram passados em revista numerosos aspectos sensíveis em muitos domínios: na fertilização “in vitro”; em relação ao levantamento de projectos que já estavam a correr e ao que neles se investigava; nos tratamentos da infertilidade; na doação de gâmetas; nas anormalidades dos cromossomas; nas doenças genéticas; nos diagnósticos pré-natais e suas técnicas, etc. A cientista britânica concluiu dizendo que nós já sabíamos o suficiente para saber que precisávamos de saber muito mais. E achava que as proibições “cegas” eram um erro. Era preciso justificar porque se proibia. Elaborou, ainda, sobre as dimensões éticas de tudo quanto tinha referido.

Uma questão sobre a qual alguns se pronunciaram foi sobre “quando começa a vida?”. Em relação à pesquisa sobre embriões parecia haver um acordo em torno de uma autorização após 14 dias de fecundação. Era o que se pensava na Câmara dos Lordes; mas não se sabia, ainda, o que se pensava na Câmara dos Comuns!... Os avanços teriam de ser conseguidos sistematicamente no que foi designada como a base filosófica da legislação e no que tocava à opinião pública. Pesar o conjunto das opiniões do público era a função dos políticos. Eu gostava que o nosso Parlamento se preocupasse com estas coisas!... Os ministros, nesta altura da discussão, inclinavam-se para valorizar o pluralismo e a diversidade de opiniões; talvez isso não fosse mau... A preocupação restringia-se, naturalmente, à criação de uma base de entendimento relativa aos problemas comuns. Não gostaríamos de que em relação a programas comunitários, num país-membro houvesse problemas éticos que não se levantavam num outro relativamente a uma determinada prática. Todos mostravam vontade de prudência e de tomar posições firmes a longo-prazo.

Invocava-se, como semelhante, a discussão sobre a energia nuclear que se considerava como tendo falhado. Ninguém queria repetir um insucesso num domínio tão sensível como este.

O Vice-presidente Pandolfi que, como eu já disse, era um homem muito arguto mas pragmático, propôs cinco campos para serem objectos de análise: i) constatar que a comunidade científica já se tinha dado a si própria regras de deontologia que constituíam uma base importante para a elaboração de legislação sobre a

matéria; ii) mas havia ainda certas aplicações dos resultados da investigação que reclamavam a existência de regulamentação baseada em modelos éticos (políticos) e a aplicação de princípios “meta-políticos”, de maior abrangência do que as orientações políticas; iii) dispor de uma lista de opções seria útil para se ver mais claro, dentro do emaranhado das questões sobre as quais era preciso tomar posição, nomeadamente no que respeitava à distinção entre identidade genética e identidade pessoal; iv) havia, diante de nós, a alternativa entre termos uma legislação de base comunitária e a definição de um conjunto de princípios que serviriam de fôrma a legislações nacionais diferentes, como se de estados federados se tratasse e v) o desenvolvimento de programas de investigação ao nível da Comunidade, naturalmente com obediência à aplicação do princípio da subsidiariedade ou, de outra forma, deixando à iniciativa dos Estados-membros a investigação nos domínios em que não se suscitassem problemas globais.

Muitos pronunciaram-se a favor de uma harmonização de procedimentos a um nível mínimo que fosse geral; outros insistiram na manutenção de padrões éticos muito elevados; outros, ainda, queriam que ficasse claro o que era permitido e o que estava vedado. Houve quem chamasse a atenção para a importância da opinião pública que estava preocupada; por isso, deveríamos estabelecer, no mínimo, aquilo que não seria permitido fazer.

Houve peritos que aconselharam a realização de uma grande conferência internacional sobre o genoma seguida de discussões de âmbito nacional. Seriam bem-vindos os debates entre cientistas e a sociedade. A investigação não deveria ir muito à frente do que a sociedade tolera. Para isso deveria ser promovida uma discussão pública aprofundada. Recomendou-se particular cautela em relação à terapia genética considerada como muito perigosa, com base nos conhecimentos que possuíamos.

Em relação à harmonização da investigação em todos os países da Comunidade, houve quem chamasse a atenção para a liberdade total da pesquisa que deveria existir, salvo situações muito graves que pudessem estar em jogo; era a tal definição de um mínimo de banimentos.

A Alemanha, muito tipicamente, tinha designado uma alta figura académica como encarregado de promover a discussão pública, especialmente em matérias

ligadas ao Homem. Este não é um organismo como os outros. Mas a ética não é uma ciência certa e há muitos aspectos que dependem das circunstâncias. Não se deveria restringir a liberdade de investigação sem boas razões para o fazer. Os Estados ocidentais deveriam curar de ser ideologicamente neutros. Os conflitos potenciais só poderiam ser ultrapassados se a maioria da população entendesse o que estava em causa e o caminho que se propunha seguir.

A discussão entrou em pormenores técnicos muito específicos o que quer dizer que foi muito aprofundada; um zigoto não é um indivíduo; considerar um embrião como um homem talvez seja exagerado; 50% dos óvulos fecundados não se transformam em embriões; há poucas obrigações decorrentes das ciências naturais; a maior parte das decisões procedem da moral que é diferente de indivíduo para indivíduo. Não se poderá impor a opinião de um indivíduo sobre o sentir da comunidade. Grande parte dos temas, neste domínio, não devem ter respostas através da lei mas sim do que é aceitável pela colectividade.

A legislação a produzir não deveria impedir o avanço dos conhecimentos. O problema ético põe-se, sobretudo, na aplicação dos resultados da investigação. Estava fora de causa impor uma análise genética como, por vezes, se preconizava, para a celebração de um contrato de seguro ou de um vínculo de emprego. O Estado não se deveria intrometer demasiadamente; nem permitindo que alguém fosse analisado contra a sua vontade nem que aprofundasse o conhecimento de si próprio se assim o quisesse fazer. Dever-se-ia dar muita atenção à informação. A população deveria conhecer a situação e os reptos que ela nos punha. Para isso a discussão deveria ser generalizada, apoiando-se numa informação vasta e rigorosa. Aceitava-se um controlo, pela lei, das aplicações dos resultados da investigação científica. E era aqui que a legislação comunitária fazia sentido. Não deveria ser permitido num país, o que era absolutamente vedado noutro. Mas a legislação geral deveria ser a mínima praticável.

Quem representava a Espanha era o Javier Solana, então Ministro da Educação. Como já disse noutro lado, ele é um homem muito inteligente e com interesses variados. Sublinhou a importância política do que estava a ser discutido, mas alertou-nos, também, para a dificuldade em obter consenso nesta matéria, dentro da comunidade científica e mais difícil, ainda, dentro da comunidade política e da

sociedade em geral. A definição do instante em que a vida começa é um assunto da maior importância política. A falta de consenso de hoje poderá ser o consenso de amanhã. É certo, porém, que mais tarde ou mais cedo, nós seremos levados a usar os conhecimentos que são descobertos hoje.

Para alguns, a troca de experiências era muito importante, mas cada país deveria tomar as decisões que achasse adequadas. Aconselhavam a que, na discussão, não se andasse muito à frente dos conhecimentos adquiridos. Não se deveria forçar um consenso precipitado e nele basear a nova legislação. Deveria ser usada a maior prudência, porque, em torno da engenharia genética, havia muita imaginação à solta. O respeito pelo indivíduo e pela privacidade deveria imperar.

A investigação em torno do genoma humano era livre; os usos que dela se poderiam fazer é que tinham de ser severamente limitados. Era nossa obrigação, face à complexidade do tema, pôr todas as coisas em conjunto e discuti-las sem peias. Havia muitas coisas para as quais ainda não tínhamos respostas. Por isso deveríamos apoiar a investigação. Nós estávamos a discutir em âmbito europeu, mas, nesta matéria, os Estados- Unidos estavam bem avançados. Dever-se-ia fomentar a cooperação não somente com os seus centros de saber, mas também com as suas instâncias políticas. Seria bom elaborar listas daquilo em que estávamos de acordo e do que não estávamos. Assim poderíamos focar melhor a discussão. Mas parecia não haver dúvidas em relação à definição de regras mínimas comunitárias que regulassem a deontologia da ciência.

O anfitrião estava realmente entusiasmado com a discussão. Nem durante o jantar nos deixou sossegados. E porque eu tinha trocado impressões com ele antes de irmos para a mesa fui a primeira vítima dos seus pedidos de intervenção...

Os trabalhos prosseguiram no dia seguinte, com o mesmo nível de participação. Ouvimos um famoso cientista francês, François Gros, que mantinha relações de colaboração próxima com investigadores da Universidade do Porto. Falei-lhe neles. Logo se referiu a recordações que tinha da minha cidade, de que gostava muito. Traçou uma evolução curiosa da biologia desde o estado “contemplativo” dos finais do século XVIII, até ao estado “interventivo” que os discursos ouvidos permitiam ilustrar. Sublinhou a importância da protecção, mas também do estudo sobre os embriões. Propôs a elaboração de uma lista dos “crimes poten-

ciais”, quer dizer daquilo que nunca se deveria deixar fazer. E de uma outra lista das divergências que se tinham verificado entre os ministros; esta deveria ir para discussão no Conselho formal seguinte. Como ponto assente foi enunciada como estando excluída a comercialização de genomas humanos. Dever-se-iam separar as condições éticas que têm exigências diferentes como são as dos casos do genoma humano e do embrião humano; o segundo é mais exigente do que o primeiro. Recomendou-se o envolvimento da European Science Foundation. Foram, efectivamente, dois dias de “tempestade de ideias”! Ninguém deixou de estar profundamente envolvido. E eu folguei ter-me preparado antes, através do dia de “brain-storming” que tinha promovido com os cientistas portugueses da área. Verifiquei a actualidade e pertinência de tudo quanto me tinham dito. Todos eles estavam ao nível das sumidades europeias convidadas para Krönberg.

*

Em 16 de Março de 1990 defini, com o Secretário de Estado da Ciência, quem eram os membros delegados do MPAT numa comissão paritária com o Ministro da Educação (2 de cada lado) para se começar a proceder à reestruturação do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) com vista à sua integração na JNICT. Foi um assunto que fez correr muita tinta e que suscitou discussões acaloradas. Houve quem se tivesse zangado comigo! Os mais aguerridos foram, naturalmente, os que tinham pequenos suplementos para gerir os seus laboratórios e que passariam a ser obrigados a apresentar projectos de investigação a concurso público, junto da JNICT.

O Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras (ainda não se chamava Taguspark) reclamou muita preparação prévia. Em 16 de Março de 1990 defini, com o Secretário de Estado, quais os promotores públicos e privados que haveríamos de convidar para integrar o “núcleo de propulsão” do projecto. Depois se passaria à fase dos contactos. Decidimos, também, mandar elaborar os termos de referência de um estudo de implantação dos edifícios, de zonamento e de estruturação viária do espaço e uma proposta de forma institucional inovadora para a sua gestão.

*

Em 27 de Março, o meu colega do Ambiente veio propor-me a criação de um Instituto Universitário de Ciências e Técnicas do Mar. Eu tinha, uns anos antes, tentado convencer os Ministros da Ciência europeus de que Lisboa seria uma boa localização para um centro de investigações para os oceanos, mas, nessa ocasião, eles estavam todos muito ocupados em ver que grandes instituições europeias iriam para que países, de maneira que foram protelando a decisão, à espera de que a grande distribuição fosse feita. E ela teria de proceder a equilíbrios diversos e de ser feita no Conselho Europeu. Acabámos, como se sabe, por ficar com a EMSA (European Maritime Safety Agency) que veio a localizar-se no Cais do Sodré, em Lisboa.

Mas o que ele tinha em mente era de âmbito nacional e seria muito aligeirada em meios, porque ele sabia que as instituições já existentes considerariam a nova como intrusa. Propunha uma comissão instaladora com um período de 3 anos para construir a instituição definitiva; ela teria um presidente, um vice-presidente, um vogal e um administrador. Logo acertámos em convidar o Prof. Luís Saldanha para presidente; o vice-presidente seria o representante da JNICT e o vogal o do INIP. Haveria um conselho científico com representantes da JNICT, do INIP, do INIC, do Instituto Hidrográfico e das universidades com investigação nos assuntos do mar. Teria vários polos, nomeadamente, nos Açores, na Madeira, no Algarve e no Porto, cada um se especializando nas matérias para as quais tivesse maiores aptidões. Estava já assegurado o apoio da FLAD e tinha havido conversas exploratórias positivas com a França. Pretendia o apoio do programa CIENCIA, o que estava garantido de antemão. Mas ainda não foi dessa vez que se conseguiu assegurar a convergência da actividade de tantos organismos. Tal como noutras bandas da Europa há muita gente a gostar mais de tratar do seu próprio jardim, mesmo que ele seja e se mantenha pequenino... mas autónomo!

*

O despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia realizado no dia 10 de Abril foi variado. Combinámos quem se haveria de convidar para uma sessão de divulgação do programa CIENCIA: universidades, laboratórios do Estado; associações empresariais e associações privadas sem fins lucrativos.

Decidimos como começar a abordar a concretização do Parque de Ciência e Tecnologia, agora só de Oeiras. O processo iniciar-se-ia com uma reunião com o Presidente da Câmara para assentarmos na forma institucional e na constituição do “núcleo duro” que haveria de impulsionar a realização. Aventámos a hipótese de usar fundos do Programa STIDE para lançar as primeiras obras. Decidimos a transferência para a JNICT da responsabilidade do fundo CERN e a criação do conselho científico do mesmo. E, além de uma série de nomeações, tratámos da instalação do curso de gestão da Ciência e Tecnologia que tão importante nos parecia, tendo a experiência confirmado a nossa intenção.

*

A divulgação do que se pretende fazer deve constituir uma preocupação constante dos governantes. Por isso eu repetia as reuniões de contacto com os que poderiam materializar os programas que eram negociados com Bruxelas. Na sua preparação eles tinham sido envolvidos. Mas era preciso que conhecessem as condições em que tinham sido aprovados. Nesse sentido, fiz uma reunião na Universidade do Porto, para comunicar à comunidade académica o conteúdo e os processos próprios do programa CIENCIA. Ela aconteceu no dia 23 de Abril.

O programa não dividia os meios equitativamente por todos. Pressupunha a existência de projectos que davam lugar a candidaturas que eram analisadas nos seus méritos por instâncias independentes. Uma eram aceites; outras eram objecto de reajustamento antes de serem novamente analisadas; outras eram recusadas. O Programa era aberto, não estando definidas baias à partida. Tudo era realizado através de concursos. Não havia quotas para este ou para aquele domínio. Pretendia-se mobilizar todas as iniciativas que aparecessem; só a qualidade dos projectos contava e elas tinham de ser excelentes para passarem o crivo de análise. Seriam, naturalmente, analisados os efeitos gerais sobre o sistema, eventualmente sendo propostas fusões ou articulações entre projectos. Nós pretendíamos que os projectos tivessem escala para se ter alguma garantia de que os seus resultados seriam mobilizados. Era, aliás, a produção de novos conhecimentos que nos importava. E que, desejavelmente, fossem aplicáveis na actividade económica ou, melhor ainda, que os projectos respectivos resultassem de solicitações feitas pelo

tecido empresarial. Para isso tínhamos a ideia de criar uma Agência de Inovação. Portugal era, nessa altura, um dos países europeus com menor valor da relação número de patentes/habitante. E nós experimentávamos a necessidade de fazer passar as invenções para a indústria e não comprar sistematicamente tecnologia e máquinas ao estrangeiro, sempre que quiséssemos modernizar as empresas. A situação mudou muito ao longo dos últimos 25 anos!

O Reitor da Universidade queria que fossem estabelecidas relações entre o CIENCIA e o PEDIP, de modo a não se empurrar os investigadores para aquilo que as empresas não pudessem fazer. Mas queria que fossem contempladas as áreas de investimento a longo-prazo e as humanidades. Chamou a atenção para as disparidades regionais e para a importância da concessão de bolsas que tinha sido, aliás, a primeira das prioridades definidas.

O Prof. Miguel Mota, da Estação Agronómica Nacional, referiu-se ao enorme potencial existente que não estava a ser mobilizado. Não tinha tido uma resposta positiva ao pedido que havia apresentado para assegurar as despesas correntes do seu laboratório. Chamou a atenção para o desguarnecimento em obras contemporâneas das nossas bibliotecas científicas que não tinham meios para as pagar. Concordava com o “output” medido em “papers”. E considerava que a avaliação anónima, numa comunidade científica tão pequena como a nossa, era fictícia porque toda a gente conhecia toda a gente.

A Prof. Maria de Sousa defendeu a importância da investigação nas Ciências da Saúde. Chamou a atenção para a preparação dos quadros técnicos intermédios que tanta falta faziam nos laboratórios. Queria maior interligação com o Ministério da Educação. E pôs o problema da propriedade dos novos institutos que estavam a ser criados; eram da universidade? Ou de fundações?

Para o Prof. Montalvão Marques (Beja) era a dimensão empresarial que punha os verdadeiros problemas; as PME não encomendavam às universidades projectos para aquisição de novos conhecimentos; só as grandes o faziam. Isso na agricultura ainda era pior. Por isso defendia a criação de centros tecnológicos para apoiar as empresas. Mas isso, afinal, era o que se queria que a Agência de Inovação viesse a fazer.

O Prof. Mário de Carvalho, da Universidade Nova de Lisboa, da área das Ciências Sociais e Humanas, protestou contra o que chamou uma “política de discrepância” relativamente à sua área. Perguntou quando é que seria feito um programa semelhante ao CIENCIA para a sua área. Eu respondi, naturalmente, que a área dele já estava incluída no CIENCIA. O que era preciso era apresentar projectos interessantes e rigorosos.

O Prof. Daniel Serrão fez considerações em torno da estratégia a seguir: uma estratégia de fundações ou uma estratégia de consolidação? Respondi que as duas, consoante os domínios científicos e, especialmente, conforme a qualidade das instituições já existentes.

Nestas reuniões surgem sempre os “inventores”! São sempre pessoas curiosas mas a maior parte só se quer fazer ouvir. Desta vez foi um da área das energias renováveis que tinham, aliás, entre nós cultores muito distintos.

A formação de quadros técnicos intermédios foi o recado mais insistente que eu recebi.

*

Em 2 de Maio, no despacho com o Secretário de Estado da Ciência, ele relatou-me que, durante a sua viagem a Ispra, ao Centre Commun de Recherches Ihe tinham posto uma questão relacionada com a nossa colaboração em acções de teledeteção. Estavam em causa as florestas tropicais que se queria que fossem acompanhadas na sua evolução e as marés negras que se impunha que fossem referenciadas logo que houvesse manchas de hidrocarbonetos no mar. Tinham ouvido falar do nosso Serviço de Informação Geográfica; já conheciam o trabalho do Eng.^o Rui Gonçalves Henriques; e, por isso, queriam assegurar a nossa colaboração. Foi imediatamente concedida. A nossa afirmação no seio das redes internacionais de investigação é muito importante. Na mesma visita ele foi sondado para a possibilidade de instalar em Portugal uma antena de prospectiva, para a Ciência e Tecnologia, que colaborasse com o Centre Commun de Recherche. Tratava-se de induzir capacidades nesse domínio, com Portugal e de trabalhar em conjunto com Portugueses. Ficou decidido que a unidade pretendida ficaria instalada na JNICT que deveria contribuir com trabalho feito por investigadores portugueses

e que seria a primeira a beneficiar dos resultados do trabalho que viesse a ser desenvolvido. Começar-se-ia através de uma relação de cooperação com o CCR mas o objectivo seria criar um núcleo de prospectiva na JNICT.

*

Em 30 de Maio recebi os responsáveis pelo INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência). Eram cientistas com grande capacidade de iniciativa, além dos seus dotes profissionais. Os Professores José Tribolet e Lourenço Fernandes entregaram-se, com alma e coração, à tarefa de construir uma nova instituição que nos poria em posição de emparceirar com muitas das suas congéneres europeias. Vieram ver-me porque havia um projecto de regulamento para as infraestruturas candidatas ao PEDIP que havia sido entregue uns dias antes e ainda não estava aprovado... Tinham pressa! Todavia, ele ainda percorria os passos necessários de verificação pelos serviços administrativos, não tenho chegado às minhas mãos. Foi aprovado pouco tempo depois, permitindo-lhes dar um novo impulso ao seu instituto.

Mas aproveitei para falar acerca das ideias que tinham. Pretendiam atrair investimento estrangeiro e ancorá-lo. Bastaria uma meia-dúzia de empresas de alta tecnologia para lançar um movimento. Assim veio a acontecer. Queriam avançar numa óptica de “verticalização”, porque isso lhes permitia ser mais especializados e, portanto, mais eficazes. Mas atendiam também à formação, numa perspectiva de extensão do sistema universitário para atender às necessidades que se viessem a manifestar.

Queixaram-se muito acerca dos funcionários comunitários de nacionalidade portuguesa. Dava-lhes a ideia de que eles queriam disfarçar a sua origem, não se interessando por conversar com os compatriotas que apresentavam os seus casos. Isso é o contrário do que fazem todos os outros!... Tenho referido isto muitas vezes em conversa com os diplomatas portugueses e mesmo com os comissários portugueses. É evidente que estes não lhes podem dar instruções para privilegiarem os seus paisanos... Deveriam ser eles, de “moto próprio”, a não fazerem discriminação negativa.

*

Em 5 de Junho de 1990, em despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, ficou decidido elaborar um projecto de pacto social para o novo parque tecnológico. Este deveria assumir a forma de uma sociedade por acções com um capital de meio milhão de contos. O formato seria o das sociedades comerciais: assembleia geral, conselho geral, direcção e conselho fiscal. Ele ficou de preparar a agenda da reunião de fundadores que se queria fosse efectuada muito em breve.

*

Havia muitas pressões para que a JNICT apoiasse muitos projectos de investigação na área do ambiente. Mas os proponentes não queriam ser avaliados senão pelos seus próprios serviços. O organismo financiador deveria limitar-se a fornecer os meios. Não me pareceu bem. Uma instituição não deve financiar acções avaliadas por outros. Tudo deveria passar-se no quadro da Comissão do Ambiente da própria JNICT que contrataria os peritos nacionais ou estrangeiros que fossem necessários para se fazer uma análise das candidaturas e um acompanhamento da execução dos projectos.

*

A questão das bolsas para investigação preocupava-nos, obviamente, por querermos preparar adequadamente o maior número de investigadores possível. Um campo habitual de recrutamento de investigadores assentava nos assistentes universitários. Mas eles eram considerados como funcionários públicos e, por essa razão, não poderiam ser apoiados com verbas originárias do Fundo Social Europeu. Assim, tive que estabelecer a regra de serem os docentes universitários, mesmo em regime de formação – leia-se através da investigação – exclusivamente apoiados pelo PRODEP. Isso agradava pouco ao Ministro da Educação que, desse modo, via parte das suas verbas ser orientada para uma prioridade do Governo que não era, necessariamente, a sua primeira preocupação. Para os outros funcionários em formação teve que se estabelecer um regime especial devidamente negociado com Bruxelas.

*

No dia 29 de Junho realizou-se no Luxemburgo um Conselho de Ministros da Ciência. O Vice-presidente Pandolfi sempre se tinha interessado pelo apoio às comunidades científicas dos países da Europa de Leste que viviam um período angustiado, Uns tempos mais tarde – e durante a presidência portuguesa – acompanhei-o a Budapeste onde se reuniram quase duas centenas de cientistas desses países. O que eles pediam como mínimo era a assinatura das revistas científicas que lhes permitissem acompanhar o que se ia fazendo no mundo... Porque já sabiam que tudo o resto lhes seria cortado... Isso impressionou-me muito! Mas a preparação para uma abertura das instâncias europeias começou nessa reunião. Propunha que os países da Europa Central e de Leste fossem considerados como uma categoria especial dentro dos países terceiros. Não me lembro de ninguém se ter oposto à sua proposta.

O Reino- Unido aproveitou para sugerir a inclusão nesse grupo dos países da EFTA que ainda não tinham aderido à Comunidade e ao Japão, país muito fechado, mas com quem deveríamos reforçar as nossas relações em matéria de investigação científica.

Houve quem sugerisse uma distinção entre ajuda e cooperação e quem sublinhasse a importância da coesão, nomeadamente no domínio da Ciência e Tecnologia. Tocou-se na questão da mobilidade dos cientistas. Havia quem temesse uma migração maciça de investigadores altamente preparados a bater à porta de instituições europeias que teriam dificuldade em recusá-los mas que também experimentavam cuidados em relação à manutenção dos seus próprios quadros.

A recomendação geral foi que se deveria avançar com precauções, porque a questão era mais complexa do que poderia parecer à primeira vista. Muitos disseram que a cooperação deveria ser precedida pelo funcionamento democrático desses países, pela introdução de uma democracia pluralista e de uma economia de mercado e pela existência de universidades livres com investigadores livres. Havia o horror aos investigadores designados pelo “partido”!

Todos concordámos em que a investigação científica representava um instrumento importante para a política externa da Comunidade. Mas, como sempre, havia que atender à arrelhiadora questão do seu financiamento; ele concorreria com os meios de que dispúnhamos para apoiar os projectos das muitas institui-

ções europeias e nenhum de nós estava a ver que as verbas necessárias viessem a sair do capítulo da cooperação externa ou de outro qualquer que não fosse o da própria investigação científica. Mas todos sentíamos que tinha chegado o momento próprio para agir. Punha-se a questão da transferência de tecnologia que já estava pronta para ser disponibilizada, ela própria interligada à mobilidade dos membros da comunidade científica, a que já me referi.

Foi invocada a aplicação do princípio da subsidiariedade que teria de ser genérica. Por outro lado, tinha que se distinguir a cooperação técnica da científica, uma vez que a primeira mexia com outros interesses e não estava sob a alçada dos ministros da Ciência.

O Vice-presidente Pandolfi agradeceu as orientações recebidas e ficou de preparar os textos com propostas concretas dentro das linhas definidas e com as implicações orçamentais correspondentes.

A discussão durante o almoço foi praticamente toda focada na análise da reunificação da Alemanha em matéria de Ciência. Começou com uma frase forte: “a unificação também se aplica à investigação científica!” Tudo o que vinha a seguir decorria dessa posição de princípio; as duas partes do país apresentavam aspectos distintos, mas a situação que se deveria apreciar era a do conjunto. Era evidente que a RDA apresentava défices e limitações, contudo a sua ultrapassagem era parte do problema que tinham de resolver. A RDA juntou-se à RFA e, por isso, era a situação do conjunto que tinha de ser apreciada e resolvida. Os problemas para que tinham de encontrar solução pronta eram: a troca de cientistas entre laboratórios das duas partes; a definição de projectos de cooperação; a formação de uma base comum de conhecimentos; as bolsas para os cientistas da antiga RDA; a definição de medidas específicas para o sector. Ainda havia um ministro da Ciência da RDA; mantinha com o seu homólogo da RFA conversações mensais, para consolidar a reunificação, no sector da investigação científica.

Sentíamos que as coisas estavam a reclamar um trabalho muito intenso, mas que não havia dramas, porque a reunificação já tinha sido decidida e importava fazê-la o mais depressa possível e de forma irreversível.

As grandes dificuldades advinham do facto de o sistema na RDA ser totalmente centralizado. Isso impunha uma reformulação institucional profunda. Como digo

noutro lado, eu tive contactos próximos com um velho conhecido, o Dr. Pfeifer, alto funcionário equivalente a um ministério dos poderes locais que tinha sido encarregado de replicar na parte leste o modelo que existia na RFA. Segundo me disse, o mais difícil estava a ser conseguir convencer as novas autoridades a tomar decisões, sentindo-se responsáveis por elas; estavam sempre à espera de “orientações superiores”! É curioso como é a capacidade de iniciativa a primeira coisa que se perde num regime autoritário. Deixa de se poder sonhar; só se cura de obedecer! O mesmo se verificava no sistema científico; todos os laboratórios, universidades e outros centros estavam à espera daquelas “orientações”. Por isso o ministro alemão anunciou que, na semana seguinte, iria ter uma importante reunião para definir a reformulação institucional que se impunha, outorgando larga autonomia às grandes organizações existentes, confinando à coordenação das políticas e de outros temas gerais, o papel do Ministério da Ciência. Mas ele já tinha detectado problemas de guarnecimento dos quadros das instituições de investigação, de fuga dos melhores cientistas e de erosão do ambiente dentro das instituições de investigação. Estas respondiam todas ao Instituto das Ciências, desenhado segundo o modelo soviético; tinha sido naturalmente, o primeiro a ficar anómico; daí para baixo tudo se desconjuntou!... É um dos muitos malefícios dos sistemas muito centralizados... São frágeis!

Tínhamos exemplos, todos os dias e em todos os sectores, de como a reunificação da Alemanha estava a ser tomada com determinação “teutónica”!. Como eu me sentava em dois conselhos formais e em vários informais, fui uma testemunha privilegiada do esforço deliberado e muito profissional de como tudo aconteceu. Uma vez fixado o objectivo, tudo se estruturava para o alcançar! Há alguns europeus que ainda não descobriram ser preciso entender o modo de ser de cada povo para poder conversar com os seus representantes de forma construtiva. Quando cada um vai para as reuniões pensando que todos são iguais e que não transportam consigo uma história própria e uma maneira de ser e de reagir específica, está fadado a ter dificuldades se não mesmo incompreensões. Por isso eu sou muito a favor dos estudos inter-culturais e de uma observação atenta dos atributos, dos valores e dos comportamentos de cada um... Obviamente se quisermos viver com eles em Comunidade ou em União... e não como antagonistas.

Como a reunião acabou tarde na sexta-feira e na segunda de manhã eu tinha outra em Bonn, fiz-me convidado pelo meu colega holandês para ir ver o novo Museu Van Gogh de Amsterdam que tinha aberto portas recentemente com uma exposição sobre a obra do patrono, a qual se desdobrava também em Arnhem. Era a primeira vez que se ensaiava o sistema de fixação de tempo para visitas e eu não tive qualquer tratamento especial. Quem tratou de tudo foi a KLM que destacou um director que ainda não tinha ido à exposição para me acompanhar. A multidão, apesar das condicionantes de tempo, era enorme. A construção não está à altura das grandes expectativas criadas, mas, à holandesa, a colecção reunida era impressionante. Era preciso mais tempo e menos gente para a poder apreciar. De qualquer forma, foi um privilégio poder ter “espreitado” tantas telas que não tornarei a ver, porque grande número delas veio dos Estados- Unidos expressamente.

*

A constituição do Parque de Ciência e Tecnologia ia avançando, com a contribuição entusiástica do Presidente da Câmara de Oeiras. O projecto de estatutos já tinha sido discutido. Havia um “business plan” que estava a ser preparado pelos membros do sector empresarial envolvidos na iniciativa. Ele deveria ser discutido em reunião alargada logo a seguir às férias. Em princípios de Julho estava criada a dinâmica necessária.

*

Eu atribuía muita importância à quantificação correcta das verbas atribuídas ao sector da Ciência e Tecnologia. Éramos sistematicamente penalizados, de diversas formas, pela insuficiência das verbas que atribuíamos ao sector. O nosso grande problema era (e é, ainda) a modicidade das verbas orientadas para a investigação por parte das empresas. Mas de qualquer forma, a verdade é que o sector público atribuía mais meios do que aqueles que estavam referidos no Orçamento de Estado. Era preciso apurar mais a contabilidade. As coisas deveriam ser feitas de tal modo que pudéssemos constituir um Orçamento da Ciência e Tecnologia que traduzisse, com pormenor, aquilo que de facto se passava.



FIG. Com Ramôa Ribeiro, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e Carlos Salema, Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

*

No dia 2 de Agosto de 1990 tive uma reunião com os meus Colegas principais utilizadores dos fundos não sem, antes, ter tido uma conversa com a Secretária de Estado do Orçamento para assegurar a criação de rubricas próprias no Orçamento para destacar os sectores que precisavam de ver as suas verbas enquadradas de modo especial.

No âmbito do Ensino Superior (Ministério da Educação) pretendia-se dispor do que eles chamavam um “orçamento-envelope” geral, obedecendo às normas do Manual Frascatti (OCDE) e com possibilidade de ser gerido em bloco. No Ministério da Defesa Nacional, o orçamento para investigação era pequeno, mas estava a crescer; prometeram ter as informações relativas à C&T devidamente “destacadas” até ao fim do mês. A Indústria estimava muito a existência do novo instrumento proposto; daria todas as informações necessárias para o fazer; havia problemas de classificação das verbas que a JNICT tinha de esclarecer; deveria haver uma homogeneização dos critérios de classificação para todos os sectores. Na Saúde estavam apenas referidas as despesas do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge), mas havia o plano oncológico que incluía alguma investigação; era preciso destacá-la; havia também o Centro de Estudos de Medicamentos onde se impunha um esforço de “arrumação” para distinguir o que era mero controlo de qualidade do que deveria ser considerado como investigação. No sector do Ambiente estavam envolvidos em numerosos projectos com componentes variadas, de investigação ou de mera aplicação de conhecimentos já adquiridos; aí, a minha preocupação era o “double-counting” que deformaria, naturalmente, a realidade. Nas Obras Públicas havia dois organismos onde se fazia investigação: o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde também se prestavam serviços de rotina; mas não havia dificuldades em “separar as águas”. No Ministério da Agricultura havia questões de classificação no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LINIV), no Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) e no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP); e, naturalmente, insuficiência de verbas também; punha-se a questão complicada de contabilizar as verbas que nas OID se destinavam a apoiar investigação aplicada. Havia numerosas questões de pormenor, mas o essencial estava adquirido.

*

Em 8 de Agosto recebi o Dr. António de Almeida Costa que eu conhecia dos tempos em que passei pelo Ministério da Educação. Ele tinha sido Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação no IX Governo Constitucional e estava, nessa ocasião, responsável pelo Ensino Superior Politécnico. Lembrava-me bem da consideração que ele merecia dos seus pares quando se lhe referiam.

Vinha alertar-me para a importância daquele sector para o desenvolvimento do país. Achava que a inclusão das Escolas Superiores de Educação no Ensino Politécnico tinha sido perturbadora para a correcta identificação das suas funções. Achava que a formação dos seus docentes não estava a acompanhar a construção de infraestruturas (é sempre mais fácil fazê-lo...). Entendia que o Ensino Politécnico tinha um campo próprio que não deveria ser confundido com as Universidades; nem nos programas, nem nos métodos pedagógicos, nem no estilo (eu estava de acordo); lamentava que, naquele momento ainda não houvesse “um estilo” próprio do politécnico. Era preciso conferir um carácter específico ao Politécnico e isso começaria pela formação de docentes que deveria acontecer dentro dos próprios institutos politécnicos; deveria, portanto, definir-se o perfil do docente politécnico que fazia falta e fazer com que fosse o Politécnico a “pilotar” a formação dos seus docentes. Havia lacunas graves na cobertura do território por politécnicos; Braga, Aveiro e Évora tinham universidades, mas não dispunham de politécnicos e isso não era bom; deveria manter-se a lógica regional dos politécnicos através da escolha de cursos que fizessem sentido na região ou, de outro modo, que os seus diplomados tivessem colocação na área circundante. Deveriam ser-lhes conferidas funções de observatório das regiões onde estavam, para isso passando a dispor dos meios necessários. Deveriam, assim, dispor da informação tecnológica e ser incumbidos de a difundir; por outro lado, seria conveniente que tivessem capacidade para inventariar os recursos endógenos das regiões e para aprender a valorizá-los. A formação nos domínios da música, do teatro e da dança estava incumbida aos politécnicos mas ele considerava-os como “parentes pobres”, porque não havia meios para os impulsionar como devia ser. Recomendou vivamente que as Escolas Superiores de Educação não fizessem parte dos Politécnicos.

Eram observações muito certas! Ainda hoje os Politécnicos andam à procura da sua capacidade de afirmação ou, como ele dizia, do seu estilo próprio. Muito possivelmente isso passa pela formação dos seus docentes. Será difícil conseguir a autonomia, nesta matéria, através de candidatos a professores universitários que não entraram nos quadros das universidades e de alguns professores secundários que sobressaíram e passaram para o nível superior. É uma questão que merece reflexão.

*

Em 16 de Agosto o Reitor da Universidade de Coimbra veio falar comigo acerca da necessidade imperiosa de orientar para ela mais verbas para investimento. Começou por contrapor a dotação do Estado para despesas com o pessoal nas universidades finlandesas que era de 56% e nas universidades portuguesas, 90%. Sobrava-nos pouco para investimento. E, todavia, o futuro e o salto qualitativo que se impunha passava pelas universidades, no que eu estava totalmente de acordo. Disse que os “*numerus clausus*” eram antipáticos mas indispensáveis para assegurar a qualidade; considerava que a prova geral de acesso ao ensino superior era uma ideia boa, mas estava a ser mal executada; conviria valorizar mais as provas específicas.

Referiu-se à falta de qualidade da grande maioria das universidades privadas (o tempo havia de lhe dar razão...) e o escândalo que para ele representava a acumulação de docências de professores do ensino público nas universidades privadas. Eu partilhava da mesma opinião. Tinha ideias claras acerca do desenvolvimento físico da Universidade de Coimbra, no polo II. Tinha comprado 60ha, estando reservados mais 80ha, deixando mais 20ha para zonas verdes. Queria mais espaço construído para a Faculdade de Ciência e Tecnologia e para a nova Faculdade de Desporto e Educação Física. A Universidade tinha crescido muito; nessa ocasião frequentavam-na 16.000 estudantes. Tinham criado um Conselho Social para as relações entre a Universidade e as empresas e incumbido um vice-reitor de tratar somente desta área. Queria, naturalmente, ter acesso às verbas comunitárias mas não sabia bem mover-se nos seus meandros... Prometi-lhe todo o apoio e o envio imediato dos textos do PRODEP e do CIENCIA. Devo acrescentar que aprenderam

depressa... Manifestou-me o seu apoio ao recurso a contratos-programa onde as responsabilidades das partes contraentes ficassem bem explicitadas. Entendia que a prática deveria ser generalizada, porque “a vida não é uma abstração”. Convidou-me para eu ir fazer uma visita aos locais que me tinha referido, a que eu, oportunamente, correspondi. Lembro-me bem de ter andado no terreno onde viria a ser implantado o Instituto Pedro Nunes que tanto prestígio tem sabido granjear para a Universidade e para o País. Tenho lá voltado várias vezes, lembrando-me bem da determinação e competência da Vice-reitora Doutora Teresa Mendes. Admirável!

*

Em 19 de Agosto iniciei uma viagem oficial de dois dias à Suécia, na função de Ministro da Ciência. O meu homólogo sueco, Odd Engstrom, era também, vice-primeiro-ministro. Como eles estavam a chegar de férias, ficaram muito admirados de eu ainda não as ter feito e acharam estranho eu dizer que sempre tinha preferido fazê-las em Setembro!... Para eles já seria Outono! A Embaixadora de Portugal era uma amiga minha, a Dr.^a Raquel Ferreira, uma economista que tinha desempenhado funções, no início da sua carreira, na missão que negociou a nossa entrada na EFTA. Por isso conhecia bem a economia sueca, sendo muito estimada pelos ministros suecos, como tive ocasião de comprovar ao longo da visita. Os suecos são muito formais e com regras de etiqueta um tanto diferentes das do resto da Europa. Convém conhecê-las para não se ficar surpreendido.

No primeiro dia tive uma reunião com a SUAS (Swedish University for Agricultural Sciences) que é uma instituição especial. Nessa ocasião tinha 3800 empregados dos quais 200 professores para 2200 estudantes. Dependia do Ministério da Agricultura, gastando 70% dos seus recursos em investigação e 6% em divulgação de informação. Cobria três áreas: a agricultura, a veterinária e a floresta. A universidade estava espalhada ao longo de todo o País, tendo a coordenação na capital. As suas fontes de receita eram 58% do Estado, 28% de fontes exteriores e 14% resultantes dos serviços prestados. Tinham um campo variadíssimo de interesses: a alimentação e a sua qualidade; os produtos florestais e, em especial, a produção de madeira; a energia e as matérias-primas para a indústria; a arquitet-

tura paisagística e a recreação; o ambiente e sua conservação... Tudo isto além das matérias básicas. Consideravam o seu campo de actividades dividido em três partes: i) a investigação e a experimentação; ii) a educação e iii) a informação. Eles consideravam como seu papel principal o aconselhamento dos especialistas (“Advising the advisers”), mas estimavam muito as suas actividades docentes (“Students always keep you alive”).

O Prof Linder, que nela trabalhava, era consultor da STORA e da CELBI, conhecendo bem Portugal. Interessava-se pela investigação sobre a nutrição das árvores. Considerava-nos uns “sortudos” por dispormos de tanta radiação solar, o que era fundamental para o crescimento das plantas. Como seria de esperar, sabia muito sobre o “eucaliptus globulus” uma das 700 variedades de eucaliptos, originárias da Tasmânia. E conhecia bem o que estávamos a fazer no domínio da produção de pasta de papel e na florestação com eucaliptos.

Noutro encontro com o BMC (Universidade de Uppsala), o Prof. Laurent manifestou, logo no início, a vontade de ter mais cientistas portugueses a trabalhar com ele, porque as experiências anteriores tinham sido muito positivas. A Universidade, fundada em 1477, tinha 30 departamentos, mas somente 1500 estudantes de licenciatura. O seu orçamento era muitíssimo folgado: 150 milhões de coroas suecas! O equipamento estava atribuído a quem o soubesse utilizar. Tinham a preocupação da modernização contínua. Aplicavam-se, especialmente, na área dos medicamentos; por isso o trabalho de experimentação incumbia às firmas de produtos farmacêuticos a eles associados. As patentes pertenciam a quem fez o invento (“the owner of the discovery”). É o cientista individual quem concorre aos subsídios; não o departamento. Enalteceu a importância da investigação fundamental.

O Prof. Stuns falou-me do parque de ciência de 170ha que se situava nas imediações e com grandes ligações à universidade. Tinha sido fundado em 1984 e só se interessava por novos produtos e novas ideias. A Suécia dispunha, na altura, de dez parques com objectivos semelhantes. A definição da vocação de um dado parque era importante por causa das sinergias que se desenvolviam. Nos parques de ciência só se ia até à produção de protótipos; a produção em série era feita nas empresas. Visitei, também, uma grande empresa de medicamentos: a Pharmacia. Ela própria desenvolvia trabalho de investigação, mas, segundo me disseram, 75% das

novas ideias vinham da Universidade de Uppsala e do Karolinska Institute. Para tratar dos problemas das patentes e dos direitos de autor dispunham de uma pequena sociedade que se tinha especializado na matéria. Havia uma regra geral: às universidades cabia a investigação e à indústria o desenvolvimento dos produtos. Insistiram na importância do entendimento quanto à diferença de objectivos das duas partes; a indústria não se imiscuía na gestão dos aspectos académicos e a universidade ficava de fora das operações de “marketing”. Para sobreviverem eles deveriam procurar os “nichos” em que eram excelentes. E impunha-se que fossem modestos: só tinham capacidade para perseguir menos de 1% das ideias que lhes chegavam. Nessa ocasião (1990), 12% dos empregados na Pharmacia tinham um PhD (350 em 3000).

O reitor da Universidade de Uppsala ofereceu um almoço rodeado de um formalismo antigo que ele insistia em conservar. Eu tinha-me informado acerca dos pormenores para não cometer nenhuma falta. Fez um longo discurso em francês; mas um dos meus vizinhos alertou-me: “eles não estão a compreender nada”. De modo que a minha resposta foi em inglês, fazendo despertar em todos um largo sorriso. É evidente que continuei a falar com o reitor em francês...

Seguiu-se uma visita à parte histórica da Universidade, incluindo o teatro anatómico antigo, o observatório e a biblioteca onde está devidamente honrado Lineu que foi professor da casa. Nessa noite, a Embaixadora ofereceu ao vice-primeiro-ministro um jantar simples, mas tão requintado que ele não lhe poupou elogios nem na altura, nem no dia seguinte. Eu apoio muito esses refinamentos; nós temos de afirmar, em permanência, que somos um povo antigo e muito civilizado. O encontro de trabalho, propriamente dito, ocupou toda a manhã do dia da partida. Intervieram o Ministro, o Secretário de Estado e mais quatro altos funcionários, manifestamente muito competentes. Fiquei a saber muitas coisas:

As universidades são os principais agentes da investigação. Dentro da OCDE, a Suécia é o País em que elas desempenham o papel mais importante, tanto no que respeita à investigação básica como em relação à formação dos cientistas. O sistema é muito descentralizado, mas está assegurado um grande nível de cooperação entre as universidades e as instituições responsáveis pelo financiamento da investigação científica. Está assegurado um alto nível de competição e pluralismo dentro do sistema, sem

grandes preocupações de coordenação. Incentivam as instituições a cooperarem com as suas congéneres do exterior. Dispõem para a coordenação de sete conselhos temáticos, mais um para os aspectos tecnológicos e outro para as ciências sociais. Preferem isso à solução norueguesa que é ter um enorme conselho de coordenação geral. Os seus nove conselhos são relativamente pequenos. O sistema orientado para os sectores começou pelo da agricultura, a que já fizemos referência anteriormente. Na área industrial, o conselho respectivo tinha completa responsabilidade pela investigação científica e tecnológica de que eles precisam: o governo não poderia ser atacado, no Parlamento, por falta de apoio à investigação dirigida para a Volvo ou para a Pharmacia. A coordenação no sistema sueco tinha um carácter “ex-post”. A recepção de propostas para apoio não estava sempre aberta; ocorria de três em três anos. Mas a característica mais marcante do sistema era a sua fragmentação propostada. O real desenvolvimento do sistema estava nas mãos dos cientistas.

O ministro achava que tinham aprendido muito ao longo dos últimos trinta anos, no sentido de criar uma política de ciência produtiva. O planeamento central tinha dado mau resultado. Dispunham de um conselho consultivo da Ciência, mas as prioridades eram definidas no seio de cada sector. Era necessário alguma coordenação formal, mas o segredo estava na forma como se processavam as relações entre a Administração e as universidades. Elogiou o papel do Conselho de Investigação Autónomo. O que importava acima de tudo era a qualidade e a originalidade dos projectos. Não era a favor dos subsídios dados à indústria; convinha reduzi-los ao mínimo. Só se poderia competir na linha da frente e entre os melhores. Concordava que, na linha da frente, só se poderia estar em 3% dos casos; mas nos restantes 97% tinha de se formar gente que entendesse o que se estava a passar. Um sistema científico adequado leva muito tempo a ser estabelecido. O principal é formar cientistas. Tinha sido a nossa prioridade, com o que eles estavam de acordo. Na Suécia a importância da indústria farmacêutica era manifesta. Por isso lhe davam tanta atenção. A avaliação dos resultados tinha a maior importância. Os relatórios da investigação feita eram pormenorizadamente analisados. Favoreciam, naturalmente, a cooperação internacional.

Foram dois dias intensíssimos, durante os quais aprendi muito.

*

Em 17 de Setembro tive uma sessão de despacho com o Secretário de Estado da Ciência. Começámos por tratar do Instituto de Investigação Científica Tropical. Hoje (2015), acabaram com ele. Acho que o fizeram erradamente, porque ele poderia e deveria ser um pilar para a nossa política africana, num nível de cooperação que não granjearia controvérsia. Nessa ocasião, estávamos preocupados em adquirir um edifício contíguo ao Palácio da Ega, para expandir as suas actividades. Era preciso convencer o Ministro da Saúde a cedê-lo.

Na sequência da minha visita à Universidade de Uppsala seria bom começarmos a pensar em constituir equipas mistas luso-suecas para desenvolver trabalhos de arqueologia em África. Iríamos ambos a um almoço com o Embaixador da Suécia. Era o “de-briefing”!... Deveríamos definir o que gostaríamos que ele passasse aos nossos anfitriões.

Eu iria brevemente à Portucel. Deveria estruturar o discurso que lá faria. Eu queria começar a ventilar a ideia de “empurrar” investigadores para as empresas. Punha-se a hipótese de apoiar a sua ida, para fazer investigação, durante dois anos e sem perder o vínculo à função pública, com a esperança de que alguns nelas ficassem. Era evidente que, depois da minha ida a Uppsala, eu estava a pensar em estimular os laços entre as empresas portuguesas e suecas por via da colaboração entre centros de investigação que as apoiassem, dos dois lados, neste caso começando pelas florestas e pelas indústrias transformadoras da madeira.

Iríamos fazer uma sessão de “brain-storming” em Coimbra. Era preciso saber o que dela esperávamos tirar e estruturá-la para o efeito.

Estava em definição a forma institucional do CTQB (Centro de Tecnologia Química e Biológica para a Agricultura). Deveria ser uma instituição privada?

Eu tinha proposto a realização de cursos de gestores da Ciência. Mas estava a haver entraves. Era preciso saber por quê e tentar removê-los.

A comunidade científica estava a aumentar. Mas, compreensivelmente, há muitos investigadores que só têm olhos para dentro. São, naturalmente, respeitáveis, mas ajudam pouco a definir uma política. Pedi, nesse dia, a elaboração de uma lista dos cientistas que fossem, realmente, “opinion-makers”. Era com esses que deveria conversar, em primeiro lugar!

Iríamos ser visitados em breve por um grupo de especialistas em parques industriais do ramo eléctrico holandeses. Estavam interessados na constituição de uma coisa que, nessa ocasião, tinha o nome de “Electronic City Europe”. Era preciso ajuizar se havia convergência entre os nossos objectivos e os deles ou se queriam somente vir beneficiar de fundos que eram concedidos a países periféricos e não ao seu. Há muito disso! E eu aprendi a detectá-los à minha custa...

*

Eu pretendia que houvesse um planeamento plurianual das actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico. Pela simples razão de que os projectos de investigação raramente duram um ano; é preciso escaloná-los e ter uma ideia de quanto se gasta em cada ano. Em 28 de Setembro, analisei, com o Secretário de Estado, o modo como se deveria produzir uma brochura com os regulamentos e com a definição das áreas prioritárias. Era preciso que a comunidade científica estivesse informada acerca de tudo para tomar as suas decisões. E que as nossas fossem transparentes. No mesmo despacho tratámos do parque tecnológico de Lisboa que, nessa altura, ainda tinha três alternativas de localização em relação às quais já havia trabalho de análise efectuado. Eu ia acumulando informação de outros lados. Como tinha passado em Limerick (Irlanda) em viagem de estudo em 1969 interessei-me particularmente pelo deles que, aliás, funcionava muito bem. Tinha ao lado o aeroporto de Shannon, que perdera muita da sua antiga importância, mas beneficiava de loteamentos industriais excelentes onde se haviam instalado empresas americanas e alemãs. O parque de Limerick tinha 260ha (!); toda a operação (200 milhões de libras) havia sido financiada pelo governo; a ocupação do solo só poderia ir até 30%; os aspectos paisagísticos assumiam a maior importância; ele alojava faculdades, um centro de inovação, uma incubadora de empresas e um International Science Centre... Era isso que deveríamos tentar fazer. Quando hoje (2015) se percorre o Taguspark não ficamos envergonhados...

*

No dia 3 de Outubro celebrou-se no mosteiro de Alcobaça o centenário de S. Bernardo. Houve uma cerimónia simples, mas que, naquele quadro, adquiriu uma dimensão inesperada e muito solene. Fiz um discurso curto que está publicado e por isso não o transcrevo. Referi a importância da Ordem de Cister para a difusão da tecnologia e do estudo, tendo em vista as aplicações das suas reflexões. Fiquei surpreendido pelo bom acolhimento que as minhas palavras tiveram nos muitos jovens que estavam presentes e que, generosamente, me vieram dizer no final. É certo que beneficiei pelo contraste com duas longas e muito eruditas intervenções que tinham sido feitas antes da minha...

*

No dia 8 de Outubro tive de designar os delegados nacionais ao Conselho do CERN. Para o Comité de Finanças foi o Eng.^o Fernando Belo que esteve lá mais de duas décadas, tendo feito um trabalho de excepção. Ganhou o respeito da administração e de todo o pessoal, porque de todos tratou e bem. Saliento o que fez pela sanidade do seu fundo de pensões.

No mesmo dia foi dado como pronto o documento contendo o planeamento plurianual da Ciência e Tecnologia. A partir daí reunir-se-ia o Conselho Consultivo da JNICT para obtenção de um parecer e para proceder a eventuais ajustamentos. O parque de Ciência de Lisboa continuava a estar nas nossas atenções. Mas era preciso fazer convergir o interesse de alguns agentes indispensáveis. Para o conseguir com maior convicção, pedi para se fazer uma pequena brochura com descrições de alguns dos exemplos mais bem-sucedidos da Europa. A minha intenção era pôr patente que os modelos institucionais eram diversos e que só alguns, poucos, tinham sido de iniciativa e com a manutenção asseguradas pelo Estado.

*

Já me referi ao clima de confiança que existia entre mim e o Vice-presidente Filippo Pandolfi. Aproveitei a vinda dele a Lisboa para tratar de assuntos em curso. Como digo noutro lado, a nossa reunião teve lugar na Pousada de Palmela. Era um homem muito cultivado. Estimou saber um pouco acerca do local onde es-

távamos, fronteira da luta com os mouros, nos alvares da nacionalidade e sede da Ordem de Santiago. Referi-lhe que a actual Ordem de Santiago da Espada era destinada a galardoar quem se distinguisse nas Artes e nas Ciências. Falou-me da necessidade de avançar depressa com a aprovação de programas específicos no campo da investigação. Queria o meu apoio, na reunião seguinte do Conselho de Ministros. Ele já tinha assegurado a ligação a outros programas e, especialmente, havia tido contactos com alguns membros do Parlamento Europeu, interessados nestas matérias. Tratava-se de uma forma de procedimento excepcional, apenas justificada pela urgência da decisão. Tratava-se especialmente de programas integrados que “atravessavam” vários outros programas existentes, como era o caso do “carro limpo” (clean car) em que pretendia envolver todos os Estados-membros. Justifiquei por que nos interessávamos tanto pelo sector: montávamos carros de algumas marcas diferentes e estávamos a começar a falar na instalação de um consórcio entre a Ford e a Volkswagen, num local que tinha grande probabilidade de vir a ser no próprio Município onde nos encontrávamos... Haveria um corpo especial consultivo, com geometria variável, mas ao qual eu disse que gostaríamos de pertencer. Isto seria feito em cooperação com o Centre Commun de Recherche (CCR), com o qual tínhamos boas relações de cooperação.

Outra área seria a da biologia molecular e da genética até uma fase pré-normativa, como era hábito. Estava empenhado em dispor de uma lista de projectos integrados dentro da qual pudessem ser seleccionados os melhores projectos.

Falámos de bolsas e de formação, assunto a que ele sabia que eu atribuía a maior importância. Como seria de esperar, acenou-me com uma cenoura: estávamos nós dispostos a acolher um centro de formação em Portugal? Disse-lhe logo que sim, dependendo do sector. Teríamos de possuir já, nesse sector, massa crítica para desempenhar funções em condições. Logo me tranquilizou dizendo que não se tratava de uma questão de dimensão, mas sim de qualidade da investigação já feita. Respondi que tínhamos por onde escolher. A escolha seria feita por concurso, no que eu estive de acordo; ela seria feita em duas fases; na primeira estaria em causa um conjunto de dez centros.

Um terceiro tópico respeitava às sinergias entre Investigação e Desenvolvimento e os programas espaciais que corriam com apoio do FEDER e que ele sabia que

também me estavam confiados. Era tópicos que me interessava muito: como articular o STRIDE com o STAR ou o RACE com o STAR. Para mim o desenvolvimento passava também pela inovação e esta pela Ciência. Propôs-me que estudássemos a matéria em conjunto. Mandaria a Lisboa um alto funcionário para colher as minhas ideias acerca do que seria praticável fazer.

Falámos depois sobre alguns altos funcionários que ele queria nomear para as DG XII e DG XIII. Já lá tínhamos uma funcionária muito distinta que, ainda hoje (2015), lá se mantém com o respeito de gerações sucessivas de colegas e de directores-gerais. Mas ele queria chamar ao trabalho funcionários de nacionalidades pouco representadas no conjunto.

Havia um bom entendimento entre nós os dois. Isso não quer dizer que todas as minhas propostas fossem acolhidas. E eu próprio reafirmava a minha preferência pela realização de concursos; o que eu pretendia era ser avisado com tempo... O resto ficava à conta dos concorrentes...

*

De forma paralela à que se estava a fazer em Oeiras, em relação ao que viria a ser o Taguspark, eu encetei diligências para realizar uma iniciativa semelhante na Maia. Tudo começou bem, porque o terreno escolhido até apresentava melhores condições do que o do sul. Mas, depois, cruzaram-se estratégias e começou a elaborar-se um projecto “faraónico” que, em conjunto, afundaram o empreendimento. Hoje há um parque tecnológico localizado nas antigas instalações de uma empresa que faliu. As outras condições eram incomparavelmente melhores. Não ajudou, também, o facto de os investigadores quererem ter os novos laboratórios ao lado das suas salas de aula. Não é fácil levar um projecto multi-sectorial em frente quando cada parceiro tem a sua estratégia na cabeça e não é capaz de ouvir as dos outros, procurando conciliar a sua com a deles. Suponho que se perdeu uma excelente oportunidade para se levar a cabo um empreendimento exemplar. Excesso de individualismos!...

*

Em 19 de Outubro recebi o Embaixador da Suécia para fazer o balanço da minha visita e manifestar-lhe quanto estava grato ao Governo Sueco pela deferência com que me havia tratado. Era preciso dar sequência aos contactos estabelecidos. Deveríamos focar-nos nos domínios da biomedicina e dos temas florestais. As bolsas seriam dadas para as instituições em que eu tinha estado. Fiquei de lhe fornecer a lista das universidades e outras instituições portuguesas que seriam convidadas a apresentar candidaturas; a publicitação do processo seria feita através do boletim de I&D. Manifestei-lhe o meu interesse em explorar a área das tecnologias de fabrico (“manufacturing technologies”) e da energia. Em reciprocidade, disse-lhe do gosto que teria em ver estudantes e cientistas de arqueologia a praticarem em “sítios arqueológicos” portugueses. Sabia da popularidade do sector na Suécia (toda a gente da minha geração se lembrava de ter visto fotografias do Rei Gustavo Adolfo na Grécia, a participar em trabalhos arqueológicos). Fiquei de lhe fornecer uma lista de sítios potenciais que eu solicitaria aos universitários portugueses.

Aventámos a hipótese de uma colaboração no âmbito do Instituto de Investigação Científica Tropical. A Suécia é um dos grandes países “doadores” para África. O ICT dispõe de muita informação relevante para efeitos de desenvolvimento. Tinha havido um alto responsável sueco, o Dr. von Sidow, cujo entusiasmo e competência me tinham chamado a atenção. Disse ao Embaixador que ele seria muito bem-vindo a Portugal, o que ficou apazado para o princípio do ano seguinte. Fiz, naturalmente, a propaganda dos nossos Parques de Ciência e Tecnologia em constituição. Gostaria muito de ver neles instaladas delegações de laboratórios de empresas suecas, nomeadamente farmacêuticas ou do domínio das florestas.

*

No dia 22 de Outubro de 1990 reuni-me com os reitores das universidades da Região do Norte para colher a opinião deles acerca do modo como estavam as coisas a passar-se no domínio do programa CIENCIA. Estes encontros não se destinavam a ouvir louvores. Eu pretendia que eles me dissessem o que se poderia melhorar porque, de certeza, nem tudo estava a correr bem e eu queria saber porquê.

O primeiro que falou disse logo que a JNICT não estava a funcionar bem, porque não sabia apoiar-se nos seus órgãos consultivos que tinham sido constituído exactamente para estabelecer a ligação entre a Administração e os investigadores. As reuniões eram marcadas e desmarcadas com frequência, porque os documentos que deveriam ser discutidos não tinham ficado prontos a tempo. Relatou ter sucedido um caso em que foi apreciado um documento a que faltavam os dois capítulos finais. Chegavam ao conselho consultivo coisas avulsas, especialmente quando era preciso definir medidas prioritárias. Correntemente os prazos de consulta eram esmagados. As coisas estavam a melhorar, depois de muitas críticas, mas ainda precisavam de acertos. A coordenação entre o programa CIENCIA, o PRODEP e o PEDIP fazia-se sem fluidez, o que prejudicava a coerência de algumas ajudas que tinham sido concebidas pressupondo convergência de acções e de auxílios. As regras das bolsas eram diferentes entre alguns programas, nomeadamente os de ciências e os de letras, com propinas distintas. Estava a ser dado privilégio às infraestruturas cujas propostas eram mais fáceis de apreciar do que os projectos de investigação. O pagamento das bolsas de investigação estava a decorrer com atrasos. Em suma, estava, manifestamente, a faltar coordenação que é sempre o mais difícil.

No âmbito do PRODEP não tinham sido definidos claramente os critérios de avaliação das propostas. Isso não era directamente da minha responsabilidade, mas eu tinha-a também porque ele iria buscar verbas que estavam sob a minha tutela. Queria mais explicações e a definição de objectivos claros. Faltavam as tais reuniões dos conselhos onde tudo o que me estavam a dizer deveria ter sido concertado.

Havia, também, perguntas retóricas. Estavam a ser construídos alguns laboratórios que haviam sido propostos pelas universidades. Um reitor punha a questão de saber quem sustentaria a sua manutenção? Isso deveria ter sido previsto na candidatura que continha a construção das referidas instalações.

Havia, ainda, perguntas oportunistas. Se queríamos reforçar o papel dos investigadores, como estes estavam nas universidades, forçoso era alargar o “*numerus clausus*” dos que entravam, porque seria deles que sairiam aqueles...

Outros aproveitavam para pôr a compra e a actualização do seu equipamento

para as funções docentes à frente das prioridades. Mas o que estava a ser definido era o financiamento através de projectos de investigação!... Era estes que deviam candidatar-se.

Mas havia também quem elogiasse. Alguns faziam-no para criticar a seguir. Mas, apesar de tudo, reconheciam os esforços feitos.

Uma das propostas era aproveitar o programa CIENCIA para equipar os laboratórios das novas universidades. Mas esse não tinha sido o propósito com que ele se havia definido e dotado!... Teriam de falar com o Ministro da Educação para completar as instalações em curso.

Houve quem quisesse aumentar a confusão propondo que o programa CIENCIA passasse pelo Conselho de Reitores! Conselhos tinha ele; o que não funcionavam era suficientemente bem! E se o Conselho de Reitores passasse a ter voz nesta matéria, haveria novas disputas, nomeadamente entre quem já tinha alguma massa crítica e quem não dispunha de nenhuma. Tentariam obter novos fundos, por esta via. Ora as decisões deveriam orientar-se exclusivamente por critérios de qualidade. E os principiantes deveriam procurar celebrar parcerias com quem já dispunha de experiência, até ao ponto em que tivessem autonomia.

Um dos intervenientes disse do clima de nervosismo existente e que atribuiu à impreparação dos investigadores que apresentavam os projectos e que estavam muito ansiosos, porque a sua carreira dependia demasiadamente de eles serem aprovados ou não. É possível que também existisse disto... Por isso as prioridades definidas nos tais conselhos não deveriam traduzir consensos muito alargados, mas serem mais objectivamente trabalhados; algo que requeria mais esforço, porém, pouparia equívocos a seguir.

Houve quem dissesse que essa ansiedade era real, porque todos sentiam que quem não fosse apoiado sucumbiria. Isso tinha alta probabilidade de suceder, porque poucos haviam adquirido o hábito de ir procurar financiamento às empresas ou a outras instituições que também proporcionassem alguns meios para a investigação.

No final da reunião ficou claro para mim que os conselhos consultivos não estavam a reunir com a cadência devida e nas condições necessárias e que havia alguns problemas de gestão com o programa CIENCIA, com o que concordou o Secretário de Estado que esteve presente na reunião.

*

No dia 22 de Outubro, recebi, no Porto, os responsáveis pela EUROFER que queriam apoio para a instalação de um laboratório para investigação de novos materiais. Chamavam-lhe mesmo Centro de Investigação de Desenvolvimento de Novos Materiais. Seria formado por um conjunto de unidades a trabalhar em rede. A evolução tecnológica no sector estava a ser exponencial. No Japão, a que estavam ligados, havia duas linhas de investigação: uma no campo da robótica e outra na informatização. Estavam interessados em desenvolver um centro CIM (Computer Integrated Manufacturing). A sua indústria estava a ser cada vez mais capital-intensiva e “brain-intensive”. Era para desenvolver esta última componente que precisavam de um acesso a fundos especiais que existiam na Comunidade para a reestruturação da indústria da fundição. Havia ainda uma componente de formação profissional que eles queriam desenvolver. Animei-os a prosseguir, procurando eu saber como se faria o acesso aos tais fundos.

*

No dia 23 de Outubro, reuni com professores de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra para colher impressões acerca do modo como estava a decorrer o apoio à investigação médica. Não irei especificar quem disse o quê, mas referir a linha geral dos comentários que fizeram.

A investigação clínica consiste muito mais em programas do que em infraestruturas; a infraestrutura principal é o hospital. A Engenharia na Medicina representa um campo de investigação muito importante. Não se deve financiar trabalho corrente, mas sim a investigação. É muito importante assegurar que os investigadores trabalhem próximos uns dos outros. Não se deve perder muito tempo a distinguir investigação básica de investigação aplicada, porque o que interessa mais é a interdisciplinaridade. A formação de técnicos deve merecer muita atenção. No caso da Saúde, os conselhos de administração dos hospitais não deveriam ficar à margem da propositura das candidaturas de projectos de investigação, porque, mais cedo ou mais tarde, iriam ser chamados a dar apoio a muita da investigação a fazer. Em Portugal, deveríamos dar prioridade à parte epidemiológica e à parte oncológica da investigação, porque são as únicas para as quais temos meios sufi-

cientistas. Assim, as propostas deveriam ser feitas em conjunto por conselhos de administração e conselhos científicos. Era preciso dar muita atenção à informação de base e ao seu tratamento; deveria apoiar-se a área das estatísticas de Saúde.

O Ministério da Saúde deveria designar um interlocutor para acompanhar a Comissão Coordenadora da Investigação na Saúde. Mas ele próprio precisa de investir mais em informação e em tratamento das estatísticas. Na Saúde os projectos de investigação começam no estudo de casos que conduzem a “papers”, prosseguem com outros projectos com alguma estruturação até chegar àqueles que, por serem apoiados pelo CIENCIA, se reclama muita organização e que já são institucionais ou, mesmo, pluri-institucionais. É preciso dar muita atenção à formação de gestores da Ciência.

Há muitos projectos isolados, quando se deveria caminhar para conjuntos integrados. A nossa dificuldade maior seria a passagem dos projectos individuais para os institucionais e a constituição de interfaces com a indústria. O papel da Agência de Inovação seria muito importante. Alcançar a massa crítica, dentro de cada projecto, deveria representar um objectivo fundamental. A apresentação pública dos projectos deveria constituir um passo obrigatório dos mesmos. Tinha de se distinguir o universo dos jovens investigadores que começam daquele dos que já o são, a “gente grande”; o CIENCIA era para gente grande; mas os que começam não poderiam ser esquecidos.

Como sempre acontecia, estas conversas duravam horas. No final fiz um resumo do que tinha retido como prioritário:

Dever-se-ia dar atenção à informação de base e ao seu tratamento. Havia projectos de arranque e projectos que conviria que fossem integráveis com outros. A formação de administradores da Ciência era urgente. Deveria estimular-se a investigação entre projectos, entre investigadores e entre instituições. Na escolha dos projectos além dos conselhos científicos deveriam ser ouvidos os conselhos de administração dos hospitais. Seria muito conveniente que houvesse uma agência para valorização dos resultados da investigação. E achavam que era indispensável uma articulação entre o CIENCIA e o Ministério da Saúde.

Grande parte destas recomendações já tinham constituído orientações gerais para o sector.

*

No dia 24 de Outubro de 1990, parti para uma viagem oficial a França, a convite do meu estimado colega Hubert Curien. Foram dois dias cheios de reuniões e visitas úteis que terminaram com a entrada em operação do navio-oceanográfico “Atalante”, à qual ele teve a deferência de me querer associar.

Começámos por uma sessão, no seu gabinete, na qual ele me apresentou os principais responsáveis pelas grandes instituições que estruturavam o sistema científico, em França. Todos fizeram exposições muito informativas, começando pelo próprio Ministro que era um modelo de simplicidade e de competência. O sistema assentava em investigadores a tempo completo que guarneciam as universidades e quinze instituições. O mais conhecido, o CNRS (Centre National de Recherche Scientifique) dispunha de 30.000 investigadores e técnicos, os quais eram coordenados e instruídos pelo Ministro. A definição do plano de acção começava por discussões com os ministros sectoriais que detinham a tutela de instituições próprias dos seus sectores. A arbitragem relativamente à distribuição das verbas fazia-se em Conselho de Ministros, antes de uma discussão no Parlamento do Orçamento de Ciência e Tecnologia. Nessa ocasião (1990), o seu montante era de 130 milhares de milhões de francos (milliards) e estava dividida em três capítulos: 1.^o) a pesquisa militar que estava fora do Ministério da Ciência, 2.^o) a investigação industrial e 3.^o) a investigação civil. Pela importância das verbas atribuídas ao sector, a França estava na quarta posição mundial, a seguir ao Japão, aos Estados-Unidos e à Alemanha. Queixou-se do peso que considerava pequeno da investigação comandada pelas empresas (40% do total – quem nos dera!...). O Ministro fixava as prioridades e as exigências; os objectivos estavam indicados na Lei do X Plano que fixavam os 3% do PIB como meta a alcançar, mas ainda não atingida. Estimavam que, em 1991, o valor despendido no sector alcançasse 2,45% do PIB. Uma preocupação que tinham era a renovação do corpo de investigação que haviam fixado em 4% por ano. Admitindo como sendo 25 anos a vida activa de cada investigador, os 100% a dividir por 4% davam os 25 anos definidos. Havia os compromissos internacionais da França, nomeadamente com o CERN (Centre Européen de Recherche Nucleaire) ao qual já me referi nestas memórias. Havia acordos salariais que previam a valorização das carreiras dos investigadores; es-

tava-se a assistir a um abaixamento da idade de entrada muito por via da redução da duração do período de preparação das teses que agora era de cerca de 3 anos (à inglesa ou à americana) em vez dos 10 ou mais anos do antigo “doctorat d’État”, a respeito do qual eu tinha sido inflexível numa discussão com o Embaixador de França, em Lisboa, M. Anglès, quando eu era Ministro da Educação (1978/79). Ele queria que fosse dada equivalência de doutoramento ao chamado “doctorat de 3 ème cycle” que era uma espécie de mestrado. Eu respondi-lhe que a França deveria avançar no sentido de chegar a um modelo mais próximo do anglo-saxónico que estava a ser adoptado em todo o mundo; afinal acabou por ser a evolução, tal como eu tinha vaticinado, que iria acontecer; o peso dos números é muito grande e a exigência associada aos dez anos afastava muita gente da carreira. Já vinte anos antes os nossos doutorandos preferiam o Reino Unido para os seus PhD. Ora eu achava que a França ainda nos poderia dar muito...

Preocupavam-se com a revalorização das funções mais modestas, dentro do processo (tal como eu quando insistia na formação de técnicos para a investigação). Insistiam no desenvolvimento da formação por via da pesquisa e, portanto, pela elaboração de teses. Por isso queriam duplicar o número de teses apresentadas nos cinco anos seguintes; apesar de isso não ser suficiente era muito ambicioso; o resto respeitava, naturalmente, à qualidade das teses. No financiamento da Ciência, tinham horror (tal como eu...) ao sistema “en accordéon”. Já o referi várias vezes.

Estavam a procurar assegurar um apoio consistente a projectos industriais grandes como o TGV, os transportes terrestres, o avião hipersónico, a “fábrica-limpa” no domínio agroalimentar, ... E estavam a trabalhar sobre os aspectos fiscais da investigação no sentido de incitar as empresas a fazê-la; chamavam-lhe a “incitação fiscal”. A valorização da investigação e dos seus resultados representava uma preocupação. A começar pelos estudos prévios: mercado, propriedade industrial, aconselhamento, etc. E nas candidaturas queriam reduzir ao mínimo o prazo de tratamento de um dossier; pretendiam que ele fosse, no máximo de 4 meses. A transferência de tecnologia era um objectivo. E informaram que estavam a subvencionar a entrada de investigadores nas empresas durante um ano; esse era o período estimado para que o investigador mostrasse a sua utilidade para a empresa.

Em relação ao programa EUREKA, lamentavam que houvesse tão poucas PME no programa. Estas ou nascem logo como empresas inovadoras, resultantes da vontade de transformar uma ideia em negócio, ou têm sempre dificuldade em “navegar” em águas muito exigentes em termos de aquisição e de operacionalização de novos conhecimentos.

Nessa ocasião, o CNRS estava a estimular a criação de pequenas empresas no domínio da informática. E mantinham relações com o Banco Lazard Frères que tinha um ramo de financiamento de risco. O representante da instituição disse que o seu plano de modernização assentava em três pilares: i) o “décloisonnement” das ciências, o que se pode traduzir pela sua fluidez e capacidade de percolação na sociedade, ii) a criação de delegações regionais e iii) a preocupação de não trabalhar nunca sem ser em cooperação entre centros de investigação e empresas. Queriam ensaiar novas formas de cooperação com outros países e estimavam muito as relações com Portugal; havia já cerca de 200 missões que tinham sido espontâneas; quer dizer não correspondiam a nenhuma ordem superior. Ora, era isso mesmo que eu pretendia. O facto de as novas gerações falarem pouco ou nenhum francês comprometia essa espontaneidade que era corrente há cinquenta anos atrás. Eu acho que os Portugueses teriam muito a lucrar se cultivassem mais a sua facilidade para falar línguas. No caso do Francês, além de lhes facilitar os contactos profissionais, abrir-se-lhes-iam as portas de um mundo cultural fascinante que só poderia alargar-lhes os horizontes.

Ficou combinado que eu procuraria estimular essas relações, começando pela área dos novos materiais em que se estavam a verificar tantos progressos e na qual os investigadores portugueses revelavam manifestas aptidões (por exemplo na Universidade de Aveiro). Aliás, isso foi explicitamente referido por um responsável do CNRS que lhe acrescentou a biotecnologia, a engenharia das grandes moléculas e o ambiente (terra; água doce; água salgada...). O parceiro alvitado para a área dos materiais foi a Universidade de Nancy. Mas logo se referiu que a cooperação internacional levava tempo a apresentar resultados e que seria preciso contar com 5 a 10 anos até eles aparecerem.

Como as relações com a indústria eram uma preocupação comum, elaborou-se muito sobre o tema. Concluímos que não há receitas-milagre nem uma só receita.

Comum a todas as que funcionam é a informação e a prática de relações pessoais frequentes e descontraídas. Acreditavam nos resultados potenciais dos “clubes de rencontres” entre investigadores e industriais. É, seguramente, uma das vias. Mas a valorização industrial dos resultados da investigação representa, em todo o mundo, uma preocupação permanente. Lamentavam-se das sociedades de capital de risco não serem muito activas... Também não o eram em Portugal! Onde é que o serão?... O caso da Universidade Tecnológica de Compiègne, criada em 1973, foi analisado como um bom exemplo do que se fazia em França no domínio da formação-investigação-transferência de conhecimentos. A jovem universidade dava 370 diplomas por ano (biologia, química, informática e mecânica), 200 Diplomes d’Études Approfondies e fazia 80 doutores por ano. Tinha nos seus quadros 180 docentes-investigadores, dos quais 60 eram contratados permanentes. Havia uma associação dos investigadores da Universidade (“Gradient”) com 143 associados, passando por ela cerca de dois terços da pesquisa feita na instituição. Por outro lado, havia uma sociedade anónima de criação de empresas (“Divergent”) que se encarregava de vender os serviços de consultoria dos professores da universidade. Consideravam-na como um exemplo muito inovador.

A tradição centralista francesa era conscientemente combatida pelo próprio Ministro da Ciência e Tecnologia (MRT). Tinham definido 22 regiões e designado outros tantos delegados regionais para traduzir as orientações nacionais para o nível regional e para fazer o diagnóstico das necessidades e das potencialidades regionais. Ocupavam-se da definição dos instrumentos humanos, financeiros e ... psicológicos! Trabalhavam em associação com o Conselho Regional e com o Conselho Económico e Social Regional de cada região. Mas tinham também ligações próximas com as Câmaras de Comércio e Indústria.

Fiquei admirado de saber que na região de Toulouse havia cerca de 10.000 investigadores pouco motivados pelas relações com as empresas. Era evidente que não trabalhavam todos na universidade. A concentração da indústria aeroespacial na zona explica tão alta concentração.

As conversas prolongaram-se, animadamente, até termos mesmo de sair.

Fui à Universidade de Rennes, onde passei uma manhã inteira a falar de investigação nos dois domínios em que ela se salienta: a biotecnologia e a electrónica.

ca. Como se sabe a Bretanha é o maior “bassin laitier” de França. A produção é enorme e os derivados são cada vez mais numerosos; a qualidade de tudo o que se transforma é assegurada com grande rigor. Pois o centro de investigação que permite estar sempre a inventar produtos novos e a assegurar a qualidade de todas as etapas da produção e da transformação está na sua grande universidade. O mesmo se passa em relação à electrónica; à volta de Rennes concentra-se uma grande variedade e quantidade de indústrias do ramo. Os industriais, os grandes produtores de leite e os investigadores conhecem-se bem entre si.

Também falámos muito acerca da formação de parques de ciência e tecnologia. Havia um especialista na parte jurídica da constituição de “technopolis”. Trocámos impressões acerca da experiência deles nesse domínio. Em França há uma associação criada para tratar deste instrumento – A France-Technopole – que se preocupa com os três aspectos fundamentais: a pesquisa, a formação e as ligações às empresas. Só em Rennes, nessa ocasião havia 3.000 investigadores!

Na tarde do dia 26 teve lugar a cerimónia de entrada em operação do Atalante, na baía de Brest. Como seria de esperar chovia como só lá chove; não me quiseram desapontar!... Durante mais de duas horas o navio andou na baía quase sem vermos as margens. Mas tivemos explicações exaustivas acerca da capacidade de investigação que os muitos laboratórios alojados no navio permitem. Ficou estabelecido que o navio acolheria com satisfação investigadores portugueses no domínio do mar que quisessem associar-se às muitas expedições que já estavam programadas para vários anos.

O Ministro Hubert Curien, na sua intervenção mostrou conhecer não só a História Marítima de Portugal como também os trabalhos mais recentes no campo da oceanografia. Foi uma visita que deixou recordações.

*

Em 5 de Novembro tive uma reunião de trabalho com o Secretário de Estado da Ciência e com o Presidente e o vice-presidente da JNICT, para avaliar algumas iniciativas que estavam em curso. Como já disse noutro lado, a primeira avaliação feita pela OCDE ao nosso sistema científico, durante o IX Governo Constitucional, não havia corrido nada bem. Era preciso promover uma outra. Confirmei essa

orientação. A dita avaliação realizou-se mais tarde e correu muito bem. Tínhamos produzido um opúsculo sobre Planeamento da Ciência. Era preciso divulgá-lo largamente. A nossa “tecnopolis” de Oeiras lá ia fazendo o seu caminho; já a da Maia só tinha complicações. Era preciso utilizar melhor o STRIDE para ver se tínhamos as coisas mais depressa.

O Prof. António Coutinho tinha uma carreira internacional de investigação em instituições alemãs, francesas e suecas, absolutamente extraordinária. Pretendia montar um centro de imunologia em Oeiras, semelhante ao local onde trabalhava, no Instituto Gulbenkian de Ciência. Impunha-se apoiá-lo.

O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) propunha-se a reorganizar a parte do seu arquivo relacionado com Macau, bem com a receber documentação que estava noutros lados. Apoiei totalmente a iniciativa.

A questão das despesas correntes é sempre difícil. Para os laboratórios e outras infraestruturas financiadas pelo CIENCIA lá se iam arrançando os meios; mas eles determinavam, depois de concluídos, despesas correntes que se admitia serem da responsabilidade das instituições que os tinham proposto. Mas nem sempre era assim!... Haviam sido geradas actividades novas que reclamavam novos executantes e estes precisavam de ser pagos bem como a electricidade, a água e outros “consumíveis”, desde o papel aos tinteiros dos computadores. Nada disso era tido em linha de conta quando se faziam as propostas de investimento que haviam sido a origem do processo. “Logo se havia de ver...”, era como se dizia para empurrar o problema com a barriga. Mas chegava sempre a hora da verdade e nós estávamos a tê-la em muitos lados. Tornava-se importante definir regras.

A minha recente visita a França, tinha-me revelado que, afinal, havia muito mais cooperação do que a que era conhecida e, por outro lado, a que seria induzida pelos meus contactos viria a aumentá-la ainda mais. Impunha-se saber, em pormenor, onde ela se estava a passar. Dei orientações para que fosse produzido um “memorandum” exaustivo com o levantamento dos projectos, investigadores, publicações e universidades envolvidas nessas relações de cooperação que eu tanto estimava.

A Agência de Inovação, que eu havia sugerido que se criasse, precisava de uma proposta elaborada por quem soubesse. Dentro da Administração, não havia ninguém preparado para a fazer. Acertámos no nome da empresa de consultoria que

tinha ligações internacionais capazes de assegurar que conseguiríamos uma boa proposta. Insisti em que fosse envolvida uma instituição nacional; assim foi feito. Queríamos expandir o apoio do programa “Science for Stability”, patrocinado pela NATO. Já havia algumas instituições com projectos apoiados por ele, mas era preciso alargar o conjunto e promover muitos mais. Decidi solicitar o apoio do meu colega da Defesa Nacional para o fazer.

Como se pode ver, abríamos frentes em muitos lados, procurando criar uma dinâmica que arrastasse muitos agentes num movimento em que acreditávamos: o desenvolvimento passa pela inovação e esta pela descoberta de novos conhecimentos que têm de ser operacionalizados.

*

No dia 8 de Novembro tinha reunido a Comissão Nacional do programa CIENCIA que havia aprovado os projectos submetidos a uma série de medidas gerais. Estava a começar a “engrenagem” a funcionar. Mas tinham aproveitado para se queixarem em relação às estatísticas produzidas pela JNICT: demoravam muito tempo a vir a lume. Manifestamente, eu tinha de fazer alguma coisa nessa matéria; a periodicidade de dois anos estava correcta; o atraso com que saíam é que tinha de levar uma volta. Tratava-se de uma questão de organização.

É vulgar acontecer com alguns professores universitários “vedetas”, eles insistirem em ser nomeados para órgãos colegiais e, depois, não comparecerem nas reuniões, porque se impacientam com a perda de tempo a ouvir os outros. Querem ser ouvidos, mas acham que é penoso ter de ouvir os outros... Preferem debitar as “suas pérolas” directamente ao ministro. Isto aconteceu-me algumas vezes... e por isso o registo.

*

Tinha havido uma atribuição recente de quatro milhões de contos para infraestruturas no âmbito do CIENCIA e de mais de oitocentas bolsas, no valor de dois milhões de contos. Os montantes eram tão fora do comum que decidi com o Secretário de Estado anunciar o facto em conferência de imprensa. Pedi para prepararem listas minuciosas com o que se iria apoiar. A conferência teve lugar. As

notícias foram nenhuma ou muito esqueléticas. Manifestamente não são as notícias positivas que mobilizam a nossa imprensa. Nesse dia ficou pronto o projecto de decreto-lei que aprovaria a nossa relação de cooperação com o ESO (European Space Observatory). Como curiosidade, dentro dos mais de 4.000 pequenos planetas do sistema solar, o Dr. Richard West, dinamarquês e investigador do ESO, tinha descoberto um a que deu o nome de Portugal! Ele não sabia que a nossa entrada para a agremiação estava em curso...

*

Por causa do programa CIENCIA, o Bastonário da Ordem dos Médicos veio visitar-me no dia 19 de Novembro, acompanhado pelo Prof. Cunha Vaz, da Universidade de Coimbra, meu conhecido por causa da magnífica obra que vinha desenvolvendo no campo da oftalmologia e que conduziu à formação de um centro de excelência, tanto em investigação como na prestação de serviços. Eu acompanhei a construção do centro e o desenvolvimento dos programas de investigação e de extensão que faziam parte da iniciativa. Tudo decorreu sempre de acordo com os parâmetros mais exigentes. Ele sabia muito bem o que queria e cumpria rigorosamente a sua parte no contrato. O Bastonário estava informado acerca do programa. Manifestou grandes esperanças nos seus resultados. Concordava com a interligação entre o que chamou a investigação básica e a investigação clínica. Concordavam os dois na exigência em relação à qualidade. Apoiavam a prioridade conferida à formação. Gostariam de que fosse fomentada nos jovens médicos a vontade e a apetência por investigar. Recomendou a concentração do apoio em unidades que fossem capazes de responder; tal como eu, achava que a dispersão de fundos contentaria muitos, mas faria o conjunto avançar pouco. Nessa ocasião, havia, em Portugal 27.800 médicos! Lamentaram que a clínica geral ainda não tivesse ganho uma tradição sólida, porque isso era muito importante para o progresso geral do sector; sabiam que não seria fácil.

*

Nos fins de 1990 iria haver a eleição do Presidente do Conselho do CERN. Havia dois candidatos, um francês e outro inglês. Estas eleições são objecto de grandes

jogos de influência em que se vão estabelecendo compromissos com os candidatos à medida que o processo vai avançando. Nunca se deve dar nada de graça ou votar pelos “lindos olhos” do candidato. Também não vale a pena invocar o tratado mais velho do mundo... Mas convém ir falando para ver quem virá a beneficiar-nos mais. Os Portugueses, como não sabem fazer muito bem os chamados “jogos de bastidores”, têm tendência a deixar correr as coisas, sem estabelecer compromissos de que mais tarde possam retirar benefícios. É um grande erro não estar em cima da jogada...

*

No dia 4 de Dezembro, recebi dois jovens gestores, com provas dadas e grande traquejo internacional que eu quis ouvir a respeito da constituição do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. As suas recomendações foram as seguintes:

O parque do Porto iria, naturalmente, ser diferente do de Lisboa, por causa da origem diversa dos seus participantes. A escolha dos associados era um elemento estratégico. Determinante, também, seria a escolha do presidente-director que teria de exercer a sua função a “full-time”. Ele deveria participar nos trabalhos desde a génese do projecto. Fundamental seria a estrutura jurídica do parque. Deveriam ser criadas duas estruturas: 1. uma formada pelo Estado e pela Câmara Municipal que ficaria dona do património imobiliário; 2. outra formada para gerir o parque e que deveria ter como capital mínimo de entrada, um milhão de contos. O Estado e a Câmara poderiam integrar o conselho geral da entidade. Deveria nomear-se em breve a comissão promotora do parque, a qual, em três meses, teria de definir a forma jurídica do projecto, propor o conjunto dos accionistas fundadores, alvitar os sectores a incluir no parque, apresentar um “pré-desenho” do parque, propor a forma de exploração e encontrar o presidente da direcção. Essa comissão promotora “migraria” para o conselho geral da empresa. Era deste que sairia um pequeno executivo. Tudo deveria ser feito com o maior profissionalismo. Teria de se envolver sempre a empresa mais importante do sector. Poderia trazer-se para esse conselho uma ou outra associação. Mas eram as pessoas escolhidas que determinariam o sucesso da iniciativa.

Eu estava de acordo com o programa que me apresentaram. O pior foi que, na ocasião de se passar à prática, começaram a cruzar-se uma meia dúzia de estratégias institucionais e pessoais que bloquearam tudo. São os tais individualismos que não sabem conter-se quando um projecto é grande e impõe a convergência de vontades em vez da afirmação isolada de uma ou outra.

*

No dia 10 de Dezembro recebi um grupo de cinco professores e investigadores para falarmos do programa CIENCA, procurando sugestões de melhorias para o seu funcionamento. Eles representavam outras tantas universidades. No afã de melhorar os regulamentos a JNICT enviava sucessivas versões ligeiramente alteradas e isso perturbava os destinatários. Era mais adequado só mandar uma que incorporasse um número significativo de modificações e só de longo prazo. Houve a recomendação de as bolsas deverem ser diferenciadas consoante o grau de “seniority” dos investigadores. Alguns preferiam as acções “orientadas” para se poder convergir mais rapidamente nos resultados. Deveria dar-se prioridade às áreas em que já houvesse muito trabalho acumulado e resultados apresentados; era sinal de que se estaria numa via consolidada. Viam vantagens em que houvesse algumas entidades de direito privado, dentro das Universidades, para tornar mais flexível a gestão das unidades de investigação. O modelo do INESC parecia-lhes muito adequado.

Um dos participantes estimava em 15.000 o número dos investigadores activos. Dizia que eles sentiam-se todos candidatos a apoios do CIENCIA, o que era bom. Punha como alternativa serem as instituições a apresentar as candidaturas. Eu preferia que não fosse uma coisa nem outra; achava que deveriam ser os grupos organizados em torno de um determinado projecto; desse modo este ficaria identificado e os contributos potenciais de cada um também; era óbvio que reclamava mais trabalho de organização...

Todos recomendaram que se apostasse na qualidade. O que para mim era óbvio. Tal como eu defendia, também não queriam nenhum sistema de quotas. Foi por isso que eu afastei, liminarmente a intervenção do Conselho de Reitores; era a isso que, fatalmente, se seria conduzido. Um ou outro gostaria de conciliar as candidaturas individuais com as atribuídas às instituições. Era o caso das institui-

ções mais débeis. Eu continuava a privilegiar as candidaturas de grupos organizados em volta de um dado projecto de investigação. Era curioso observar como as soluções preferidas estavam muito coladas à experiência pessoal de cada um e da sua instituição. Poucos davam o salto para a fórmula mais ajustada aos objectivos globais que se pretendia alcançar. Houve um que, tendo deixado a sua intervenção para o fim, constatou com surpresa que “havia algo de pedagógico naquela discussão!” Era esse, também, um dos objectivos!... Achava que não se deveria subsidiar equipamento onde não houvesse meios humanos para com ele manobrar; isso, para mim, era incontroverso. Recomendou que se apostasse nos locais onde houvesse pessoas credíveis e estruturas estáveis como era o caso das universidades; suponho que não se poderia fugir muito a isso. Um outro disse, muito correctamente, que, em matéria institucional, se deveria ter uma perspectiva evolutiva. Era por isso que eu insistia muitas vezes na adopção de uma postura de “learning system”, particularmente no domínio institucional.

*

Em 14 de Dezembro tive uma reunião com os reitores das universidades da Região do Norte e com o presidente do Instituto Politécnico do Porto a respeito do CiENCIA. Sem referir quem disse o quê, farei menção das principais queixas e recomendações:

Houve quem achasse que os resultados da primeira distribuição de dinheiro tinham sido maus e perguntavam se as universidades deveriam ajudar as equipas válidas a apresentar boas propostas; como se pode imaginar, encorajei-os muito a fazê-lo. Lamentar que não lhes tivesse tocado grande coisa não era uma atitude muito construtiva... Perguntaram se os objectivos do CIENCIA não eram o reforço do sistema, a correcção de assimetrias e o desenvolvimento regional; a resposta era afirmativa na condição de o segundo e o terceiro factores não acolherem projectos abaixo de um limiar de qualidade que, obviamente, tinha de existir. Mesmo entre as equipas válidas tinha de se estabelecer competição de modo a que os projectos retidos fossem realmente os melhores. Pôs-se, novamente, a questão das quotas que eu considero como a resposta preguiçosa à questão da equidade; quem quer ser ajudado tem de possuir a imaginação, em termos de organização, para chegar aos

mínimos, nomeadamente procurando associar-se a quem já tem dimensão e saber-fazer, encarregando-se de tarefas que, objectivamente, servem para ganhar prática e aprender a mover-se nos complicados meios onde a concorrência é impiedosa, como sucede ser o caso de Bruxelas e de outras sedes de distribuição de subsídios. Criticaram-me por eu estar sempre a falar na qualidade; acharam que a palavra era um “chavão”. Insistiam no chamado equilíbrio institucional que achavam que havia sido ignorado; era a velha pretensão de ver o bolo partido antes da competição. Achavam que a aferição da qualidade por via do número de “papers” publicados em revistas internacionais era má! O programa deveria apoiar mais as estruturas “horizontais” do que os projectos propriamente ditos; eu concordava que tinha de ser feito um esforço institucional (“horizontal”), mas isso deveria ser conseguido em articulação com os projectos que tirassem benefícios imediatos do investimento geral; nós não tínhamos meios suficientemente vastos para aplicar em estruturas gerais que, obviamente, seriam muito importantes para a universidade em causa; porém, não poderíamos esperar por uma eventual mobilização que não se sabia se viria ou não. Queriam a fixação de quotas regionais, mas temendo que, mesmo assim, não ficassem bem, foram logo avisando que os desequilíbrios intra-regionais poderiam revelar-se mais agudos do que os inter-regionais. Não aprovavam as votações “secretas”; queriam saber quem tinha valorado mal as suas candidaturas; isto fazia-me lembrar as reuniões gerais de 1974 e 1975, nas quais os representantes da UEC (União dos Estudantes Comunistas) e os docentes comunistas queriam sempre ver tudo votado com nomes!... Numa coisa eu dava-lhes razão: as comissões de avaliação deveriam justificar, porque é que uma equipa de investigação ou um projecto ocupavam a posição em que estavam; só desse modo os visados poderiam ver o que teriam de fazer para melhorar a sua situação. Mas havia também propostas consensuais como era, por exemplo, a fundação de cálculo científico; beneficiava-os a todos, sem os pôr a correr cada um na sua pista. Queriam mais entrosamento com os programas de desenvolvimento, no que eu estava, obviamente, de acordo. O peso das Comissões de Coordenação Regionais para avaliação dos projectos era muito importante; se fosse de outro modo não teriam sido chamadas a terreiro. A imagem utilizada por um deles foi: “O que é que vamos fazer com uma mina de volfrâmio que tem uma duração limitada?”. Eu tinha a convicção de que

ela não seria assim tão limitada; mas que tínhamos de usar bem os dinheiros, não me merecia nenhuma contestação... Como se deveria definir a “massa crítica” de um grupo que apresentasse um projecto? Dependeria do projecto; o que se impunha era definir claramente os objectivos desse projecto e articular os recursos com as tarefas que se tornava necessário desenvolver. Achavam que não deveriam ser avaliados somente os bolsiros mas também as instituições; eu preferia que fossem avaliados os projectos e através deles os bolsiros e as instituições. Insistiram, de novo, em que eu entregasse uma parte do bolo ao Conselho de Reitores para eles gerirem como bem entendessem; disse-lhes que não me demitiria das minhas responsabilidades, por muito popular que as propostas deles me tornassem dentro do grupo dos reitores e de mais ninguém... Recomendou um deles, muito justamente, que fosse produzido um modelo especificando o que seria tido em linha de conta na avaliação de cada projecto. O mesmo acrescentou que cada projecto deveria ser desenvolvido como de um programa se tratasse e que fosse imposta a regra de que cada candidatura não tivesse mais de quatro páginas A4. Alertavam-me para a debilidade dos grupos; não haveria muitos a serem capazes de investir, de forma útil, meio milhão de contos. Por isso se estava a dar tanta importância aos pequenos projectos. Chamaram a atenção para as limitações da avaliação pelos pares; a comunidade científica portuguesa era muito pequena e toda a gente sabia o que todos estavam a fazer; por isso pouco adiantava que as candidaturas fossem anónimas; ver-se-ia logo de onde é que vinham... Mas não estava vedado o convite a especialistas estrangeiros para integrar um júri ou outro. Novamente o problema da falta de confiança a minar um sistema de relações!... A imagem da “panela de ferro e da panela de barro” foi invocada pelas instituições mais débeis. Eu apostava na celebração de parcerias entre as mais fortes e as mais fracas para apresentarem candidaturas em que ambas beneficiassem. Não me parecia conveniente considerar umas tantas quase-incapazes e merecedoras de protecção especial à parte das outras. Pode ser injusto mas, por todo o mundo, são os sub-desenvolvidos que têm de fazer mais esforço para se chegarem à frente e ir criando o tal quadro estrutural (horizontal) que permite aos mais avançados terem uma vida mais facilitada. A JNICT ouviu, registou e defendeu-se como pôde. Já tinha conversado com todas as universidades e aberto concursos especiais para as áreas consideradas como prio-

ritárias Todos os pareceres foram tidos em linha de conta; evidentemente que enviaria o parecer dos peritos aos proponentes. Havia verbas para ajudar as instituições a formular adequadamente as propostas que apresentassem. As candidaturas rejeitadas foram, em todos os casos, propostas que não tinham por detrás nenhuma equipa ou em que os próprios objectivos do projecto não tinham consistência A preocupação era que nenhuma boa candidatura ficasse sem resposta.

Grassava, manifestamente, alguma ansiedade, porque não havia quem soubesse gerir projectos de investigação. Por isso eu insistia tanto na preparação de “gestores da ciência”. E estavam certos quando diziam que o tempo era curto para construir novas instalações; mas isso era mesmo assim para evitar que fosse dada prioridade ao que é mais fácil (a construção); deveria começar-se por se instalar o projecto onde houvesse espaço disponível; a construção imaterial deveria preceder a material. Mesmo assim, foram construídas numerosas e excelentes instalações novas.

Mas era visível que havia numerosos conflitos e interesses: entre universidades grandes e pequenas; entre as do interior e as do litoral; entre as que tinham equipas já estruturadas e aquelas que só tinham investigadores isolados que aliás não haviam sido contratados como tal, mas como docentes universitários das disciplinas que cada escola oferecia. Era evidente que tinha de se contar com estes porque não havia outros; mas a criação de uma rede entre universidades e outras instituições, nomeadamente associações e empresas era importante. As pequenas instituições tinham de trabalhar mais; ainda por cima, teriam de passar mais tempo em viagens; mas isso era inelutável. Tinha de ficar claro que o processo era transparente, não havendo favoritismos. Tínhamos que zelar por que existisse uma fundamentação sólida em matéria científica e tecnológica. Não seria bom contar com soluções de facilitismo.

*

Em 19 de Dezembro fiz em Lisboa uma reunião com os reitores das Universidades do Sul, paralela à que eu já tinha feito no Porto com os do Norte. Vou referir as observações e as recomendações que fizeram:

A componente regional dos projectos deveria ter sido mais valorizada; de outro modo as universidades de fora de Lisboa ficariam sistematicamente em posição secundária. Os valores das contrapartidas à conta das instituições beneficiárias eram muito elevados para as suas posses. Achavam positiva a cooperação entre investigadores de instituições diferentes (mas esse era exactamente um dos objectivos: tirar as pessoas dos seus “casulos”...). Havia dificuldades na articulação entre o FEDER e o Fundo Social Europeu, porque tinham regras de gestão diferentes (mas também tinham campos de aplicação distintos..) Concordavam em que o CIENCIA tinha sido o programa mais discutido e participado que algum dia existira. Um achava que as áreas prioritárias eram sempre as mesmas; tinha que se ir para outras... (as mesmas eram as ciências e as tecnologias; as outras eram as humanidades) Enquanto o CIENCIA existisse havia meios; e quando ele acabasse, como seria? Preferiam (tal como eu) reforçar as instituições existentes, em vez de criar outras novas. Havia quem se manifestasse muito favoravelmente em relação às áreas prioritárias escolhidas. Mas os de fora de Lisboa queriam que houvesse discriminação positiva muito expressiva. O reitor da Universidade do Algarve olhava para o programa CIENCIA com confiança, mas também com apreensão; esta estava ligada à massa crítica de investigadores necessária para cada projecto; a primeira decorria da existência de ideias para muitos projectos. A sua universidade acabou por tirar bom proveito do programa, especialmente na área das ciências marinhas; hoje (2015) há investigadores formados no Algarve a trabalhar em muitas partes da Europa. Achavam que “tudo estava nas mãos dos peritos” que avaliavam os projectos; mas eu achava isso bem; ficaria muito preocupado se estivessem nas mãos dos administrativos...

*

No dia 21 de Dezembro reuniu-se em Bruxelas, o Conselho de Ministros da Ciência. Havia assuntos que voltavam à mesa de forma recorrente: o programa específico de investigação e desenvolvimento; a divulgação e valorização dos resultados de investigação; a propriedade intelectual e os seus direitos; as relações com países terceiros que estavam a apresentar novos contornos por causa dos países da Europa de Leste, etc.

No GATT ter-se-ia de discutir a questão dos direitos de autor e das patentes; os países da Comunidade Europeia tinham, naturalmente, uma posição a defender nas negociações; foi dado apoio ao Comissário para o fazer; mas tinha que se contar com os sistemas de apoio especiais concedidos nos Estados Unidos. Havia a questão das encomendas de serviços que constituíam subsídios disfarçados que convinha esclarecer.

O meu colega italiano, Ruberti, havia realizado em Roma uma grande reunião com a comunidade científica italiana de onde tinham saído sugestões que nos transmitiu, tais como: i) Deveria ser favorecida a criação de redes e a mobilidade dos investigadores, em âmbito europeu; não só entre as grandes instituições, mas envolvendo as que tivessem qualquer coisa a trazer; usou uma designação híbrida que havia de fazer carreira, baptizando as redes de “networks di richerca”...; ii) Deveria dar-se mais estímulo à aquisição de novos conhecimentos, financiando expressamente a “ciência pura”; iii) A Europa ainda tinha um papel de relevo a desempenhar no jogo com os Estados Unidos e o Japão; deveríamos empenhar-nos para encontrar fórmulas de envolvimento na política da grande comunidade científica europeia. Propunha que houvesse um programa de cooperação Este/Oeste que envolvesse estudantes, professores e investigadores e tinha mesmo um nome para o novo programa: Copérnico, um polaco que havia estudado em Itália... E propunha que fosse a Comissão a desenvolver a ideia.

Ruberti era uma pessoa notável! Havia sido reitor da Universidade de Roma (Sapienza) e movia-se bem nos meios científicos europeus. Mas o Vice-presidente Pandolfi, seu compatriota, pediu-lhe para definir melhor o conteúdo das propostas que envolviam a comunidade científica... Nós concordávamos em aprofundar a formação de rede. Quanto mais redes houvesse menor seria a probabilidade de duplicação de esforços e de gastos.

A ideia teve ressonância no ministro alemão, Riesenhuber, que sugeriu a criação de uma “Academia Europeia”, um corpo com 1000 membros, os melhores cientistas da Comunidade! Não se deveria fazer tudo de novo; mas antes aproveitar os alicerces da European Science Foundation e partir dela para a nova Academia. Alguns de nós, como Javier Solana que era então o Ministro Espanhol da Educação e Ciência, preferíamos aumentar a presença das diversas nacionalidades nas

instituições internacionais europeia (CERN, ESA, ESO, EMBO, etc.). Mas concordávamos que era preciso fazer mais em relação às ciências básicas.

O ministro Hubert Curien propôs a realização de um conselho informal para debater longamente as relações entre a Ciência e a Indústria (Tecnologia).

*

No dia 11 de Janeiro tive, no Porto, uma sessão de trabalho sobre Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional para a qual convidei Deputados e Professores universitários. Queria ouvir sugestões relativamente ao que vínhamos a fazer, na perspectiva dos agentes sediados na Região do Norte. Eu tinha sido presidente da Comissão de Coordenação Regional e conhecia a situação, mas já haviam passados mais de cinco anos; era preciso auscultar quem estava no local. Não perei o nome dos intervenientes, mas direi a linha geral do que foram as suas observações:

Estávamos num tempo em que a interdependência entre países se passava a nível mundial. Vínhamos a assistir a uma aceleração da velocidade de progresso da Ciência e Tecnologia. O desenvolvimento industrial reclamava inovação permanente. A Educação era um sector estratégico para o investimento. A colaboração Universidade/Indústria era reclamada, mas punha-se a questão do conhecimento livre e universal ser confinado às empresas; a questão das patentes não era pacífica para certas forças políticas. De qualquer modo, não se deveria esperar um retorno imediato dos investimentos em Ciência e Tecnologia. A parcela suportada pelas empresas, nesses investimentos era, nessa altura, de 26%, em comparação com países onde ela era da ordem dos 70%. Como é corrente, em Portugal, culpavam o Estado por não dar suficientes incentivos às empresas para investirem em C&T. O cumprimento da escolaridade de 9 anos na Região do Norte era mais baixo do que a média nacional, porque os jovens iam trabalhar muito mais cedo, não valorizando suficientemente a sua formação e a posse de novos conhecimentos. Por outro lado, o tecido produtivo formado maioritariamente por pequenas e médias empresas era muito frágil. Havia, manifestamente um “brain-drain” de profissionais que eram formados à nossa custa e depois iam trabalhar para outras paragens. O Programa CIENCIA tinha optado por fazer concursos gerais e nem todos tinham massa crítica para concorrer; talvez se pudesse ter adoptado um

outro procedimento que chegasse mais facilmente às pequenas equipas de investigação. Dever-se-ia adoptar uma política de ligação da Ciência e Tecnologia ao desenvolvimento do país, olhando mais para a debilidade daquelas equipas. Os grupos mais pequenos iriam ser penalizados; tudo conduzia à concentração do investimento nos grandes centros de investigação de Lisboa. Neste ponto usaram de linguagem severa para criticar o sistema de concursos, reclamando verbas especiais fora dos esquemas habituais. A formação da contrapartida nacional dos fundos comunitários mereceu longos comentários críticos.

Comentei todas as observações com a serenidade que um membro do Governo tem sempre de usar. Fiz sugestões relativamente à formação de equipas de investigação, juntando vários institutos e apontei a necessidade de desenvolverem a função de coordenação, para poderem gerir grupos de investigadores com alguma dimensão, sublinhei, particularmente, a utilidade de disporem de “gestores de ciência”.

Como era comum, relataram muitos casos pessoais de dificuldades ou insucessos.

*

Em Portugal, dispomos de um centro de investigação único no âmbito do Instituto de Investigação Científica Tropical: é o centro de estudos da “ferrugem” do cafeeiro que, por razões ligadas aos riscos de contágio, não pode estar localizado num país produtor. Tive ocasião de avaliar como os seus trabalhos eram respeitados e um dia fui visitá-lo. Faltava-lhes uma componente de projecção externa importante; exactamente nos países produtores, que mais poderiam beneficiar com os conhecimentos já acumulados e com a capacidade de investigação que, nessa ocasião (1991) ainda estava disponível.

*

Em 23 de Janeiro, em despacho com o Secretário de Estado, vimos da possibilidade de criar um Instituto de Ciências do Mar. A minha inclinação ia para uma fórmula jurídica de direito privado, à semelhança do INESC que estava a funcionar bem. Eu gostaria de ver nele envolvidos o INIP, as universidades com áreas de investigação e de estudo neste ramo e o Instituto Hidrográfico. Mas temia-se que todos eles reagissem mal ao que veriam como uma duplicação de esforços. Não

era isso que se tinha em mente, mas sim a coordenação de esforços e, naturalmente, a abordagem de muitas áreas novas de investigação que não estavam cobertas por nenhuma delas. Aliás isto vinha no seguimento de uma ideia já lançada durante o X Governo Constitucional, nessa ocasião com muito peso dos estudos históricos e da geoestratégia, que são também dimensões importantes do Mar, mas não aquelas em que eu queria, então, insistir. De facto, a ideia não teve seguimento, mas, como acontece muitas vezes e porque no fundo tinha algum mérito, houve alguns responsáveis a pensar na agregação de esforços. Ela foi feita entre várias instituições.

Por exemplo, na minha universidade, e porque havia gente competente em vários domínios ligados ao mar, foi constituído um Polo do Mar da Universidade do Porto que, hoje (2015), funciona no novo edifício do terminal de cruzeiros, no porto de Leixões, inserido na UPTEC com várias valências, nomeadamente a de ninho de empresas. Mas também se constituiu um “cluster” chamado Oceano XXI, que é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que agregou duas outras associações que se juntaram para ganhar escala e, por essa via, para terem acesso a algumas ajudas comunitárias. Em Lisboa, e sob o impulso do meu amigo Ernâni Lopes, também foi criado um Fórum Empresarial da Economia do Mar.

Estou a escrever em Setembro de 2015. Acabo de saber que, no mês de Agosto, foi criada uma instituição, de direito privado, chamada Fórum Oceano, agregando 135 associados e que, formalmente, junta aquele Fórum Empresarial com a Oceano XXI. Por outro lado, o meu amigo Alexandre Soares dos Santos e família adquiriram (2015) o Oceanário de Lisboa para impulsionar uma grande realização, também de direito privado, com vista a promover o conhecimento e a economia no domínio do mar.

As coisas acabaram, assim, por acontecer 24 anos depois, sob uma forma completamente diversa daquela que estava, então (1991), a ser pensada. Fico contente por ver o dinamismo que este sector foi adquirindo.

*

Em 23 de Janeiro de 1991 tive uma nova reunião com investigadores científicos e gestores da Ciência para trocarmos impressões sobre o que vínhamos fazen-

do. Dessa vez foi com gente ligada às biociências e à química. O Secretário de Estado participou, naturalmente, no encontro. Ouvi-os com atenção e registei as suas recomendações:

Não estava a ser muito eficaz a transmissão das necessidades do sector da Ciência e Tecnologia, nomeadamente a das carências do dia-a-dia dos Laboratórios. Os estatutos das carreiras docente universitária e de investigador estavam a precisar de uma actualização. O acesso a boas bibliotecas tinha de passar a estar assegurado (a Internet deu uma volta a isto tudo...). Era preciso atrair uma quantidade significativa de investigadores do exterior. A espera e os direitos cobrados nas alfândegas sobre equipamentos importados destinados aos Laboratórios eram “intoleráveis”. Havia necessidade de contratação de pessoal para as oficinas ligadas aos Laboratórios e, naturalmente, a formação do mesmo. As dificuldades burocráticas da contratação de novos funcionários para as instituições públicas estavam a revelar-se nefastas. Recomendavam uma uniformização das bolsas concedidas pelas várias instituições, públicas e privadas, que as concediam; isso para evitar que houvesse corrida às melhores... Seria importante entrosar melhor a Educação com a Investigação e atrair empresas para usar os novos meios de investigação que começavam a estar à disposição. Ou, em alternativa, começar a vender serviços de I&D (o que eu considerava mais eficaz...). Entendia-se que a “máquina” estava emperrada. Então quando se chegava à pluri-anualidade dos investimentos apoiados pelo Estado, isso acarretava as maiores dificuldades burocráticas! O sistema estava a crescer por um mecanismo interno, mas eu pretendia que ele o fizesse sobretudo, puxado por fora, especialmente pelas empresas. Se se souber para onde se está a caminhar, pode-se aproveitar os dois impulsos (Lembrei-me da frase de Séneca: “quando não se sabe para que porto se quer ir, não há vento que seja favorável”...). Dadas as dificuldades internas, observava um deles, o sistema só crescerá por impulso exógeno, por parte das empresas... Mas era isso que eu pretendia! Para tal, dizia ele, era necessário criar pessoal preparado e fazê-lo entrar no sistema das empresas (afinal, era o que nós estávamos a estimular e que, alguns anos depois, veio a ser chamado programa “Doutores para as empresas”). O mecanismo interno, considerava o mesmo convidado, já estava, de certo modo, a entrar em funcionamento; o mecanismo externo é que estava emperrado. Ora a Ciência, não sendo o motor, era indispen-

sável ao “movimento”. Mas o sistema, internamente, precisava de ser disciplinado; daí, a importância das regras que fossem definidas. O controlo de qualidade era essencial. Achava que os novos institutos não deviam nascer dentro das universidades; as universidades tinham de participar, mas os institutos não deveriam ser exclusivamente delas. A cultura de cada instituição é muito importante; e não é dentro das universidades, usualmente, que se cria o ambiente mais estimulante; tem de existir um estímulo vindo de fora que confira diversidade a esse ambiente. A vinda dos professores e de investigadores de fora, para períodos mais ou menos longos, era aconselhável porque “arejava” o sistema, com outras perspectivas; era evidente que eles tinham de ser oriundos de instituições tidas como mais avançadas. Era muito importante que se apostasse em alguns centros que rapidamente alcançassem um estatuto de qualidade internacional; por isso a concentração de fundos era mais aconselhável do que a sua dispersão (“milho aos pardais...”). No país não deveria haver mais do que 10 ou 12 “centros de excelência”. Tinha que se instalar na rede um espírito de competitividade com o que de mais avançado houvesse internacionalmente. Não se deveria deixar criar a ideia de que a carreira de investigação era um complemento fácil ao grau já adquirido. O orador mostrava-se preocupado com o tipo de pessoas que estava a concorrer às bolsas; era indispensável que cada concorrente pudesse garantir que teria acolhimento em Laboratórios de qualidade, uma vez realizado o programa para que queria a bolsa. Alguns estavam a considerar esta como um mero apoio ao prolongamento dos estudos enquanto não encontrassem um emprego que lhes conviesse. Um outro que tinha passado por instituições de muito prestígio dizia que não era impossível reter em Portugal gente de qualidade; havia, em algumas (poucas) instituições um excelente ambiente de trabalho; e as restantes condições de vida eram muito agradáveis. A abertura ao exterior era muito importante. Houve um que entendeu dever precisar: mais importante do que ambicionarmos criar “centros de excelência”, deveríamos começar por apoiar a criação de “grupos de excelência”. Estes se encarregariam de estender a sua acção e o seu exemplo.

*

Em 23 de Janeiro, e em despacho com o Secretário de Estado, vim a saber que havia dificuldades em relação ao SNIG. Os Serviços Cartográficos do Exército dispunham de uma excelente base cartográfica, mas nela estavam referenciadas as instalações militares. E isso era confidencial. Mas a nós não nos interessava nada saber onde se localizava o dispositivo militar. Só pretendíamos dispor da cartografia de base para não ter de a fazer de novo. Era uma questão de economia e de rapidez. Teve de haver uma intervenção de “alto nível”, para esclarecer os nossos propósitos.

*

Em 28 de Janeiro, em despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, entre alguns outros assuntos houve dois que vale a pena referir. O primeiro respeitava ao Programa EUREKA, muito querido do Presidente Mitterrand e que visava a inovação pela aquisição de conhecimentos e a sua difusão junto das empresas. Era um programa destinado a promover a investigação científica e, por isso, estava sob a tutela do Ministro da Ciência. Havia um Conselho do Programa que reunia muito de vez em quando e para ele estavam nomeados pelo Ministro da Indústria dois representantes efectivos e um suplente, por se poder dar o caso de nenhum dos dois primeiros estar disponível. Pois no grupo dos elegíveis para o cargo desenvolveu-se uma ciuemeira tal que teve de se inventar um lugar de segundo suplente para acalmar a situação. Suponho que nenhum dos suplentes assistiu a qualquer reunião... Mais respeitável é o segundo caso. Quando estive como Ministro da Educação acompanhei o Presidente Senghor na inauguração de uma exposição memorável no Museu de Etnologia. Refiro-me a ela no capítulo relativo a esse tempo. Depois disso, fui a numerosas exposições que eram sempre apresentadas com o maior requinte, demonstrando um grande saber de museologia, além de um notável bom gosto.

Um dia, o Prof. Cruz e Silva, presidente do IICT veio-me com um problema que ele qualificou de delicado. O autor daquelas excelentes exposições e de muitos livros sobre temas diversos de etnologia do nosso país, o Senhor Benjamim Pereira, era somente “fiel de armazém”! Tinha sido recrutado como auxiliar eventual, para trabalhos de campo, pelo Prof. Ernesto Veiga de Oliveira e nem

um nem outro cuidaram da sua contratação como funcionário. Um dia abriu-se uma vaga como fiel de armazém e ele entrou, mas permaneceu naquela posição durante mais de duas décadas. Na realidade ele desempenhava as funções de director da secção de museologia do Museu de Etnologia! Aproximava-se a idade da reforma e não seria justo que ele permanecesse com um vencimento tão modesto. Não seria justo, em qualquer caso, que ele o tivesse quando em termos de preparação era muito mais do que um licenciado, sendo aceite como tal pelos seus dirigentes e pelo meio em que se movia. A única forma de resolver a situação era através de um decreto-lei somente com dois artigos, mas que eu tinha que explicar aos meus Colegas em Conselho de Ministros. Não hesitei um segundo em fazê-lo e produzi como argumentação toda a história que eu conhecia. O decreto-lei foi aprovado. Uns tempos depois fui visitar uma exposição que ele tinha montado. Pedi para o conhecer porque, até ali, eu só tinha visto o fruto do seu trabalho. Encontrei um homem já maduro, mas confiante no seu saber e de uma modéstia inacreditável! Relembrei-lhe a primeira exposição dele que eu tinha visto e algumas outras de que me recordava. Aceitou os cumprimentos com naturalidade, como se não tivesse feito nada que merecesse destaque. Fiquei contente quando soube que, em 2001, havia sido feito grande-oficial da Ordem do Mérito, pelo Presidente Jorge Sampaio. E fiquei com pena de não ter sido eu a ter tomado a iniciativa de o propor.

*

Quando se tratou de passar ao concreto o projecto do Taguspark era preciso fazer um concurso internacional, uma vez que ele viria a receber fundos comunitários. Isso foi escrupulosamente realizado. Apareceram sete (!) propostas, tendo sido rejeitadas três que não cumpriam com alguns requisitos formais do concurso. Era uma sueca, uma alemã e outra norte-americana. Das quatro restantes uma era francesa, outra inglesa, outra irlandesa e outra americana. Todas acompanhadas de empresas portuguesas que lhes facilitariam a vida nos seus contactos com o seu cliente. Refiro isto para sublinhar, novamente, aquilo a que já me referi noutros pontos destas memórias. Os consultores estrangeiros estão sempre atentos ao mercado. Eu diria que, antes de serem abertos os

concursos, eles já sabem que o irão ser e dispõem os seus trunfos, externos e internos, para assegurarem o trabalho. É assim que nós temos de passar a actuar para detectar as oportunidades ainda no embrião!

*

Em 30 de Janeiro tive notícia de que estava a prosseguir a minha iniciativa de fazer concursos para os administradores de ciência que tão importantes se vieram a revelar para conduzir a bom termo as finanças das diversas instituições de investigação científica.

*

O Prof. Fraústo da Silva era um investigador muito distinto. Doutorado em Química por Oxford e professor catedrático do Instituto Superior Técnico mantinha a sua actividade de pesquisa com resultados que mereciam destaque internacional entre os seus pares. Interessava-se pela Química de Coordenação (estudos termodinâmicos e espectroscópicos) e pela Química Bio-inorgânica. Em relação a este último domínio ouvi, um dia, um investigador dizer que sem o seu trabalho muitos biólogos e bio-químicos não teriam avançado como o fizeram. Tive o gosto de lhe entregar o Prémio da Boa-Esperança, em 1992. Eu gostava de conversar com ele acerca do mundo científico nacional. Muito inteligente e arguto, olhava para as coisas com serenidade. Pedi-lhe para vir falar comigo em 4 de Fevereiro, tendo naturalmente solicitado ao Secretário de Estado da Ciência para estar presente. Referirei os principais pontos da nossa troca de impressões.

Em Portugal, a maioria dos investigadores está nas universidades ou nos Laboratórios do Estado. Deveriam estar também nas empresas, mas estas não se mostravam muito dispostas a arriscar, contratando alguns. As coisas evoluíram um pouco, mas a caracterização ainda é válida hoje (2015). O principal resultado da investigação é a mentalidade de inovação e descoberta como factor dinâmico; o aumento de produtividade é residual. Mas, nos tempos que corriam, a maior motivação dos investigadores era o que auferiam em termos materiais e a progressão na carreira, apesar de as condições de acesso aos postos mais elevados da carreira académica ou docente estarem muito facilitadas (1991). O País, nessa

ocasião, dispunha de 13 universidades, além da Universidade Aberta. Apesar disso, não existia mobilidade nem de cientistas nem de docentes. Haveria sempre quem reclamasse mais meios para o seu centro, independentemente dos resultados que apresentasse; eram os “insaciáveis”... Deveríamos entender a actividade interligada com tudo o resto: educação, empresas, etc.

Nessa ocasião, nós olhávamos para a duplicação de administrações da Ciência – a JNICT e o INIC – com algum desconforto. Parecia e era uma duplicação, mas muitos professores universitários tinham-se habituado aos subsídios do INIC (Ministério da Educação) e eram muito avessos à fusão das instituições. O sentimento dos investigadores mais activos era, no entanto, de que o INIC estava isolado e que talvez pudesse subsistir se se concentrasse no apoio à criação de novas cátedras, especialmente nas novas universidades que tinham muita dificuldade em guarnece-las. Para se dinamizar o programa CIENCIA nas partes mais remotas do país, era preciso assegurar a convergência de todos os interesses regionais, de forma a serem obtidos resultados transferíveis para o tecido produtivo, assegurando um desenvolvimento a ritmo mais intensivo; talvez fosse injusto mas coincidia com a minha teoria de que quem tem de fazer mais esforço, num processo de desenvolvimento, são aqueles que se querem desenvolver.

Alguns ministérios tutelavam os chamados Laboratórios do Estado. Mas, não havia dúvidas, que eles não representavam a primeira preocupação dos respectivos ministros. Deveria haver, por isso, junto de cada um desses ministros um órgão de “staff”, pequeno mas muito qualificado que aconselhasse o membro do Governo, em matéria de investigação. O respectivo Laboratório de Estado deveria ser somente executivo. Àquele núcleo é que incumbiria a sugestão da política sectorial de investigação.

Estava muito de acordo com a minha proposta de dispormos de gestores da Ciência. Mas achava que o curso que estava a ser lançado tinha muito mais de informação do que de gestão. Deveríamos, por isso, cuidar mais do conteúdo do que deveria ser uma pós-graduação em economia e gestão de Ciência e Tecnologia. De forma semelhante à dos órgãos de “staff” dos ministros, os reitores das universidades deveriam dispor de assessores para a Ciência que os apoiassem, particularmente em funções de planeamento da investigação.

Eu ficava sempre grato quando as pessoas me diziam sinceramente o que pensavam, tendo-se preparado para a conversa cujo tema lhes tinha sido comunicado previamente.

*

Já me referi às minhas diligências para a elaboração de legislação sobre Bioética e às reuniões que tive com um grupo de excepção que me deu o melhor apoio. Depois disso, era preciso começar a fazer as coisas dentro do próprio Governo. Por isso me reuni, em 21 de Fevereiro, com os Ministros da Justiça e da Saúde e com os Secretários de Estado dos três ministérios, com responsabilidades na área.

No Ministério da Saúde estavam, nessa ocasião, a preparar um diploma para regulamentar a recolha de órgãos (dadores, entidades que os poderiam recolher, ficheiros com os nomes dos não-dadores, etc.). Admitia-se que todos eram dadores em potência, ao contrário do que a Legislação então vigente estipulava. Sabia-se que o Partido Socialista tinha um projecto de lei sobre o assunto em preparação, mas não se conheciam as linhas em que eles se propunham avançar. Seria bom sabê-lo. O Ministro da Justiça prometeu revitalizar uma Comissão de Bioética que existia com actividade moderada, no seu ministério, mas que ele sabia ter abordado já o problema do genoma humano. Estavam em causa questões metafísicas, religiosas e éticas relativas ao início da vida. A legislação já consagrava que, se um feto tivesse 501 gramas ou mais, se exigia uma certidão de óbito.

Já tinha havido um debate no Centro de Estudos Judiciários promovido pelo Ministério da Justiça. Importava agora revitalizar a discussão pública nas três componentes dos sectores presentes na reunião: a Justiça, a Saúde e a Investigação Científica. Era importante que nos encontros a realizar participassem médicos, afinal os protagonistas da maior parte dos actos que iriam ser regulamentados.

*

Os financiamentos às instituições de investigação nunca decorreram sem sobresaltos. Em fins de Fevereiro de 1991 fomos alertados, “en catastrophe”, para o facto de o CTQB contar com um financiamento expressivo do PEDAP que tinha sido reduzido subitamente, no Ministério da Agricultura. Faltavam 800.000 contos para

repor o que estava previsto. Por outro lado, o Ministério da Educação, através do INIC, havia prometido 100.000 contos, reduzidos para 19.000 contos sem grandes explicações. Os responsáveis pelo CTQB estavam em pânico. Sugerimos que fizessem uma candidatura ao CIENCIA, mas nós tínhamos disponíveis somente 400.000 contos para a área da biotecnologia em 1991 e não nos parecia sensato afectá-los todos a uma única instituição. Mas o CTQB precisava de dinheiro para investir; nessa ocasião as despesas correntes anuais montavam a 100.000 contos e, para isso, estava-se razoavelmente coberto. O pior eram os projectos novos e o equipamento que era necessário.

Esta quebra do financiamento por dois ministérios importantes que tinham sido “apertados” noutras áreas e que decidiram logo cortar na investigação científica era normal. Tratar do mais urgente, deixando o mais importante para depois. Nunca me foi dito aonde se tinha verificado o “aperto”. Por isso eu insistia tanto na preparação de um orçamento para a Ciência e Tecnologia em que as responsabilidades financeiras de cada um ficassem explicitadas. Sem isso, às primeiras dificuldades, a área onde se cortava era na Ciência.

*

O Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa ia avançando. No do Porto só havia dificuldades; a própria universidade queria dispor de um, mas preferia que ele estivesse dentro do seu próprio campus, de modo a que os docentes pudessem, com dois passos, passar da sala de aula para o laboratório. Não era fácil consegui-lo com as dimensões que nós ambicionávamos. Em relação ao de Lisboa tinham-se manifestado, favoravelmente, as universidades, Carl Segal, Quince, Whistead (de Cambridge) e Robert Hodgson que viria a ser o “leader” do projecto. Decidimos tratar separadamente os dois parques e preparar duas Resoluções do Conselho de Ministros, respeitantes a cada um deles. Foi prudente.

*

Em 25 de Fevereiro veio falar comigo o Governador Civil de Coimbra, muito justamente preocupado com a falta de ligação ao meio empresarial da Universidade da sua cidade. A respectiva Faculdade de Ciências e Tecnologia, nessa altura, ti-

nha 7.000 alunos e 180 professores. Mas não havia quem estivesse muito envolvido com o que faziam as empresas. Felizmente as coisas mudaram muito! Tive ocasião de testemunhar a irradiação internacional do Instituto Pedro Nunes e de apreciar a acção da Vice-reitora Teresa Mendes.

*

Em 27 de Fevereiro tive, em Oeiras, na sede do INA, no Palácio do Marquês de Pombal, uma grande reunião com representantes da comunidade científica em cuja abertura participou o Primeiro-Ministro. Demos-lhe o título de “Jornadas de Ciência e Tecnologia para os Anos 90”. Participaram muitos destacados professores e investigadores.

O Primeiro-Ministro começou por afirmar a importância que conferíamos ao sector, mas também à necessidade de utilizar bem os meios disponíveis. Gostaria que definíssemos as áreas prioritárias e distinguíssemos o papel das instituições de ensino superior e das restantes instituições de investigação, nomeadamente dos Laboratórios do Estado. Agradecia aos presentes a sua participação e a definição que fizéssemos de orientações para o sector e para a cooperação científica internacional. Eu relembrei que iria haver, dentro de duas semanas, em Lisboa, um Simpósio Internacional intitulado “Política Científica e Tecnológica para os anos 90”. Estávamos, portanto, em plena discussão, em instâncias nacionais e internacionais, sobre as orientações que deveríamos dar ao nosso esforço neste sector. Intervieram muitos académicos e altos-quadros de empresas que responderam ao nosso convite. Direi o sentido das intervenções de todos eles sem mencionar quem as produziu:

A promoção da criação científica deveria ser estimulada. Isso teria de ser feito com uma rigorosa gestão da Ciência e com uma avaliação independente dos resultados obtidos.

Era importante proceder à identificação da comunidade científica nacional. Deveria ser privilegiado o diálogo entre o órgão nacional de gestão e as instituições, devendo ser evitado o contacto directo com os investigadores. No domínio da Saúde recomendava-se a elaboração de uma “síntese antropológica” do Homem Português, (espaço adequado para uma colaboração entre ciências humanas e ciências

sociais), os acidentes cardio-vasculares, o fígado e a cirrose hepática, o alcoolismo e os acidentes de viação, domínio que era, por natureza, interdisciplinar. Um outro participante recomendou a promoção da formação e a conversão de médicos para a investigação das ciências de base. O acolhimento de académicos estrangeiros para fazerem em Portugal as suas férias sabáticas foi citado como importante. Houve quem apoiasse expressivamente a formação em gestão da Ciência e Tecnologia; começava a constituir-se um ramo de gestão com características próprias. O objectivo deveria ser fazer com que os investimentos na área fossem, em larga medida, sustentados. As leis estavam feitas para dificultar os gastos; ora, o importante era aplicar bem os meios disponíveis. A cooperação inter-disciplinar foi recomendada. A importância das bibliotecas e das oficinas foi sublinhada. Seria muito estimulador se dispuséssemos de “leaders” da investigação que, com o seu exemplo, arrastassem muitos outros. Tinha de haver investigação na indústria; por isso era importante assegurar a permeabilidade dos agentes e de colaborações entre o sector produtivo e as instituições de investigação.

Nem todos podem ser investigadores, mas todos têm de ter uma mentalidade científica. Não era útil a pulverização dos centros de investigação; tinha de se procurar a rentabilização dos investimentos feitos. Deveria definir-se um limiar para as instituições de investigação, promover fusões e criar redes cujas unidades interagissem entre si; foi-se mesmo ao ponto de definir em 30 investigadores o limiar aconselhável. Os projectos deveriam ser cada vez mais vastos e abrangentes. Insistiu-se na investigação de apoio aos países tropicais, domínio no qual estávamos particularmente bem situados. Dever-se-iam reforçar as ligações entre as universidades e outras instituições de investigação; estas não poderiam permanecer isoladas daquelas. Os concursos para investigação deveriam ser explícitos, objectivos e muito restritos na definição dos domínios a apoiar. Os painéis de avaliação teriam de ser independentes e incluir avaliadores nacionais e estrangeiros (este é um problema real das comunidades científicas pequenas, em que todos se conhecem uns aos outros e todos sabem o que os outros estão a investigar). Deveríamos frequentar e ser voluntários para integrar instituições ou redes internacionais, como a FAO, o CERN, etc. (A FAO tinha contratado, recentemente, mais de cem técnicos portugueses, com experiência tropical; nessa ocasião, ainda havia muitos).

O Estado deveria ser financiador e mobilizador, indutor e estruturador. A formação dos recursos humanos era determinante. Sabia-se que iria haver dinheiro para investimentos, mas ele faltava para as despesas correntes; ora estas eram da ordem dos 25% a 30% do montante dos investimentos (Por isso, eu insistia na apresentação de projectos que integrassem os dois tipos de despesas). O Estado deveria ter como papel ajudar a encontrar meios adicionais para as instituições de investigação (Eu não estava nada de acordo com essa passividade destas instituições; elas também tinham de se mexer, mostrando as suas capacidades e a sua iniciativa). Deveria haver maior interligação entre o PEDIP e o CIENCIA (Eu vinha insistindo nisso). Deveria procurar-se um reforço do orçamento da Ciência; fazia-se a comparação de objectivos (França 3% e Portugal 1% do PIB); mas não se olhava às muitas condicionantes existentes. As tecnologias da Saúde tinham uma importância cada vez maior.

Era muito importante a “marca” das instituições de investigação, tal como sucede com as empresas. A avaliação dos projectos e das instituições eram fundamentais. As bolsas de estudo no exterior eram indispensáveis porque ainda não tínhamos, internamente, instituições suficientemente robustas para formar os investigadores e acolher os projectos daqueles que já estavam lançados.

Ao Governo deveria caber a coordenação, a racionalização, a criação de um enquadramento estável e a garantia da qualidade dos produtos de investigação. Defendeu-se a criação de redes robustas. Depois de aprovados os projectos não poderia haver dificuldades administrativas, durante a sua concretização. A estabilidade desejável pressupunha um programa de médio-prazo, Os chamados técnicos intermédios eram muito importantes para o desenvolvimento dos projectos. Na Universidade, não chegava a formação pedagógica; era preciso curar da formação científica e das ligações com o exterior. As sociedades científicas deveriam ser revigoradas. Uma vez definido um programa plurianual para a investigação científica e tecnológica, ele não poderia ser posto em causa todos os dias. Os centros para as ciências básicas estavam isolados; não deveriam estar. A análise dos institutos deveria ser feita caso a caso. Os institutos de investigação não poderiam constituir mini-universidades autónomas sem inserção na universidade a que pertenciam. O CIENCIA tinha criado uma boa dinâmica no mundo

da investigação; era importante começar a preparar já um novo programa CIÊNCIA II para assegurar o prolongamento do sucesso; mas, nesta segunda fase, deveria ser dada mais ênfase à formação e aos projectos integrados do que às infra-estruturas. A investigação no seio das empresas deveria merecer uma grande atenção. Os parques de Ciência e Tecnologia representavam uma iniciativa muito positiva; neles deveriam ser conjugadas três componentes: 1/3 de ensino; 1/3 de investigação e 1/3 de empresas; dessa forma criar-se-iam verdadeiras sinergias. A desburocratização era urgente; houve quem protestasse muito em relação aos vistos-prévios do Tribunal de Contas; recomendavam maior responsabilização dos gestores das instituições e dos projectos.

A internacionalização da nossa investigação era imperiosa. O nosso Instituto de Investigação Científica e Tropical estava a ser solicitado tanto por países tropicais como por outros da Comunidade Europeia; participavam em cerca de 70 projectos de investigação; era muito importante que não parassem (eu estava de acordo). A difusão dos resultados das investigações em curso, quando tal fosse oportuno, deveria representar uma preocupação generalizada, a menos que se estivesse a trabalhar por conta de uma empresa que explorasse os respectivos resultados. Deveria procurar facilitar-se a criação de equipas de investigação. A formação de “tropicalistas” era uma área em que dispúnhamos de condições únicas; era imperioso aproveitar os recursos humanos ainda disponíveis; havia, nessa ocasião, cerca de 200 investigadores em ciências agrárias tropicais; todos idosos!... A mobilidade desses investigadores tropicais tinha de ser assegurada. Propôs-se a criação de um centro de investigação num país tropical (Angola?) e de uma rede de instituições de investigação científica tropical na qual nos integrássemos ou, mesmo, que animássemos.

A cultura da desconfiança imperava; havia que contrariar essa tendência; os processos administrativos demoravam tempo demais; em média, seis meses! A internacionalização era fundamental para o nosso sistema de investigação científica e tecnológica; sem ela não haveria competição e sem esta não teríamos progresso. A mobilidade entre os investigadores portugueses era nula; não deveria sê-lo. Entre os serviços públicos mais burocratizados estavam as alfândegas; desalfandegar um aparelho ou alguns produtos reclamava, muitas vezes, a presença do

próprio investigador para responder a numerosas perguntas de leigos... heranças de um passado demasiado desconfiado. (As “luzes” chegaram tarde a Portugal ou, como alguns dizem, ainda não chegaram...). Schengen veio terminar com muitos destes mecanismos que conferiam uma enorme importância a alguma gente que não a tinha, de facto.

Impunha-se atrair gente da indústria para praticar em instituições de investigação, estagiando nelas e voltando para as empresas com outra prática. De boas ideias estava o mundo cheio; a maior parte das tecnologias usadas seria substituída a curto-prazo; era preciso conhecer o meio muito bem para ver por onde passaria a evolução. A gestão da Investigação Científica é substancialmente diferente da gestão da Inovação, numa empresa privada; por isso se deve procurar caracterizá-la e desenvolvê-la como domínio autónomo. Deveria ser dada prioridade às necessidades de desenvolvimento muito ligadas ao meio que nos rodeia; o processo deveria ser rentabilizado no sentido de fechar o anel de realimentação de conhecimentos, produtos e processos.

Nenhum país tem condições para ser bom em tudo; devem ser feitas escolhas, identificando núcleos de oportunidade; é preciso estar sempre atento porque as janelas de oportunidade tanto se abrem como se fecham. Por isso, é importante encontrar os pontos de convergência entre ciência, engenharia e negócios. A gestão do processo tecnológico é importante para as empresas e para as instituições de investigação que as apoiem. Deve-se fomentar a vinda de técnicos e de investigadores estrangeiros para Portugal e a ida de Portugueses para fora; a mobilidade internacional deve representar um imperativo. Seria muito desejável fazer seminários sobre a gestão da inovação técnica. Os países pequenos não podem dar-se ao luxo de não serem excelentes em certos ramos, pelos quais sejam conhecidos. As regras da investigação na Comunidade Europeia confinavam o apoio à investigação pré-competitiva; mas havia, entre nós, quem defendesse o apoio às actividades de investigação competitiva, embora com regras transparentes, universais e de todos conhecidas (Eu achava que se fosse isso tudo, deixariam de ser competitivos ...).

A avaliação, aferindo o sucesso, era generalizadamente recomendada. O acesso à informação científica de ponta tinha de ser procurado e apoiado. A internacio-

nalização, tanto de cientistas como de empresários, ... como do país, era apontada como fundamental. Queriam isenções fiscais para a Ciência, invocando o exemplo do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) em França que foi criado com o fruto acumulado de 1% de isenções de impostos (Mas eu não levei por diante a discussão por saber que, em Portugal, dificilmente haveria um Ministro das Finanças que fosse receptivo a qualquer proposta nesse sentido). A comunidade científica em Portugal funcionava em circuito fechado porque havia uma generalizada falta de cultura científica da população; impunha-se, por isso, generalizar a apetência pela cultura através de programas que a divulgassem (suponho que hoje – 2015 – há sinais de que as coisas são diferentes).

Achavam os participantes que, em matéria de preparação, havia muitos cientistas portugueses ao mesmo nível que os europeus, no plano individual; o pior eram as condições de enquadramento; por isso se deveriam forçar as parcerias com as grandes instituições de investigação internacionais (Era o que estávamos a tentar). As universidades tinham de estar integradas no sistema científico. Deveria procurar-se uma situação de equilíbrio procurando “cientificar” a indústria e “industrializar” a investigação. Poderia haver encomendas de investigação das empresas aos Laboratórios, mas nada deveria fazer prescindir as empresas dos seus próprios investigadores até porque seriam eles que deveriam definir os termos de referência do que contratassem às unidades de investigação e havia que dispor de quem o soubesse fazer. Todos insistiam muito na formação de redes de centros de investigação que trabalhassem articuladamente. O CIENCIA tinha vindo acabar com um ciclo vicioso de escassez de meios que determinava a limitação da actividade das instituições e toda uma cascata de problemas que se impunha estancar. As despesas correntes eram, manifestamente, a maior preocupação dos responsáveis presentes.

Recomendaram a celebração de parcerias com instituições norte-americanas por serem, em muitos domínios, das mais avançadas do mundo. Houve um que pensava que o Acordo das Lajes poderia ser a “umbrela” para essas parcerias (Na ocasião não comentei, mas não pude deixar de pensar que a recomendação era mero “wishfull thinking”, de quem não tem um conhecimento próximo do modo como se celebram – e “descelebram” – esses acordos). Insistiram em que eu de-

finisse a dimensão mínima dos projectos candidatos a apoio; se o não fizesse, a administração iria ficar submersa com a avalanche de coisas sem influência real no sistema e, na realidade, irrelevantes. Deveria ficar, também, explicitado nos termos do concurso, quem é que poderia concorrer. Foi utilizada a imagem da formação de uma orquestra; todos os executantes tinham de ser bons, mas não poderiam ser todos de um só “naipe”; era importante assegurar a coordenação do todo. A investigação científica era um acto cultural, mas era, também, um acto económico. Nós não queríamos equipar Portugal para, daí a uns anos, dispor de um museu de Ciência; queríamos que o que fizéssemos, na altura, gerasse um movimento que se auto-sustentasse e crescesse.

Alguns queixaram-se do amadorismo com que eram geridas algumas universidades. Tornava-se importante: (a) exigir estabilidade às instituições apoiadas pelo CIENCIA, evitando sustentar “fogachos” ou “carteis”; (b) a selecção dos projectos deveria conter muita pedagogia no processo decisório e (c) o acompanhamento deveria ser feito de forma personalizada, sabendo-se quem responderia a quem. Deveríamos preocupar-nos com o retorno daqueles que seriam formados lá fora; de outra forma, estaríamos a acarretar com os custos, sem colher os benefícios. Isso impunha um grande esforço de selecção, porque havia muita gente nova excelente que não teria lugar nas instituições onde se formavam; teriam de ir procurar emprego noutra lado.

Deveríamos dar uma atenção especial às instalações interdisciplinares, porque elas não dispunham de responsáveis institucionais óbvios; era preciso procurá-los e incumbi-los de tarefas que se revelavam ser do interesse de muitos e, seguramente, do sistema científico em geral. Havia muitas áreas científicas que, nessa altura, não dispunham de massa crítica suficiente; tal era o caso das biociências e de alguns ramos de medicina que, todavia, eram prioritários. A investigação biomédica tinha de ser feita nos hospitais; a reforma de 1911 havia permitido criar o hospital escolar; tratava-se agora de dar corpo ao hospital académico que tinha, naturalmente, características diferentes do anterior; mas o escolar devia representar o alfobre onde se fossem buscar os novos cientistas. A “desacademização” dos hospitais havia sido um erro. A política de Ciência e Tecnologia era global, tendo de envolver todos os sectores. A década de 90 seria a da indústria da infor-

mação (Como, de facto, veio a ser). O investimento nas tecnologias de informação seria bem-sucedido a curto-prazo. Todo esse investimento iria beneficiar muitos outros domínios. Deveriam ser criadas redes no sector da informação geo-referenciada porque isso iria ter repercussões enormes no desenvolvimento e na qualidade da administração. Cumulativamente, deveriam ser criadas bases de dados (Hoje, a PORDATA é um bom exemplo dos efeitos imediatos e enormes da disponibilidade dessas bases). No campo da informação geo-referenciada, a cooperação adequada era com os Estados- Unidos; mas deveria ter-se em atenção que a investigação para eles não se limitava à aquisição de novos conhecimentos; tinha uma componente de “marketing” muito acentuada. A autonomia administrativa e financeira das instituições de investigação públicas era muito importante; e não somente por causa das despesas; nas instituições que a não tinham, o recebimento das receitas era muito mais complicado. Obviamente que deveriam ser definidas regras claras para o exercício dessa autonomia; mas não era conveniente deixá-las com uma gestão igual à de uma repartição pública.

Portugal dispunha da maior zona de Desenvolvimento Exclusivo (ZEE) da Europa; não podia, por isso, deixar de a explorar e de ser quem melhor a conhecesse; donde a importância de a investigar. As modificações climáticas deveriam ser, por nós, muito bem estudadas e acompanhadas. Faltavam, em Portugal, laboratórios marinhos o que era incompreensível para um país com as responsabilidades históricas que nós tínhamos e com a nossa posição geográfica. Deveríamos dispor de um novo navio oceanográfico; a vida útil de uma tal embarcação anda à volta de vinte anos; passado este tempo o seu equipamento tecnológico tem de ser totalmente novo. Em matéria de avaliação, era preciso insistir no rigor científico; muitos Laboratórios do Estado reclamavam tutela dupla, do Ministro do sector e do Ministro da Ciência.

Tinham de ser definidas áreas prioritárias; muitos disseram que deveria ser o Governo a dizer quais eram (Eu tinha a maior relutância em fazê-lo; preferia que as potencialidades brotassem das competências e que as preferências fossem enunciadas por quem iria mobilizar os conhecimentos).

Houve um dos participantes que recorreu a uma imagem futebolística para ilustrar as dificuldades que queria apontar: há equipas que não têm os jogadores to-

dos que queriam para ocupar todas as posições; algumas vezes não têm suplementos importantes; o problema do treinador era fulcral; parecia-lhe que a figura do “jogador sozinho” não conduzia a grandes resultados; por outro lado, no meio científico não havia um mercado de transferências, as equipas não trocando de “jogadores”, entre si, o que, por vezes, seria muito aconselhável; correntemente, os directores dos clubes apesar de serem muitos, manifestavam escasso interesse pelas “equipas”; e não havia “jogadores” internacionais; acrescia que as equipas não sabiam negociar com os potenciais patrocinadores; acontecia que, na maior parte dos casos, se jogava em campos “pelados”...; corria-se o risco de comprar equipamentos duplicados; por outro lado, parecia-lhe que só deveríamos jogar em competições nas quais pudéssemos ganhar em desafios internacionais; não nos interessava ganhar em campeonatos africanos; só fazia sentido jogar se tivéssemos assistência a “torcer” por nós; essa assistência deveria ser formada por todos os Portugueses. Quem explorou esta imagem futebolística tinha sido meu aluno... Eu tirei como conclusão que Portugal estava melhor e mais profissionalizado no futebol do que na Ciência; mas, ao menos, tínhamos alguém a quem imolar!... A imagem foi retomada por outros, houve quem acrescentasse que o problema mais complicado era o dos árbitros; eu deveria dar-lhes maior atenção; como não deveria “comprá-los”, tinha que se escolher bons e escorreitos...

A recomendação final foi de que eu deveria procurar formar redes, mas restando somente os nós de excelência. Deveria atender muito à questão da informação (colheita, tratamento, modelagem e simulação); sem ela avançaríamos pouco. Concordava-se que estávamos a ter progressos quantitativos e qualitativos expressivos, mas que havia perigos iminentes, entre estes figurando o problema de funcionamento das estruturas nas quais a questão das despesas de funcionamento ocupava um lugar proeminente. Havia muito tempo desaproveitado nas infra-estruturas, nos equipamentos e nas pessoas; não poderíamos dar-nos ao luxo de não ter todos eles ocupados a 100% O papel do Estado deveria concentrar-se na fiscalização, na promoção e, em alguns casos, em ser clientes ou parceiros; seria bom que estes últimos fossem, na sua grande maioria, as empresas que, naturalmente, deveriam pagar os serviços que lhes fossem prestados. A utilização do Plano Oficial de Contabilidade (POC) era

muito recomendada, em vez das regras de contabilidade pública; mas, aí, eu teria o Ministro das Finanças contra!

Houve um, prestigiado antigo ministro, que estruturou as suas recomendações da seguinte forma: 1.^o) Elaborar um livro branco com os modelos de financiamento disponíveis tanto para as empresas como para as instituições do Estado; 2.^o) Criar alguns grandes projectos interdisciplinares com propósitos mobilizadores (florestas, minas, etc.); 3.^o) Descongelar a admissão de doutores e de investigadores; 4.^o) Fortalecer os quadros das empresas com pessoal investigador pago, em parte, pelo Estado; 5.^o) Insistir nas avaliações a todos os níveis: auditorias internas e avaliação; recurso a empresas de avaliação e consultoria ou a peritos internacionais; 6.^o) Internacionalizar a investigação; 7.^o) Promover encontros entre empresários e investigadores.

O Uruguay Round iria pôr a agricultura portuguesa em concorrência mundial; teriam de ser-lhe facultados meios para melhorar a sua competitividade. A disseminação dos resultados da investigação agrícola junto dos produtores era importantíssima. O sector da energia reclamava muito esforço de investigação e a divulgação dos meios tecnológicos mais modernos; as vendas no sector montavam a 500 milhões de contos, gastando-se em investigação no sector uma grande quantia entre 0,1 e 0,2 milhões de contos; as poupanças ao alcance imediato poderiam atingir 110 milhões, somente por via da adopção de tecnologia já disponível.

O ensino secundário precisava de uma componente forte de demonstração para sensibilizar os jovens para a importância da investigação (Devemos ter sido muito bem sucedidos neste domínio e ao longo dos diversos governos, porque os netos dos meus amigos a quem pergunto o que querem ser, respondem-me sempre: “Investigador”...). O Estado deveria limitar-se a regular a transferência de riqueza e a criar as economias externas; os empresários aproveitá-las-ão. As pontes entre os investigadores e os empresários eram indispensáveis. O crescimento do sistema não poderia ser geral; havia que fazer escolhas; e esta deveria assentar na excelência das propostas apresentadas. A exemplo do que estava a acontecer noutros sectores, deveríamos tornar-nos os campeões dos fundos estruturais no domínio da Ciência e Tecnologia.

Todas estas recomendações foram produzidas por cientistas muito destacados no nosso meio. Eu conhecia-os pessoalmente a todos ou a quase todos. Estimava

a generosidade com que passavam quase um dia inteiro a ouvir os outros e a comentar as suas achegas. Muito do que disseram já estava em execução. Mas havia coisas em que era preciso insistir mais. Como é óbvio, não era só eu que estava presente; o Secretário de Estado também assistia, bem como todo o pessoal superior da JNICT. Estes eram, seguramente, os dias mais construtivos do Ministério; era o futuro que comandava as nossas preocupações e reflexões.

*

No dia 1 de Março passei a manhã inteira a visitar as obras do ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica, em Oeiras. A estrutura de betão armado estava toda já de pé! Lembro-me bem do entusiasmo do António Xavier e do Manuel Carrondo, durante a visita. O sonho deles estava a tomar forma!

*

Os programas comunitários eram muitos e tinham sido concebidos para resolver os problemas, à medida que eles iam sendo encontrados. O STRIDE (Science and Technology for Regional Innovation and Development in Europe) era uma “declinação” do FEDER, especialmente tendo em vista a inovação das actividades económicas existentes, particularmente as industriais. Por isso nós queríamos levar o programa a cabo com o apoio das estruturas do Ministério da Indústria. Eu não iria montar outra, duplicando o que a sua malha administrativa poderia fazer. Como tal, em 13 de Março reuni com o gestor do PEDIP, o Eng.^o Albertino Santana, a quem já me referi nestas memórias, com os Secretários de Estado do Planeamento e da Ciência e com os Directores-gerais do Desenvolvimento Regional e da JNICT. Importava-me assegurar que não houvesse duplicação do financiamento. Tínhamos que decidir se os projectos se candidatariam directamente ou se o fariam através de associações empresariais regionais. Mas estas introduziam mais um patamar na escala sem acrescentar valor à decisão. Quanto muito poderiam pronunciar-se acerca da relevância da empresa candidata, mas era certo que o fariam sistematicamente em termos muito positivos.

Decidimos disseminar toda a informação disponível, fazer reuniões mensais entre os membros da Administração presentes e assegurar que todos figurassem

na respectiva unidade de gestão. Aumentámos a representação do Ministério da Indústria nessa unidade para auxiliar na tomada de decisões. Apesar de tudo era algum dinheiro: o STRIDE estava dotado com 13 milhões de contos e o CIENCIA com 35 milhões. Era um complemento interessante.

*

Eu tinha solicitado à OCDE uma avaliação da nossa política científica. No dia 20 de Março de 1991 fiquei a saber que o nome dos peritos designados para serem os avaliadores eram: Bugliarello, dos Estados Unidos, Rothwell da Grã-Bretanha e Farge de França. Entretanto, houve mudanças e quando foi a apresentação pública dos resultados, em Lisboa, a presidente do júri era uma professora espanhola, como referirei adiante.

Há consultores que, algumas vezes, dão “palpites” extraordinários. Como não são os responsáveis políticos nem virão a ser os concretizadores das suas sugestões, pronunciam-se com grande “liberdade” (irresponsabilidade). Um perito estrangeiro que nos tinha sido enviado por Bruxelas, alvitrou que, para resolver os problemas das carreiras que tínhamos diante de nós, o melhor era transformar todos os Laboratórios do Estado em universidades... Desse modo haveria só uma carreira... Agradei-lhe muito, como se pode imaginar...

Nesse dia tomei a decisão de mandar elaborar um orçamento suplementar respeitante aos dinheiros do Fundo Social Europeu que nos estavam atribuídos. Ele seria devidamente aprovado e publicitado. A minha preocupação era assegurar a transparência dos gastos. Uma coisa semelhante se passava em relação ao FEDER. As propostas apresentadas para o CIENCIA haviam sido 73, correspondendo a um montante global de 67 milhões de contos. Os domínios prioritários definidos haviam sido as Tecnologias de Informação, as Ciências dos Materiais, a Saúde, as Ciências Agrárias e as Biotecnologias.

Eu havia tomado a iniciativa de lançar uma Agência de Inovação para estimular as relações entre os centros de investigação e as empresas. Em 20 de março comunicaram-me que o estudo relativo à sua organização tinha acabado de ser encomendado a uns consultores franceses com experiência no sector. Começámos a compor uma lista de quem se deveria convidar como potenciais aderen-

tes. Inclinávamo-nos para que fosse predominantemente um organismo financiador com estatuto de empresa privada. O modelo que tínhamos na mente era uma organização com objectivos semelhantes ao existente na Finlândia que estava a produzir bons resultados.

No mesmo dia, foi decidido lançar o Centro Value, destinado a difundir os resultados da investigação comunitária (tomada globalmente e, naturalmente, também a nível nacional). Tínhamos, para isso, um MECU. Seria o primeiro a ser lançado na Comunidade. Teria a forma de uma instituição privada sem fins lucrativos.

Deveria haver, brevemente, uma reunião do Conselho de Ciência e Tecnologia. Estabeleci, com o Secretário de Estado, a respectiva agenda: i) a caracterização do sistema, de acordo com as últimas estatísticas conhecidas e que respeitavam ao ano de 1988, ii) o que tinha sido feito ao longo do último ano e iii) o que estava prestes a acontecer, iv) os principais problemas que tínhamos que resolver. Generalizar-se-ia depois a discussão, pedindo-se sugestões.

O projecto de Decreto-Lei que instituiria o CTQB estava praticamente concluído. Pedi que fosse explicitado um vector relativo à formação.

Fez-se o ponto da situação relativamente ao curso de gestores de ciência.

Já falei nas dificuldades relativas ao sistema de financiamento das despesas correntes dos diversos projectos de investigação científica. Decidimos designar um pequeno grupo formado por directores de centros de investigação com experiência no apoio ao sector produtivo para que nos fizesse sugestões.

O CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire- Genève) é uma grande instituição de investigação onde já trabalhavam alguns cientistas portugueses; mas representava um “clube caro”. Por isso, eu tinha muitas insistências do nosso Ministro das Finanças para renegociar os termos da nossa adesão. Dadas as nossas dificuldades, a nossa contribuição seria “congelada” durante três anos; mas não me agradava nada a ideia de empurrar para a frente a resolução de um problema que tinha de ser enfrentado, mais dia, menos dia. A solução estava em montar uma estrutura que nos permitisse beneficiar da pertença a uma instituição tão avançada e exigente!

*

No dia 25 de Março tive uma reunião com académicos, empresários e funcionários por causa do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. Referirei os pontos abordados, sem mencionar quem proferiu as intervenções correspondentes:

O caso do Porto, comparava-se bem com o de Lyon, com três polos distintos e também com o de Nantes. Entendia-se que os parques de ciência e tecnologia eram uma espécie de “locomotiva tecnológica”. Havia condições favoráveis à criação do Parque no Porto, pois era um instrumento de modificação do mapa das periferias europeias. Deveria contrariar-se a ideia de que o PCT era uma ilha isolada; deveria localizar-se num parque aberto à circulação das pessoas que se perguntariam sobre o que é que se faria naquelas instalações... A abertura da instituição aos jovens deveria fazer parte do seu programa. Tinha de ser dada uma atenção especial às telecomunicações e aos espaços multiusos, onde ocorressem muitos acontecimentos de natureza diversa. O ensino e a formação deveriam ser valências a encontrar nas instituições do PCT. Não se deveria esquecer o ensino politécnico que conviria que estivesse presente no Parque. No Porto não havia Laboratórios do Estado; seria bom aproveitar a oportunidade para instalar um deles no PCT. O Parque deveria alojar serviços de informação, controlo de qualidade, certificação e outros serviços avançados. Seria bom que nele se viessem a instalar empresas modernas europeias e norte-americanas. A chamada “formation à la carte” deveria figurar entre os objectivos de uma das instituições do parque, bem como o alojamento de micro-empresas inovadoras, de tecnologias apropriadas para as indústrias já existentes. Tinha que dispor também de serviços de apoio diversos, tais como hotéis, restaurantes, bancos e seguros e zonas residenciais. A qualidade de tudo era, naturalmente, um imperativo. Deveria começar-se pela elaboração de um protocolo vinculando os vinte promotores iniciais. Seria um conselho formado por eles, o qual teria de acompanhar a elaboração do anteprojecto do Parque. E teria de se avançar logo com um modelo de financiamento e de gestão preparado pelo conselho executivo e pelo director executivo que os fundadores designassem e que ficariam encarregados de elaborar os estatutos da associação. Alguém recomendou que não houvesse “vedetas”, mas somente protagonistas... O começo foi auspicioso. O pior foi que alguns dos representantes

presentes tinham outras agendas para as suas instituições. Não foram capazes de as explicitar na ocasião. Deixaram o processo avançar nas reuniões com o ministro e sabotaram-no por trás. Hoje existem unidades modelares em alguns sectores. Mas perderam-se as sinergias que o conjunto poderia ter gerado. Fiquei com pena de que assim tivesse acontecido.

*

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 2 de Abril debruçou-se sobre o tema da Ciência e Tecnologia. Como me competia, fiz a apresentação de abertura apoiada num documento que distribuí, com abundância de dados quantitativos relativos aos diversos programas que estavam em curso. Era costume, quando havia um tema cuja gestão diária estava confiada a um Secretário de Estado, que este também participasse na reunião. Foi o que aconteceu dessa vez. Referirei alguns pontos que foram levantados sem mencionar quem o fez:

A ligação das instituições de investigação às empresas continuava a ser débil, ainda não se tendo encontrado formas de a fortalecer, como era nosso propósito repetidamente enunciado. As diversas instituições ligadas à Administração, tanto do lado da Ciência como do da Indústria tinham “culturas” muito próprias e funcionavam, em “capelinhas”. Tinha havido uma realização chamada “NORTEC 91”, sobre tecnologia, “design” e qualidade que, surpreendentemente, correria muito bem. Deveria haver um observatório da inovação tecnológica, em Portugal, que acompanhasse o que se estava a passar e apresentasse sugestões para se avançar mais rapidamente. Havia pouca inovação em produtos novos; a que se observava, respeitava fundamentalmente às melhorias dos produtos já existentes. Assistia-se, todavia, a um aperfeiçoamento expressivo da gestão da qualidade. Deveria olhar-se, prioritariamente, para as questões das patentes, das normas, da garantia de qualidade e da sub-contratação para quem se especializasse na produção de certos componentes. As empresas preferiam copiar produtos, especializando-se neles; tinham estratégias tecnológicas. Os novos materiais ainda não haviam entrado francamente na nossa produção. O principal campo da inovação tinha a ver com o equipamento que era comprado no estrangeiro. Os empresários ainda não atribuíam a devida importância ao sector da Investigação e Desenvolvi-

to. Nem às restrições ambientais. Havia investimento directo estrangeiro, mas a maior parte dele vinha aproveitar a nossa mão-de-obra barata. Nós não dávamos quaisquer incentivos a empresas industriais que viessem instalar-se em sectores tradicionais. O contributo positivo das empresas estrangeiras era, especialmente, no domínio da gestão. Nós apoiávamos a criação de centros de desenvolvimento tecnológico mesmo de empresas estrangeiras (era o caso da Alcatel!). Apoiávamos, também, a criação de Laboratórios de garantia da qualidade, em todas as empresas. O sub-programa de infra-estruturas tecnológicas do PEDIP, o primeiro a dar relevo à Ciência e Tecnologia nas empresas, estava a ser lançado; era difícil de gerir. As propostas neste campo oriundas das universidades pecavam por falta de realismo; era preciso maior envolvimento das empresas.

As despesas correntes das instituições de investigação continuavam a ser um problema; e os equipamentos sem operadores não serviam para nada. Aconselhava-se a formação de investigadores para a Indústria (hoje – 2015 – chama-se-lhes Doutores para a Indústria e tem algum sucesso; mas foram precisos muitos anos para se operar uma mudança de mentalidade). Era necessária, especialmente, grande inovação no domínio energético. Os quadros dos Laboratórios do Estado precisavam de renovação; há muito que não eram admitidos novos elementos e isso transparecia nos resultados do trabalho, que tendia para a rotina, em vez de ser dinâmico e inovador. A verba para as ciências naturais era escassa. Deu-se o exemplo da doença que, nessa altura, grassava nos sobreiros, para qualificar a atribuição de mais meios para o sector. Referiu-se o domínio das ciências do mar, como campo onde nos deveríamos ocupar mais intensamente.

Houve quem aconselhasse que fizéssemos parcerias para instalar centros de investigação nos PALOP e, especialmente, em Angola, onde deveria haver um “centro horizontal”.

No sector agrícola e alimentar, a investigação levada a cabo pelas empresas era praticamente nula; e, todavia, tratava-se de um domínio promissor, mas muito dependente da inovação e da garantia de qualidade.

O programa CIENCIA destinava-se a reforçar as infra-estruturas físicas e humanas; era preciso assegurar que os seus efeitos alcançassem o tecido produtivo. O CTQB já existia, estando nele investidos mais de 5 milhões de contos;

ele congregava o que de melhor existia no país, em matéria de investigadores. Nós não aconselhávamos a que, em relação ao Mar, fosse criado mais um instituto público; tínhamos de inovar a esse respeito.

Deveria estimular-se os investigadores a criarem as suas próprias empresas (Tem acontecido, mas é um processo de inovação lento e sem grandes efeitos de arrastamento).

Havia grande preocupação em relação à utilização racional dos meios disponíveis. Abominava-se qualquer potencial desperdício.

Concluiu-se a reunião constatando que tinha havido progressos substanciais, desde a última vez que havíamos abordado o tema em Conselho.

*

Em 4 de Abril reuni-me com o Ministro da Indústria e Energia, com o Secretário de Estado da Indústria e com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia para tratar de assuntos que a todos interessavam. Em primeiro lugar a questão das patentes que tão difícil se revelava de comandar pelos investigadores que pretendiam registar os conhecimentos que descobriam e que eram susceptíveis de aplicação economicamente interessante. Havia patentes nacionais, comunitárias e europeias, cada uma com exigências próprias. A mais dispendiosa respeitava às línguas em que a sua publicitação era feita; tinham que ser todos os idiomas para os quais ela teria de valer. Já haviam sido feitas diligências junto do Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Tinha sido preparado um projecto de Decreto-Lei que, naquele momento, se encontrava no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Decidimos mandar elaborar uma pequena publicação com referência às vantagens de registar as patentes e às suas exigências. Ainda hoje esta é uma questão não satisfatoriamente resolvida a nível europeu; do outro lado do Atlântico, estão os Estados- Unidos com uma actividade febril neste domínio. E, no mundo, surgem agora gigantes como a China, a Índia, a Coreia e o Japão que impõem uma concorrência terrível quando não sucede não olharem sequer aos registos que outros fizeram.

A União Europeia tem de se “armar” contra a rapinagem que é feita dos conhecimentos em que tanto investe.

Um outro ponto era a relação deficiente entre as PME e a comunidade científica. Tínhamos de encontrar meios de a estabelecer. Em Portugal não há, naturalmente, muitos locais onde os agentes pertencentes a meios diferentes se encontrem para trocar ideias e, eventualmente, colaborar. A criação de centros tecnológicos talvez pudesse proporcioná-los. Alguns Laboratórios deveriam mesmo integrar o sistema nacional de garantia da qualidade. Foi isso que decidimos promover. Mas queríamos mais! Pretendíamos que a iniciativa partisse da Universidade que era quem, em princípio, tinha mais capacidade para o fazer. Sabíamos que os centros tecnológicos eram bons para procederem à transferência de tecnologia, mas não tão capazes de estimular a inovação, processo um tanto exigente. Foi nestas conversas que começou a tomar forma a Agência de Inovação, a qual nasceu poucos meses depois e que tão bons resultados tem vindo a conseguir.

Discutimos a introdução do sistema da “success fee” a atribuir aos inventos que tivessem resultados economicamente expressivos.

Decidimos promover um encontro entre universidades, centros tecnológicos, associações empresariais e empresas, o qual viria a ter lugar na Exponor uns meses depois.

Decidimos, também, que o PEDIP levasse a cabo acções de divulgação em universidades, com a intenção de fazer despertar o interesse dos investigadores pelas aplicações práticas dos conhecimentos e técnicas que fossem descobrindo.

Combinámos elaborar um projecto de Decreto-Lei sobre a mobilidade de académicos para as empresas. A questão fundamental era a manutenção do vínculo à Universidade ou ao Laboratório do Estado, tidos como mais estáveis do que as empresas. Havia, também, que enfrentar a oposição dos responsáveis pelas instituições do Estado que não olhavam com bons olhos para o desguarnecimento dos seus quadros. Mas era, fundamentalmente, o “passo no escuro” que temiam dar os investigadores que fossem para as empresas que se tornava importante desdramatizar.

Hoje (2015), a situação está muito mais facilitada e os programas do tipo “Doutores para a Indústria” são olhados sem grande ansiedade e com alguns resultados positivos. Andou-se muito dos dois lados: centros de investigação e empresas.

TA
91

registra-
m país da
porém, o
u (CEE e
cerca de
da expor-
vara outras
como é o
pão, Hong-
Do mesmo
cando pre-
sencialmente,
idas em di-

Julho próxi-
S definirá a
1991.

emas que se
tor tem a ver
rda da con-
por Taiwan e
Sul, na se-
didas libera-
inçadas pela
peira.

im, na neces-
sidade avan-
çar com e
reestrutur-
sário apoio a
que poderá vir
e 15% das ver-
do FEDER.

levará ser visi-
do, dia 16, por
va que será o
pelos minist-
ria e do Co-
o secretário de
Comércio Ex-

nas Cavas Tay-
Nova de Gaia,
jantar de gala,
al serão distin-
rças que têm
em na MOCAP
meira edição.
o, entre outras
os referidos go-
om excepção do
nistro).

de impressões



Journalistas talhu-se,
do importante pa-
centros de Formação



1.º Encontro Nacional com os Empresários

«SEM A DESBUROCRATIZAÇÃO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO RÁPIDO»

— disse o ministro Valente de Oliveira na EXPONOR

«Sem a desburocratização, tomada como antídoto do sentido pouco lisonjeiro que a estruturação burocrática adquiriu, não há desenvolvimento rápido», disse sexta-feira na EXPONOR o ministro do Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira, lembrando às associações empresariais que «têm nesse exercício um papel do maior relevo potencial».

«Solicito aos empresários uma análise crítica da situação com explicitação das prioridades, em relação aos sectores e aos organismos que reclamem uma reformulação de processos mais urgentes», juntou o membro do Governo, para quem «a época que atravessamos oferece oportunidades numerosas para levar a cabo uma acção de desburocratização».

Valente de Oliveira encorajava, com o seu discurso, o 1.º Encontro Nacional com os Empresários, promovido em conjunto pela Associação Industrial Portuguesa e a Comissão de Empresas-Administração. A secretária de Estado da Modernização Administrativa, Isabel Cortes-Real, por alegado atraso do comboio, faltou ao encontro, frustrando os empresários que esperavam ouvir algumas revelações sobre esta área específica da Administração Central.

O presidente da AIP, Ludgero Marques, disse ao JN

que o Governo concedeu ao encontro. Para além de Ludgero Marques, que ao lado de Elias Quadros, presidente da Comissão Empresas-Administração, deu as boas-vindas aos participantes, entrevistaram seis especialistas em áreas que envolvem directamente o fenómeno da burocracia. António Meneses (CEA/AIP), Armando Pereira (EPD), João Xavier (CEA/CCP), Manuel de Fonseca (CEA/IAPMEI), Margarida Blasco (EPD/Justica) e João Valentim (CEA/CAP).

O fardo da burocracia

para os empresários portugueses, segundo um estudo divulgado, continua a afigurar-se como factor negativo face ao sucesso que importa alcançar no mercado comunitário. «Para analisar toda esta problemática, a AIP realizou todo este encontro no sentido de acelerar os processos da desburocratização em favor das empresas», justificou Ludgero Marques ao JN.

«Aceder a níveis elevados na vida económica e social do país é uma acção de longo prazo que tem muito a ver com a mudança de mentalidade dos portugueses», concluiu o ministro do Planeamento. Valente de Oliveira definiu mesmo o que entende por burocracia: «São as dificuldades que levantam os empregados ao publicar-lhes as simplificações dos regulamentos administrativos, as exigências abusivas na observa-

ção dos mesmos, a má vontade em dar rápido andamento ou despacho às questões que lhe são cometidas».

Ainda na perspectiva do ministro, «são os pequenos poderes que estão em jogo e não há nada mais difícil de contrariar porque os seus detentores agarram-se-lhes como lapas e são muito numerosos». «Há tendência para esquecer que, por detrás de cada funcionário que atende um petiçãoário ou que analisa um processo, está todo o peso de uma administração que se ele integra e que tem de ser a primeira a dar o exemplo de civilização que a cortesia representa», asseverou.

Valente de Oliveira tinha aberto o seu discurso com aquilo que o Governo considera «as três palavras-chave de uma relação civilizada entre Administração e a sociedade: pontualidade, eficácia e cortesia».



RUBLO A PA

— anunciou

A taxa oficial do rublo será mudada a partir de 1 de Julho, anunciou o ministro das Finanças da URSS, Valentin Pavlov, numa entrevista quinta-feira.

A mudança de reflectir o verdadeiro valor de compra do rublo, afirmou o ministro, visava corrigir o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Pavlov não indicou a nova taxa de câmbio. Actualmente 59 rublos equivalem a 100 copeques.

PORTUGUÊS 19 DE S

A empresa brasileira de litros de sumo de laranja em Portugal, em «Internacional», com o objectivo de diversificar a sua actividade, «venture» em Portugal de Béjaus», a fim de estabelecer relações com os sócios da «Domina Investimentos» que já está em funcionamento em Tondela. A associação da nova fábrica e de que dispõe, enquanto a gestão é feita como da distribuição.

TAILÂNDIA DELEG

O Ministério do Comércio abriu uma delegação para as exportações para o Ministério do Comércio da Espanha, assinala que a Espanha comercializa em Espanha países da CEE. O Governo português na União Europeia estabelecer um centro

OCDE DE E DE OF AUN

A produção de energia aumentou no ano passado, revela um relatório da OCDE. A energia nuclear representou, de energia eléctrica, uma proporção idêntica à da organização. A Finlândia com 75% da produção nuclear com 45%, a Suécia com 45%, a França com 35% e a Alemanha com 23,1%, para depois de um decréscimo, sempre a tendência seria proveniente

*

No dia 18 de Abril tratei, com o Secretário de Estado, do processo do Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa. O estudo estava em curso e ele tinha recebido, na véspera, os consultores que o elaboraram e que haviam deixado muito boa impressão.

Ainda se estava na fase de analisar localizações alternativas, todas na margem direita do Tejo, como já tive ocasião de esclarecer. Santarém e Sintra ainda figuravam como possíveis locais de implantação. Mas não passaram, em confronto com Porto Salvo.

Interessava-me mais, nessa ocasião, definir o conteúdo do parque: que actividades é que lá se iriam alojar e que parceiros teríamos de sensibilizar.

O do Porto continuava mergulhado em disputas entre os parceiros potenciais. Não conseguiam entender-se; a solução é hoje uma outra coisa.

*

No dia 19 de Abril fui à Universidade de Coimbra para analisar as candidaturas apresentadas ao programa CIENCIA. O Reitor, Doutor Rui Alarcão, recebeu-me com a distinção que a Casa costuma prodigalizar. O primeiro interveniente foi o Doutor Cunha Vaz, Professor de Oftalmologia e um distintíssimo profissional e cientista. O grande centro de excelência da especialidade que hoje existe, junto do Hospital Escolar (o AIBILI – Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem) e que é, também, um laboratório de investigação muito prestigiado, consolidou-se nesse dia. Eu tive oportunidade de visitar, posteriormente, as obras, mas foi a determinação do seu responsável que tornou tudo mais fácil. Começou por dizer que o programa era um desafio à Universidade a que ele respondia com entusiasmo. Achava que na área da Medicina se deveria apontar para uma proposta específica. Entendia que, no resto da Europa, as “Indústrias da Saúde” não estavam tão avançadas que Portugal não pudesse emparceirar rapidamente com elas. Ele já tinha uma parceria com a Zeiss. E achava que, no nosso país, havia áreas de ponta a nível ibérico. Entendia que os investigadores deviam procurar as vias de financiamento, mostrando as suas capacidades que deveriam aprender a “vender”. A Engenharia na Medicina era, para nós, uma área promissora. E o grupo dele dispunha já da massa crítica necessária; por isso, tinham apresen-

tado uma candidatura ao CIENCIA. Ele sabia que eu apoiava a sua proposta; por isso sublinhou a importância das ligações do projecto à engenharia biomédica, às neurociências e à biologia; e, por isso também, referiu a existência de uma associação com empresas portuguesas e estrangeiras que apoiavam o seu trabalho. Tinha já uma ligação ao PEDIP, estando prevista a construção de uma incubadora de empresas do sector, no próprio instituto. Não podia ter feito melhor exposição. Fiquei com uma grande recordação dessa reunião e de tudo quanto se seguiu.

O Doutor Dias Urbano, professor de Engenharia lamentou que não houvesse ainda nenhuma proposta concreta ao CIENCIA que envolvesse engenheiros. Não queria dispersão de esforços, mas manifestou-se a favor de um projecto ambicioso que tivesse valências de ensino e de investigação. Falou num projecto associando o CIENCIA ao PRODEP e ao PEDIP. E referiu-se ao Instituto Pedro Nunes que também se viria a consolidar nessa ocasião. Foi então que conheci as Doutoras Teresa Vieira e Teresa Mendes a quem o Instituto tanto deve. A primeira referiu-se à criação de um polo do instituto de telecomunicações como centro de investigação informática; interessavam-se pelo sector da energia e produção, nomeadamente no campo da robótica; e queriam especializar-se na área dos materiais, nomeadamente na chamada engenharia de superfícies. Estavam prestes a incubar empresas que tinham beneficiado dos programas europeus BRITE e EURAM. O centro de inovação ficaria localizado no polo 2 da Universidade. Já dispunham de 89 hectares, dos quais cerca de 50 seriam edificáveis, como esclareceu a Vice-Reitora Doutora Teresa Mendes. O “layout” do parque estava concluído; havia o que chamaram os edifícios académicos, os edifícios de investigação e os edifícios de transferência tecnológica. As infra-estruturas tinham sido apresentadas para financiamento ao PRODEP; os projectos de execução estariam prontos em Agosto e tinham conseguido uma associação com a Câmara Municipal que ia candidatar as infra-estruturas urbanas ao FEDER. Os projectos, estimava-se, iriam estar prontos em meados de 1992 e a construção começaria a estar pronta em fins de 1993. Tive o gosto de lá ir quando o primeiro pavilhão ficou pronto e recheado de aparelhagem. Voltei lá, alguns anos depois e pude testemunhar como o dinamismo daquelas duas Senhoras e o apoio das autoridades académicas conseguiram pôr o Instituto Pedro Nunes no mapa das instituições de excelência europeias.

Foram analisados outros projectos noutras áreas, nomeadamente no domínio da aerodinâmica industrial. O Reitor manifestou o seu apoio, referindo que as obras no polo 2 eram de altíssima prioridade. Percebi que havia grande concorrência interna, mas não me meti nessas “guerras”; isso teria de ser resolvido em casa. Fiquei com uma grande recordação dessa manhã, durante a qual ficaram consolidados os projectos do AIBILI e do Instituto Pedro Nunes. Quando hoje (2015) vejo até onde chegaram, não posso deixar de ficar muito satisfeito.

*

Os investigadores tinham uma grande relutância em sair da Universidade para ir trabalhar nas empresas. E, todavia, para dar o salto qualitativo que nós pretendíamos era imperiosa a injeção de cientistas bem-formados e inovadores no tecido produtivo. Mas eles tinham receio de “perder pau e bola”, abandonando uma carreira menos compensadora, mas mais confortável, como era a docente universitária. Eu procurava encontrar soluções para desfazer o nó... Para isso reuni-me, no dia 22 de Abril, com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa e com os Secretários de Estado do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, com o intuito de desbravar um caminho possível. Comecei por propor que se recorresse à fórmula da licença sem vencimento, mas com uma majoração a definir em relação à reforma. O que me interessava era a mobilidade dos quadros altamente formados. O Secretário de Estado do Ensino Superior começou por referir que 85% dos gastos das universidades respeitavam ao pessoal. Disse que o novo estatuto da carreira docente universitária era muito flexível e contemplava uma possibilidade de mobilidade não tão atraente como aquela que eu havia sugerido, mas, de qualquer forma, praticável. Só tinha o inconveniente de se tratar de um processo muito demorado (Lá estava o velho pendor garantista da nossa legislação...).

A Secretária de Estado referiu que a nossa legislação era muito flexível e que o que eu propunha era possível desde que o Estado pagasse o destacamento (D.L. 184/89) e que a empresa fizesse a requisição. Mas essa licença só era permitida se fosse muito limitada no tempo. Para durações longas, não havia resposta. Foi sugerida a não contagem do tempo em relação aos prazos para prestação de provas.

Mas isso só abrangia os assistentes e quem eu queria que fosse para as empresas eram os doutores. A Secretária de Estado sugeriu um re-exame da legislação respeitante às carreiras. Via como saída uma espécie de aposentação antecipada. Mas, com poucos anos de carreira, a pensão respectiva era insignificante. Não havia porta fácil!... O problema só haveria de encontrar um princípio de solução quando a super-abundância de doutores mostrasse a incapacidade das escolas de os contratar a todos como docentes universitários e quando as empresas constatassem que, afinal, compensava ter, nos seus quadros, técnicos altamente preparados e capazes de impulsionar o seu desenvolvimento.

Mas a questão não é fácil! Hoje (2015), quase vinte e cinco anos passados, o problema mantém-se. Agora não é a ligação à docência universitária, mas a bolsa de pós-doutoramento ou mesmo de doutoramento... que não dá garantia nenhuma. Parece-me que há uma desconfiança grande em relação aos empresários ou ao ambiente empresarial. Dizem-me que os doutores nas empresas só gostam de lá estar quando são três ou quatro que não se sentem isolados e podem discutir entre si o que estão a fazer. Ora, há muito poucas empresas em Portugal que sejam capazes de suportar três ou quatro doutores!... Parece-me é haver uma grande tradição de isolamento de cada empresa e mesmo dos seus profissionais. Os Portugueses não gostam de formar tertúlias ou clubes de filosofia (como em França) ou centros de discussão de tecnologia... Faltam “ágoras”...

*

O programa STRIDE (Science and Technology for Regional Innovation and Development in Europe) era muito pretendido, mas, em Abril de 1991, estava encravado. A nossa proposta havia sido enviada para Bruxelas em Fevereiro, mas ainda não tínhamos sido chamados para as reuniões de negociação. E isso preocupava-me. Soube então (22/04) que se tinham levantado dúvidas em relação aos polos tecnológicos. Um grupo de peritos independentes internacionais havia feito um parecer informal para a Comissão e tínhamos que esclarecer algumas coisas: as articulações entre o STRIDE, o PRODEP e o PEDIP; já estava marcada uma reunião para 2 de Maio seguinte; os parques tecnológicos, no entender deles, tinham demasiado peso no projecto; mas era a nossa gran-

de fonte para os realizar!... Não queriam pagar infra-estruturas básicas, mas só equipamento; todavia, nós tínhamos de começar por dispor das primeiras. Achei que os peritos estavam a fazer um erro de focagem por deficiência de informação. Ficou decidido enviar a Bruxelas, urgentemente, o Vice-presidente da JNICT com todos os dados e informações.

*

No dia 24 de Abril teve lugar, no Luxemburgo, o Conselho de Ministros da Ciência. O sector estava a atravessar uma fase complicada. A Comissão havia chegado a um acordo com o Parlamento Europeu no dia 17 anterior. O Comissário esperava que se pudesse aceitar os respectivos termos na nossa reunião. O primeiro a protestar foi o Ministro francês, Hubert Curien, que não costumava mastigar as palavras. Disse que todos os laboratórios e indústrias que estavam a trabalhar com as instâncias europeias tinham levado um grande golpe, algo que originava falta de confiança e que isso era o que mais o preocupava. A acumulação de atrasos estava a ser muito inconveniente. Da nossa reunião deveria sair uma decisão para avançar, de modo a salvar a nossa credibilidade. O Ministro irlandês recordou que tínhamos aprovado o III Programa-quadro há 12 meses e que ainda nada havia sido transferido para os executantes. Nós não poderíamos estar a ser vítimas de disputas inter-institucionais a que éramos alheios. Os programas concretos que traduziam o programa-quadro teriam de ser lançados o mais rapidamente possível. O Ministro espanhol recomendou que fossem definidos procedimentos eficazes para as relações entre as três instituições. Fez reflexões sobre a “comitologia” e pronunciou-se a favor da co-decisão. Nós não éramos a favor de uma co-decisão casuística, sector a sector, onde a urgência reclamasse chegar rapidamente a um consenso. Propugnávamos um entendimento geral que fosse praticado em todos os sectores, segundo as mesmas regras. Acabou por haver um acordo geral quanto aos compromissos, mas não o houve em relação aos anexos. A Comissão teria de fazer uma declaração unilateral que seria vinculativa apenas para a própria Comissão. Era manifesto que o Parlamento estava a fazer um braço-de-ferro com o Programa-quadro da Ciência para tentar levar os seus objectivos gerais a bom termo. Sabia que o sector tinha grande exposição mediática e gente que protesta-

va. Por isso queria ir abrindo precedentes. E nós suspeitávamos que a Comissão deixava protelar o assunto até ele ser abordado no Conselho Europeu.

O Vice-presidente da Comissão entendeu que nós queríamos ver adoptado, para o Programa-Quadro 1990-01, um procedimento excepcional que fizesse recuperar o atraso de 12 meses que já tínhamos acumulado. Isso era particularmente importante em relação aos projectos integrados que tinham numerosas componentes que dependiam umas das outras. E, no caso da França, afectava particularmente os projectos do sector aeronáutico (por exemplo o foguetão Ariane) que mexia sempre com muitos outros sectores. O Conselho tinha sido convocado de urgência exactamente para ultrapassar o impasse que se vivia.

*

Nos encontros a que assisto hoje (2015) nos meios académicos preocupados com as suas ligações ao tecido produtivo, às funções tradicionais das universidades – conservação do saber, transmissão do saber e descoberta de novos conhecimentos – acrescentou-se uma nova função: a transferência de conhecimentos. Costuma não se referir a primeira e adicionou-se a quarta que passou, assim, a ser a terceira. Para mim é reconfortante que isso se faça, sem suscitar nenhuma reacção dos chamados “académicos puros”. Quer dizer, os próprios centros geradores de novos conhecimentos estão preocupados em difundir-los, nomeadamente, a quem os possa operacionalizar. Entretanto, avançou-se muito em matéria de patentes e do seu registo. Mas as coisas não eram assim em 1991. Muitos consideravam a transferência de conhecimentos como de importância menor, ignorando que só através dela é que se poderiam ir buscar meios para sustentar o seu trabalho, por não ser nada certo que os dinheiros públicos possam vir a sustentar um crescimento de gradiente constante dos meios devotados à Ciência e Tecnologia.

A visita ao polo 2 da Universidade de Coimbra, a que já me referi, fez-me convocar uma reunião dos responsáveis do PRODEP e do PEDIP com os Secretários de Estado da Ciência e da Indústria e o Presidente da JNICT, em 30 de Abril, para começar a definir linhas nesse particular. O PEDIP deveria estar presente nas instituições de charneira entre a Universidade e a Indústria. Por rapidez de actuação, a candidatura respectiva deveria ser formalizada pela Universidade,

mas com o apoio do PEDIP. O próprio centro de incubação deveria ser englobado na candidatura geral e não apresentado à parte! Baptizámos logo a unidade! Passou a ser o “Centro de Inovação e Transferência Tecnológica”. Deveria ser a Universidade a escolher os seus parceiros empresariais, embora eu aconselhasse que nós fizéssemos, também, algumas sugestões. Havia a questão da coordenação das obras e das acções entre o PRODEP e o PEDIP. Entre nós estas coisas são sempre complexas. Mas as coisas estavam tão avançadas que, nessa ocasião, me foi comunicado que o CITT com a incubadora incorporada viria a ocupar 2.100 m²! Hoje a área é muito maior!

*

No dia 3 de Maio tive uma reunião especial com quatro professores ilustres que conheciam bem o sistema científico nacional. Eram eles: os Professores Machado Pires, Torres Pereira, Maggioly Novais e Vaz Portugal. Como de costume, assistiram o Secretário de Estado e o Presidente da JNICT: Registarei a seguir a linha geral das recomendações que fizeram sem mencionar quem as fez:

O programa CIENCIA havia sido indispensável para se tomar consciência da importância da Ciência e Tecnologia para o progresso do país. Contudo, era necessário ter cuidado com a preocupação acerca da dimensão dos projectos, pois poderiam ser distorcidos outros objectivos, também importantes. A ideia de fazer emparceirar instituições para alcançar dimensão tinha os seus riscos: havia “casamentos” naturais, mas também poderia haver outros forçados e, por isso, fictícios. Não seriam salutares as uniões entre as grandes instituições e as muito pequenas unidades: estas nunca adquiririam expressão relevante. Apoiavam, no entanto, a criação de redes. A preocupação da qualidade deveria ser dominante. Dever-se-ia atender às especificidades de cada universidade. A tecnologia e o ambiente tinham de merecer uma atenção especial. A elaboração das propostas de candidatura aos subsídios do CIENCIA havia sido muito pedagógica para quem as fez; muitos aprenderam a analisar o seu próprio projecto. Estavam de acordo com a prioridade dada à formação. Foi-me posta a pergunta: vamos ter 2.600 bolseiros sem vínculo ao Estado: o que é que lhes vai acontecer? A resposta não poderia ser outra: irão para o mercado de trabalho muito mais bem equipados do que a

geração anterior! A Indústria teria de desempenhar um papel importante em todo este processo. Dever-se-ia criar um sistema de incentivos para que as empresas absorvessem os doutorados; seria por um sistema de prolongamento das bolsas, durante algum tempo e com quantitativos decrescentes? Havia um papel para as fundações; elas poderiam ajudar a encontrar formas de encaixe na vida activa dos beneficiários das bolsas. As despesas correntes representavam um problema em todas as instituições.

Eu confirmei, assim, que estávamos a tocar nos pontos certos; instituições tão diversas terem referido temas que já estávamos a tratar não era, seguramente, por acaso.

*

A meu convite veio a Portugal o Sub-secretário permanente da Ciência da Suécia, Von Sydow, que eu havia conhecido durante a minha estadia em Estocolmo e que me impressionou muito pela sua competência e conhecimentos. Recebi-o no dia 8 de Maio. Visitou numerosas instituições de investigação portuguesas. A minha intenção era prolongar os laços que haviam sido estabelecidos e que tão promissores pareciam ser.

*

Eu não podia deixar no ar o que já tinha sido conseguido em relação ao polo 2 da Universidade de Coimbra. Tive, em 10 de Maio, uma reunião com representantes da Universidade, da Comissão de Coordenação, da JNICT e do PEDIP, à qual, como de costume assistiu o Secretário de Estado.

Foram invocadas as experiências do polo tecnológico do Lumiar (LNETI) e alguns casos franceses de que havia conhecimento, nomeadamente o da Universidade Tecnológica de Compiègne que nos tinha sido recomendado. Também foram referidos casos de institutos de novas tecnologias e de incubadoras de empresas que os presentes conheciam. A incubadora do Lumiar dispunha de 4.000 m² e diziam os responsáveis que não estava a ser fácil enchê-la.

Em Coimbra, os promotores sabiam o que queriam e já haviam constituído o Instituto Pedro Nunes. Ele teria quatro componentes distintas: i) a certificação de

produtos; ii) os institutos para as novas tecnologias (robótica e sistemas informáticos; materiais e processos); iii) o centro de excelência para o sector florestal (resinas e pasta de papel); iv) uma incubadora. Para a certificação seria bom obter o apoio do Instituto Português de Qualidade, o que foi feito. A unidade de demonstração faria a certificação; no PEDIP já estava consagrada, na respectiva nomenclatura, a designação que interessava e, por essa via, estava facilitado o acesso aos respectivos apoios. No edifício central ficaria a administração, a informação, o auditório e salas diversas. O projecto teria o apoio do CIENCIA e do PEDIP.

*

Entre outras coisas, no despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia de 15 de Maio, tratou-se do descongelamento dos quadros de investigadores dos Laboratórios do Estado e das Universidades. Eu gostaria que a proposta fosse acompanhada de um parecer do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia para dar mais força à sua apresentação em Conselho de Ministros. Tratei, também, da mobilidade dos investigadores científicos. Na sequência das nossas diligências e do nosso próprio projecto de decreto-lei sobre o assunto, havia mais dois: um originário da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e outro da Secretaria de Estado do Ensino Superior. É sempre difícil fundir três projectos de diploma vindos de partes diferentes. Eu preferia que as adaptações se fossem fazendo sobre a nossa base; mas o Secretário de Estado estava optimista e achava que seria possível fundir os três. Sugeri que se visse a hipótese de a empresa não descontar para a Segurança Social, durante o período de destacamento do investigador; tanto este como o Estado descontariam mas a empresa ficaria liberta. Era um outro incentivo para atrair doutores para as empresas.

Recentemente (2015), disseram-me que um grande problema que não entusiasma os próprios investigadores é ficarem sozinhos nas empresas. Só uma grande unidade é que contratará três ou mais doutores. Ora, eles sentem-se isolados se forem únicos na empresa; não têm com quem trocar impressões e testar o seu caminho, todos os dias. Fiquei, também, a saber que, em Portugal, somente três empresas têm três doutores (2015) ao seu serviço. Com óptimos resultados, aliás!... Mas são só três! É a velha questão do isolamento dos investigadores e outros profissionais

portugueses. Não há tertúlias nem clubes onde eles se reúnam frequentemente. E isso reflecte-se nas condições em que exercem a sua actividade profissional.

*

Em 20 de Maio soube que o júri do Prémio da Boa-Esperança tinha decidido atribuí-lo ao Prof. Providência e Costa, físico da Universidade de Coimbra e ao Prof. António Coimbra, do Departamento de Neurociências da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Ficou marcada a cerimónia para o dia 26 de Junho, no Mosteiro dos Jerónimos, como era hábito.

*

Em 7 de Junho fui encerrar uma conferência europeia sobre a estratégia das pequenas e médias empresas no campo da inovação e da transferência de tecnologia, organizada pela Universidade do Porto, na Exponor. A minha intervenção está publicada (Discursos VI); por isso não a reproduzo. Reli-a antes de escrever esta nota. Infelizmente, tudo o que então disse poderia repeti-lo hoje (2015). Participei há pouco numa reunião sobre o mesmo tema, organizada por uma grande fundação portuguesa. Do que então ouvi pude concluir que nos fazem muita falta lugares de encontro entre quem tem inovações para oferecer e quem dispõe de meios para as usar, entre quem pode conduzir processos que levam à resolução de problemas e quem experimenta estes últimos ou, de outra forma, quem tem necessidade de inovar. Já não se fala nos lunáticos cientistas confinados às suas “torres-de-marfim”, contrapondo-os aos duros empresários que só pensam em ganhar dinheiro. Também já não se confinam as discussões à prioridade a dar à investigação fundamental em lugar das aplicações da Ciência, porque a maior parte das pessoas percebeu que sem as segundas não se consegue gerar os meios para suportar a primeira. Mas, para mim, é certo que falta descontração nas relações e locais onde elas possam ocorrer de forma natural, sem se ter a sensação de que se está a transaccionar seja o que for; deve-se estar com a preocupação de resolver problemas. A remuneração por o fazer deve ser o passo seguinte, depois de estar explicitada uma dada necessidade e de se constatar que há alguém que lhe pode dar resposta.

A respeito do isolamento em que estão muitos e da sua relutância em estabelecer pontes com quem os poderá ajudar, lembro-me da frase de uma amiga minha; “Portugal é um país de pequenos quintais e de muros altos...”.

*

Em meados de Junho de 1991, discutia-se a legislação que deveria regular os parques de Ciência e Tecnologia. Havia quem enaltecesse o modelo de Sophia-Antipolis (Nice) e quem dissesse que ele não lhe agradava nada. Havia quem quisesse que eles fossem concebidos na linha de uma incubadora de empresas, sem grande intervenção do Estado. Do outro lado, estavam os que não acreditavam que algum deles pudesse arrancar sem um expressivo apoio do Estado. Tínhamos que evitar a especulação imobiliária feita com a conivência ou, mesmo, com a participação do Estado. Concordavam uns que os parques eram importantes e que o Estado assumisse algum voluntarismo na acção; mas eles não deveriam ficar na dependência do Estado. O Ministro da Educação queria que a referência às Universidades fosse alargada para Ensino Superior, porque achava que os Politécnicos poderiam contribuir expressivamente para o sucesso dos parques. Todos estávamos de acordo em que a maioria do capital fosse privado. E que se explicitasse que a inovação do tecido produtivo era o seu propósito maior. Aceitava-se que fosse a JNICT a entidade coordenadora, mas insistia-se na presença dos outros organismos sectoriais coordenadores da investigação. As coisas iam avançando. Mas quem pensa que é fácil lançar uma iniciativa destas está enganado. Nem se punha em causa saber quem mandava nela. Tratava-se, somente, de assegurar o “droit de regard”.

*

No dia 25 de Junho recebi a Pró-reitora da Universidade de Coimbra, Doutora Teresa Mendes que me foi entregar a candidatura ao programa CIENCIA, do Centro de Inovação e Transferência Tecnológica daquela Universidade. Faltava completar a parte da incubadora e do edifício central destinado à formação que seria apresentada na semana seguinte. Logo falei com o Ministro da Indústria para assegurar que haveria também verbas do PEDIP a apoiar o Centro. Hoje, todos nos

revemos no trabalho dele. A sua realização, como já disse, fica-se a dever à determinação de duas Senhoras e à dedicação inexecedível da Doutora Teresa Mendes.

*

No dia 25 de Junho houve uma sessão para fazer o ponto da situação dos programas CIENCIA e STRIDE. Da componente oriunda do Fundo Social, 3,7 MECU, estava garantida a absorção quase total (80%) do valor de 1991 e do saldo de 1990. Havia atrasos nas transferências de fundos de Bruxelas para Lisboa e do DCP para a JNICT; impunha-se ver onde estavam os factores de atrito. Em relação ao FEDER, dispúnhamos de uma pequena parcela de recibos das muitas transferências que haviam sido efectuadas; eu reagia mal a estes atrasos que traduziam uma negligência ou, pelo menos, uma “desconstracção” que era intolerável; ainda por cima porque a falta deles comprometia a vinda das fatias seguintes dos subsídios. Eu achava que não deveria ser o próprio Ministro a falar aos diferentes responsáveis das instituições beneficiárias, mas tive que fixar datas (quase um “ultimatum”...) ao Director-geral para conseguir ter a documentação em ordem. Combinámos que, na semana seguinte, se faria a avaliação de todos os programas e de toda a parte burocrática. Ele deve ter passado dias ansiosos mas tudo acabou por ficar, então, como deveria ser. Em relação ao STRIDE, as notícias que tínhamos indicavam que ele iria ser aprovado, em Bruxelas, durante o mês de Julho. O programa poderia, assim, começar ainda durante o ano de 1991. Dei instruções para se começar a dinamizar os concursos e nomear a comissão de gestão respectiva; recomendei que esta tivesse pouca gente, porque, de outra forma, iria haver arrastamento na tomada de decisões. E o facto de o programa já estar disponível na segunda metade do ano, eximia-nos à necessidade de dispor das contrapartidas, não previstas no Orçamento, o que nos era muito conveniente. Havia, ainda, a circunstância interessante de a taxa de participação do STRIDE ser mais elevada do que a dos projectos do CIENCIA: Nessa ocasião estimávamos que as candidaturas na área das Ciências Sociais e Humanas seriam da ordem das 200! Dispúnhamos de poucos meios para tanta procura!... Mas não queríamos deixar de dar um sinal positivo na resposta.

*

Em 3 de Julho de 1991 discuti com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia a hipótese de lançarmos um conjunto de três equipamentos interligados de que não dispúnhamos: i) uma Biblioteca Científica Central; ii) uma “Lending Library” a nível nacional e iii) um Centro de Informação Científica que encaminhasse os pedidos de informação e fosse capaz de fornecer artigos de revistas menos acessíveis. É assombroso como a evolução tecnológica alterou radicalmente a maneira de pôr a questão e de lhe dar resposta. Nessa altura decidimos encomendar um estudo sobre o assunto que nos recomendasse a forma institucional a adoptar; ao mesmo tempo, no despacho que traduzisse a decisão, devia recomendar-se economia de meios, aproveitamento dos meios existentes e articulação com as instituições ligadas à função em causa.

*

O Ministro da Ciência francês, Hubert Curien, veio a Lisboa no dia 11 de Julho. Estava em discussão o novo programa-quadro (o quarto) de investigação científica e tecnológica e todos nós queríamos que ele fosse aprovado com a maior brevidade. Sabíamos que estavam à espera projectos importantes que quanto mais cedo começassem melhor seria para a competitividade europeia, em todos os campos. Falámos da revisão dos tratados e das coisas que deveriam ser acolhidas pela sua nova versão. A Comissão queria persuadir-nos da importância de lhe ser dada maior capacidade de decisão. Mas o Conselho de Ministros olhava para essa pretensão com alguma reserva, uma vez que estava cada vez mais dinheiro em jogo. Falámos na hipótese de fixar “plafonds” para as decisões da Comissão, para não atrasar os procedimentos. Mas, para os grandes montantes e para os programas importantes, os Ministros dos diferentes governos dos países-membros gostariam de conservar a responsabilidade nas suas mãos. Lamentávamos, naturalmente, o clima de desconfiança em que, então, se passavam as relações entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão e as dificuldades que enfrentavam os processos de co-decisão. Deveríamos contribuir para uma distensão das relações; pela nossa parte, dispúnhamo-nos a aprofundar as relações do Conselho com a Comissão de Energia, Ciência e Tecnologia do Parlamento Europeu. A nós só nos interessava a coordena-

ção das grandes verbas; quanto às outras, uma vez fixadas as orientações gerais, a sua gestão poderia ser totalmente transferida para a Comissão. Nessa altura, as relações menos fluídas eram entre o Parlamento e a Comissão, porque entre o Parlamento e o Conselho elas quase não existiam. Além das visitas de cortesia feitas pelo Presidente do Conselho de turno, no início do seu mandato. Ambos – ele e eu – gostávamos dos programas integrados. Combinámos insistir nisso na reunião seguinte do Conselho. Aproveitámos o tempo para também tratar de assuntos bi-laterais. Lembro-me que, dessa vez, falámos na possibilidade de “ir trazendo” para Portugal o Prof. António Coutinho que então trabalhava no Instituto Pasteur, em Paris e que nós queríamos atrair para o Instituto Gulbenkian de Ciência. Conseguimos estabelecer um esquema de transferência progressiva. A intenção era atribuir-lhe a responsabilidade pelos programas de doutoramento daquele Instituto. Vistos os resultados a mais de vinte anos de distância devo regozijar-me pela decisão de o ter feito e prestar homenagem à memória do meu amigo Hubert Curien que facilitou os procedimentos que asseguraram que as nossas pretensões fossem concretizadas. O Prof. António Coutinho queria trazer consigo alguns quadros do Instituto Pasteur e mais dois suecos do Karolinska Institut, onde também havia trabalhado. Funcionalmente, ele dependia do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS); por isso a conversa tinha de ser com o Ministro. Hoje já ninguém se lembra disso, mas foi o programa CIENCIA que permitiu realizar toda a operação. Há poucos anos, ao celebrarem um aniversário, tiveram a atenção de me convidar para a sessão de encerramento de um seminário que organizaram na Curia.

*

Em 21 de Agosto homologuei uma série de projectos candidatos ao programa CIENCIA. Desse modo, no regresso de férias, os proponentes saberiam com o que poderiam contar. O Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras lá ia avançando, apesar da propriedade estar muito parcelada. Tinha-se tido a sorte de encontrar um lote de 30 hectares, o que era muito bom. A compra seria formalizada pela entidade gestora do parque, actuando a Câmara Municipal como intermediária na aquisição dos terrenos. Foi decidido elaborar um plano director da zona ocupada pelo parque. Tratava-se de 300 hectares mais a zona envolvente, o que represen-

tava uma área apreciável. Nessa altura, apareceu um candidato japonês para se instalar no parque. A pretensão foi acompanhada com cuidado, mas acabou por não se concretizar. Os Japoneses levam sempre muito tempo para decidir. Fazem inúmeras perguntas, vendo-se nas suas fisionomias que estão a pensar maduramente no que lhes foi dito. Depois, um belo dia, comunicam que não estão interessados e vão-se embora. É precisa muita “habilidade inter-cultural” para adivinhar o que estão a pensar e o caminho por onde vão. Nessa ocasião (1991), interessava-nos muito ter uma instituição japonesa no parque... Mas eles só fizeram muitas perguntas... Não decidiram vir.

*

O Prof. José Mendes Ferrão produziu um livro notabilíssimo sobre a “viagem das plantas” e o papel dos Portugueses nessa imensa operação de levar as mais úteis de um continente para outro (2). O Instituto de Investigação Científica Tropical apoiou, como devia, a sua produção. Mas o Autor teve a atenção de mo ir apresentar e convidar para a sua apresentação pública que viria a ter lugar no então chamado Museu – Jardim Agrícola do Ultramar, o que veio a acontecer oportunamente. A visita teve lugar no dia 12 de Setembro. Há poucos dias (2015) tive ocasião de ver uma edição francesa do livro que figurava em lugar destacado nas mais importantes livrarias de Paris.

*

Em 2 de Outubro soube que o programa LUSINET, a rede informática dos PALOP, seria patrocinada pela UNESCO, no quadro do seu programa intergovernamental de informática; seríamos nós a responsabilizar-nos pela sua execução. Soube, também, que o processo de negociação com o Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN), em Genève, a respeito de uma poupança, importante para nós, de 7,2 milhões de francos suíços (720.000 contos) se tinha concluído com êxito. Havíamos conseguido esticar em três anos o período de transição (1995 para 1997) e congelar a conta durante 3 anos. Isso ficou-se a dever à diligência competente do Embaixador Roma de Albuquerque e, especialmente, do Eng.º Fernando Belo, a quem já me referi nestas memórias.

*

Em despacho com o Secretário de Estado da Ciência, em 15 de Outubro, soube das disputas que decorriam em Bruxelas em torno dos Programas-quadro da Ciência. Havia alguns países-membros, como nós e a França, que queriam arrancar imediatamente com o IV Programa-quadro. Não tínhamos ficado bem colocados, em matéria de benefícios, no III, de modo que pretendíamos passar ao seguinte. Mas o Vice-presidente da Comissão, atendendo a que o III ainda estava atrasado na sua execução, não se queria meter na complicação que seria ter, na prática, dois Programas-quadro a rolar em simultâneo e preferia esperar pela revisão dos Tratados; mas o III estava realmente atrasado e nós não queríamos aguardar; havia mesmo programas específicos que ainda não tinham começado (era o caso do programa sobre mobilidade e capital humano) ... Esperava-me, para o fim do mês, no Luxemburgo, um Conselho de Ministros animado!...

Na “gíria” do programa CIENCIA havia as chamadas “acções orientadas” que reclamavam um mínimo de dimensão das unidades proponentes, em termos de investigadores e outros meios. Acontecia que havia universidades muito novas que não atingiam, em algumas áreas, os mínimos fixados. Era o caso da novíssima Universidade da Madeira. Esta, porém, tinha destacado para formação no curso de Gestão da Ciência, leccionado no INA, um dinâmico quadro que se movia incessantemente, com inteligentes justificações. Eu esperava que, a seguir, viessem as pressões políticas. Mas tínhamos de ser firmes; era melhor auxiliá-los a encaixarem-se nas condições fixadas, daí a dois ou três anos e, então, abrir as portas às tais acções orientadas, do que estar a permitir excepções que acabariam por originar indisciplina em todo o sector, contribuindo para a sua ingovernabilidade. Nessa ocasião, o CIENCIA já estava comprometido em cerca de três quartos das disponibilidades, mas ainda faltavam sectores ou áreas em que pouco se tinha feito: o mar, os museus, as bibliotecas, as oficinas... Tinha de se encarregar alguém sabedor de apoiar a elaboração de iniciativas que colmatassem as lacunas e ajudassem a ultrapassar os atrasos. Tratava-se, como eu dizia, de “acções de bombeiro”...



FIG. Na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD).



FIG. Na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD).

*

Como se avizinhava a realização do Conselho de Ministros da Ciência no Luxemburgo e a Presidência que corria era a holandesa, a ministra respectiva, Ivonne van Rooy, veio a Lisboa visitar-me para preparar a reunião que iria decorrer sob sua coordenação. Tinha lido a minha resposta ao questionário que enviara antes. Ela estava muito colada às posições do Vice-Presidente da Comissão. Propunha, assim, objectivos moderados. Pronunciou-se pela manutenção dos três fundos estruturais existentes, estimulando melhor coordenação entre eles. Pretendia aumentar a eficiência e a subsidiariedade, deixando aos Ministros os pormenores das propostas operacionais. Mas, simultaneamente, achava indispensável reforçar o contrato central relativamente ao uso dos fundos. Como dizia: maior liberdade aos países-membros para fazerem como entendessem melhor exigia um maior controlo dos resultados.

Defendia que não poderia haver aumento dos fundos comunitários sem um aumento simultâneo dos fundos nacionais; era a maneira de exprimir, de forma patente, uma convergência de objectivos entre os dois níveis. Achava que havia demasiados programas comunitários: “Too many, too little, too late...”. Por isso propunha reduzir o seu número, impondo dimensões mais conducentes com a produção de resultados com impacto. Percebi que ela se tinha concertado com o Vice-presidente da Comissão e que, por isso, seria muito difícil obter meios adicionais para Portugal e avançar rapidamente para o IV Programa-quadro, enquanto não fosse recuperado o atraso do III. Nenhuma das coisas era boa para nós; mas a posição mostrava-se consonante com a orientação geral para fazer poupanças.

*

Em 24 de Outubro tive um longo despacho com o Secretário de Estado da Ciência, especialmente, porque estava prestes a realizar-se o Conselho de Ministro no Luxemburgo (28/10) em que muita coisa estava em jogo. O título da análise que os Holandeses estavam a propor para discutir durante o almoço indicava a natureza das preocupações: “More than the sum of the parts”! Mas para o Conselho propriamente dito estavam anunciados temas importantes:

A começar pelo programa Capital Humano e Mobilidade, queriam discutir a for-

mação de base dos bolsеiros: 5 anos de estudos universitários com, pelo menos, um diploma e uma iniciação à investigação. Isto não seria somente para os “post-doc”; era, também, para os que começavam qualquer projecto de investigação. Importava definir quem seleccionaria os bolsеiros para a atribuição de subsídios e de bolsas. Começava-se, então, a falar em possibilitar a investigação em instituições de outros países e na constituição de redes entre instituições. A Comissão queria que houvesse concursos para essas instituições com indicação do número de vagas. Havia que definir quem faria a selecção dos candidatos; chegou-se a uma solução de compromisso: numa primeira fase o concurso seria directo às instituições que integrassem uma dada rede; num segundo passo, a Comissão orientaria os candidatos sobrantes (e devidamente admitidos, obviamente) para as instituições que ainda tivessem vagas e que parecessem mais ajustadas. Era preciso definir, com urgência, os termos de referência da selecção e os atributos das instituições que pudessem figurar no rol dos nós das redes. Parecia-nos que seria interessante que, logo desde o início, os candidatos apontassem três instituições por ordem de preferência, para evitar grandes desfasamentos entre o pretendido e o conseguido; era certo que as instituições mais prestigiadas iriam confrontar-se com um excesso de candidaturas. Obviamente, havia que fixar limites para as vagas de cada instituição. Já havia, até então, abertura para esta troca de investigadores que tinha pequenas dimensões, privilegiando, naturalmente, os melhores investigadores. Mas isso foi o começo do que é hoje (2015) corrente em muitos domínios e com numerosas instituições. Estas, por sua vez, passaram a procurar figurar em níveis elevados da classificação, o que pressupõe uma especialização bem identificada, porque não é natural que haja muitos centros bons em todos os sectores.

Depois viria a questão do III Programa-Quadro! Em 1989 tínhamos estabelecido que ele seria revisto em 1992 (ao fim de três anos). Mas o Programa estava atrasado; ainda em 1991 se analisavam e aprovavam alguns programas específicos; haviam sido as relações e negociações com o Parlamento Europeu às quais já me referi, que tinham emperrado o processo e levado ao atraso. Mas nós éramos a favor de que se começasse em 1992 (daí a três meses e durante a presidência portuguesa) a preparação e a discussão de um novo programa; em 1991 parecia-nos

ser possível fazer, ao mesmo tempo, essa discussão e a avaliação dos resultados do Programa-Quadro que estava atrasado. Isso significava arrancar, daí a pouco, com a elaboração do IV Programa-Quadro, como nós (e alguns outros) queríamos. Insistíamos, porque o atraso do III Programa era de quase de dois anos, afectando áreas importantes como a micro-electrónica, as telecomunicações e o “clean car” que tantas repercussões tinham na indústria. Eu insistia em que o atraso no arranque significava perder tempo!

*

Eu fui para o Luxemburgo na véspera do Conselho de Ministros, de modo a poder acertar com o conselheiro da REPER os pontos em que eu deveria insistir. Ficou combinado que seriam os seguintes: i) no programa de mobilidade, os apoios à formação poderiam ser tanto para os doutorandos como para os investigadores; ii) tinha que ficar definido quem e como seriam eles seleccionados; iii) em relação aos montantes deveríamos insistir no máximo para a formação, uma vez que a nossa comunidade científica estava a arrancar e nós precisávamos muito de bolsas. Ainda me avistei, na véspera, com a Ministra Holandesa que estava no mesmo hotel. Insisti na necessidade de começarmos a preparar o IV Programa-quadro. No dia do Conselho (28 de Outubro) o Vice-presidente da Comissão, Filippo Pandolfi quis ver-me antes do Conselho. Disse-me que a Comissão tinha aprovado um documento em que se propunha uma “mid-term review” do III Programa-quadro. Ela deveria conter uma avaliação da política comunitária de Ciência e Tecnologia. Em matéria de dinheiros começava-se já a falar na dotação para 1993 e 1994, “a new umbrella”, da ordem dos 2.000 MECU. Mas queria que o IV Programa-quadro só fosse aprovado depois da revisão dos tratados. Disse-me quais eram as modificações que tinha em mente para tornar mais fluído o processo de aprovação de candidaturas; pretendia reduzir o período de maturação das propostas de 36 meses para 20-22 meses. Queria que a política de R&D fosse vista no quadro do espaço europeu. Combinámos que iria a Lisboa logo a seguir ao Conselho de Maastricht (presidência holandesa em curso) que tantas consequências haveria de trazer para a construção europeia.

Durante a nossa presidência, que se seguiria, só haveria um Conselho em Abril. Ficou, então, combinado que se aguardaria pelo Conselho de Maastricht para poder ver quais as alterações aprovadas em matéria do processo de decisão; em Janeiro começar-se-ia a preparar um primeiríssimo esboço do IV Programa-quadro (as bases); ele deveria estar concluído em fins de Fevereiro de modo a que eu pudesse fazer a chamada “volta das capitais” em Março, de forma a poder incorporar as observações dos meus colegas a tempo do Conselho de Abril; a habitual nota da presidência seria enviada para todos durante a primeira semana de Abril; ainda antes do Conselho eu deveria fazer uma visita ao Parlamento, ao Signor La Pergola que era, então, o presidente da CERT (Commission d’Énergie, de la Recherche et de la Technologie). Esta conversa prévia era importante, porque Portugal exerceria a presidência da Comunidade daí a três meses!

Como seria de esperar no Conselho fui muito cumprimentado por ter ganho as eleições. Eu já era o decano do Conselho. Vim a sê-lo por mais quatro anos e, como dizia a Secretária de Estado francesa: “à tout seigneur tout honneur”...

Fomos todos solicitados a ir a Viena para o vigésimo aniversário do programa COST que tão bons resultados tinha vindo a obter. Havia alguns pontos que não suscitavam grandes comentários: um programa sobre biotecnologia, outro sobre segurança dos reactores nucleares e outro sobre a distribuição dos montantes, critérios de cálculo e aferição dos custos a atribuir às associações que concediam bolsas; neste último tema, todos queriam que se andasse depressa. A verdadeira discussão começou quando chegámos ao ponto das “Orientações da Política Comunitária de I & D”.

O Vice-presidente Pandolfi elogiou o documento de discussão apresentado pela presidência holandesa. Insistiu na necessidade de se definir um calendário e as matérias que deveriam ser incluídas no documento; chamou a atenção para a importância da “mid-term review” e disse que tinha em mente quatro temas: (a) as relações entre a política de I&D e a política industrial; (b) os novos desafios que resultavam da maior consideração que estava a ser dada às relações entre a política de I&D e a política do Ambiente; (c) a necessidade de se alargar o quadro da cooperação, incluindo os países da EFTA e os da Europa Central e de Leste e (d) a indispensável valorização de recursos financeiros disponíveis, quer dizer a maior

produtividade dos recursos aplicados. Além disso, prometeu que impulsionaria a revisão do III Programa-quadro, tal como alguns de nós (Portugal incluído) queriam. Todos falaram com empenhamento. Não direi quem disse o quê, mas apontarei algumas das principais observações feitas:

As preocupações que tinham presidido à elaboração do III Programa-quadro não haviam perdido actualidade, mas o IV Programa-quadro tinha de responder aos novos desafios estratégicos. Deveriam ser aprofundados os conhecimentos científicos e técnicos nos domínios que contribuíssem para melhorar o nível e a qualidade de vida dos Cidadãos (ambiente, energia, saúde, sinergias entre sectores, etc.). Apoiava-se a colaboração com os países da EFTA. Importava evitar o desperdício, nomeadamente por melhoria da coordenação entre programas. A política comunitária de I&D deveria ser previsível. Deveria procurar dar-se relevo à “mise en valeur” dos resultados da investigação e divulgá-los. As estruturas jurídicas dos programas reclamavam revisão. O sector da agricultura não poderia ser negligenciado. A duração dos processos de decisão tinha de ser encurtada e melhorados os métodos de avaliação e de valorização dos resultados. O IV Programa-quadro deveria atender expressamente aos problemas das PME, uma vez que as grandes empresas encontravam sempre o seu caminho. Houve quem preconizasse que os PQ deveriam fazer-se “en chevauchement”: planos de 5 anos com 2 anos “a cavalo” ou, se quisermos planos de 5 anos renovados todos os três anos. A consolidação da cooperação entre os doze membros da Comunidade de então era muito importante; o alargamento só deveria vir depois. A formação dos investigadores tinha de representar uma preocupação maior e permanente. Não se poderia descurar na informação a toda a comunidade científica. A importância da observância da subsidiariedade; a Comunidade só deveria fazer o que os outros não fizessem ou não fizessem tão bem. Dever-se-ia fortalecer os laços que já nos ligavam aos programas COST e EUREKA.

O Vice-presidente Pandolfi sossegou aqueles que insistiam numa revisão do III Programa-quadro, afirmando sem hesitações que ela se iria fazer e aderiu à ideia de começar a preparar o IV Programa-quadro “en chevauchement” ou, de outro modo, encadeado com o III.

Durante o almoço voltou-se ao tema da bioética, como resultado da discussão havida em Kronberg. Já existiam duas comissões na Comunidade a tratar de temas que nós tínhamos abordado: i) uma para o genoma humano e para a utilização dos conhecimentos que, sobre ele, iam sendo obtidos e ii) outra para os embriões humanos. O Vice-presidente achou que não iria ser fácil fazer legislação sobre o assunto; mas não poderia haver “disruption”. A Comissão Europeia já tinha tomado iniciativas em relação aos: (a) programas de investigação nos domínios da biomedicina e da saúde; (b) programas nas indústrias ambientais ou nas bio-indústrias, tendo mesmo designado um “high level advisory committee”. Propunha-se apresentar um relatório acerca do trabalho desenvolvido por aqueles dois grupos, pois preocupavam-no as interfaces entre a investigação e a sociedade que era o domínio privilegiado da ética. Sugeriu a criação de um grupo de alto nível formado por representantes pessoais dos ministros e que discutissem, sob o ângulo da ética, os diversos programas europeus. Com os resultados do trabalho desse grupo estaríamos mais bem apetrechados para proceder a uma discussão formal sobre o tema da ética. Com efeito, a descrição feita não reflete a vivacidade com que se discutiram todos os temas, quer no Conselho formal quer na troca de impressões do almoço que tanta satisfação deu ao ministro alemão, Riesenhuber, seu primeiro animador. Dizem-me que os Conselhos hoje (2015) têm pouca graça, cada um querendo obter mais meios do que os outros; naquele tempo (1991) debatiam-se ideias e prolongava-se a discussão nas conversas entre os ministros. E estabeleciam-se relações cordiais entre as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. VOLUME 5/12

CAPÍTULO XXII

- (1) **NAVAILLES, Jean Pierre** (1987). *Le Tunnel sous la Manche*. Paris: Champs Vallon.
- (2) **FERREIRA, José Medeiros** (2013). *Não há mapa cor-de-rosa. A história (mal)dita da integração europeia*. Lisboa: Edições 70.

CAPÍTULO XXIII

- (1) **FAVIER, Jean** (1991). *Les Grandes Découvertes – D'Alexandre à Magellan*. Paris: Fayard.
- (2) **FERRÃO, José Mendes** (1992). *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*". Lisboa: IICT; (2.^a edição: 2005); (edição francesa: 1998, Institut de Recherche scientifique tropicale Ed.).

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 5 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 5/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 5

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_05

